UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Antropologia e Arqueologia

João Paulo Araújo Silva

A PESCA ARTESANAL DE CABO VERDE NO JOGO DA RACIALIZAÇÃO DOS DESCONTENTES: O CASO DA COMUNIDADE PESQUEIRA DE TARRAFAL DE SANTIAGO

Belo Horizonte
2025

João Paulo Araújo Silva

A PESCA ARTESANAL DE CABO VERDE NO JOGO DA RACIALIZAÇÃO DOS DESCONTENTES: O CASO DA COMUNIDADE PESQUEIRA DE TARRAFAL DE SANTIAGO

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção de título de doutor em Antropologia.

Orientadora: Profª. Drª. Ana Flávia Moreira Santos.

Belo Horizonte
2025

306
S586p
2025

Silva, João Paulo Araújo.

A pesca artesanal de Cabo Verde no jogo da racialização dos descontentes [recurso eletrônico] : o caso da comunidade pesqueira de Tarrafal de Santiago / João Paulo Araújo Silva. - 2025.

1 recurso online (419 f. : il.): pdf

Orientadora: Ana Flávia Moreira Santos.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1.Antropologia – Teses. 2. Cabo Verde – História – Teses. 3.Pesca artesanal - Teses. I.Santos, Ana Flávia Moreira. II.Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO EM ANTROPOLOGIA DE JOÃO PAULO ARAÚJO SILVA - MATRÍCULA N.º 2021656556

Aos 11 (onze) dias do mês de abril de 2025 (dois mil e vinte e cinco), reuniu-se às 14:00 horas, no Auditório da Auditório Adriana Bogliolo, no 1º andar da ECI - UFMG, a Comissão Examinadora para julgar em exame final a Tese intitulada: **"A pesca artesanal de Cabo Verde no jogo da racialização dos descontentes: O caso da comunidade pesqueira de Tarrafal de Santiago"**, requisito final para a obtenção do Grau de Doutor(a) em Antropologia, área de concentração: Antropologia Social - linha de pesquisa: Território, Poder e Ambiente. A Comissão Examinadora foi composta pelos(as) professores(as) doutores(as): **Ana Flávia Moreira Santos - orientadora, Aderval Costa Filho, Madian de Jesus Frazão Pereira, José Carlos Gomes dos Anjos e Pedro Andrade Matos.** Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Ana Flávia Moreira Santos, após dar a conhecer aos(às) presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao doutorando, João Paulo Araújo Silva para apresentação da sua Tese. Seguiu-se a arguição pelos(as) examinadores(as), com a respectiva defesa do candidato. Após a arguição dos(as) examinadores(as), a Comissão se reuniu, sem a presença do doutorando, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora aprovaram a Tese por unanimidade, destacando a excelência do trabalho, merecedor de publicação e de indicação para prêmios acadêmicos. O resultado foi comunicado publicamente ao candidato pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 11 de abril de 2025.

Membros da Comissão Examinadora:

Ana Flávia Moreira Santos (PPGAn/UFMG) – Orientadora

Aderval Costa Filho (PPGAn/UFMG)

Madian de Jesus Frazão Pereira (UFMA)

José Carlos Gomes dos Anjos (UFRGS)

Pedro Andrade Matos (Universidade de Santiago)

Documento assinado eletronicamente por **Ana Flavia Moreira Santos**, **Professora do Magistério Superior**, em 07/05/2025, às 09:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Aderval Costa Filho**, **Professor do Magistério Superior**, em 08/05/2025, às 12:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Madian de Jesus Frazao Pereira**, **Usuária Externa**, em 08/05/2025, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **José Carlos Gomes dos Anjos**, **Usuário Externo**, em 09/05/2025, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Pedro Andrade Matos**, **Usuário Externo**, em 12/05/2025, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4102289** e o código CRC **08037A2D**.

Referência: Processo nº 23072.221202/2025-10 SEI nº 4102289

Dedico esta tese ao meu filho Ícaro que me ensinou a alçar voos responsáveis.

AGRADECIMENTOS

Ao longo dos últimos dez anos, período em que estive envolvido com o tema desta tese, tive a sorte de fazer muitos amigos em Cabo Verde. Este trabalho não teria se tornado realidade sem a generosidade desses encontros que começaram na cidade da Praia no primeiro semestre de 2015, estenderam-se para a ilha do Maio em 2017 e se consolidaram nos quase dois anos em que estive no arquipélago entre os anos de 2023 e 2024.

Pela extensão desse apoio, agradeço ao povo cabo-verdiano por ter me ensinado tanto, por ter me formado como antropólogo e, com esta tese, espero ter conseguido estar à altura de tudo que recebi.

Do lado de cá do Atlântico, minha querida mãe, Maria Helena, meu pai, Nilton Rodrigues, minha irmã, Bruna Araújo, meu filho, Ícaro, minha tia, Elaine, minha prima Gabriela e minha companheira e interlocutora desta pesquisa, Irene Cassaniti, foram a base da minha coragem para que eu pudesse superar os enormes desafios que enfrentei para chegar até aqui.

Aos meus colegas de Ministério do Trabalho, em especial à Lívia Mila, Ana Fonseca, e ao ministro do Trabalho, o sr. Paulo Marinho, agradeço imensamente pelo apoio e pela confiança.

Aos amigos de sempre: Luís Evo, Elis Borde, Marina Gomes, Mayara Matos, Martin, Tiago Heliodoro, Marco Túlio, Aninha, Bruno Vidal, Vinícius Faria, Cleionário Ribeiro, agradeço a paciência, a escuta, a solidariedade, o carinho, o afeto e o amor. Sem vocês, a vida não faz o menor sentido.

Com um cuidado especial, agradeço aos professores da banca — Aderval, Madian, Pedro e José Carlos — com quem tanto aprendi. E, com muito carinho e afeto, à minha querida professora e orientadora, Ana Flávia, que tanto me ouviu, apoiou e acreditou no comprometimento desta tese com a comunidade artesanal pesqueira de Cabo Verde.

Por fim, este é o resultado de um longo ciclo de trabalho que proporcionou profundas mudanças na minha vida pessoal. Nada disso teria sido possível sem uma Universidade Pública e de qualidade que possibilitou a alguém, preto e de origem pobre e periférica como eu, a me tornar a primeira pessoa da minha família a realizar um curso doutorado.

“As coisas têm o valor do aspecto, e o aspecto depende da retina”.
A Semana – Machado de Assis, 22 de novembro de 1896.

RESUMO

Ao longo desta tese, defendo que o espectro de primitivismo herdado do período colonial joga um papel importante nas definições modernas dos pescadores artesanais de Cabo Verde enquanto classe social. Espectro esse que possui uma gênese complexa e que tem seu ponto alto de formulação no momento em que a administração colonial portuguesa começa a se interessar em explorar, em larga escala, o pescado do arquipélago. Com o evento da independência em 1975 – que também significa a conformação da estrutura do estado moderno e o surgimento de instituições estatais que passam a gerir a exploração do pescado dos mares das ilhas –, ensaia-se um momento de redenção das comunidades locais da pesca. Contudo, ao menos para os pescadores locais, o passado retorna à medida que os ideais da independência perdem força e o estado se abre a políticas de caráter neoliberal no início dos 1990. Daí se vai da *reafricanização dos espíritos* – conceito cunhado por Amílcar Cabral no âmbito das lutas pela independência – à *racialização dos descontentes* – conceito desenvolvido nesta tese para dar conta do jogo que se estabelece entre o estado, os grandes *players* internacionais que exploram os mares das ilhas e as comunidades artesanais de pesca que lutam pelo seu pescado e por sua cultura marítima de base ecológica e com alta penetração nas camadas populares do país.

Palavras-chave: Conflito ambiental; pesca artesanal; racialização dos descontentes; Cabo Verde.

ABSTRACT

Throughout this thesis, it is defended that the spectrum of primitivism inherited from the colonial period plays an important part in the modern definitions of Cape Verde's artisanal fishermen as a social class. This spectrum has a complex genesis, but has its higher point of formulation at the moment the Portuguese colonial administration starts to explore, on a large scale, the fish of the archipelago. With the event of independence in 1975 – that also means the conformation of the modern state's structure and the emergence of state institutions that start to administrate the exploration of fish in the seas of the islands – a moment of redemption of the local fishing communities is rehearsed. At least for the local fishermen, the past returns as the ideals of independence lose strength and the state opens itself up to neoliberal policies in the early 1990's. Hence, it goes from the re-Africanization of spirits – concept coined by Amílcar Cabral, in the scope of the fights for independence – to the racialization of the discontented – notion developed in this thesis to handle the game that is being established between the State, the big international players that explore the seas of the islands and the artisanal fishing communities that fight for their fish and for their maritime culture, which is ecologically based and has high penetration among the country's popular classes.

Keywords: Enviromental conflict; artisanal fishing; racialization of the discontented; Cape Verde.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do arquipélago de Cabo Verde 22
Figura 2 – Vista parcial de um bairro rico da cidade da Praia 24
Figura 3 – Imagem dá a dimensão das construções na principal praia da capital 56
Figura 4 – Maquete virtual do projeto do cassino 59
Figura 5 – Fotografia do Djéu antes das primeiras intervenções 59
Figura 6 – Imagem atual do Djéu com a primeira intervenção já realizada 59
Figura 7 – Botes da pesca artesanal com a Vila de Porto Inglês ao fundo 71
Figura 8 – Fotografia publicada no artigo de Serra (1953) 135
Figura 9 – Fotografia exibida na capa do Boletim de Propaganda e Informação de 1955 137
Figura 10 – Pescadores artesanais de Cabo Verde manejando uma rede de pesca 183
Figura 11 – Praia da Gamboa no presente 197
Figura 12 – Fotografia da praia da Gamboa veiculada na matéria do jornal Tribuna 198
Figura 13 – Mulheres, homens e crianças manipulam uma rede na praia da Fazenda, ilha de Santiago, na década de 1970 202
Figura 14 – Pesca na praia em Tarrafal de Santiago 217
Figura 15 – Pescadores na praia em Tarrafal de Santiago 219
Figura 16 – Botes de pesca com inscrições de cunho religioso em Tarrafal de Santiago 220
Figura 17 – Baleia fotografada ao lado do bote do pescador Nelito de Tarrafal de Santiago 229
Figura 18 – Mapa do concelho em destaque 245
Figura 19 – Mapa do concelho em destaque 250
Figura 20 – Imagem parcial da antiga povoação do Mangue na altura da instalação do Campo 251
Figura 21 – Imagem área de 1937 do Campo da Morte Lenta 251
Figura 22 –Vista da baía de Chão Bom com a Vila de Tarrafal ao fundo, ao pé do Monte Graciosa 253
Figura 23 – Imagem da praça da Matriz datada de 1970 256
Figura 24 – Praia do Mangue, com o Monte Graciosa ao fundo 256

Figura 25 – Ponte-cais construída em 1902 com o Monte Graciosa ao fundo 257
Figura 26 – Edifício em ruínas que abrigou a antiga cadeia civil do concelho 257
Figura 27 – Edifício do antigo matadouro municipal, com a praia do Mangue ao fundo 258
Figura 28 – Pescadores artesanais na praia do Mangue por volta de 1970 259
Figura 29 – Pescador artesanal Tó, ilha do Maio, exibindo um peixe espada no bote 264
Figura 30 – Praia do Mangue, provavelmente década 1970 269
Figura 31 – Praia do Mangue em 2024, com a Serra Malagueta ao fundo 269
Figura 32 – Vista lateral da Casa dos Pescadores 270
Figura 33 – Disposição de redes na praia em Tarrafal 271
Figura 34 – Peixeiras se aglomeram em volta de um bote que utiliza rede 272
Figura 35 – Lista de controle de distribuição de pescado de uma peixeira que gerencia a operação 272
Figura 36 – Vista parcial da baía do Mangue com barcos da pesca industrial nacional ancorados próximos da praia 273
Figura 37 – Típica embarcação da pesca industrial nacional 274
Figura 38 – Vista da sacada da pousada onde me hospedei em dezembro de 2022 275
Figura 39 – Imagem da praia do Mangue em um domingo de verão 276
Figura 40 – Vista parcial de peixeiras em um dia movimentado na área das pescas 276
Figura 41 – Um dos ajudantes mais assíduos dos pescadores do Tarrafal 278
Figura 42 – Perspectiva interna dos armários da Casa dos Pescadores 276
Figura 43 – Vista parcial da área de recuo das pescas em imagens de 2019 280
Figura 44 – Área de recuo das pescas após limpeza promovida pela Câmara de Maica 281
Figura 45 – Placa de inauguração da nova Casa dos Pescadores 281
Figura 48 – Área de recuo das pescas ocupada pelas estruturas do Festival do Peixe em agosto de 2024 282
Figura 49 – Sala para tratamento de pescado da Casa dos Pescadores 287
Figura 50 – Pescador artesanal exibindo um tubarão na areia da praia 289
Figura 51 – A imagem mostra a perspectiva lateral do antigo edifício da alfândega 288
Figura 52 – Edifício do hotel de luxo do grupo Oásis que tomou o lugar do prédio da alfândega 291
Figura 53 – Região onde futuramente deve ser montado mais um hotel 292
Figura 54 – Faixa de areia concretada pela Câmara Municipal que divide a areia da praia utilizada pelos pescadores da zona de recuo das pescas 293

Figura 55 – Placa com dados sobre o projeto de hotel 294
Figura 56 – Maquete digital do projeto de resort do grupo Oásis 295
Figura 57 – Placa comemorativa da inauguração da estrada de Alto Mira 296
Figura 58 – Vista parcial da estrada que leva à ZDTI de Alto Mira na baía de Tarrafal 294
Figura 59 – Policial conduzindo rapaz até a viatura 301
Figura 60 – Em um dia de maré baixa, a área da praia do Mangue destinada aos pescadores artesanais 303
Figura 61 – Peixeiras na década 1990 ocupando a parte de trás da Casa dos Pescadores 304
Figura 62 – Casa dos Pescadores antes da construção do restaurante 305
Figura 63 – Outra imagem da Casa dos Pescadores depois da construção do restaurante 305
Figura 64 – Celebração em homenagem ao Dia Nacional do Pescador em 2024 306
Figura 65 – Atum de 97 quilos muito comum em áreas próximas da baía de Tarrafal até por volta da década de 1990 308
Figura 66 – Resultado de um bom dia de pesca de atum 306
Figura 67 – Garrafas de oxigênio expostas em frente à Casa do Pescador 312
Figura 68 – Utilização de luz no "sucuro" por embarcação industrial na baía de Tarrafal 314
Figura 69 – Artefato da pesca industrial estrangeira resgatado pelos pescadores artesanais 317
Figura 70 – Artefato da pesca industrial estrangeira resgatado pelos pescadores artesanais 317
Figura 71 – Atuneiro-Cercador é uma das embarcações mais comuns no âmbito dessas licenças 324
Figura 72 – Casa em Chão Bom onde nasceu Nelito Tavares em 1981 337
Figura 73 – Bote de Né, com seu quiosque ao fundo e no centro da imagem 343
Figura 74 – Fotografia de Né retirada de uma de suas redes sociais 344
Figura 75 – Varas e molinetes de Nelito Tavares 344
Figura 76 – Né com seu companheiro de pescas resgatam o corpo de uma tartaruga 347
Figura 77 – Turista estrangeiro exibe peixe serra pescado no bote de Nelito 353
Figura 78 – Cartaz do evento da Ocean Week realizado em Tarrafal 357
Figura 79 – Parte abandonada do canal que levava água da Ribeira das Pratas para o Colonato 377

Figura 80 – Escola do Colonato em que Nelito estudou até o sexto ano 377
Figura 81 – Área de cultivo abandonada no Colonato 377
Figura 82 – Praia da baía de Chão Bom onde toda a areia fora retirada para construção civil 378
Figura 83 – Fábrica de secagem de peixe construída na baía de Chão Bom na década de 1970 378
Figura 84 – Área de recuo das pescas, onde Branca mantém seu pequeno restaurante ...381
Figura 85 – Cabeçalho de questionário eletrônico disponibilizado à população de Tarrafal 383
Figura 86 – Cabeçalho de outro questionário eletrônico disponibilizado à população de Tarrafal 383
Figura 87 – Faixa de areia destinada aos mais de 100 botes de Tarrafal 384
Figura 88 – No primeiro plano da imagem, vista parcial da praia do Mangue, com a baía de Chão Bom ao fundo, ao pé da Serra Malagueta 385
Figura 89 –Noku e um atum de quase 100 quilos 394

LISTA DE ABREVIAÇÕES

PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PAICV	Partido Africano da Independência de Cabo Verde
MpD	Movimento para a Democracia
ONG	Organização não-governamental
MPLA	Movimento Popular de Libertação da Angola
UNITA	União Nacional pela Independência Total da Angola
JAC-CV	Juventude Amílcar Cabral de Cabo Verde
SCAPA	Sociedade de Comercialização e Apoio à Pesca Artesanal
FAO	Food and Agriculture Organization
PAPASA	Projeto de Apoio à Pesca Artesanal de Santo Antão
FOPESCA	Fomento à Pesca Artesanal
PIN	Projeto Integrado do Maio
ICCAT	Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico
EMPA	Empresa Pública de Abastecimento
IMP	Instituto Marítimo Portuário
ROPA	Rede das Organizações Sócio-profissionais de Pesca Artesanal de Cabo Verde
CAOPA	Confederação Africana das Organizações de Pesca Artesanal
FTLRP	Fast Track Land Reform Programme
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
AULP	Associação das Universidades de Língua Portuguesa
UNI-CV	Universidade de Cabo Verde
INTERBASE	Empresa de Conservação e Armazenagem de Pescado
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

SUMÁRIO

PARTE I – PRIMEIRAS OBSERVAÇÕES E FUNDAMENTAÇÕES SOBRE AS ILHAS DE CABO VERDE 15
INTRODUÇÃO 15
1 ANTES DA HISTÓRIA, UM QUADRO DE REFERÊNCIAS SOBRE UM PRESENTE DE CONFLITOS 50
1.1 Aproximações sucessivas em direção a posições estanques 63
1.2 Consolidando um quadro de referências para uma análise de documentos ..67
1.3 Última etapa de construção de referências para o presente das pescas 69
PARTE II – O TRABALHO ETNOGRÁFICO COM FRAGMENTOS DO PASSADO: EM BUSCA DO CONTEXTO DA PESCA NA HISTÓRIA DAS ILHAS.....77
2.1 Retratos da pesca no passado e algumas considerações sobre a constituição do mar como uma fronteira 82
2.2 Um capitão inglês nas ilhas de Cabo Verde no século XVIII 88
2.3 A pesca da baleia como índice de penetração de saberes locais nas dinâmicas do Atlântico 93
3 A INICIATIVA DE "SENHORES NOTÁVEIS" NA ESTEIRA DE UM HORIZONTE DE CRISES 97
3.1 Iniciativas coloniais para o estabelecimento de uma atividade pesqueira em larga escala 99
3.2 A segunda vaga de regulação dos mares do arquipélago 108
3.3 A consolidação da exploração do mar como um terreno de especialistas 116
4 LIMITES OPACOS ENTRE A GESTÃO DE UMA FRONTEIRA E A MANUTENÇÃO DA ORDEM COLONIAL 129
4.1 O acoplamento de teses redutoras sobre a pesca local em análises "científicas" sobre o arquipélago 138
PARTE III – MAPEAMENTOS ETNOHISTÓRICOS DE UMA LINHA DE CONTINUIDADE ENTRE PASSADO E PRESENTE NAS PESCAS 149
5 UM ESTADO INDEPENDENTE EM DISPUTA: ALGUMAS QUESTÕES SOBRE A FUNDAÇÃO DO ESTADO 146
5.1 Cabo Verde e a conformação de uma burocracia estatal para gerir as pescas: novo contexto, velhas apostas 171

5.2 A inserção da pesca artesanal cabo-verdiana no horizonte da independência ..176
5.3 Entre a autonomia da base camponesa e pesqueira da sociedade e as prerrogativas do progresso 180
5.4 Acertando as contas com o "descompasso": Fragmentos para uma justa compreensão do presente das pescas 190
5.5 A base popular e camponesa/ pesqueira de Cabo Verde como protagonista da História 194
5.6 A capitulação do governo independente ao projeto da pesca estrangeira 206
6 OS PROJETOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL COMO EXTENSÕES DO QUADRO DE GESTÃO ESTATAL DAS PESCAS 212
6.1 Um jogo de cartas marcadas: disputas internas pelo sentido do político no horizonte da independência 221
6.2 Estabilizando uma sequência de quadros de referência 236
PARTE IV – A PESCA ARTESANAL EM TARRAFAL DE SANTIAGO 238
7 HISTÓRIA DE SANTIAGO E TARRAFAL 238
7.1 O tráfico negreiro como motor da ocupação do lado norte da ilha de Santiago 244
7.2 De uma zona de fuga à cidade mais importante ao norte de Santiago 249
7.3 No horizonte da independência, a chegada do Estado na comunidade pesqueira de Tarrafal 259
7.4 A cultura marítima local como mediadora de uma imagética de sentimentos conflitantes 265
8 UM PRIMEIRO RETRATO DA PESCA DE TARRAFAL DE SANTIAGO NO PRESENTE 268
8.1 A violência do "novo" contra o "velho" – depois do estado, a chegada do "progresso" em uma praia de pescadores 275
8.2 Avançando em direção às dinâmicas do trabalho pesqueiro da praia do Mangue 307
9 DA "REAFRICANIZAÇÃO DOS ESPÍRITOS" À RACIALIZAÇÃO DOS DESCONTENTES: O QUADRO DE CONFLITOS COMO UMA DIMENSÃO DO COTIDIANO 333
9.1 O aprofundamento dos conflitos no território das pescas de Tarrafal e sua conformação com um terreno de disputas 364
9.2 Homens e mulheres do povo como detentores de um saber marginal 374

PARTE V – CONCLUSÃO 396
10 BUSCANDO NA HISTÓRIA, INTERLOCUÇÕES PARA O PRESENTE: INTERSEÇÕES ENTRE O "LOCAL" E "GLOBAL" EM UMA ENCRUZILHADA DO ATLÂNTICO SUL 396
REFERÊNCIAS 403

PARTE I – PRIMEIRAS OBSERVAÇÕES E FUNDAMENTAÇÕES SOBRE AS ILHAS DE CABO VERDE

INTRODUÇÃO

> Sem o sacrifício daqueles que deram a vida
> neste estimado lajedo em benefício de outros,
> do qual depende a maior parte da nossa história,
> não haveria espaço para tão merecido memorial.
> (Verso de autor desconhecido, inscrito na área
> de pescas da localidade de Ponta do Sol,
> ilha de Santo Antão).

O conteúdo desta tese é fruto do meu envolvimento com os pescadores artesanais de Cabo Verde, que se iniciou em 2015, quando morei no arquipélago por cinco meses por meio de um programa de intercâmbio Capes/Aulp[1].

Desde então, nunca deixei de acompanhar as notícias sobre a pesca do país e realizei mais três temporadas de campo até chegar nestas linhas. Voltei em 2017, por cerca de 40 dias, para realização de campo junto aos pescadores artesanais de Porto Inglês, na ilha do Maio. Já para o campo do doutorado, estive no arquipélago entre dezembro de 2022 e janeiro de 2023 e retornei em maio de 2023 para ficar até setembro de 2024, acompanhando os pescadores artesanais de Tarrafal, na ilha de Santiago.

Passo a apresentar os resultados acumulados de observação da comunidade artesanal pesqueira, em profunda articulação com a história social, econômica e política do país. O que busco fazer neste trabalho é, basicamente, apresentar aquilo que os pescadores artesanais me ensinaram sobre a pesca. Isso significa dizer que não tive competência para me tornar um mestre de pesca, mas compreendi que debater sobre pesca nessas ilhas é muito mais do que abordar uma tradição de conhecimento, de um conhecimento local, restrito às suas comunidades e aos seus afazeres cotidianos.

Tratar de pesca em Cabo Verde significa falar, essencialmente, de história, política, estado e poder. Por isso, inicio este trabalho apresentando um panorama da trajetória do país, para, na sequência, oferecer contornos mais adequados à leitura que proponho da pesca como um todo e da posição social, econômica e política dos pescadores artesanais dentro do conjunto mais amplo de sua sociedade.

[1] O presente trabalhofoi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) por meio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, edital PDSE 2023/2024. Para a implementação da bolsa em Cabo Verde, contamos com o apoio da Universidade Santiago (Uni-Santiago).

A mobilização da história aqui não é fruto de mero capricho metodológico. Ela é peça-chave para a compreensão de um processo histórico fundante de uma ordem estrutural de apropriação do pescado por agentes estrangeiros, que passa a interpelar de maneira categórica a comunidade artesanal pesqueira do país.

Visão geral de um arquipélago do Atlântico Sul

A historiografia de Cabo Verde registra que as primeiras ilhas do arquipélago foram avistadas inabitadas em 1º de maio de 1460 pelo navegador de origem genovesa António da Noli enquanto explorava a costa oeste africana a serviço da coroa portuguesa (Albuquerque, 2001, p. 39).

Levando em conta sua posição estratégica em relação ao circuito comercial do atlântico[2], logo após o seu achamento, as ilhas foram transformadas em um porto valioso que, por séculos, deu suporte aos navegadores europeus em suas viagens pelo Atlântico. Como aponta Andrade (1996):

> Entre as ilhas e arquipélagos do Atlântico, Cabo Verde, pela sua posição privilegiada, a meio caminho entre os três continentes e demais, em frente à costa dos escravos, desempenhará um papel muito importante como ponto de escala e de ligação da navegação transatlântica e do comércio triangular que se desenvolvia na época do seu achamento, sobretudo no que respeita ao tráfico de escravos para o qual se tornará, logo, um interposto que durará cerca de quatro séculos (Andrade, 1996, p. 53).

Com isso, ainda nas primeiras décadas do século XV, mais precisamente entre os anos de 1513 e 1528, a ilha de Santiago já recebia uma média de 1.400 escravizados por ano, originários de diferentes povos africanos trazidos compulsoriamente da costa (Cabral, 2000, p. 17). Entre esses povos, haviam Jalofos, Mandingas, Banhuns, Buramos, Casangas, Jabundos, Falupos, Arriatas, Balantas, Beafares, Nalus, Guoguolins e Bagas, que sempre formaram a grande maioria da população das ilhas (Cabral *et al*., 2004, p. 16).

Também foi em Cabo Verde que, pela primeira vez na história do ocidente, surgiu uma sociedade cuja estrutura econômica e social se encontrou essencialmente lastreada

[2] Walter Mignolo defende que o aparecimento do circuito comercial atlântico modificou profundamente os rumos da economia capitalista, acelerando processos que, por exemplo, forçaram a mudança da concepção aristotélica sobre a escravidão, adequando-a à população negra de África "que se identificou a partir desse momento com a escravidão e estabeleceu novas relações entre raça e trabalho" (2005, p. 36-37).

na exploração contínua do trabalho de escravizados africanos (Cabral *et al*., 2004, p. 2-3; Silva, 2023).

Dessa primeira etapa de ocupação do arquipélago, nasceu uma elite mercantil beneficiária de um sistema de donatarias e de concessões comerciais que deu suporte à colonização efetiva das ilhas conforme um modelo de controle e de administração do território utilizado, um pouco mais tarde, para a colonização do Brasil (Schwarcz, 2015, p. 30).

Seguindo em paralelo ao tráfico negreiro, a povoação do arquipélago ocorreu em estreita consonância com a vocação que cada ilha possuía de ser útil para os circuitos de comércio dos portugueses. Por esse motivo, as ilhas de Santiago e Fogo foram as primeiras a serem ocupadas. Além de possuírem uma localização geográfica estratégica em relação à costa africana, eram as ilhas que tinham água e terras agricultáveis suficientes que permitiram, por exemplo, a monocultura do algodão, produto bastante apreciado nos reinos africanos com os quais os portugueses negociavam de marfim a escravizados (Andrade, 1996).

Levando em conta essas dinâmicas de ocupação impostas pelos portugueses, Andrade (1996) reforça que "desde o início, a organização do espaço caboverdiano será uma resultante de sua utilização especulativa" (Andrade, 1996, p. 42).

Nesse amplo quadro de conformação de circuitos comerciais, uma das apostas da coroa portuguesa para aprofundar a ocupação permanente das ilhas, garantindo, assim, a sua posse, foi estabelecer, em 1472, que as redes de trocas comerciais que passassem pelo arquipélago deveriam ser realizadas unicamente com base em produtos produzidos nas ilhas (Cabral, 2000, p. 2).

Com essa espécie de alavancagem, a economia de Cabo Verde foi totalmente acoplada ao sistema de trocas comerciais e os mercadores europeus instalados nas ilhas intensificaram a produção de algodão, pano, urzela, cana-de-açúcar, grogue (aguardente), vinho, gado, peles, salgas, cavalos, âmbar, coral, sal, milho, óleo de baleia, entre outros (Andrade, 1996).

Até as primeiras décadas do século XVII, o porto de Ribeira Grande, na ilha de Santiago, conheceu uma notável ascensão, chegando a ser comparado à Lisboa em termos de prosperidade econômica. Tal situação perdurou até que a coroa portuguesa desobrigasse as escalas do tráfico negreiro em Cabo Verde.

Se essa mudança significou a rápida derrocada do primeiro grande porto comercial de Portugal em além-mar, ela também deu início, ainda em meados de 1600, ao fenômeno

de ascensão de “elites crioulas” aos cargos administrativos deixados vagos pelos portugueses (Cabral, 2000).

Essa troca de posições garantiu a manutenção da estrutura piramidal e hierárquica do poder local, que, por meio de uma elite crioula, continuou a exercer um controle rígido sobre as terras agricultáveis, em torno das quais se consolidaram os morgadios, a versão cabo-verdiana do par brasileiro da “Casa Grande e da Senzala” (Pereira, 2014; Silva, 2023).

No caso cabo-verdiano, estamos falando de estruturas de poder que viabilizaram a imobilização da mão de obra camponesa por meio de um sistema violento e opressivo de arrendamento de terras, comandado por aqueles que passaram à história como “os brancos da terra” e que foram o motor das revoltas populares de Engenhos (1822), Achada Falcão (1841) e Ribeirão Manuel (1910) (Cabral, *et al*., 2004; Pereira, 2014; Santos, 2009).

À medida que a sociedade agrária foi se tornando obsoleta, a partir do século XIX, as oligarquias locais que dominavam os morgadios passaram a empregar seu capital acumulado em um sistema educacional que fortaleceu o ingresso de quadros cabo-verdianos na administração colonial portuguesa (Barros, 2012, p. 1).

Essa estratégia marcou profundamente a trajetória histórica do arquipélago, a ponto de se entranhar nos processos de constituição da identidade nacional, considerando que as ilhas foram pensadas como um polo de “civilização” no panorama do colonialismo, em contraposição às demais colônias do continente africano (Barros, 2012).[3]

Por estarem localizadas numa faixa de transição entre o clima do Saara e as savanas africanas, a cerca de 500 quilômetros do Senegal, as ilhas apresentam índices muito baixos de pluviosidade, o que aproxima o arquipélago de climas desérticos.

As regiões identificadas como desertos são aquelas em que chove menos de 250mm/ano. A média anual de precipitação de Cabo Verde é de 261mm/ano; enquanto

[3] Quando falo do mundo colonial, estou remetendo àquele mundo descrito por Franz Fanon (1968). Entro em mais detalhes sobre a proximidade histórica da elite crioula cabo-verdiana com a metrópole lusitana, mas, a despeito desse fato, parto da ideia de que a representação da colônia para a metrópole é uma só, ou seja, um território onde não há vontade, mas só obediência à voz de comando, um lugar em que suas gentes devem se submeter à vontade soberana e incontestável do elemento branco, que, de sua posição racialmente superior, domina e dirige uma empresa e justifica o inominável a partir de uma missão civilizadora. Do meu ponto de vista, portanto, o colonialismo é uma chaga, mas com ligações profundas com a nova ordem mundial produzida a partir das grandes navegações europeias, da escravidão e, principalmente, da divisão do mundo entre selvagens e civilizados, enfim, do mundo como o conhecemos e como o experienciamos hoje (Mignolo, 2005; Silva, 2019).

na ilha do Maio, por exemplo, a média de pluviosidade não passa de 150mm/ano (Cabo Verde, 2015a, p. 2).

> O clima é tropical e irregular, com um regime de precipitações aleatório, às vezes caracterizado pela sua concentração sobre um período de tempo muito curto e outras, pela sua ausência, o que põe em perigo as colheitas, a vida dos animais e, portanto, a dos homens. A estação das chuvas situa-se entre Julho e Outubro. Desde há séculos, as ilhas são frequentemente atingidas por crises de secas que, no passado, provocavam fomes dizimando, por vezes, até trinta mil pessoas (Andrade, 1996, p. 21).

Da primeira crise mais grave ocorrida entre 1579 e 1581 e registrada em carta de 1592 por Frei Brandão, Elisa Andrade aponta 25 períodos de grandes fomes que vitimaram "por vezes de 10 a 30.000 pessoas" nas ilhas (Andrade, 1996, p. 80). As dinâmicas dessas crises – que ora atingiram todo o arquipélago e ora se localizaram em ilhas específicas – são elementos fundamentais para uma justa compreensão do processo de ocupação permanente das ilhas e, consequentemente, para o tema desta tese.

> The Cape Verde Islands have suffered from a serious, prolonged drought over the past several years. Droughts are, however, a centuries-old problem in the islands. They lie at the latitude of southern Mauritania, near the northern edge of influence of the Intertropical Convergence Zone (ITCZ), and hence sometimes miss the late summer and early fall rains which come with annual northward movement of that weather system. During the 1970s and 1980s international aid prevented deaths from famine and the epidemics which sometimes accompany famines. Famines have, however, played a major role in the population history of the island since at least the 1580s. In the past the Portuguese colonial administration often failed to provide effective help, and starvation took a terrible toll on several occasions (Patterson, 1988, p. 291).

Estamos tratando, portanto, de um modo muito específico de ocupação colonial – que para além da implementação bem-sucedida de estruturas rígidas e racializadas de poder – aumentou sensivelmente as vulnerabilidades ecológicas do arquipélago.

> The toll of environmental degradation mounted over the centuries, exacerbated by unsustainable farming and herding practices and the consequences of droughts, some of which afflicted a few islands, others the entire archipelago. Ruinous plantation agriculture on Sao Tiago and Fogo rendered the islands increasingly vulnerable to storm and wind erosion that depleted topsoils, lowered water tables, and caused much land to become infertile and desolate. Goats and pigs loosed on islands with sparse rainfall relentlessly browsed vegetation to near-extinction, their herders subsisting in penury. Multi-year droughts precipitated famines, some to claim thousands of the archipelago's inhabitants. Regardless, population losses from famines and disease epidemics were quickly restored by high birth rates and ongoing imports of African slaves, which continually reinforced the African attributes of the archipelago's population. (Brooks, 2006, p. 107).

A última grande fome registrada no arquipélago ocorreu em 1947. Após uma parede de um galpão do prédio da assistência alimentar desabar sobre um grupo de famintos na cidade da Praia, vitimando 232 pessoas, e diante da repercussão internacional do episódio, a administração colonial tomou providências mínimas para evitar a repetição do cenário de tragédias, como analisa Lopes (2023).

Em função de disputas políticas entre as oligarquias agrárias do arquipélago e a metrópole, ainda no século XIX, despontou um ambiente político a partir do qual surgiram os primeiros sinais de reivindicação de uma identidade cabo-verdiana, o que costuma ser observado como um movimento de constituição da nação, antes mesmo do surgimento formal do estado independente (Anderson, 2008; Anjos, 2003; Barros, 2012; Monteiro, 2015).

A independência do arquipélago ocorreu somente em 1975, quando a administração das ilhas passou da metrópole para o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (Barros, 2012; Anjos, 2003). Criado pelo eminente pan-africanista Amílcar Cabral, o PAIGC iniciou a governação das ilhas por meio de um programa político que propunha a unificação dos territórios da Guiné e de Cabo Verde como territórios irmanados pela história e pela luta contra o regime colonial português.

> Guiné-Bissau e Cabo Verde são dois países ligados pelo processo histórico e consanguíneo. Liderados por Amílcar Cabral, na idealização do Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde – PAIGC, tinham dois propósitos político e ideológico: o primeiro que visava à luta pela independência dos dois países por meio da expulsão do colonizador português; e o segundo, era o projeto de união orgânica dos dois países em um só Estado binacional. A independência foi alcançada na Guiné-Bissau, unilateralmente, em 1973, e oficialmente, em 1974, e em Cabo Verde, em 1975. Após essas conquistas, os dois países começaram a se empenhar no segundo objetivo, que era a unificação dos dois Estados; tarefa que desde o seu início se afigurou coisa não muito fácil que, infelizmente, após a morte de Amílcar Cabral, não se concretizou, tendo o seu epílogo na fatídica noite de 14 de novembro de 1980, "quando uma complexa insurreição militar encabeçada por João Bernardo Vieira 'Nino' destituiu do poder Luís Cabral na Guiné-Bissau, tendo entre outras consequências o desmantelamento do projeto da unidade Guiné e Cabo Verde" (FERNANDES, 2007, p. 10) (Carvalho, 2020, p. 133).

Prevalecendo de 1975 até 1990, o regime político de partido único foi sucedido no poder pelo Movimento para a Democracia (MpD), depois de esse partido vencer as primeiras eleições diretas para o comando do país, após a abertura democrática ocorrida com a fundação da nova república no início de 1990 (Anjos, 2003).

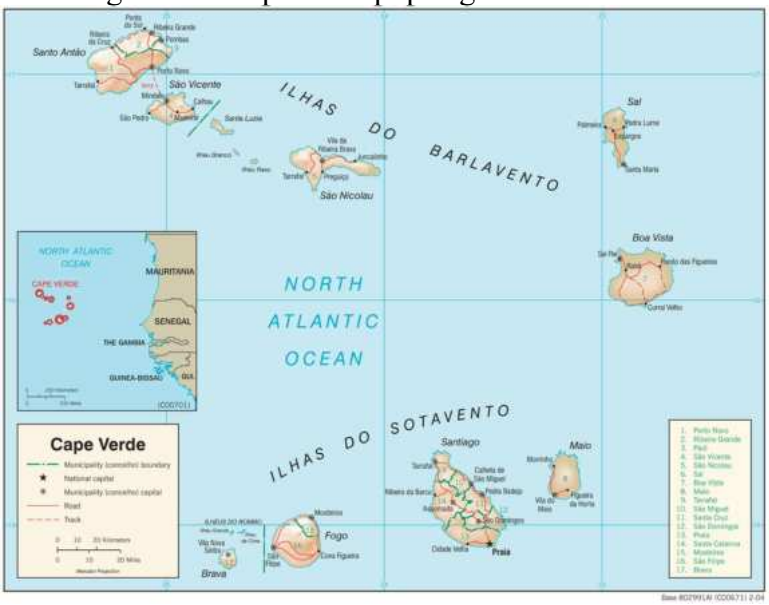
O regime político de partido único, de orientação socialista e pan-africanista, deu passos importantes em direção à criação de um horizonte de justiça social, mas não chegou a romper com a sociedade hierárquica herdada do período colonial. Com a chegada da democracia no início de 1990, iniciou-se também um processo de abertura econômica de caráter liberal comandado pelo Movimento para a Democracia (MpD), que trouxe mudanças significativas para o cenário social e político do país.

> Em Cabo Verde, a independência nacional, que significou a ascensão de uma elite nativa ao poder de Estado, parecia anunciar um elevado grau de controle interno dos nexos com as metrópoles ocidentais.
> Se o projeto de nação (dos documentos oficiais das décadas de 1960-1970, do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde – PAIGC) edificado nas tramas das lutas de libertação nacional prometia justiça social e autonomia em relação aos interesses imperialistas, as realizações pós-coloniais ao longo das décadas de 1980 e, até no presente, redundaram em novas modalidades de relações de subordinação e alinhamento aos ordenamentos imperiais do Ocidente, em paralelo à consolidação de uma elite local político-empresarial.
> As elites que assumiram o controle do Estado vestiram a ideologia do desenvolvimento com tanto vigor como a da ameaça de morte por inanição, que sempre pairou sobre esse povo saheliano como um povo relegado ao "deixar morrer" pelo colonialismo português desde o século XVII (Anjos; Sant´Ana Junior; Brustolin, 2016, p. 15).

Com base nos ventos do nordeste que predominam em cada um dos dois agrupamentos de ilhas, elas foram geograficamente divididas da seguinte forma: Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista compondo as ilhas de Barlavento e Brava; Fogo, Santiago e Maio formando o conjunto de ilhas de Sotavento (Andrade, 1996, p. 21).

Com uma população residente de 483.628 habitantes segundo dados do último censo realizado em 2021, os cabo-verdianos ocupam nove, das dez ilhas que constituem o arquipélago (Cabo Verde, 2021).

Figura 1 – Mapa do arquipélago de Cabo Verde



Fonte: Disponível em: https://maps.lib.utexas.edu/maps/africa/cape_verde_physio-2004.jpg. Acesso em: 21 jun. 2024.

As ilhas são divididas em 22 seções administrativas denominadas de concelhos, e cada concelho possui uma cidade sede em torno da qual gravitam vilas, aldeias e povoados. A capital, Praia, está situada na ilha de Santiago e no concelho homônimo que é o maior do país, com uma população estimada em 142.009 habitantes (Cabo Verde, 2021a).

Afora a capital e uma ou outra cidade média como Assomada, também na ilha de Santiago e Mindelo, na ilha de São Vicente, a esmagadora maioria das povoações são formadas por pequenas vilas e aldeias acentuadamente rurais e camponesas que possuem na pesca, na agricultura e na pecuária suas principais atividades econômicas[4].

Outra característica marcante da sociologia desse arquipélago são seus acentuados índices de emigração. Costuma-se lembrar que há mais cabo-verdianos fora do país do que residentes, diáspora que mantém fortes ligações com o território das ilhas e que participa ativamente das dinâmicas políticas e econômicas do arquipélago[5].

Nas últimas décadas, notadamente a partir de 1990, a atividade turística ganhou grande espaço na economia cabo-verdiana. Para além das ilhas de Sal e Boa Vista que se tornaram *hubs* de resorts de luxo de tipo *all inclusive*, há grandes investimentos e

[4] A segunda maior cidade do país é Mindelo com uma população estimada em 83 mil habitantes. Disponível em: https://cmsv.cv/. Acesso em: 21 jun. 2024.

[5] Disponível em: https://www.publico.pt/2015/07/05/mundo/noticia/o-pais-que-tem-mais-gente-fora-do-que-dentro-1700904. Acesso em: 14 jun. 2024.

promessas de investimentos, muitos deles estrangeiros, em praticamente todas as ilhas do arquipélago.

Superando a marca de um milhão de entradas no ano de 2023, a indústria do turismo representa, hoje, 25% do produto interno bruto do estado, montante que chega a preocupar até mesmo entidades como o Banco Mundial[67]. A economia tem, portanto, na atividade do turismo, nas remessas da diáspora e nas ajudas ao desenvolvimento, os principais vetores de composição de seu orçamento público.

Orçamento que, a partir da abertura econômica ocorrida no início da década de 1990, foi deslocado de programas de caráter social para o setor de serviços, o que aprofunda as desigualdades historicamente constituídas, isola o universo camponês e aumenta a insatisfação popular contra a classe política do país (Anjos; Sant´Ana Junior; Brustolin, 2016, p. 15).

Apesar de ser considerada uma das democracias liberais mais sólidas do continente africano, em sondagem recente produzida pela ONG Afrobarômetro, 67% da população cabo-verdiana considera que o país não "está no rumo certo" e 75% têm receio de denunciar situações de corrupção política por medo de retaliações[8].

A capital passa por problemas severos de criminalidade e de gentrificação, há problemas estruturais no acesso à saúde e o transporte entre as ilhas é, com frequência, classificado como caótico[9].

> A população juvenil caboverdiana é fortemente marcada pela pobreza e desemprego. Os dados da pobreza nos mostram que 49% dos pobres têm menos de 15 anos (DECRP, 2004) e dos 16,4% desempregados em idade ativa no ano de 2013, 22,8% residiam na Praia. Agregando a faixa etária de 15 a 24 anos com a de 25 e 34 anos, constatamos que exitem 54,3% de desempregados jovens no país (INE, 2014). A taxa do desemprego situa-se em 37,8%, o que somando a dificuldade no acesso às oportunidades laborais (MARTINS, 2013) abre possibilidades de recrutamento partidário dos jovens durante as eleições (Lima, 2014, p. 32).

Nas últimas décadas, o pesquisador Redy Lima tem se dedicado a compreender o fenômeno da criminalidade entre os jovens, principalmente na cidade da Praia, e tem

---

[6] Disponível em: https://inforpress.cv/web/guest/w/banco-mundial-aponta-dependencia-excessiva-do-turismo-e-divida-publica-como-vulnerabilidades-de-cabo-verde. Acesso em: 14 jun. 2024.
[7] Disponível em: https://www.forbesafricalusofona.com/cabo-verde-com-um-milhao-de-turistas-em-2023/. Acesso em: 14 jun. 2024.
[8] Disponível em: https://www.afrobarometer.org/countries/cabo-verde/. Acesso em: 14 jun. 2024.
[9] Disponível em: https://inforpress.cv/w/presidente-da-republica-considera-caotica-a-situacao-de-transportes-inter-ilhas-em-cabo-verde. Acesso em: 14 jun. 2024.

trazido à tona dados alarmantes da relação do sistema política cabo-verdiano com as "gangues" que surgem nas periferias da capital do país (Lima, 2011; 2014)[10].

Figura 2 – Vista parcial de um bairro rico da cidade da Praia



Fonte: Foto do autor.

De maneira geral, o que se tem é uma agenda política de viés desenvolvimentista angariada pelos dois principais partidos políticos do país que se alternam no poder desde 1990. Agenda concentrada, principalmente, em torno de grandes empreendimentos turísticos, em contraste com uma vida cotidiana de base rural e camponesa que pouco se beneficia, quando não é fortemente impactada pela mesma.

Ainda há inúmeras áreas rurais sem acesso à água potável e sem energia elétrica, além de haver um abandono generalizado de antigas áreas de cultivo agrícola – como pude presenciar em várias localidades do interior da ilha de Santiago, como em Gongon, Fazenda e Tarrafal.

Nas pequenas vilas e cidades do interior da maior ilha do país, predomina na paisagem as casas baixas com quintais que agregam a criação de pequenos animais como cabras, porcos e galinhas que circulam livremente pelas ruas tranquilas dessas localidades.

Para além dos empreendimentos turísticos que passaram a compor a paisagem do país nas últimas décadas, despontam, com velocidade, casas e carros de luxo, muitos de propriedade dos emigrantes que vivem de maneira muito intensa uma cultura de retorno à terra natal e de ostentação de emblemas que denotam o sucesso do duro empreendimento da partida.

[10] Nas últimas décadas, as ilhas de Cabo Verde entraram no circuito do tráfico internacional de entorpecentes. Em matéria da revista Piauí de março de 2023, o repórter Allan de Abreu apresenta um relato alarmante sobre a utilização do arquipélago como um ponto de apoio do PCC (Primeiro Comando da Capital), em conexão com a máfia sérvia, para o envio de cocaína da América do Sul para a Europa (Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/um-barco-pesqueiro-e-160-milhoes-de-dolares-em-cocaina-pcc-cabo-verde-servia/. Acesso em: 3 set. 2024).

Desse quadro geral, as secas, as fomes, a base rural e camponesa, o regime centralizado e desigual da posse da terra, os altos índices de emigração e uma relação ambígua de parte da elite local em termos identitários com o continente africano são aspectos históricos marcantes de uma sociedade que, de uma forma ou de outra, encontram importante repercussão no presente de cada uma das ilhas que compõem o arquipélago.

A pesca na história versus o mito da sociedade sem fissuras

Como referido anteriormente, a posição dominante da historiografia de Cabo Verde registra que as primeiras ilhas do arquipélago foram avistadas desabitadas em 1º de maio de 1460 pelo navegador de origem genovesa António da Noli enquanto explorava a costa oeste africana a serviço da coroa portuguesa (Albuquerque, 2001, p. 39).

A historiadora Elisa Andrade (1996) trabalha, contudo, com uma série de fontes que contestam a tese de que o arquipélago não era conhecido antes da chegada dos portugueses no século XV. Entre os autores com os quais se fundamenta, há aqueles que chegam a apostar em uma ocupação permanente do arquipélago antes de 1460 por pequenos grupos oriundos do continente que teriam sido atraídos às ilhas por sua riqueza em peixe e pelas salinas da ilha do Sal (Andrade, 1996, p. 34).

A ausência de registros arqueológicos dessa ocupação mais antiga e a ausência de qualquer indício de população originária na documentação produzida pelos primeiros navegadores europeus a chegarem no arquipélago no século XV costumam ser os principais argumentos mobilizados para contestar o pioneirismo africano na ocupação dessas ilhas.

Diante dessas controvérsias, talvez seja mais importante não deixar de perceber que esse debate tem o potencial de questionar os "perigos de uma história única" (Adichie, 2019). Nesse sentido, Víctor Barros (2017) nos lembra como o tema do achamento das ilhas passa, necessariamente, pelas dinâmicas de afirmação do poder colonial português em diferentes momentos da história.

> O teor da querela em torno deste tema é considerável. Denso. E em algumas ocasiões, as conjecturas foram exercitadas com uma certa felicidade de linguagem. A escrita da história oficial do achamento das ilhas de Cabo Verde herdou boa parte da sua leitura dalgumas presunções herdadas da pena desses mesmos estudiosos. Socorrendo-se de ilustrações estribadas nas fontes escritas, a nossa hipótese não constitui uma conjectura indefensável. Os

> indícios disponíveis até hoje sugerem dúvidas acerca da data e das circunstâncias em que os navegadores deram a conhecer aquele arquipélago oeste-africano (Barros, 2017, p. 77-78).

Se existem autores que defendem a ideia de que populações do norte do continente africano teriam sido capazes de navegar até as ilhas antes dos europeus, creio não ser trabalho da Antropologia – ou meu – tentar "desmistificar" essa questão. Tanto mais se assumo que esta tese também caminha na direção de tentar problematizar perspectivas hegemônicas sobre a trajetória histórica da atividade pesqueira no país.

Perspectivas essas que, para além de sua aparência de objetividade no trato do material histórico sobre o tema, explicitam sua dimensão político/ideológica, que funciona como linha de defesa de certos atores que fundaram e que depois aprofundaram a exploração industrial do pescado nas ilhas, em detrimento das estratégias locais de apropriação desse mesmo pescado.

Com isso, esses questionamentos – tanto o meu, quanto aquele que lança dúvidas sobre a precedência dos europeus no arquipélago – podem ganhar contornos mais instigantes se levarmos em conta que a compreensão de certas disputas deve passar pela produção de contextos (Comaroff, Jean; Comaroff, John 2010; Oliveira Filho, 2021; Santos, 2009).

No caso da análise da trajetória da pesca artesanal em Cabo Verde, por exemplo, creio que seja necessário considerar dinâmicas econômicas, sociais e políticas mais ampliadas. Entre essas, a gênese da ideia de nação, que, em alguma medida, é cunhada com base em elaborações que buscaram neutralizar os elementos culturais africanos do tecido social do arquipélago, em prol de um suposto quadro generalizado de mestiçagem que teria possibilitado o surgimento de uma experiência civilizatória única (leia-se menos negra) no horizonte da colonialidade.

> Se por um lado estava sempre presente a percepção do papel económico periférico que o arquipélago desempenhava na produção colonial, manifesta na ideia de Cabo Verde como um "campo estreito" para actividades coloniais, e de não se fazer tanto notar no meio da discussão dos problemas coloniais suscitados pela Guiné, Angola, Moçambique e São Tomé, por outro lado, esta particularidade não invalidava o seu reconhecimento como "ilhas de raça" ou de "civilização" portuguesa. Por esta razão se considerava que, a lição colonial e cívica de Cabo Verde, pequena que fosse pelo seu aspecto material, era muito grande como exemplo de uma obra notável, realizada por um povo assimilador como poucos, num arquipélago de condições económicas deficientes e afectado constantemente por crises (LOPES, 1931).
>
> Contudo, a grande demarcação da imagem de Cabo Verde do quadro preenchido pelas demais colónias portuguesas estava também fortemente ancorada na suposta elaboração de um mito primordial de origem, que se inicia

> com a transladação daqueles "filhos da África" para o arquipélago e que refere que, para além de se terem cruzado com os colonos portugueses, os caboverdianos adquiriram os hábitos europeus e adaptaram-se à "civilização" de forma que, da "primitiva origem conservam apenas, uns mais outros menos, a cor" (OLIVEIRA, 1928, p.71). Indirectamente, esta constitui uma versão colonial, romântica e simplista dos mitos de origem do caboverdiano que, por força da missão portuguesa, recebeu o legado da "civilização". Por isso, se a concepção de uma aparente "mentalidade civilizada" (para o caso brasileiro) reflectia o "orgulho" e o "prestígio do carácter português", também não era menos verdade que Cabo Verde constituía em África, a "sentinela do portuguesismo" (OLIVEIRA, 1928, p. 71). (Barros, 2010, p. 23-24).[11]

Durante minhas temporadas de trabalho de campo em Cabo Verde, presenciei, em algumas ocasiões, cabo-verdianos de diferentes posições sociais afirmando categoricamente que Cabo Verde não era África. Inicialmente, essas afirmações soaram-me muito confusas.

Para um brasileiro negro, de origem pobre, que passou a maior parte da vida sem saber compreender e, por isso, sem conseguir valorizar a sua ancestralidade e que, naquele momento, estava imerso em uma experiência acadêmica em África que imaginava que seria redentora em termos pessoais, ouvir de um africano que seu país não era África foi algo que levou um certo tempo para ser elaborado. Essa experiência foi, contudo, um passo importante para a problematização de idealizações e essencializações que eu mesmo havia incorporado nas minhas reflexões sobre o continente até aquele momento.

É possível que ao menos parte dessas pessoas com quem conversei estivessem simplesmente repetindo, sem muita reflexão, o conteúdo cultural que dá forma ao mito que funda a identidade nacional do arquipélago (Anjos, 2003).

Ocorre que, ao começar a constatar a recusa de parte da população do arquipélago em compreender a importância social da pesca artesanal para o país (Silva, 2018b), passei a refletir sobre a possibilidade de haver pontos de contato entre a posição de subalternidade dos praticantes da pesca artesanal e a defesa do mito da nação homogênea e da sociedade sem fissuras questionada por Anjos (2003).

[11] Em livro recentemente publicado, o antropólogo cabo-verdiano Manuel Brito-Semedo defende para o país a existência de "Uma identidade crioula cujo destino não é africano, apesar da opção política e ideológica de Cabo Verde ser África. Observando o processo e os momentos da construção da sociedade cabo-verdiana, Manuel Brito-Semedo considera que a identidade do homem cabo-verdiano foi formada entre o século XV e o Século XIX, que tem a componente africana e a componente europeia, que resultou numa cultura compósita, uma cultura crioula distinta da Europa e de África" (Disponível em: https://www.rfi.fr/pt/programas/convidado/20240204-a-identidade-cabo-verdiana-n%C3%A3o-%C3%A9-africana-%C3%A9-comp%C3%B3sita-manuel-brito-semedo. Acesso em: 12 fev. 2024).

Configurações da barbárie no horizonte da modernidade

Quando busco compreender as questões sociais e políticas em torno do pescado em Cabo Verde, parto da ideia de que não é possível compreender o tema desta tese sem considerar o princípio epistemológico da teoria pós-colonial de que a situação colonial funda processos sociais, econômicos e políticos que não podem ser abstraídos da análise do presente (Ballestrin, 2013; Escobar, 2007; Moyo, 2003; Anderson, 2008).

Seguindo esses desdobramentos, também é preciso reconhecer que o colonialismo soube consolidar padrões de sujeição no horizonte da modernidade que calam fundo na subjetividade do Ocidente e que se emaranharam nas configurações sociais que amparam o avanço do capitalismo como um sistema econômico/cultural racializado (Sahlins, 2003; Said, 1990; Robinson, 2019).

Reforço a dimensão racial do sistema capitalista, porque ao lançar as bases para o seu florescimento, foi o colonialismo que banalizou por toda a extensão do Planeta, a possibilidade de encerramento do "outro", do sujeito racializado, à dimensão de coisa, de objeto a ser manobrado em nome da prosperidade de minorias privilegiadas (Spivak, 2010; Chatterjee, 2004)[12].

É difícil contestar esse quadro mais amplo diante do horizonte de catástrofes em que o avanço desse sistema econômico nos lançou. Por outro lado, não há relação de poder capaz de submeter as relações sociais a padrões estanques de dominação, pois os processos de resistência foram e serão tão constantes como o são as tentativas de controle e de dominação desse mesmo "outro" (Scott, 2013).

Uma dimensão importante desse quadro de resistências pode ser observada, por exemplo, na relação que os estados nacionais estabelecem com as populações que tentam controlar em nome de sua unidade política:

> Los Estados varían, por supuesto, en su habilidad para penetrar en cada una de las grietas y rincones de la vida cotidiana. La evasión, la resistencia, la subversión, unas veces escatológica (Mbembe, 1992), otras irónica (Comaroff y Comaroff, 1992a), a veces encubierta (Scott, 1990), a veces espontánea y otras veces planeada, están muy extendidas. En efecto, los fracasos de los Estados-nación para definir y contener la vida de sus ciudadanos están inscriptos en letras mayúsculas en el galopante crecimiento de las economías informales, los ejércitos y los policías privados y semi-privados, los

[12] O boicote ao período da "reconstrução" nos Estados Unidos da América, ocorrido na sequência do fim da guerra civil e analisado por Du Bois com maestria, demonstra, de maneira exemplar, a relação de dependência entre o avanço do capitalismo e a manutenção da subalternidade no contexto de uma das economias mais poderosas do mundo.

> nacionalismos secesionistas y en toda una variedad de organizaciones no gubernamentales que proveen una serie de alternativas al control nacional de los medios de subsistencia y justicia. (Appadurai, 2001, p. 197-198).

Não é, porém, em nome do dualismo que caracteriza a vida social (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010, p. 38) que devemos negligenciar os choques sangrentos que passaram a ocorrer na esteira da necessidade desses mesmos estados de manterem essas unidades coesas, principalmente quando estamos lidando com regiões marcadas por quadros profundos de desigualdades originadas de práticas coloniais (Bhabha, 2013; Anderson, 2008).

No bojo dos inúmeros conflitos/confrontos surgidos e ancorados nos legados coloniais e nos processos de afirmação das soberanias estatais, creio ser preciso dar ênfase a certos aspectos desses embates.

Um desses aspectos é a centralidade das margens para a constituição e a própria existência desses estados (Das; Poole, 2008), o que nos leva a refletir sobre a relação de dependência do "centro" do capitalismo em relação às suas supostas "periferias" e, consequentemente, à dependência dos "ricos" em relação aos "pobres", do "norte" em relação ao "sul", do "desenvolvido" em relação ao "subdesenvolvido" e assim sucessivamente.

Com essas inversões bem estabelecidas, estamos em condições de avançar com a indagação acerca de quem, afinal de contas, depende de quem? E até que ponto aquilo que se pensa como Ocidente, só se sustenta por meio da produção de um "outro" racializado que é o suporte da existência material, mas também das formulações espirituais e simbólicas do dito mundo civilizado (Said, 1990).

Creio que a primeira implicação prática de se questionar essas relações de poder – que, no geral, são apresentadas de maneira essencializada (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010) – é mover nossas análises dos cenários de conflitos com os quais nos encontramos enredados, a resultados menos empobrecidos.

Seguindo essa linha de raciocínio, passa-se a ser possível perceber que, no âmbito desses mesmos jogos de representação estruturantes do mundo ocidental enquanto uma entidade cultural, as margens são convertidas no local/tradicional, ao passo que as zonas "prósperas" do capitalismo chamam para si, ou lançam paulatinamente sobre si, as bases ideológicas que a legitimam como a dimensão global (moderna) da contemporaneidade (Escobar, 2001; 2007; Said, 1995).

Esse é, portanto, o movimento por meio do qual se define o "norte" como o centro de emanação de programas, projetos e discursos sobre o "desenvolvimento" enquanto um sistema de ideias que atualiza o par dicotômico primitivo/civilizado a partir de novos termos. E embora seja um costume na Antropologia sermos lembrados de que o termo primitivo fora mobilizado em sua fase evolucionista no sentido de primeiro, o primeiro degrau de uma longa cadeia evolutiva e que, no início da disciplina, já se defendia a unidade biológica dos seres humanos, não devemos nos esquecer do lugar de onde viemos:

> We have been reminded time and again by anthropologists of the ideas and ideals of the Enlightenment in which the intellectual inspiration of anthropology is supposed to lie. But anthropology is also rooted in an unequal power encounter between the West and Third World which goes back to the emergence of bourgeois Europe, an encounter in which colonialism is merely one historical moment. It is encounter that gives the West access to cultural and historical information about the societies it has progressively dominated, and thus not only generates a certain kind of universal understanding, but also re-enforces the inequalities in capacity between the European and the non-European worlds (and derivatively, between the Europeanized elites and the 'tradicional' masses in the Third World). We are today becoming increasingly aware of the fact that information and understanding produced by bourgeois disciplines like anthropology are acquired and used most readily by those with the greatest capacity for exploitation (Asad, 1975, p. 16).

Edward Said (2007) executou esse projeto como poucos ao demonstrar como o Oriente, uma região dominada pelos Estados Unidos e outrora por França e Inglaterra, fora construída, discursivamente, por uma série de disciplinas acadêmicas, romancistas e burocratas coloniais como uma espécie de imagem invertida do Ocidente para fins de dominação social, cultural e econômica. Para Said:

> o orientalismo pode ser discutido e analisado como a instituição organizada para negociar com o Oriente – negociar com ele fazendo declarações a seu respeito, autorizando opiniões sobre ele, descrevendo-o, colonizando-o, governando-o: em resumo, o orientalismo como um estilo ocidental de dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente (Said, 2007, p. 31).

Apesar das descolonizações ocorridas no último século, a subjugação de sistemas não ocidentais de conhecimento, a colonização dos corpos, das terras, do ar e das águas criou verdadeiras zonas de morte dentro das quais o inominável continua sendo tolerado; e nada disso é possível sem o emprego organizado, estruturado e eficaz do racismo (Mbembe, 2018, p. 116).

Aqui, há um ponto de tensão interessante entre Michel Foucault (2005) e a leitura de Achille Mbembe (2018) sobre o papel da raça como um mecanismo de controle e de governança de populações no horizonte da modernidade (Lima, 2018).

Se, por um lado, as conexões elaboradas por Foucault sobre o biopoder/biopolítica e o racismo recuam ao século XIX, momento em que o "fazer viver" se torna a tônica dos mecanismos de controle e se faz necessário retomar o direito à morte (Foucault, 2005, p. 304); para Mbembe (2018) e eu diria que também para Franz Fanon (2008), Aimé Césaire (2020) e outros, a raça deve ser deslocada para o coração do colonialismo como forma de compreender suas dinâmicas.

No entanto, ao invés de colocar em oposição dois pensamentos tão poderosos para pensar o mundo como o experienciamos, fico com Lima (2018), que propõe:

> um acoplamento entre os diagramas de poder – soberania-disciplina-biopoder-biopolítica-necropolítica – se configurando numa bio-necropolítica que nos coloca frente aos desafios atuais para pensar a emergência e pulverização microcapilares das relações e mecanismos de poder, principalmente em contextos sociais advindos dos processos de colonização e onde os elementos de colonialidade ainda são fortes. Nestes contextos, a vida (a bios) não foi o lugar historicamente onde as redes de poder encontraram territórios privilegiados, mas a morte e a possibilidade do matável constituiu o organizador das relações sociais (Lima, 2018, p. 22).

No âmbito da discussão desses temas – que, do meu ponto de vista, encontram-se todos interconectados –, local (tradicional) e global (moderno) devem ser interpretados sob sua dimensão dialética (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010) e localizados, no tecido da etnografia, em relação às disputas específicas que os mobilizam como tropos de justificação para a manutenção de quadros assimétricos de poder.

Quando se mobiliza, por exemplo, tropos como *pesca atrasada*, *pouco desenvolvida* ou *pesca pobre*, para definir a pesca local do arquipélago, como recentemente reforçou o próprio ministro do Mar de Cabo Verde, cabe sempre a pergunta salutar: será mesmo que, no auge de uma crise ecológica global sem precedentes, esse tipo de definição continua a ser formulada tendo como referência a pesca tida como moderna que tanta destruição produz nos mares do país?[13]

Se a resposta a essa pergunta vier como uma afirmativa e creio que esse seja justamente o caso, o que nos resta aqui é a tomada de partido.

---

[13] Disponível em: https://inforpress.cv/web/guest/w/boa-vista-o-sector-da-pesca-tem-que-deixar-de-ser-um-sector-pobre-da-sociedade-para-passar-a-ser-um-sector-que-crie-riqueza-e-equilibrio-ministro-do-mar. Acesso em: 29 ago. 2024.

> "Apropriação pela poluição" é o título que Michel Serres dá ao pequeno livro em que ele discute a crise ecológica planetária com a qual vivemos – poluir é possuir, é excluir os outros do acesso aos recursos de que o poluidor se apropria.
> E, é claro, a apropriação por meio da poluição também mata os humanos que o antropos não se importa em ver – e que, portanto, não importam, às vezes, as amputações ecológicas, incluindo as mortes humanas, consideradas "geografias do sacrifício" necessárias, para adotar a frase de Valerie Kuletz e adaptá-la ao ethos do extrativismo de acordo com as formas de vida que continuam a existir nos espaços de que obtêm recursos, descartáveis porque deveriam ter desaparecido há muito tempo. Movido por uma corrida bem financiada pelo progresso e promovido pelo crescimento econômico, o alcance da atual destruição dos mundos indígenas é historicamente incomparável, e as notícias sobre isso não são escassas; não é preciso esforço para tomar conhecimento de incidentes terríveis em qualquer momento. (De La Cadena, 2018, p. 104).

Cabo Verde é um arquipélago que, devido à sua localização geográfica na região conhecida com faixa do Sahel, pode passar por longos períodos sem chuva, e esse é um dado da natureza do lugar.

Encher as ilhas com um enorme contingente de pessoas em função do tráfico negreiro, criar gado de forma extensiva, implementar um sistema de *plantation* nas terras férteis e depois abandonar essa população à própria sorte, porque não interessava mais à coroa a escala do tráfico no arquipélago, são sequências de decisões demasiadamente humanas que tiveram enormes consequências para quem não pôde escapar das hecatombes produzidas pelos portugueses (Andrade, 1996, p. 136).

E assim como essas catástrofes humanitárias pouco se relacionam com a "natureza", também são decisões demasiadamente humanas a permitirem que dezenas de potentes embarcações estrangeiras atuem nos mares do país, produzindo um cenário catastrófico de escassez do pescado. E nada mais conveniente, diante da necessidade de justificação ideológica desse cenário, mobilizar a longa tradição de desqualificação daqueles que se encontram melhor posicionados para perceberem os desdobramentos dessa tragédia.

Algumas questões de método

Como aponta Diegues (2004), o interesse das Ciências Sociais pela relação do ser humano com o espaço das águas tem um desenvolvimento tardio, sendo a Geografia e a História as pioneiras no tratamento do tema, com a primeira obra de destaque sendo publicada na França, na década de 1920 (Diegues, 2004, p. 26).

Para Diegues, apesar do tema da pesca ter sido tratado nas obras de Bronisław Malinowski e Raymond Firth, "o interesse de ambos era teórico, dirigido à elaboração de novas metodologias (pesquisa de campo, método funcionalista) e de fazer avançar teoricamente a Antropologia" (Diegues, 2004, p. 27).

Consolidado como um campo específico da disciplina antropológica ao longo do século XX, os primeiros teóricos da Antropologia Marítima buscaram diferenciá-la, em suas especificidades, como forma de lidar com uma tendência já observada nos trabalhos de Raymond Firth de tratar dos assuntos da pesca no escopo de sociedades camponesas (Diegues, 2004, p. 27). Tendência que ainda pode ser identificada em trabalhos mais recentes que insistem em abordar a pesca como uma atividade "secundária e complementar à atividade agrícola" (Miller; Rial; Neto, 2016, p. 7)[14].

No Brasil, a Antropologia Marítima ou Antropologia da Pesca se consolidou entre as décadas de 1950 a 1970 (Diegues, 1999), quando estudos junto a comunidades pesqueiras ganharam densidade teórica na esteira do avanço de grandes projetos de pesca industrial implementados pelo estado que modificaram profundamente as dinâmicas de comunidades pesqueiras tanto do litoral brasileiro, como da Amazônia (Diegues, 1999; Gaspar, 2020).

A partir daí, a Antropologia Marítima no Brasil se consolidou como um campo profícuo que, na atualidade, conta com um número significativo de livros, teses, dissertações, artigos, cadernos especiais de revistas acadêmicas abordando a atividade pesqueira a partir dediferentes enfoques.

Trata-se de um corpo de conhecimento que ajuda a consolidar uma base extensa de informações e reflexões socioantropológicas sobre a pesca artesanal, que se articulam com os movimentos sociais de pescadores que lutam pelo reconhecimento de direitos diferenciados na esteira da previsão constitucional de salvaguarda daqueles abarcados na categoria de povos e comunidades tradicionais no Brasil (Costa Filho, 2020)[15].

---

[14] Como busco demonstrar ao longo desta tese, no caso de Cabo Verde, a atividade artesanal pesqueira não pode ser pensada apartada do mundo camponês que surgiu a partir da ocupação do arquipélago em 1460. Com estreitas faixas de terras agricultáveis e passando por ciclos severos de seca, o campesinato do arquipélago tem na integração de pesca, agricultura e pecuária um imperativo de sua reprodução social. Isso não deve significar, por outro lado, que os atores envolvidos na atividade não tenham sido capazes de produzir uma rica cultura marítima que ampara um ethos artesanal pesqueiro (Maldonado, 1986).

[15] No Brasil, cerca de 70% do pescado consumido no país é proveniente da pesca artesanal. (Disponível em https://www.cppnacional.org.br/campanhas/campanha-pelo-territ%C3%B3rio-pesqueiro. Acesso em: 13 ago. 2024).

Em Cabo Verde, apesar de sua dimensão arquipelágica e da centralidade da pesca artesanal na vida cotidiana do arquipélago, não se viu, até o momento, o desenvolvimento de um corpo consistente de pesquisas na área da Antropologia Marítima.

Diante dessa lacuna e levando em conta a importância de uma análise mais cuidadosa de certos aspectos da organização social do trabalho pesqueiro no arquipélago, temas sensíveis para esta tese, optei por continuar a dialogar com a Antropologia Marítima desenvolvida no Brasil, assim como fiz em trabalho anterior (Silva, 2018b).

É também em função desse diálogo que, quando aciono a categoria de "pescador artesanal", faço-o em dois sentidos diversos, mas que se imbricam com minha leitura do tecido social das ilhas. Em primeiro lugar, temos a dimensão da própria constituição de uma exploração local da atividade pesqueira, que funciona articulada com as práticas camponesas e que são uma barreira incontestável contra as inúmeras crises de fome ocorridas nas ilhas.

Em segundo lugar, passei a perceber como essa atividade, que se consolidou por toda a extensão do arquipélago, foi sendo paulatinamente cercada pelas malhas da administração colonial, a partir do momento em que os portugueses começaram a se interessar por uma exploração em larga escala do pescado das ilhas.

Esse processo de sobreposição/articulação de interesses antagônicos pelo pescado deflagrou a uma série de formulações pejorativas sobre os pescadores locais. Teses que, por sua vez, são incorporadas pela burocracia estatal do estado independente a partir de 1975, em seu trabalho de estabilização de uma categoria estatal a ser gerida (Souza Lima, 2002).

Apesar de a cultura marítima surgida no arquipélago desde sua ocupação ser vasta e rica e isso significar a existência de um número considerável de técnicas de captura, minha referência para a discussão sobre a atividade local está centrada na pesca de linha de mão em botes de boca aberta. Isso porque essa é a prática de pesca mais antiga do arquipélago, além de ser a mais expressiva, participando com 90% do total de capturas, entre todas as técnicas artesanais existentes (Cabo Verde, 2019, p. 36).

> A pesca artesanal é uma actividade de grande tradição em Cabo Verde e está muito associada a pequenas comunidades piscatórias, contribuindo para a criação de empregos e para a melhoria das condições de vida de muitas famílias. É uma actividade essencialmente costeira com 97 pontos de desembarque (Cabo Verde, 2012).
>
> A frota é constituída por pequenas embarcações em madeira, de boca aberta e com reduzida autonomia no mar. Geralmente são de 3,5 a 8 metros de

> comprimento e 1,5 a 2,5 metros de largura, motorizados (motor fora de borda), ou não, cuja potência do motor varia entre 5 a 25 HP, podendo ser utilizados conjuntamente com remos e velas (principalmente em Barlavento, nas comunidades de Salamansa/Baía das Gatas – Ilha de São Vicente e de Tarrafal – Ilha de São Nicolau). Nesta actividade são utilizados vários tipos de engenhos, como linha (espécie-alvo: atuns, demersais e pequenos pelágicos), rede (espécie-alvo: pequenos pelágicos e demersais), covos ou mergulho (espécie-alvo: lagostas e búzio).
> Segundo a base de dados das embarcações de pescas na DGRM de 2016, a pesca artesanal conta com 1.588 embarcações registadas, sendo 1.363 activas. As ilhas com maior número de registos são as de Santiago (35,96%) onde a pesca artesanal é muito mais expressiva, seguida da ilha do Fogo (9,89%), Santo Antão (9,82%) e do Sal (9,51%) (Cabo Verde, 2019, p. 36).

> Para o governo caboverdiano há 4736 pescadores artesanais no arquipélago, com 1363 botes registrados que até 2011 eram responsáveis por mais de 50% do total das capturas nos mares do país, incluindo a pesca industrial nacional e estrangeira. Desde então, a proporção da pesca artesanal diminuiu pela primeira vez não em função de queda de produtividade, mas por causa de uma maior participação no total das capturas dos atuneiros [estrangeiros] que se utilizam de rede de arrasto (Cabo Verde, 2019, p. 37).

Além do mais, é por meio do domínio da técnica de pesca de linha que melhor se define alguém como um "mestre da pesca artesanal" no arquipélago, com tudo que isso implica para a abordagem da Antropologia Marítima e, consequentemente, para uma compreensão da pesca e dos pescadores a partir de seus próprios termos (Maldonado, 1986; Ramalho, 2007). Como anotam Miller, Rial e Neto (2016, p. 7-8), reverberando outros autores:

> Mais do que um trabalho, a pesca é um ofício, que evoca tanto uma qualidade do sujeito – o domínio da arte da pesca – como seu pertencimento a uma filiação coletiva de transmissão de conhecimento, sua inclusão em um conjunto de regras e de hierarquias que devem ser respeitadas e regem as relações entre os grupos sociais que a praticam e seu meio ambiente (Miller; Rial; Neto, 2016, p. 7-8).

Com semelhanças importantes com a técnica da pesca de jangada surgida no litoral do nordeste brasileiro, creio ser possível reconhecer na pesca de linha de mão do arquipélago a expressão mais marcante do processo de apropriação dos mares das ilhas pela base popular e camponesa dessa sociedade[16]. Atividade que, articulada à agricultura e à pecuária de pequena escala, produziram uma conexão poderosa que marca de maneira incontestável as estratégias de reprodução social dessa sociedade (Anjos; Sant'Ana Junior; Brustolin, 2016; Das; Poole, 2008, p. 20).

[16] Vide trabalho de Luis Geraldo dos Santos Silva (1993), para compreensão do processo histórico que deu origem à pesca da jangada no litoral do nordeste brasileiro.

Apesar dessa conexão ser bastante evidente no cotidiano, passei a constatar uma forte negligência da historiografia do arquipélago sobre o papel da atividade pesqueira local no processo de ocupação permanente das ilhas. Com isso, até o início da produção desta tese, eu havia conseguido levantar três questões que demandavam um melhor tratamento. Quais sejam: a já citada lacuna sobre a pesca local na historiografia das ilhas; uma clara posição de subalternidade dos praticantes da pesca artesanal em relação às instituições estatais e à sociedade mais ampla; e um conflito socioambiental de grandes proporções que opõe as dezenas de comunidades de pesca do país a uma frente de exploração industrial dos mares do arquipélago realizada por embarcações estrangeiras (Cabo Verde, 2019; Pereira, 2021; Silva, 2018b).

> Essa concepção da atividade regida por um direito baseado nos costumes e uma hierarquia de saberes é, às vezes, ameaçada quando instituições do Estado e variadas formas de regulamentação que incidem sobre espaços de interesse ecológico passam a vigorar, protegendo pessoas e coisas, mas, como mostram trabalhos recentes, também podendo colocar em risco a reprodução social de modos de vida que se organizaram historicamente em torno deste ofício (Miller; Rial; Neto, 2016, p. 7-8).

Diante dessas questões incontornáveis para o avanço da minha pesquisa, resolvi concentrar meus esforços em uma espécie de reconstrução da história social da pesca no arquipélago, exercício realizado com o objetivo de alcançar uma melhor compreensão da situação social e política dos pescadores artesanais das ilhas no presente.

Esse movimento exigiu que eu me deslocasse, ao menos parcialmente, do convívio com os pescadores, para adentrar nos arquivos públicos, bibliotecas e repartições estatais do país com o objetivo de tentar encontrar os fragmentos necessários para a recomposição dos contextos que encaminharam a situação para o que presenciamos hoje nas ilhas.

Essa, portanto, é uma etnografia parcialmente realizada a partir da análise de documentação histórica (Silva, 1993; Santos, 2009; Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010). Parcialmente porque a releitura dos documentos que levantei se encontra amplamente articulada com a minha longa experiência de campo, primeiro junto aos pescadores da ilha do Maio e, depois, junto à comunidade pesqueira de Tarrafal de Santiago, cujos dados se encontram apresentados na parte IV.

Em relação aos capítulos sobre Tarrafal de Santiago delineados na parte IV, preciso deixar assinalado, na tentativa de evitar qualquer decepção com este trabalho, que em função de uma série contingências enfrentadas em campo – principalmente

relacionadas ao poder local e ao receio que os pescadores demonstraram de se exporem quando se trata de falar sobre determinados assuntos –, que precisei adotar estratégias que diminuíssem ao máximo a exposição de meus interlocutores nesse texto.

Diante desse desafio, busquei etnografar a pesca de Tarrafal a partir de suas margens, ou seja, dando mais atenção àquelas que gravitam em seu entorno, do que propriamente a partir do núcleo da comunidade, se é que esse núcleo exista da forma como ele costuma ser imaginado. De todo modo, dei mais ênfase aos agentes do estado no trato com as questões da pesca, bem como aos conflitos envolvendo a comunidade pesqueira de Tarrafal, apresentando descrições de "sobrevoo" das formas de organização da comunidade pesqueira e implicando o menos possível os pescadores e suas falas sobre esses mesmos conflitos.

Uma das vantagens metodológicas de partir para uma etnografia do conflito, em detrimento, por exemplo, de uma etnografia sobre as técnicas de pesca ou sobre a organização social do trabalho pesqueiro, está amplamente discutida em Little (2006), para quem essa escolha se trata de uma decisão política que tem implicações profundas para uma compreensão mais adequada "sobre a natureza das conexões entre os grupos em conflito" (Little, 2006, p. 98).

Há exceções em relação a essa regra que me impus, a principal delas é a colaboração valiosa que recebi de Nelito Tavares, pescador de Tarrafal de Santiago que antes de todos, foi quem mais colaborou para que eu compreendesse como se configuram as dinâmicas do poder local em relação à pesca e aos pescadores. Para além da entrega com a minha agenda de pesquisa, também escolhi Nelito para ser um protagonista deste trabalho porque seus engajamentos escancaram o fato de que os "pescadores artesanais" são sujeitos complexos cujas trajetórias pessoais destoam de maneira consistente daquilo que se costuma esperar de alguém que seja do universo artesanal pesqueiro do arquipélago.

Levando em consideração essas questões, eu estaria sendo desonesto se afirmasse que o leitor encontrará na Parte IV desta tese uma etnografia dos saberes pesqueiros de Tarrafal de Santiago. Nada contra esse tipo de pesquisa, e espero, sinceramente, que muitos trabalhos dessa lavra ainda surjam. Ocorre que eu não posso ser acusado de não ter feito aquilo que não me propus, pois o que procurei fazer nessa parte da tese foi apresentar uma radiografia da posição social do conjunto dessa comunidade em relação à sociedade mais ampla, de forma que tornasse possível evidenciar como o cotidiano desses

pescadores é atravessado por pesadas disputas pelo peixe e pelas praias do país (Little, 2016, p. 98).

E para aqueles que considerarem que eu possa ter subsumido com os pescadores neste trabalho por meio dessas estratégias de representação, gostaria de lembrar que a minha etnografia está a serviço daqueles que me acolheram em campo e de suas demandas políticas mais sensíveis e não da ala ortodoxa da minha disciplina.

Isso porque eu passei quase dois anos junto a esses pescadores e eu avaliei, segundo profundas reflexões éticas e em diálogo honesto e franco com os meus interlocutores, as melhores estratégias de representação dos conflitos que atravessam a comunidade.

Se essas são explicações que podem vir a aliviar o peso da ortodoxia sobre o meu trabalho, acredito que elas também podem servir de alerta para aqueles que gostam de vender, sem muita reflexão, a ideia de que Cabo Verde seria uma das democracias mais sólidas do continente africano. Isso porque, assim como muitos dos meus interlocutores, em inúmeras situações em campo, eu senti medo de tratar sobre determinados temas relacionados à pesca[17].

Além disso, eu devo lembrar aos meus estimados leitores que, ao final do campo, eu arrumei as minhas malas e voltei para o Brasil e que todos os meus interlocutores permaneceram em Cabo Verde, expostos a autoridades que negociam o seu peixe com o estrangeiro e que, nas últimas décadas, começaram a negociar suas praias com grandes investidores interessados em explorá-las, em detrimento dessa mesma comunidade de pesca.

De todo modo, não posso deixar de reconhecer que esse sentimento de insegurança que me incomodou em inúmeras situações também foi responsável tanto por influenciar a forma e o conteúdo deste trabalho, como também foi capaz de me mover em direção ao desenvolvimento de um *website* sobre as pescas, à produção de um filme, à participação em eventos acadêmicos, como também à exposição de minhas reflexões em programas de rádio e em jornais do país.

No tocante ao site, no portal "Observatório da Pesca Artesanal de Cabo Verde", reuni as dezenas de documentários históricos levantados nos arquivos públicos de Cabo Verde sobre a pesca, criei uma seção sobre a cobertura da pesca pela mídia, um banco de dados com referências acadêmicas tratando da atividade, uma seção com a minha própria

[17] Disponível em: https://www.forbesafricalusofona.com/cabo-verde-e-farol-de-democracia-em-africa/. Acesso em: 28 dez. 2024.

produção sobre o tema e uma galeria de fotos com imagens capturadas ao longo desses dez anos de pesquisa[18].

Da forma como está, esse portal é o embrião de um projeto mais amplo que pretende se transformar em um banco de dados permanente sobre a atividade pesqueira para facilitar o caminho para novos pesquisadores, mas que também busca fomentar o debate público sobre as questões que afetam as comunidades de pesca de Cabo Verde. Além do material já disponível, em breve pretendo produzir cinco aulas, com uma hora de duração cada, em que vou expor de maneira didática a minha trajetória de pesquisa junto à atividade pesqueira do arquipélago.

Também estão em meus planos, a produção de um programa de entrevistas no qual pretendo conversar com figuras importantes do país sobre as pescas e os pescadores, como forma de contribuir para que o debate acerca da atividade esteja acessível a um público cada vez mais amplo.

Sobre a produção do filme, a certa altura do campo, em um congresso acadêmico realizado na Universidade de Cabo Verde, no qual apresentava uma mesa de discussões sobre as pescas juntamente com uma colega pesquisadora brasileira, conheci o artista cabo-verdiano César Schofield.

César chegou até mim depois de ter assistido um documentário que realizei sobre a pesca na ilha do Maio e após longos diálogos sobre a minha pesquisa junto aos pescadores, decidimos desenvolver um projeto para um novo filme, agora com os pescadores de Tarrafal, com quem eu estava realizando o trabalho de campo para esta tese.

Com base nesses diálogos, apresentei-o ao Nelito Tavares, e chegamos, juntos, em uma reunião na minha casa em Tarrafal que contou com a participação de um professor da Universidade de Cabo Verde, à conclusão de que Nelito seria um bom personagem para um documentário sobre a atividade pesqueira do país.

Primeiro, por causa das questões que eu apresentava sobre o Nelito, sobre o fato dele destoar de maneira acentuada da figura do "pescador artesanal" do senso comum, mas, também, porque César passou a compreender a trajetória de Nelito como um sujeito que também levantava questões relevantes sobre as políticas públicas do estado cabo-verdiano destinadas a atender aos jovens das classes populares de Cabo Verde.

[18] O Observatório da Pesca Artesanal de Cabo Verde pode ser acessado no endereço eletrônico https://www.pescacaboverde.com.br/.

Seja como for, a partir do momento em que Nelito concordou em ser o protagonista do filme, passamos meses trabalhando em minha casa em Tarrafal. Escrevemos roteiro, projeto e começamos a enviar a ideia para possíveis patrocinadores. Acabamos por receber apoio da Food and Agriculture Organization (FAO), do Banco Angolano e de uma produtora portuguesa que, juntos, vão fazer um aporte de mais de cem mil euros para a realização do documentário.

As discussões sobre a produção dessa obra, em meio a um campo de pesquisa tenso e atravessado por inúmeros conflitos, não foi a melhor das experiências que tive em campo. De toda sorte, não creio que aqui seja o espaço mais adequado para detallher os desdobramentos desse projeto.

Para além desses projetos em andamento, escrevi para jornais locais e dei entrevistas sobre o trabalho que estava realizando, o que somado às conferências que realizei na Universidade de Santiago, onde estava vinculado como bolsista da Capes, consegui contribuir de maneira produtiva com o debate público a respeito da pesca artesanal.[19] [20] [21]

Sobre a minha pesquisa nos arquivos, consegui encontrar séries importantes de documentos que dão conta da pesca no passado e que acabaram por revelar parte sensível da história econômica dessa antiga colônia portuguesa. Isso porque acredito ter localizado uma relação muito nítida entre o início do interesse estruturado da administração colonial pelo pescado das ilhas, com um complexo processo de formulação de teses desqualificadoras das práticas locais de captura ligadas ao universo camponês do arquipélago.

Creio que essa relação pode ajudar a explicar o "sumiço" da pesca local da história cabo-verdiana, mas, principalmente, que se trata de algo que precisa ser compreendido levando em conta uma disputa que passa a ocorrer tanto no plano material – a extração e o envio de peixe de Cabo Verde para o exterior – como no campo do simbólico. Isso porque essa extração precisa produzir as justificativas retóricas e ideológicas para a manutenção desse fluxo de pescado para o estrangeiro, em detrimento da rica integração do pescado no cotidiano das ilhas.

---

[19] Disponível em: https://expressodasilhas.cv/pais/2024/10/14/investigador-brasileiro-alerta-para-a-necessidade-de-uma-politica-nacional-de-proteccao-dos-pescadores-artesanais/93724. Acesso em: 29 dez. 2024.

[20] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=D_KQ6iu0Vug. Acesso em: 29 dez. 2024.

[21] Disponível em: https://expressodasilhas.cv/pais/2024/10/26/os-pescadores-estao-a-ser-afastados-do-mar-e-das-praias/93914. Acesso em: 29 dez. 2024.

Ao longo da análise dos mais de 70 documentos que cataloguei, passei a perceber algo curioso. Se nos arquivos públicos também havia uma ausência importante de documentos que dessem conta do fenômeno da pesca local no passado; por outro lado, localizei fragmentos consistentes de iniciativas da administração colonial para estabelecer uma indústria de exploração e de exportação de pescado das ilhas.

Com isso, passei a perceber que foi no âmbito da consolidação da frente colonial de exportação do pescado que se começou a definir, relatar e classificar a atividade pesqueira local, o que foi feito com base em critérios rígidos de análise e com o intuito de submetê-la a fórmulas especulativas de apropriação do espaço marítimo (Andrade, 1996).

Para uma melhor compreensão dos documentos levantados, propus uma divisão do seu conjunto em quatro grandes blocos de fragmentos históricos apresentados a partir da Parte II, como fases bem marcadas do processo histórico de exploração local e industrial/colonial do pescado das ilhas. Há, certamente, uma série de imbricamentos entre todas essas fases, mas apresentá-las dentro de uma espécie de estrutura temporal bem marcada me pareceu a melhor maneira de historicizar tanto a pesca local, como a conformação, no arquipélago, de uma frente de exploração industrial do pescado mais de três séculos após o seu achamento em 1460.

Os primeiros fragmentos de história com os quais trabalho criam um quadro de referências para a primeira e mais antiga frente de exploração do pescado das ilhas. Frente que se constitui sem concorrência expressiva sobre o espaço marítimo que, devido à sua fartura de pescado, não exigia grandes esforços para a captura do peixe, que era encontrado em áreas muito próximas das costas das ilhas[22].

Trata-se, portanto, de um conjunto importante de documentos que me pareceram sólidos o suficiente para contestar, de maneira definitiva, uma ideia ainda muito presente no senso comum, de que os cabo-verdianos teriam construído sua sociedade "de costas voltadas para o mar" (Brooks, 2006).

Com um arquipélago com exíguas terras agricultáveis, com ciclos permanentes e consistentes de seca e diante de mares tão ricos, o suposto desinteresse dos cabo-

[22] Tanto no passado, como no presente do arquipélago, há sinais muito claros de que a pesca artesanal compôs e ainda compõe uma espécie de sistema de base popular que integra agricultura de base camponesa e pecuária de pequena escala como elementos cruciais para o enfrentamento das crises cíclicas de seca que atingem o arquipélago. Em função de ser mais estável do que a agricultura que além de terras necessita de água, a pesca artesanal sempre teve papel crucial na composição do mundo camponês cabo-verdiano, sendo, inclusive, difícil de pensá-la como uma atividade isolada, já que muitos daqueles que praticam a pesca ainda o fazem em paralelo à criação de animais e a atividades agrícolas.

verdianos pelo pescado das ilhas seria um paradoxo se, de fato, essa indiferença fosse algo real e não parte de um discurso – com efeitos hegemônicos (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010) –, e que se torna um dos elementos de justificação para a manutenção dos mares em uma fronteira a ser explorada em escala industrial (Oliveira Filho, 2021).

O segundo conjunto de documentos diz respeito às primeiras tentativas, por parte da administração colonial das ilhas, de estabelecer uma exploração estruturada do pescado no arquipélago, nas décadas iniciais do século XIX. O desenvolvimento tardio dessas iniciativas, ao menos em relação às terras agricultáveis que há muito já se encontravam articuladas aos circuitos comerciais do atlântico, não deve significar que essa "riqueza" tenha passado despercebida aos olhos dos colonizadores.

De todo modo, estamos falando de uma fase em que fatores de ordem social, política, econômica e ecológica impediram o surgimento efetivo dessa extração de pescado dos mares das ilhas, apesar de se verificar um primeiro surto de expedição, pela administração colonial, de uma série de legislações – mais especificamente, estatutos de companhias de pesca – que tinham a intenção de criar algo "novo" no arquipélago. Tratamos de um período de crise política profunda do império colonial português, que havia perdido o Brasil em 1822 e que buscava estabelecer critérios "racionais" para uma exploração estruturada de suas possessões africanas como forma de compensar a perda de seu território mais lucrativo (Alexandre, 2004).

Com isso, as primeiras iniciativas dos portugueses em relação ao pescado foram tímidas, porque espelhavam a fragilidade de Portugal naquele momento, porém, foram atos que indicavam claramente o que estava por vir, ou seja, a necessidade de submeter à insignificância a atividade pesqueira local, para se poder avançar com o projeto de extração, em moldes coloniais, do pescado das ilhas.

Após essa fase de experimentação da estruturação dessa atividade e após um hiato de quase um século, apresento mais um conjunto de documentos que se relacionam com a efetivação da primeira frente de exploração colonial do pescado das ilhas. O que se dá por meio da constituição de uma grande rede de fábricas de conserva de peixe em diferentes ilhas do arquipélago a partir da década de 1930. Da documentação referente a essa fase de exploração colonial do pescado das ilhas, é possível identificar a consolidação de fórmulas, modelos, ações e discursos que, entre outros aspectos, testemunham a dependência da mão de obra local para sua consecução (Santos, 2009).

Aqui é o momento mais claro de definição dos pescadores locais como agentes incapazes de produzirem "progresso", como representantes de uma espécie de pesca em estado "primitivo" que faria por bem desaparecer para dar espaço para o "novo" que somente beneficiaria as ilhas.

O quarto e último conjunto de documentos apresentado na Parte III diz respeito ao período que se iniciou com a independência do país em 1975. Esse é o momento em que surge uma burocracia estatal para cuidar do universo pesqueiro. É também o período de inserção da pesca local no mapa social e político das ilhas. Cria-se, nessa fase, um aparato estatal, formal e burocrático que passa a lidar com a atividade pesqueira objetivando a estabilização econômica e a afirmação da soberania do estado independente.

Esse é um período importante para os pescadores locais que ganham reconhecimento social, mas é também um momento de transformação das áreas da pesca artesanal em territórios profícuos para a afirmação de soberania do estado (Das, 2020). É também o momento em que se pode observar que os agentes do estado independente, apesar dos avanços importantes conquistados, decidem pela continuação da exploração industrial do pescado, nos moldes coloniais, o que aprofundou o quadro de conflitos com a rica cultura artesanal marítima do arquipélago.

Leio a análise documental empreendida nesta tese como uma espécie de espinha dorsal por meio da qual busco identificar linhas de continuidade entre o passado e presente, na trajetória daquilo que estabeleci, já em trabalho anterior, como uma gestão estatal das pescarias (Silva, 2018b)[23].

Toda essa cadeia de fragmentos históricos é importante porque, ao menos do meu ponto de vista, ela é capaz de historicizar a condição de marginalidade social da comunidade pesqueira local como um fenômeno que precisa ser pensado como algo atrelado às disputas multiescalares pelo pescado das ilhas.

A documentação apresentada, portanto, dá conta de dois eixos principais de significação que ora se articulam e ora se distanciam ao longo do tempo, pois refletem

[23] Chamo de gestão estatal das pescas uma cultura administrativa que nasceu com o interesse da administração colonial em explorar o pescado das ilhas e que fundou um campo hegemônico no qual passaram a atuar agentes autorizados em dizer qual o fim mais adequado se deve dar ao pescado das ilhas e quem, fundamentalmente, passaria a definir direitos de precedência sobre o pescado das ilhas. Essa é uma cultura administrativa que surgiu no período colonial, mas que claramente foi incorporada pela burocracia estatal surgida com a independência. A partir de 1975, portanto, foi uma cultura administrativa na qual se refletiram as disputas internas pelo poder no arquipélago.

determinações de ordem social, econômica e política das distintas agências que atuaram na ocupação do arquipélago a partir de 1460.

Daí ser possível perceber os sinais inequívocos de conformação de uma tradição local de conhecimento pesqueiro, produzida nas margens da sociedade colonial, que aprendeu, a partir de métodos artesanais, a explorar o pescado desses mares. Mas também um movimento da administração colonial, que, de maneira inédita, passou a explorar o pescado como uma espécie de *commodity*.

Se as ações da administração colonial podem ser vistas como os primeiros passos de uma exploração industrial do pescado que perdura até os dias atuai; de outro, pode-se perceber a presença marcante de uma pesca de base comunitária e artesanal que persiste e resiste de maneira muito pródiga até o presente.

Esse é, portanto, um trabalho de escavação, mas também de elaboração de uma série de fragmentos da história que se originam de arquivos públicos e de muitos documentos que ainda não foram abordados pela historiografia das ilhas, como dos próprios pescadores artesanais que estão presentes nesta tese de diferentes maneiras.

Ao passo que se tornou mais clara para mim a existência de uma relação entre a desqualificação dos saberes locais e uma disputa pelo pescado que compreendi aquela como constituída de tropos narrativos que jogam um papel fundamental no presente (Das, 2020)[24]. Diante do atual cenário de escassez estrutural do pescado (Silva, 2018b), essas mesmas noções passaram a compor, no quadro da gestão estatal das pescarias, o processo que busco nomear de *racialização dos descontentes*.

Ampla e declaradamente contrários às estratégias modernas de gestão estatal do espaço marítimo (Silva, 2018b), mais do que entraves aos grandes projetos de desenvolvimento, os pescadores passaram a ser tratados como uma franja da sociedade cabo-verdiana ainda a controlar, em nome, fundamentalmente, de um projeto político e de poder sensivelmente deslocado das bases populares das ilhas. Nesse sentido, os sinais diacríticos que possam vir a identificar os sujeitos como pertencentes ao universo

[24] Analisando a questão dos estupros coletivos ocorridos na sequência de dois eventos marcantes da história recente da Índia, Das (2020) identifica nas narrativas sobre as mulheres violentadas nesses ciclos de violência "tropos narrativos" que diziam mais respeito às dinâmicas de constituição da soberania do estado independente, do que sobre as estratégias dessas mulheres para se reintegrarem à sociedade de castas após sua violação. Quadro que aponta para um cenário de manipulação de histórias de sofrimento, mas também de um ambiente onde se naturaliza um cenário de distância entre o que é dito e o que vivido sobre um segmento social bastante específico, com consequências drásticas para as(os) envolvidas(os). Com isso, quando aciono os tropos narrativos no âmbito da discussão sobre a pesca, estou me referindo a uma série de desqualificações sobre suas práticas e saberes que, ao fim e ao cabo, contam mais sobre quem os anuncia, do que sobre a pesca artesanal em seus próprios termos.

artesanal pesqueiro passaram a ser lidos como fragmentos de um passado primitivo (africano) que deve ser eliminado como forma de adequá-los a uma sociedade moderna, civilizada e sem fissuras.

A identificação dos rastros deixados pela cadeia de acontecimentos que conformam essas duas frentes tão distintas de exploração do pescado das ilhas se deu a partir do mês de janeiro de 2023, quando passei a realizar visitas frequentes, principalmente ao Arquivo Público Nacional, à Biblioteca Nacional e à Biblioteca da Universidade de Cabo Verde, todos localizados na capital do país, na cidade da Praia. Complementarmente, também realizei levantamento bibliográfico sobre a pesca na Biblioteca Pública de Tarrafal de Santiago, na Biblioteca Pública da ilha do Fogo, na cidade de São Filipe e na Biblioteca Pública municipal da cidade de Mindelo, na ilha de São Vicente.

Além de ter me deparado com problemas de acesso a áreas restritas tanto do Arquivo Público, como da Biblioteca Nacional, deparei-me com a ausência de muitos documentos importantes para esta pesquisa e acessei outros tantos que apresentavam estado avançado de decomposição.

Em ao menos duas ocasiões, especificamente na ilha do Fogo e São Vicente, tive acesso enfaticamente negado a áreas importantes de ambas as bibliotecas municipais, sob a alegação de que aquilo que estava em exposição era tudo que havia disponível sobre a pesca. Mesmo eu alegando que o tema era transversal a muitos tipos de publicações e que, em outros arquivos do país, eu o estava encontrando em publicações mais genéricas sobre as ilhas, não consegui furar o bloqueio para acessar arquivos que eu sabia que existiam dentro dessas instituições.

Apesar das dificuldades encontradas no acesso à parte da documentação com a qual trabalho, não posso me queixar de ter faltado material que me servisse de linha de costura para o trabalho de imaginação histórica que busquei empreender (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010). E aproveito o ensejo para explicitar, acerca da Antropologia Histórica mobilizada neste trabalho, que encontro em Jean Comaroff e John Comaroff (2010) reflexões importantes que amparam minha análise de documentos.

Também considero importante esclarecer que, com a análise de documentos, não tive a intenção de apresentar qualquer quadro definitivo de alguma dessas frentes de exploração do pescado nas ilhas, justamente porque não parto da ideia de que a história seria um instrumento capaz de produção de verdades definitivas e absolutas (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010).

Porém, à medida que a documentação histórica possibilitou que eu visse parte de um processo, não quis perder a oportunidade de questionar a validade de pressupostos coloniais e, depois, neoliberais, sobre a atividade pesqueira local, perspectivas que a apreendem como uma espécie de estágio primário de desenvolvimento, em nome do mais puro interesse especulativo (Andrade, 1996).

E foi justamente esse movimento que contribuiu e que ainda colabora para apartar a pesca da história e que garante a manutenção de essencializações dos praticantes contemporâneos da pesca artesanal, que ora são afirmados como "atrasados" e primitivos, ora como "puros", "ingênuos" e "desinteressados" em relação ao que acontece em seus mares (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010).

Com isso, busco, precisamente, reforçar a ideia dos saberes pesqueiros locais como originados de escolhas racionais; perspectiva que se torna necessária para se conseguir identificar as motivações políticas dos pescadores em relação à administração colonial e, depois, em relação à atuação do estado independente; e, finalmente, como forma de não separar a pesca local de eventos globais, o que encerraria essa atividade em "ilhas de tradição" (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010).

Insisto nessa perspectiva porque me filio à ideia de que "os mundos, são, em toda parte, fusões complexas entre modernidade/magia, racionalidade/ritual, história e aqui e agora" (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010, p. 6).

Partindo da iniciativa de abandonar dualismos paralisantes que continuam a povoar nossas perspectivas históricas mais ortodoxas e de aparatos ideológicos de justificação para o avanço de frentes neocoloniais, o esforço aqui é pensar a pesca local para além de um plano que sirva à produção de contrastes como "instrumentos de alterização" (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010, p. 15; Moyo; Chambati, 2013).

Caminhando nessa direção, o objetivo da análise documental não tem a intenção de ser simplesmente um exercício de localização de "marcos" e "eventos" em uma linha do tempo, mas de "reconectar fragmentos de um campo cultural" a uma sociedade historicamente determinada, reconduzindo-os a um mundo de interconexões dotadas de significado" (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010, p. 21). O acompanhamento desse processo histórico busca, portanto, discutir por quais caminhos o presente das pescas se tornou "real" e como certas "essencializações" se tornaram possíveis, levando em conta que "toda sociedade real é um processo no tempo" (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010, p. 21).

A saída, aqui, é a busca por uma perspectiva de processo que recusa a realidade social como um ente coerente, ao mesmo tempo em que advoga a possibilidade de identificação de padrões oscilantes que se desdobram na necessidade do "analista" em reconhecer a precariedade da ideia de "sistema", também apostando no fato de que "a ausência e a desconexão, a incoerência e a desordem precisam, na verdade, ser demonstradas; não podem ser presumidas nem postuladas por indução negativa" (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010, p. 30).

Parto, então, da ideia de que estou lidando nesta tese com duas frentes muito distintas de exploração do pescado nas ilhas, que logicamente se imbricam em algum momento da história, mas que possuem historicidades muito próprias. Daí a necessidade de afirmar a existência da pesca artesanal "fora de um mundo local enredado em ciclos repetitivos de tempo estrutural" (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010, p. 30).

Levar em conta a relação entre "estrutura e indeterminação", trabalhar com a revelação de historicidades locais e romper com "traços básicos da historicidade acidental – a biografia e o evento" são, assim, os principais desafios dessa proposta de Antropologia Histórica que tem no conceito de cultura seu referencial mais importante (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010, p. 30).

Para Jean Comaroff e John Comaroff (2010), devemos compreender a cultura como:

> um conjunto de significantes-em-ação situados na história e desenrolando-se ao longo dela, significantes ao mesmo tempo materiais e simbólicos, sociais e estéticos. Alguns deles serão entretecidos, a qualquer momento no tempo, para configurar visões de mundo relativamente explícitas, integradas de forma mais ou menos coesa; outros poderão ser vigorosamente contestados, apropriados por contraideologias e "subculturas"; já outros poderão tornar-se mais ou menos livres, relativamente flutuantes e indeterminados em seu valor e significado (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010, p. 34).

Entendendo que não é possível pensar o poder fora da cultura, porque ele não está acima nem da cultura e nem da história, os autores advogam a necessidade de mobilização dos surrados conceitos de hegemonia e ideologia para se bem compreender, justamente, "a inseparabilidade do poder e da cultura" (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010, p. 35).

> Consideramos que a hegemonia se refere à ordem de signos e práticas materiais, retirados de um campo cultural específico, que passam a ser admitidos como a forma natural, universal e verdadeira do ser social – embora sua introdução nos mundos locais nunca seja automática, sempre passível de ser desafiada pela lógica das formas culturais predominantes. Ela consiste em subentendidos: coisas que, sendo axiomáticas, não costumam ser objeto de

> explicação ou disputa (cf. Bourdieu, 1977: 94, 167). É por esse motivo que seu poder parece ser independente da agência humana, residir naquilo que silencia, no que situa além dos limites do pensável. Como conseqüência, raras vezes é contestado abertamente. De fato, no momento em que qualquer conjunto de valores, significados e formas materiais passa a ser explicitamente negociável, sua hegemonia está ameaçada; nesse instante, torna-se objeto de ideologia ou contra-ideologia.
>
> Consequentemente, a ideologia descreve "um sistema articulado de significados, valores e crenças de um tipo que pode ser abstraído como (a) 'visão de mundo'" de qualquer agrupamento social (Williams, 1977: 109). Trazida na prática cotidiana e nos textos auto-conscientes, nas imagens espontâneas e nos estilos populares, essa visão de mundo pode ser mais ou menos sistemática no que lhe é interno, mais ou menos coerente em suas formas externas. Contudo, enquanto existe, fornece um esquema ordenador, uma narrativa mestra para a produção simbólica coletiva. Obviamente, para invocar Marx e Engels (1970), a ideologia reinante de qualquer período ou local será a do grupo dominante, embora seu grau de preeminência possa variar um bocado; variará também a extensão do poder que lhe será conferido pela força instrumental do Estado. Mas populações outras, subordinadas, também têm ideologias. E na medida em que tentarem se afirmar, adquirir algum controle sobre os termos segundo os quais o mundo é organizado, também elas se referirão a essas ideologias ativamente – ainda que apenas para se oporem a seus símbolos.
>
> Aqui reside, portanto, a diferença básica entre hegemonia e ideologia. A hegemonia consiste em construtos e práticas convencionais que já permeiam uma comunidade política; a ideologia tem sua origem nas afirmações de um grupo social particular. A hegemonia está além da argumentação direta; a ideologia tende a ser percebida como uma questão de opiniões e interesses conflitantes e está, portanto, mais sujeita à contestação. A hegemonia, quando é mais eficaz, é muda; a ideologia convida à argumentação (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010, p. 35-36).

Uma abordagem histórica da questão da pesca em Cabo Verde se faz sensivelmente necessária. Primeiro, porque não há trabalhos semelhantes nesse sentido, mas também porque o que se tem visto são leituras que apresentam a historicidade da indústria conserveira, como uma etapa de desenvolvimento da atividade, esvaziada, tanto da produção de ideologia, como de hegemonia (Lopes, 2023).

Olhar para a história de constituição de uma indústria pesqueira no arquipélago é reconhecer que essa frente de exploração estava ligada a um grupo social muito específico e hegemônico em termos políticos, em função de estar ligado à administração colonial. O caso, portanto, não se reduz a explorar o peixe de maneira mais ou menos "eficaz", mas concomitantemente a um processo de subordinação das técnicas locais, criar discursos, delimitar acessos e, fundamentalmente, elevar a discussão sobre o acesso ao peixe a uma ordem ideológica que submete todo um sistema local de conhecimento à dimensão especulativa do uso desses mares (Andrade, 1996).

A análise dessa documentação histórica dá conta do início de um tempo em que a disputa pelo pescado estará ligada a posições de classe e de raça. Essa situação fica ainda

mais evidente com a independência em 1975, que promove uma mudança das estruturas de poder, e é exatamente nesse ponto que há um reconhecimento da existência da extensa e rica cultura local da pesca artesanal. Ocorre que, apesar da perspectiva socialista e pan-africana do período da independência, não foi exatamente em direção a uma revolução socialista que o estado caminhou, principalmente a partir de 1990.

Pode-se supor, com o aprofundamento do capitalismo no contexto de um frágil estado africano, que disputas históricas se acirraram e as definições e estratificações de classe e de raça se aprofundaram.

E, finalmente, quando as reflexões do professor Sam Moyo (2003; 2005; Moyo; Chambati, 2013) sobre a questão agrária em África aparecem na conclusão, o propósito é justamente reforçar a ideia de que o que acontece em torno do pescado em Cabo Verde são disputas de peso que articulam forças locais e globais interessadas no controle de algo muito valioso em termos econômicos, mas também simbólicos. Isso porque controlar o acesso à terra, como mostra Sam Moyo (2003; 2005; Moyo; Chambati, 2013), e também comandar o mar, no caso de Cabo Verde, são, de fato, questões que mobilizam a produção de representações sobre determinados grupos sociais, com efeitos de hegemonia no âmbito da gestão desses recursos.

Essa dimensão da disputa é relevante pois é pela convivência com os pescadores locais que passei a perceber a natureza contra-hegemônica de seus discursos, que abalam, frontalmente, os planos de apropriação industrial do pescado, em seus fundamentos mais caros.

Peixe, portanto, é dinheiro e poder, é definição de classe, é afirmação de burocracias estatais, é a criação de justificativas que mantêm o fluxo de pescado de Cabo Verde em direção às grandes potências do capitalismo, em detrimento de uma base sólida de comunidades pesqueiras espalhadas por todo o país.

Daí a necessidade de *racializar os descontentes*, dentro de um processo mais amplo de disputas por hegemonia, como também de uma disputa pela manutenção de escolhas políticas e econômicas que produzem uma verdadeira catástrofe socioambiental nos territórios artesanais pesqueiros do país.

1 ANTES DA HISTÓRIA, UM QUADRO DE REFERÊNCIAS SOBRE UM PRESENTE DE CONFLITOS

Pescador que sonha e pesca

Alma que morre com salitre
no nó da garganta
com sonhos que são
Salpicos de água no anzol de luar

Morre com a carcaça no peito
e linha na mão
pescado no sonho
e… salpicos de água e sonho
nos olhos…

Bota a linha
e morre sonhando
com o peito cheio de peixes e graúdos
com olhos de mulher e filhos
dinheiro e pão

E morre ainda pescando
com a linha presa na mão
(Poeta, músico e compositor Mário Lúcio Sousa – set./1983).

Conheci Cabo Verde no primeiro semestre de 2015 enquanto cursava o penúltimo semestre do curso de graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Selecionado em um programa de intercâmbio, passei cerca de cinco meses na ilha de Santiago, cidade da Praia, período em que frequentei por um semestre letivo o curso de Sociologia da Universidade de Cabo Verde[25]. Foi durante esses meses nas ilhas que a pesca artesanal começou a aparecer como um tema importante de pesquisa para mim, que, na sequência, levaria-me ao mestrado e, depois, à elaboração desta tese de doutorado (Monteiro; Silva, 2016; Silva, 2018b).

No arquipélago, por motivos óbvios, o mar é um elemento central da vida cotidiana e se faz presente na culinária, no lazer, na música, na literatura, mas tive que dar algumas voltas até perceber que a compreensão da cultura marítima que integra a base camponesa das ilhas fornece elementos muito sensíveis para uma melhor apreensão das dinâmicas do poder que estruturam essa sociedade.

[25] Estive pela primeira vez em Cabo Verde no projeto de Pró-mobilidade Internacional Capes/AULP: "Ensinar qual Língua, Ler qual Literatura? Interculturalidade e relações étnico-raciais no Brasil e em Cabo Verde", coordenado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, História, Letras e Artes: Diversidade Sociocultural, Relações Étnico-raciais em Países de Língua Portuguesa (NEPEHLA/CNPq).

Outrossim, havia passado um longo período da minha graduação muito próximo de professores/pesquisadores envolvidos com a temática dos "povos e comunidades tradicionais" no Brasil.

> Vários autores argumentam que a discussão sobre a constituição do povo e da nação formou a base temática da constituição do campo da Antropologia Brasileira: não é apenas uma antropologia no Brasil, mas uma antropologia do Brasil. O surgimento da noção de populações tradicionais inscreve-se nesse cenário e, de certa forma, é mais um capítulo da história da constituição desse campo de conhecimento e da disputa pela definição dos elementos caracterizadores do povo brasileiro. Essa discussão resulta, reflete e é reflexo de políticas públicas e da legislação voltadas à definição, gestão e constituição das homogeneidades e diferenças que caracterizam o povo brasileiro (Mendes; Silva; Simões, 2017, p. 57).

Refletindo sobre aspectos centrais da imensa sociodiversidade da população brasileira, Costa Filho (2020) enumera quatro critérios que costumam aparecer como princípios basilares da autoidentificação dos grupos abarcados na categoria de povos tradicionais: fundo de identificação étnico-racial; conexão estreita com biomas específicos; domínio de técnicas específicas de trabalho funcionando como marcadores de identidade; e, por fim, tipo de ocupação e uso dos territórios estreitamente vinculado a conjunturas históricas específicas (Costa Filho, 2020, p. 5).

Dada essa minha experiência inicial na Antropologia – por meio um jogo de espelhos –, devo confessar que precisei ser alertado acerca do perigo de tentar "colar", no contexto de Cabo Verde, as categorias estatais utilizadas no Brasil em situações bastante específicas. Por outro lado, não consegui deixar de notar possíveis paralelos com aspectos definidores da organização daquelas comunidades abarcadas na categoria de povos e comunidades tradicionais no Brasil[26].

Motivado por reflexões dessa natureza, meu primeiro impulso foi buscar saber como a pesca artesanal do arquipélago estava sendo tratada na Universidade. E foi bastante curioso perceber que o espaço universitário local, de maneira geral, tinha investido muito pouco na compreensão da organização social das comunidades artesanais pesqueiras a partir de seus próprios termos.

[26] Mais tarde, passei a notar os limites da aplicação da categoria de povos tradicionais no contexto de Cabo Verde, principalmente em função de não ter identificado junto aos pescadores artesanais, um histórico de interlocução com o estado nos termos de reivindicação de uma identidade diferenciada em relação à identidade nacional. Creio, por outro lado, que os elementos para avançar nessa discussão estão dados e, assim como ocorreu com o processo desenvolvimento da categoria "quilombos" no Brasil (Leite, 2000), seja possível avançar na construção de espaços acadêmicos e políticos, em articulação com as comunidades pesqueiras, no sentido de pensar direitos políticos diferenciados para essas comunidades.

Por outro lado, encontrei autores que, ao enfatizarem aspectos estritamente econômicos da cultura marítima local, acabam reduzindo a pesca artesanal às raias do primitivismo. No mapeamento desses trabalhos, comecei a perceber que a "modernização" da atividade local passou a aparecer como prioridade dessas análises[27].

Reproduzo uma pequena amostra desses trabalhos e o trecho de uma entrevista do então ministro do Mar, no qual é possível observar de maneira clara essa tendência:

> Para Alcides Varela *et al*. (2011:195), após a Independência Nacional, os sucessivos Governos de Cabo Verde têm vindo a implementar políticas de apoio ao setor, sobretudo no reforço de infraestruturas de apoio à pesca, o que pouco ou nada tem contribuído para tirar a pesca do relativo subdesenvolvimento. Ainda, de acordo com esta fonte, o desenvolvimento das pescas em Cabo Verde requer a existência de armadores criativos, inovadores, com habilidades gerenciais, preocupação ambiental, solidariedade e espírito colaborativo, e não faz sentido realizar investimento em infraestruturas, se os operadores de pesca não possuírem um stock mínimo de capital intelectual, gerencial, físico, financeiro e social. É realçar que, apesar das infraestruturas e frotas pesqueiras existentes em Cabo Verde, é preciso dotar, com exceção, em certa medida, do concelho da Praia, no caso da ilha de Santiago, mais infraestruturas e frotas pesqueiras, cada vez mais modernas e com maior capacidade (Varela, 2013, p. 105).
>
> Do ponto de vista da formação profissional, o nível de qualificação no sector constituía um grande estrangulamento para execução dos programas de desenvolvimento, tanto à nível das capturas como à nível da indústria transformadora de pescado. Esta situação, resulta não só da exígua formação profissional dos pescadores, que ao longo dos tempos adquiriam exclusivamente conhecimento informal e empírico através da experiência dos mais velhos, como também do elevado nível de analfabetismo e do baixo nível de escolarização (Cabo Verde, 2012b, p. 34).
>
> Um problema reconhecido de atitude e mentalidade consiste na falta de profissionalização e visão empresarial dos pescadores artesanais, um grupo da população ainda bastante pobre e dedicado, em boa parte, a atividades de subsistência e de pequeno comércio (Ferreira, 2011, p. 62-63).
>
> A actividade piscatória no concelho do Tarrafal é ainda pouco desenvolvida. Esta actividade tem maior expressão na Cidade do Tarrafal e Chão Bom. Também é praticada nas localidades de Ribeira das Pratas e Bimbirim. Depois da agricultura é a actividade mais importante apesar das dificuldades que o sector vem enfrentando.
> Uma análise mais detalhada, indica que as condições de pesca no concelho são precárias, tendo em conta a carência de equipamentos e falta de condições adequadas para a apanha e conserva do pescado (Cabo Verde, 2011, p. 55).
>
> A contribuição do sector primário no PIB poderia inverter-se, ou pelo menos ter um aumento relativo, se o sector das pescas ocupasse realmente o seu próprio espaço económico. A insuficiência das capturas, assim como o fraco nível de industrialização, impossibilitam a evolução deste subsector do sector primário (SGNU, 2007) (Tavares, 2017, p. 20).

[27] Ao longo da análise do material histórico apresentado nesta tese, fica evidenciada a estreita relação entre visões economicistas sobre a pesca local e aquilo que Oliveira Filho (1979) identifica como a esterilização do processo histórico que esse tipo de trabalho produz.

> Esta visita é basicamente para ouvir os profissionais da área das pescas, perceber a razão de alguns ruídos e algumas divergências na organização de algumas associações, mas principalmente perceber como é que o Governo pode entrar com meios próprios para criar as condições que o sector das pescas precisa para deixar de ser um sector que ainda está muito voltado para a subsistência de quem o pratica. (Trecho de entrevista do ministro do Mar ao jornal *Expresso das Ilhas*. Disponível em: https://expressodasilhas.cv/politica/2022/11/28/ministro-defende-outra-pujanca-e-criacao-de-infra-estrutura-de-apoio-para-o-sector-das-pescas/83210. Acesso em: 17 out. 2023).

Constatada a negligência da agenda acadêmica local com programas de pesquisa comprometidos com a compreensão do fenômeno artesanal pesqueiro em sua dimensão etnográfica (Baptista *et al*., 2009, p. 1), passei a procurar pelos atores da pesca artesanal para além dos muros da Universidade de Cabo Verde. Foi quando passei a "assuntar" sobre a pesca artesanal e os pescadores com meus colegas de sala, com os colegas e funcionários da moradia estudantil onde me hospedei e passei a frequentar os pequenos mercados de peixe da agitada cidade da Praia para tentar compreender como se davam as dinâmicas sociais em torno da atividade.

Ao me aproximar da comunidade pesqueira na cidade da Praia, aproximei-me da periferia da cidade, dos bairros que mais se assemelham com as periferias urbanas brasileiras, tanto no que diz respeito à falta de infraestruturas básicas, como no tocante aos processos de marginalização social e de criminalização da pobreza pelos quais passam suas populações (Lima, 2011; 2014).

Não foi por outro motivo que, quando comecei a frequentar os bairros periféricos da cidade da Praia em busca dos pescadores, também passei a receber reiterados conselhos dos meus cuidadosos e gentis colegas da Universidade sobre a atenção que deveria ter ao adentrar essas regiões, sempre tão associadas ao perigo e à criminalidade.

Dando a devida atenção ao que me falavam, passei a deixar que as conversas cotidianas me guiassem. Todas as vezes que me apresentava a um pescador artesanal, pedia autorização para gravar nossas conversas, que, na maioria das vezes, tornavam-se entrevistas semi-estruturadas.

Com o tempo, passei a conhecer um pouco mais sobre os pescadores da cidade da Praia; quando comecei a perceber que havia um sentimento generalizado de frustração em relação à condição social em que se encontravam. Porém, para além disso, o que predominava entre eles era um forte discurso, quase em uníssono, relatando um quadro generalizado de escassez do pescado nas ilhas.

> Eu já pesco há 30 anos, moro em Porto Mosquito, mas nasci em Porto Rincão. Daquela época que comecei a pescar, a pesca ainda era boa, mas agora não. A pesca não dá, há muito barco que apanha peixe mais pra fora, nós aqui pescamos de bote e bote é pequeno e eu não posso ir até onde o barco pesca. Bote é mais pequeno e pesca é sempre mais pra terra e eu não consigo ir até onde o barco apanha o peixe (Agostinho, pescador de Porto Mosquito. Entrevista concedida em março de 2015).

Também ainda durante essa primeira estadia no arquipélago, comecei a perceber que, apesar do tema da escassez ser recorrente entre os pescadores, era algo que estava muito longe de se restringir a eles.

Das inúmeras pessoas com quem conversei sobre esse assunto ao longo do primeiro semestre de 2015, ouvi da cozinheira da moradia estudantil onde me encontrava hospedado algo que se repetiria como uma espécie de marca da diferença entre o passado recente e o presente do pescado nas ilhas. Em entrevista gravada na cozinha onde trabalhava, Elisangela Pereira me disse que o maior dos absurdos que presenciava no mercado de peixe era ver a cavala (espécie muito abundante nos mares das ilhas e bastante popular na culinária cabo-verdiana) custar mais do que o quilo de frango importado que ganhou um peso enorme no sistema alimentar do país nas últimas décadas.

Ocorre que esse fenômeno não passou a acontecer somente com a cavala. Também muito popular no arquipélago, o preço do atum explodiu, sendo consumido por uma camada cada vez mais estreita da população do arquipélago, segundo a mesma interlocutora.

Cabe ressaltar que, segundo os praticantes da pesca artesanal de Cabo Verde (Silva, 2018b), cavala e atum são os símbolos, por excelência, de uma relação ecológica que funda a atividade artesanal pesqueira da forma como a conhecemos hoje nas ilhas.

De maneira muito simplificada – pois esse assunto é aprofundado ao longo da tese – é importante reter que a pesca linha de mão em Cabo Verde é voltada, preferencialmente, para a captura de peixes migratórios que se aproximam das ilhas em função dos cardumes de peixes menores que usam as costas do arquipélago como refúgios contra seus predadores.

O atum é o peixe migratório alvo, por excelência, da pesca local, e a cavala é uma das espécies menores responsáveis por sua aproximação em áreas seguras para os botes de pesca artesanal. E como repetem em uníssono os pescadores artesanais do país: “se acaba um, acaba aquele outro” (Silva, 2018b). Daí que a fórmula seja bastante simples: aumento da procura em função do crescimento demográfico do país nas últimas décadas,

oferta baixa em função de um cenário de escassez cada vez mais severo e, consequentemente, o preço nas alturas[28].

A experiência inicial com os pescadores da cidade da Praia também foi útil para que eu pudesse fazer um movimento de interiorização na ilha, buscando vilas e cidades menores em Santiago, para tentar compreender se o quadro observado na capital se repetia no interior.

Entre outras questões, a espontaneidade com que os pescadores do interior da ilha se alinharam aos pescadores artesanais da cidade da Praia começou a me convencer de que eu estava diante de um conflito ambiental de grandes proporções (Silva, 2018b). À medida que ia crescendo a percepção de que eu estava diante de uma configuração ecológica de escassez produzida por decisões políticas, também foi crescendo a percepção de que poderia haver alguma sorte de relação entre a manutenção do quadro de marginalização social dos pescadores e a ausência do pescado relatada de maneira tão consistente (Silva, 2018b).

Se minhas suspeitas estivessem corretas, eu estava consciente de que acabaria precisando transitar da beira da praia em direção ao estado e suas instituições, em que as decisões sobre as formas de gerir os recursos do mar são efetivamente tomadas. E foi assim que acabei por me aprofundar no diálogo com os pescadores e fui aprendendo que, para além da luta pelo pescado travada contra a pesca industrial estrangeira, também os espaços de atuação dos pescadores artesanais em terra passaram a ser alvos de pesadas disputas que agravam o seu isolamento social em relação à sociedade mais ampla[29].

Quando cheguei ao arquipélago pela primeira vez em 2015, a principal praia da capital, a praia de Kebra Kanela, tinha apenas um pequeno restaurante situado em local relativamente distante de sua orla. Alguns anos depois, visitei-a outra vez em julho de 2017, quando fazia trabalho de campo para o mestrado (Silva, 2018b), a praia tinha sido atingida por uma avalanche de construções de bares e de restaurantes de alto padrão, que reduziram significativamente a área de atuação da pesca artesanal naquele local.

---

[28] Em áreas urbanas como na cidade da Praia, há muito que o atum deixou de ser um prato popular para ser incorporado nos cardápios dos restaurantes, pousadas e hotéis da capital, isso porque o quilo do atum chega a custar 800 escudos (cerca de 8 euros), dependendo da época do ano e "conforme o peixe", como repetem os pescadores. Se ainda chega algum atum nas zonas periféricas da cidade, isso ocorre porque quem garante boa parte do abastecimento interno do país é a pesca artesanal que, em localidades como a capital, ocupa os bairros periféricos de maneira muito marcada.

[29] A proposta aqui é pensar as dimensões de classe como dimensões culturais e, por isso, o sistema capitalista como um sistema que impõe tramas de significados que estão muito além de uma mera dimensão econômica (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010; Sahlins, 2003).

Antes, porém, dessas construções se iniciarem, testemunhei uma série de obras públicas de infraestrutura nas imediações dessa orla bastante pedregosa e irregular que prepararam a região para receber consideráveis investimentos privados, muitos deles de origem estrangeira. Essas obras criaram espaços exclusivos e bem distantes da realidade social dos pescadores artesanais da capital que, por falta de opção, continuam a utilizar a praia para ancorarem seus botes.

Para além dos pescadores, essas intervenções geraram a insatisfação de um grupo de frequentadores assíduos do espaço que chegaram a interpelar a administração do município sob a alegação de que estava a ocorrer a prática de crimes ambientais na área da praia.

> Um grupo de cidadãos praienses, constituído por frequentadores assíduos de Quebra Canela, resolveu agir contra aquilo que considera ser um atropelo às leis e um abuso que está a descaracterizar enormemente a praia. A gota de água terá sido a extracção de pedras e areia da zona da praia junto à qual decorrem as mais recentes obras de construção de mais um empreendimento comercial, o quarto na extremidade da ribanceira sobre a praia.“Desde que começaram as construções em kebra kanela nós ficamos perplexos com a cedência de terrenos à beira mar”, aponta um dos elementos do grupo “Os Santuarianos”, um conjunto de amigos que todos os fins-de-semana se reúne na kuebra kanela, junto a um pequeno penedo na zona das rochas (a que chamam o “Santuário”), próxima ao local onde se realizam as obras que provocaram a polémica (Disponível em: https://expressodasilhas.cv/pais/2018/08/26/quebra-canela-um-quebra-cabecas-urbanistico-e-ambiental/59739. Acesso em: 12 fev. 2024).

Figura 3 – Imagem dá a dimensão das construções na principal praia da capital



Fonte: Disponível em: https://santiagomagazine.cv/ambiente/governo-pondera-aumento-de-faixa-de-protecao-da-orla-maritima-para-100-metros. Acesso em: 12 fev. 2024.

Kebra Kanela sofreu grandes intervenções que replicaram na área dessa praia uma lógica de privatização dos espaços públicos do país que tem se tornado cada vez mais comum e que afeta sensivelmente as rotinas de trabalho dos praticantes da pesca artesanal. No caso de Kebra, esse processo também segregou os demais usuários da praia, aumentando a distância entre os diferentes estratos sociais que a frequentam e que a utilizam para atividades de lazer[30].

Para os pescadores artesanais que ainda utilizam a praia para a ancoragem de seus botes, não há qualquer instalação para guarda de seus apetrechos de pesca. Tampouco a praia é utilizada por eles como área de descanso, reparo de suas embarcações, motores e venda do pescado, como é a regra nas comunidades pesqueiras de outras ilhas do arquipélago e do interior da ilha de Santiago (Silva, 2018b).

Outro acontecimento recente de notável repercussão no processo de ocupação urbana da cidade da Praia ocorreu com o início das obras para construção de um cassino de dimensões faraônicas em uma área localizada bem próxima da praia de Kebra Kanela. Idealizado por um grupo econômico liderado pelo empresário chinês David Chow, o empreendimento provocou grande polêmica na cidade. O projeto incorpora o ilhéu de Santa Maria, local famoso por ter sido visitado e estudado por Charles Darwin em seu périplo a bordo do navio Beagle e que, nas últimas décadas, tinha sido incorporado no circuito de lazer dos jovens periféricos da capital (Ferreira, 2021).

No segundo semestre de 2015, um grupo de jovens denominando-se "Korrenti di Ativista" realizou uma ocupação do ilhéu nomeado em cabo-verdiano como "Djéu", em sinal de protesto contra a construção do resort/cassino (Santos, 2021). No contexto da ocupação, uma das lideranças do movimento deu a seguinte declaração para a imprensa:

> Prostituição, lavagem de capital, tráfico de droga, turismo sexual são exemplos de alguns males que o cassino vai trazer para Cabo Verde. Nós queremos que o ilhéu de Santa Maria fica como está, um espaço natural onde as pessoas podem aliviar do stress do dia a dia. O ilhéu de Santa Maria é nosso e para os nossos filhos; não pode ser uma colónia chinesa. Não vamos ganhar nada com o cassino, por isso estamos a reivindicar o direito do nosso património natural. (Disponível em: https://www.rfi.fr/pt/cabo-verde/20150804-baia-da-cidade-da-praia-ocupada-para-impedir-construcao-de-casino. Acesso em: 30 set. 2022).

[30] Seguindo as obras de "requalificação" que se deram na esteira do avanço das atividades turísticas em direção a essa praia, passou-se a proibir a prática de esportes coletivos na faixa de areia. Esse é um tipo de restrição que passou a se desdobrar em prisões que atingem, fundamentalmente, os jovens periféricos da capital. Na Parte IV, ao apresentar os dados etnográficos sobre Tarrafal de Santiago, analiso e exponho esse tipo de prática com mais detalhes.

O protesto acabou não surtindo o resultado esperado frente à promessa de investimentos da ordem de 250 milhões de euros, e as obras se iniciaram em 2016 (Ferreira, 2021).

Após o início da pandemia, porém, a construção foi interrompida, o grupo financeiro entrou em crise e seu presidente acabou sendo destituído. Nesse ínterim, no entanto, o grupo econômico tentou fundar um banco para dar suporte às suas atividades e, antes mesmo do início das obras, David Chow condicionou a execução do projeto ao fornecimento de 200 passaportes diplomáticos, cuja gestão ficaria a seu cargo[31].

> Considerando que em Cabo Verde já existe um esquema de prostituição velada, que explora o *boom* turístico dos últimos anos, desde a mais sofisticada de acompanhantes de luxo, à mais precariamente exercida por profissionais do sexo com menos recursos que operam nas praias ou fora dos circuitos organizados, este tipo de investimento apenas vem fazer aumentar a decadência de um povo que aspira verdadeiramente a uma melhor qualidade de vida e a melhores condições sociais. Pela proximidade deste país com a Costa do Marfim, Nigéria, Serra Leoa, Senegal, Guiné, Burkina Faso e Congo, é fácil de prever para que serve um casino de luxo, o primeiro, instalado numa ilha no meio do atlântico, tão próximo destes países onde se faz tráfico de ouro, diamantes, armas, cocaína (*oriunda da América do Sul com destino à Europa*), e também tráfico humano (*crianças incluídas*) para redes de prostituição de magnatas.
> O produto final é vendido como atrativo e com vantagens para a região. É, no entanto, apenas a ponta do *iceberg* (Duarte, 2020).[32]

As imagens abaixo retratam, respectivamente, uma maquete digital do projeto e duas fotografias do "Djéu". A primeira mostra o ilhéu sem qualquer intervenção; e a última apresenta o resultado das intervenções que chegaram a ser realizadas pelo grupo chinês, antes da finalização de suas atividades.

[31] Disponível em: https://www.anacao.cv/noticia/2022/03/15/empreendimento-djeu-de-david-chow-obra-de-santa-engracia-ou-elefante-branco/. Acesso em: 30 set. 2022.
[32] Disponível em: https://casadasaranhas.com/2020/11/07/o-aberrante-casino-hotel-chines-em-cabo-verde/. Acesso em: 30 set. 2022.

Figura 4 – Maquete virtual do projeto do cassino



Fonte: Disponível em: https://casadasaranhas.com/2020/11/07/o-aberrante-casino-hotel-chines-em-cabo-verde/. Acesso em: 30 set. 2022.

Figura 5 – Fotografia do Djéu antes das primeiras intervenções



Fonte: Disponível em https://casadasaranhas.com/2020/11/07/o-aberrante-casino-hotel-chines-em-cabo-verde/. Acesso em: 21 dez. 2021.

Figura 6 – Imagem atual do Djéu com a primeira intervenção já realizada



Fonte: Disponível em https://casadasaranhas.com/2020/11/07/o-aberrante-casino-hotel-chines-em-cabo-verde/. Acesso em: 21 dez. 2021.

Mais especificamente em relação à pesca artesanal, bem em frente ao ilhéu de Santa Maria, encontra-se a praia da Gamboa. O local historicamente foi utilizado pelos pescadores da cidade da Praia para desembarque de peixe e ancoragem de seus botes e que também foi praticamente toda tomada pelas obras de urbanização da região que se desenrolaram após o início das obras do cassino (Ferreira, 2021, p. 225-226).

Tratam-se de duas praias muito próximas entre si, historicamente ocupadas pela comunidade pesqueira da cidade da Praia e que foram ambas atingidas de maneira muito semelhante por projetos que ignoraram por completo as formas de manejo local desses espaços.

Outro acontecimento que tive a oportunidade de presenciar quando ainda estava em Cabo Verde no ano de 2015 foram as primeiras tratativas sobre as obras de requalificação do mercado do Plateau. O lugar está situado no coração do casario histórico da cidade da Praia, região considerada nobre da capital, sendo um dos mercados de peixe mais tradicionais da cidade. O discurso oficial de "requalificação" do espaço para atender a "novas tendências" internacionais provocou muito barulho e revolta das peixeiras que atuam no mercado[33].

Como consequência da "requalificação" do espaço, no ano de 2017, o jornal *Infopress* relatou a insatisfação das vendedeiras de peixe com a medida adotada pela administração do local que impôs a diminuição do número de mulheres que poderiam atuar no mercado.

> As peixeiras do mercado do Platô, na Cidade da Praia, manifestaram-se hoje o seu descontentamento com a medida da autarquia de reduzir as vendedeiras na "casa de peixe", uma medida que deve ser acatada até 05 de Janeiro.
> Essas mulheres chamaram a Inforpress para manifestar o seu descontentamento e denunciar aquilo que consideram ser uma medida para incitar a venda ambulante e promover o desemprego.
> Aldina de Castro contou que, ao longo da existência do mercado, nunca as bancadas foram suficientes para albergar todas as peixeiras, mas, como forma de todas terem um ganha-pão e não vender nas ruas, juntaram-se em "sócios".
> A "casa de peixe", remodelada recentemente, dispõe de 17 bancadas "pedras", mas conforme Ana Lopes, neste momento, cada uma é ocupada por duas ou mais peixeiras, uma medida implementada por elas mesmas.
> Entretanto, recentemente foram comunicadas que as peixeiras que não têm uma "pedra" vão ter que abandonar o local até 05 de Janeiro e, que devem procurar um outro mercado da capital para se instalarem, porque a "casa de peixe" revela-se pequena para o número actual de vendedeiras.

[33] Em toda a extensão do arquipélago de Cabo Verde, o mercado de pescado é amplamente conduzido pelas mulheres, correntemente conhecidas como peixeiras. Comparativamente com outros contextos de pesca artesanal marítima, como mostra Maldonado (1986), essa é uma forma de organização cujo paralelo pode ser encontrado em boa parte da costa oeste africana.

> "Há 13 anos que vendo aqui, nunca tive uma pedra, mas sempre ocupei um lugar na bancada, eu e a minha sócia, e todos os dias pagamos 110 escudos de "porta". Somos nós que diariamente estamos aqui, por isso eles não têm como dizer que o local está apertado, nunca ninguém reclamou disso", disse outra peixeira, Maria Semedo.
> Nela, de Achada Grande Trás, disse que neste ano de seca, em vez de as autoridades incentivarem a promoção do emprego, querem ver as mulheres sentadas em casa ou a vender na rua. (Disponível em: https://inforpress.cv/praia-peixeiras-do-mercado-do-plato-descontentes-medida-reducao-do-pessoal-na-casa-peixe/. Acesso em: 4 out. 2023).

Esses são três acontecimentos relativamente recentes que compõem um quadro mais amplo de ações envolvendo iniciativas privadas, em geral ligadas à indústria do turismo, que se dão sob a guarda do estado e que reduzem espaços de atuação da pesca artesanal.

Minha opção por citar esses três exemplos de intervenções urbanas diz respeito, principalmente, ao fato de se tratarem de obras que atropelam uma dimensão consuetudinária dos espaços da pesca artesanal. A modificação repentina dessas áreas de atuação dos pescadores, sem a criação de alternativas à perda de seus espaços, contribui de maneira consistente para a criação de zonas de isolamento em relação à sociedade mais ampla, como de confronto com uma gestão estatal vinculada de maneira acrítica à expansão das atividades do turismo e a demais investimentos de natureza privada.

Um primeiro ponto crítico sobre esse avanço de projetos privados em direção às praias do país diz respeito à forma como a pesca artesanal do arquipélago historicamente se organizou em terra. Isso porque há 97 pontos de desembarque da atividade espalhados por todo o país (Cabo Verde, 2019), portos que as comunidades locais de pesca fazem um uso intenso e cotidiano (Silva, 2018b).

As praias e mais especificamente as faixas de areia das mesmas – onde os pescadores costumam deixar os seus botes – são locais muito frequentados em momentos de trabalho, mas também após o término das tarefas relacionadas à pesca. Além de serem nesses espaços onde se costuma realizar os reparos nos barcos e nos equipamentos de pesca. É também ali onde as mulheres vendem o pescado e os pescadores passam muitas horas do seu dia trocando informações sobre a atividade, jogando cartas ou simplesmente olhando para o mar por meio de posturas corporais compenetradas.

Posturas que parecem refletir posições ativas em relação a um ente vivo e que precisa ser constantemente lido e compreendido para ser devidamente explorado. Porque o conhecimento acumulado sobre as águas tem sido observado como a principal estratégia para minorar os altos riscos envolvidos na atividade (Maldonado, 1986).

As áreas de praia também podem ser lidas como espaços de liminaridade entre o universo das águas, a terra firme e a sociedade mais ampla. São nesses locais onde se firmam alianças, são concebidos os planos de pesca, decisões importantes são tomadas. Ali, de forma geral, os pescadores estão entre iguais, não fazem restrições sobre seus modos de agir e falam com segurança e, não raro, com paixão sobre o ofício que dominam. Mostram-se muito orgulhosos de seus feitos e interagem em longuíssimas conversas uns com os outros, sem grandes preocupações com o ritmo da sociedade mais ampla que os cerca (Silva, 2018b).

Por isso, observá-los nesses locais é também compreendê-los como atores ativos na produção de espaços que compõem a sua rica cultura marítima, organizada conforme acontecimentos que instauram uma ordem interna aos praticantes da atividade. Se a praia se mostra como uma zona importante de liminaridade entre o universo das águas e a terra firme, a destruição desses espaços me remete a uma zona de fronteira que estabelece os limites entre concepções de mundo diametralmente opostas, que se chocam no horizonte da modernidade[34].

O que se está a comprometer, quando se avança em direção a esses espaços com construções de restaurantes de luxo e hotéis faraônicos, é um modo de estar nas ilhas muito próprio das dezenas de comunidades que se organizam em torno da atividade pesqueira. Por meio de suas práticas e saberes, instauram dimensões únicas do sensível a partir de seu contato intenso com as águas e modelam o tempo e o espaço das ilhas com profundas repercussões para o ambiente social e político do país (Diegues, 2004; Maldonado, 1986; Ramalho, 2009).

Essa sobreposição de lógicas concorrentes pelo espaço das ilhas torna muito transparente o que essas disputas políticas acarretam. Os pescadores e suas comunidades são um símbolo muito contundente da resistência das camadas populares à lógica de apropriação capitalista desse território (Zhouri; Laschefski, 2010). A forma como conduzem seu trabalho, o baixo impacto ecológico de sua atividade, sua incrível capilaridade nas camadas populares das ilhas e seu papel crucial para a soberania

[34] A ideia de modernidade utilizada ao longo deste trabalho está sempre relacionada ao sentido que o vocábulo comporta na perspectiva decolonial e – para ser ainda mais específico – nas reflexões sobre a temporalidade que a teoria comporta, ou seja, se da perspectiva pós-colonial tem-se que os efeitos do colonialismo se iniciam com a chegada dos colonizadores e não se encerram com queda dos regimes de exceção representados pela colônia, de uma mirada decolonial a modernidade guarda em si sua faceta de simulacro, sua contraparte que ajuda a ordenar hierarquias de seres e saberes fundamentais para a manutenção da ordem estabelecida pelo mundo colonial e que perdura habilmente em tempos de capitalismo tecnológico (Ballestrin, 2013).

alimentar de importante camada da população contrastam, em seus efeitos, com aquilo que prevaleceu ao longo do período colonial e que Andrade (1996) nomeia de "dimensão especulativa do uso do território".

E afinal de contas, quais os efeitos práticos dessa situação de confinamento à qual os pescadores da cidade da Praia são constantemente submetidos? Quais os desdobramentos dessa situação na organização social pesqueira? Como essa situação afeta o cotidiano das pescas? Essa situação é restrita à Praia ou se estende ao país? Qual a relação dessa situação com o passado colonial das ilhas? Essas foram algumas das perguntas que passaram a me inquietar.

1.1 Aproximações sucessivas em direção a posições estanques

Ainda durante o ano de 2015 e em um momento em que eu já estava francamente interessado no tema das pescas, não foram raras as ocasiões em que abordei pessoas de fora do universo pesqueiro para fazer perguntas sobre a atividade e fui surpreendido com falas muito duras sobre a disposição moral dos pescadores artesanais do arquipélago.

Algumas dessas situações estão relatadas em trabalho anterior (Silva, 2018b). Parecia incompreensível para meus interlocutores que eu estivesse interessado justamente na pesca e nos pescadores que, para alguns, eram simplesmente instáveis, mulherengos, beberrões e irresponsáveis. Também houve situações em que minhas perguntas quase ingênuas sobre a atividade pesqueira receberam respostas tão contundentes que passaram a me intrigar tanto quanto o quadro de escassez do pescado nos mares do arquipélago.

Isso porque essas atitudes começaram a surgir de forma relativamente constante e não pareciam se explicar por simples razões de ordem econômica, já que os pescadores artesanais de Cabo Verde – sobretudo nos dias de hoje em que a escassez aumenta o preço do pescado – alcançam ganhos extraordinários em um bom dia de trabalho (Silva, 2018b). Isso, realmente, não impede que continuem a serem lidos pelas lentes do senso comum como inconstantes, quase como almas selvagens, a murta da metáfora do padre Antônio Vieira acionada por Eduardo Viveiros de Castro para discutir a dificuldade dos jesuítas em evangelizar os Tupinambás à sua imagem e semelhança (Viveiros de Castro, 1992)[35].

[35] Observamos cada vez mais detalhadamente que essas noções são fruto da leitura dos pescadores e de suas práticas por agentes interessados em controlar os destinos do pescado das ilhas. Elas, portanto, detonam uma disputa por poder, mas também revelam tensões sensíveis impostas pelos atores locais da pesca às tentativas de estabilização de seu comportamento em categorias desabonadoras de sua cultura pesqueira.

Nas minhas andanças motivadas pelas pescas artesanais, ainda em 2015, também descobri a existência do cais da cidade da Praia. Esse é o principal centro de processamento e de distribuição de pescado da capital. É o local para onde converge o pescado de boa parte da frota industrial da ilha de Santiago e uma quantidade significativa de pessoas em busca de trabalho e de onde saem toneladas de peixe para o consumo da cidade de pouco mais de 140 mil habitantes (Cabo Verde, 2021b)[36].

Alguém havia me dito que, se eu estava interessado nas pescas, deveria conhecer esse espaço. Disseram-me que eu teria que ir, mas que precisava chegar muito cedo se quisesse acompanhar o desembarque do peixe. Foi conhecendo o cais que passei a saber de onde vinha a maioria do peixe carregado por toda a cidade, nas bacias habilidosamente equilibradas sobre as cabeças das peixeiras[37].

E, mais recentemente, não somente das peixeiras, já que tem havido uma migração significativa de rapazes das periferias da cidade da Praia para atividades de venda e processamento do peixe. Isso provoca algum barulho entre as peixeiras, que, até pouco tempo, tinham absoluta prevalência nessas atividades.

Lembro-me bem do dia em que acordei por volta das 4 horas da manhã para ir até o cais. Depois de uma autorização de entrada no espaço, conseguida por intermédio de uma professora da Universidade onde estudava, dirigi-me para a parte baixa do paredão rochoso em cima do qual se encontra situada a Achada Grande de Frente, um dos bairros de pescadores mais antigos da cidade da Praia.

Na porta do cais, deparei-me com uma construção de cerca de 100 metros de comprimento que margeia o oceano e cujo pátio pode ser acessado ao final da rua que termina no portão da frente do porto da cidade.

Quando cheguei, ainda estava escuro, mas já me encontrei cerca de 20 peixeiras, munidas com suas bacias de plástico e organizadas em pequenos grupos dispersos em frente ao portão do cais. Aos poucos, o céu foi se tingindo de um tom alaranjado, o dia

---

[36] Para os órgãos responsáveis pela gestão das pescas em Cabo Verde, o país não possui uma pesca industrial. No Recenseamento Geral das Pescas realizado pelo governo cabo-verdiano em 2021, reconheceu-se a existência de 127 embarcações da pesca semi-industrial registradas no arquipélago. No âmbito desse levantamento, os barcos de pesca semi-industrial são aqueles que são designados "vulgarmente por barco, são embarcações de pesca que dispõem de ponte, movidas com motores internos e que utilizam meios de captura manobráveis manualmente e/ou mecânicos" (Cabo Verde, 2021b, p. 18). Tratam-se de embarcações de cerca de 11 metros que se utilizam de redes de cerco e que embarcam cerca de 10 a 15 pescadores. Dessa perspectiva, a pesca industrial atuante no arquipélago seria somente aquela praticada por grandes navios estrangeiros que atuam no âmbito dos acordos de pesca.

[37] Assim como ocorre na costa oeste africana, em Cabo Verde, praticamente todo o mercado do pescado é realizado por mulheres que se autodenominam de peixeiras. Em geral, tratam-se de parentes próximas dos pescadores. Mais adiante, detalho sobre a atuação das peixeiras no contexto desse universo (Silva, 2018b).

foi nascendo. Quando os portões se abriram, por volta das 6 horas da manhã, já havia uma aglomeração de cerca de 100 peixeiras e também de rapazes ansiosos para entrarem no prédio.

Nesse momento, já se falava alto, havia muita discussão e brincadeiras entre as peixeiras, mas também havia uma certa tensão no ar que mais tarde percebi estar relacionada com o controle rígido que a polícia militar fazia de quem podia ou não entrar nesse local.

Após a abertura dos portões, os guardas passaram a solicitar uma pequena carteira de autorização para entrada no pátio do cais. No meio da confusão, muita gente acabava por driblar o controle sob gritos ferozes dos militares. Havia uma lotação máxima determinada pela administração do cais, e ficou muito claro que a oferta de vagas estava muito aquém da demanda por acesso àquela área.

Quando os portões se abriram e começaram a entrar as primeiras peixeiras, os barcos da frota industrial nacional passaram a desembarcar o pescado e se iniciou um verdadeiro emaranhado de negociações que coloca o peixe em movimento através de redes locais complexas que o faziam circular, com eficácia, por toda a cidade.

Ao longo da manhã, há uma rotatividade enorme no interior do prédio, pois à medida que as primeiras peixeiras saiam, equilibrando as bacias lotadas de pescado por sobre a cabeça, iam chegando mais e mais peixeiras travando duros embates com a polícia para se ter acesso ao pátio onde se podia comprar o peixe, para revendê-lo nas ruas da capital.

Gravei algumas entrevistas com pescadores da pesca industrial nesse pátio. O trecho de uma delas segue reproduzido a seguir.

> Uma vez tinha muito peixe em Cabo Verde, mas agora o peixe é pouco. Peixe diminuiu mais de 100% nesses vintes anos que eu pesco. Sim, falam desse acordo de pesca entre Cabo Verde e União Europeia, mas em Cabo Verde nós temos muita miséria de peixe, porque nossa pesca é só linha e quando eles vêm pra cá eles pescam com rede. Aquele peixe que é pegado mais longe, não vem para o pé de terra mais. E se governo faz contrato com eles, governo tem que fazer contrato com a gente também, porque nosso pescador tem que ganhar dinheiro também pra sustentar nossas famílias e sempre em Cabo Verde pescador nunca foi valorizado, nunca deram valor, sempre fomos desvalorizados. Quando fica velho, governo dá uma aposentadoria de 6000 mil escudos (cerca de 60 euros), mas isso não dá para sustentar a família (Nenê, pescador da pesca industrial que atuava no cais da cidade da Praia. Entrevista concedida em abril de 2015).

Em meio àquela manhã agitada e com muita coisa acontecendo ao meu redor, fui tentar gravar uma entrevista com o administrador do cais, que além de se mostrar muito irritado desde o início da manhã quando o encontrei para apresentar minha autorização de entrada, foi muito enfático em pontuar que falaria comigo rapidamente, mas que eu não poderia gravá-lo.

Como era muito cedo quando o encontrei pela primeira vez, pareceu-me que se tratava do mal humor de alguém que lida com uma tarefa árdua todos os dias desde a madrugada. Todavia, quando comecei a fazer perguntas sobre a questão da escassez do pescado e sobre os pescadores, o funcionário enumerou uma série impropérios e de generalizações sobre a comunidade pesqueira, afirmando, sem qualquer cerimônia, que se tratava de um bando de mentirosos que não sabiam o que diziam. Eu estava presenciando os tropos narrativos que organizam um quadro de disputas – pelas praias e pelo pescado –, sendo mobilizados por um agente do estado que rebaixava o universo pesqueiro das ilhas aos "últimos degraus dessa sociedade"[38].

Assim como mostra Silva (1993), não é exatamente uma novidade a desqualificação de pescadores artesanais. A documentação histórica analisada pelo autor é farta em exemplos nesse sentido. O que estou tentando fazer aqui não é, exatamente, desconhecer a existência desse fenômeno em diferentes latitudes, mas partir da ideia de que cada contexto deve ser analisado à luz de questões históricas, econômicas e sociais específicas.

> A etnografia, argumentaríamos, é um exercício mais de dialética do que de diálogo, ainda que o último seja sempre parte da primeira. Além de conversa, ela impõe a observação da atividade e da interação, tanto formal quanto difusa; dos modos de controle e de constrangimento; do silêncio, assim como da afirmação e do desafio. Ao longo do percurso, os etnógrafos também lêem diversos tipos de textos: livros, corpos, construções, às vezes até cidades (Holston, 1989; Commarof e Commarof, 1991; ver abaixo); mas devem sempre fornecer contextos aos textos e atribuir valores às equações de poder e significado que estes expressam (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010, p. 13).

No caso de Cabo Verde, é preciso reconhecer a centralidade da pesca artesanal para amplas camadas da sociedade de um lado, e as grandes disputas pelo pescado das ilhas, de outro, como elementos importantes na manutenção desses tropos no horizonte da contemporaneidade (Das, 2020). Eles tanto me parecem mais úteis no âmbito dessas

[38] Essa expressão que localiza os pescadores artesanais dentro do quadro mais amplo de sua sociedade é uma constante no contexto cabo-verdiano.

disputas, visto que não são problematizados e passam a pairar como elementos naturalizados de uma realidade social específica (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010).

1.2 Consolidando um quadro de referências para uma análise de documentos

Na cidade da Praia, os pescadores são, em sua maioria, homens e mulheres que vivem nas periferias da cidade, exercem um trabalho duro de captura do pescado em áreas onde há forte incidência da pesca industrial nacional e recebem um tratamento muito peculiar dos agentes do estado em diferentes dimensões da vida social.

Para o administrador do cais, desde as reclamações sobre o tratamento ofensivo dispensado às peixeiras nos portões do prédio que administrava até a tese dos pescadores sobre a escassez do pescado, tudo não passava de teorias vazias, sem qualquer fundamento na realidade. Já que, segundo ele, os pescadores não passavam de "um punhado de gente desgraçada que não sabe o que diz"[39].

A comoditização que atinge os mares de Cabo Verde, portanto, acaba por antagonizar a comunidade artesanal pesqueira e aqueles que conduzem a gestão estatal das pescarias (Silva, 2018b). Essa situação obriga os agentes do estado a administrarem o conflito gerado pela presença de dois modelos de apropriação do espaço marítimo que são inconciliáveis.

Assim como deixei demonstrado em trabalho anterior (Silva, 2018b), esse cenário cria um quadro generalizado de conflito ambiental (Zhouri; Laschefski, 2010) que se configura na esteira do avanço de uma lógica de "extração" mecanizada do pescado das ilhas (Gudynas, 2018).

Essa sobreposição produz graves consequências para o cotidiano. Enquanto o modelo de apropriação artesanal e local do oceano é fonte de autonomia e de soberania alimentar para as camadas populares do país; o outro mantém viva a lógica extrativista e especulativa do tempo da colônia, produzindo escassez e importantes fissuras em um tecido social frágil e marcado por desigualdades sociais profundas.

[39] Em reunião com uma importante instituição internacional que atua em Cabo Verde na área das pescas, ouvi de alta representante que os pescadores não possuem elementos para afirmarem que há uma correlação entre escassez do pescado e as grandes embarcações estrangeiras que atuam nas águas do arquipélago. Assim, como descrito Parte IV, a *racialização dos descontentes* se desdobra em diferentes práticas de desqualificação dos atores da pesca. Há aqueles que são mais sutis do que outros, mas todas são operativas no contexto da gestão estatal das pescas.

> Hay algunos extractivismos que son tan violentos que es necesario distinguirlo con una etiqueta específica: “extrahección”. Este nuevo término proviene del vocablo en latín, extraher, que quiere decir: “arrancar con violencia”. Por lo tanto, las extrahecciones aluden a los casos de extractivismos donde se violan los derechos de las personas y la naturaleza, en especial cuando ello se hace con violencia (Gudynas, 2018, p. 66).

Para além da cidade da Praia, a trilha que segui, sempre indicada por pescadores e peixeiras, acabou me levando à ilha do Maio, para onde acabei retornando, em 2017, para trabalho de campo da pesquisa de mestrado (Silva, 2018b).

Antes, porém, de apresentar a situação da comunidade pesqueira da ilha do Maio, preciso falar um pouco sobre Ana Cristina, jovem peixeira que além de ter me aconselhado a conhecer aquela ilha, por ser um dos locais mais famosos pela fartura em pescado no arquipélago, foi fundamental para que eu escolhesse Tarrafal de Santiago como local para realização do campo para esta pesquisa de doutorado.

Conheci Ana Cristina por indicação de um amigo da UNI-CV que, depois de perceber o meu interesse pelas pescas, apresentou-me àquela a quem ele identificava como uma peixeira. De início, o que mais me surpreendeu em Ana foi sua vivacidade, seu espírito nobre, sua altivez diante das adversidades cotidianas e seu sorriso largo, alguém sempre disposta a conversar e a colaborar com as minhas intermináveis e cansativas indagações.

Quando a encontrei, Ana possuía uma importante rede de clientes, entre os mais recorrentes estavam hotéis, pousadas e bares da cidade da Praia, para quem vendia tanto o peixe que trazia da ilha do Maio, como os polvos apanhados por seus familiares na cidade de Tarrafal. Em sua casa bastante modesta de três cômodos, Ana possuía um freezer para armazenamento do pescado e ainda precisava lidar com grandes caixas térmicas usadas para o transporte do peixe entre as ilhas.

Tive longas conversas com Ana enquanto ela empacotava polvos em sacos plásticos e também a acompanhei em uma viagem à ilha do Maio para comprar pescado. Presenciei algumas de suas discussões com pescadores durante as negociações para a compra do peixe e seu vigor para embarcar as pesadas caixas térmicas lotadas de pescado e de gelo no barco Sotavento que fazia o trajeto Maio-Santiago.

Estava com Ana quando um de seus clientes mais importantes lhe telefonou para dizer que uma carga de peixe tinha sido entregue estragada e que ela teria que devolver o dinheiro da transação. Devido ao grande volume de pescado que manobrava e diante da falta de infraestrutura para lidar com tanto peixe, situações como essas eram inevitáveis.

Ana me disse certa vez que todo aquele esforço a cansava muito, que era técnica em construção civil, mas não trabalhava na área porque, apesar de sua formação, não encontrava emprego. Disse-me que seu maior sonho era montar um pequeno bar para que pudesse fazer sanduíches e servir bebidas em dias de festa. Enfim, Ana trabalhava duro para sustentar seu filho e ajudar nas despesas de casa, pois, naquela altura, seu marido se encontrava desempregado.

A história de Ana e de seus familiares é atravessada pela pesca artesanal, como a de muitos outros cabo-verdianos. Naquele momento em que nos conhecemos, a pesca aparecia como um bem valioso de um povo, uma atividade dura, difícil, penosa, que ela desejava muito deixar, mas que era, naquele momento, seu ganha pão, algo com que, na hora da dificuldade, ela sempre poderia contar e para onde ela sempre poderia voltar.

É um pouco do que acontece com os jovens periféricos que as peixeiras chamam genericamente de "rapazinhos", pois, na falta de oportunidades de trabalho ou de estudo, a pesca é uma fonte de trabalho e de renda das mais valiosas nesse contexto.

1.3 Última etapa de construção de referências para o presente das pescas

Ao contrário das zonas periféricas onde se encontram os pescadores da cidade da Praia, à medida que se adentra o interior da ilha de Santiago ou nas ilhas como o Maio, pescadores e peixeiras costumam ser encontrados no centro da vida cotidiana. No geral, utilizam as principais praias, realizam o mercado do peixe nas principais praças de suas vilas, possuem casas estruturadas – mas continuam a reclamar do mesmo problema, a falta do peixe que os obriga a irem cada vez mais longe, como forma de tentar manter os padrões de rendimento de suas capturas (Silva, 2018b)[40].

[40] É relativamente fácil encontrar, a partir de uma busca simples na internet, diversas reportagens de jornais cabo-verdianos que relatam a situação de penúria dos pescadores cabo-verdianos em relação à escassez do pescado e em relação à falta de apoio institucional para a atividade. Em reportagem recente do portal *Balai*, o presidente da associação de pescadores de São Pedro, na ilha de São Vicente, reclama da situação: "Segundo Luís Delgado Andrade, dos 45 botes existentes na zona piscatória de São Pedro apenas cinco é que vão diariamente à faina por causa da falta de peixe, e os proprietários já não querem investir em combustível por causa da incerteza em ter o retorno.
'Normalmente os problemas em São Pedro são vários. Não só por falta de recursos marinhos como também outros problemas que estão a agravar-se dia após dia. Além da falta de formação, os pescadores já notaram que os recursos estão mais longe e mais escassos e a pobreza está a aumentar de uma forma brutal. Já fizemos vários encontros com instituições e não estamos a ver coisas a melhorar', concretizou o líder associativo.
Conforme Luís Delgado Andrade, a falta de peixe começou a se fazer sentir desde os anos 2000, mas revelou que não sabe se foi provocado por problemas climáticos, por pesca ilegal ou pelos acordos de pesca que Cabo Verde tem com a União Europeia." (Disponível em: https://www.balai.cv/noticias/sao-vicente-

Nessa configuração mais interiorana do litoral, nos lugares mais distantes dos grandes empreendimentos do turismo ou do clima de "cidade grande" da capital, os pescadores com seus botes coloridos dão o tom da vida cotidiana com seu vai e vem constante pelas ruas de localidades como Porto Mosquito, Porto Rincão, Cidade Velha e muitas outras.

Enquanto há luz do dia – e, em situações excepcionais, até no início da noite –, a pesca movimenta peixeiras, compradores e pescadores, que, em suas horas de folga, formam rodas de conversa próximas dos botes ou das associações de pescadores (quando existem) ou, ainda, próximos de companheiros que fazem reparos nos barcos, motores, etc. Esse foi exatamente o cenário que encontrei em Porto Inglês, na ilha do Maio, onde fiz uma visita rápida em 2015 e para onde retornei para o trabalho de campo da pesquisa de mestrado em junho de 2017.

Maio está situada ao lado de Santiago. Apesar de ser uma ilha com um dos menores índices pluviométricos de Cabo Verde, números que se aproximam daqueles detectados em áreas desérticas, abriga em seu entorno, em função de sua extensa plataforma continental, uma das maiores biodiversidades marinhas de todo o arquipélago (Silva, 2018b).

Com uma população residente de 6.828 habitantes (Cabo Verde, 2021), Maio é conhecida como uma ilha esquecida pelo arco das políticas de grandes projetos de desenvolvimento implementados no país. Um local que, apesar de suas belíssimas praias de areia branca e de águas cristalinas, não recebeu os fluxos intensos de investimento estrangeiro na área do turismo, como ocorreu com Sal e Boa Vista. Por isso, mantém seu clima pacato e um ritmo de vida muito distante da capital. Diz-se de maneira recorrente que Maio é a ilha do sossego.

Desde 2015, passei a olhar para a ilha do Maio como um local de referência a partir do qual eu poderia começar a discutir a questão da escassez do pescado no arquipélago. Amparei-me, para isso, em uma linha de raciocínio muito simples: se eu encontrasse na narrativa dos pescadores artesanais de uma das ilhas mais ricas em pescado do arquipélago a mesma queixa sobre a escassez do pescado que encontrei de forma generalizada nas comunidades que visitei na ilha de Santiago, as chances de estar diante de uma questão estrutural aumentaria significativamente.

---

pescadores-de-sao-pedro-queixam-se-da-escassez-de-peixe-nos-mares-que-dificulta-vida-das-familias/. Acesso em: 13 fev. 2024).

Maio é uma ilha onde as pessoas vivem basicamente da pesca artesanal, da extração de sal da Salina Grande, da agricultura de tipo familiar, da criação de pequenos animais como porcos e cabras e de atividades do turismo. Apesar de não haver grandes empreendimentos na ilha, já há uma quantidade significativa de casas de veraneio e de pequenas pousadas e restaurantes, em sua esmagadora maioria de europeus, que também compõem o movimento da economia local.

Em Porto Inglês, principal cidade da ilha, os pescadores artesanais ocupam a área central da principal praia da cidade, movimentam o mercado de pescado de forma intensa e ocupam as ruas em um vai e vem constante que começa por volta das 4 horas da manhã e vai até o final da tarde quando todos se recolhem, para recomeçarem os trabalhos da pesca no dia seguinte.

Figura 7 – Botes da pesca artesanal com a Vila de Porto Inglês ao fundo



Fonte: Foto do autor.

Quando voltei a Cabo Verde para o trabalho de campo em 2017, especificamente para a ilha do Maio, já estava bastante consciente do fenômeno da escassez do pescado e de alguns de seus desdobramentos na organização social do trabalho da pesca, mas não deixei de me surpreender com o tom enfático dos pescadores em relação ao tema, principalmente quando falavam da pesca nas décadas de 1970, 1980 e 1990.

Esse cenário consolidou minha percepção sobre a presença de um conflito ambiental de grandes proporções (Zhouri; Laschefski, 2010; Silva, 2018b), que – fui percebendo aos poucos – tratava-se de algo que pode ser estendido para boa parte da costa oeste africana. Região cuja fartura extraordinária de pescado de seus mares possibilitou o surgimento de inúmeras culturas artesanais marítimas que, em última análise, deram

origem tanto à pesca cabo-verdiana como à pesca de jangada do nordeste brasileiro (Greenpeace, 2015, p. 14; Silva, 1993).

> A sobrepesca resulta no esgotamento de muito recursos marítimos renováveis nos litorais dos países industrializados, cujas frotas de navios de pesca partem para as águas dos demais países, geralmente os menos desenvolvidos, inclusive através de acordos comerciais com empresas já existentes ali, como os que foram estabelecidos pela Rússia com os governos de Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau.
> De modo geral as frotas japonesa e europeia pescam na costa africana, onde se confrontam com a pesca tradicional em Gana, Namíbia e Senegal. A pesca tradicional africana destina-se ao consumo doméstico, sendo também utilizada para as trocas por outros produtos. No entanto isso tem-se modificado a partir do contato com a pesca industrial, que tem implantado o uso de motores nos barcos e modernos materiais e técnicas de pesca, fazendo surgir novos portos de pesca e novas possibilidades de comercialização do peixe.
> Nem tudo, porém, foi progresso e crescimento. Com a penetração das frotas dos países industrializados, muitas unidades de pesca se arruinaram ou desapareceram e grandes áreas marítimas foram predadas, o que se tem chamado "uma tragédia de dimensões ecológicas e humanas" (Maldonado, 1986, p. 43).

Nos primeiros contatos que tive com os pescadores da ilha do Maio em 2017, mesmo que eu tentasse não abordar diretamente a questão da falta do peixe, para evitar a imposição de um problema de pesquisa que se apresentasse definido antes mesmo do trabalho de campo, a escassez do pescado apareceu como algo incontornável. Tamanha foi a ênfase dada à questão da falta do peixe pelos pescadores que não tive ânimo e nem vontade de tratar de outro assunto que não fosse sobre o sumiço do pescado dos mares do arquipélago.

Tinha chegado à ilha do Maio depois de quase dois anos de pesquisa bibliográfica, sem perceber algo de suma importância para a discussão sobre a escassez do pescado e que só o trabalho de campo na ilha me fez notar[41]. Até aquele momento, tinha encontrado à exaustão indícios que davam conta de que a pesca industrial estrangeira, principalmente aquela praticada por embarcações originárias da União Europeia, estavam no epicentro das discussões sobre a escassez do pescado – e continuo não tendo dúvidas sobre essa questão.

[41] Nessa altura do meu envolvimento com o tema em questão, fica muito claro, para mim, que o fato de não ter conseguido observar esse aspecto do conflito após intensa pesquisa bibliográfica diz respeito a dois aspectos importantes que caracteriza o material disponível. Primeiro a falta de abordagens acadêmicas que privilegiem aspectos etnográficos das comunidades artesanais pesqueiras do arquipélago; e, segundo, a insistência das instituições estatais do país em negar a dimensão do problema e de produzir uma documentação de gestão da atividade voltada para o incentivo, sem qualquer problematização, de modelos industriais de exploração dos mares das ilhas.

Mas somente a experiência de campo me fez perceber uma camada interna do problema. Também há uma disputa pelo peixe travada entre os pescadores artesanais das ilhas e embarcações industriais do próprio país, que, ao se depararem com um cenário estrutural de ausência do pescado nos mares do arquipélago, acabam por migrar suas atividades para as áreas mais próximas da costa, justamente as que são exploradas pelos pescadores artesanais (Silva, 2018b).

Esse efeito cascata antagoniza o universo artesanal pesqueiro e a pesca industrial, seja ela nacional ou estrangeira, que, por sua vez, possui forte ancoragem nas instituições estatais e nos seus modelos de desenvolvimento. Esse cenário coloca os pescadores artesanais em posição de ataque e de formulação de discursos contra a ordem econômica hegemônica (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010; Silva, 2018b).

Outro ponto importante a ser considerado é a equação de que enquanto menos pescado no mar, mais longe seria preciso ir para se capturar o peixe. Situação que eleva o tempo nas águas, aumenta o custo de combustível e o risco da atividade marítima, que já é bastante elevado mesmo em circunstâncias favoráveis.

Diante dessa situação que desorganiza relações historicamente estabelecidas entre os pescadores e suas áreas de atuação, na observação do cotidiano das pescas ficou muito evidente que é o conhecimento sobre o mar, o conhecimento sobre a pesca, que passa a ser mobilizado como ferramenta para se fazer frente ao avanço da predação industrial desses mares (Silva, 2018b; Maldonado, 1986).

Daí ter podido observar, em inúmeras ocasiões, somente os pescadores mais experientes conseguindo voltar com algum pescado para a praia, em um local em que há algumas décadas não era preciso sequer sair da baía para se conseguir capturar atuns de peso considerável (Silva, 2018b).

> Estejam os pescadores na África, na América Latina ou nos países desenvolvidos, é através do conhecimento tradicional do meio, do comportamento das espécies, que se encontra a minimização do risco pressuposto na pesca e no mercado de pescado. É na identidade do pescador, na sua relação de troca com a natureza e com os outros homens que se originam e ocorrem os meios institucionalizados de dissolver riscos, de se apropriar, mesmo que simbolicamente, do mar, em princípio inapropriável e de dividir um meio aparentemente indivisível (Maldonado, 1986, p. 31).

Na ilha do Maio e no arquipélago como um todo, há inúmeras modalidades, métodos e técnicas de captura artesanal do pescado. Porém, a pesca de linha de mão em

botes boca aberta é aquela que sobressai dentre as existentes[42]. Ancorada no objetivo de capturar os grandes peixes migratórios que circulam pelos mares do arquipélago, a pesca de linha é responsável por mobilizar o maior esforço de pesca artesanal do país e por ser a modalidade de captura que oferece os peixes mais nobres e mais cobiçados pela culinária cabo-verdiana (Cabo Verde, 2019).

Como demonstrei em trabalho anterior (Silva, 2018b), esses mesmos pescadores, apesar de objetivamente focados em peixes muito específicos, dominam uma série de técnicas alternativas que são sempre mobilizadas quando não encontram aquilo que procuram, na tentativa de manterem um retorno compensatório ao esforço despendido na atividade.

Esse foco muito bem definido da pesca de linha, esse foco em peixes nobres, é uma estratégia muito semelhante àquela adotada pelos jangadeiros do nordeste brasileiro que exploram peixes que possibilitam uma ligação direta com as classes mais altas de suas sociedades, valorizando o consumo das espécies que são capturadas por meio de suas técnicas (Silva, 1993).

Como mostra Silva (1993), no período da escravidão no Brasil, esse tipo de pesca foi uma estratégia amplamente utilizada para se obter a alforraria, o que contribuiu para a consolidação da técnica da jangada como uma modalidade perene de pesca artesanal que se espalhou por toda a extensão do litoral do nordeste brasileiro.

Esse recuo na história oferecido por Silva (1993) deixa-nos entrever como essa atividade foi capaz de contornar o controle social exercido pelo sistema colonial e de avançar na elaboração de espaços de liberdade que asseguraram autonomia a estratos subalternizados da sociedade colonial. Assim,

> não foi apenas no Brasil que a pesca exercida por escravos tomou vulto e significação: outras formações sociais escravistas do Novo Mundo também apresentam esta mesma tendência. [...]
> Nesse sentido, não se deve estranhar que, por volta de 1610, quando indígenas começavam a declinar numericamente enquanto trabalhadores de engenhos, fazendas e ofícios ligados ao abastecimento alimentar, como o de pescador, a pesca em jangadas exercida por negros escravos já era considerada a "principal" atividade do setor na capitania de Pernanbuco, segundo um observador coevo: " a principal pescaria, de que se aproveitam os demais moradores do Estado", diz Brandônio ao seu interlocutor, Alviano, "é a que mandam fazer por negros em jangadas, os quais nelas saem fora ao mar alto,

[42] No documento denominado de "Plano de Gestão dos Recursos das Pescas" (Cabo Verde, 2019), elaborado pelo governo de Cabo Verde, é possível ter acesso a um bom panorama sobre a atividade no arquipélago. É tanto deste documento, como da experiência de campo junto aos pescadores artesanais do arquipélago que afirmo a centralidade da pesca de linha de mão como o método artesanal mais importante do arquipélago como um todo.

> aonde ao anzol pescam peixes grandes e formosos, com os quais tornam a recolher ao por do sol, e desta sorte se toma muito pescado". Alviano, infatigável, lança-lhe uma objeção: "E por que não se aproveitam de ir no alto em barcos, como fazem as chichas de nosso Portugal?". Responde laconicamente Brandônio: "Porque não está em uso; e algumas pessoas, que o começaram a fazer, desistiram logo disso". Talvez a escravidão, este tipo antigo de exploração do homem pelo homem adaptado ao Ocidente Cristão, e, consequentemente, a delegação aos escravos de tarefas até então exercidas pelos colonizadores europeus, seja a resposta mais adequada à objeção formulada" (Silva, 1993, p. 34).

Essas técnicas de pesca estabelecem padrões sofisticados de seletividade em relação àquilo que se busca no mar, o que talvez seja uma das principais características que diferencia esse tipo de pesca daquela exercida por meio da mecanização/industrialização da atividade.

O contexto de acirramento das disputas pelo peixe reforça um movimento de acentuação de diferenças. No centro das narrativas, é justamente o princípio da seletividade que aparece como um elemento definidor da atividade artesanal. Princípio que passa a ser mobilizado pelos pescadores para caracterizar uma atividade que possibilita que se pesque "o tempo todo", ao contrário da atividade industrial que destrói as perspectivas de futuro, sendo, a rede, o sinônimo por excelência da predação e da produção da escassez (Silva, 2018b).

Os pescadores artesanais do Maio estão plenamente conscientes de que a diminuição do pescado encontra relação direta e estreita com o processo de industrialização da pesca, seja ela nacional ou estrangeira. Levando em conta seu passado de fartura e de abundância, os pescadores dão testemunhos contundentes da relação estreita entre a expansão da atividade industrial capitalista e a produção da escassez (Silva, 2018b).

Diante do cenário de escassez – fenômeno socialmente construído que, em seus efeitos sobre o território, reproduz as características centrais do modo de ocupação colonial do arquipélago (Brooks, 2006, p. 106) –, os pescadores passam a mobilizar um discurso muito próprio sobre seu ofício. Enfatizam a sustentabilidade de suas práticas, sua penetração nas camadas populares da ilha, sua alta rentabilidade em termos econômicos e a liberdade de seu saber não atrelado a patrões ou a empresas que eliminam a autonomia tão característica do universo artesanal pesqueiro (Silva, 2018b).

> Quando os pescadores são incorporados à pesca empresarial, a autoridade do mestre, que lhe é conferida pelo conhecimento que detém e pela tradição, vê-se substituída pelas ordens dos patrões e dissolvida pela interferência do pessoal de terra no trabalho dos embarcados.

> No caso do cooperativismo, principalmente nos países subdesenvolvidos, o que fere a autonomia dos pescadores é a utilização de unidades financiadoras de equipamentos e distribuidoras de peixe por indivíduos exógenos à pesca artesanal, como armadores, políticos e representantes de entidades financiadoras. Esses indivíduos têm por intuito apenas a promoção dos seus próprios desígnios, sem nenhuma relação, pelo menos em princípio, com os interesses e as expectativas dos pescadores.
> A par dessa reação basicamente cuidadosa e desconfiada para com a inovação, os pescadores se apropriam do objeto do seu trabalho através do conhecimento que dele possuem, assim como se reproduzem socialmente através do domínio do código, que constitui as suas relações sociais. Esse conhecimento do mar e do manejo dos instrumentos tradicionais de pesca é visto como elemento viabilizador, por excelência, da pesca artesanal (cf. Diegues, 1983).
> Dispondo do seu próprio cabedal de informações e de representações sobre o mar, as quais lhes têm viabilizado o acesso aos recursos marítimos, os pescadores as utilizam na avaliação de novos elementos tecnológicos. Desta forma, são plenamente capazes de opinar adequadamente a respeito do impacto desses elementos sobre o ambiente (Maldonado, 1986, p. 37).

Os atores da pesca na ilha do Maio encontram-se, definitivamente, apartados da gestão estatal das pescas, pois não exercem o poder em cargos administrativos ou políticos e não são ouvidos sobre as decisões tomadas sobre as pescas no arquipélago. Por outro lado, e de maneira inversamente proporcional a essa falta de representação junto ao estado, inserem-se de forma decisiva no cotidiano da população a partir das práticas que dominam.

Com a prática artesanal pesqueira, constroem saberes sólidos sobre a vida marinha do arquipélago e guardam uma das atividades mais estáveis aí desenvolvidas – já que a agricultura e a criação de animais, outras duas bases importantes dessa sociedade agrária, estão muito expostas aos frágeis e irregulares ciclos de chuva da região.

PARTE II – 2 O TRABALHO ETNOGRÁFICO COM FRAGMENTOS DO PASSADO: EM BUSCA DO CONTEXTO DA PESCA NA HISTÓRIA DAS ILHAS

Marinheiros da boca da pistola

Explode a vaga à entrada do cais
do fundo emergem os homens
como noivas - cobertos de espumas

Lombinho e Casinhas
caem na baía!

Há gritos e gemidos no ar.
É Clotilde, é Julieta, É Xanda
São as mulheres deles
em delírio com o mar

Serenada a contenda
recolhem os homens aos lares
e bebem o caldo da sobra de ontem
que o de hoje foi d´alva grinalda…

Amanhã é a excitação costumada
porque o trabalho da vaga
é peixe da aventura
(Teobaldo Virgínio).

O relato sobre a minha experiência junto aos pescadores artesanais de Cabo Verde que acabei de apresentar não está aqui em vão e precisa ser avaliado como um primeiro grande quadro de referências para aquilo que apresento a partir de agora. Isso porque, articulado com os dados da Parte IV sobre Tarrafal de Santiago, esses panoramas sobre o presente das pescas são fundamentais para se perceber o quanto de passado – colonial, de desqualificação – ainda existe no presente da pesca artesanal do arquipélago.

Esses dois panoramas informam sobre as dinâmicas das técnicas de pesca artesanal que se originaram nas ilhas, mas também esclarecem acerca das motivações políticas e econômicas que levaram à manutenção da posição de marginalidade social da comunidade artesanal pesqueira do arquipélago mesmo após a queda do regime colonial ocorrida em 1975 (Moyo; Chambati, 2013). Com isso, torna-se possível não somente identificar os pescadores nas margens do estado (Das; Poole, 2008), mas refletir, a partir de bases empíricas, sobre o quão a manutenção dessa posição de liminaridade em relação aos direitos de cidadania joga um papel fundamental no âmbito da disputa que se trava pelo pescado das ilhas (Das, 2020; Souza Lima, 2002).

Daí a importância de se criar critérios por meio dos quais se possa separar aquilo que se diz a respeito das pescas, daquilo que é vivido pelos seus atores. Trata-se de uma

forma de se iniciar um exercício de reversão do quadro generalizado de estabilização de uma categoria estatal de pescador artesanal esterilizada de sua perspectiva histórica (Oliveira Filho, 1979) e instrumentalizada no âmbito da gestão estatal das pescarias em benefício de uma frente concorrente de exploração do pescado das ilhas.

Dentro desse quadro de disputas e apesar da indústria do turismo também ser um fator de desestabilização das comunidades pesqueiras, não tenho dúvidas de que a escassez do pescado seja, por excelência, o tema em torno do qual se nota uma oposição mais nítida entre a gestão estatal das pescas e os agentes locais da atividade. É em torno desse assunto exaustivamente relatado pelos pescadores artesanais que se pode perceber a configuração de um cenário de oposição entre sistemas locais de base popular de conhecimento sobre o mar e grandes *players* nacionais e estrangeiros que disputam o peixe e as praias do país segundo noções de "gestão" do território que se infiltram no estado (Souza Lima, 2002).

É, por exemplo, por meio de ações e planos estatais que a desqualificação dos atores locais da pesca toma contornos pretensamente científicos, quando se ouve de altos representantes de instituições públicas que os pescadores não teriam elementos para afirmar que os acordos de pesca com a União Europeia têm alguma sorte de efeito na diminuição do pescado das ilhas[43].

Essa é uma dimensão bastante perversa desse quadro de conflito, primeiro porque ela é recorrente e naturalizada. Mas também porque quando estão nessa posição, o que esses agentes estatais estão fazendo é afirmando a perspectiva dos pescadores sobre o pescado como falsa e ignorando uma ameaça real à própria existência da pesca artesanal nessas ilhas. A acentuação dessa situação, assim como já ocorreu em outras partes do mundo, pode levar à eliminação de culturas marítimas inteiras. Além do mais, negligenciar esse fato é ser abertamente anti-ciência, se considerarmos a já farta produção acadêmica sobre esse tema.

> How nations share access to fish in the oceans significantly influences global food security, wealth distribution, competition between industrial and small-scale fisheries, and even international conflict. Globally, approximately 110 million metric tons of marine wild fish are caught annually, with an estimated

[43] Em janeiro de 2023, realizei junto à Universidade de Santiago uma conferência para discutir a questão. O evento contou com a participação de pescadores artesanais da cidade da Praia e com uma funcionária do primeiro escalão do Ministério do Mar. Após minha apresentação e a fala dos pescadores artesanais sobre a situação atual de escassez do pescado, a representante do Ministério foi enfática em afirmar que não há como estabelecer qualquer relação entre esse quadro e a pesca industrial nacional ou estrangeira que atua no arquipélago. Para a representante do Ministério essa situação se relaciona com mudanças climáticas e que há estudos comprovando a situação, apesar de não ter indicado ou apresentado esses mesmos estudos.

> annual value of over 171 billion USD for reported and unreported catch (1). Approximately 3 billion people receive 20% of their average intake of animal protein from aquatic animals, and in certain countries the per capita intake can be >50% (2). Contributions to human health from seafood-derived nutrients other than protein may be even more important. It has been estimated, for example, that 845 million people are currently at risk of experiencing deficiencies of essential micronutrients including zinc, iron, and vitamin A, a number expected to increase if projected declines in fisheries catch potential and per capita fish supply continue into 2050 (3). Conflict over fishery resource sharing has also shaped historical patterns of regional stability and promises to continue to do so in the near future (4, 5). The dynamics by which we divide up global fisheries resources also shape competition between large-scale, capital-intense industrial fisheries and small-scale fisheries, with cascading effects upon the health, prosperity, and well-being of the communities that depend on small-scale fisheries (6-8) (Mcauley 2018, p. 1).

Assim, quando um agente estatal cabo-verdiano questiona a validade da perspectiva dos pescadores sobre seu pescado, trata-se de um ato de defesa de uma posição hegemônica sobre o tema da escassez e, portanto, a defesa de uma posição ideológica (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010, p. 34), que pouco tem a ver com critérios científicos de análise do problema.

Importante chamar a atenção para a impossibilidade de pensarmos a cultura ou a "tradição pesqueira" eliminando as discussões sobre o poder. Isso porque "o poder em si não está nem acima nem fora da cultura e da história; está diretamente envolvido em sua construção e determinação. Não pode, portanto, ser 'adicionado' a elas de modo a resolver os grandes enigmas da história e da sociedade" (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010, p. 34).

Assumindo essa posição, avanço em direção à identificação de operações – ora mais sutis, ora mais explícitas – de nomeação, definição e caracterização de uma margem social. Processo feito não à luz de grandes quadros de referência que extrapolam a realidade social do arquipélago, mas em função da pesca local ter encontrado a cobiça da indústria (Das; Poole, 2008; Gudynas, 2018).

> Contra todas as formas do erro "interaccionista" o qual consiste em reduzir as relações de força a relações de comunicação, não basta notar que as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que, como o dom ou o potlach, podem permitir acumular poder simbólico. É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os "sistemas simbólicos" cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a "domesticação dos dominados" (Bourdieu, 1989, p. 11).

Assim como a controversa história de achamento das ilhas, importa menos busca de uma origem precisa dos fenômenos ora em questão, do que tentar observar como a pesca artesanal do arquipélago passa a ser essencializada como um espaço de tradição (e de atraso), na medida em que o pescado vai se tornando uma espécie de *commodity* que entra nas equações que garantem a manutenção do poder político nas ilhas.

Essa é, portanto, parte da história de quando a dimensão especulativa do uso do território emerso das ilhas – de que tanto fala Andrade (1996) – estende-se para o mar e encontra sistemas locais de apropriação desse pescado estreitamente ligados ao mundo camponês das ilhas.

Insisto que – assim como defende Victor Barros, seguindo Michel-Rolph Trouillot, mas também Jean Comaroff e John Comaroff (2010) – há uma relação muito estreita entre história e poder (Barros, 2017, p. 102). No meu caso, como estou lidando com um grupo socialmente vulnerabilizado que explora recursos que estão no centro de grandes disputas, atentar para essas diferentes historicidades não se trata de mero capricho estético.

Para esse objetivo, é essencial eliminar dessa discussão a ideia de que os cabo-verdianos teriam construído sua sociedade "de costas voltadas para o mar"[44]. uma maneira de justificar a expansão de uma indústria no presente, é preciso também dizer que ela não prevalece sem causar prejuízos muito concretos para o reconhecimento da importância da pesca artesanal para o país.

Para darmos um pequeno passo em direção à correção dessas rotas empobrecidas de compreensão do fenômeno artesanal pesqueiro das ilhas, o trecho de Antonio Correia e Silva (2002) que abordo neste capítulo possui grande relevância. Trata-se de uma das raras passagens da historiografia sobre o arquipélago em que se explora, por meio de fontes consistentes, o protagonismo de pescadores locais em um momento muito recuado do passado.

Essa constatação é importante já que desbanca uma falácia, mas também por levantar questionamentos sobre o porquê do trecho de Silva (2002) – que comentamos adiante – ser uma passagem tão rara no horizonte das narrativas sobre o processo de

[44] Ouvi essa tese em inúmeras ocasiões e, inclusive, do presidente da República em um evento realizado na UNI-CV, onde ele era um dos palestrantes. No geral, tenho percebido essa ideia associada a atores que continuam a defender a expansão da indústria pesqueira no arquipélago, partindo do pressuposto de que os mares das ilhas estariam subexplorados e que os cabo-verdianos estariam desperdiçando um potencial de crescimento econômico.

ocupação das ilhas a partir de seu achamento em 1460. Um bom exemplo dessa situação se reflete na própria obra da qual a passagem foi extraída. Os três grandes volumes da História Geral de Cabo Verde, obra canônica escrita por diversos historiadores após a independência do país ocorrida em 1975, para além do trecho de Silva (2002), conta com apenas uma página sobre a exploração local do pescado nas ilhas.

Torna-se ainda mais curiosa a ausência da menção à atividade pesqueira na historiografia depois que sabemos que a agricultura e a pesca sempre foram praticadas de forma concomitante e articulada, e que aquela atividade possui grande cobertura nesses mesmos compêndios de história (Andrade, 1996; Silva, 2023; Pereira, 2014).

A revelação dessa situação como uma recorrência nas obras historiográficas sobre o arquipélago, e a medida de como essa situação parece influenciar leituras contemporâneas sobre a pesca no passado, podem ser observadas no artigo de George E. Brooks (2006). Apresentando um longo compilado de relatos de viajantes que passaram pelo arquipélago ao longo de praticamente toda sua ocupação, o artigo de Brooks (2006) reúne evidências concretas da abundância de pescado nos mares dessas ilhas; detalha o abandono administrativo do arquipélago durante as crises de fome; apresenta fortes evidências da degradação ambiental produzida pelo sistema de ocupação colonial; e levanta questões importantes sobre a ausência de um domínio político estruturado de toda a extensão do arquipélago pela coroa portuguesa.

O autor apresenta essa perspectiva com o intuito de tentar validar a tese que a suposta ausência de exploração do pescado pelos habitantes do arquipélago ao longo da história derivou-se de medidas impostas pela administração colonial que proibia os habitantes das ilhas de possuírem embarcações com receio de fuga de escravizados e de degredados que eram enviados do reino para o arquipélago.

Como observa o próprio Brooks (2006), suas hipóteses não podem ser comprovadas a partir da documentação produzida pela administração colonial portuguesa, que não chega a explicitar essas proibições em seus atos, mas de relatos de de viajantes que passam por uma ou outra das dez ilhas que compõem Cabo Verde, mas principalmente daqueles que passam por Santiago, centro administrativo do arquipélago.

Não creio que as questões colocadas por Brooks (2006) devam ser negligenciadas, pois o autor apresenta relatos importantes de como a administração colonial foi cruel com os moradores desse arquipélago, e tais situações não são difíceis de serem imaginadas. Por outro lado, acredito ter reunido documentos que contrariam a ideia central contida no

artigo de Brooks (2006) - que, da minha perspectiva, reforça posições que busco questionar nesta tese.

2.1 Retratos da pesca no passado e algumas considerações sobre a constituição do mar como uma fronteira

Defendo que as configurações do poder colonial em relação à exploração dos mares do arquipélago se imbricam de maneira complexa com o processo de formação do estado nacional independente em 1975, dando origem a uma forma muito específica de lidar com o universo artesanal pesqueiro no presente.

Para expor de maneira didática a conexão entre esses pontos, e mais especificamente a relação entre passado e presente no processo de exploração dos mares do arquipélago, sigo analisando a documentação histórica, com o objetivo de complexificar a análise de um macroprocesso ligado à colonização.

Além de obter um retrato mais acurado das dinâmicas sociais que compuseram a estruturação do mar como uma fronteira de exploração comercial, busco situar os pescadores artesanais locais nesse quadro, dando ênfase ao papel central que tiveram nesse processo (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010; Revel, 1988; Oliveira Filho, 1979; Santos, 2009). Desse ângulo, a noção de fronteira desenvolvida por Oliveira Filho (2021) é importante para o desenvolvimento de minhas hipóteses:

> a fronteira como a vejo aqui se constitui numa produção do domínio político, implementada por uma instância reconhecida de poder, capaz de desencadear por si mesma expectativas e intervenções sociais (Pacheco de Oliveira, 2016). A fronteira não beneficia centralmente setores marginalizados da sociedade, ela atende sobretudo a interesses econômicos mais diretamente associados aos que ocupam o aparelho de Estado.
> Embora em sua retórica se justifique por argumentos naturalizantes, colocados taticamente como determinantes, a definição de uma fronteira resulta de escolhas bem precisas e de atos de vontade. Neste sentido, não há qualquer espaço social que seja necessariamente uma fronteira, nem há espaços sociais que não possam ser convertidos em fronteiras. A mais remota região não é inexoravelmente e a priori uma fronteira, assim como o mais próximo espaço urbano pode em certas circunstâncias ser transformado em uma fronteira. [...]
> O que a meu ver torna a fronteira um poderoso instrumento de investigação social é que ela articula ações relativas a direitos e propriedades com a produção de identidades sociais (outrificação), de maneira a engendrar linhas de inclusão e exclusão que irão dirigir de forma considerada legítima o uso e a apropriação de recursos econômicos. A criação de uma fronteira corresponde à destituição de direitos precedentes, de uma população (no caso nativa) cuja existência está assentada no uso de recursos locais, os quais, por uma intervenção unilateral do poder, são declarados passíveis de uso e apropriação por outros agentes econômicos (Pacheco de Oliveira 2016). A fronteira não pode existir sem uma forma manifesta ou velada de execução da violência e,

> no limite, da guerra, implicando na negação de direitos precedentes, sem o que os espaços assim definidos não poderiam passar ao controle de novos donos (Oliveira Filho, 2021, p. 17-18).

Quando parto da ideia de que, em algum momento da história do arquipélago de Cabo Verde, ocorreu o estabelecimento do mar como um espaço a ser explorado nos moldes de uma fronteira, dois pontos cruciais precisam ser bem delimitados.

O primeiro é que, de forma alguma, defendo que – ao longo de todo o processo de ocupação das ilhas – não tenha havido, de diferentes maneiras, a exploração colonial de diversos outros recursos marinhos. Não somente isso aconteceu, como tudo indica que essas distintas frentes de exploração tenham se dado a partir da imobilização da mão de obra local, como ocorreu com a exploração do sal, da urzela, do âmbar, do coral, dentre outros (Andrade, 1996; Santos, 2009).

Como mostra Brooks (2006), mesmo o pescado farto dos mares das ilhas era explorado pelos viajantes nos primeiros séculos de ocupação, mas não como o era o sal, por exemplo, em torno do qual se constituiu uma empresa de exploração sistemática que gerou grandes disputas entre as potências europeias que frequentavam o arquipélago.

Portanto, ao sinalizar o estabelecimento de uma fronteira de exploração desses mares, estou apontando, especificamente, para os primeiros passos dados pela administração colonial na direção da exploração do pescado das ilhas. Por outro lado, para que essa análise aconteça a contento, busco evitar a esterilização da análise histórica que pode sobrevir quando se dá excessiva atenção aos aspectos econômicos ligados à expansão de fronteiras (Oliveira Filho, 1979).

Para uma primeira tentativa mais estruturada de obstar essa tendência de esterilização – que no caso da pesca do arquipélago significa insistir na tese de que não houve um interesse dos cabo-verdianos pela exploração de seus mares no passado –, o seguinte trecho de Antônio Leão Correia e Silva (2002) torna-se um bom exemplo:

> Não se pode no entanto ajuizar, do que atrás fica dito, que as populações do subarquipélago em exame viviam de costas voltadas para o mar e para os contactos interinsulares. Nada mais inadequado. Em primeiro lugar, a pesca costeira ou "longínqua" (é preciso relativizar o adjetivo às possibilidades técnicas existentes e as distâncias interilhas) era para as populações camponesas daquelas ilhas uma actividade complementar. Desde muito cedo aventuram-se em embarcações precárias para alcançar as reservas pesqueiras, salineiras, energéticas e outras, das ilhas desertas. Várias fontes coevas captaram indícios de uma intensa actividade popular de construção naval. O já citado engenheiro Antonio Carlos Andrea atesta que na Brava os habitantes lançavam mão de figueiras-bravas "de cuja madeira fabricam lanchas para a pescaria e passarem aos ilhéus do Baixo e do Rombo, a matar pássaros

aquáticos, dos quais fazem azeite para luzes". (...) Em Santo Antão, os forros adquiriram ao longo do tempo o direito de ir à pesca longe das costas da ilha, nas imediações de S. Vicente, Santa Luzia e dos ilhéus. Ali estava situada, segundo os relatos da época, uma das mais ricas reservas pesqueiras existentes no arquipélago. Os recursos que estas viagens proporcionavam (sobretudo o peixe, as cagaras e o sal) faziam parte integrante da economia dos forros da ilha do norte. Com eles, compensam e complementavam o que a terra lhes dava. Portanto, um precioso complemento. As autoridades, porém, não cessaram de levantar obstáculos legais a esta mobilidade. Um dos expedientes adotados para esse fim era o controlo do acesso ao Porto Carvoeiro, sem dúvida o melhor e o mais estratégico ancoradouro da ilha. Em Setembro de 1732, o contestado e recém-nomeado capitão da ilha, Cláudio Roquete da Silva, publicou um bando, proibindo que se utilizasse o "caminho grande" para o porto dos Carvoeiros, ficando livre apenas o da Corda e da Ribeira da Torre. Caminho penoso, feito por entre montanhas, altas e escarpadas, da região da Cova. A infracção a esta determinação daria pena de prisão, pela primeira vez, e remissão a Santiago, se o réu fosse reincidente. Três meses depois, perante a incapacidade em controlar o acesso ao porto e ao mar das *Dezertas*, o referido capitão vedou, por um outro bando, o uso do caminho da Ribeira da Torre, ao mesmo tempo que impôs "que nenhum lancheiro levasse em lancha pessoa alguma sem licença".

As resistências dos camponeses a estas disposições resultam da importância que a pesca interinsular tem na estruturação do seu modo de vida. É a sobrevivência que está aqui em causa. A tal ponto que quando o feitor do marquês de Gouveia, então donatário, tentou nos finais da década de 40 tolher esta liberdade de movimentos, os forros reagiram. Fizeram chegar os seus protestos ao ouvidor Xavier de Araújo que, sensibilizado, estipulou, no ponto 5º das já citadas *Ilustrações* deixadas aos oficiais da câmara, que todos os "moradores forros poderiam ter lanchas que quizessem para fazer as suas pescarias e passar às ilhas desertas a fazer sal". Em seguida, prescreveu, explicitamente, a proibição de feitores obstarem tais viagens, queimando as lanchas "como até agora". O que está em jogo neste conflito? A nosso ver, a mobilidade marítima interinsular dos camponeses forros conferia-lhes fontes alternativas de rendimentos. Claro está que quanto mais rendimentos dispusessem, menores seriam as suas margens de dependência face aos feitores. Neste caso, a capacidade dos forros para resistir à proletarização ou às tentativas de submissão diminuiriam significativamente. Por isso, os feitores investem na "imobilização" deles, adoptando para isso procedimentos violentos e arbitrários.

Para dissuadir estes comportamentos impõe o magistrado que "... quando algum feitor mandar queimar alguma lancha, elle a pagará. E se os juízes assim não agissem, incorreriam eles também " na pena de pagar a lancha a seu dono e mais 6000 reis cada uma". Também o engenheiro Andrea registrou o abate das figueiras-bravas em algumas ribeiras da ilha, tendo por objectivo a construção de lanchas. Nelas, observou o engenheiro, os insulanos "arrojam a passar o canal que divide esta ilha da de S. Vicente para os mares desta fazerem maiores pescarias, cujo peixe secam para o conservarem". Penoso trabalho o de atravessar o bravo e temido mar do canal. Por causa desta actividade, tão necessária quanto perigosa, Andrea reputou ser este o mais duro viver de todos os viveres do arquipélago. De volta destas viagens tormentosas, divisava-se ao longe a silhueta da ilha: enorme e compacta; uma imponente muralha de montanhas erguidas sobre o mar imenso. Mas para quem pertence a este universo é difícil o distanciamento que permitiria um olhar estético sobre a paisagem. A natureza mostra-se aqui grandiosa e transcendente. Soberba ante a precariedade das sementeiras, cruel face da fragilidade dos botes e indomada frente a ousadia dos homens.

Passava-se o mesmo em S. Nicolau. Os seus pescadores lançaram-se quer a sudeste, em direção à ilha do Sal, quer a noroeste, em demanda do complexo subarquipélago composto por Santa Luzia, S. Vicente e os ilhéus Raso e Branco. Nestes mares capturavam baleias e recolhiam a âmbar nas praias. Para

> a ilha do sal em particular, enviam-se equipas relativamente grandes de sanicolausenses, como o fito de ali se organizar a sezão da apanha de tartarugas verdes. Delas extraíam o óleo, salgavam a carne e vendiam, quando possível, as carapaças. Narra o capitão Roberts ter encontrado na referida ilha, em 1722, sessenta pessoas naturais de S. nicolau, que tinham sido para ali levadas por uma chalupa inglesa, comandada por James Peer, morador em Bristol, para tomarem parte no apanho de tartarugas. As condições de estadia prolongada na ilha estavam longe de ser boas. Os insulanos - homens, mulheres e, por vezes, até crianças - construíram cabanas precárias e, além do peixe abundante, caranguejos e melões bravos, estes normalmente utilizados como purgantes, não havia mais nada para comer. O não aparecimento do navio no tempo previsto obrigou a tal expedição a demorar no Sal. Por isso, os seus membros imploraram ao capitão Roberts para os levar para S. Nicolau porque "estavam quase a morrer de fome".
>
> Em segundo lugar, o mar também proporciona a possibilidade de contacto com comerciantes e navegantes estrangeiros. Abrem-se, deste modo, oportunidades de trocas reciprocamente vantajosas, longe dos olhares gulosos dos agentes fiscais da Coroa. A partir da década de 30 de 1700, os habitantes de S. Nicolau frequentam regularmente as *Dezertas*, sobretudo a ilha do Sal, para apanhar ali o produto do mesmo nome, e a Santa Luzia e S. Vicente, onde adquirem a urzela. Revendem aos comerciantes ingleses tais produtos ou põem, a troco de contrapartidas, o seu conhecimento dos canais, baías e ilhéus a favor dos "intrusos". Nos meados do século, o ouvidor Custódio de Matos impôs ao feitor de S. Nicolau a obrigação de mandar devassar as testemunhas, inquirindo "se algumas pessoas forão às Ilhas Desertas por línguas e práticos dos navios Estrangeiros". A Coroa criminaliza tais comportamentos, enquadrando-os como contrabando. Mas, para as populações são simplesmente a busca de fontes suplementares de recursos necessários à sobrevivência. (Silva, 2002, p. 13-15).

Em primeiro lugar, gostaria de reforçar que o autor estabelece de maneira muito clara que os africanos transportados à força para o arquipélago trabalharam com afinco e tiveram êxito em integrar o pescado das ilhas à vida cotidiana do arquipélago – ao contrário do que se costuma imaginar.

Por outro lado, o autor também reforça que, mesmo antes do estabelecimento de uma fronteira em torno do peixe, as relações de poder de caráter colonial que governavam o território emerso do arquipélago davam mostras consistentes de possíveis avanços sobre as águas territoriais das ilhas, o que impeliu os pescadores locais ao desenvolvimento de processos de resistência contra os desmandos daqueles que se impunham como os donos das terras emersas.

No trecho em questão, há uma nítida sinalização da existência, inclusive, de mobilizações sociais contundentes envolvendo lutas pelo direito de pescar, sinais de luta pela garantia de acesso às fontes de pescado, que se deu a contrapelo dos interesses coloniais portugueses.

Apesar das inúmeras lacunas de informações com as quais lidei ao buscar pela pesca artesanal no passado das ilhas, não encontrei razões, motivos concretos ou menção a fatos relevantes que me levassem a acreditar que o exposto por Silva (2002) não tenha

se repetido por toda a extensão do arquipélago ao longo dos primeiros séculos de sua ocupação.

Também sendo bastante provável que – assim como a pesca de jangada surgida no Brasil (Silva, 1993) – a pesca de linha de mão em Cabo Verde tenha surgido de um longo processo de bricolagem de técnicas, práticas e saberes que convergiram para o arquipélago ao longo de seu processo de ocupação colonial, em estreita articulação com os saberes marítimos que portavam os africanos trazidos de maneira compulsória para as ilhas.

Ocorre que, de maneira diversa do que ocorreu no litoral brasileiro, desde os primórdios de sua ocupação o arquipélago de Cabo Verde se constituiu como um ponto de parada estratégico para embarcações de diferentes origens que cruzavam o Atlântico. Essa condição expunha eventuais populações litorâneas a riscos consideráveis, por exemplo o risco da reescravização, o que pode ter retartado uma ocupação mais estruturada dos litorais das ilhas, dando a impressão aos viajantes de que havia um desinteresse dos primeiros moradores em relação ao pescado.

> De facto a fuga era um meio eficaz que quase todos os escravos encontravam para conquistarem a liberdade. Em Cabo Verde tal prática foi utilizada correntemente (Amaral, 2001: 160-169). Foram os sucessivos ataques dos piratas que deram oportunidades aos escravos para se porem em fuga e se abrigarem nas montanhas, serras e vales de Santiago, onde ninguém poderia os alcançar (Gonçalves, 2016, p. 49).
>
> Na história da Cidade Velha, antiga Ribeira Grande (cidade da ilha de Santiago, Cabo Verde), registam-se pelo menos 18 ataques de corsários (ou piratas) de diferentes nacionalidades: franceses, ingleses, holandeses, turcos, mas também castelhanos (espanhóis) e portugueses (Rebocho, 2014)[45].

Esse é um dado da realidade que deve ser levado em conta, mas que não pode ser mobilizado como algo que tenha impedido os moradores das serras do interior de ilhas como Santiago e Santo Antão de encontrarem o litoral, por meio de caminhos vicinais entre serras, montes e vales que ainda existem e que são bastante utilizados no presente.

Outro ponto crucial dessa página da história que precisa ser seriamente considerado é a facilidade relativa com que sempre se pescou nas águas desse arquipélago, devido à exuberante fartura de peixe de suas águas. Tanto em Tarrafal de Santiago como em Porto Inglês, na ilha do Maio, os pescadores mais antigos têm

[45] Disponível em: https://cidadevelha1462.blogspot.com/2014/01/0487-dois-seculos-de-historias-de.html. Acesso em: 20 fev. 2024.

memórias muito consistentes da presença de inúmeras espécies de peixe cuja captura não exigia grandes esforços. Em Tarrafal, a Ponta do Atum e a baía da praia de Mangue são algumas dessas localidades; já em Porto Inglês, é comum ouvir que se pescava atum mesmo na baía da cidade.

Quando olhamos para o passado desses mares, estamos falando de um tempo em que em muitas localidades não se conseguia consumir todo o pescado capturado, sendo corriqueiro o hábito de se distribuir pescado com quem estivesse na praia ou mesmo trocá-lo por "milho, feijão e outros gêneros alimentícios", como lembra Lugi, pescador da ilha do Maio: "naquela época não havia dinheiro e não havia mercado"[46].

Em relação à boa parte do período colonial, Brooks aponta que "there were few possibilities to market salt-preserved or sun-dried fish, for the archipelago's destitute inhabitants had no money or commodities to barter" (Brooks, 2006, p. 107).

Somado a esse cenário, também devemos nos lembrar que, nos primeiros séculos de colonização do arquipélago, o pescado não havia se tornado uma *commodity* inserida no circuito comercial do atlântico, como tampouco se falava em um horizonte de escassez de peixe nos mares europeus, como ocorre atualmente (FAO, 2016). Também não havia meios disponíveis para a captura e o transporte de pescado em larga escala, tecnologias que apenas surgem a partir do final do século XVIII, com a revolução industrial, como detalha Diegues (2004).

Em linhas gerais, pode-se dizer que, ao menos em termos ecológicos, estamos diante de um cenário favorável ao desenvolvimento de práticas locais de captura de pescado, estratégias essas que não vão exigir grandes aparatos técnicos devido à fartura e à proximidade de pescado no litoral das ilhas, bem como à ausência de sistemas concorrentes de exploração dos mares.

Todos esses fatores podem e devem ser pensados de maneira articulada para que seja possível imaginar a ancestralidade de certas práticas de conhecimento e de métodos de apropriação do território marítimo, que possuem uma historicidade muito própria.

Própria, mas que também encontra paralelos importantes com o ocorrido no litoral do nordeste brasileiro, ao longo do processo de constituição da jangada como um sistema

[46] Lugi é um pescador artesanal e carpinteiro naval da vila de Calheta, ilha do Maio, que colaborou largamente com esta pesquisa. Além de ter sido um importante parceiro ao longo do trabalho de campo que realizei na ilha em 2017, participou do documentário que realizamos sobre a pesca. Com larga experiência na atividade, entre os muitos aspectos importantes do trabalho pesqueiro que as conversas com Lugi me esclareceram, a conexão entre a atividade artesanal pesqueira e a agricultura de base familiar no passado foi algo muito enfatizado por esse interlocutor.

local e artesanal de apropriação do espaço marítimo que alcançou toda a extensão do litoral dessa região. A mesma pesca da jangada que surge como uma atividade por meio da qual se conseguia tomar distância do manto autoritário da sociedade escravocrata e que acabou por se constituir como uma atividade inspiradora de sentimentos de liberdade (Silva, 1993; Maldonado, 1986).

> As práticas dos pescadores, suas relações socioambientais com as águas marinhas e os pescados anunciam e revelam a presença de uma estética societária, a qual irradia sociabilidades não instrumentalizadas pelas vontades meramente capitalistas, que, por isso, recheiam de significados outros a vinculação desse grupo social com a natureza, de maneira mais humanizada, apesar de receber as tensões do capital (Ramalho, 2011, p. 348).

Considerando o conjunto de evidências com o qual estou trabalhando, não creio que seria estranho pensar a trajetória do universo artesanal pesqueiro de Cabo Verde como um fenômeno social estruturado de maneira relativamente autônoma no tocante aos macrointeresses do sistema colonial que governou o arquipélago de 1460 a 1975. Isso porque, no espaço indiviso das águas, esses homens e mulheres do mar construíram um sistema seguindo regras muito próprias de acesso aos recursos pesqueiros, produzindo graus elevados de autonomia a partir do domínio de suas técnicas de pesca.

Um cenário muito distinto daquele alcançado com as atividades agrícolas, que, por mais que tenham se formado sob forte base camponesa com importantes níveis de autonomia, por razões que são muito bem explicadas por António Leão Correia e Silva (2023), a agricultura será limitada pelo regime privado da posse da terra, pelos longos períodos de estiagem característicos da região, pelas estreitas faixas de terras agricultáveis e pelas duradouras consequências do sistema de *plantation*, implantado ali como motor do tráfico negreiro (Cabral, 2004; Brooks, 2006; Silva, 2023).

2.2 Um capitão inglês nas ilhas de Cabo Verde no século XVIII

A partir da leitura do trecho de Silva (2002) e das conversas com um historiador da cidade de Tarrafal, cheguei a um texto originalmente publicado no século XVIII e republicado pela revista literária *Ponto & Vírgula* na década de 1980 que traz mais uma peça importante para a compreensão da pesca artesanal no passado das ilhas[47]. Em

[47] Como relata Teixeira (2009), a revista foi fundada por três intelectuais cabo-verdianos erradicados em Mindelo, ilha de São Vicente, nos primeiros anos da década de 1980, portanto, com o país já independente de Portugal. Publicada entre 1983 e 1987 como um periódico de cultura, seus textos abordam uma ampla

diversos de seus números, o periódico apresenta trechos do relato escrito pelo capitão inglês Georges Roberts sobre seu périplo pelas ilhas de Cabo Verde, nos primeiros anos da década de 1720.

Testemunha ocular da história, Roberts foi um capitão inglês que saiu de Londres contratado para buscar uma chalupa nos Estados Unidos e levá-la para a costa da Guiné. Depois de inúmeros contratempos no decorrer da sua viagem, Roberts foi parar em Cabo Verde, onde permaneceu durante uma longa temporada. Essa experiência é descrita em livro cujos trechos são reproduzidos pela revista. Seu relato de viagem me interessa, porque ele registra tanto a exploração de vários recursos marinhos do arquipélago por navios estrangeiros, como as dimensões locais de apropriação do pescado realizada pelas pessoas que o acolheram.

Em princípios do século XVIII, Cabo Verde já não era mais o importante e poderoso entreposto de escravizados da coroa portuguesa que funcionou a todo vapor até o início do século XVII. O século XVIII já é o período que António Leão Correia e Silva nomeia de "madrugada camponesa", que sucedeu a "noite escravocrata" dos primeiros séculos de colonização das ilhas (Silva, 2023).

Entretanto, se o período mais intenso de utilização do território como plataforma de venda de escravizados havia arrefecido, a mobilização do espaço das ilhas como um ponto estratégico de parada no Atlântico se encontrava em pleno vapor. Dentre outros negócios, essas escalas eram feitas para a recolha de sal, para a apanha de tartarugas, burros, gado e cavalos que eram criados de forma extensiva em muitas das ilhas do arquipélago com a finalidade de serem negociados com os viajantes do Atlântico.

Na primeira escala que fez em Cabo Verde, ainda a caminho dos Estados Unidos, e, portanto, antes do seu regresso, quando passaria uma longa temporada no arquipélago, Georges Roberts noticiou sobre a coleta de sal na ilha de Boa Vista:

> Nessas viagens tinha-se tornado habitual os tripulantes dos navios fazerem eles mesmos o sal a carregar e, depois de fabricado, levá-lo ou carreá-lo a pouca distância das marinhas a uma pouca distância das marinhas um lugar seco para ali escorrer e secar. Dali, os nativos o levavam em burros, a um tanto por dia por cada burro e do mesmo modo quanto aos Pretos que conduziam os burros. Habitualmente, era escalado um Preto para conduzir cada grupo de quinze burros (Roberts, 1984, p. 4).
> [...]
> Acontece às vezes, como já presenciei, que navios sejam obrigados a esperar durante três semanas a um mês a sua vez de fazer sal nas marinhas e verem-se

gama de assuntos que vão desde história, antropologia, literatura, geografia, etc. Apesar das pretensões de seus fundadores, a revista teve circulação em um universo muito restrito de leitores (Teixeira, 2009).

> ainda por cima obrigados a tomar marinhas tão ordinárias que dez ou doze num mau terreno não produziam mais que uma ou duas num bom terreno de salina, além disso com mais trabalho do que nas melhores (Roberts, 1984, p. 4).
> [...]
> Tendo obtido tudo aquilo que pudemos, largámos em companhia da chalupa e fizemos escala na Ilha do Maio onde encontramos cinco navios de vela carregando sal para os países do Leste no mar Báltico (Roberts, 1984, p. 5).

Depois de seu retorno a Cabo Verde e aportando na ilha do Sal, Roberts deu mais detalhes da exploração estrangeira dos mares do arquipélago:

> Dirigi-me então cheio Leste até fazermos com a Ilha do Sal e, como estava-se na estação das tartarugas verdes, alcancei a ilha e ancorámos no fundeadouro da costa Oeste da ilha, denominada Palmeira suponho por causa das tamareiras que ali há no vale no lado Sul da baía (Roberts, 1984, p. 5).
> [...]
> Depois de fundearmos com um ferro, mandei meu bote à terra para ver se havia sinais de desembarques de tartarugas ou se ali havia gente apanhando tartarugas e, na afirmativa, trazer para bordo uma que tivessem apanhado de fresco. Pois os Franceses muitas vezes faziam para cá uma viagem para apanhar tartarugas, salgá-las e secá-las em terra dum modo bastante parecido com o de tratar o bacalhau na Terra-Nova. Com a carne e óleo, fazem bons negócios nas suas ilhas das Antilhas. Aproveitam as cascas das tartarugas para o mercado francês onde em geral dão por elas melhor preço do que na Inglaterra, especialmente as cascas das tartarugas apanhadas à roda destas ilhas que são da mais fina espécie, e extraordinariamente limpas bem como lindamente recamadas (Roberts, 1984, p. 6).

Poderia ir mais longe com tais relatos, mas considero esses trechos boas amostras sobre os usos e costumes dos viajantes estrangeiros de passagem pelo arquipélago na altura da década de 20 do século XVIII.

Para além dessas atividades, temos, ainda, a dimensão da disputa aberta pelo território do arquipélago. A localidade conhecida hoje como Porto Inglês, na ilha do Maio, chegou a ser dominada pela coroa inglesa, que se apossou da enorme salina ali existente, obrigando os moradores da ilha a fugirem e se refugiarem no interior por medo dos métodos violentos empregados no controle no território. Métodos esses que incluíam a utilização de cães de caça para afastarem quem se aventurasse a coletar o sal na Salina Grande (Silva, 2018, p. 35).

Especificamente sobre a pesca artesanal, além da passagem de Roberts já citada por António Leão Correia e Silva, as notas do capitão inglês sobre a ilha da Brava não só confirmam a presença da atividade naquele período, como também dão detalhes relevantes acerca de métodos e técnicas utilizados pelos ilhéus para a captura do pescado.

Após ser assaltado por piratas, Roberts perdeu o seu barco e passou um longo período na ilha da Brava até conseguir construir outra embarcação para seguir viagem.

No tempo em que esteve na ilha, tornou-se hóspede de uma família e, nessa condição, a considerar a densidade de seu relato, participou de inúmeras expedições de pesca.

> A nossa forma de pesca era a seguinte: costumávamos seguir da povoação antes do dia para estar à beira-mar antes que o sol estivesse muito alto de forma a evitar o calor escaldante durante a caminhada montes abaixo. Leváva-mos uma ou duas cabaças de água consoante quantos éramos no grupo, abóbora, bananas, etc. para comermos.
> O nosso material de pesca compunha-se de canas compridas e linhas de algodão que eles fazem muito bem; creio que são melhores do que muitas linhas de cânhamo ou de linho feitas na Inglaterra. À falta de chumbo usávamos pedras para fazer descer as linhas e serviam bem pois, na maioria dos sítios onde pescávamos nas rochas, havia pouca ou nenhuma corrente.
> Como já disse atrás, os nossos anzóis eram feitos com pregos velhos pelo velho e desajeitado ferreiro. Contudo, em geral eu fazia os anzóis para mim e para a família de que agora eu era membro. Para isso, eu tomava emprestado o martelo e uma lima do velho ferreiro sempre que precisasse e creio que meus anzóis eram melhores que o dele. Porém, um prego aguçado e dobrado sem mais preparação seria suficiente pois os peixes daqueles sítios são tão vorazes que, se não fôssemos muito atentos e rápidos, eles engoliriam o anzol até o estômago.
> Evita-se o mais possível que isto aconteça procurando sempre engatá-los na boca para impedir que cortem a linha pois por ali quase todos os peixes tem dentes grandes e cortantes parecidos com os animais de rapina terrestres, como os nossos peixes da costa da Inglaterra.
> Quando acontece apanharem um peixe que tinha engolido um anzol, cortado a linha e fugido, censuram o pescador por sua imperícia e falta de cuidado.
> A nossa isca era em geral de caranguejos que eles apanhavam com muita habilidade. Quando não conseguíamos caranguejos apanhávamos lapas ou mariscos nas rochas e quando pescávamos um peixe em geral fazíamos isca com ele; contudo os caranguejos eram a isca melhor e infalível que tínhamos.
> Eles sempre levavam para baixo lenha que apanhavam pelo caminho, para acender lume para cozer o nosso peixe, assar a abóbora, etc. Costumávamos ficar fora de três a seis dias conforme o peixe que pescássemos ou conforme nos aprouvesse.
> [...]
> Os Naturais costumam apanhar de uma vez a quantidade de sal que julgam suficiente para gastar naquele dia e vão todos pescar. À tarde, tratam e salgam o que pescaram e deixam-no ficar no sal toda a noite; de manhã quando o sol está alto, espalham os peixes ao sol para secar, dando-lhe volta conforme for preciso. Quando sentem fome, cozem peixe com abóbora que nunca faltou quando eu ia com eles.
> [...]
> Nesses pesqueiros, que são de fácil acesso e muito frequentados por eles, costumam deixar uma panela de barro que fica ali para servir a quem lá vá pescar para nela fazerem caldo de peixe que apreciam muito mais que o caldo feito com carne.
> Quando tínhamos pescado bastante peixe ou estávamos cansados do nosso divertimento e tínhamos vontade de regressar à povoação mandavam um para cima trazer um burro o mais perto possível e os restantes levavam o peixe pra cima nas costas até o sítio onde estava o burro que carregavam com o peixe para ir para a povoação. Do peixe que se levava, costumavam mandar a seus amigos e parentes a quantidade que julgavam conveniente e estes costumavam fazer o mesmo para com eles. Era esta a nossa maneira de pescar na ilha da Brava.
> Esquecia-me de assinalar uma coisa: cada um de nós levava sempre duas linhas. Uma curta que era posta na nossa cana de pesca com um anzol pequeno para apanhar os peixes pequenos e outra comprida com seus anzóis, pronta ao

> nosso lado para quando víssemos um peixe grande que receássemos ser demasiadamente pesado para os anzóis pequenos e para as canas.
> Algumas vezes, quando o peixe não mordia, eles nadavam para um lugar melhor onde não poderiam chegar de outra maneira por ser a rocha lisa e escarpada e regressavam nadando com tanto peixe que não podiam tirá-lo do mar nem transportá-lo em terra sem ajuda (Roberts, 1984, p. 9-10).

Assim como a passagem de Silva (2002), essa é uma fonte incrivelmente rara sobre a atividade pesqueira local – ao menos se considerarmos aquilo que se encontra disponível nos arquivos públicos de Cabo Verde e na historiografia sobre as ilhas.

Com isso, o depoimento de George Roberts ratifica a presença muito recuada de métodos locais de apropriação do espaço marítimo não diretamente vinculados à exploração comercial e colonial do espaço das ilhas. Além do mais, esse relato – como nenhum outro – expõe elementos da organização do trabalho da pesca que são coerentes tanto com os macroprocessos relativos ao período colonial, como com a observação etnográfica do presente das comunidades pesqueiras existentes nas ilhas, mais de 300 anos depois dessas observações.

A localização da povoação em um lugar alto e no interior da ilha da Brava, algo coerente com o receio da exposição a piratas; a presença de caminhos vicinais que levam ao litoral e que viabilizam o acesso ao pescado; a existência de locais de acampamento de pesca estabilizados e utilizados de maneira recorrente com o compartilhamento de utensílios de apoio à atividade; a presença do pescado de grandes proporções e em abundância em áreas próximas do litoral; o mapeamento de zonas ricas em pescado pelos atores locais.

Outro ponto extremamente sensível do relato de Roberts são as anotações feitas pelo autor sobre a produção local de utensílios utilizados para a captura do pescado. Assim como a jangada do nordeste brasileiro foi criada pelos escravizados africanos a partir de um processo de bricolagem de técnicas portuguesas, africanas e indígenas (Silva, 1993), aos ilhéus, naquela altura da ocupação, não havia alternativa senão desenvolver seus próprios métodos de coleta do pescado. As linhas feitas de algodão, melhores que as inglesas feitas de cânhamo, os anzóis de prego e as pedras que serviam de peso para afundar as iscas eram métodos adequados e satisfatórios ao cenário em que o peixe, em quantidade considerável, podia ser encontrado muito próximo das rochas do litoral.

As observações do capitão inglês também apontam para expedições de pesca que seguem um ritmo muito próprio e que parecem passar ao largo de qualquer noção de trabalho forçado. Além do mais, a informação sobre o compartilhamento do pescado

capturado com amigos e parentes reforça a tese de que, em relação ao passado do arquipélago, deve-se pensar o pescado integrado a redes locais de troca e de permuta com o universo camponês.

Daí a possibilidade de olhar para o passado e enxergar o pescado como um elemento fundamental das redes de solidariedade que integraram a vida cotidiana ao longo dos primeiros séculos de colonização das ilhas.

2.3 A pesca da baleia como índice de penetração de saberes locais nas dinâmicas do Atlântico

Na continuação do diálogo com os fragmentos da história, passo a analisar a pesca da baleia, atividade por meio da qual se deu um dos fluxos mais antigos e estruturados de emigração das ilhas, quando navios norte-americanos passaram a recrutar cabo-verdianos para a atividade ainda no século XVIII (Aubyn, 2006, p. 26).

> No século XIX, o óleo de baleia era usado para iluminação e muitos navios baleeiros partiram de Nova Inglaterra para os mares de Cabo Verde, uma vez que constituía um local privilegiado para a captura, transbordo, transformação, desembarque e comércio dessa importante substância extraída da gordura das baleias pescadas. Os cabo-verdianos participaram na indústria pesqueira na região de Nova Inglaterra e nas turfeiras de Cranberry (Madeira, 2022, p. 97).

É muito curioso como alguns trabalhos mais recentes sobre Cabo Verde tendem a associar os fluxos migratórios tão marcantes do arquipélago exclusivamente aos efeitos da natureza (Luz, 2010, p. 122) – mais especificamente aos ciclos de seca que atingem a região – o que não deixa de ser uma forma de subdimensionar o papel dos portugueses nessas crises (Brooks, 2006; Patterson, 1988; Andrade, 1996)[48].

A emigração sendo uma das bases importantes de compreensão dessa sociedade e constituindo fruto direto do descaso da administração colonial do arquipélago, estranha-me toda vez que não encontro essa conexão bem estabelecida (Andrade, 1996; Lopes, 2021). Se, em um primeiro momento, a partida se dava de maneira forçada, realizada nos porões dos navios negreiros, os que ficavam e seus descendentes, submetidos a severas condições, eram obrigados a encontrar estratégias de fuga da ditadura colonial.

[48] Importante mencionar que esse é um tipo de operação que se assemelha muito a limitar o quadro de escassez do pescado das ilhas aos efeitos das "mudanças climáticas", o que também é uma forma de neutralizar, em termos simbólicos, os efeitos catastróficos produzidos pela extração mecanizada do pescado por grandes navios estrangeiros.

Ao configurar essa situação, a administração colonial não somente condenava os cabo-verdianos à morte, como também produzia um cenário propício à transformação da população das ilhas em mão de obra para os diferentes empreendimentos coloniais que cruzavam os mares do arquipélago. A pesca da baleia está longe de ser a única, mas é, certamente, um dos exemplos mais relevantes dessas dinâmicas.

> Essa atividade levou para as ilhas um enorme número de navios baleeiros dos Estados Unidos, cuja tripulação se aproximava dos habitantes, com o propósito de se abastecer de água, de produtos alimentares frescos, e, de se derreter as gorduras das baleias capturadas, visando a obtenção do óleo ou azeite. Posteriormente, começaram a contratar os locais para trabalharem nos barcos, que rapidamente conquistaram a fama de muito bons trabalhadores, sendo que os primeiros a serem contratados eram das ilhas de S. Nicolau, Brava e Fogo. Na obra *Chiquinho*, Baltasar Lopes da Silva (1907-1989) atesta o frenesi causado aquando da chegada de um baleeiro, um acontecimento que emblemava a abundância, a exteriorização da vontade dos residentes serem recrutados, e, o desembarque de alguns naturais que aproveitavam para visitar os seus familiares (Luz, 2010, p. 126).

Gostaria de insistir um pouco mais nesse ponto, pois me parece que a emigração para os Estados Unidos tem relação direta com a imobilização dos saberes pesqueiros locais, mas também com o fato de esses mesmos saberes terem sido utilizados como uma espécie de "moeda de troca" para se escapar de um cenário de catástrofes.

A história que Luiz Gonzaga St. Aubyn apresenta, em texto publicado na revista *Ponto & Vírgula*, dá alguma dimensão sobre as dinâmicas dessa atividade nos mares das ilhas.

> Navios baleeiros aportavam naquelas martirizadas ilhas, ao tempo da colónia portuguesa, com destaque relevante para as ilhas de S. Nicolau, Brava e Fogo. Aí se recrutavam mancebos para a dura faina da pesca da baleia. Rumavam para os bancos então denominados – "Ripablê", "Oeste im Gra une" e outros. Chegados aos referidos bancos, estacionavam e ficavam à espreita da presa. Um oficial munido de binóculos e óculo de grande alcance, subia num dos varandins colocados no alto dos mastros. Assim que ao longe divisasse alguma baleia, soltava um grande brando em inglês.
>
> De antemão já tinham tudo preparado e sob as ordens do capitão, eram lançadas ao mar três ou quatro canoas. A bordo delas seguiam um oficial, um trancador e quatro marinheiros. O rumo era dado pelo oficial que se encontrava no referido varandim. Daí ele não saía enquanto as canoas estivessem à procura da vítima.
>
> As canoas seguiam à vela ou à remos consoante o tempo. Assim chegavam ao local onde se encontravam as baleias.
>
> O trancador, que seguia sempre na prôa com arpão em riste, desferia certeiramente um golpe com arpão.
>
> Ferida de morte ou não, a baleia em causa desatava numa correria louca levando de rasto a frágil embarcação que ia largando o cabo presa na extremidade do arpão. A velocidade era tamanha que um marinheiro tinha de

> deitar água incessantemente por onde passava o referido cabo, pois caso contrário pegava fogo ao barco com a fricção.
> A baleia fugia, fugia, mas quando lhe faltavam as forças então parava.
> A bordo da canoa iam recolhendo a sonda para dentro encurtando a distância entre ela e a baleia.
> Chegados mesmo junto dela lancetavam-na com instrumentos próprios. Assim que a matavam o mar ficava escuro com o excremento que ela defecava.
> O oficial não abandonava o seu posto enquanto as canoas não regressassem e ia dando a direção em que elas se encontravam ao timoneiro. Assim o navio rumava às vezes com muita dificuldade pois podiam não só vento contrário como fortes correntes marítimas para chegar junto às canoas com as baleias já mortas. Amarravam-nas então ao costado do barco e começava a faina.
> Era descarnar as baleias que se cortavam em pedaços não muito grandes e derretidos em grandes caldeirões de ferro colocados no convés.
> Convém salientar que o combustível usado para esse fim, eram os torresmos das baleias pescadas anteriormente.
> O óleo da cabeça e o que saia do toucinho, ia enchendo os barris, que eram confeccionados, a bordo pelo tanoeiro que fazia também as canoas e as consertava.
> Calhava às vezes terem duas ou três baleias amarradas ao navio, e levarem vários dias nesse laborioso trabalho.
> Assim que tivessem os porões cheios ou quási cheios, regressavam à América ou faziam transbordo para outro barco, retornando à faina.
> Chegados à América, cada um recebia consoante a carga do barco, em dólares. Muitos regressavam novamente àquela vida arriscada, mas a maioria ficava nos Estados Unidos e foram assim formando a colónia caboverdiana naquele país (Aubyn, 2006, p. 26-27).

No período em que o óleo das baleias teve papel importante na economia global, Cabo Verde era, mais uma vez, um local estratégico, pois conjugava dois fatores essenciais para o desenvolvimento dessa arriscada atividade de pesca. Primeiro, a mão de obra com conhecimento sobre o mar e com disposição para partir. Depois, águas abundantes do animal que fora convertido em matéria-prima dessa indústria de dimensões intercontinentais.

Na esteira dessa operação e margeando o fluxo da matéria-prima e de capitais decorrentes da atividade, tudo indica que os ilhéus souberam, com base em seu conhecimento náutico e do seu conhecimento sobre as pescas, abrir caminho para um fluxo intenso de pessoas que ajudou a consolidar, nos Estados Unidos, uma comunidade de cabo-verdianos que hoje é estimada em 250 mil pessoas, um número que corresponde a nada menos do que a metade de toda a população residente no país no presente (Madeira, 2022, p. 97).

O relato de Aubyn (2006) e a nota que segue, publicada no Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde em janeiro de 1850, reforçam o grau de perigo da atividade.

> Navio Balieiro – Um Periodico do Norte dá noticia, de que ao rebocar um navio de pesca de baleas um d´estes cetaceos que pescara, se vio accommettido por outro de tamanho extraordinario, por duas vezes consecutivas, e com tal força que lhe arrasou a popa; tendo a tripulação apenas tempo para salvar-se nas lanchas, ido a embarcação pouco depois a pique (Cabo Verde, 1850).

O nível de abandono das ilhas, nesse contexto, colabora para a imobilização de cabo-verdianos para a pesca da baleia. Todavia, por outro lado, abre uma porta, inaugura uma rota de fuga dessa situação colonial. O meu interesse nessa situação chama a atenção para a relação entre esse movimento diaspórico e o conhecimento local produzido sobre mar, o que possibilita demonstrar mais uma dimensão de seu peso e influência em um importante aspecto da vida cotidiana das ilhas.

3 A INICIATIVA DE "SENHORES NOTÁVEIS" NA ESTEIRA DE UM HORIZONTE DE CRISES

Estou defendendo a existência de um longo processo de desqualificação dos saberes locais sobre a pesca que se conforma sob uma perspectiva racista e eurocêntrica e que se encontra na base de justificação ideológica de dois fenômenos que são indissociáveis: a estruturação de uma exploração em larga escala do pescado dos mares do arquipélago e a imobilização da mão de obra local para tal fim (Santos, 2009).

Podendo ser observado como uma espécie de princípio de governamentalidade que ocorre na esteira de movimentos de concentração de poder dentro do corpo burocrático da administração colonial (Foucault, 2008), com o tempo, a frente de exploração industrial do pescado que nasce nas ilhas ajuda a definir o lugar social do pescador artesanal, delimita espaços de atuação nos mares do arquipélago e produz um campo de hegemonia a partir do qual passam a atuar sujeitos autorizados a dizer qual deve ser o destino "correto" para o pescado desses mares (Comaroff, Jean; Comaroff, John, p. 34).

Trata-se de um cenário que, para ser compreendido, exige a aceitação da "radicalidade do confronto que define a situação social da fronteira" (Martins, 2009, p. 14).

> É na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem. É lá que melhor se veem quais são as concepções que asseguram esses processos e lhes dão sentido. Na fronteira, o homem não se encontra - se desencontra. Não é nela que a humanidade do outro é descoberta como mediação da gestação do Homem (Martins, 2009, p. 11).

Uma das primeiras camadas de violência simbólica que percebi por meio da análise da documentação de constituição dessa fronteira nos mares de Cabo Verde foi a necessidade de redução, à insignificância, do papel da pesca local, o que passou a se dar a partir do momento em que a administração colonial começou a fazer circular a necessidade de se criar um "novo tempo" para as pescas.

Com isso, foi com mobilização do discurso da *carência* – categoria corriqueira nas análises sócio-históricas sobre o arquipélago desde tempos muito remotos – que o universo artesanal pesqueiro passa a ser capturado.

Desde já, é preciso levar em conta que esse é um cenário que se configurou lentamente no âmbito da administração colonial das ilhas. De todo modo, ao longo de todo o seu processo de constituição, é possível identificar – na esteira da redução da pesca local ao primitivismo – medidas administrativas de cunho autoritário no trato com os pescadores artesanais do arquipélago.

Por meio da pesquisa documental, identifiquei dois períodos históricos que representam pontos altos do interesse da metrópole pelo pescado de Cabo Verde. Esses dois momentos não se encontram isolados e, portanto, não podem ser considerados como o início e o fim de um processo. O melhor que se faz é compreendê-los como fases de um processo que se inicia nas primeiras décadas do século XIX e que não possui um fim, já que a partir do momento em que se inicia o envio de pescado do arquipélago para estrangeiro, essa operação se dará em moto-contínuo até o presente.

Na primeira metade do século XIX, encontram-se as primeiras iniciativas da administração colonial para tentar estabelecer parâmetros de regulamentação da atividade pesqueira no arquipélago. Entretanto, é apenas um século mais tarde que, de fato, é possível identificar o momento em que essas iniciativas se materializam na instalação de fábricas de conserva de peixe no arquipélago.

Se as primeiras décadas do século XIX coincidem com o momento em que Portugal perde o território brasileiro e passa a ter a necessidade de "tirar a diferença" dessa perda nos territórios coloniais africanos, as iniciativas administrativas das primeiras décadas do século XX vão coincidir com o surgimento, em África, das lutas anticoloniais que balançaram a ditadura salazarista em Portugal.

Essas são balizas temporais importantes, porque interligam a metrópole à colônia e possibilitam que o processo de industrialização da pesca em Cabo Verde seja compreendido segundo um quadro mais consistente de referências históricas. Entre duas fases iniciais de estabelecimento dessa fronteira, porém, há lacunas importantes de informações sobre as pescas nos arquivos públicos de Cabo Verde.

Menos relevante do que a ausência de informações representada por esse lapso, contudo, é perceber que, quando a administração colonial volta a se preocupar de maneira mais intensa com as pescas na primeira metade do século XX, são justamente as primeiras iniciativas do século anterior que são buscadas como referências para se avançar com o projeto de industrialização da atividade pesqueira nas ilhas, o que se consolida em detrimento da base camponesa dessa sociedade.

3.1 Iniciativas coloniais para o estabelecimento de uma atividade pesqueira em larga escala

Como observado nas páginas anteriores, apesar de amplamente integrado no circuito comercial do Atlântico desde seu achamento no século XV, não há registros históricos que dão conta de uma exploração em larga escala do pescado das ilhas de Cabo Verde nos primeiros séculos de sua colonização.

Isso não quer dizer, como também já demonstrei, que o mar não tenha sido generoso com quem se apossou do arquipélago e com quem passou por essas ilhas, pois dele se explorou da baleia às tartarugas, passando pelo sal, pelo âmbar, pelos corais, pela urzela, entre outros.

Defendo que a questão da ausência da exploração do pescado no arquipélago deva ser compreendida à luz da história do surgimento e da expansão da pesca europeia de longo curso em direção às águas internacionais e da posição de Portugal no desenvolvimento dessa indústria.

Como detalhadamente demonstra Diegues (1983), essa é a história do surgimento de um tipo muito específico de extração colonial cujos desdobramentos encontram-se relacionados com as invenções náuticas que possibilitaram a expansão marítima europeia e, mais intensamente, com os avanços técnicos em máquinas e equipamentos obtidos com a Revolução Industrial (Diegues, 1983, p. 19).

É também a história de uma indústria cujo desenvolvimento se deu sob parâmetros de acirradas disputas entre os europeus e que fora muito bem integrada ao circuito de rapinas do sul global inaugurado a partir do ciclo das "grandes navegações"[49].

> Já no século XV, os barcos de pesca bascos e bretões chegavam à Península do Labrador (Canadá) à procura de bacalhau que seria o peixe mais capturado do século XVI ao XVIII, assim como o arenque foi o peixe da Idade Média, e o atum, da Antiguidade.
> Essas viagens de pesca ao Labrador exigiam uma verdadeira organização empresarial. A primeira companhia do Canadá, fundada pelos moradores de Diefe e La Rochelle para o comércio e colonização, tinha barcos de 40 a 150 toneladas para a pesca no Atlântico. Esses navios, protegidos por uma escolta, partiam para Portugal, em inícios de abril, onde embarcavam o sal. Após pescarem até fins de agosto na Terra Nova, voltavam com sua carga de bacalhau salgado e seco para a França. Os barcos franceses, no comércio com as Antilhas, traziam o café, açúcar, tabaco e rum, ao passo que levavam

[49] A única diferença entre esse e outros grandes ciclos de exploração colonial é que no seu período áureo os navios a vapor primeiro destruíram as reservas de pesca dos mares do norte para depois se dirigirem para os mares do sul.

> bacalhau seco para alimentar os escravos empregados na cultura canavieira (Diegues, 1983, p. 18).
>
> Podemos dizer que a pesca do bacalhau, a longa distância, praticada especialmente na Península do Labrador por armações vindas da Europa, constitui um exemplo típico e mais avançado da empresa mercantilista dos séculos XVII e XVIII.
> À exceção dos armadores independentes, que pescavam com sua própria embarcação, eram os comerciantes europeus que equipavam os barcos bacalhoeiros nas expedições à Terra Nova, dividindo os lucros com os mestres e pescadores ao fim da temporada. Desta maneira, assistimos, com a expansão da pesca a longa distância, seja nas costas da África, seja no Canadá, ao surgimento de um novo tipo de organização da produção que escapava ao pequeno pescador costeiro europeu. O volume de capital necessário supunha uma organização empresarial, que se baseava nas premissas do capitalismo comercial e não mais na unidade familiar. Em alguns países, como a França, o aumento da captura na pesca costeira levou ao empobrecimento dos fundos e uma diminuição na produção já na segunda metade do século XIX, incentivando a pesca de longo curso. Um caso típico ocorreu na pesca da lagosta na Bretanha, feita com covos transportados em embarcações abertas. No fim do século XIX, as pequenas embarcações foram substituídas por sloops de 20 toneladas, que podiam levar um número maior de covos. Com a sobrepesca das áreas tradicionais, os pescadores atravessaram a Mancha para pescar nas costas da Inglaterra, e daí se deslocaram para o litoral de Portugal e da Mauritânia (Diegues, 1983, p. 20).

Seguindo esses desdobramentos, é a partir da Revolução Industrial que a pesca de longo curso incorpora uma série de inovações tecnológicas que gera um cenário de grandes transformações dessa atividade no contexto europeu e, mais tarde, em águas internacionais.

O aparato tecnológico incorporado – principalmente os motores a vapor (a partir de 1860) e o aumento da capacidade de captura com o desenvolvimento de redes “mais eficazes” – abriu uma crise de grandes proporções com os armadores menores cujos barcos se utilizavam de velas na Europa (Diegues, 1983, p. 21).

Essas foram transformações irreversíveis que acabaram por se desdobrar na construção de grandes portos de desembarque de pescado e de manutenção das máquinas dos navios a vapor. O que também resultou na extinção dos veleiros de pesca a partir da década de 1920, na proletarização massiva dos pescadores europeus e na expansão desenfreada da pesca de longo curso em direção a outros mares (Diegues, 1983, p. 22).

> Esses portos surgiram principalmente na Inglaterra, que, em inícios do século XX, contava com o maior dentre todos da Europa. Grimsby, com uma descarga de 177 000 toneladas, seguido por Yarmouth, 112 000; Aberdeen, 102 500, e Lowestof com 100 000 toneladas. Em 1912 a pesca realizada pelas grandes unidades a vapor representava já 95% do total do pescado capturado na Inglaterra (KERZONCUF, 1917).
> Na Holanda, no começo do século atual, o maior porto era o de Yumuiden, com 52 000 toneladas de pescado descarregado; na França, o de Boulogne,

> com 46 000; e na Alemanha é o de Greestmunde, com 52 500 toneladas (Diegues, 1983, p. 22).

Estamos diante das etapas de desenvolvimento de um tipo muito específico de indústria capitalista que se expande na justa medida em que vai esgotando os recursos pesqueiros próximos do epicentro de seu surgimento.

Refletindo sobre a configuração hierárquica dos países europeus uns em relação aos outros naquela altura, não parece ser em vão a posição de vanguarda da Inglaterra na consecução dessa indústria que "apresenta características similares aos processos que marcaram a Revolução Industrial em outros setores da produção" (Diegues, 1983, p. 27).

Como também não parece estranho que Portugal sequer apareça citado em Diegues (1983) como um país que tenha tido algum destaque nos primeiros estágios de seu surgimento. Se estamos falando do início do Revolução Industrial – portanto, do final do século XVIII e do decorrer do século XIX –, vale voltarmos à história de Cabo Verde para um enquadramento mais adequado do momento em que o arquipélago vivia, principalmente em relação à metrópole lusitana e ao papel das ilhas no conjunto mais amplo da máquina colonial portuguesa. Isso porque, ao menos em relação aos mares, no momento em que o pescado se torna uma "mina de ouro", Portugal estava de posse de uma das mais importantes dessas minas, mas não possuía meios para explorá-la.

> O projecto de reconversão da estagnada e decadente economia cabo-verdiana, no dealbar do século XIX, deve ser compreendido no quadro global da política da metrópole que visa readequar a estrutura produtiva das suas possessões ultramarinas à nova situação económica do Império, entretanto, abalada com a independência do Brasil.
>
> As possibilidades de o governo português reconverter a economia do arquipélago esbarravam-se em dificuldades estruturais de monta. De um lado, os seus bastiões de acumulação rentista de então (Santiago e Fogo) encontravam-se exauridos devido aos custos socioeconómicos elevados de acumulação – escassez de mão-de-obra escrava e a eminência de sublevação dos rendeiros. Do outro lado, com a independência do Brasil, a metrópole vê as suas receitas resultantes da reexportação de produtos de sua maior possessão decaírem abruptamente com consequências desastrosas sobre a sua balança de pagamentos, debilitando a sua capacidade de auto-financiamento de sua estrutura produtiva. Assim, as bases sobre as quais assentava a acumulação rentista da Coroa encontram-se profundamente abaladas, com consequências económicas e sociais profundas na metrópole e severas para um arquipélago cronicamente vulnerável desde a perda da sua função estratégica como plataforma de reexportação de escravos para a costa da Guiné.
>
> Coube ao Visconde Sá de Bandeira, como assevera Valentim Alexandre, na qualidade de presidente do Conselho de Ultramar de 1851 a 1859 relançar os pilares do novo projecto imperial, como estratégia para a regeneração nacional que, no geral, pretendia pôr fim ao tráfico de escravo remanescente, modernizar o aparelho estatal, consolidar o domínio territorial de forma mais efectiva. Essas medidas segundo o seu proponente trariam vantagens

> económicas acrescidas a Portugal, garantindo acesso a mercados e reduzindo a sua dependência das potências estrangeiras (2008: 16 a 17).
> Portugal depara-se, na verdade, com um terrível dilema. Precisa, simultaneamente, de recursos financeiros importantes para reorganizar a sua estrutura produtiva interna, entretanto, descompassada em relação ao capitalismo industrial florescente e, ao mesmo tempo, de reconverter as suas velhas feitorias em África pouco industriosas e rentáveis devido ao bloqueio da armada inglesa ao comércio de escravos.
> Todavia, não dispondo a metrópole de poupança financeira interna para a modernização de sua infra-estrutura económica e muito menos avultados recursos para um empreendimento no ultramar, despoleta-se ao longo do século XIX um caloroso debate entre os propugnadores da construção de um eldorado africano para compensar os efeitos económicos da independência do Brasil e os defensores de uma estratégia mais prudente que privilegia o investimento interno, com recurso ao endividamento externo, para preparar o país para os novos desafios que se impunham (Lains, 1998; Alexandre, 2004: 978) (Barros, 2012, p. 82-84).

Figurando como um império decadente no contexto europeu do XIX, Portugal iniciou esse século economicamente dependente da Inglaterra, de um lado; e acuado pelas guerras napoleônicas, de outro. Situação que levou à fuga da família real da Europa e à transferência da sede do império para o Rio de Janeiro a partir de 1808 (Meirelles, 2015).

É somente a partir da independência do Brasil, em 1822, que os sucessivos governos portugueses voltaram de maneira mais sistemática sua atenção para as colônias africanas; e ao longo de todo o século XIX, com o auxílio dos ingleses, tentou-se consolidar as posições dessa metrópole decadente no continente africano (Lains, 1998).

Com isso, ao menos até a Conferência de Berlim em 1885, Portugal assegurou a posse de grandes parcelas do continente africano, mas sem conseguir efetivar uma exploração econômica mais agressiva desses territórios (Lains, 1998, p. 466). Isso mudou drasticamente a partir da última década do século XIX, momento a partir do qual "as colônias de África foram uma fonte substancial de divisas estrangeiras para a economia portuguesa", posição "vantajosa" que perdurou até 1975 (Lains, 1998, p. 466).

> Deste modo, a partir de 1892, as políticas de expansão colonial em África traduziram-se num benefício financeiro para os governos e para o Estado. Ao contribuírem para saldar os pagamentos ao exterior, as colônias facilitaram a governação do país e o crescimento da economia, constituindo, assim, uma forte motivação para o esforço de colonização (Lains, 1998, p. 467).

Em minhas buscas pela pesca no Arquivo Público da cidade da Praia, deparei-me com uma obra de inestimável valor para esta pesquisa – a ser retomada de forma detalhada um pouco mais adiante – por se tratar de um documento produzido em 1945 e, portanto, originado no período das fábricas de conserva de atum. De autoria do português Mário

José Corrêa dos Santos Secca (1945), o livro "A pesca em Cabo Verde" é uma espécie de consultoria para o desenvolvimento das pescas encomendada pela administração colonial portuguesa[50].

Com base em seu prefácio, consegui identificar as primeiras décadas do século XIX como o período que inaugura uma preocupação metropolitana mais estruturada pelo pescado do arquipélago. Em primeiro lugar, a localização desse marco temporal é relevante porque o termo "gerir" está sendo compreendido aqui segundo a ideia de que dominação implica, necessariamente, administração – como nos lembra Antônio Carlos de Souza Lima ao mobilizar Max Weber em suas análises sobre as políticas indigenistas no Brasil (Souza Lima, 2002, p. 15).

Com isso, a vontade do governo colonial de regular a atividade pesqueira nas ilhas passa a coincidir com uma primeira série de atos administrativos que, a meu ver, são reveladores das intenções que animavam aqueles que as produziam.

> A exploração da riqueza piscícola dos mares da Colónia é problema que tem, desde há muito, prendido a atenção dos governantes.
> Há um século, o assunto começou a merecer os cuidados do Govêrno da Colónia. Efectivamente em 16 de Janeiro de 1843, o Governador Geral, brigadeiro Francisco de Paula Bastos, criava uma *classe de pescadores* na ilha da Bôa Vista, cujo número de inscritos era limitado a trinta, sendo sujeitos à matrícula na Patronia.
> Àqueles que fossem ao mar, *pelo menos três vezes por semana, permitindo-o o tempo*, *e que trouxessem ao mercado o produto da sua pesca, eram isentos de recrutamento militar e de todos os encargos do concelho*. De idênticos benefícios gosava igualmente o filho mais velho de cada pescador, desde que se dedicasse também à pesca.
> Esta continuou, contudo, a ser livre para todos os cidadãos; mas, os pescadores, que não fizessem parte da *classe,* não poderiam gosar dos privilégios concedidos aos matriculados.
> *Ao tomar tais medidas, o Govêrno reconhecera que, apesar da grande abundância de pesca nas costas da ilha, não aparecia peixe para o sustento da população, embora fosse um dos primeiros e mais necessários alimentos para a maioria dos habitantes da ilha de Bôa Vista, os quais pela sua pobreza não podem chegar a outros, já pela carestia deles, já pela aridez da terra* (Terra, 1945, p. 21, grifos nossos).

Escrito pelo chefe dos Serviços de Estatística da Colônia de Cabo Verde, o trecho acima consta no prefácio do livro de Secca (1945) e dá indicações sólidas sobre as primeiras iniciativas da administração colonial voltadas para "gerir" a atividade pesqueira no arquipélago.

[50] Apesar de exaustivamente ter buscado informações biográficas sobre Secca (1945), para além daquilo que ele próprio relata, de ser alguém que trabalhou um longo tempo na indústria colonial pesqueira do arquipélago como abordamos mais adiante, pouco descobri sobre sua origem e sobre como ele chegou ao arquipélago.

Ocorre que – apesar de Terra (1945) mencionar o regulamento de 1843 dos pescadores da ilha de Boa Vista como a primeira iniciativa colonial criada para regular o trabalho dos pescadores no arquipélago – foi em outra obra que encontrei menções a uma regulação semelhante para a ilha de Santo Antão, esta datada de 5 de outubro de 1835 (Barcellos, 2004, p. 99-104).

No clássico "Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné", livro de Senna Barcellos cuja primeira publicação data de 1899, o autor tece pomposos elogios à iniciativa do então governador-geral de Cabo Verde, Joaquim Pereira Marinho. Logo no início do seu primeiro mandato, ele criou três companhias de pesca na ilha de Santo Antão, com o objetivo de explorar esse "inexgottavel celeiro que pode fornecer alimentação à farta nos anos de crises alimentícias" (Barcellos, 2004, p. 99)[51].

Nessa altura, eram duas as intenções do governador-geral com a criação dessas companhias: "facilitar uma alimentação boa e barata à pobreza que luctava com a miseria e defender as ilhas dos inimigos, piratas e corsários". Para que isso ocorresse, seria necessária a organização dos pescadores em regime militar (Barcellos, 2004, p. 99).

A julgarmos pelo teor dos 28 artigos de tal regulamento que Senna Barcelos reproduz na íntegra em sua obra, a questão da organização militar dessas companhias de pescadores é levada às últimas consequências. A leitura dos artigos do estatuto deixa muita clara a intenção de regulação da atividade pesqueira em uma escala de detalhamento que impressiona. Incidindo sobre uma realidade social em que o pescado possuía importância crucial para a manutenção da vida, esse estatuto me pareceu ser uma das primeiras iniciativas da administração colonial para estabelecer um rígido sistema de controle do espaço das águas e de todos os desdobramentos sociais decorrentes de sua exploração.

A pesca dirigida pelo empreendimento colonial que começou a se desenhar no horizonte social do arquipélago estabelece uma distância nítida entre o que se pretendia alcançar e o fenômeno pesqueiro que existia no arquipélago até ali que, por sinal, fora completamente ignorado no âmbito dessas iniciativas.

Passou-se a tentativas de impor um modelo para a atividade que deveria ser realizada, a partir daquele momento, atrelada a patrões e, portanto, condicionando à aderência de seus participantes a hierarquias rígidas de controle de todas as etapas da

[51] Natural da ilha da Brava, Senna Barcelos se notabilizou como capitão de fragata e um dos primeiros estudiosos da história de Cabo Verde e Guiné. Em "Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné", o autor oferece um longo panorama sobre a história de ocupação das ilhas.

captura do pescado. Se estamos falando de um momento inicial desse processo, seus pressupostos inauguraram uma preocupação com uma "riqueza" que, a partir daquele momento, deveria ser explorada por meio de uma grade de racionalização que começou a deslocar o peixe dos seus usos pré-estabelecidos.

Consideremos, por exemplo, a exigência imposta pelo estatuto de uma regularidade na prática da pesca que parece visar a estabelecer um fluxo contínuo de exploração que não existia até então nas ilhas. Nesse sentido, é como se a administração colonial portuguesa antecipasse em termos de princípios, os desdobramentos da expansão da indústria pesqueira que presenciava no continente europeu.

À parte essas hipóteses calcadas em paralelismos mais intuitivos do que em bases factuais, o estatuto em questão objetivou fundar um modelo de exploração do pescado que subordinava e hierarquizava as tripulações envolvidas na atividade segundo critérios externos à organização de base local.

Em seus três primeiros artigos, o estatuto prescreveu o nome de cada companhia, a organização de suas tripulações e criou a figura do "Patrão" e do "Sota-Patrão", que deveria ser subordinado ao primeiro que, por sua vez, deveria ensinar o caminho do mando. A mestrança, atributo de pescadores artesanais experimentados que adquirem tal posição a partir de uma dura educação dos sentidos no trato com as águas (Ramalho, 2007), passou a ser qualidade daquele que recebe o título de comandante de pesca (Barcellos, 2004, p. 101).

O artigo nono do estatuto da companhia de pesca autorizava a figura do "Comandante Geral dos Pescadores" a "recrutar na mocidade ociosa, e sem emprego rapazes que lhe forem necessarios para completar as Companhias dando depois parte á Câmara Municipal da Ilha e ao Provedor, declarando o nome dos recrutados, a Companha e a Companhia em que está alistado" (Barcellos, 2004, p. 101).

Para além da arregimentação forçada a que aludia o artigo anterior, na sequência, o artigo décimo proibiu aqueles que estivessem alocados no serviço da pesca de exercerem qualquer atividade em terra. Para os padrões de ocupação camponesa de Cabo Verde, isso significava limitar de forma contundente a relação de complementaridade entre as atividades agrícolas e a exploração dos espaços marítimos.

Seguindo a centralização do poder na figura dos comandantes das companhias de pesca, o estatuto passou a prever a implementação de cadernos de registros que deveriam conter: os nomes de todos os pescadores envolvidos, naturalidade e "signaes", o registro de todas as embarcações empregadas na atividade e uma descrição da quantidade de

pescado apanhado, “declarando das espécies grandes os nomes, a fim de se puder conhecer exactamente a quantidade de riqueza, que pode resultar a esta Ilha por este ramo de indústria” (Barcellos, 2004, p. 102).

Acompanhando as novas formas de gerir a atividade pesqueira, a sequência dos artigos que reproduzo descrevem o aprofundamento do cenário de controle social, ao ponto de prescreverem penas rígidas e violentas aos pescadores que se desviassem das previsões do estatuto da pesca.

> 17º Todo o pescador, Sota-Patrão, ou Patrão que faltar ao serviço de pesca para que for nomeado, será pela primeira vez preso por dezesseis dias, sendo obrigado a ir da prisão à pesca, e quando desembarcar, ser recluso na mesma prisão por este espaço de tempo: pela segunda vez terá pena dobrada, e pela terceira vez será remetido ao Governo Geral como vadio, com as culpas attestadas por um Conselho de investigação, feito no mesmo corpo segundo o uso da Tropa de Linha.
> 18º O pescador que furtar, ou extraviar qualquer peixe, de qualquer ordem que seja, antes de se fazer a divisão dos quinhões na presença do dono da embarcação, ou de quem elle nomear, ser-lhe-ha applicada a mesma pena acima determinada, acrescentando-lhe a de perder, durante o tempo da prisão, a sexta parte do seus quinhões para o dono da embarcação; pela segunda vez que commetter este crime, além d´esta pena, se lhe acrescentará a de cincoenta varadas; e pela terceira remettido ao Governo Geral, com um Conselho de Investigação, como incorrigível.
> 19º Sendo Sota-Patrão ou Patrão o que furtar peixe, ou extraviar, terá em cada uma das vezes pena dobrada.
> 20º Se alguma guarnição de proposito estragar a sua embarcação, será imediatamente dividida pelas outras guarnições, aonde não vencerá senão meio quinhão, sendo o outro meio destinado para pagar ao proprietário hostilizado o dammo que lhe tiveram feito, o qual se determinará pelas avaluações do Livro de Inventario do Commandante Geral, e dos Commandantes de Companhias.
> 21º Durante este castigo os culpados, quando estiverem em terra estarão presos (Barcellos, 2004, p. 104).

Sobre as companhias de pesca de Santo Antão, Senna Barcellos dá conta de seu retumbante fracasso, informando que foram extintas pelo governador-geral que sucedeu Marinho e que as “encontrou comandadas por majores, com regulamentos militares e penas de chicotadas, mas como não pescassem dissolveu-as” (Barcellos, 2004, p. 100).

Pouco mais tarde, a iniciativa foi retomada. No Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde de 1854, encontrei menção a um terceiro estatuto das pescas, esse de 1849, destinado à regulamentação da atividade na ilha da Brava. No mesmo documento, encontrei a “Dita” 177, que anunciava ordem do governador-geral para estender a legislação de pescadores da Brava para aplicação em todo o arquipélago (Cabo Verde, 1854; Secca, 1945).

> Attendendo a que, na presença da falta de meios alimentícios sufficientes, para os habitantes das diferentes Ilhas deste Archipelago, em virtude da cessação de chuvas, que, em boa hora viessem, não foram bastantes para vingarem a maior parte das sementeiras feitas, nenhum recurso deve escapar á solicitude do Gôverno, para remediar, quanto em si cabe, a carencia de mantimentos, providenciando quanto lhe ocorrer, como pae desvellado, com o intuito de que lhes não falte o sustento; e sendo certo, que a Providencia sempre benefica, se por um lado nega certos bens, por outro, os ministra e offerece a quem emprega diligencia e trabalho; pois, se na terra ha indubitavelmente escassez d´elles, o mar póde minorar muito esse mal, pela abundante e variada quantidade de peixe que fornece: estando já, tão prudente, como previdentemente, tal objecto regulado e estipulado, para a ilha da Brava, pela Portaria do Governador Geral da Provincia, nº 134, de 10 de Julho de 1849, que por copia se remette: o Governador Geral determina, que a referida Portaria seja posta em pleno vigor, ampliando suas acertadas disposições a todas as Ilhas do Archipelago. (Cabo Verde, 1854).

Com teor muito semelhante ao documento elaborado para a pesca na ilha de Santo Antão pelo governador Marinho, o estatuto dos pescadores da Brava serviu de modelo para a expansão do controle administrativo da atividade. Infelizmente, com consequências que não consegui mapear pela documentação histórica disponível nos arquivos públicos de Cabo Verde.

Apesar de esse modelo de organização da pesca ser o prenúncio da transformação do pescado das ilhas em uma fronteira a ser explorada, não creio que seja um equívoco afrimar que a base camponesa da sociedade tenha conseguido vencer essa primeira batalha, assegurando, assim, a precedência de seus modelos na exploração dos mares das ilhas.

Levando em consideração essa série de estatutos, não me parece haver qualquer instituição social nas ilhas que se pareça menos com uma organização militar do que as comunidades de pesca artesanal. Situação que diz muito sobre os sucessivos fracassos de impor formas mais rígidas à organização local do trabalho da pesca.

De todo modo, para além de serem explicitamente engajados na implementação de um sistema militar/colonial de controle rígido da atividade pesqueira, esses são atos cuja intenção era avançar um tipo muito específico de exploração dos mares das ilhas, algo que, em termos de princípios, trata-se de um modelo muito distante daquilo que se praticava no arquipélago até aquele momento.

Se o valor de face desses documentos revela um conjunto de intencionalidades que apontam para a inauguração de um "novo" tempo para as pescas, não creio que seus formuladores tenham visado ignorar a importância do saber local para um mapeamento mais preciso dos recursos pesqueiros da região.

No âmbito do aparato desenvolvido por esses estatutos, os livros de registros da atividade são relevantes para esse fim. Pressupondo um esquadrinhamento minucioso do ofício, esses livros também foram pensados para ajudar a medir o tamanho da "riqueza" que rondava os mares das ilhas (Barcellos, 2004, p. 102).

Outro motivador das fórmulas rígidas desses estatutos aparentam ser a necessidade de imobilizar a mão de obra local para um tipo de atividade pesqueira que deveria ser realizada em moto-contínuo e que fosse capaz de produzir um "mercado" de peixe nas ilhas.

Já no campo retórico, esses atos administrativos passaram a incorporar a tendência de se justificarem como saídas do panorama de catástrofes sociais e econômicas que o próprio governo metropolitano impunha aos habitantes do arquipélago. Essa me parece uma estratégia que – assim como atrelar as crises de fome unicamente aos períodos de estiagem – maquia a responsabilidade metropolitana pelo horizonte de catástrofes produzidas pelo colonialismo, ao passar a pressupor de maneira tácita que, diante de tamanha riqueza desses mares, só não se prosperava se não houvesse disposição para o "trabalho duro".

Como é de se supor, a busca dos administradores coloniais em compreender as razões de não ter surgido de maneira espontânea uma indústria pesqueira nas ilhas levou a uma retórica de terceirização de responsabilidades. Com isso, escamoteia-se tanto a exploração local do pescado, como também a estreita relação entre o surgimento tardio dessa indústria no arquipélago e o quadro de decadência social, política e econômica em que Portugal se encontrava ao longo de todo século XIX. Decadência que, por sua vez, não combinava com a retórica salazarista de redenção do império português que marcou a fase seguinte de consolidação dessa fronteira.

Será, portanto, no momento seguinte, momento em que Portugal passa a obter lucros sucessivos com seus territórios coloniais africanos (Lains, 1988), que o pescado das ilhas finalmente passará a inflar os lucros da metrópole.

3.2 A segunda vaga de regulação dos mares do arquipélago

Seguindo os passos da documentação histórica que consegui levantar nos arquivos públicos e bibliotecas de Cabo Verde ao longo da pesquisa de campo, após um hiato importante de informações sobre a pesca – há os estatutos elaborados na primeira metade

do século XIX e depois há um grande vazio – voltei a encontrar a pesca industrial no passado das ilhas a partir das primeiras décadas do século XX.

Ocorre que diferentemente do momento anterior, a partir do instante em que ela reaparece na década de 1930 como um tema importante para o governo colonial, não saíra mais das preocupações políticas dos administradores do arquipélago até o presente.

Isso porque é a partir desse momento que o pescado será inserido nos cálculos da economia de mercado e, consequentemente, nos cálculos de exportação, nas políticas de industrialização, na retórica do progresso e, mais tarde, na composição do PIB ou em fórmulas que preconizam o "equilíbrio da balança de pagamentos" do país (Cabo Verde, 2019, p. 32).

Por isso, um ponto importante dessa discussão deve ser reter de que maneira a pesca será consolidada como uma atividade a ser gerida pela administração colonial e o que desse período será incorporado pela burocracia estatal surgida a partir da independência do país em 1975.

Deixo já avançado que em ambos os períodos, e arriscaria dizer que até o presente, uma das questões que chega para ficar é a consideração do desenvolvimento de uma indústria pesqueira como a única alternativa possível para a exploração dos mares do arquipélago, o que, por si, já acarreta efeitos de classificação dos sistemas locais de apropriação do pescado como uma espécie de estágio primário do que estava por vir.

Dessa segunda leva de documentação sobre as pescas nos arquivos de Cabo Verde, o livro de Mário Secca (1945) foi certamente o trabalho mais emblemático do período. Em primeiro lugar, porque foi a única publicação oficial inteiramente dedicada às pescas que encontrei. Mas também porque a obra "A pesca em Cabo Verde" é um trabalho que pode, por diferentes razões, ser considerado um manual para quem desejava investir tempo e recursos financeiros na exploração industrial dos mares cabo-verdianos.

Mesmo não tendo tido a possibilidade de encontrar os dados biográficos do autor e, portanto, de conhecer melhor sua trajetória nas ilhas, o fato de o governador-geral das ilhas – representante máximo do estado português no arquipélago – ter assinado a nota introdutória do livro utilizando um tom muito elogioso em relação ao autor nos dá alguma dimensão de sua posição social nesse contexto.

Se no século anterior, havia um acúmulo de medidas que não conseguiram efetivar uma exploração industrial do pescado nas ilhas; à época de Secca (1945), no auge do facismo português e, portanto, da ditadura salazarista, todo o esforço de mais de um

século da administração colonial foi coroado com a instalação de várias fábricas de conserva de pescado no arquipélago. De acordo com Hiliana Moniz Silva:

> Pensa-se que terá sido a partir dos anos trinta, com a instalação das fábricas de conservas de atum em azeite enlatado e em salmoura, atum salgado e seco e farinha de restos de peixe, que se desenvolveu o conceito de pesca industrial em Cabo Verde (Lima, 1985), que esteve sempre ligada às capacidades em terra de conservação, transformação e exportação do pescado (Silva, 2009, p. 18).

A mais antiga dessas empresas, a Sociedade Ultramarina de Conservas também foi a mais longeva, já que, de todas as fábricas instaladas no arquipélago na primeira metade do século XX, essa é a única que ainda se encontra em funcionamento, na ilha de São Nicolau.

> Denominada Sociedade Ultramarina de Conservas Limitada (SUCLA), a citada fábrica foi fundada em 1933, por José Loureiro Rabaça, deportado político e António Assis Cadório, comerciante natural de Salvaterra de Magos. O chefe de máquinas da fábrica, Joaquim Ribeiro Vila, era igualmente um dos deportados políticos enviados para São Nicolau. Tratou-se da mais antiga fábrica de conservas de peixe fundada em Cabo Verde, sendo os processos nela utilizados as conservas em "leve-moura", oléo de amendoim e azeite de oliveira, enlatando o peixe em embalagens de treze onças (365 gramas) e de dois quilos e meio (Lopes Filho, 1996, p. 412).

Secca (1945) – assim como os outros autores descritos na sequência – é um entusiasta dessas indústrias de capital português e com produção voltada para exportação. Todas elas instaladas no arquipélago a partir de autorização da ditadura do estado novo que, naquela altura, já governava com mãos de ferro os lucrativos territórios coloniais africanos sob seu domínio (Lains, 1988).

Ao longo das primeiras décadas do século XX, também foram instaladas fábricas de conserva em Santo Antão, Maio, algumas em Santiago e Boa Vista que juntas alcançaram o primeiro lugar entre os itens de exportação da colônia na década de 1950 (Neves, 1956, p. 1). No ano de 1957, em Boa Vista, a empresa de conservas Ultra empregava aproximadamente 100 pessoas e "até a independência eram exportadas, sobretudo para Itália, conservas de 5kg e para Portugal latas de 2kg, as quais eram também exportadas para os Estados Unidos" (Kasper, 1987, p. 137).

No tocante à fábrica da ilha do Maio, Manuel de Jesus Silva (2018a) informa sobre a instalação de uma indústria de conservas na ilha em 1963 pelo português Patrício

Correia. Patrício tinha sido gerente da fábrica de Boa Vista e se transferiu para o Maio com o objetivo de fundar seu próprio negócio (Silva, 2018b, p. 218).

> A empresa tinha o seu "score business" centrado na produção do atum em conservas dispostas em latas de formato redondo com capacidade de 300 gramas. Alargou mais tarde o seu leque de actividade à confecção de cachupa e feijoada enlatadas em vasilhas de dois quilogramas.
> A produção era comercializada nos mercados de Cabo Verde e Portugal.
> Para abastecer a unidade fabril em matéria-prima, a "Industrial Maio Lda" dispunha de barcos de pesca: "Cruz de Cristo" e "Zezinha", cuja tripulação era constituída por marítimos locais (Silva, 2018b, p. 2018).

O curioso é que – apesar da ligação umbilical de Secca (1945) com o projeto de fazer avançar no arquipélago um modelo de exploração industrial do pescado e, consequentemente, do seu apreço pela indústria conserveira do arquipélago – não se consegue extrair de sua obra maiores detalhes sobre a estreita relação desses empreendimentos com os pescadores locais das ilhas.

Sobre essa conexão, Lopes Filho (1996) apresenta um dos panoramas mais importantes que encontrei. Primeiro porque são, de fato, raras descrições, mas também porque se trata do trabalho de alguém que pode ser visto como um representante clássico daquilo que compreendo como uma visão evolucionista do processo histórico que se encontra em análise nesta tese:

> No sentido de ampliar o volume de conservas ou de outro tipo de produtos derivados do peixe, estas indústrias ligadas às pescas procuravam aumentar a percentagem do pescado, a partir de acordos estabelecidos com os elementos das pequenas unidades de produção familiares, na medida em que aquela lhes permitia a aquisição de todos os materiais, utilizados nas fainas piscatórias, tendo estes em contrapartida a obrigatoriedade de venderem à fábrica todos os atuns capturados, já que, esta espécie, era aquela que preferencialmente conservava.
> Sem dúvida nenhuma que tais acordos criavam situações vantajosas, tanto para uma parte como para outra, pois, se por um lado, era garantido à fábrica um maior abastecimento de peixe, por outro prestava-se apoio à pesca artesanal, sobretudo ao nível de fornecimento de apetrechos necessários ao exercício da atividade. Os pescadores mais carenciados e de poucos recursos económicos viam, desse modo, os problemas da falta de material resolvidos, pois a fábrica com a facilidade de ter quantidades consideráveis de apetrechos em "stock", facilitava a vida ao pescador. Outro aspecto a considerar é ainda o facto de nos casos em que os pescadores não tinham possibilidades de pagarem a pronto, a fábrica fornecia-lhes material a crédito, para depois ser mais tarde descontado, através do peixe adquirido pela fábrica. Com a implantação da fábrica e dadas as facilidades, a mesma transformou-se num grande pólo de desenvolvimento do Tarrafal de São Nicolau.
> Também para poder alimentar esta indústria, a empresa adquiriu barcos a motor, com uma maior capacidade de transporte, uma maior autonomia, melhor apetrechados e consequentemente com maiores possibilidades de usar técnicas mais evoluídas, de forma a permitir a obtenção de uma maior

> quantidade de pescado. Assim, com embarcações bem equipadas tornava-se possível organizar cada acção piscatória sob o signo da planificação, tendendo a estrutura da pesca a ser cada vez menos artesanal, pois para além de um mais sofisticado equipamento técnico, toda a tripulação passou a ser recrutada como empregados da referida fábrica.
> A organização social destas tripulações, contrariamente à que foi atrás mencionada, já não assentava nas relações de parentesco. Os pescadores eram recrutados pela fábrica, podendo estes serem considerados seus empregados. Enquanto nas pequenas unidades familiares, os seus elementos trabalhavam com base no espírito de colaboração, a fim de obterem o essencial que lhes garantisse a sua subsistência, nas embarcações a motor da referida empresa entrava em jogo as relações de produção, pois a forma como estava organizada socialmente esta maneira de pescar, gerava, por vezes, conflitos entre o "mestre" (responsável pelo barco perante a fábrica) e os tripulantes que não se interessam pela produtividade, eram antes animados pelo objectivo de ganharem o salário ou apenas incentivados através de prémios de produtividade. Porém, este confronto não era mais do que o reflexo de diferentes modos de vida. Assim, se para os pescadores a captura de peixe tinha apenas um caráter subsidiário, para os empresários pescar era já uma forma de obter lucro e, consequentemente, assegurar investimentos contínuos. Ora foi, precisamente no sentido de evitar situações indesejáveis, motivadas por conflitos de interesses, que os empresários da indústria procuravam alterar periodicamente a composição das tripulações.
> Temos, desta forma, um modo de produção que, ao basear-se numa nova ideologia económica, a do lucro crescente, modificou completamente a estrutura sócio-familiar da composição das tripulações. Os pescadores deixaram de estar organizados em torno de relações familiares e passaram a ser recrutados segundos os interesses dos empresários da fábrica. O próprio "mestre" passou a ter a função de zelar pelo aumento da produção, em troca do prestígio socio económico que daí poderia obter. Todavia, esta transição ideológica funcionava como resposta às exigências advindas da implantação da fábrica, numa pequena aldeia de pescadores (Lopes Filho, 1996, p. 412-413).

Como pode ser generosamente observado no relato de Lopes Filho (1996), essa é uma indústria que passa a gerir os pescadores locais, fazendo surgir dessa relação, noções que atravessam o século e que chegam no presente com um vigor incontestado.

Conforme também ocorre no Maio, em Tarrafal de Santiago e em outras localidades onde essas fábricas foram implementadas, todas elas são construídas justamente nas áreas de praia nas quais já havia comunidades atuantes de pescadores locais.

Não contando com os equipamentos e o pessoal necessários que possibilitassem seu funcionamento de maneira autônoma no tocante a essa rede local, a esses investidores restou buscar a imobilização da mão de obra local por meio de estratégias que, muito provavelmente, possibilitaram aos pescadores locais a incorporação de novas técnicas de pesca. Mesmo porque estamos falando de um panorama social em que a bricolagem parece ter exercido um papel crucial na constituição das técnicas locais de captura (Silva, 1993).

Por outro lado, e principalmente apoiado nos dados do presente, creio que seja possível afirmar que essa incorporação tenha se dado sem comprometer os princípios fundamentais de organização do trabalho desses sistemas locais de apropriação do mar. E isso acontece apesar de toda uma retórica e de um conjunto de ações que passam a compreender as dinâmicas locais da pesca como símbolos de atraso e de primitivismo.

Essas fábricas, de fato, inauguraram uma nova fase de exploração do pescado no arquipélago, mas também vão inaugurar um tempo de disputas. Disputas que vão se dar no mar e em torno das capturas, mas também que vão se desdobrar em terra, principalmente em um campo de definições de sentido em torno da importância social e econômica da pesca local para o arquipélago como um todo (Bourdieu, 1989).

No âmago das operações simbólicas, passam a figurar dois modelos antagônicos de apropriação do espaço marítimo do arquipélago. E serão nessas lutas, calibradas pelos interesses transnacionais pelo pescado das ilhas, que passaram a ser formuladas e a circular, de maneira essencializada, noções desqualificadoras do universo pesqueiro local do arquipélago.

Ao longo de seu trabalho, Secca (1945) nos oferece, dissecadas, as estratégias da administração colonial que foram mobilizadas para a implementação da indústria pesqueira nas ilhas ao longo de quase um século. Deixa, com isso, antever uma forma muito definida de olhar para a exploração industrial do pescado, modelo que parece ter influência considerável no modo como ele observa, define e descreve as estratégias locais de apropriação desse espaço (Souza Lima, 2002; Santos, 2009; Oliveira Filho, 1979).

> Pouco há a dizer sôbre a aparelhagem e sistemas de pesca. Tão primitivos são eles, que impossibilitam as condições essenciais para a pesca intensiva e não são recomendados pelas condições do meio marítimo, pela arte de navegar mais adequada a actividade da pesca.
> Toda a aparelhagem se reduz, nesta ilha e até no arquipélago, ao emprego de linhas de diversas grossuras (em relação ao pescado que pretendem fazer) tendo, na extremidade o respectivo "pandulho", ou peso, - em regra uma pedra, bocado de ferro, ou chumbo, - e 2 a 8 anzóis, com os respectivos estralhos, de fio ou arame, a liga-los à linha.
> A pesca à cana, para peixes médio e miúdo, é feita com uma cana comprida a que amarra uma linha fina, com 2 a 4 anzóis e um pequeno pêso de chumbo. Essa pesca faz-se dentro das baías. [...]
> A pesca do atum é feita com linha de 50 a 60 braças de comprimento tendo, nas extremidades, as ponteiras de linha mais fina. Nestas, empatam azóis, com estralho aramado. A linha é deitada à pôpa da embarcação, ficando cada ponteira para seu lado, depois dos anzóis serem guarnecidos com isca viva, ou muita frêsca. O atum é previamente engodado. Para este e outros peixes grandes empregam o bicheiro e o arpão. [...]
> A aparelhagem de pesca utilizada não pode dar, em rendimento, o necessário para a laboração de qualquer empreza, sendo certo que, para um rendimento

> compensador, a pesca não pode ser confinada aos pesqueiros mais próximos da costa (Secca, 1945, p. 73-74).

Secca é, dessa perspectiva, um defensor aguerrido e representante de iniciativas que estabilizaram um horizonte de concorrência desigual em relação às práticas da pesca local, mas não só isso. Ele compõe uma constelação de atores sociais que passaram a representar uma forma muito específica de olhar para a pesca local, contribuindo para bloquear as possibilidades de compreensão dessa rica cultura marítima local a partir de seus méritos.

E é a partir desses elementos, principalmente das conexões entre passado e presente no contexto de uma gestão administrativa das pescas, que proponho que a defesa dessas indústrias pode ser interpretada como um estágio importante de uma forma de propagação de violência simbólica contra os sistemas locais de conhecimento.

Nesse sentido, tanto Secca (1945) como os outros autores que analiso nas próximas páginas dão conta não simplesmente da história de uma indústria, mas da relação de disputa dessa indústria com os sistemas locais de captura do pescado, relação que se encontra em aberto até os dias atuais, estabelecendo padrões de uma competição cada vez mais feroz e desigual pelo peixe.

Talvez seja por causa da consciência local dessa disputa que seja possível ler tanto no livro de Secca (1945), como em passagens de outros autores que acompanham seus argumentos, relatos sobre as dificuldades encontradas pelos industriais da pesca em imobilizarem os pescadores artesanais cabo-verdianos para seus projetos.

> Não é exagero computar numa centena o número de indivíduos que, nesta ilha, se dedicam ao tráfego do pôrto e à pesca.
> Isto desmente o logar comum, por todos aceite, da natural propensão desta gente para a actividade marítima.
> A verdade é que eles só a procuram quando não podem exercer outros serviços em terra, ou a crise os obriga. Mas logo que cessam os motivos que os levam a pescar, voltam à pastorícia e à sua rudimentar agricultura.
> Seria possível fixar esta gente na pesca, mas isso depende de uma regulamentação adequada em que, a-par dos seus direitos, se consignem as obrigações.
> Seria necessário também remover certas exigências burocráticas que têm obstado à solução de tão importante assunto: o pescador não pode obter a sua cédula de inscrição marítima sem que pague, previamente, a Taxa Militar. E como nem sempre o pode fazer, não lhe é permitido o exercício de uma actividade mais compensadora.
> Há muito já que se está dentro deste circulo vicioso: as autoridades maritimas exigem a inscrição maritima, mas esta não é possível porque as autoridades militares exigem antes o integral pagamento da Taxa Militar (Secca, 1945, p. 83).

No preâmbulo de seu estudo, Secca (1945) declara que se deparou com algo parecido com o que ocorreu comigo quando iniciei a minha trajetória da pesquisa sobre a pesca artesanal do arquipélago em 2015. Ambos encontramos pouquíssimas referências escritas sobre o universo pesqueiro das ilhas no passado. Para Secca (1945), contudo, nos poucos trabalhos e relatórios de naturalistas existentes, "nada de útil e prático se pode colher" e "o que se sabe é devido ao conhecimento, sempre eivado de êrros, dos pescadores e não qualquer trabalho de investigação científica" (Secca, 1945, p. 25).

> É, comtudo, uma verdade incontestável, como o valor dum dogma, a riqueza piscícola do arquipélago e das variedades que a formam, principalmente na ilha de Bôa Vista. Por isso mesmo é pena que o Govêrno não tivesse tomado a iniciativa de a tornar conhecida por um criterioso trabalho de investigação, chamando para ela a atenção dos nossos capitalistas e industriais.
> A matéria prima é excessivamente abundante, variada e barata, e isso certamente facilitaria o investimento de capitais necessários, pelos nossos industriais metropolitanos (Secca, 1945, p. 25).

Quando encontrei as primeiras legislações sobre as pescas no arquipélago, os estatutos das companhias de pesca do século XIX, deparei-me com um conjunto de atos administrativos que buscaram fundar uma nova ordem para a exploração do pescado nas ilhas. Isso implicava o emprego de força física e a prescrição, sem qualquer constrangimento, de recrutamento forçado, chicotadas e até prisão.

Já no auge do fascismo português da década de 1940, prevaleceu a mobilização de uma retórica da "técnica" e da "ciência" a serviço de um processo de racionalização das capturas, como elementos organizadores da leitura que se passou a fazer da atividade local da pesca.

Para Secca (1945), a mão de obra das ilhas se encontrava "dispersa por várias profissões, tendentes somente ao equilíbrio das suas necessidades básicas", já que "o mesmo indivíduo, pescador, é pastor, caiador, carpinteiro, etc, e, consequentemente, só exerce a pesca quando das outras profissões não pode tirar o necessário para a sua manutenção" (Secca, 1945, p. 32).

Ora, de fato, há fortes indícios históricos da presença do ofício da pesca artesanal no arquipélago como algo que se complementava tanto com a agricultura como o pastoreio. Além do mais, a administração colonial das ilhas, de maneira recorrente, provocou verdadeiras hecatombes no arquipélago, crises de fome seguidas de epidemias que esmagavam o tecido social, devastando parte significativa de sua população (Brooks, 2006).

Outros pontos importantes são a extraordinária fartura de pescado nas praias do país; a ausência de mercados locais em função da baixa circulação de dinheiro; e a inexistência de sistemas concorrentes de monta disputando o pescado das ilhas (Brooks, 2006).

Diante dessas circunstâncias, não me parece razoável buscar as razões de não terem surgido no arquipélago "autênticos pescadores", como queria o governador das ilhas na introdução do livro de Secca (1945). Isso porque essa era uma necessidade mais da indústria que se avizinhava do que dos modos locais de apropriação do pescado dos mares.

Com isso, também parece não ser em vão que a etnografia junto aos pescadores artesanais do arquipélago tem demonstrado que foi somente com o tempo que passou a haver a necessidade de um incremento paulatino do ofício da pesca, que se torna cada vez mais especializado na justa medida em que os cenários de crise do mundo camponês se aprofundam.

Diante de um quadro cada vez mais generalizado de escassez, por exemplo, ampliar o domínio das técnicas de captura e passar muitas horas a mais do que o habitual no mar, é o que garante a manutenção da atividade como um ofício (Silva, 2018). Nesse sentido, tanto a expansão do ofício da pesca artesanal no arquipélago, como a industrialização da atividade, ocorre de maneira lenta e parece funcionar como parte e contraparte de um mesmo processo de mudança de conjuntura.

3.3 A consolidação da exploração do mar como um terreno de especialistas

A fundação de uma ordem industrial de exploração do pescado que se dá de maneira lenta e gradual gerou desdobramentos na estabilização de certos "tropos narrativos" sobre a atividade local que prevalecem no presente do arquipélago e jogam papel de destaque naquilo que estou buscando definir nesta tese como o processo de *racialização dos descontentes* (Das, 2020).

Como já afirmei anteriormente, primitivismo das técnicas, arcaismo do material, insuficiência de resultados, pesca de subsistência são adjetivações que surgem para ficar, no horizonte da gestão estatal das pescas em Cabo Verde. Valorações que passam a funcionar como ferramentas estratégicas de justificação para sua substituição por técnicas supostamente mais "modernas, eficazes e sofisticadas" de extração do peixe dos mares do país.

Ao analisar a situação das mulheres raptadas quando da partição da Índia para criação do Paquistão e dos estupros coletivos ocorridos após o assassinato da primeira-ministra Indira Gandhi, Veena Das salienta que os tropos criados em torno desses acontecimentos "não apenas abafou as vozes das mulheres, mas também reconheceu a relevância de seu sofrimento apenas para a inauguração da soberania" (Das, 2020, p. 36-37).

Com a independência de Cabo Verde, em 1975 – como mostro no capítulo seguinte –, apesar de ter conseguido identificar iniciativas que reposicionaram simbolicamente o universo artesanal pesqueiro na vida institucional do país, esses movimentos não chegaram a representar uma mudança estrutural de sua situação. Pois a aposta do estado foi na continuidade de um projeto de desenvolvimento que, ao menos em relação ao pescado, redundou em princípios muito semelhantes aos que estamos analisando até agora.

Essa, certamente, não é uma continuidade simples de ser explicada, porém, não tenho dúvidas de que tudo que fora produzido sobre as pescas no arquipélago até a independência tenha tido um peso significativo nas escolhas de ordem política e econômica tomadas em relação ao pescado e aos pescadores artesanais a partir de 1975.

Trata-se, portanto, de um contexto que aproxima o tema da pesca da análise de Das (2020). Isso porque, também em Cabo Verde, o universo artesanal pesqueiro foi mobilizado para afirmar a soberania do estado independente, sem que, contudo, suas vozes fossem ouvidas, porque foram abafadas pelo corpo de especialistas que passaram a administrar a atividade como um subsetor da economia de mercado.

Nesse sentido, defendo que os atos normativos que criaram os estatutos das companhias de pesca ainda no século XIX, o livro de Secca (1945) e os trabalhos que analiso a seguir devem ser lidos como "ações de estado" (Bourdieu, 2014) que anteciparam dois fenômenos que se entrelaçam no tempo. De um lado, uma burocracia estatal gerida por técnicos e burocratas dentro de um estado moderno e independente que defende interesses políticos hegemônicos. De outro, a incorporação de elementos desqualificadores dos atores locais da pesca, que passaram a ser mobilizados para neutralizar as críticas dos pescadores em relação ao quadro generalizado de escassez do pescado nas ilhas que o modelo industrial produz (Souza Lima, 2002; Bourdieu, 2014).

> Na longa dúzia de anos de permanência nesta Colónia tenho lido muitos projectos sôbre os possíveis remédios a dar à sua combalida economia, enunciado-se sempre, como principal, o do Porto Grande.

> Tem-se legado para um plano secundário as bem fundamentadas tentativas oficiais, para se conseguir condições agrícolas que venham beneficiar a população do arquipélago e nem sequer se tem pensado nas possibilidades que nos fornece o mar, com a sua inesgotável riqueza.
> O certo é que também se não tem dado a solução adequada às continuadas crises, consideradas, como devem ser, como um fenómeno acentuadamente comercial. As grandes obras de fomento, nesta Colónia de rochas desnudas e terras ingratas, ainda não fôram postas criteriosamente em equação e a sua economia está emperrada por atritos resultantes da defesa de mesquinhos interesses locais. [...]
> É inexplicável que há mais de um século se venha ventilando, na Colónia, o problema da pesca e sua industrialização e ainda êle se encontre na sua fase inicial. Em Angola a evolução da exploração piscatória foi rápida. O Marquez de Sá da Bandeira mandou para o sul, nos meados do século passado, os primeiros anzóis. Ali se iniciou a pesca dos esqualos para a exportação do óleo dos fígados, que as barcas americanas vinham carregar. Apezar de todas as crises, a indústria da pesca fixou-se, aumentou e prosperou. [...]
> Contar com a iniciativa, ou capitais, na Colónia, seria o mesmo que procurar agulha no palheiro. Ter-se-á de recorrer ao capital metropolitano, ou estrangeiro, para se montarem emprezas de pesca em cada uma das ilhas do arquipélago, ficando elas com extensas zonas marítimas de exploração e sendo obrigadas ao integral aproveitando de todo o pescado. O Estado terá de dispensar-lhe auxílio e protecção e conceder-lhe certos privilégios quanto à isenção de licenças, taxas aduaneiras, mão de obra, etc. durante o período de instalação e, possivelmente, auxílio financeiro (Secca, 1945, p. 145-146).

De toda sorte, foi ainda na segunda fase de ações administrativas para a consolidação da indústria pesqueira no arquipélago, ou seja, no período áureo das fábricas portuguesas de conserva, que comecei a identificar uma série de atores sociais que, seguindo Secca (1945), vinham à cena pública para reforçar a ideia da atividade pesqueira como um tema destinado a especialistas.

Passo, portanto, à apresentação de uma série de trabalhos que, em linhas gerais, corroboram as teses de Mario Secca (1945) sobre o universo pesqueiro em Cabo Verde. Apresento autores que escreveram sobre as pescas após o livro de Secca (1945), publicando seus trabalhos em veículos oficiais de comunicação da administração colonial portuguesa.

São autores que publicaram na década de 1950 e, portanto, no auge da indústria conserveira do arquipélago, o que nos permite observar tanto uma defesa ainda mais enfática desses empreendimentos, como alguns detalhes relevantes das estratégias utilizadas para a imobilização da mão de obra local para as fábricas de conserva.

Nesse contexto, outro notório defensor da industrialização da pesca é Eloy Neves que passou a publicar diagnósticos sobre a atividade no "Boletim de Propaganda e Informação de Cabo Verde", uma espécie de diário oficial da colônia recheado de textos elogiosos ao regime fascista de Salazar e à suposta obra redentora do império português em África.

A cargo da Imprensa Oficial, o jornal substituiu o antigo Boletim Oficial e apareceu repaginado, com cara de folhetim e com objetivo de ser um veículo de propaganda do regime, conforme informou seu editor no primeiro volume publicado em 1949:

> Em número especimen que fizemos distribuir aqueles cujos nomes nos ocorreram para solicitar a sua colaboração, deixamos traçados em linhas gerais os objectivos a prosseguir com a publicação deste boletim.
> Jornal de todos, em que cada ideia construtiva terá cabimento, não fica a sua colaboração circunscrita apenas aqueles de que a memória, tão falível, se lembrou.
> Não é, por isso, demais repetir, neste primeiro número, o que então se escreveu. Além das notícias correntes, o Boletim procurará ser um repositório de todas as ideias tendentes ao melhoramento das condições de vida na colónia – informação – e, ao mesmo tempo, o das realizações levadas a efeito – propaganda (Levy, 1949, p. 10-11).[52]

Eloy Neves é, portanto, alguém legitimado pela administração colonial do território e, consequentemente, pela ditadura fascista do estado novo, assim como Secca (1945). Em um primeiro plano de análise e sem nenhuma novidade, todos os textos de Eloy Neves (1953; 1956; 1957; 1959) que encontrei se apoiam na ideia da indústria pesqueira como a solução para o desastre social decorrente do processo de colonização das ilhas.

Ele também defende de maneira recorrente as medidas administrativas metropolitanas relacionadas à pesca tomadas até ali, como também encontra dentro das ilhas as razões que teriam levado a um desenvolvimento tardio dessa indústria no arquipélago.

Por isso, compreendo que, em vários sentidos, Eloy Neves (1953; 1956; 1957; 1959) é um autor que emula os ensinamentos de Secca (1945), em um momento histórico no qual "As conservas de peixe são de há muito o mais alto valor da exportação caboverdiana" (Neves, 1957, p. 1).

A julgar pela importância econômica da indústria conserveira para a economia do arquipélago, pela proximidade desses autores com o poder colonial e pelo tom salvacionista que a industrialização adquire em suas abordagens, tais trabalhos me parecem dar conta de um contexto social e político em que não há qualquer possibilidade de surgimento de outra forma de abordagem do universo pesqueiro local que contrariasse

[52] Disponível em: https://www.lirecapvert.org/cabo-verdeboletim-de-propaganda-e-informacao1949-1964.html. Acesso em: 16 jan. 2024.

suas posições. Analisando a habilidade retórica desses autores, também é possível percebê-las como um elemento importante de um contexto histórico no qual uma grande crise política se avizinhava.

Já nessa época, começava-se a vislumbrar tensões consistentes entre os movimentos anticoloniais e o poder metropolitano português, que combinando repressão policial e o controle da narrativa sobre sua suposta missão civilizadora em África, buscou até o último momento manter seus lucrativos territórios coloniais[53].

Em texto de 1953, publicado no "Boletim de Propaganda e Informação" nº 45, Levy Neves retomou a disposição de Mario Secca (1945), ao defender a expansão da indústria pesqueira do arquipélago:

> Desde tempos muito afastados tem havido em Cabo Verde a preocupação do Governo de desenvolver a indústria da pesca com o intuito louvável de fomentar a economia caboverdiana. *O certo é que só últimamente começa a nascer a indústria de conservas de peixe e presentemente existem na província algumas unidades fabris com uma produção ainda pouco compensadora, não porque lhes falte capacidade de laboração, mas únicamente porque se relegou para segundo plano a exploração da pesca, da qual, como é sabido, depende a indústria de conservas, por estarem intimamente ligadas*. [...]
> De todos os inconvenientes é o maior, o facto do nosso pescador ainda desconhecer os modernos métodos de pesca, continuando a empregar aparelhagem primitiva e frequentar o mar só quando em terra não consegue que fazer ou quando esgotado o rendimento auferido nas pescarias anteriores. Contudo as indústrias conserveiras são obrigadas por Lei a adquirir as quantidades capturadas das espécies industrializáveis sem que, em contra-partida, como seria justo, os pescadores sejam obrigados a abastecerem as indústrias (Neves, 1953, p. 35, grifo nosso).

É curioso que, ao final de seu texto, como recomendação para o avanço da indústria da pesca no arquipélago, o autor sugira, entre outras medidas, o "recrutamento de pessoal e criação de escolas de pesca" (Neves, 1953, p. 36), demonstrando, mais uma vez, que se o capital para a instalação dessas fábricas precisava vir de fora da colônia, invariavelmente a mão de obra necessitava ser imobilizada nas ilhas.

Nesse contexto, o desafio de alienar os cabo-verdianos de suas práticas tradicionais para engajá-los nesses empreendimentos industriais parece se consolidar como o principal problema a ser enfrentado.

---

[53] Um bom exemplo dessas tentativas portuguesas de controle da narrativa sobre o que ocorria em suas colônias foi o imbróglio envolvendo o antropólogo Marvin Harris, professor da Universidade de Columbia. Ao denunciar a presença de trabalhos forçados nas fazendas de Moçambique entre 1956 e 1957, Marvin Harris fora expulso do território colonial. Não sem causar grande alvoroço na comunidade internacional ao expor as práticas da metrópole em ensaio de 1958 "intitulado "Portugal´s African Wards" (Os tutelados africanos de Portugal) que constitui, ao lado dos trabalhos do historiador James Duffy, uma das primeiras denúncias do regime português feita por acadêmicos internacionais" (Macagno, 2015, p. 97).

Três anos após sua primeira publicação, Eloy Neves voltou a fazer uma defesa enfática dos industriais da pesca, apelou ao governador das ilhas para que esse desse mais atenção para a atividade e apontou, mais uma vez, como um dos principais problemas enfrentados por essa indústria a "falta de conhecimentos especializados dos pescadores" e a "falta de organização da classe piscatória" (Neves, 1956).

> A exploração da pesca no Arquipélago teria tido início nos primeiros tempos a seguir ao povoamento das ilhas. Até muito recentemente a pesca em Cabo Verde não havia conseguido posição de destaque na economia caboverdeana, apesar da muito falada riqueza dos seus mares em várias espécies industrializáveis. Evidentemente que em face dos fracassos registados nas poucas tentativas havidas na exploração da pesca, não podia nascer a indústria de conservas. Em 1912 pensou o conhecido industrial Júdice Fialho em instalar uma fábrica de conservas de peixe no porto da Praia e mandou um indivíduo chamado E. d´Almeida vir tratar do assunto. Dificuldades e peias várias foram criadas ao pretendente e nunca mais se falou na pretensão.
> Não conhecemos que tenha havido em tempos afastados qualquer exploração industrial em alguma das ilhas, diferentemente da vulgar secagem de peixe. Depois de 1920 alguns espanhois dedicarem se à preparação de "atum em salmoura" e supomos que teria havido outras explorações da mesma modalidade. Decorridos anos e numa luta constante contra os mesmos males antigos, conseguiram vencer algumas indústrias de conservas de peixe em azeite, calda, salmoura, etc. que continuam a luta pela valorização económica de Cabo Verde, tendo já alcançado a indústria conserveira o primeiro lugar nos valores de exportação da Província (Neves, 1956, p. 1).

Esse trecho em específico do texto de Eloy Neves é importante, primeiro porque é mais um ator a confirmar a ausência da exploração em escala industrial do pescado das ilhas em momentos recuados na história.

Por outro lado, quando se fala do período de instalação das fábricas de atum no arquipélago, primeiras décadas do século XX, os portugueses encontraram uma atividade artesanal amplamente integrada nas práticas cotidianas, um arquipélago com um histórico de graves crises de fome e, portanto, um espaço onde os impactos em relações localmente estabilizadas poderiam trazer desdobramentos severos.

Àquela altura, também estava longe de ser uma novidade para os europeus o fato de que uma indústria pesqueira não avançava sem a produção de quadros generalizados de escassez de pescado, como naquela altura já era amplamente experienciado nos mares da Europa.

O período de expansão das fábricas foi, então, o momento em que os mares do arquipélago passaram a estar sujeitos a algo que já havia acontecido na Europa e que se alastrava por toda a costa oeste africana com uma força descomunal, como relata Diegues:

> É de se ressaltar que a recente expansão pesqueira de muitos países coloca em evidência uma situação catastrófica: depois de destruir os recursos marinhos situados em suas próprias águas territoriais, eles se lançam numa depredação em escala mundial, levando à destruição e à impossibilidade de reprodução biológica algumas espécies, como a baleia-azul, a arenque, o bacalhau, etc. [...] A queda das atividades pesqueiras locais e a ruína dos pequenos pescadores se devem concomitantemente à penetração das frotas dos países industrializados, que em muitos casos construíram infra-estrutura industrial em terra como suporte às atividades de seus grandes barcos no mar. Na região estudada, a penetração dos grandes barcos de pesca se fez sobretudo a partir da década 1960, com a vinda de barcos da Bélgica, Taiwan, França, Alemanha, Itália, Japão, Rússia, Espanha, Holanda, etc. Em 1965, por exemplo, das 2 100 000 toneladas capturadas na área, quase metade era originária de barcos estrangeiros (Diegues, 1983, p. 63).

Daí ser possível supor que retóricas, como as de Mario Secca e Eloy Neves, também deveriam servir para escamotear as consequências reais e concretas de uma escalada de exploração mecanizada do pescado.

Logo, esse foi o momento de consolidação da perspectiva dos "técnicos" e "ideólogos" contra aqueles que consolidaram por toda a extensão do arquipélago um tipo de exploração do pescado muito sensível a impactos de ordem ecológica. Esse é um cenário configurado nas décadas de 1950 e 1960 no arquipélago e que me possibilitou identificar relações estreitas de continuidade entre passado e presente das ilhas no contexto das pescas.

Isso porque a situação atual de escassez do pescado representa o cume de uma política que começou a ser gestada timidamente no século XIX e que, ao longo de mais de dois séculos, foi se estruturando para atingir seu ápice, tanto internamente com a agenda do atual governo denominada de "economia azul", como pela atuação de frotas poderosas de barcos estrangeiros que exploram há décadas os mares do arquipélago.

A novidade do presente é que a tecnologia empregada nesses barcos estrangeiros, a tecnologia de localização do pescado, a navegação de longo curso e a invenção de meios de refrigeração e conservação do pescado a bordo possibilitaram que, pela primeira vez no contexto de Cabo Verde, fosse possível prescindir da imobilização da mão de obra local para a exploração desses mares.

Outro ponto relevante que o resgate desse processo histórico me permite enxergar é a maneira consistente como se deu o entrelaçamento de duas lógicas de exploração do pescado, a sobreposição de uma sobre outra, e como esse tornou-se um fenômeno social capaz de produção tanto da "classe dos pescadores", como da "classe de especialistas/burocratas", que passaram a ser responsáveis pela condução da atividade.

No caso de Cabo Verde, a consolidação desse quadro ocorreu devido à produção de hegemonia, em que um corpo de técnicos autorizados pela administração colonial passava a fazer circular uma série de prognósticos para o desenvolvimento das pescas a partir de uma perspectiva de futuro em que não há espaço para "amadorismo".

Nesse sentido, o futuro é a indústria, o futuro das pescas é um lugar no qual não há espaço para visões "eivadas de erros", pois o projeto de desenvolvimento dessa mesma indústria estabelece um domínio e diz, em termos técnicos e pretensamente neutros, qual deve ser o destino do pescado das ilhas.

Na esteira desse processo, o tempo da indústria exclui qualquer possibilidade de coexistência de outros sistemas de apropriação dos mares do arquipélago, porque funda um monopólio lógico e, mesmo que bastante pobre em suas concepções, um monopólio conceitual que ganha status de dogma e se enraíza profundamente na gestão desses mares (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010).

Acompanhar esse processo em seu sentido teleológico é a chance que temos para perceber como o pescado passa a integrar as estratégias de administração do território do arquipélago e como uma revisão política profunda desses parâmetros implicaria uma verdadeira revolução social, pois provocaria a reversão de um direito de precedência para a base da sociedade camponesa (Pereira, 2021; Moyo; Chambati, 2013).

Até que essa revolução aconteça, as delicadas operações de infiltração da lógica de exploração industrial do pescado nas ilhas vão continuar a levantar sérias dúvidas sobre a capacidade local de aproveitamento da "riqueza" desses mares. As consequências desse processo, a médio e longo prazos, para a organização artesanal pesqueira, são severas e vão impactar, drasticamente, as dinâmicas locais de trabalho (Silva, 2018b).

No artigo de Eloy Neves (1957), publicado no "Boletim de Propaganda e Informação", o autor detalhou um aspecto muito relevante da expansão dessa indústria no âmbito do arquipélago, ou seja, as estreitas conexões dessa exploração com um já encorpado mercado internacional de pescado, mais especificamente com o mercado europeu, que já figurava como o principal interessado no peixe cabo-verdiano.

As conexões entre interesses transnacionais pelo pescado das ilhas e representantes locais desses mesmos interesses me parecem explicitadas à medida que figuras como Eloy Neves passaram a interceder junto à administração colonial em benefício dos primeiros. Provavelmente, o objetivo seria garantir aos investidores estrangeiros a maior cobertura possível em termos de subsídios e investimentos diretos,

como forma de compensar o emprego de recursos metropolitanos para a exploração industrial do pescado das ilhas.

Também foram constantes os apelos à administração colonial no sentido de solicitar a facilitação da imobilização da mão de obra local pelas fábricas de conserva. Era preciso conseguir as melhores condições sociais e econômicas para que o peixe pudesse ser capturado, transformado em conservas e enviado ao exterior. No estrangeiro, o pescado cabo-verdiano encontrava a concorrência de outros fornecedores, o que também ajuda a explicar a importância do apelo dos autores em análise junto às autoridades coloniais, no sentido de buscar baixar, ao máximo possível, o custo da produção.

A industrialização da pesca em Cabo Verde é, nesse sentido, uma operação de transformação do pescado em *commodity* para integrá-la a uma rede internacional de consumo preocupada em acessar um peixe de altíssima qualidade a baixos custos de produção.

> As conservas em azeite de "atum-albacora" de Cabo Verde são exportadas para a Itália por intermédio de exportadores metropolitanos. O mercado italiano procura pagar o menor preço possível por saber que é ele o exclusivo comprador dos formatos grandes. Por outro lado, a concorrência dos produtos de Açores, Angola, etc., com a agravante da Noruega ter passado a invadir a Itália de atum congelado, concorre para especulações e consequente aviltamento dos preços. O mercado americano que é de vasto consumo podia absorver as produções de Cabo Verde, mas as modalidades impostas não interessam a uma indústria que vive Deus sabe… A Inglaterra, conforme autorizada opinião, seria um bom mercado para o atum da África Portuguesa. Outros mercados nomeadamente Bélgica e a Alemanha na Europa, alguns de Africa e América Central, seriam possivelmente compradores vantajosos para os produtos de Cabo Verde. Procurar novos mercados para a colocação das nossas conservas é uma das grandes necessidades da indústria.
> Devemos ter sempre presente que a população do Mundo aumenta de uma forma fantástica e que o mar abrange 75% da superfície do globo. Dizem os homens que se dedicam aos problemas de alimentação ligados à F.A.O. que a solução está na exploração do mar, grande dádiva que a Natureza ofereceu à humanidade. Olhemos, pois, para as possibilidades que os mares de Cabo Verde oferecem (Neves, 1957, p. 2).

O trecho em questão parece estar relacionado com a necessidade de chamar a atenção das autoridades coloniais para que se considerasse as questões da indústria pesqueira de Cabo Verde no "V Congresso Nacional das Pescas", que teria se realizado em Angola, entre final de setembro e início de outubro do ano de 1957[54].

[54] Não encontrei os documentos referentes a esses encontros; o de número IV fora realizado em Lisboa no ano anterior, sem a presença da delegação de Cabo Verde (Neves, 1956).

O texto de Eloy Neves (1957) é, segundo suas próprias palavras, uma contribuição à delegação de Cabo Verde, em que ele enumerou uma série de medidas que fariam a indústria avançar. Para justificar suas intenções, ele citou um Decreto de 1942 segundo o qual: "Cabo Verde tem de produzir o que puder e ir buscar ao mar não apenas o sal, mas também, em maior quantidade, peixe, de que as suas águas são abundantes" (Neves, 1956, p. 1).

O último texto de Eloy Neves (1959) publicado no "Boletim de Propaganda e Informação" é um trabalho importante pois, como em nenhum outro da série que estou analisando, o autor expôs sua opinião sobre os pescadores locais de maneira tão clara, além de propor algumas ações para contornar as dificuldades encontradas no trato com esses atores.

> Causa estranheza o povo de Cabo Verde não se dedicar decididamente à exploração do mar, acompanhando o movimento das forças naturais, já que a terra se mostra ingrata, a chuva cai ou não cai.
> [...]
> As actuais condições da exploração da pesca não são animadoras porque as capturas não correspondem às necessidades das indústrias derivadas, mas não devemos desanimar por situações económicas precárias. Haja fé, persistência e confiança no apoio ao Governo. Como dito, as perspectivas não são animadoras porque as quantidades pescadas são insuficientes para as necessidades industriais, sabido que em matéria industrial a economia consiste no custo unitário da produção.
> No nosso humilde entender, as principais dificuldades da pesca estão na falta de organização da classe piscatória, faltarem os indispensáveis conhecimentos técnicos, não existirem em número suficiente embarcações apropriadas, redes, aparelhos apetrechos, etc.
> [...]
> Tomamos a liberdade de indicar as seguintes sugestões que nos parecem capazes de influir na solução dos problemas existentes:
> [...]
> Evitar o recrutamento de pescadores para S. Tomé. Se a exploração da pesca em Cabo Verde luta com falta de braços, não faz sentido permitir-se a saída de pescadores para onde, supomos, não são precisos;
> [...]
> Procurar criar no pescador caboverdiano o amor ao trabalho, espírito de sacrifício, e por meios que se julgar conveniente evitar que o produto do seu trabalho seja gasto em vícios, vivendo eles, as mulheres e os filhos, muitas vezes sem razão, em triste miséria.
> [...]
> Construção de bairros de "casas económicas" para os pescadores visto que a forma como vivem, em casebres sem as mínimas condições exigidas pela dignidade humana, reclama urgente solução.
> [...]
> Para estabelecer o equilíbrio entre as vantagens do condicionamento industrial e os interesses dos pescadores, estabeleceram-se normas sobre a aquisição de pescado por parte das Empresas Conserveiras, inclusive a obrigatoriedade da compra das quantidades de peixe recolhidas das fainas, quando em boas condições de aproveitamento, etc., mas esqueceu-se tratar-se de uma classe formada por gente pouco zelosa, sem os indispensáveis conhecimentos técnicos, nada cumpridora das suas obrigações, ainda vivendo quase que

> primitivamente, pelo que concederam-se regalias a pescadores sem as precisas condições para compreenderem os seus deveres e poderem ter direitos.
> [...]
> Não se podendo obrigar os pescadores a exercerem a pesca com a regularidade que seria para desejar, entendemos justo equiparar-se os deveres e direitos dos pescadores aos exigidos aos industriais de conservas. Já que o pescador só vai ao mar quando quer ou quando lhe convém, deixando de fornecer a principal matéria-prima para a laboração das fábricas, seria razoável permitir-se ao industrial de conversas deixar de adquirir o pescado aos pescadores adventícios ou quando baseados na obrigatoriedade de compra por parte do industrial, com o pretexto de conseguir "raspa" (êngodo) maldosamente esquarteja os melhores atuns, tirando a parte aproveitável e mais rendosa para a fabricação, se apresentam nas fábricas a exigir a compra dos restos dos peixes esquartejados.
> [...]
> É sabido que nas ocasiões de melhores pescarias e nos dias de pagamento de peixe pelas fábricas, os pescadores deixam de ir ao mar nos dias seguintes, gastando o dinheiro recebido, abalando a saúde, prejudicando a economia familiar que quase nada vê do que eles ganham e prejudicam a economia da Província que não vê aproveitados ao máximo os recursos que o mar oferece. O industrial, por sua vez, vê malogrados os seus esforços e dispêndios de capital no sentido de aproveitar a abundância de peixe propria de certas épocas e que só se repetirá, se repetir, no ano seguinte (Neves, 1959, p. 28-30).

Dos levantamentos que realizei nos arquivos públicos de Cabo Verde, o texto de Eloy Neves de 1959 pode ser considerado um exemplo notável de como o universo artesanal pesqueiro do arquipélago passou a ser pensado em relação a uma perspetiva de avanço das pescas que o subordinava a um manto permanente de uma espécie de regime de tutela (Santos, 2009; Souza Lima; 2002).

Há muitos movimentos que antecederam esse momento e que, portanto, concorreram para a consolidação desse quadro. Importante lembrar que, no início do século XIX, punia-se pescadores em Cabo Verde com prisão e varadas. Com isso, vejo a argumentação de Neves (1959) como uma etapa da evolução dessas estratégias, como algo que me lança para um terreno de análise que me possibilita demonstrar a necessidade do estabelecimento de uma relação estrutural de hierarquia com os atores locais da pesca como algo elementar para o desenvolvimento dessa indústria.

Daí o esforço de Eloy Neves e Mario Secca, que – equilibrando-se entre a defesa da obra colonial e a proteção do capital dos industriais da pesca – precisavam elaborar a desconexão dessas duas formas de apropriação do espaço marítimo em termos de uma escala eurocêntrica, racista e evolutiva.

Se essas eram as disputas no campo da retórica, cresciam as tensões entre os usos locais do pescado e uma indústria de escala global – que, naquela altura e com atraso, buscava firmar o arquipélago como um ponto legítimo de extração de matéria-prima para os mercados consumidores do norte.

Parece ter surgido justamente dessas disputas a necessidade de consolidação de um quadro de intervenções nas comunidades locais de pesca que fosse capaz senão de desengajar os pescadores locais de seus métodos, ao menos de direcionar o produto do seu trabalho em direção às fábricas.

Por tudo isso, o problema central para Neves (1959) não era qualquer outro senão a "classe piscatória". Essa categoria supostamente "primitiva" e inconstante que feria de morte as ambições de expansão dessa indústria. Do seu ponto de vista, faltava a esse grupo se abster dos "vícios", ser mais "zelosa", honesta e, principalmente, engajar-se a uma rotina de trabalho que atendesse não mais às suas necessidades locais de pescado, mas a um moto contínuo de produção industrial.

Era corrigindo supostas falhas de caráter dos pescadores que se conseguiria resolver a questão do abastecimento das linhas de produção da indústria pesqueira e, sem poder mobilizar o trabalho forçado de outrora, a saída encontrada passava pela construção de um arcabouço de categorias capazes de legitimar a gestão colonial dessa mão de obra.

Esse movimento, em seus efeitos práticos são, de um lado, o reforço do apagamento da pesca artesanal da história do arquipélago; e, de outro, a produção de um horizonte de uma monocultura conceitual para o tratamento do universo pesqueiro das ilhas.

> O primeiro plano da violência desencadeada contra os sistemas locais de saber é não considerá-los um saber. A invisibilidade é a primeira razão pela qual os sistemas locais entram em colapso, antes de serem testados e comprovados pelo confronto com o saber dominante do ocidente. A própria distância elimina os sistemas locais da percepção. Quando o saber local aparece de fato no campo da visão globalizadora, fazem com que desapareça negando-lhe o status de um saber sistemático e atribuindo-lhe os adjetivos "primitivo" e "anticientífico". Analogamente, o sistema ocidental é considerado o único "científico" e universal. Entretanto, os prefixos "científico" para os sistemas modernos e "anticientífico" para os sistemas tradicionais de saber tem pouca relação com o saber e muita com o poder (Shiva, 2003, p. 22).

A figura do "pescador local", dessa perspectiva, passou a ser a de um ingênuo, alguém que precisa ser conduzido e dirigido para além de seu mundo primitivo em direção à ordem da indústria, do progresso e do trabalho sistemático e racionalizado. A chegada de um novo tempo para as pescas, ou seja, o da indústria, foi uma etapa da história de uma fronteira colonial de exploração do território que confrontava um sistema ancestral de exploração do pescado com fortes entrelaçamentos com a base camponesa dessa sociedade.

Foi o questionamento de um legado de cultura oral, ancorado em observações acuradas do espaço marítimo e acumulado ao longo de muitas gerações de pescadores, que, por meio de sua atividade, produziram importantes mapeamentos das águas e das espécies de peixe e potentes espaços de liberdade no seio da miséria e da morte perpetrada por um regime colonial cruel, que, em inúmeras ocasiões, abandonou os cabo-verdianos à morte (Lopes, 2023; Brooks, 2006).

A considerar a situação atual da pesca artesanal no arquipélago – sua extensão e forte presença em todas as ilhas –, temos uma boa medida da efetividade desse conhecimento na manutenção de um modo de vida que, a despeito das muitas transformações pelas quais passou, consegue manter uma presença considerável no cotidiano das ilhas.

Aqui, há, de fato, uma luta desigual. A produção de um horizonte de disputas que se incorporou no cotidiano das pescas e que se espraiou pelo senso comum a partir de trabalhos como o de Mario Secca e Eloy Neves, cuja atuação vejo como parte de estratégias de controle e de exploração de recursos, bem como de gestão e de administração de desigualdades (Souza Lima, 2002).

4 LIMITES OPACOS ENTRE A GESTÃO DE UMA FRONTEIRA E A MANUTENÇÃO DA ORDEM COLONIAL

Se, em alguma medida, estou conseguindo identificar o avanço e a consolidação de uma indústria de pesca no arquipélago com base em peças jornalísticas e demais publicações relacionadas à atividade, mapear a força dos saberes locais em moldar as estratégias coloniais para a expansão dessa indústria é algo que só se deixa notar a partir das entrelinhas desses escritos.

Uma das dimensões das reações locais ao avanço dessa indústria pode ser observada naquilo que autores como Eloy Neves (1959) nomeiam de "privilégios" que passam a ser concedidos pela administração colonial aos pescadores como forma de engajá-los na indústria de conservas.

Essa me parece uma mudança de postura coerente com o adensamento das lutas anticoloniais no continente, que apontavam para um cenário social e político em que não era mais aconselhável à administração colonial elaborar um estatuto de pesca que previsse 50 varadas aos pescadores.

Com isso e diante da constatação de que a organização local da pesca não dava sinais de recuo, a administração colonial, com os industriais, passou a incorporar demandas de assistência social como a caixa de previdência, a construção de estruturas de apoio aos pescadores próximas às suas praias de atuação e a concessão de linhas de crédito para a compra de equipamentos de pesca. Creio que o trecho de Lopes Filho (1996) sobre a relação dos pescadores locais com a fábrica de conservas de atum de São Nicolau também seja bastante elucidativo sobre a dimensão desses "privilégios" (Neves, 1959).

Essas estratégias relacionadas aos movimentos das indústrias em aperfeiçoarem a imobilização da mão de obra local são, certamente, índices importantes de uma disputa e das tensões latentes implicadas nesse processo, como também assinala Lopes Filho (1996).

De todo modo, o surgimento de medidas administrativas que buscavam atender demandas dos pescadores artesanais também não me deixa dúvidas sobre a dependência que essa indústria tinha da mão de obra dos cabo-verdianos. Como também apontam Lopes Filho (1996) e Neves (1959), não se pode negligenciar que existiu toda uma ordem de relações estruturadas entre os pescadores locais e essas fábricas.

À luz dos dados etnográficos do presente, os pescadores artesanais de Cabo Verde, de maneira geral, não apresentam qualquer dificuldade em incorporar novos conhecimentos e técnicas aos seus afazeres, inclusive porque – se estamos comparando essa pesca com a jangada nordestina – foi justamente por meio de um processo de bricolagem de técnicas de diferentes origens que os pescadores consolidaram suas práticas (Silva, 1993).

Por outro lado, o que parece não prosperar são as tentativas de impor o que deve ou não ser integrado e qual o momento correto para se tomar decisões dessa natureza. O que me faz pensar em uma dimensão da resistência local que compreende certos elementos da organização social do trabalho como inegociáveis, justamente porque são esses princípios que asseguram graus importantes de autonomia. Princípios que, quando ameaçados, são defendidos a partir de posturas que costumam desestabilizar o juízo dos agentes públicos que atuam junto à comunidade pesqueira. Já ouvi de alguns desses agentes, como está demonstrado com mais detalhes a partir da Parte IV, que os pescadores seriam "ingovernáveis".

Essa "ingovernabilidade" que aflora na esteira do avanço das estratégias de governamentalidade (Foucault, 2008) pode ser observada nas suas duras contestações ao pagamento de taxas de registro de embarcações, de licenças de pesca ou de qualquer outra taxa governamental que lhes sejam impostas. Há também duras reações às tentativas de higienização de seus espaços de uso comum. No caso de Tarrafal de Santiago, essa situação ocorre em função da presença cada vez mais constante de turistas estrangeiros na praia.

Também tive a oportunidade de presenciar e de relatar diversos episódios de investidas de controle dessa rebeldia, tentativas de desqualificar a insistência dos pescadores em apostarem em seus próprios métodos, práticas, saberes, em detrimento daquilo que se tenta lhes impor, principalmente por meio da gestão estatal das pescarias.

Daí me veio a necessidade de pensar os atores locais da pesca como produtores de espaços e de narrativas contra-hegemônicos que os aproximam dos estratos sociais vulnerabilizados e, portanto, da seara dos descontentes cujo controle social passa a se dar, fundamentalmente, nos termos de uma redução de sua rica cultura marítima a uma mera atividade econômica que encerra seus atores na "classe dos pescadores".

Tendo o mundo colonial como a base da sua gênese, não considero possível avaliar esse processo classificatório sem levar em conta sua estreita relação com a ditadura fascista portuguesa que deliberadamente o patrocinava. Em se tratando de Cabo

Verde, é preciso ponderar que a dominação colonial portuguesa é multifacetada e que sua história antecede em muito a invenção do lusotropicalismo (1930-1960).

> O Governo português gradativamente incorporou em sua política externa, entre os anos 1930 e 1950, as formulações teóricas do Lusotropicalismo, de Gilberto Freyre, com os objetivos precípuos de manutenção de suas possessões ultramarinas, legitimação do regime salazarista e resgate político e espiritual de Portugal. Nessa estratégia política em geral e diplomática em especial, o Brasil ocupava papel de destaque, como obra maior do engenho colonizador do português: em um primeiro momento (entre os anos 1930 e 1940), era a prova cabal de que portugueses poderiam dar origem a uma nação moderna e industrializada (aspecto cuja defesa interessava igualmente ao regime varguista); em um segundo momento, o Brasil tornou-se exemplo modelar de que portugueses, ao colonizarem, criavam sociedades multirraciais nas quais o amor entre colonizador e colonizado não conhecia obstáculos econômicos ou de cor de pele (Leme, 2011, p. 7).

Ocorre que é justamente nesse período que testemunhamos o auge de uma indústria lucrativa de extração do pescado que se expandia em Cabo Verde por meio de práticas muito concretas de "inventar" um "outro" – a classe dos pescadores locais – que, para fins de dominação, passou a ser lida como distante dos padrões da dita civilização colonial (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010; Costa, 2013; Leme, 2011, p. 36; Said, 2007, p. 15).

Outro elemento muito importante dessas estratégias de dominação foi a incorporação da "técnica" e da "ciência" como fundamentos básicos para a consecução da missão civilizadora do império, como detalha Costa (2013). Trata-se um estratagema que passou a ser abertamente declarado e que também é relativamente fácil de ser desentranhado dos documentos da administração colonial. Abaixo, reproduzo um trecho de 1912 de autoria da "União Colonial Portugueza", publicado no Boletim Oficial de Cabo Verde, em que a "ciência" aparece como uma espécie de mantra das estratégias de dominação colonial dos portugueses:

> Sem preocupações politicas de nenhuma especie e tendo em vista apenas os interesses nacionaes, promove a União Colonial Portugueza a realisação de um Congresso Colonial em novembro proximo.
> Não ha duvida que tem sido notavel a obra de colonisação dos portuguezes, mormente nos ultimos vinte annos, mas, se é necessario tornar isto conhecido - e tal se não furtará esta União empregando todos os meios ao seu alcance - urge a reunião de uma assembleia onde as colonias venham dizer de sua justiça e os problemas ultramarinos - a parte mais importante do complexo problema nacional – sejam desapaixonada e ultimamente versados.
> No questionario junto encontrará V. Exª a questão colonial, já encarada sob os diversos aspectos que a moderna sciencia colonial aconselha a debater, já particularisada a ponto de inserir perguntas que localidades de algumas colonias só interessam. É um agitar de ideias que se tem em vista do debater

> das quaes resulte orientação para governantes, illustração para a opinião publica e proveito final para o paiz (Cabo Verde, 1912a).

Observando a documentação apresentada até aqui à luz dessas dinâmicas, considero de fundamental importância saber situá-las e problematizá-las em relação às questões da pesca, porque é justamente em função de sua presença tão marcante na documentação analisada que uma série de juízos de valor sobre a atividade local passam a ser formulados de maneira mais estruturada.

Essa é uma questão interessante já que marca, de maneira muito contundente, um certo período da história, possibilitando, assim, que tenhamos um contraste acentuado entre esse período e aquele que se inicia em 1975 com a independência, quando se ensaiou um plano de redenção dessa margem social (Das; Poole, 2008). Contraste que, no próximo capítulo, possibilita defender que o problema da redução da pesca local à insignificância seja um fenômeno de ordem ideológica que, nesse caso, tem pouco a ver com o papel central da atividade artesanal pesqueira para a base dessa sociedade que ainda é fortemente ancorada na articulação entre a pesca e o campesinato (Anjos; Sant´Anna Junior; Brustolin, 2016).

A ausência da extensão e da complexidade do universo artesanal pesqueiro dos documentos desse período das fábricas, bem como a desqualificação das suas práticas e saberes podem, assim, ser observados como elementos essenciais de um conjunto mais amplo de estratégias de dominação colonial (Das, 2020). Estratégias em que a ideia de ciência e de progresso são fundamentais, mas também todas as artimanhas do lusotropicalismo que buscavam convencer os habitantes do arquipélago de que eles estavam acima dos demais africanos em termos de "civilizacionais".

É o que pode, por exemplo, ser identificado na entrevista dada pelo governador geral das ilhas em 1955 para o "Boletim de Propaganda e Informação". Nessa entrevista, acabado de chegar às ilhas para assumir o controle administrativo do arquipélago, o português Manuel Marques de Abrantes Amaral se mostrou um bom aluno da ditadura que representava, já que perguntado sobre o grau de "civilização" que teria encontrado no arquipélago, ofereceu a seguinte resposta:

> O carater e grau de civilização da gente de Cabo Verde são os do povo português ao qual pertence, nele se integrando pela sua origem, história, cultura, tradições, costumes e modo de vida. Eu sabia que era assim, mas foi-me muito agradável constatá-lo nas visitas que fiz a todas as ilhas, onde com a maior emoção tive a dita de tomar contacto com a sua carinhosa gente. A maior virtude que caracteriza o nosso povo é o sentimento de doçura que em todas as

> épocas lhe tem dado uma personalidade inconfundível entre os povos do mundo sem contudo lhe tirar a austeridade e dignidade de vida.
> Em Cabo Verde esse sentimento é bem patente donde é fácil concluir qual o lugar que ocupa na comunidade nacional, no seu aspecto humano, sociológico, cultural e político. Daqui compreende-se que o ordenamento jurídico se encaminhe sempre no sentido mais elevado e mais rico de não haver qualquer diferenciação de sistema em relação à Mãe-Pátria. De resto, a ordem jurídica harmoniza-se com a realidade social. Nunca esta pode ser desconhecida daquela (Amaral, 1955, p. 25).

Na sequência, quando perguntado sobre se haveria algum "ramo" em que se poderia pensar para o desenvolvimento da atividade industrial no arquipélago, o governador responde que: "Sim. Principalmente na indústria de pesca que poderá desenvolver-se em larga escala por ser grande a riqueza piscatória dos mares de Cabo Verde" (Amaral, 1955, p. 27).

É importante que o governador tenha mencionado a questão da escala em sua entrevista, porque, entre outros aspectos da introdução da indústria da pesca no arquipélago, estamos discutindo sobre a inauguração de um tempo a partir do qual se aumentou, significativamente, a exploração do pescado do arquipélago.

Assim, há um ponto de interseção importante entre poder e cultura, pois se Cabo Verde impressionou o governador português por seu grau de civilização, a julgar pelos documentos estudados até aqui, não creio que a pesca local se encontrasse dentro desse escopo de considerações que buscava deduzir um horizonte de unidade sociológica entre o arquipélago e a "Mãe-Pátria" salazarista.

Se a pesca artesanal não era exatamente o espelho que servia para comprovar as teses do lusotropicalismo, sua redução a algo insignificante e imprestável me parece ter sido algo que custou muito à imaginação dos nossos autores ligados à indústria pesqueira.

Mais um exemplo de desqualificação dos pescadores locais pode ser observado no trecho de um texto de 1953, publicado no já conhecido "Boletim de Propaganda e Informação", em que seu autor, Manuel Coelho Pereira Serra, avançou na elaboração da tese de uma suposta falta de interesse do cabo-verdiano pela exploração pesqueira de seus mares.

> A nossa insularidade deveria ter despertado, no íncola caboverdeano, uma natural propensão para o mar. No entanto, um certo número de razões impossibilitou essa inclinação - e pena foi que isso sucedesse, pois a exploração económica dos mares do arquipélago teria modificado grandemente a vida destas ilhas, uma vez que a terra, só por si, não pode fazer face as necessidades alimentares das populações.

> Está visto que, ao referirmos essa propensão, queremos apenas pôr em fóco a actividade piscatória, pois sabido é que, em outras actividades marítimas, os insulares tem dado um largo contributo.
> Pouco se conhece das actividades piscatórias, quanto aos primeiros séculos da colonização do arquipélago (Serra, 1953, p. 17).

Porém, se frustra quem espera que o texto de Serra (1953) apresente as razões que teriam impossibilitado o desenvolvimento da inclinação do cabo-verdiano "especificamente" em relação à atividade de pesca.

Não preciso retomar detalhadamente a presença de cabo-verdianos nos baleeiros estadunidenses e nem o trecho de Antônio Correia e Silva para questionar essa suposta falta de "inclinação" do cabo-verdiano para a atividade pesqueira. Por ora, acredito que seja suficiente assinalar a forte presença do pescado na culinária das ilhas, a presença dos pescadores na música e na poesia do arquipélago ou sua efetiva participação em instituições populares surgidas nas ilhas como a Tabanca, para termos alguma dimensão de seu incontestável papel no processo de ocupação permanente do arquipélago (Pereira, 2014, p. 34).

De todo modo, foi no artigo de Serra (1953), no qual há um pessimismo tão acentuado sobre a pesca local, em que encontrei uma das raras fotografias retratando pescadores artesanais cabo-verdianos.

Figura 8 – Fotografia publicada no artigo de Serra (1953)



Fonte: Boletim de Propaganda e Informação 1953.

Entre os muitos aspectos sociais e políticos que podem ser observados na esteira da evolução da industrialização da pesca no arquipélago de Cabo Verde, a atualização da dicotomia primitivo/civilizado em termos de uma ideologia do progresso me parece um elemento central dessa discussão (Escobar, 2007). Esse movimento demonstra que foi justamente em direção às agências já historicamente subalternizadas de conhecimento que essas atualizações ocorreram (Anjos; Sant´ana Junior; Brustolin, 2016).

Estou colocando em perspectiva histórica os efeitos locais de um fenômeno que teve como princípio basilar de seu desenvolvimento a ideia de progresso como ideologia (Escobar, 2007), ou seja, algo que carregava a promessa de dissolver as graves consequências herdadas de séculos de colonização, como que por meio de atos mágicos. Algo que, para cumprir sua promessa, passou a se contrapor de maneira contundente e categórica, a todo um panorama de complexos sistemas locais de conhecimento.

Dessa perspectiva, a "culpa pelo atraso" passou a ser creditada às vítimas de séculos de exploração colonial, em um movimento perverso que contribuiu para um processo de distorção da realidade social das ilhas. O mapeamento desse processo revela,

portanto, os meandros de estratégias de dominação que passaram a exigir da base camponesa e pesqueira das ilhas movimentos cada vez mais engenhosos para a garantia de sua reprodução social e, consequentemente, de marcação e delimitação de seus espaços de atuação na esteira dos processos de modernização dessa sociedade.

Em um longo artigo publicado no "Boletim de Propaganda e Informação" de 1954, o presidente da Associação Comercial de Barlavento, Manuel Ribeiro de Almeida, vocalizou de maneira exemplar essa perspectiva de progresso.

> O Trabalho, para que dele se possam extrair resultados compensadores, pressupõe método e disciplina orientando-o e convergindo-o no único sentido consentâneo com as nossas possibilidades e estas, em nossa humilde opinião e se queremos ser realistas, concentram-se na terra e no mar, isto é na agricultura e na pesca.
> E estaremos apetrechados mesmo com os meios mais comesinhos para que dos mesteres de lavrador e de pescador nos advenham proveitos que satisfaçam as nossas necessidades presentes e nos garantam um futuro passadio isento de temores e preocupações?
> Se nos quisermos servir da linguagem da verdade, sem rebuço teremos que responder negativamente à interrogação formulada, pois efectivamente não se poderá acoimar de pessimista a afirmação de que os processos geralmente usados em Cabo Verde num e noutro mesteres são ainda um tanto ou quanto cafreais. É evidente que não pretendemos dar ao vocábulo um significado pejorativo, mas simplesmente destacar que aqueles processos de que nos estamos servindo em plena era atómica, são mais que obsoletos - primitivos (Almeida, 1954, p. 7).

Quero crer que o trabalho desses autores, para além de suas credenciais técnicas, também podem ser lidos como parte do discurso da vontade de grupos hegemônicos e que, por isso, podem ser lidos como materiais que compunham o amplo leque de estratégias de produção de um ambiente social e político que continuasse a justificar os portugueses como "donos" do poder.

Nesse sentido, também podem ser lidos como instrumentos de propagação de discursos, análises e recomendações para o progresso das ilhas que deveriam esterilizar a trajetória histórica de estratos muito específicos da população local com objetivos claros de manter sua prevalência na administração da "riqueza" disponível nos mares do arquipélago (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010; Oliveira Filho, 2021).

Para Balandier (1993, p. 130-131), a busca de uma "abordagem dinâmica" se torna fundamental para o exercício de compreensão de uma "situação colonial". Segundo o autor:

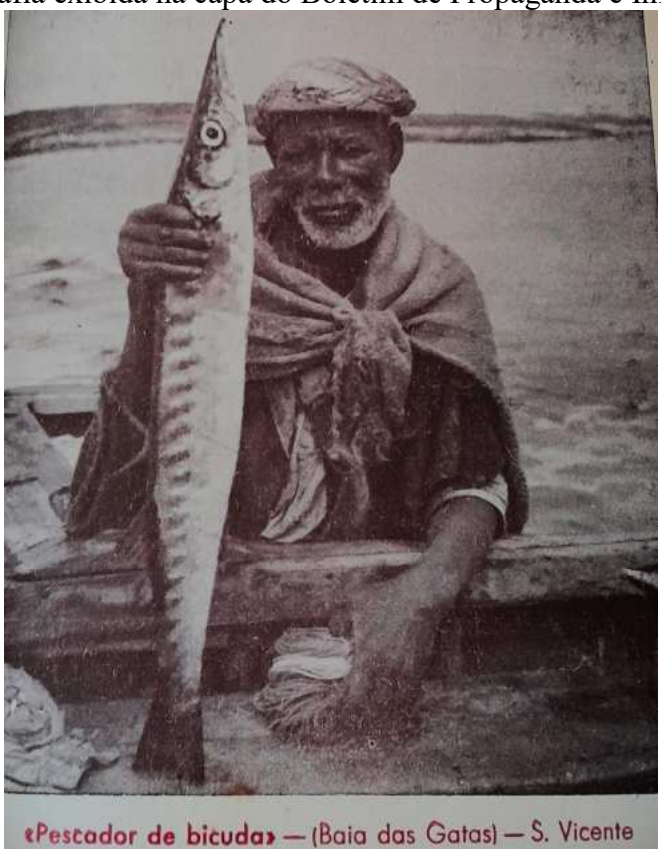
> o estudo das estruturas sociais, em contexto de mudanças numerosas e aceleradas, revela, com verdadeiro efeito de aumento, o carater "aproximativo"

> de seu arranjo no seio da sociedade global. Manifesta as contradições existentes entre os diversos princípios de estruturação e de organização, assim como as distâncias existentes entre os aspectos "oficiais" da sociedade e prática social (Balandier, 1993, p. 130-131).

Daí, minha hipótese de os autores analisados até aqui serem parte de um processo mais amplo e complexo e da análise de que a documentação produzida por eles evidencie, em primeiro lugar, que "não há sociologia dos povos colonizados válida se não se presta atenção às ideologias e aos comportamentos mais ou menos estereotipados que elas suscitam" (Balandier, 1993, p. 59). E, em segundo lugar, que "é sobre razões econômicas que a política de expansão constrói, em parte, sua propaganda" (Balandier, 1993, p. 59).

O conjunto dos textos analisados reflete movimentos no interior dessa sociedade que estão produzindo efeitos de (re)localização dos atores da pesca artesanal na ordem do simbólico, cuja nova imagem seguiu a atualização de uma disputa pelo pescado que se organizou com o sistema de hierarquias sociais vigente, em um contexto de mudanças rápidas e profundas pelo qual passava tanto a colônia, como o sistema colonial português.

Figura 9 – Fotografia exibida na capa do Boletim de Propaganda e Informação de 1955



Fonte: Boletim de Propaganda e Informação de 1955.

4.1 O acoplamento de teses redutoras sobre a pesca local em análises "científicas" sobre o arquipélago

Toda a análise da documentação histórica empreendida até o momento tem como referência a aposta na ideia de que o tempo da indústria inaugurou um período de disputas severas pelo pescado das ilhas e que, por isso, não pode ser compreendido simplesmente como um capítulo benéfico do "desenvolvimento" das pescas, como querem fazer crer autores como João José Semedo Lopes (2023, p. 71) e Lopes Filho (1996), entre outros.

Com isso, compreendo que a inauguração do tempo do pescado como uma espécie de *commodity* tenha desencadeado disputas que passaram a antagonizar estratos muitos específicos dessa sociedade, assim como o fez a estrutura dos morgadios (casas grandes) em relação às faixas de terra agricultáveis das ilhas (Pereira, 2014).

Ocorre que ao longo do tempo, houve tanto a chegada da independência no país, como o agravamento do cenário de escassez gerado pelas estratégias de extração mecanizada do pescado.

Nesse cenário, os pescadores artesanais foram aqueles que primeiro sentiram os efeitos do avanço desse modelo de extração do pescado. Por isso, são os que desenvolveram as críticas mais sólidas contra a manutenção dos fluxos de exportação pelo estado independente. Críticas que, em última análise, passaram a constranger a alta cúpula da burocracia estatal que se arvorou a ser um corpo competente de especialistas e de seguir a "ciência", como um bom aluno das premissas ocidentais de desenvolvimento (Escobar, 2007).

Uma das consequências mais diretas desse quadro foram o surgimento de versões e explicações "técnicas" sobre a cultura artesanal marítima local que passaram a ser formuladas pelos atores sociais que, em última análise, atuam na defesa dos interesses macroeconômicos estrangeiros diretamente implicados na extração mecanizada do pescado das ilhas[55].

Entre os muitos efeitos desse fenômeno de narração dos agentes estatais sobre o que seria a pesca artesanal do país, tenho notado a consolidação de uma situação cada vez mais ampliada de distanciamento entre aquilo que é dito sobre os pescadores artesanais no âmbito da gestão estatal das pescas e aquilo que pode ser observado no cotidiano das comunidades artesanais de pesca do país.

[55] O surgimento dessa burocracia estatal no pós-independência e sua relação com aquilo que fora produzido sobre as pescas antes de 1975 são temas centrais do capítulo seguinte.

Na última seção que antecede a apresentação da documentação produzida sobre as pescas a partir da independência do país ocorrida em 1975, gostaria de discutir o trabalho de Ilídio do Amaral (2007) um proeminente acadêmico português ligado à administração colonial portuguesa, para tentar demonstrar como o arco de relações surgido em torno da comoditização do pescado das ilhas foi ganhando densidade e acabou por se infiltrar em diferentes domínios da análise social, histórica, sociológica e política do arquipélago.

Quadro que acaba por se desdobrar em uma espécie de "orientalismo" formulado sobre a pesca e sobre os pescadores locais (Said, 1990) e que passa a compor, de maneira definitiva, as justificativas técnico-ideológicas que vão continuar a garantir a precedência dos estrangeiros na extração mecanizada do pescado das ilhas.

É de 1964 a publicação de uma tese de doutoramento escrita pelo geógrafo português Ilídio do Amaral sobre a ilha de Santiago. Ele fez parte de um trio de geógrafos com Orlando Ribeiro e Francisco Tenreiro que atuou na Junta de Investigação do Ultramar seguindo as diretrizes do "Plano de Investigação Científica Colonial", elaborado pelo Estado Novo em 1941. Com isso, as obras desses autores passaram à história como parte de um conjunto de trabalhos ligados à estratégia metropolitana de "ocupação científica do ultramar" (Oliveira, 2022, p. 4).

São trabalhos originados em um período de "colonialismo tardio" em que a metrópole portuguesa recomendava aos seus funcionários: "pesquisa 'sob o aspecto internacional', seguindo para o efeito as recomendações da African Research Survey, mormente a que indicava que 'a África não pode ser convenientemente estudada na Europa' (Ministério das Colónias, 1945: 22; Rollo *et al*., 2012)" (Oliveira, 2022, p. 4).

Em artigo publicado em 2013, intitulado "Conhecer para Ocupar. Ocupar para Dominar. Ocupação Científica do Ultramar e Estado Novo", Luis Manoel Neves Costa (2013) reforça o imbricamento entre investigação científica e dominação colonial, apontando que, após a Conferência de Berlim, há uma mudança paradigmática nas estratégias de controle administrativo dos europeus no continente africano.

Atuando dentro dessas diretrizes metropolitanas, a primeira temporada de campo realizada por Ilídio do Amaral em África ocorreu no ano de 1959 e resultou, em 1960, na publicação do livro "Aspectos do povoamento branco de Angola", trabalho que compôs a colecção de "estudos, ensaios e Documentos da Junta de Investigações do Ultramar" (Oliveira, 2017, p. 151).

Em funcionamento de 1936 a 1973, para Castelo (2012), a Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais/do Ultramar cumpriu papel central em assegurar o domínio português em África, sendo o estudo de seus arquivos um exercício fundamental para uma melhor compreensão da "relação dialética entre saber, discurso e poder colonial" (Castelo, 2012, p. 392).

Com a intenção de continuar seu trabalho em Angola após sua primeira temporada de trabalho de campo, Ilídio foi obrigado a mudar seus planos em função de uma tempestade que se abateu sobre as possessões africanas de Portugal. Uma importante revolta camponesa eclodiu, em 1961, na mesma região de Angola em que Ilídio do Amaral havia escolhido para continuar seu trabalho (Oliveira, 2017, p. 151).

O ano de 1961 marcou o início da longa guerra travada por Portugal contra os movimentos de libertação dos territórios ocupados em África. Conflito este que ocorreu em simultâneo nos territórios de Angola, Moçambique e Guiné e que se prolongou até 1974.

A guerra, portanto, obrigou Ilídio do Amaral a rever seus planos. Com isso, após dois períodos em campo em Cabo Verde que totalizaram seis meses entre 1961-1962 (Amaral, 2007, p. 11), surgiu, em 1964, "Santiago de Cabo Verde: A Terra e os Homens", trabalho apresentado como requisito para a obtenção de seu título de doutor e que foi prontamente publicado e premiado pela Junta de Investigações do Ultramar (Oliveira, 2017, p. 151).

Da tese premiada, passo a analisar, das mais de 400 páginas que o compõem, a página e meia que foi dedicada pelo autor à análise e descrição das comunidades de pesca de toda a ilha de Santiago. No primeiro parágrafo de sua seção sobre a pesca, o autor informa ao seu leitor que "Uma parte fraquíssima da actividade no litoral da ilha é consagrada à pesca" (Amaral, 2007, p. 292).

Na sequência desse veredito inicial e após constatar que o censo de 1952 teria apontado a presença de 75 pescadores em toda a ilha[56], o autor passa a enumerar as razões de ordem material e econômica que, a seu juízo, seriam as principais responsáveis pela suposta falta de engajamento dos moradores de Santiago na atividade.

Para o autor, tratava-se de uma atividade extremamente cara que somente conseguia garantir aos seus praticantes um rendimento muito baixo – muito dinheiro

[56] Número que como descrito no próximo capítulo é pouco provavel de retratar a realidade das pescas artesanais do arquipélago naquela altura.

precisava ser despendido na fabricação das embarcações e na compra de insumos, como linhas, que precisavam ser importadas (Amaral, 2007, p. 292).

> De madrugada, muitas vezes ainda de noite, os pescadores partem nas pequenas embarcações para o largo, onde permanecem até cerca do meio-dia, quando começam a regressar para descarregarem na praia o peixe apanhado. Aí os esperam mulheres e crianças que os ajudam a varar os em terra; mesmo na praia se faz a partilha: duas partes para o patrão do barco e uma parte para os auxiliares, normalmente em número de dois, e logo começa a venda. Os peixes grandes são esquartejados e vendidos em pedaços. Quando existe nas proximidades um centro de consumo importante, uma vila ou a cidade da Praia, as mulheres transportam para aí o peixe à cabeça. Com o dinheiro ganho, compram milho, feijão, açúcar, banha de porco e outros artigos para a refeição da noite, a *cachupa* (Amaral, 2007, p. 292).

> Além da pesca individual, praticada por uma minoria escassa, com métodos rotineiros, uma empresa utiliza barcos a motor e métodos progressivos para recolher a matéria-prima para uma fábrica de conservas de peixe instalada na Praia. Havia outra unidade fabril no Tarrafal, mas está fechada desde 1961.
> Apesar da riqueza piscícola do mar do arquipélago, o Santiaguense nunca foi atraído por essa fonte de recursos, nem mesmo nos anos de escassez de colheitas. O arcaísmo do material empregado está em relação com as técnicas: o barco, que não raro mete água, é notoriamente pequeno e instável; o peixe permanece horas ao sol, enquanto se pesca, o atum que foge é muito mais numeroso que aquele que se deixa capturar; as redes são frágeis; o consumo de peixe é bastante fraco (Amaral, 2007, p. 293).

Baseado no quadro geral da situação da atividade pesqueira na ilha de Santiago apresentado por Ilídio do Amaral, considero importante consolidar algumas reflexões, antes de seguir ao período da independência. Do conjunto das dez ilhas que compõem o arquipélago de Cabo Verde, Santiago e Fogo possuem a ocupação mais antiga, o que se deu, basicamente, por sua posição privilegiada para o comércio com a costa africana e pela presença de água doce e de terras agricultáveis suficientes para a instalação do sistema de *plantation* que teve papel fundamental no comércio de escravizados desenvolvido a partir dessas ilhas (Andrade, 1996; Silva, 2023).

Contando com mais de 500 anos de ocupação humana, a ilha de Santiago possui um número significativo de comunidades artesanais de pesca no presente, que, a julgar por sua extensão e importância social e econômica para os núcleos urbanos onde estão localizadas, possuem uma origem muito recuada no tempo.

Segundo dados do governo cabo-verdiano, além de contar com o maior número de embarcações industriais registradas em face das outras ilhas, Santiago conta com 36,51% de todos os pescadores artesanais do arquipélago, seguida de Santo Antão com 13,51% do total (Cabo Verde, 2019, p. 37).

Como aponta Semedo (2012), os primeiros contingentes populacionais que se instalaram em Santiago passaram por enormes dificuldades e tiveram que importar para a ilha "desde plantas alimentares, fauna doméstica, materiais de construção, bem como a adaptação a um espaço insular com grandes carências de solos e água" (Semedo, 2012, p. 158).

Para Semedo (2012), nos dias de hoje na ilha de Santiago – e que deve valer para o arquipélago como um todo –, nota-se o resultado acumulado de séculos de tentativas de adaptação "entre o ecossistema insular saheliano e a actividade dos moradores ao longo de meio milénio de permanência" (Semedo, 2012, p. 159). Também é preciso relembrar que a pesca artesanal no arquipélago de Cabo Verde foi resultado direto de um longo e complexo trabalho de adaptação de métodos e técnicas de exploração artesanal desenvolvidos pelos moradores das ilhas, em face às condições ecológicas específicas dessas águas.

A dimensão da eficácia do emprego dessas técnicas locais de captura pode ser medida em várias frentes. Mas, para não haver mais dúvidas de sua participação efetiva na economia pesqueira das ilhas, é o próprio governo cabo-verdiano que reconhece que "elas sempre tiveram um peso importante no volume total de capturas. A análise histórica dos dados estatísticos de captura aponta para um peso da captura artesanal superior a 50% nos anos 2009 (50,2%), 2010 (53,8%) e 2011 (50,6%)" (Cabo Verde, 2019, p. 37).

O peso da pesca artesanal no montante total de capturas realizadas no arquipélago parece se dar fundamentalmente em função da eficácia da pesca de linha de mão, o método artesanal mais praticado em todo o arquipélago.

> A arte de pesca mais comum é a linha de mão e o anzol que é a mais antiga de todas as praticadas em Cabo Verde. Segundo Monteiro (1998), a grande maioria (aproximadamente 93%) dos pescadores das diversas comunidades piscatórias do país utilizam-na e daí a sua grande representatividade na pesca artesanal, tanto em termos de esforço como em termos de capturas (Cabo Verde, 2019, p. 161).

Esses números são melhor detalhados no próximo capítulo. Aciono-os parcialmente aqui para assinalar que acredito não haver qualquer possibilidade desse vultoso desempenho ter sido alcançado como fruto do acaso e muito menos de maneira repentina.

Em outros pontos deste trabalho, já me referi aos graves problemas de compreensão desse contexto que uma leitura economicista sobre o tema da pesca acarreta.

Com a importância da tese de Amaral (2007), um trabalho premiado que circula como um cânone da historiografia até os dias atuais, compreendo ser crucial reforçar essa questão.

Em primeiro lugar, estamos falando de um arquipélago que em 1940 possuía cerca de 180 mil habitantes e que, na década seguinte, apresentou um número de pouco menos de 150 mil pessoas. Queda que, muito provavelmente, esteve associada à terrível crise de fome que assolou as ilhas em 1947 (Lopes, 2021).

De todo modo, se os dados demográficos da década de 1990 demonstram que mais da metade da população de 341 mil habitantes do arquipélago ainda se encontrava em meio rural, supõe-se que, no momento em que Amaral se encontrava no arquipélago realizando o trabalho de campo para sua pesquisa, que estivesse diante de uma sociedade ainda mais ligada ao universo agrário.

Meu trabalho na ilha do Maio (Silva, 2018b) deixou demonstrado, pelos depoimentos dos pescadores de Porto Inglês, que está muito viva em sua memória um período no qual não havia venda de peixe, sendo o pescado, fundamentalmente, mobilizado nas redes de troca do universo camponês.

Também já vimos que esse modelo de complementação das atividades de pesca e agricultura era uma realidade já no início do XVIII (Silva, 2002), e nenhuma evidência em contrário me impede de especular que esse mesmo modelo tenha se expandido por toda a extensão do arquipélago. O peixe, nesse sistema local de apropriação do pescado, não chega a ser capturado por redes monetarizadas de troca, porque medeia outra ordem de relação social, ficando, até a chegada das fábricas conserveiras, pouco atrativo aos interesses da empresa colonial.

Além disso, são recorrentes e bastante frequentes os relatos sobre o período anterior à independência que dão conta de um momento em que havia uma baixíssima circulação de dinheiro no arquipélago (Brooks, 2006).

Também não existe qualquer pescador artesanal do arquipélago do qual eu tenha me aproximado nos últimos anos que não tenha histórias para contar da fartura de pescado das águas do arquipélago no passado. Há inúmeras dessas histórias que contam sobre lugares até hoje muito famosos, locais onde sequer era preciso entrar no mar para se apanhar o peixe. Com isso, não é nada desarrazoado pensar sobre a oferta de pescado mesmo nas praias, onde se apanhava *cavala* quase com as mãos, como dizem muitos pescadores.

É preciso saber imaginar, portanto, uma atividade pesqueira que não visava, necessariamente, a quantidade de pescado, mas a satisfação das demandas locais de consumo que era suprida por atores locais que atuavam em áreas riquíssimas em peixe e que possibilitavam jornadas rápidas e eficientes, liberando um tempo muito maior para a agricultura e a pecuária – que devido aos terrenos áridos e à falta crônica de água doce, sempre demandaram muitos esforços do universo camponês das ilhas.

Diante da conjugação desses elementos e considerando que essa possa ser considerada uma versão viável dos acontecimentos em torno do pescado, o que Amaral (2007) parece não apreender em suas observações são os usos locais e não monetarizadas de apropriação do pescado das ilhas, ao se expressar como se estivesse diante dos estágios iniciais de uma escala evolutiva e não de padrões culturais diversos de apropriação da maior "riqueza" dos mares das ilhas.

Com isso, dá conta parcialmente do fenômeno pesqueiro local, porque parece estar mais preocupado em medir o grau de absorção da lógica industrial e capitalista pelas técnicas de captura e circulação de pescado, do que da integração/circulação do peixe no universo camponês da ilha.

Em relação a esse ponto, é possível que, de fato, o autor tenha se deparado com pouquíssimos mercados monetarizados de pesca e com equipamentos, técnicas e apetrechos que estavam longe de serem modelos para a indústria.

Seguindo a linha de não complexificar os métodos de captura como expressões locais de integração do pescado nas dinâmicas do universo camponês das ilhas, parece escapar a Amaral (2007) que a aparência de "empresa privada" e de caráter "individual" da atividade que testemunhava eram dados estruturais da organização do trabalho de pescadores artesanais marítimos onde quer que se encontrem (Amaral, 2007, p. 292; Maldonado, 1986).

Isso porque, se levamos em conta a ampla produção da Antropologia Marítima sobre o tema, percebemos que essa configuração "individual" precisa ser muito bem relativizada em função dos altos níveis de colaboração que se consolidam entre pescadores marítimos no cotidiano de suas atividades (Silva, 2018b; Maldonado, 1986).

Além do mais, essa conformação "individual" do esforço local de pesca não parece outra coisa se não o reflexo direto do surgimento da "mestrança" como um fator decisivo para o processo de consolidação de um corpo de pescadores artesanais

autônomos que apresentam alto grau de resistência contra as reiteradas tentativas de desfalecimento de suas práticas em benefício da indústria pesqueira[57].

Se os empenhos da administração colonial se centraram na constituição de núcleos industriais de pesca, na constituição de empresas pesqueiras capazes de mobilizar os pescadores locais para sua atividade, o pobre panorama de avanço dessa indústria oferecido por Amaral (2007) pode ser lido com um índice importante do seu relativo fracasso em desmantelar formas ancestrais de apropriação do pescado.

Surge daí um segundo ponto importante capturado por Amaral (2007): a pesca artesanal em Cabo Verde é uma atividade fundamentalmente baseada no trabalho familiar. Este é rotineiramente lido como um sinal de "fraqueza" da organização local da atividade pesqueira (Lopes Filho, 1996), mas tendo a observá-lo, justamente, como um elemento de força dessas comunidades. É centralmente dos núcleos familiares dos atores envolvidos com a atividade que são recrutadas as novas gerações de pescadores e peixeiras.

Como demonstrei em trabalho anterior (Silva, 2018b), a organização do trabalho artesanal pesqueiro conta com forte presença das mulheres na atividade de processamento do pescado, sendo essa uma característica recorrente da costa oeste africana (Maldonado, 1986). Aspecto que se mostra especialmente valioso em contextos onde faltam infraestruturas de armazenamento do pescado, além de ser um fator importante de eliminação de intermediários, o que acaba por proteger a pesca local da manipulação de preços, ao mesmo tempo que garante o incremento da renda das famílias envolvidas com a atividade (Silva, 2018b).

Em linhas gerais, considero que qualquer uma das dezenas de comunidades pesqueiras existentes no arquipélago nos dias de hoje ainda se encontram organizadas nesses termos. À parte a escassez do pescado que é uma pauta que se tornou uma realidade somente nas últimas décadas, creio que podemos dizer que estão no trecho de Ilídio do Amaral, os principais fundamentos da organização social da pesca artesanal no arquipélago de Cabo Verde.

[57] Para Ramalho, "no trabalho artesanal marítimo, a prática da mestrança é o próprio dever-ser individual da arte de ser pescador. Sua técnica expressa-se não no uso da força – tendo em vista que os mestres, em boa parte dos casos (não sempre), são os pescadores com mais idade –, mas no refino humanizador dos sentidos corporais que um homem deseja atingir no mar, no autocontrole psicológico e físico, na realização da sua autoatividade embarcada. Saber usar os sentidos é fundamental para atingir a prática da mestrança, o último e mais completo estágio da arte de ser pescador" (Ramalho, 2011, p. 336).

A forte participação das mulheres na atividade; a presença constante das crianças próximas aos barcos, que cedo ou tarde acabam por ingressarem na pesca; a atividade como fonte de renda para a aquisição de outros alimentos à medida que a especialização avança e os pescadores se deslocam do mundo rural, perdendo certo grau de autonomia em relação à sociedade que se urbaniza; a presença do pescado no prato símbolo de Cabo Verde, a cachupa, todos esses são elementos importantes para uma justa compreensão da dimensão social e econômica da pesca artesanal nas ilhas nos dias atuais.

A mesma atualidade pode ser notada no texto de Amaral (2007), quando o autor descreve o trabalho dos pescadores no mar. A centralidade da linha de mão para a captura dos grandes peixes migratórios que frequentam as ilhas; a apanha de lagostas nas "cavidades das lavas submarinas"; a recolha de ovos de tartaruga; e a utilização de pequenas redes de cerco para a captura dos cardumes de peixes menores como a cavala, que eram tão abundantes nas praias de Cabo Verde: "No mar alto, à linha, pesca-se o atum, muito apreciado pela população da ilha, que o come com a cachupa" (Amaral, 2007, p. 292).

Não há mais cardumes de cavalas como havia antigamente, as lagostas são cada vez mais raras, a apanha de ovos de tartaruga e mesmo a pesca das tartarugas é quase um crime de lesa-pátria, todavia, a pesca artesanal trabalha em termos muito próximos daqueles descritos por Amaral (2007).

Com isso, é possível dizer que ao mesmo tempo em que o autor consegue captar aspectos essenciais da organização social da pesca artesanal, desenvolve uma visão acentuadamente pessimista do impacto social e econômico da atividade local no contexto de Santiago, porque está analisando a atividade não a partir de seus méritos, mas motivado por uma série de expectativas que não eram as mesmas dos pescadores da ilha. Talvez sim, talvez como fonte de recurso financeiro, até aquela altura, a população de Cabo Verde não tivesse se engajado na pesca como desejava a administração colonial.

Por outro lado, fica claro que, naquele momento, já estavam consolidadas, a partir dessa prática, fronteiras muito nítidas entre a atividade artesanal de pesca e a indústria pesqueira. Indústria que precisa ser compreendida, primeiro, como um princípio organizador da exploração colonial dos mares das ilhas e, em um segundo momento, como elemento essencial na composição da estrutura burocrática do estado independente.

Não estamos diante de equações simples quando consideramos a trajetória histórica da sociedade sobre a qual estamos falando. Essas pequenas ilhas encravadas no meio do Atlântico possuem como principal fonte de riqueza natural, a considerar a lógica

industrial capitalista, sua posição geoestratégica privilegiada a meio caminho de África, América e Europa e o seu pescado.

À medida que sua posição geográfica estratégica perde força, o mar surge como uma clara fronteira de expansão da lógica colonial e na medida em que essas posturas não são seriamente revistas a partir do surgimento do estado independente, há uma transposição de práticas de governamentalidade de um período para o outro (Foucault, 2008).

A incorporação da agenda da exploração industrial dos mares das ilhas como única alternativa possível ao desenvolvimento do país – o que discuto a seguir –, simboliza, do meu ponto de vista, o sucesso ideológico do empreendimento colonial como um projeto de poder que lança raízes profundas na vida institucional do arquipélago, ao ponto dessa agenda sofrer pouquíssimos abalos com a emancipação política em 1975.

As consequências dessas escolhas políticas tornam-se cada vez mais evidentes no arquipélago. Na cidade de Mindelo, ilha de São Vicente, onde ocorre anualmente o já tradicional Festival da Cavala, pescadores da comunidade pesqueira de São Pedro alertam para o desaparecimento desse pescado.

A situação é tão dramática que outras espécies estão sendo fornecidos para os restaurantes no período do Festival, e os pescadores do vilarejo de São Pedro denunciam o quadro de escassez estrutural do pescado em seus mares, como se vê pelos trechos de peça jornalística publicada recentemente no arquipélago:

> Notamos que, dia após dia, a quantidade de cavala tem vindo a diminuir, infelizmente", explica Luís Delgado, presidente da Associação dos Pescadores da vila de São Pedro, em declarações à Lusa.
> "Neste momento, não é qualquer um que consegue comer uma cavala, porque o preço disparou", ilustra o pescador e dirigente associativo da vila de São Pedro.
> Noutros tempos, como nos anos 1980 e 1990, entre abril e julho, "era tempo de abundância de peixe e a cavala era a espécie que mais se conseguia pescar e as pessoas não davam 'cinco tostões' por uma", acrescenta.
> No evento gastronómico, para suprir a escassez da cavala, os pescadores tendem a vender aos restaurantes outras espécies de peixe para que os pratos sejam confecionados.
> No entanto, com a escassez nos mares, a gestão tem sido feita pelas peixeiras, que com um mês de antecedência começam a preparar o stock para que, em meados de julho, os restaurantes participantes tenham o que apresentar aos visitantes.
> Na comunidade de São Pedro, onde a maioria das pessoas vive da faina, nota-se a diferença em relação à abundância de peixe de antigamente, o que constitui uma preocupação.
> "Somos mais de 400 pescadores nesta zona", conta Luís Delgado.
> Com a escassez, o peixe "passou a ser mais caro" e tudo o que se pesca consegue-se vender, diz. "Por vezes, temos de nos deslocar ao mercado na cidade para comprar, porque as embarcações da região não conseguem pescar

> o suficiente para cobrir toda a vila", descreve (Disponível em: https://www.sapo.pt/noticias/atualidade/cavala-e-rainha-da-festa-mas-pescadores-de_64afbf4da12d0b31bc0848ee. Acesso em: 29 ago. 2023).

Por fim, gostaria de insistir na tese de que o movimento de institucionalização da exploração industrial dos mares do arquipélago não se faz no vácuo e é indissociável da manutenção de uma imagem social muito específica dos pescadores artesanais.

Imagem que trabalhos como o de Ilídio Amaral ajudaram a consolidar e que, em última análise, auxiliam a encobrir uma disputa acirrada pelo pescado entre a base camponesa dessa sociedade e atores estrangeiros poderosos que continuam a se beneficiar da exploração desses mares.

PARTE III – MAPEAMENTOS ETNOHISTÓRICOS DE UMA LINHA DE CONTINUIDADE ENTRE PASSADO E PRESENTE NAS PESCAS

5 UM ESTADO INDEPENDENTE EM DISPUTA: ALGUMAS QUESTÕES SOBRE A FUNDAÇÃO DO ESTADO

Para cumprir de maneira adequada a agenda de investigação desta tese, mobilizo a pesquisa histórica, mas também busco demonstrar como as discussões sobre a pesca e o sobre o pescado são atravessados pelas formas de organização da ordem colonial, e em seguida, pelas dinâmicas de constituição do estado moderno independente.

Logo, a importância que confiro ao regime político de partido único comandado PAICV que sucede a ditadura colonial[58], como também a ênfase dada à queda desse regime e à refundação do estado a partir de uma nova constituição em 1991, sendo o MpD vencedor das primeiras eleições no período que ficou conhecido como a nova república[59].

Essa mudança simbolizou a chegada ao poder de um grupo alinhado com uma abertura econômica de caráter liberal que trouxe consequências duradouras para a população das ilhas:

> O êxodo rural em Cabo Verde teve um enorme crescimento nos anos de 1990 com a democratização do país e a opção por uma estratégia de crescimento baseada no sector privado, privilegiando investimentos estrangeiros sem ficar claro as contrapartidas sociais destes. A Cidade da Praia – centro económico e administrativo do arquipélago – ganha uma maior atractividade e é invadida, num primeiro momento, por migrantes rurais e mais tarde por imigrantes da Costa Ocidental Africana com a presunção de fazer de Cabo Verde o trampolim para o El Dorado do Norte – Europa ou Estados Unidos da América. Não tendo recursos, apropriaram-se de espaços baldios nas encostas e ribeiras, dentro e nos limites da cidade, em condições, muitas vezes, bastante precárias (Lima, 2011, p. 50).

> Os projetos de desenvolvimento para Cabo Verde, podem ser, segundo Reis (2000), divididos em dois momentos principais: no pós-independência (1975-1990), quando se adota uma "estratégia socialista"; e um segundo momento (a partir de 1991), quando se volta para o reconhecimento da intervenção das agências e empresas internacionais como fundamentais para o desenvolvimento.
> No período compreendido entre 1975 e 1990, foi adotada uma estratégia socialista, redistributiva, preocupada com a valorização dos recursos humanos,

[58] Surgido como Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) em função de sua perspectiva ideológica pan-africana que buscava unir o arquipélago com as lutas sociais e políticas travadas no continente, em 1981 a agremiação se desvincula da Guiné após um golpe de estado naquele país ter destituído o presidente Luís Cabral.

[59] Como mostra Barros (2012), essa vitória simboliza o retorno à terra natal de pessoas, ideias e projetos divergentes daqueles defendidos pelos combatentes da pátria aglutinados em torno do PAICV (Furtado, 2006, p. 857-858).

> da educação, da formação técnica, da saúde, com a solvabilidade externa, com a unificação do mercado interno, com a reforma agrária. Neste período foram aplicados dois planos de desenvolvimento: o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, que vigorou de 1982 a 1985, e o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, nos anos de 1986 a 1990. Esses dois planos eram constituídos por um conjunto de projetos e programas de investimento público coordenados de forma centralizada pelo Estado. A partir de 1990, Reis (2000) verificou que houve mudanças que levaram a hierarquizar os diferentes atores do desenvolvimento, ampliando a importância do setor externo para a economia cabo-verdiana. A centralidade do Estado passou a perder importância para o setor privado e o capital internacional. (Anjos; Sant'Ana Júnior; Brustolin, 2016, p. 21).

Mais uma vez, preciso insistir que é justamente apreendendo essa mudança no cenário político de Cabo Verde em toda sua complexidade que se consegue melhor compreender aquilo que nomeio de *racialização dos descontentes*.

Daí ser possível compreender esse conceito como um índice de uma disputa acirrada pelo pescado das ilhas, mas também como um sintoma social derivado da capitulação do projeto de emancipação política que tem no conceito de reafricanização dos espíritos, seu horizonte utópico (Anjos; Sant´Ana Júnior; Brustolin, 2016).

Apesar dos avanços sociais e políticos conquistados pelos cabo-verdianos a partir de 1975 serem bastante evidentes; no presente, assim como apontam Moyo e Chambati (2013) para o caso da reforma agrária do Zimbábue, é preciso estar alerta às tentativas de revisionismo histórico que estão a serviço, principalmente, da consolidação de políticas neoliberais.

No caso de Cabo Verde, apesar de a democratização (fim do regime de partido único) ter se dado conjuntamente a um processo de liberalização da economia, isso não quer dizer, por exemplo, que democracia seja sinônimo de neoliberalismo.

O que considero ser uma discussão intelectualmente honesta é se havia força política e mobilização social suficientes em Cabo Verde naquele momento para se resistir às investidas do "ocidente", que, assim como em outros países de África, forçou uma liberalização de economias planificadas (de influência socialista) em nome de uma melhor circulação para os seus investimentos (Moyo; Chambati, 2013; Moyo, 2003; 2005).

O que não se pode colocar em pauta, sob risco de se caminhar em direção à falsificação do real, é que a virada neoliberal do início de 1990 não tenha colocado conquistas sociais importantes a perder. Essas constatações são sensíveis porque elas refletem uma virada ideológica no mundo político das ilhas que pôs todo o aparato estatal

criado para gerir as pescas no período de partido único à serviço da legitimação ideológica de um quadro de conflitos graves em torno do pescado.

Por outro lado, se estamos em condições de afirmar que a classe política capitulou, não creio que se possa dizer o mesmo das organizações locais da pesca que, por meio da observação etnográfica, demonstram um vigor impressionante e uma significativa capilaridade entre as camadas populares do país.

Com isso, é possível reforçar a atualidade da perspectiva revolucionária de Amílcar Cabral que ensinou a olhar para a base camponesa dessa sociedade como potência. Base social que deveria ser direcionada para uma franca articulação com o continente africano e, portanto, contornando as alternativas ocidentais de desenvolvimento. É também por aí que parece fazer ainda mais sentido a ideia desenvolvida por Cabral de que a luta pela libertação deveria, necessariamente, ser um ato de cultura (Cabral, 2011; Lopes, 2012; Mbembe, 2015).

Suas conexões com os diferentes contextos africanos que estavam se libertando no continente por meio de duras lutas anticoloniais que contavam com a participação de figuras como o "temível" Kwame Nkrumah (Lopes, 2012, p. 38) apontam para promessas muito claras de rompimento de relações de dependência econômica, social e política com as metrópoles coloniais.

A preocupação genuína passava, portanto, por evitar os caminhos que levariam a uma libertação incompleta e, que, fundamentalmente, não fosse capaz de libertar as "mentes" dos complexos engendrados na alma do povo pela promiscuidade moral do mundo colonial.

É também por aí que se deve compreender que as lutas pela independência do arquipélago tenham se dado com o país voltado para África e que a liberalização econômica tenha representado justamente o enfraquecimento dessa articulação e um realinhamento do arquipélago com o jogo, muitas vezes sujo e desonesto, das grandes economias ocidentais (Moyo, 2003).

É fato incontestável que o processo de independência de Cabo Verde tenha aproximado o arquipélago do continente, principalmente em função da forma como o programa de lutas do PAIGC estava organizado – tendo, por exemplo, a "reafricanização dos espíritos" como um conceito de base desse movimento.

Todavia, também é curioso perceber como essa aproximação tem sido lida hoje por alguns, como pelo antropólogo cabo-verdiano Brito-Semedo (2023), como mero fruto

da “ideologia” de uma época e que, por isso, não encontraria respaldo nos processos de conformação dessa sociedade.

Ora, o problema não é essa aproximação com o continente ter tido um caráter ideológico, se resolvemos que as análises da cultura não podem ser separadas da análise das relações de poder, como recomendam Jean Comaroff e John Comaroff (2010). O problema me parece estar no emprego da antropologia para se afirmar que um outro ponto de vista sobre as ilhas que negue o processo de “reafricanização dos espíritos” como algo que tenha respaldo na realidade, seja afirmado como mais legítimo, por ser, supostamente, menos ideológico (Brito-Semedo, 2023).

Outro detalhe não menos importante é que se levamos às últimas consequências a ideia de que o mundo é dualista em qualquer parte onde se esteja (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010, p. 38), as ambiguidades da identidade cabo-verdiana não devem ser pensadas como algo que singulariza o arquipélago do conjunto mais amplo, por exemplo, de qualquer outra identidade nacional, posição que acabaria por reforçar dois engôdos.

Primeiro que haveria identidades nacionais com menos fissuras ou menos ambíguas; segundo, visto que na defesa da ideia de uma identidade “crioula”, o que faz Brito-Semedo (2023) é singularizar os cabo-verdianos a partir de suas ambiguidades, como se tal situação se tratasse de uma espécie de “jabuticaba” do arquipélago e como se houvesse algum problema de ordem “moral” de tentar fazer a balança identitária pender para África e não para a Europa.

Se essas são as complexas dinâmicas de construção simbólica dessa identidade, não se deve esquecer que elas ocorrem conforme uma sociedade que se funda como o maior entreposto de escravizados jamais visto que se viabiliza atrelado a um sistema de *plantation* que opera com uma força estrondosa até o início do século XVII e que inaugura uma política de ocupação especulativa do uso desse território (Andrade, 1996).

É após essa violenta etapa inicial que ocorre a ascenção daquela que ficaria conhecida como a primeira elite *crioula* no horizonte do “atlântico negro” que habilmente penetra na estrutura administrativa da colônia, principalmente após o fim da obritatoriedade das escalas do tráfico negreiro no arquipélago (Cabral *et al*., 2004; Silva, 2023).

Com a decadência da sociedade agrária no contexto da revolução industrial e a própria decadência social e política de Portugal, ao longo do século XIX, a elite política de Cabo Verde mobiliza seu capital econômico, na construção de um sistema de educação

que habilitou uma parcela da sociedade cabo-verdiana a consolidar suas posições nos cargos administrativos das ilhas, mas também a ir além e ocupar cargos na administração das outras colônias portuguesas no continente (Barros, 2012).

Se, historicamente, a elite política local se aliou ao regime colonial como forma de manutenção de seu poder no complexo jogo de relações com a metrópole (Barros, 2010), o que, por sinal, também não é uma exclusividade dessa elite cabo-verdiana, o que a história diz sobre a posição do universo camponês acerca dessas mesmas questões? Como estaria posicionada a base da sociedade em torno desses jogos de representação?

Se julgarmos pelo que se conta sobre as lutas pela conquista da independência, esse amplo estrato da população encontrava-se em franca disputa e, segundo Pereira (2020), manifestando um desejo latente por liberdade, a despeito das dificuldades que as lideranças do PAIGC encontravam para a instalação da luta armada no arquipélago.

Se, de um lado, a ditadura fascista do estado novo português apostou todas as suas fichas no luso tropicalismo como forma de controle social por meio de uma política assimilacionista, o grupo liderado por Amílcar Cabral acreditava no diálogo com as camadas populares do país como forma de reorientar as forças políticas internas em direção a uma linha de fuga da situação colonial.

Como relata Pereira (2020), entre as principais estratégias colocadas em marcha pelo movimento revolucionário no desenvolvimento de uma política de penetração efetiva nas ilhas, estava o foco na mobilização do mundo rural como forma de explorar as assimetrias de poder estabelecidas pela posse acentuadamente desigual da terra.

O objetivo dessa estratégia consistia em ligar essa estrutura desigual às crises de produção de alimentos que, assim como as crises de fome, foram imputadas pelo PAIGC ao colonialismo. O movimento também trabalhou pela mobilização da diáspora visando a integrá-la tanto à luta armada, como às redes de contato que o partido mantinha no arquipélago.

As principais dificuldades enfrentadas pelos revolucionários para a efetivação de seus planos era a dimensão arquipelágica do território, que, diferentemente da Guiné, não apresentava extensões contíguas e amigáveis ao movimento político que pudessem abrigar estruturas contra coloniais (Pereira, 2020, p. 10), além da forte repressão exercida pelo regime ditatorial português contra todos aqueles e aquelas que ousavam desafiar seu poder.

Dessa perspectiva, o que faz o grupo liderado por Cabral é uma tentativa deliberada de inversão da ordem de prioridades da elite política e intelectual da geração

anterior, ao apostar na base camponesa da sociedade como o elemento central da aproximação do arquipélago com o continente africano.

Tais medidas podem e devem ser lidas como atitudes audaciosas que contribuíram para abolir qualquer tentativa de acordo que não contemplasse a conquista da liberdade e da autonomia política do arquipélago – a despeito das forças internas contrárias a levar a disputa a esses termos.

Gostaria de insistir um pouco mais nesse ponto porque, de fato, as consequências do paulatino processo de enredamento das elites locais com o projeto colonial português não é algo simples de se compreender (Barros, 2012). Porém, trata-se de um movimento fundamental para uma justa compreensão das fragmentações do real, da história, da linguagem, da tradição política e, consequentemente, dos discursos produzidos sobre as ilhas (Revel, 1988).

Uma boa dose dessas fragmentações e ambiguidades foram capturadas pelo jornalista estadunidense Henry Hamm, que, em 11 de julho de 1974 publicou no jornal The New York Times, um artigo com um título bastante sugestivo da situação política e ideológica das ilhas: "Cabo Verde não está certo se quer Independência" (tradução minha)[60]. É importante notar que estamos falando desde um ano antes da declaração formal da independência de Cabo Verde e apenas alguns meses após a Revolução dos Cravos que encerrou um ciclo de 41 anos de fascismo em Portugal.

Essa é uma reportagem relevante para nossas discussões sob vários aspectos. Primeiro, porque a "confusão ideológica" do contexto social e político de Cabo Verde percebida pelo autor em relação ao projeto de liberdade foi capaz de tirar os "esqueletos do armário" e de torná-las questões reais com as quais a sociedade política precisa lidar.

Outro aspecto signitificativo é revelar como não havia consenso em torno da pauta pan-africanista angariada pelo PAIGC e como, em qualquer outro lugar que tenha se dado lutas dessa natureza, foi preciso reconhecer que uma das tarefas fundamentais do partido era encaminhar suas ações em direção à criação de um quadro hegemônico sobre o tema da reafricanização dos espíritos (Lopes, 2012, p. 50).

Tudo isso se deu conforme estratégias políticas que precisaram se sobrepor, entre outras dificuldades, ao legado dos fundadores da revista *Claridade*, que lograram fundar

---

[60] "Cape Verde Isn't Sure It Wants Independence". Disponível em: https://www.nytimes.com/1974/07/11/archives/cape-verde-isnt-sure-it-wants-independence-supporters-emerge-a.html. Acesso em: 20 jul. 2022.

uma ideia de identidade nacional a partir de 1930 e, portanto, muito antes da invenção do estado nação[61].

A questão é que ancorados nos pressupostos da miscigenação utilizados largamente para se "imaginar" o Brasil (Anderson, 2008), essa geração de intelectuais não tinha facilitado o trabalho daqueles que lutavam pela reafricanização dos espíritos e, portanto, pela reaproximação do arquipélago, do continente africano.

Para além dessas questões internas, ainda era preciso lidar com os efeitos sociais, políticos e econômicos das estratégias portuguesas que, para além do aparato repressivo, principalmente a partir da segunda guerra mundial, trabalharam duro para criar a sensação que se importavam com os territórios coloniais, para além do seu uso especulativo.

No âmbito de Cabo Verde, esse conjunto de ações levou ao fim os ciclos de fome que marcaram a ocupação do arquipélago desde sua conquista em 1460, até a última grande crise de fome ocorrida em 1947.

> Segundo Carreira, o ciclo das secas, das fomes e das mortandades delas decorrentes continuaram ao longo do século XIX, tendo perdido intensidade a partir da década de 50 do século XX, quando o governo colonial adoptou uma série de medidas para mitigar os terríveis efeitos da seca, num contexto de pressão do movimento de libertação nacional e das organizações das Nações Unidas (Barros, 2012, p. 88).

> A partir dos anos 50, o Governo colonial giza uma nova ideologia de integração e põe em marcha um conjunto de políticas para as suas possessões, visando distender os efeitos das pressões internacionais pela descolonização que sobre ele recaía, quer por parte das Nações Unidas quer dos movimentos em prol da auto-determinação dos povos subjugados. Nesse ínterim, em 1951 a Constituição Portuguesa foi alterada, tendo sido retomada a designação de Província, procurando esfumar no tempo o sentido colonial da dominação até então vigente, entretanto, outrora reivindicado como legítima (Cf. Andrade, 1996; Correia, 1998; Alexandre, 2008) (Barros, 2012, p. 121).

[61] "A revista Claridade, marco da literatura moderna cabo-verdiana, surgiu num momento de grande turbulência nacional e internacional. No âmbito nacional, a situação de grande penúria do povo cabo-verdiano, consequência de uma má administração secular do colonizador português e das prolongadas estiagens típicas do arquipélago, bem como o estado de extrema opressão e repressão causado pelo regime ditatorial salazarista marcaram o cotidiano das ilhas. No plano internacional, acontecimentos significativos do século XX, tais como a Queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque, o Nazismo e o Fascismo, presentes na Europa, bem como a Guerra Civil Espanhola, caracterizaram um período composto por graves consequências econômicas, políticas e sociais. É necessário lembrar que no período posterior à Primeira Guerra Mundial (1914- 1918) despontaram vários movimentos independentistas africanos em países como Estados Unidos, Martinica, Haiti e Cuba. Acontecimentos históricos como a independência dos Estados Unidos, assim como a Revolução Francesa (que deu origem à Declaração dos Direitos Humanos) fizeram surgir questionamentos sobre os limites da liberdade e da igualdade por parte das comunidades africanas em face de seu passado de povos colonizados. Nesse cenário, emergiu o Pan-Africanismo – movimento cultural e político, cujos principais nomes foram intelectuais como E. Blyden (1832-1912), W. E. Du Bois (1868- 1963), M. Garvey (1887-1940), Frantz Fanon (1925-1961) e K. N'Krumah (1909-1972). Este movimento visava à defesa dos direitos das populações dos continentes africanos, a fim de promover a independência e a integração desses países: idade social cabo-verdiana" (Marques, 2019, p. 279).

Dentro desse conjunto de elementos, também vale destacar, talvez para melhor distinguir a base da sociedade dos seus estratos privilegiados, que o colaboracionismo dos cabo-verdianos com o regime colonial português não deve ser estendido à maioria de seus habitantes que estavam expostos aos efeitos mais nefastos do colonialismo.

É o caso, por exemplo, do que ocorreu no âmbito do processo de imobilização de mão de obra ocorrida em Cabo Verde para as frentes de trabalho agrícola nos Colonatos portugueses de São Tomé e de outras colônias ao longo das décadas de 1940, 1950 e 1960.

Para Semedo (2020), a ida de cabo-verdianos para São Tomé foi uma operação complexa de governabilidade colonial que procurou se justificar por meio de uma suposta falta de alternativas diante das graves situações de seca e de fome que assolavam o arquipélago.

Ao se utilizar desse subterfúgio, a metrópole logrou esconder na história as verdadeiras razões – fundamentalmente instrumentais e capitalistas – de se incentivar esse movimento de cabo-verdianos em direção ao continente.

> Em rutura aos discursos hegemónicos que atualizam as experiências das fomes na chave dum "passado negro", propus trazer as narrativas dos meus interlocutores que nos dão conta do acontecimento "santa praça" enquanto alternativa criada pela máquina colonial às fomes e à eminência das mortes, denunciando outras dinâmicas silenciadas nas narrativas históricas. Isso porque, como venho frisando, apesar de, já nos primórdios do processo de povoamento e da colonização de Cabo Verde, as intempéries, o clima agressivo à vida humana e, em decorrente, quotidianos de secas e fomes afetarem os modos de vida no arquipélago cabo-verdiano; no século XX, estes quotidianos de fomes e secas foram instrumentalizados na criação e na produção de necessidades e urgências de migrar em escape às fomes e, consequentemente, o alistamento para as roças de café e cacau, em São Tomé e Príncipe (Semedo, 2020, p. 104).

Esses são fluxos de lutas e, fundamentalmente, de pessoas que, apesar de muitas vezes subsumidas da história oficial, foram e ainda são centrais no processo de construção da sociedade cabo-verdiana como a conhecemos hoje.

É por esse caminho que retorno às comunidades de pesca artesanal, pois seu legado de práticas, modos e saberes consolidam uma rede extensa e complexa que, em vários momentos da história, resistiu aos planos de sua fragmentação colocados em marcha pela administração colonial portuguesa na esteira do avanço da indústria pesqueira a partir de 1930.

Por isso, considero que observá-las, no presente, levando em conta as disputas em torno da conquista da independência, surge como uma boa maneira de situá-las, enquanto um fenômeno sociocultural, dentro do quadro político mais amplo dessa sociedade. Mas também em função do fato do pescado, sua principal fonte de reprodução social, ter se espraiado pelo tecido social das ilhas, via gestão estatal das pescas, como uma espécie de *commodity* de frentes neoextrativistas (Gudynas, 2018).

Como um fenômeno de base que é, e considerando a importância que o pescado terá para o estado independente, levar em conta a relação que esse estado estabeleceu com os atores locais da pesca a partir de 1975 é, de alguma forma, ter uma boa medida das cores ideológicas que animam a vida social e política do país.

Da minha perspectiva, portanto, visto que o estado se afasta do universo artesanal pesqueiro, está se distanciando de um certo tipo de nacionalismo que também faz parte da histórica social e política do país, mesmo que alguns teimem em rotular essa fase da história como marcado por caprichos ideológicos do grupo político que comandou a independência do país (Brito-Semedo, 2023).

Dando continuidade à análise da documentação levantada sobre as pescas nos arquivos públicos de Cabo Verde, neste capítulo, coloco no centro de minhas análises a atuação da burocracia estatal criada a partir de 1975 para gerir e administrar os recursos pesqueiros do arquipélago (Souza Lima, 2002).

Minha intenção é demonstrar que, com base na análise dessa documentação, é possível perceber de maneira muito nítida que, ao menos no que diz respeito à questão do universo artesanal pesqueiro, não se logrou um rompimento contundente com o perfil de gestão da pesca formulado no período anterior.

Isso ocorreu, fundamentalmente, em função da aposta do estado independente na continuidade, expansão e aprofundamento da exploração industrial dos mares do arquipélago, em moldes muito semelhantes aos da fase anterior e, portanto, segundo uma lógica de hierarquização entre esse modelo de extração do pescado e aquele conduzido pela base camponesa da sociedade.

Hierarquização que compreendo como uma premissa da indústria pesqueira, que, quando avaliada em perspectiva histórica, pressupõe a eliminação de sistemas locais de conhecimento onde quer que ela tenha se consolidado, como detalhadamente expõe Diegues (2004), Acheson (1981), Maldonado (1986) e tantos outros.

Não obstante, foi impossível não enxergar, pela análise dessa mesma documentação, que foi a primeira vez na história de ocupação dessas ilhas que se tomou

medidas que permitiram uma percepção mais cuidadosa de importantes aspectos do fenômeno artesanal pesqueiro do arquipélago. Assim, foi a primeira vez que a pesca artesanal saiu da insignificância em que fora encerrada pela administração colonial, o que a meu juízo, ofereceu uma oportunidade única de comparação com o período anterior e, portanto, de reflexão e avaliação objetiva dos efeitos de violência a que esses atores locais se encontravam submetidos até aquela altura.

Seguindo esses tensionamentos, foi possível observar uma espécie de "ensaio geral" em direção a uma tentativa estruturada de realizar uma redenção dessas agências subalternizadas no panorama social e político da independência. Acontecimento que compreendo como um efeito social e político muito direto do processo da descolonização, que se desdobra em uma dialética política de contrastes com o período anterior, possibilitando o surgimento, na cena pública, de uma parcela central das estratégias de reprodução social das camadas populares reprimidas até então pela administração colonial das ilhas.

Duas questões de fundo continuam essenciais no desenvolvimento dessa análise: não se pode perder de vista que faço todo esse retorno ao passado para conectar os resultados obtidos com aquilo que se encontra discutido a partir da Parte IV, quando analiso os dados etnográficos do presente.

Por isso, compreendo que o foco principal dessa retomada do passado é o presente das pescas. Creio ser preciso identificar, mapear e expor a gênese de um processo como forma de lidar com historicidades diversas implicadas na luta pela garantia de direitos de precedência sobre o pescado das ilhas (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010). Disputas que explicitam embates consistentes no interior de uma sociedade que se projeta, em termos retóricos, como um corpo social homogêneo e sem fissuras (Anjos, 2003; Moyo, 2003).

Trata-se, portanto, de lidar com conteúdos culturais essencializados, reconhecendo-os como "produtos" de uma disputa que implica a formulação de procedimentos, discursos e estratégias que se conformam em ações e atitudes que se convertem em práticas administrativas que contribuem para oprimir parcela importante dessa sociedade (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010).

Antes, porém, de avançar na análise da documentação desse último período histórico, gostaria de ressaltar que considero que todas as noções desqualificadoras que localizei sobre os pescadores locais até aqui podem ser observadas em diferentes

momentos da relação da administração colonial com estratos mais ampliados dessa sociedade.

Os escritos do governador de Cabo Verde na década 1830 – Joaquim Pereira Marinho, o mesmo governador já citado neste trabalho por ter sido o responsável pela criação da primeira companhia de pesca no arquipélago no século XIX – são um bom exemplo de uma época em que os pescadores eram apenas uma tipologia de "miseráveis", entre outras tantas que, para a administração colonial, compunham a população do arquipélago.

É de 2010 a publicação de alguns escritos desse governador, mais especificamente de um trabalho seu relacionado à construção da cidade de Mindelo, na ilha de São Vicente, apresentado na obra organizada pelo diplomata e professor cabo-verdiano Daniel Antonio Pereira (2009).

> Descoberta em 1462, no âmbito da Expansão Quatrocentista Portuguesa, a Ilha de S. Vicente foi mais tarde doada ao Duque de Viseu, a título de dependência de Santo Antão. Três séculos volvidos após o descobrimento, a ilha se encontrava ainda desabitada, desempenhando um papel subalterno de espaço de reserva dos habitantes de S. Nicolau e Santo Antão, numa pecuária extensiva em que a presença humana se reduz ao mínimo. Em conjunto com essa pecuária pouco solicitadora de homens e infraestruturas, praticava-se, esporadicamente, com gente vinda de Santo Antão e S. Nicolau, a apanha da urzela e a recolha do âmbar expelidos pelos cetáceos nas praias.
> Nota-se, assim, que a maior riqueza da ilha gira a volta do seu mar. Aliás, desde os primórdios do século XVIII insulanos das ilhas do Norte tiveram por hábito frequentar os mares cercanos a ilha do Porto Grande e Santa Luzia, onde apanhavam cagarras em quantidade e pescavam o famoso peixe das desertas, nome pelo qual era conhecido o complexo arquipelágico constituído pelos ilhéus Branco e Raso e as ilhas do Sal, Santa Luzia e S. Vicente.
> Nos finais de setecentos, os baleeiros de Nantuket e New Bedford e outros portos da América do Norte visitavam regularmente o "mar das desertas", por onde costumavam passar, entre Novembro e Dezembro, cardumes de baleias fugindo ao rigoroso inverno do Atlântico Setentrional.
> Relegado à pastagem do gado bravio e abrigo de pescadores insulares ou estrangeiros, São Vicente teve até aos finais do século XVIII, uma presença secundária, apagada, quase clandestina, na História do Arquipélago. Daí, um espaço propício para a prática das actividades ilícitas. "Por ser quase deserta, propiciava ao seu visitante ocasional uma liberdade quase plena." (Pires, 2014, p. 7-8).

Antes de adentrar, especificamente, nas medidas administrativas que compreendia como necessárias para a criação da cidade de Mindelo, o então governador desenvolveu um preâmbulo com algumas reflexões que abarcaram o contexto da pesca artesanal na ilha de São Vicente.

Passo à reprodução de um trecho dessa apresentação, em função de compreender que é importante para esta tese a exposição de um conteúdo tão acentuadamente racista e

desqualificador da população dessa ilha, principalmente vindo de alguém que àquela altura ocupava o posto administrativo mais alto na hierarquia de poder do arquipélago:

> A ilha de S. Vicente hé hoje povoada, ou essa pouca população que tem hé composta de prostitutas da mais baixa ralé de todas as ilhas, e as mais desmoralisadas, mulatas e negras, alguns tendeiros miseráveis, mulatos, mui desmoralisados em todos os sentidos, e muito ladroens; muitos burros, algumas poucas mulas, e algumas cabras.
> As prostitutas teem ido para aquella ilha de todas as outras do archipélago ou degradadas, ou porque nas suas ilhas, achando-se desprezadas por ningúem as querer pelo seu deboxe, e inutilidade vão para aquella ilha viver em huma ilha quazi selvagem: passão miseravelmente, passando dias sem commer; no tempo em que há herva vivem melhor, porque então bebem algum leite das cabras; quando não há gente de respeito na ilha andão nuas, ou quazi nuas.
> Há nesta ilha facilidade de pesca, e bastante peixe, mas por indolência dos habitantes, apenas alguma vez aparece algum pequeno e pouco peixe: os habitantes não são guiáveis para a pesca por nenhum interesse nem princípio de política porque alliando a indessencia, as mulheres e algum espírito quando o teem, e não gastão tempo em escolha de mulheres, todas lhe convém, e toda a hora, e nos portugueses que ali vão lhe acontece o mesmo.
> O deboxe de mulheres nesta ilha hé indecentíssimo. (Pereira, 2009, p. 76-77).

Gostaria de fixar, por um instante, a atenção nas características morais atribuídas pelo governador à população de São Vicente para pensar nessas desqualificações como marcas, por excelência, daquilo que compreendo como a ditadura colonial e os seus efeitos de despersonalização do sujeito colonizado: “Essa despersonalização é sentida também no plano coletivo, ao nível das estruturas sociais. O povo colonizado vê-se então, reduzido a um conjunto de indivíduos que só encontram fundamento na presença do colonizador” (Fanon, 1968, p. 254).

Analisando a situação colonial da Argélia, onde atuou como psiquiatra, Franz Fanon explicita a teoria psiquiátrica desenvolvida para explicar uma suposta selvageria do argelino no Fcometimento de atos criminosos. Teoria essa disseminada por outros territórios coloniais da mesma região e que possibilitou abordar um perfil de “criminalidade norte-africana” (Fanon, 1968, p. 257).

Efeito direto do colonialismo, essa pseudoteoria científica consolidou mais de 20 anos de pesquisas acadêmicas e alcançou ampla aceitação, chegando a ser ensinada a alunos de psiquiatria da Faculdade de Argel (Fanon, 1968, p. 257).

Como discuti em momentos anteriores, a “ciência colonial” teve papel central na justificação da dominação portuguesa de suas colônias, sendo a retórica dos autores que defendiam a expansão da fronteira de exploração do oceano em Cabo Verde, marcada ora por pressupostos supostamente neutros, técnicos e racionais, ora por “tropos narrativos” desqualificadores do universo pesqueiro das ilhas (Das, 2020).

Dentro dessas manobras de desqualificação do universo pesqueiro, há, certamente, limites opacos entre um discurso formulado sobre o "colonizado" e aquele dirigido aos "pescadores locais". Ao ponto de, em vários dos textos que apresentei, serem encontradas generalizações que extrapolam o universo da pesca para alcançarem a sociedade como um todo, por meio de uma espécie de sociologismo de base evolucionista que está sempre dobrando a aposta da violência contra o povo dominado.

No trecho do governador das ilhas de Cabo Verde que acabo de reproduzir, esse tipo de "confusão" fica muito clara, pois a degradação moral dos moradores de São Vicente – degradação que parece atingir a população da ilha como um todo – é vista, justamente, como a causa de não haver uma atividade pesqueira que valesse a atenção da administração colonial.

Esse também é um texto importante, pois se trata de escritos representativos de um momento histórico em que o território das ilhas viria a ser alvo de uma nova investida de caráter colonial, agora patrocinada pelos ingleses. As investidas dos ingleses para controlar o porto de Mindelo, com sua enorme baía de águas calmas e posição privilegiada no Atlântico para dar suporte às navegações a vapor, é, portanto, mais capítulo do uso especulativo do território das ilhas (Andrade, 1996).

> A extensão do poder colonial da Inglaterra para o Indico – Índia, Birmânia, Nova Zelândia, Hong Kong, contribuiu para a valorização dos portos do atlântico. Sendo este, o eixo central da economia mundial de então, as ilhas ibéricas deste oceano vão ser objecto de um especial interesse da Inglaterra que apressou-se a solicitar a Portugal e a Espanha facilidades para a construção de estações carvoeiras nos arquipélagos dos Açores, Canárias, Cabo Verde e Madeira.
> [...]
> Os ingleses, adivinhando a futura importância do Porto Grande nas rotas do Atlântico, já em 1819 tinham enviado em missão para a ilha de S. Vicente uma equipa composta pelos tenentes da Marinha Real, Messeres Vidal e Mudge, auxiliados pelo guarda-marinha Deorford, tendo em vista o seu proveito e especulação numa altura em que a navegação a vapor impôs-se sobre os veleiros. Desta forma o império britânico iniciava, a sua fixação na ilha, cuja dinâmica interna foi desenvolvendo com o espectro do porto.
> Anos mais tarde, em 1834, a Monarquia Portuguesa criou o Ministério da Marinha e Ultramar, constituiu as antigas colónias em províncias ultramarinas e abriu todos os seus portos à navegação e comércio. Neste contexto começaram a ser instaladas, na ilha de S. Vicente, depósitos de carvão, visando reabastecer os navios que nas suas viagens demandavam o Porto Grande, rumando depois para outras paragens atlânticas (Pires, 2014, p. 18-19).

A constituição dessa nova fronteira de ocupação/exploração colonial do território teve grande significado para a história geral de Cabo Verde, pois fundou de maneira

consistente um novo centro de poder econômico, agora nas ilhas do norte, o lado até então relativamente esquecido pelo projeto colonial português.

De toda forma, assim como a famosa Ribeira Grande – que se tornou o epicentro do tráfico negreiro nos primeiros séculos de colonização na ilha de Santiago –, Mindelo também entrou em severo declínio após deixar de ser útil aos interesses coloniais dos ingleses.

Desse processo, porém, estabilizou-se um par dicotômico que jogou papel central na construção da identidade nacional cabo-verdiana. Internacionalmente conhecida pelo seu carnaval, com escolas de samba e blocos de rua, Mindelo também foi o polo de onde o arquipélago passou a ser pensado como mais próximo do ocidente em termos culturais; em contraste, especialmente, com Santiago, que, dentro do conjunto das ilhas, estaria mais próxima de África do que da Europa em termos civilizacionais.

Daí a divisão entre badius (originários de Santiago) e sampadjudus (habitantes das ilhas do norte, mas especialmente de São Vicente), que se reflete tanto nas variações locais da língua caboverdiana, como em uma pedagogia da "antinegritude" que supõe um arquipélago distante, em termos socioculturais, do continente africano.

> Nas últimas décadas, Cabo Verde tornou-se um país que recebe um afluxo significativo de imigrantes, além de turistas. Os constrangimentos impostos pelos serviços de fronteira aos imigrantes africanos de países vizinhos e um cotidiano de estigmas em relação a esse tipo específico de presença africana têm gerado um ressurgimento de problematizações quanto às identidades pertinentes a esse arquipélago.
> Internamente, as fissuras identitárias entre as ilhas também parecem marcadas pelo espectro da presença denegada do negro. Um visitante estrangeiro desavisado que passasse pela ilha de Santiago e, após, visitasse a ilha de São Vicente (as duas principais das dez ilhas do arquipélago) provavelmente não perceberia nenhuma diferença nos fenótipos das pessoas de uma ou outra ilha. Diria, provavelmente, que são todas negras com algum grau de mestiçagem. Mas é comum que pessoas em São Vicente, mesmo quando são bem escuras, ainda se pensem como fisicamente mais próximas de um imaginado polo branco e que imaginem os badius (os oriundos) da ilha de Santiago como essencialmente tão negros quanto africanos. [...]
> O que nos interessa aqui são as mobilizações do idioma da antinegritude, tanto por parte de cabo-verdianos como de imigrantes, e sua surpreendente naturalização num contexto em que os traços de fenótipo não são, a olho nu, substantivamente diferentes no percurso de uma ilha como Santiago para outra como São Vicente (os dois pólos dessa oposição bairrista) ou entre caboverdianos, em geral, e os imigrantes africanos de países vizinhos estigmatizados sob a genérica exodefinição de Mandjaku. Os imigrantes oriundos de países como o Senegal, Guiné-Bissau, Mali, Nigéria, e outros países da costa ocidental africana geralmente rejeitam essa categoria homogeneizadora e pejorativa que advém de Manjaco, o nome neutro de uma das muitas etnias da Guiné-Bissau, e que, no modo como se viu sobrecarregado de estigmas em Cabo Verde, revela a antinegritude no arquipélago. Moeda corrente, mandjaku se tornou o outro nome do negro (e/ou do africano) mais

> profundo do que a negritude aceitável nessas ilhas (Anjos; Rocha, 2022, p. 109-110).

Anjos e Rocha (2022) trabalham com a ideia de que, apesar dos processos de independência dos países africanos terem logrado extirpar parte importante do "racismo colonialista" e da "figura do colonizador" do horizonte social, a "antinegritude permaneceu impregnando as relações sociais nos regimes pós coloniais, em detrimento dos segmentos mais empobrecidos e vulneráveis" (Anjos; Rocha, 2022, p. 133).

Aproveito os ensinamentos desses dois importantes pesquisadores cabo-verdianos que identificam, de maneira muito precisa, uma linha de continuidade entre o passado e o presente das ilhas para prosseguir com o tema da pesca.

Para além das muitas questões que envolvem o ambiente político que culminou na independência do arquipélago em 1975 – creio não ser um terreno de dúvidas o fato de que a derrubada do regime colonial conseguiu inaugurar um novo tempo, esse sem aspas, no espaço das ilhas.

Um tempo em que passou a circular a ideia de construção de liberdade, um anseio de utopia que fez os cabo-verdianos sonharem com uma virada de página, com a possibilidade de deixarem para trás um legado de dor, de abandono e sofrimento, e de romperem com as estruturas que levaram milhares de cabo-verdianos à morte, o que criou uma cultura de orgulho pelo país e por suas gentes tão vilipendiadas durante a ditadura colonial.

Desde que passei a estudar com mais cuidado a história de Cabo Verde, tornei-me um admirador do que se conseguiu fazer no país após a independência em 1975, e creio que não faltem razões para que os cabo-verdianos se orgulhem do que fizeram, após os escombros deixados pelos portugueses.

A vida de Jorge de Pina Lopes, nascido em Tarrafal de Santiago em 1955, é atravessada por esse período e oferece um ponto privilegiado de observação por meio do qual se pode perceber alguma dimensão de como o processo de libertação do país da condição de colônia foi capaz de balançar a trajetória de quem o viveu e das gerações seguintes.

Jorge foi alguém de quem me aproximei ao longo do trabalho de campo em Tarrafal de Santiago, pois, apesar de não ser um mestre de pesca, passa boa parte de suas manhãs na área dos botes, a ter longas conversas com os pescadores, após um banho de mar matinal que, segundo ele, tem propriedades curativas e o alivia de suas preocupações. Professor, com dois cursos superiores e outras tantas especializações no currículo, Jorge

estudou em Angola e no Brasil e foi diretor de Liceu em Cabo Verde no pós-independência.

Hoje aposentado, com filhos formados que ocupam boas posições na diáspora, em empregos estáveis na Inglaterra e Portugal, ele desfruta seu merecido descanso, praticando pesca nos finais de semana, jogando cartas à tarde com amigos e dando atenção aos seus netos que moram na cidade da Praia e o visitam nos fins de semana. Para quem o conhece hoje, desfrutando desse ritmo tranquilo de vida, recomenda-se ouvir suas histórias sobre o passado.

Filho de um cabeleireiro e de uma rabidante[62], a infância de Jorge foi marcada pelo trabalho duro e por uma vida repleta de privações do básico para uma existência digna. A água para consumo doméstico em Tarrafal precisava ser buscada a dois quilômetros da casa de seus pais, cozinhava-se com esterco de gado, pois quase não havia lenha, comia-se arroz uma vez por ano (em geral, no Natal), e eram escassos calçados e roupas no "tempo dos portugueses".

No circuito dessa "vida sacrificada", a pesca artesanal deixou uma marca importante, pois Jorge aprendeu a pescar na praia de Tarrafal ainda na infância:

> Meu avô era pescador e sempre vinha encontrar com ele. Então eu esperava ele chegar para que ele me desse algum dinheiro, alguns tostões. Eu também via que as pessoas vinham do interior e não tinham dinheiro, mas vinham com produto, vinham com batata, com mandioca, então trocavam pelo peixe. Dinheiro era muito pouco, quase que não circulava. Então, na altura, vinha muito tipo de peixe né. Tinha um peixe que agora quase não aparece, é o badejo. Ainda hoje eu sinto cheiro de badejo daquela época, era tanto peixe…hoje em dia é raro ver um badejo por aqui. Então meu avô dizia que iam pescar, iam em uma rocha pegar um peixe e depois iam em outra rocha pescar outro tipo de peixe, para misturar o peixe. Era tanto peixe né, tinha que misturar para poder conseguir vender, porque só uma espécie as pessoas não gostavam. A pesca aqui era toda a remo, no braço. Alguns poucos barcos tinham vela de pano, aquele pano de saco de farinha de trigo. Na década de 1960 também havia aqui uma fábrica de conservas, porque eu saí daqui em 67, acho que a fábrica ainda funcionava, não me lembro bem. Me lembro das traineiras que vinham aqui com atum. O atum era transportado para a fábrica. A fábrica se chamava Ultra. (Entrevista concedida em dez. de 2022).

Assim como aconteceu com milhares de outras famílias cabo-verdianas, a de Jorge encontrou na emigração uma rota de fuga das severas condições de vida que lhes eram impostas pelo regime colonial português.

[62] A toda mulher que pratica comércio de qualquer espécie se dá o nome de rabidante. Em Cabo Verde, uma rabidante pode ser tanto uma peixeira, como alguém que atravessa o oceano para buscar mercadorias na Europa ou no Brasil para revender no arquipélago. Fundamentais para a economia do país, as mulheres têm uma atuação de grande monta nas redes de comércio das ilhas.

Diante da situação de penúria, uma das alternativas ao cenário de caos era se engajar nos postos de trabalho oferecidos pela metrópole portuguesa em outros territórios coloniais do continente. Os "colonatos" eram fazendas agrícolas dos portugueses que se utilizaram, em larga escala, da mão de obra das ilhas para se manterem em funcionamento em locais cada vez mais conflagrados pelas lutas anticoloniais[63].

Foi assim que Jorge, com 11 anos, deixou Tarrafal com toda a sua família em 1967, rumo à Angola, no barco Cuanza em uma viagem de 12 dias até o continente. Lá, permaneceram até outubro de 1975, quando retornaram ao arquipélago já independente. Em Angola, Jorge conseguiu estudar e, após completar o ciclo básico, ingressou em um curso (1970-1974) que o habilitou para ser professor, chegando a lecionar por cerca de um ano naquele país.

Com o acirramento da luta pela libertação em Angola e o consequente agravamento do conflito armado, antes de voltar para Cabo Verde, a família precisou realizar vários deslocamentos dentro do território angolano, passando por vários postos militares de controle, até chegar em Luanda, onde, com cerca de 200 refugiados de guerra, encontrarou abrigo em uma escola.

> Estávamos numa zona muito perigosa, no leste da Angola, na província de Moxico. Era uma província onde a guerra era muito frequente, muito tensa. Depois os meus pais foram transferidos para outra província, para Malanje, mas com a intensificação do conflito, fomos de caminhão para Luanda e éramos controlados durante a viagem. Daí passamos cerca de 3 a 4 meses em Luanda. Nós nos refugiamos em uma escola, éramos caboverdianos, portugueses, depois daí tínhamos a opção de irmos para Portugal ou Cabo Verde. Eu poderia ir para Portugal se quisesse, pois era professor, funcionário público, mas decidi voltar para Cabo Verde (Entrevista concedida em dez. 2022).

A decisão de retornar ao arquipélago, diante da possibilidade de poder ir para Portugal, está muito longe de ser uma deliberação banal nesse contexto e seu envolvimento direto com a luta pela libertação da Angola parece ter tido um peso significativo em sua decisão.

---

[63] Largamente utilizados como estratégias de controle, dominação e imobilização de mão de obra em África por diferentes colonizadores, os aldeamentos ou colonatos são um capítulo à parte da história da violência colonial empregada pelos portugueses no continente. Como esclarece Castelo (2020), a estratégia de concentração de populações em torno de empreendimentos agrícolas no interior de Angola e Moçambique, ocorreu como resposta às lutas anticoloniais e buscaram articular "a questão da segurança e da soberania portuguesa (a permanência de Portugal em África) com a questão do desenvolvimento colonial, equacionado em termos de crescimento econômico e de "promoção social" das populações rurais alvo das intervenções, quer de origem europeia quer africana" (Castelo, 2020, p. 479).

> Ainda em Angola, na escola onde eu estudava, era um internato, então tinham colegas meus, caboverdianos, que tinham uma certa ligação com Amílcar Cabral né, então já ouvia falar em Cabral… até em Angola, em 1971, um policial me interrogou, me perguntando se eu conhecia Amílcar Cabral, só que eu disse que não conhecia, porque se eu dissesse que sim, iam me interrogar e aí seria um problema né. Já alguns colegas meus, já os pais estavam presos aqui no Tarrafal. Eles eram angolanos, pertenciam ao MPLA, UNITA, eram presos políticos aqui em Cabo Verde. Também vivi a guerra, vivi em Angola, em plena guerra contra os portugueses que eram os invasores. Então isso me despertou muito. Então em 74 eu me inscrevi no MPLA e comecei a trabalhar, ir para o interior, falar com a população. Então quando cheguei em Cabo Verde, em 1975, entrei logo na JAC, Juventude Amílcar Cabral. Então na JAC-CV eu era responsável por dar formação política para crianças de 8, 9 anos. Entrei na estrutura do partido. Então houve toda uma formação de quadros aqui em Cabo Verde que era feita em Cuba e na União Soviética e eu fui um dos que foi para a União Soviética em 1979. Chegamos em Moscou em setembro, depois de passarmos pela Guiné-Bissau, ocasião em que conhecemos o local de nascimento de Amílcar Cabral. Fiquei em Moscou por cerca de 10 meses. Frequentei uma escola internacional que tinha alunos de vários países, angolanos, guineenses, palestinos, moçambicanos. Tivemos embasamentos teóricos bastante fortes né, filosóficos, aí você conhecia marxismo, leninismo. Tinha a parte prática e depois fazíamos visitas de estudo, por exemplo, quando chegamos, em princípio fomos para São Petersburgo, Leningrado, para o norte da Rússia, lá perto da Finlândia. Passamos lá uma semana em visitas a museus. Depois, no fim do curso, fomos para a Ucrânia, para conhecermos as cooperativas de criação de animais e também de agricultura. Quando voltei, fui trabalhar na formação de professores. Daí trabalhei mais ligado na alfabetização, criamos ciclos de cultura em todo canto em Cabo Verde para lutar contra o analfabetismo, porque em Cabo Verde, 75% ou quase 90% da população era analfabeta. Criamos uma estrutura formal de educação e trabalhávamos em cooperação com o estrangeiro, com o Brasil, com a Suíça, então nós conseguimos, de fato, inverter a pirâmide né (Entrevista concedida em dez. 2022).

Em 1985, Jorge foi escolhido como deputado federal por Tarrafal, cargo que exerceu de maneira voluntária, como muitos outros trabalhos em que se engajou em prol da construção do país, após 1975. O relato de Jorge oferece uma dimensão muito rica do impacto social e político da independência e não deixa muita dúvida sobre os esforços mobilizados em direção à construção de mudanças estruturais nessa sociedade.

Especificamente em relação às pescas, a mudança mais significativa ocorreu com a inserção definitiva do universo artesanal pesqueiro no mapa social, político e econômico do arquipélago, invertendo a forma como a atividade era tratada até ali, ou seja, como primitiva, residual e insignificante para o cômputo geral dos planos coloniais de desenvolvimento das ilhas.

Dos documentos levantados sobre esse período, os mais significativos foram encontrados nos jornais *Voz di Povo* (publicado de 1975 a 1988) e no jornal *Tribuna* (editado de 1984 a 1990)[64].

Entre outros documentos que apresento neste capítulo, encontrei no jornal *Voz di Povo* de abril de 1978 algo que realmente me comoveu. Uma das primeiras reportagens do periódico dedicada, exclusivamente, a retratar a situação de uma comunidade pesqueira do interior da ilha de Santiago.

O primeiro aspecto dessa reportagem que chamou minha atenção foi o contraste evidente de sua linha argumentativa com a forma como a atividade local vinha sendo retratada até aquele momento, já que o texto, por exemplo, localizou os pescadores como atores centrais para a vida cotidiana de uma pequena vila do interior de Santiago.

De uma atividade fraca, residual, dispersa e pouco difundida, como relatam Amaral (2007), Secca (1945) e aqueles que o seguiram como Almeida (1954), surgiu uma rede viva e ativa, mobilizadora de uma vila inteira e altamente conectada às principais estratégias de combate das duras condições de vida impostas aos cabo-verdianos pela ditadura colonial dos portugueses.

> Ondas e espuma enfeitando o silêncio, preenchendo a pequena praia de Porto Mosquito. Aldeia de terra e areia, animais dormindo pelas ruas, crianças nuas e tristes…
> O resto são os barcos que largam cheios de pescadores, pela pintada de sol, tantas vezes, tantas vezes pela lua, quando o céu inteiro está carregado de estrelas molhadas e de vento.
> Depois, são os homens velhos, novos, os adolescentes de 12, 15, 17 anos que largam pelo mar afora na faina da pesca…às vezes trazem muito peixe, outras pouco e é dele que vivem fundamentalmente, é dele que ganham dinheiro para comerem, para alguns partirem para mais longe.
> A informação não chega lá, não temos rádio, o jornal chega de vez em quando. Porcos, cabras, burros pelos becos… mas também não há uma pocilga.
> É o drama de tantos sítios no interior de Santiago e muitas outras ilhas que herdaram a miséria do tempo colonial-fascista [...]
> Durante o tempo colonial, muito do peixe capturado não tinha venda porque os barcos portugueses compravam-no por preço mais baixo do valor que ele realmente tinha, tirando assim o maior lucro. Agora já existe uma estação de salmoura e seca que entrará em funcionamento em breve, e que dá aos pescadores a garantia de todo o peixe que eles apanharem e não conseguirem comercializar, ser comprado pelo Estado (Voz di Povo, 1978, p. 3).

Para além dos atores da pesca emergindo de um contexto afirmado tantas vezes como inócuo ao florescimento da atividade pesqueira, o cenário de desolação que o jornal

[64] Em minhas incursões na Biblioteca Nacional de Cabo Verde e na biblioteca da Universidade de Santiago, encontrei praticamente todos os números publicados de ambos os periódicos. Resgatei e analisei neste capítulo todas as reportagens que diziam respeito à pesca artesanal e à pesca industrial de Cabo Verde.

encontrou na vila de Porto Mosquito surgiu na reportagem com um tom de denúncia da situação colonial, mas também como um terreno fértil para atuação da burocracia estatal do estado independente.

A falta de material para as pescas, a carência de um mercado que praticasse preços justos, a questão do que fazer com as capturas excedentes. Estes, esses eram problemas que os agentes estatais rapidamente identificaram e que a partir dessa identificação propuseram intervenções diretas no domínio da atividade: garantia da compra do pescado pelo estado para ser secado na estação que estava sendo construída ali e em várias outras vilas pescatórias do arquipélago, incentivo ao cooperativismo, fornecimento subsidiado de material de pesca que poderia ser pago em prestações à Scapa, empresa pública criada em 1977 especificamente para dar assistência à atividade (Voz di Povo, 1978, p. 3).

Um conjunto de medidas que aos olhos da burocracia estatal trariam estabilidade para a atividade e alavancaria o desenvolvimento da vila, sendo o cooperativismo, dentro desse conjunto de intervenções, o modelo mais adequado a combater uma suposta tendência natural dos pescadores ao individualismo:

> Em relação ao cooperativismo no domínio da pesca, a Direcção Nacional tem sua posição bem definida "Está consciente de que o cooperativismo é um sistema eficaz a ajudar os pescadores a resolver os seus problemas económico-sociais e ainda não enveredamos por esse caminho, unicamente por estarmos conscientes quanto ao tipo de relacionamento que liga os pescadores entre eles, nomeadamente a sua atitude perante formas colectivas de produção. O pescador é naturalmente individualista e justamente por isso é que optamos por dar soluções de tipo colectivo aos principais problemas, comercialização e aprovisionamento de apetrechos de pesca e então o pescador se aperceberá a pouco e pouco de que a solução de muitos dos seus problemas poderá resultar de uma conjugação de esforços e vontades e a cooperativa nascerá naturalmente, como consequência lógica dessa tomada de consciencia" – disse-nos o camarada Elisio da Direção Nacional das Pescas com quem falamos e quem nos deu algumas informações (Voz di Povo, 1978, p. 3).

Citando Michael Orbach, Maldonado (1986) chama a atenção para o fato de que grande parte da antropologia sobre o cooperativismo entre pescadores artesanais refere-se a história de seu fracasso, situação que parece ter jogado papel decisivo na disseminação da ideia de que esses atores seriam inaptos a esse tipo de organização cuja baixa adesão se daria pelo senso de independência que caracteriza o ofício (Maldonado, 1986, p. 52).

Para a autora, há exemplos importantes de cooperativismo entre pescadores artesanais, sendo bem-sucedidas aquelas iniciativas que conseguiram melhorar o preço do pescado, possibilitar linhas de crédito aos participantes e integrar os pescadores nos

processos decisórios de modo a gerar sentimentos de pertença em relação à organização. Sendo, por outro lado, exemplos de fracasso, as organizações que se deixaram comandar por agentes externos à pesca e que por má conduta, afastaram os pescadores de sua participação (Maldonado, 1986, p. 53-54).

Em linhas gerais, a considerar os documentos que passo a tratar, principalmente quando os confronto com aqueles analisados no capítulo anterior, estou preocupado em identificar o que, exatamente, da imagem social dos pescadores artesanais do arquipélago gerada e produzida no período colonial, penetrou no período seguinte.

Uma primeira camada de observação importante me parece ser o fato de que é possível notar na imagem que emergiu dos diferentes períodos analisados, as cores político-ideológicas daqueles que administraram o arquipélago, o que não quer dizer que essas cores refletissem o discurso dos praticantes da pesca sobre sua atividade.

Apesar de, no período inicial da independência, aquilo que era dito sobre as pescas se aproximasse mais daquilo que os pescadores narram sobre seu ofício, a distância volta a se ampliar quando se decide que o princípio organizador da gestão da pesca após 1975 continuará a ser, preferencialmente, a escala industrial. É em torno dessa última frente que velhos interesses sobre o pescado serão reacomodados (Moyo, 2003).

Em relação à manutenção desse princípio organizador da gestão da pesca no arquipélago, parece-me prudente levar em consideração o peso das cooperações internacionais francesa, espanhola, portuguesa, alemã, japonesa, soviética, entre outras, na conformação da burocracia do estado independente[65].

> Os sucessivos planos de desenvolvimento materializaram-se através de programas e projetos de desenvolvimento com a intervenção de diversos financiadores dentre os quais o Japão, a Itália, a Islândia, a Alemanha, a Holanda, a França, o PNUD, a FAO, a CEE, o BAD, a FIDA, O BADEA e os Fundos Nórdicos (Lopes, 2023, p. 75).

Essa é, sem dúvida, uma questão com muitas dimensões. E estou consciente de que abordá-la conforme a disputa mais ampla em torno do pescado enreda, de maneira ainda mais contundente, a tese em dinâmicas que informam sobre como se deu, em termos

[65] Além do que, como nos lembra Acheson (1981), Diegues (1983; 2004), Maldonado (1986), na independência, todos esses são países que já frequentam a costa oeste africana com poderosas frotas de pesca industrial, já tendo produzido um cenário de devastação em regiões importantes dessa costa e sendo, portanto, países que já se encontram muito dependentes do pescado capturado em águas internacionais.

materiais e simbólicos, o processo de definição dos agentes locais da pesca dentro da "classe de pescadores"[66].

Nessa seara, é indiscutível tanto o peso político dos atores internacionais do desenvolvimento, como a tendência da própria burocracia estatal, talvez sob a influência daqueles atores, em buscar, externamente, soluções para as questões internas do arquipélago.

Em 11 de maio de 1985, o jornal *Voz di Povo* publicou uma matéria não assinada com o seguinte título: "Modelo de desenvolvimento islandês poderá ser viável a Cabo Verde" (Voz di Povo, 1985b, p. 3). Ao longo do texto, o jornal noticiou a missão oficial de técnicos cabo-verdianos da Secretaria de Estado da Cooperação e Planeamento ao país europeu. Apesar de, em 1952, ter sido declarado pelas Nações Unidas como um país "improdutivo", encontrou na pesca a solução para seus problemas, modelo esse que foi capaz de levar os islandeses a "um rendimento 'per capita' semelhante ao dos Estados Unidos da América" (Voz di Povo, 1985b, p. 3).

Quais as semelhanças possíveis entre uma ilha nórdica e um pequeno arquipélago africano acabado de sair da condição de colônia? Os dois técnicos que participaram da missão foram "unânimes em afirmar que o passado idêntico entre Islândia e Cabo Verde e as características similares têm contribuído para que esse país europeu fosse escolhido para a programação do estudo recentemente efectuado" (Voz di Povo, 1985b, p. 3).

Para os técnicos, os dois processos de colonização foram semelhantes, o que teria produzido "uma população que é muito comparável à nossa" (Voz di Povo, 1985b, p. 3). Fomes e catástrofes naturais também ajudariam a explicar a semelhança entre os dois territórios, além de ambos os países terem na pesca seu "único recurso estratégico" (Voz di Povo, 1985b, p. 3).

Os técnicos observaram que, na fase embrionária, o "setor" não exigiu tecnologia de ponta, já que a Islândia teria começado seu modelo de sucesso a partir de barcos que "eram considerados obsoletos em toda a Europa", que o capital privado foi de suma importância para o seu desenvolvimento e que "*o desenvolvimento centrado na pesca*

[66] Para Barroso e Nicaise (2014), uma das características centrais das políticas de desenvolvimento é: "a coabitação de práticas de dom (Mauss, 2003), isto é, supostamente voluntárias e não coercitivas, obedecendo a laços de afinidade e amizade desinteressada, com uma lógica explícita ou não de trocas interessadas (na maioria das vezes, assimétricas ou desiguais) no plano da economia e da geopolítica. Essa coabitação de "mundos hostis" (Zelizer, 2005), de esferas que são consideradas como devendo manter-se separadas – de um lado a esfera dos sentimentos e da generosidade; do outro lado, o cálculo e os interesses econômicos – produz uma "contaminação moral" (Zelizer, 2005), constitutiva das políticas de desenvolvimento, e que se manifesta de maneira singular nos vários contextos nacionais, históricos e sociais nos quais foram elaboradas" (Barroso; Nicaise, 2014, p. 54-55).

deverá implicar que a maior parte das suas capturas sirva a exportação" (Voz di Povo, 1985, p. 5, grifo nosso).

5.1 Cabo Verde e a conformação de uma burocracia estatal para gerir as pescas: novo contexto, velhas apostas

Em Cabo Verde, muito se fala que a nação teria nascido antes do estado, já que o sentido da identidade nacional, de unidade em torno de uma identidade própria, teria surgido com a disposição da elite intelectual do país em singularizar o arquipélago por meio da afirmação de uma cultura própria ainda nas primeiras décadas do século XX (Anjos, 2000, p. 178; Madeira, 2014, p. 10)[67].

Dadas essas balizas de compreensão da realidade social do país que estão no cerne da construção de sua identidade nacional, creio ser necessário levar em conta seu papel na constituição de uma burocracia propriamente estatal que não foi quem criou, mas quem fez avançar de maneira consistente no arquipélago a dominação burocrática, que da perspectiva weberiana deve ser compreendida como um pressuposto básico de funcionamento do estado moderno (Weber, 1999, p. 198).

> O fato de que a penetração da estrutura burocrática se baseia em sua superioridade "técnica" condiciona que, aqui como em toda a esfera da técnica, este avanço se realize mais lentamente onde já funcionavam formas estruturais mais antigas com uma adaptação técnica altamente desenvolvida às necessidades existentes. [...]
> Uma burocracia, uma vez plenamente realizada, pertence aos complexos sociais mais dificilmente destrutíveis. [...]
> Onde quer que a burocratização da administração tenha sido levada consequentemente a cabo, cria-se uma forma praticamente inquebrável das relações de dominação (Weber, 1999, p. 222).

Tendo essa questão em mente, considero que toda a documentação colocada em perspectiva no capítulo anterior seja reflexo direto de ações levadas a cabo por aqueles que, antes de 1975, já conduziam métodos consistentes de extração e de exportação do pescado das ilhas para o estrangeiro. Nesse sentido, assim como a nação antecedeu o estado, alguma dimensão burocrática da exploração industrial do pescado nas ilhas também antecedeu os órgãos estatais surgidos para esse fim a partir de 1975.

[67] Anderson (2008) discute a ideia de que o projeto dos estados nacionais teria surgido primeiro nas colônias e, a *posteriori*, teria alcançado os territórios metropolitanos.

Ao priorizar a expansão do modelo industrial de captura de pescado em detrimento de uma aposta mais consistente nas dezenas de comunidades de pesca artesanal do país, os gestores do estado independente chamaram para si a responsabilidade de gerir uma crise que apenas se agravaria nas décadas seguintes.

Com isso, considero que a grande vitória do colonialismo no âmbito desse tema seja o convencimento dos agentes estatais do novo governo das ilhas – por meios complexos e de um trabalho de muitas décadas – de que fora da industrialização massiva não haveria saída possível para atividade pesqueira e, consequentemente, para a nação independente.

A ironia aqui está no fato de que se trata de uma disposição e de um arranjo institucional que reposicionou os países industrializados em condições privilegiadas de continuar senão diretamente administrando, tendo precedência de atuação nessa fronteira, em função de seu monopólio de acesso aos bens industriais que viabilizaram a coleta mecanizada do pescado das ilhas (Gudynas, 2018; Sachs, 1996).

Além do mais, o pressuposto de desenvolvimento de uma indústria nacional precisava ser conciliado com uma ampla agenda de reconstrução de um território deixado em ruínas pelos portugueses. Tudo isso devendo ser realizado conforme um orçamento composto, basicamente, por ajudas para o desenvolvimento, advindas, justamente, dos países que continuaram a explorar industrialmente os mares das ilhas a partir daquele momento[68].

Sobre a aposta na industrialização, no âmbito das comemorações dos cincos anos de independência, o governo liderado pelo primeiro-ministro Pedro Pires, publicou um livro no qual traçou um balanço do trabalho realizado até ali em diferentes áreas da administração pública.

O trecho a seguir oferece um prognóstico da situação das pescas àquela altura e apresenta alguns pontos sensíveis de convergência com as fórmulas de gestão das pescas do período colonial, o que nos dá alguma dimensão do que estava por vir:

> A pesca é uma actividade secular de Cabo Verde, país de muitos marítimos. No entanto, a pesca tradicional, artesanal, predomina com cerca de 2.560 pescadores permanentes e mais um milhar que se dedica ocasionalmente. Há cerca de 810 barcos, havendo apenas 60 motores o que traduz a fraca navegabilidade dos mesmos e consequentemente a fraqueza das capturas (de

[68] Lopes (2012) discute e expõe, de maneira muito didática, a habilidade daqueles que conduziam o estado independente em se equilibrar entre as potências ocidentais e a União Soviética, conseguindo angariar simpatias em ambos os lados da cortina de ferro e mobilizando recursos de ambos os lados para a construção das estruturas administrativas do estado independente.

> 15 a 100 ks/barco/dia) perfazendo cerca de 9000 toneladas/ano (inclui lagostas, iscas, etc).
> A pesca industrial é a mas importante, podendo vir a liderar o processo de desenvolvimento económico não só pelo total de capturas que poderá vir a realizar (48 a 56.000 tons.), e pelas transformações industriais (conservarias, salga, seca, etc.), mas também pelas actividades que lhe estão intimamente ligadas (frio, estaleiro) dando uma nova vida aos principais portos e cais do país e criando milhares de postos de trabalho, para além de contribuir largamente para a formação bruta de capital.
> Pretende-se dar uma dinâmica nova ao desenvolvimento das pescas, atingindo cerca de 20.000 toneladas na pesca artesanal, através da melhoria das condições de captura, tratamento e comercialização (motorização dos barcos, estações de salga e seca, facilidade de transporte).
> A pesca industrial poderá atingir de 20-26.000 toneladas de capturas totais, viradas particularmente ao atum e lagostas para exportação (Cabo Verde, 1981, p. 48-19, grifo nosso).

Após a maioria das indústrias pesqueiras dos portugueses terem sido fechadas nos anos que antecederam a independência[69], no momento daquela publicação, o que se tinha de concreto no arquipélago era: de um lado, o trabalho da pesca artesanal já bastante difundido nas ilhas; e, de outro, um conjunto de expectativas e de projeções relacionadas aos projetos de instalação de uma indústria nacional que fosse capaz de explorar, por si mesma, os mares do país.

Desse trecho, também se pode perceber o universo artesanal pesqueiro sendo capturado segundo a ideia de que seus problemas poderiam ser resolvidos pela mobilização de soluções técnicas e de alavancagem de produção. Postura institucional que, a meu ver, reflete um índice importante de como questões ecológicas fundamentais para a atividade começam a ser secundarizadas no âmbito da gestão estatal das pescarias.

No prognóstico do primeiro-ministro, busca-se estabelecer uma relação muito direta entre a "modernização" da pesca artesanal e o aumento das capturas. Considerando a forma como se organiza o trabalho artesanal pesqueiro no arquipélago, não é possível estabelecer uma relação muito clara entre o aumento da capacidade de navegação dos barcos artesanais (através da inserção de motores nos botes) e o aumento do volume das capturas[70].

---

[69] A documentação referente a essas fábricas de conserva é quase inexistente nos arquivos públicos onde fiz levantamento bibliográfico para esta tese. Além de trazer um prejuízo significativo para a compreensão das dinâmicas dessas fábricas com os pescadores locais, a falta desses documentos também prejudica a compreensão do que ocorreu com esses empreendimentos após a independência. De todo modo, ao menos sobre a fábrica de conservas de Boa Vista, Kasper (1987) informa que o empreendimento fora nacionalizado a partir de 1975 e sua administração fora entregue a três interventores nomeados pelo estado. Kasper também apresenta uma série histórica sobre o volume de produção da fábrica em que se nota uma queda significativa desse volume nos anos seguintes à independência, fenômeno que, para o autor, é explicado, entre outros fatores, pela diminuição do pescado nas áreas de atuação dessa fábrica (Kasper, 1987, p. 138).

[70] Como afirma a esmagadora maioria dos pescadores mais antigos com quem conversei, "na época do remo", pegava-se muito mais peixe do que agora, quando o uso dos motores se generalizou.

Desenvolvida para atuar em nichos ecológicos muito específicos dos mares das ilhas, a produção da pesca artesanal encontra-se relacionada de forma muito mais estreita com a proteção das relações ecológicas que garantem a presença do pescado migratório nas áreas de atuação dos pescadores artesanais.

Além do que, cada uma das comunidades pesqueiras do arquipélago encontra-se indissociavelmente ligada a um número específico e restrito de áreas de captura, que sempre foram acessadas sem grandes problemas quando se fazia a utilização de remos.

A substituição dos remos por pequenos motores de popa, que começou a se dar a partir da independência, foi uma iniciativa que obviamente incrementou a capacidade de navegação, mas esse avanço foi limitado, pois houve um momento em que se passou a ter que ficar um tempo significativamente maior no mar para se pescar uma quantidade cada vez menor de pescado.

Com isso, não necessariamente a inserção de motores se reverteu, de modo automático, em mais peixe, sendo o equipamento, nesse caso, mais um instrumento de garantia de manutenção de quantidades mínimas de pescado necessárias para a salvaguarda da atividade.

Assim como me foi relatado pelos pescadores artesanais de Porto Inglês, na ilha do Maio (Silva, 2018b), todos os pescadores mais antigos de Tarrafal de Santiago foram unânimes em identificar a chegada dos primeiros motores de popa em suas praias a partir da independência – ora por meio de projetos de cooperação internacional, ora por meio de políticas de financiamento do próprio governo cabo-verdiano que intervinha nas áreas de pesca principalmente por meio da empresa pública Sociedade de Comercialização e Apoio à Pesca Artesanal (Scapa).

A considerar as condições anteriores à essa inserção – barcos a remo, mas com o peixe disponível em quantidades absurdas – a chegada dos motores também coincidiu com um processo irreversível de monetarização do pescado.

Também me pareceu muito claro que a escassez severa do pescado, e não qualquer outra iniciativa ou política estatal, constituiu o principal elemento responsável pela explosão do preço do peixe nas últimas décadas.

Com a chegada dos motores, instalou-se a dependência do combustível e surgiu a necessidade de manutenção e de substituição periódica do equipamento, ambos os processos coincidindo com o aparecimento dos mercados locais de pesca como se dão a conhecer no presente e, portanto, com a diminuição drástica da troca do peixe por milho, feijão, batata ou abóbora.

É também no prognóstico sobre as pescas produzido pelo governo após cinco anos da independência ocorrida em 1975 que encontrei um dado que passou a fazer parte da rotina da gestão das pescas e que, do meu ponto de vista, tornou-se o símbolo, por excelência, da prevalência de uma administração de especialistas da atividade.

O trecho em questão menciona um teto de captura para os mares do arquipélago. Esse é um número que mudou ao longo do tempo, já que os dados atuais falam em um limite sustentável de pesca entre 36.000-44.000 toneladas/ano, mas o importante, aqui, é perceber como esse dado foi fabricado exclusivamente por estudos que, até onde tenho notícia, ignoram por completo a percepção dos pescadores sobre a situação atual dos mares do país (Cabo Verde, 2019, p. 67).

Além do mais, esse volume embaralha as disputas pelo pescado, pois cria a percepção de que há um potencial subexplorado que continua a justificar tanto a expansão da indústria nacional pesqueira, como a manutenção dos acordos de pesca entre Cabo Verde e a União Europeia, entre outros (Cabo Verde, 2019, p. 88).

> De acordo com o Plano de Gestão dos Recursos da Pesca 2004-2014, o potencial estimado de recursos haliêuticos situa-se entre 35 mil e 43 mil toneladas. *O nível médio de capturas está ainda bastante abaixo do potencial estimado de recursos haliêuticos disponíveis*. No entanto, é preciso salientar que estes números, tais como outros relativos a este setor, estão desatualizados e podem já não refletir a situação atual. Com efeito, este é um dos problemas mais prementes do setor, já que as políticas internas ou as negociações externas são conduzidas com base em dados que, frequentemente, remontam à primeira metade da década passada – p. ex., sobre os recursos piscatórios existentes ou sobre o subsetor da pesca artesanal – o que compromete uma tomada de decisões devidamente informada .Nomeadamente, podemos considerar que o Plano de Gestão dos Recursos da Pesca se baseia numa análise pouco realista do potencial haliêutico disponível, que possivelmente é bastante mais limitado, nomeadamente no que respeita à cavala e à lagosta (Ferreira, 2011, p. 63, grifo nosso).

Apesar de críticas tão abertas à desatualização de um número tão sensível já vir até mesmo dos avaliadores europeus sobre os acordos de pesca, notemos que essa é uma citação de 2011, o mais recente Plano de Gestão dos Recursos Pesqueiros utiliza o dado do documento anterior sem sequer tocar nessa questão (Cabo Verde, 2019, p. 67). Essa é, certamente, a questão mais sensível de toda esta tese pelo fato de a disputa em torno desse número ser um símbolo tanto de uma luta acirrada pelo peixe, como da desigualdade das forças implicadas nesse conflito.

5.2 A inserção da pesca artesanal cabo-verdiana no horizonte da independência

Da pesquisa documental que realizei nos arquivos públicos de Cabo Verde, 1985 se destacou dos demais como o ano mais relevante para a atividade pesqueira do arquipélago no horizonte da independência.

Isso porque esse foi o ano escolhido pelo governo do partido único para realizar, na cidade da Praia, o primeiro – e por sinal o único até os dias de hoje – "Encontro Nacional das Pescas", sob o lema "Diálogo, Convergência e Participação" (Cabo Verde, 1985). Realizado na capital entre os dias 5 e 12 de fevereiro de 1985, o evento contou com um forte apoio institucional da FAO e com a participação de 83 delegados provenientes das diferentes ilhas do arquipélago.

Em matéria publicada no periódico *Voz di Povo* em 16 de janeiro daquele ano, lê-se que "pescadores, empresários e gestores terão a oportunidade de, ao longo de uma semana, explorarem as diversas questões relacionadas com a problemática das pescas em Cabo Verde e os problemas que neste momento mais os afligem" (Voz di Povo, 1985).

Tendo tido ampla cobertura da imprensa local, o evento foi um marco importante para a história social da pesca artesanal do arquipélago, pois se trata da primeira vez que se discutiu a atividade em uma arena pública e com a participação dos pescadores artesanais. Além do mais, a memória desse encontro – tanto aquela produzida pela imprensa local, como aquela contida no livro publicado com o apoio da FAO que replica as intervenções dos palestrantes (Cabo Verde, 1985) – acaba por expressar, de maneira consistente, a perspectiva da burocracia do estado independente sobre as pescas.

Para além da perspectiva de trabalho que animava o corpo burocrático do estado, todo esse material histórico também explicita o posicionamento ideológico de quem definia, enquanto elite política, qual deveria ser o destino do rico e farto pescado existente nos mares do país.

Como exposto nas próximas páginas, naquele momento, dez anos passados da independência, parte significativa do trabalho de captura da atividade local pela burocracia estatal estava feito e na esteira desse processo, já se tinha logrado problematizar a aura de primitivismo na qual os pescadores haviam sido encerrados pelos arautos do progresso do período anterior.

Pareceu-me um pouco incerta, porém, a definição de uma questão crucial: teria, finalmente, chegado o momento em que se encontraria fórmulas políticas eficazes para

salvaguardar o direito de precedência do universo camponês em relação ao rico pescado do país?

O evento foi o principal destaque do nº 431 do jornal Voz di Povo de 6 de fevereiro de 1985. O título dessa edição, escrito em letras vermelhas e colocado no alto da primeira página do jornal, anunciou a participação do primeiro-ministro na cerimônia de abertura: "Pedro Pires presidiu ontem à abertura do Primeiro Encontro Nacional Sobre as Pescas".

Na sequência de uma grande fotografia dos presentes na audiência de abertura, o jornal reproduziu o seguinte trecho da fala do primeiro ministro:

> Não dispomos de minérios e nem de petróleo, dispomos sim de um grande recurso que é o nosso mar e neste quadro temos de dar maior atenção ao setor das pescas. Foi com esse espírito que o Governo criou a Secretaria de Estado das Pescas e o encontro é o reflexo dessa preocupação (Pires, 1985, p. 1).

Já na matéria de Carlos Semedo do dia 9 de fevereiro, lê-se que:

> O Primeiro Ministro afirmou não ter dúvidas de que a pesca é um elemento importante na economia nacional, "sobretudo se fizermos o balanço dos meios que dispõe o nosso país", razão por que "ela carece de tratamento acurado". Prosseguindo, disse que "o encontro é importante, tanto pela data em que se realiza como pelo tema em si.
> Defendeu que através da apreciação da história de Cabo Verde encontraremos as vias para o desenvolvimento das pescas, mas "que é, sobretudo, através da apreciação crítica dos dez anos de independência que devemos lançar as bases para o seu desenvolvimento. Os dez anos de nossa independência oferecem-nos elementos seguros do que deve ser e do que não deve ser feito".
> *O Primeiro Ministro sustentou, por outro lado, que apesar da pesca ser o sector onde Cabo Verde dispõe de maiores recursos, paradoxalmente foi onde se fez menos avanços. "O desenvolvimento não é fácil. Temos grandes experiências sobre a matéria, mas temos dificuldades objectivas a ultrapassar, nomeadamente ao nível das pessoas e como elas concebem o desenvolvimento das pescas e unidades industriais. Há pois que ultrapassar isso, para encontrarmos o caminho do desenvolvimento".*
> Por outro lado, segundo Pedro Pires, o encontro vai servir para mostrar essa necessidade e sensibilizar os quadros e seus intervenientes.
> Sustentou ainda o Primeiro Ministro que existem outros factores a ter em conta. Disse, nomeadamente, que a pesca é uma profissão dura e uma actividade difícil - "ninguém escolhe um sector de actividade profissional se o mesmo não lhe assegurar um futuro digno. Portanto, há necessidade de a pesca dar garantias às pessoas que exercem essa actividade. *Na nossa sociedade, os pescadores estão situados nos degraus mais baixos, juntamente com os agricultores. Se houve mudança nos agricultores há necessidade de haver uma mudança nos pescadores*" (Semedo, 1985a, p. 4, grifos nossos).

Para mim, o trecho mais sensível dessa fala é, sem dúvida, aquele em que o mandatário reconheceu a posição de subalternidade do universo artesanal, identificando-o "nos degraus mais baixos" do conjunto da sociedade.

Mas afinal de contas, o que teria ocorrido até ali para que pescadores e suas comunidades, explorando um pescado de altíssima qualidade e depois de 10 anos de independência, ainda se encontrassem encerrados nessa espécie de paradoxo do desenvolvimento?

Considerando o conjunto da documentação histórica analisada até aqui, fica evidente para mim nessa intervenção, que o discurso do "desenvolvimento", pensado como um "sistema de ideias", já havia realizado a sua tarefa de se tornar a medida por meio da qual a pesca local passou a ser avaliada. Movimento que não ocorreu sem atualizar uma série de hierarquias do passado a partir de novos termos (Anjos; Sant'Ana Júnior; Brustolin; 2016; Escobar, 2007; Sachs, 1996).

Esse é um momento que nos permite especular sobre como a posição de marginalidade social dos pescadores, tão laboriosamente construída ao longo do período colonial, estava sendo relida entre as dinâmicas de conformação da "classe dos pescadores artesanais" e a necessidade de se consolidar os critérios para a exploração do recurso mais valioso do país independente.

Levando em conta os sólidos interesses estrangeiros por esse bem tão valioso, defendo que olhar para o que está ocorrendo em torno do pescado nesse momento seja uma forma eficaz de perceber como o governo independente estava lidando com um passivo colonial importante da história social do arquipélago.

Daí a possibilidade de localizar os pescadores artesanais e o seu pescado, dentro do quadro mais amplo de consolidação do estado independente que se estrutura por meio das disputas de poder em torno de questões de soberania (Das, 2020).

Nesse sentido, essa discussão informa sobre o tipo de relação que os grupos políticos que passaram a controlar o estado independente a partir de 1975 estabeleceram com a base camponesa que, ao fim e ao cabo, foi quem viabilizou a própria existência dessa sociedade, como ela se dá a conhecer no presente (Moyo, 2003; 2005; Moyo; Chambati, 2013).

Logo, esse é terreno fértil de ambiguidades e de tensões políticas, pois estamos diante de lutas classificatórias que foram alimentadas por tudo que implica a consolidação de um estado moderno – com seus movimentos de centralização de poder e de tentativas de edificação de um corpo social homogêneo (Appadurai, 2004), mas tensionada pela retórica política pan africana que propunha a produção de uma realidade social distinta daquela herdada "do tempo dos portugueses" (Cabral, 2011).

É, portanto, pelo fato de esse estado independente ter surgido por meio da luta de pan-africanistas e de socialistas que travaram duras batalhas contra as forças coloniais portuguesas, que considero ser possível identificar algum avanço social chegando nos pescadores artesanais do arquipélago.

Além disso, ao longo da análise dessa documentação, bem como do presente etnográfico, torna-se evidente que os ideais libertários e de revolução social abriram espaço para uma burocracia estatal que se enredou em um pragmatismo político que limitou, de maneira significativa, a redenção política das margens sociais do período colonial.

No caso da pesca, isso implicou a reacomodação de uma fronteira de exploração industrial, fronteira essa que se tornou um recurso essencial para a manutenção do poder de uma classe política que, com o passar dos anos, desviou o projeto nacional em direção a políticas de cunho neoliberal, amplamente incentivadas pelos "parceiros" estrangeiros desse mesmo estado (Anjos, 2003; Anjos; Sant'Ana Júnior; Brustolin, 2016).

Por ora, o que importa reter desses embates é que a manutenção da disputa pelo pescado nos termos do passado aprofundou zonas de conflitos entre essa burocracia estatal e aqueles que conduziam os sistemas locais de apropriação do espaço marítimo cujos atores se consolidaram como um ponto forte de contestação da nova ordem econômica que avançou em direção aos seus territórios.

Se considero o material histórico analisado até aqui e o confronto com a minha experiência junto às comunidades de pescadores do país, eu apostaria que sua organização social mudou muito pouco ao longo das últimas décadas. E onde se costuma ver estagnação, como se faltasse aos pescadores "visão empresarial", prefiro interpretar o cenário em questão como um horizonte de estabilidade que se conformou dessa maneira porque, antes de ser uma mera atividade econômica, a pesca artesanal foi fundada como uma tradição de conhecimento.

Uma cultura marítima originada das respostas formuladas aos desafios de se viver em uma sociedade como a cabo-verdiana e que, por ser uma resposta tão profunda da base da sociedade, conseguiu avançar de maneira tão significativa por todo o tecido social desse arquipélago.

É também a partir desse lugar social que os atores que compõem essa tradição de conhecimento passam a levantar questões relevantes para o corpo burocrático do estado independente (Silva, 2018b). Entre essas, aquela que obriga, diuturnamente, a gestão estatal das pescas a lidar com um quadro de incongruências que se desdobram à medida

que, fazendo eco ao "tempo dos portugueses", faz avançar um projeto de desenvolvimento para as pescas que produz a destruição dos mares do país (Silva, 2018b).

Com base nesse quadro, passei a identificar uma fórmula muito recorrente nos discursos dos pescadores que apontam para o seguinte: o passado é identificado com a pesca com remos, com a fartura de pescado, com o peixe sem valor monetário e com a prevalência de sua troca pelo milho, pelo feijão, pela abóbora, etc. A partir da independência, temos a substituição gradual dos remos pelos motores de popa, o avanço do quadro de escassez, o fim do sistema de trocas com um mundo rural e um aumento considerável do valor do pescado.

Com isso, os pescadores artesanais avançaram algumas posições no quadro da economia de mercado, mas, ao invés de se transformarem em empresários de si mesmos, optaram pela manutenção de seus espaços de liberdade, o que tem garantido, entre outros aspectos relevantes, a insubmissão aos empregados precários destinados àqueles localizados "dos degraus mais baixos da sociedade".

Esse movimento é explicitado mais à frente, especialmente no capítulo sobre Tarrafal, mas gostaria de adiantar que, ao trocar mais avanços dentro da economia de mercado, por mais sossego e tranquilidade, os pescadores produziram uma espécie de pane na gestão estatal das pescas. E, assim procedendo, também passaram a marcar as diferenças entre suas práticas, usos e costumes e os modelos de organização de trabalho que a gestão estatal das pescas insistia em tentar lhes impor.

5.3 Entre a autonomia da base camponesa e pesqueira da sociedade e as prerrogativas do progresso

O jornal *Voz di Povo* reproduziu, na íntegra, a fala do secretário de Estado das Pescas no Encontro Nacional realizado em 1985. Dos pontos que considerei mais relevantes, segue a transcrição:

> O nosso objetivo deve ser, pois, pescar cada vez mais e melhor, sem que isto signifique que só nos podem servir objectivos ambiciosos, na perspectiva de se encontrar rapidamente uma saída para a difícil situação que ainda o país atravessa. [...]
> Como tal e sendo a pesca em Cabo Verde uma actividade de que tem como objectivos maiores contribuir para a auto-suficiência e a segurança alimentares, o seu desenvolvimento deve ser orientado e perfeitamente ajustado a este objectivo, o que significa que o desenvolvimento do sector deve fazer parte integrante dos planos nacionais de desenvolvimento. [...]

> *Antes de mais, uma análise atenta da tecnologia existente leva-nos a concluir sobre a necessidade de se operar uma modernização do sector, sem que isto signifique automática e irremediavelmente, a substituição do velho pelo novo*.
> A modernização deve, como primeira prioridade, atingir o aparelho produtivo, dotando-o de condições e capacidade para uma exploração óptima dos recursos disponíveis na Zona Exclusiva Económica de Cabo Verde. E como um dos vectores da modernização do aparelho produtivo, impõe-se um aproveitamento máximo do potencial representado pela renovação tecnológica dos métodos e sistemas utilizados na industrialização dos produtos da pesca.
> Seja qual for a direcção em que pretendemos inserir o desenvolvimento do sector e sejam quais forem os objectivos a atender, não deixará de se situar como factor decisivo o papel do homem, qualquer que seja a actividade por ele exercida ou a exercer.
> *A longa tradição na pesca, sobretudo por ainda reflectir um marcado apego a métodos tradicionais e, nem mesmo a possibilidade de se realizarem os meios materiais e financeiros requeridos, não se bastam, em si, como vias para a condução do processo de desenvolvimento.*
> Nesta medida, a formação deve ser encarada como o principal pilar do desenvolvimento, desde que assente em programas estabelecidos em função directa de necessidade rigorosamente identificadas e tenha em devida conta as capacidades e qualidades existentes.
> É certo que a política de formação para o sector das pescas deverá ser orientada por forma a que os pescadores, operários das unidades industriais, técnicos, empresários, etc, se capacitem e possam eles encontrar respostas adequadas às questões que impedem do desenvolvimento. Contudo, há que atender à necessidade de se criarem, progressivamente, as condições técnicas que a seu tempo permitirão um salto qualitativo importante, já que só assim, a pesca poderá libertar-se da rotina, seja nos meios que utiliza, seja nos métodos e sistemas que emprega; trata-se, pois, de desenvolver uma capacidade humana capaz de cometer ao sector o papel que, efectivamente, deve desempenhar na vida nacional.
> *Para tanto, importa referir que a formação política e ideológica deve ser uma constante e o centro das preocupações, fazendo com que o pescador seja um seguro depositário dos ideais de construção de uma nova sociedade; se liberte de complexos e passe a ser uma voz activa e um parceiro actuante do desenvolvimento económico e social do país.*
> De facto, independentemente de alguns propósitos quantitativos, volume de capturas, p.e., todo o investimento a realizar no setor deve pautar-se, no essencial, por normas de rentabilidade económica; assim, é impensável que, sem uma base científica minimamente sólida seremos capazes de tomar decisões válidas em matéria de investimentos ou de elaborar planos de gestão e exploração dos recursos haliéuticos consentâneos com a nossa realidade e com os objectivos pretendidos (Lima, 1985, p. 4-5, grifos nossos).

Tendo em conta principalmente os trechos destacados dessa intervenção, creio que estejamos, mais uma vez, diante das linhas de tensão existentes entre as tentativas de redenção da pesca artesanal e as ideias que passaram a amparar a perspectiva de progresso do corpo político cujas fórmulas recordavam as estratégias de gestão do "tempo dos portugueses" explicitadas no capítulo anterior.

No momento da independência, a pesca já era um tema muito relevante para a administração colonial há mais de um século. Como vimos, era algo que deveria ser conduzido a partir da melhor "ciência" disponível, com o claro e límpido objetivo de

maximização da indústria para se obter o melhor aproveitamento possível do pescado (Secca, 1945).

Por todo o longo período em que o pescado passou a ser objeto de interesse da administração colonial, houve forte investimento na "racionalização" dessa exploração, tendo sido o "homem", o principal problema encontrado, já que a matéria-prima sempre estivera ali, em grande abundância, aguardando o espírito de iniciativa de gente capaz de transformar o peixe em progresso.

A considerar o discurso do secretário das Pescas no Encontro Nacional das Pescas, a "ciência" continuou sendo o principal instrumento por meio do qual se tornou possível mover os pescadores da "rotina" e da "tradição", agora em direção ao desenvolvimento.

Outro aspecto importante que sobressai na fala do secretário é a perspectiva de que aquilo que se tinha não era suficiente para o país e para se conseguir o que se desejava, seria preciso importar modelos externos de desenvolvimento e formar, capacitar e dar instrução àqueles que viviam da pesca.

A novidade aqui, ou melhor, o ponto de inflexão desse discurso com o período anterior é a posição do secretário sobre a formação política e ideológica para "que o pescador seja um seguro depositário dos ideais de construção de uma nova sociedade; se liberte de complexos e passe a ser uma voz activa e um parceiro actuante do desenvolvimento económico e social do país" (Lima, 1985, p. 4-5).

Seguindo a movimentação da cena pública provocada pelo Encontro Nacional das Pescas, no dia 16 de fevereiro de 1985(a) o jornal *Voz di Povo* publicou um caderno especial com a cobertura completa do evento. Como na semana anterior, o encontro ganhou a capa do periódico, que, acima do título principal "Pesca: um isco para o desenvolvimento", exibiu a fotografia de pescadores locais que reproduzo a seguir.

Figura 10 – Pescadores artesanais de Cabo Verde manejando uma rede de pesca



Fonte: Jornal *Voz di Povo* (1985a).

Juntamente a uma série de matérias de colunistas do jornal, a edição especial publicou, em uma tímida coluna de canto de página, pequenos depoimentos dos pescadores artesanais que participaram do encontro. Além de serem as falas de pescadores artesanais do arquipélago mais recuadas no tempo que consegui encontrar, e de estarem ausentes do livro que o governo publicou sobre o Encontro (Cabo Verde, 1985), resolvi reproduzi-las porque elas também ratificarem a posição do universo pesqueiro em relação à sociedade mais ampla.

> O Encontro teve para mim uma grande importância. Em Cabo Verde, o pescador foi votado sempre ao abandono, pois até ao momento nunca tínhamos tido a oportunidade de ver nossos problemas a serem tratados a nível nacional. Cremos que o Encontro vai trazer-nos algo de positivo, contribuindo para que nos sintamos conscientes de estar a participar no processo de desenvolvimento do nosso país (Roque Mendes, pescador artesanal da ilha do Maio, em depoimento ao jornal Voz di Povo de 16 de fevereiro de 1985a, p. 4).

> A realização do I Encontro Nacional das Pescas foi uma grande prova de interesse, não só por parte do Governo e organismos ligados às pescas, como parte de todos nós, pescadores de Palmeira. O Encontro permitiu o esclarecimento da nossa situação. E bem precisávamos, pois somos a camada mais necessitada (António dos Santos, pescador artesanal da ilha do Sal, em depoimento ao jornal Voz di Povo de 16 de fevereiro de 1985a, p. 4).

> Durante os 28 anos dedicados à pesca, nunca tinha tido a oportunidade de tomar parte num encontro tão grande. Isso foi bastante importante, porque permitiu que cada pescador apresentasse os seus problemas. Acho que agora as coisas vão passar do papel à prática. Reunir 86 pessoas, muitas das quais se deslocaram de várias ilhas e regiões acarreta despesa. Isso justifica que se passe ao plano das realizações, caso contrário ter-se-á gasto tempo e dinheiro em vão (Feliciano Semedo, pescador artesanal da Cidade Velha, ilha de Santiago, em depoimento ao jornal Voz di Povo de 16 de fevereiro de 1985a, p. 4).

Levando em consideração a permanência dos pescadores artesanais nos "degraus mais baixos da sociedade", vale avançar na tentativa de perceber qual a estratégia escolhida pela gestão estatal das pescas para lidar com uma questão histórica de alta complexidade.

Após serem classificados dentro de um "subsetor" da economia de mercado, os atores da pesca artesanal passaram a ser cobrados como sujeitos que deveriam colaborar para a consolidação do projeto de nação, o que significava dizer que deveriam receber formação adequada e ter uma posição política/ideológica afinada com a nova conjuntura política.

Todavia, ao tentar moldar as comunidades artesanais de pesca do arquipélago à sua imagem e semelhança, a burocracia estatal passou a lidar com as mesmas resistências que as fábricas de conserva encontraram pelo caminho[71]. O que acabou por levar esse corpo de burocratas a acionarem os "tropos narrativos" consolidados no período colonial sobre os pescadores, como forma de justificar o avanço de políticas de desenvolvimento que tiveram um papel central na estabilização dos pescadores artesanais enquanto "classe" e, mais precisamente, como uma categoria estatal a ser gerida (Das, 2020; Souza Lima, 2002).

Como reflexo desse recrudescimento institucional, retoma-se a leitura social da pesca artesanal por meio de uma régua econômica, o que, mais uma vez, esterilizou sua dimensão histórica e cultural, sua profunda ligação com o universo camponês das ilhas e, fundamentalmente, sua atuação como uma expressão de base popular e contra-hegemônica de apropriação industrial do rico pescado das ilhas (Oliveira Filho, 1979; Santos, 2009).

A falta de diferenciação qualificada da atividade artesanal pesqueira – por exemplo, um tratamento apropriado das suas particularidades ecológicas – e sua inserção nas malhas da burocracia estatal como um "subsetor" homólogo à atividade industrial acabou fazendo prevalecer sobre ambas a mesma prerrogativa de desenvolvimento que passa a funcionar como uma espécie de princípio organizador de sua gestão (Sachs, 1996), o que refletiu os resultados obtidos no encontro.

> A modernização do sector das pescas foi praticamente o ponto forte do Encontro. Com efeito, foi reconhecido que sem ela não é possível a rentabilidade desejada. O primeiro-ministro Pedro Pires, no discurso da

[71] Observamos um exemplo notável desse tipo de situação no capítulo seguinte.

> abertura, reconheceu esse facto e prometeu políticas que visem o seu desenvolvimento (Voz di Povo, 1985, p. 1).

Sob o título de "Pescas: Memória do Primeiro Encontro", o jornal apresentou um compilado das principais demandas dos pescadores artesanais presentes no seminário: facilitação de acesso e controle dos preços de insumos para as pescas, de materiais para construção e manutenção dos botes, de peças e acessórios para os motores, bem como o acesso a materiais para conservação e meios eficazes de escoamento do pescado. A questão do acesso à assistência previdenciária também foi um ponto levantado pelos pescadores (Semedo, 1985b, p. 2).

Além disso, surgiu a questão da facilitação de acesso ao crédito, a necessidade de apoio ao associativismo e ao cooperativismo, da criação de uma política para valorização dos preços, de fiscalização do espaço marítimo e também:

> No que diz respeito à empresa de pesca industrial, as comunidades apresentaram diversos problemas com que se debate o sector, nomeadamente a problemática da isca que cria determinadas situações de concorrência e de conflito entre os pescadores artesanais e operadores de barcos nacionais e estrangeiros da pesca industrial (Semedo, 1985b, p. 2).

Para aqueles que se habituaram ao contato com os pescadores artesanais de Cabo Verde no presente, quando se lê essas demandas formuladas há quase 40 anos, fica-se com uma forte impressão de que o tempo simplesmente parou para esses atores no que diz respeito à sua relação com o estado.

Se, de um lado, os pescadores desenvolveram suas próprias estratégias para lidar com algumas dessas questões; por outro, o conflito com a pesca industrial nacional e estrangeira apenas se agravou, tornando-se algo com contornos sérios de ameaça à existência dessas comunidades.

De maneira inédita, a matéria também trouxe dados estatísticos sobre o fenômeno artesanal pesqueiro na altura do "Encontro", dimensão essa que é uma boa medida do grau de penetração da atividade no tecido social das ilhas, o que esvazia e desqualifica a maioria das teorias, visões e perspectivas sobre a pesca local formuladas no "tempo dos portugueses".

> A pesca artesanal corresponde em Cabo Verde à pesca tradicional, que utiliza pequenos botes e algumas práticas e métodos de pesca seculares.
> Ela ocupa à volta de quatro mil pescadores que, incluindo os familiares dos mesmos, totalizam mais de 8 por cento da população residente distribuída por mais de setenta comunidades de pescadores artesanais, em sua maioria aldeias

> de pequenas dimensões, implantadas quase sempre face ao mar, o que contribui para o seu isolamento, ao mesmo tempo que encarece e dificulta o acesso aos serviços e infraestruturas (Semedo, 1985b, p. 2).

Tão notável quanto a obra de derrubada do regime colonial, a força das margens dotou o país de uma poderosa rede de pesca artesanal que se desenvolveu a partir de métodos sustentáveis e eficazes de captura do pescado e que, instada a contribuir de maneira mais eficaz com a nação, requeria uma inclusão mais efetiva na esfera dos direitos sociais inaugurada pela independência.

Da matéria de Semedo (1985b), conclui-se ainda que, apesar do Banco de Cabo Verde ter passado a financiar a atividade pesqueira desde 1976, portanto, no ano seguinte à independência, esse apoio foi canalizado, basicamente, para a atividade industrial. Com isso, os recursos do Banco fortaleceram a estruturação de uma terceira frente de exploração do pescado no arquipélago, à medida que ajudaram a criar uma frota nacional de pesca industrial[72].

> A fraca atuação do Banco de Cabo Verde no sub-sector da pesca artesanal explica-se (segundo o documento do BCV) pela existência, entre outros, de três factores limitativos: a fragilidade das garantias, não disponibilidade de auto-financiamento, aleatoriedade das receitas em relação aos pagamentos a prazos fixos das prestações de capital e juros (Semedo, 1985b, p. 3).

As duas instituições criadas pelo estado independente que melhor simbolizam o aprofundamento da burocratização na gestão das pescas em Cabo Verde são a Secretaria de Estados das Pescas (criada em 1982) e a empresa pública Scapa (criada em 1977), chefiadas na altura do encontro, respectivamente, por Miguel Lima e Arcília Barreto.

O caderno especial de cobertura do evento trouxe entrevistas com essas duas figuras centrais da gestão estatal das pescas e sobre o funcionamento da empresa pública criada para dar apoio à atividade artesanal, Arcília Barreto levantou pontos relevantes para esse trabalho.

---

[72] Da mesma forma que o tímido processo de redistribuição de terras para setores médios do Zimbábue ocorrido nos anos posteriores à independência não foi suficiente para mudar a estrutura agrária fundada pelo regime colonial – o que levou a um amplo programa de reforma agrária ocorrido no final da década de 1990 (Moyo; Chambati, 2013) –, o financiamento de uma frota de pesca industrial nacional em Cabo Verde no pós-independência. Apesar de ter sido capaz de criar uma rede de pesca interna que, atualmente, contava com 127 embarcações de médio porte (Fisheries Transparency Initiative, 2024), essa iniciativa ficou longe de romper com aquilo que se estruturou no período colonial, ou seja, com o fluxo contínuo de pescado das ilhas para o estrangeiro. Na conclusão desta tese, exploro melhor esse paralelo e, principalmente, o fato desses dois países africanos terem tomado caminhos sociais e políticos tão distintos no pós-independência.

Ao ser instada a dar explicações sobre as duras críticas feitas pelos pescadores artesanais à empresa, a diretora reconheceu falhas no funcionamento da instituição que precisou passar por um processo de reestruturação, principalmente no tocante aos seus procedimentos de distribuição de insumos para as comunidades pesqueiras, mas também disparou contra seus críticos:

> Se quisermos chamar à responsabilidade os participantes, podemos também criticar os pescadores. No balanço de 1983, a fim de pôr termo a situações irregulares, tivemos que insistir junto dos pescadores a ver se pagavam o material de pesca. E uma vez que isso não surtiu efeito, tivemos que pegar nas suas dívidas à SCAPA e coloca-lás no défice da empresa que se representou um prejuízo de cerca de 4.000 contos.
> Ora, se você oferece dinheiro, depois como é que vai ter dinheiro para comprar? Não quero minimizar a responsabilidade das pessoas da própria SCAPA, mas também não vamos transformar os pescadores em coitadinhos; eles têm a sua parte de culpa na forma como a SCAPA acabou por ficar. Quando eles dizem que a SCAPA começou bem mas que depois pouco ou nada fez, esquecem-se que o dinheiro não cai do céu, que ele tem de vir de algum sítio, pois não temos nenhum saco sem fundo onde possamos ir buscar dinheiro (Barreto, 1985, p. 4).

A questão da inadequação dos pescadores artesanais ao sistema bancário e sua relação, no mínimo, problemática, com as instituições estatais, são realidades que ainda hoje podem ser amplamente observadas no cotidiano das pescas artesanais do arquipélago.

Aqui, ao invés de responsabilizar os pescadores artesanais por esse "descompasso", estou, deliberadamente, buscando tratar essas situações a partir de outro ângulo. Não necessariamente pela via de transformar os pescadores artesanais em "coitadinhos", mas pensando suas práticas como organizadas por princípios que compõem uma cultura marítima que transcende, em muito, aspectos meramente econômicos da atividade.

Essa abordagem distinta da convencional é necessária pois, assim como o fenômeno local da pesca não parecia se encaixar nas projeções de futuro da administração colonial, ela também escapou das projeções de futuro que surgiram alimentadas pelo *desenvolvimento* como um sistema de ideias (Anjos; Sant'Ana Júnior; Brustolin, 2016; Escobar, 2007; Sachs, 1996).

E, ao menos no domínio das pescas, o resultado social e político dessas operações é que aquilo que o estado prometeu entregar como um país novo, começou a se distanciar dos anseios daqueles que constituíram suas práticas e saberes à revelia da ditadura

colonial e que passaram a ser confrontados com os efeitos de expansão de uma fronteira que, para continuar a existir, precisaria, de maneira violenta e reiterada, deslegitimá-los.

Essa forma de pensar o universo artesanal pesqueiro tem me conduzido à observação atenta dessas zonas de "descompasso", pois, entre outros aspectos, a relação entre o estado independente e as comunidades pesqueiras passa a ser pautada por uma atualização constante de sua suposta falta de capacidade em assimilar o "novo", o "moderno".

Uma oposição que se configura sob bases culturais hegemônicas e que, de forma cada vez mais transparente, busca posicionar as comunidades de pesca artesanal em ilhas de tradição, como forma de, mais uma vez, negligenciar seu lugar na história, interrompendo o florescimento de processos políticos capazes de lhes garantir direitos plenos sobre suas práticas, saberes e territórios de atuação.

> Como notou Fields (1985), raramente se atribuem motivos propriamente políticos a esses tipos "milenares"; eles são raramente considerados responsáveis pelo tipo de ação, racional e orientada a fins, em que a história supostamente consiste. Em um evento, o olhar ocidental freqüentemente desconsidera semelhanças importantes nos modos como as sociedades são feitas e refeitas em toda parte (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010, p. 6).

A defesa reiterada desse tipo de postura em relação à pesca artesanal passou, portanto, a refletir o amadurecimento de uma gestão burocrática que se "ocidentalizou" e que se especializou em produzir espaços e procedimentos institucionais conduzidos por "especialistas" que submetem os atores locais da atividade ao rigor "científico", porque o que estava em jogo é o destino da maior "riqueza" disponível no país (Escobar, 2007; Sachs, 1996; Pereira, 2021; Silva, 2018).

A pergunta que passo a me fazer ao longo dessa trajetória de pesquisa é qual a relação desse momento social e político com o processo de essencialização dos "tropos narrativos" produzidos no período das fábricas de conserva (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010; Das, 2022). Isso porque a ênfase em um modelo de exploração industrial do mar voltaria a se dar, necessariamente, por meio dde uma sobreposição, de uma oposição e de uma desqualificação do universo artesanal pesqueiro do país.

Em última análise, acredito que o "descompasso" entre os pescadores e o estado passou a sinalizar uma fissura importante do projeto nacional de independência, mas também da ideia de uma sociedade homogênea. Com o "descompasso" aumentando,

levantavam-se as vozes da base social dos descontentes, questionando a elite política e burocrática do país.

O surgimento da nação, a produção de uma burocracia estatal, a forte presença das cooperações internacionais na condução desse estado, a abertura econômica do arquipélago ao investimento privado e, principalmente, às atividades do turismo de luxo. Todas essas questões atravessaram o pós-independência e passaram a dar resultados práticos que necessitaram de uma assimilação por parte da sociedade. Daí, nasceram as grandes questões da contemporaneidade cabo-verdiana (Anjos; Sant'Ana Júnior; Brustolin, 2016).

Em linhas muitos gerais, o discurso oficial do estado-nação foi o da modernização do país. Uma modernização de base científica, primeiramente amparada em uma economia planificada e após o início da década de 1990, conduzida por meio de uma economia liberalizada (Anjos; Sant'Ana Júnior; Brustolin, 2016).

Mas, afinal de contas, como gerir os descontentes? Como conduzir as críticas e as fissuras desse projeto? Infelizmente, o legado colonial e autoritário, refletido na sociedade hierarquizada herdada dos portugueses, parece jogar papel importante nessas equações.

No mês de setembro de 2023, organizei, juntamente a duas pesquisadoras brasileiras que também se dedicam ao estudo do universo pesqueiro em Cabo Verde, uma mesa redonda no âmbito do IV Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa realizado na Universidade de Cabo Verde.

Com o tema "Reinventando a democracia num mundo de inseguranças", a direção do Congresso incentivou a participação de lideranças comunitárias. Convidamos um pescador artesanal de Tarrafal de Santiago para tomar lugar na mesa conosco. O convite foi aceito, fizemos a proposta da mesa incluindo o seu nome e, dias antes da apresentação da mesa esse pescador, procurou-me.

Alegando medo de retaliações, algo que ele e tantos outros já me reportaram como sendo algo muito comum de acontecer aos críticos do estado, nosso interlocutor declinou de participar de uma discussão que tratou centralmente dos conflitos sociais envolvendo a pesca artesanal no arquipélago.

5.4 Acertando as contas com o "descompasso": Fragmentos para uma justa compreensão do presente das pescas

Do "Encontro Nacional das Pescas", saiu a proposta de definir o dia 5 de fevereiro como o "dia nacional do pescador", "como forma de simbolizar o valor que a sociedade cabo-verdiana atribui à acção profissional do pescador e à importância da pesca na vida nacional" (Semedo, 1985b, p. 3). A proposta foi efetivada e inserida no calendário oficial do estado.

Para além da definição dessa data, o evento produziu um livro de 500 páginas (Cabo Verde, 1985), com as intervenções de todos os palestrantes, mas excluindo as participações dos pescadores artesanais presentes. Da perspectiva que estou analisando o fenômeno pesqueiro no arquipélago, o formato dessa publicação, e consequentemente do próprio encontro, refletem o retrato de uma obra acabada: a consolidação de um quadro de hegemonia de técnicos e da exclusão dos pescadores, dos processos decisórios que, em última instância, definem o destino do pescado do arquipélago (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010, p. 35-36).

Por isso, considero que os ganhos simbólicos obtidos pelos pescadores artesanais a partir desse evento e até o presente devem ser compreendidos como decorrentes de medidas de compensação diante da decisão política de excluí-los dos processos decisórios mais ampliados.

Nesse sentido, são ações que surgiram da necessidade de gerir as tensões sociais advindas da definição da esfera estatal como um *locus* exclusivo de administração do pescado das ilhas e da opção política e econômica dessa gestão estatal de fazer avançar uma fronteira de exploração industrial que produziria um cenário de catástrofes para a base camponesa dessa sociedade (Escobar, 2007; Sachs, 1996).

Outra questão importante advinda da consolidação do corpo de especialistas é que se partiu de uma situação de relativa autonomia dos pescadores em relação à administração colonial – já que, nesse período, a pesca local era tida como imprestável e, ao que me consta, não foi objeto de qualquer plano de intervenção estruturado – para um cenário de tentativas sistematizadas de adequação da pesca "tradicional" ao "novo" momento social e político do país. O que se desdobra em intervenções sistemáticas nos territórios pesqueiros que mais serviram à afirmação da soberania do estado, do que a qualquer plano consistente de integrá-los nos projetos de desenvolvimento do país.

Conscientes do que ocorreu em suas áreas de pesca, não me parece ser por outro motivo que, passados quase 40 anos do Encontro Nacional, que quando se está em uma comunidade de pesca artesanal de Cabo Verde, o que se vê nos dias de hoje são pescadores de linha de mão atuando em botes de boca aberta, que, afora os motores, quase não modificaram seus métodos e suas fórmulas de pescar.

O que me parece não querer dizer que a pesca local tenha uma tendência ao atraso, tese que é fartamente defendida no arquipélago, mas, sim, que as práticas populares de apropriação do espaço marítimo atravessaram as décadas e ainda são avaliadas localmente como os métodos mais eficazes e eficientes de apropriação do pescado das ilhas.

Uma outra dimensão dessa mesma questão é o apreço que os mestres da pesca artesanal desenvolvem pela autonomia que soluções locais garatem no enfrentamento de problemas cotidianos. Isso porque diante de um quadro político tão precário, parecem estar bastante conscientes dos riscos de incorporar "inovações" que aumentem sua dependência das instituições estatais.

A dimensão do "improviso" das técnicas locais já fora demonstrada por meio do relato do capitão Georges Roberts sobre a pesca no arquipélago ainda no século XVII, mas o tema retorna em uma interessante intervenção feita no Encontro Nacional por António Rocha, director do Projecto de Apoio à Pesca Artesanal de Santo Antão (Papasa).

> A carência de isco fresco é um problema crónico para as comunidades de pescadores na ilha de Santo Antão, que têm vindo a praticar, quase exclusivamente, a pesca à linha.
> Dadas as características da sua costa alcantilada, onde só raramente existem pequenas praias de areia em que, esporadicamente, é possível a captura de pequenas espécies, utilizando rudimentares redes de praia, a captura de peixes destinados a isco com o emprego de explosivos, processo condenável e que, embora todos os inconvenientes para a preservação e manutenção local das espécies e perigoso para os pescadores, consiste essencialmente no aproveitamento de cartuchos de dinamite usados nas pedreiras, aos quais, depois de cortados a meio, é aplicado um rastilho de comprimento adequado e atada uma pedra para sua submersão.
> *Doutro modo, os pescadores, demonstrando grande inventividade e capacidade de improvisação, conseguem pescar, laboriosamente, cavalas, peixes-voadores, etc., utilizando nos anzóis pequenas tiras de plástico transparente, penas de galinha e até pequenos pedaços do papel estanhado vulgarmente usado nos maços de cigarros, mantendo o anzol em constante movimento de vaivém. E assim, pacientemente e consumindo neste labor um tempo precioso que deveria ser disponível para a pesca de fundo, vão conseguindo algum do isco necessário à sua actividade.*
> Esta situação só é alterada quando, episodicamente, aparece no local qualquer barco doutro centro a vender cavalas pescadas com rede de cerco.
> Entretanto, o PAPASA, enquanto não pôde resolver de modo definitivo tão importante problema, tentou, e conseguiu, em parte, que os pescadores de

> Ponta do Sol e Sinagoga (especialmente estes últimos) utilizassem como isco cavalas frescas ou congeladas, a partir de S. Vicente, e acondicionadas devidamente em arcas isotérmicas, transportadas do ferry-boat até Porto Novo e daí em carrinha até aos locais de destino. O isco assim fornecido, não obstante significar um grande esforço do PAPASA em minorar o problema, segundo a opinião dos pescadores, apenas constituiu uma alternativa de remedelo, já que o isco fresco aumenta sensivelmente as possibilidades de capturas (Rocha, 1985, p. 217-218, grifo nosso).

Assim, cabe notar que, sobre a mesma ilha para onde se tentou criar a primeira companhia de pesca a partir de um regime militar ainda na década de 30 do século XIX, mais de 150 anos depois, é possível constatar, por meio dessa intervenção no encontro, o predomínio do sistema local e artesanal de capturas.

Outra intervenção das mais significativas ocorridas no evento foi feita por Maria Helena Santa Rita Vieira, bióloga e "Directora da Biologia Marítima". Trata-se de uma fala em que a diretora apresentou uma linha do tempo com todas as expedições científicas ocorridas nos mares do arquipélago que começaram a ocorrer justamente a partir da década de 30 do século XIX, período que identifico como o início das iniciativas portuguesas em direção ao pescado das ilhas.

Expedições inglesas, portuguesas, norueguesas, alemãs, espanholas, soviéticas, francesas e, mais tarde, com o país independente, missões cabo-verdianas realizaram complexas investigações pelos mares das ilhas, invariavelmente voltadas para o levantamento do potencial de pesca do arquipélago (Vieira, 1985, p. 143-149).

Como detalha Vieira (1985), esses são estudos que foram criando parâmetros uns para os outros e que, ao serem somados, na época do encontro, passaram a ser considerados como peças-chave para a condução burocrática da gestão estatal dos recursos marinhos.

Isso porque aumentou-se a necessidade de "racionalização" dessa exploração, em face das descobertas científicas sobre a dimensão finita dos recursos do mar, condição que, para a autora, impunha, de maneira ainda mais sensível, o trabalho de um corpo técnico especializado.

> Ainda há pouco tempo os cientistas, em matéria de exploração biológica dos oceanos, diziam que os recursos vivos do mar eram inesgotáveis.
> As ideias são hoje bem diferentes.
> De facto, podemos verificar que, a engenhos de pesca muito rudimentares e, por consequência, a capturas reduzidas, se foram sucedendo outros mais eficazes, construíram-se barcos de pesca mais sofisticados e com maior capacidade de pesca, permitindo assim capturas mais importantes que, nalguns casos, conduziram ao esgotamento de certas espécies. Lembremos, por exemplo, o caso das baleias.

> Somente no século passado os cientistas se aperceberam que o capital biológico dos oceanos não é infinito.
> A ecologia, ciência que estuda as relações do indivíduo com o meio, tornou-se a base de toda a exploração das riquezas naturais.
> O problema de hoje é de saber quais são as possibilidades oferecidas pelos oceanos à população do Globo, saber sob que formas e em que limites os recursos marinhos podem ser explorados. Isto é o papel essencial da investigação oceanográfica aplicada às pescas. Tem por objectivo definir uma estratégia de exploração racional dos oceanos. Pretende-se, pois, que os stocks das diferentes espécies sejam explorados de modo a que o homem obtenha, de uma forma continua, um rendimento óptimo.
> Uma exploração racional pressupõe, assim, a avaliação dos recursos e o cálculo das potencialidades de pesca.
> Trata-se de tarefas difíceis, dispendiosas, que exigem continuidade e pessoal técnico preparado (Vieira, 1985, p. 141).

Considerar o contexto em questão – essa fala fora proferida diante de uma plateia repleta de pescadores artesanais cujo principal legado para essa sociedade são métodos sustentáveis de exploração do oceano –, talvez seja um exercício de reflexão importante sobre o quanto era somente um certo tipo de ciência que estava sendo mobilizada para tratar da pesca no arquipélago.

Com isso, produzia-se uma dimensão paradoxal na qual os métodos locais, pensados como rudimentares, apesar de produzirem a possibilidade de uma pesca contínua em função de não serem capazes de gerar o colapso dos sistemas ecológicos que exploram, eram contrapostos a modelos mais "eficazes" e "sofisticados", que, por outro lado, são justamente aqueles que levam à extinção das espécies marinhas (Acheson, 1981; Maldonado, 1986; Diegues, 2004; Dupuy, 1980; Sachs, 1996).

Como mostra Litlle (2006), o paradigma ecológico possui múltiplas ramificações que começaram a se constituir ainda na década de 1930, mas que parecem estar completamente ausentes da documentação sobre a pesca que estamos analisando. Daí se percebe que, quando a diretora dá ênfase no papel da ciência como aliada de primeira ordem no processo de gestão dos recursos pesqueiros, não podemos considerar que ela estivesse falando de toda a ciência, mas de uma ciência "natural", institucional/estatal, blindada de zonas de tensão que poderiam lançar sérios questionamentos em relação seus paradigmas mais sólidos.

Se esse tipo de ancoragem institucional/científica da questão da pesca no arquipélago era ruim para a ciência como um todo, pois claramente a empobrece, ela acaba por vir a calhar em um cenário no qual se passou a ignorar, de forma solene, a condução ecológica e local do pescado.

Ao fim, essa é uma situação que isola ainda mais os coletivos de pesca, mas que é coerente com uma gestão das pescas que está escolhendo o modelo de extração industrial do pescado dos mares do país, como sua estratégia mais relevante. Daí a possibilidade de relacionar esse contexto de institucionalização/ racionalização da gestão das pescas com a perspectiva teórica desenvolvida por Sam Moyo (2003).

Daqui, portanto, lanço mão, mais uma vez, das perguntas que me inquietam. Até que ponto, afinal de contas, a institucionalização da gestão da pesca no pós-independência, nos termos daquilo que Max Weber (1999) compreendeu como as dimensões do poder burocrático, contribuiu, primeiro, para a consolidação de um quadro de hegemonia em torno da gestão do pescado? E até que ponto essa institucionalização ajudou a definir a "classe dos pescadores artesanais", na encruzilhada de disputas locais e globais pelo pescado dessas ilhas?

Qual o lugar, portanto, dos sistemas locais de conhecimento nessa nova fase de gestão daquilo que fora considerado pelo primeiro ministro na abertura do evento, como uma espécie de diamante cabo-verdiano?

Pensar a história da indústria pesqueira nessas ilhas como algo que se sobrepôs à pesca local, abandonando a perspectiva evolucionista sobre essas historicidades tão distintas, talvez seja o início do caminho para se começar a responder de maneira adequada a essas perguntas.

Esse também é o caminho para que estejamos melhor preparados para abandonarmos a ingenuidade nas análises da relação do estado com essa imensa e poderosa rede de pesca artesanal do arquipélago. E, assim procedendo, talvez seja possível conferir a esses sujeitos ainda tidos como "milenares" um lugar mais adequado no quadro mais amplo de uma disputa econômica de grandes proporções (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010, p. 6).

5.5 A base popular e camponesa/ pesqueira de Cabo Verde como protagonista da História

Ao final de 1985, o número 508 do jornal *Voz di Povo* me surpreendeu com uma matéria assinada por Luís Tavares que informou sobre um segundo evento ocorrido na cidade da Praia naquele ano e que, daquela vez, teve a pesca artesanal como tema central de suas discussões.

Contando com uma cobertura jornalística muito menor do que o primeiro, o seminário realizado na capital objetivou discutir os temas abordados na Conferência Pan-Africana de Pesca Artesanal que, segundo a matéria, fora realizado na cidade da Praia entre os dias 25 a 29 de novembro 1985 (Tavares, 1985, p. 12). Há uma certa confusão no texto da matéria que não deixa saber, com precisão, se o seminário ocorreu no âmbito da citada conferência ou se se tratou de algo à parte, de um encontro avaliativo ou de balanço do evento principal.

Não deixa de ser um dado relevante, a constatação de certo grau de negligência na cobertura desse segundo evento, pois, apesar de relativamente extensa, a matéria não detalhou sobre a sua organização. De todo modo, estamos falando de um evento de bandeira pan-africana voltado, exclusivamente, para a discussão da pesca artesanal.

Quando avaliei essa conferência, com base naquilo que li na matéria do *Voz di Povo*, foi relativamente fácil perceber que ter a pesca artesanal como centro dos debates produziu uma diferença significativa no conteúdo das discussões, principalmente quando as comparei com aquelas do encontro nacional realizado no início daquele mesmo ano.

Com a presença de pescadores artesanais de outros países do continente, os técnicos do governo "especializados no domínio da organização" teriam buscado, na conferência, localizar modelos mais adequados para a organização dos pescadores artesanais do arquipélago.

Tanto nessa seara, como na forma como se abordou a atividade industrial, em face às pescas artesanais do continente africano, discutiu-se questões que apontavam para uma lógica de sobreposições e de conflitos e de diferenciação mais qualificada entre as atividades, que foi amplamente evitada no âmbito do encontro nacional.

Ao delimitar com mais precisão essas diferenças, debateu-se abertamente o rastro de destruição deixado pela expansão da indústria pesqueira, a necessidade de se criar áreas exclusivas para a pesca artesanal, o problema da importação de modelos "ocidentais" para a organização dos pescadores, a perene dificuldade dos pescadores para obtenção de créditos bancários, bem como o problema da imobilização da mão de obra artesanal para as atividades da pesca industrial (Tavares, 1985, p. 12).

Todos esses são temas que continuam muito atuais para os atores sociais da pesca artesanal do arquipélago, mas que também, é preciso notar, eram questões que possuíam elevada correspondência com o que já se encontrava consolidado pela Antropologia da Pesca naquela altura (Acheson, 1981; Diegues, 1983; Maldonado, 1986).

Reportando sobre o evento, o jornalista do *Voz di Povo* descreveu que:

> A forte concorrência do sistema de pesca industrial, tendo como consequência a destruição de aparelhos de pesca dos pescadores menos avançados, bem como o turismo e a poluição dos mares pelos produtos químicos que constituem graves perigos para a pesca artesanal levou à conclusão de que é necessário a vigilância permanente das costas de cada país a nível interno e a regulamentação do tipo de rede e de malha na pesca artesanal. *Isto porque a pesca industrial, ao utilizar a rede de malha mais fina, acaba por arrecadar uma maior quantidade de peixe, e, dado que é seletiva, deita ao mar o que não presta. Isso constitui um perigo para a pesca artesanal, visto que atrai os peixes mais finos que andam à procura de alimento. Daí a necessidade de uma zona reservada à pesca artesanal*. [...]
> Os participantes tiveram a oportunidade de verificar que há uma diversidade de sistemas de organização. Embora haja cooperativas organizadas sem intervenção do Estado, exemplo da Associação dos Pescadores das Ilhas Maurícias, na maioria dos casos há uma grande intervenção estatal nas cooperativas, o que tem originado vários conflitos entre funcionários e pescadores. Por outro lado, constatou-se que a importação de modelos ocidentais tem provocado fracasso no cooperativismo em África. Isso leva o pescador a não dominar o funcionamento da sua cooperativa [...]
> Por outro lado, é necessário dar mais atenção às formas tradicionais de organização existentes a fim de reforçar o sistema de cooperação entre os pescadores (Tavares, 1985, p. 12, grifo nosso).

Dessas questões, é possível pressupor uma grande zona de conflito entre uma ampla e consolidada tradição de pesca artesanal da região e os desdobramentos dos processos de modernização que se desenrolaram com a consolidação dos estados nacionais em África e a captura dessas estruturas por políticas de desenvolvimento (Escobar, 2007; Sachs, 1996).

> A luta pela afirmação do Estado-nação foi igualmente uma luta desesperada pela modernidade em África. Situada na periferia do mundo e negada que lhe havia sido a História, a África ascende à modernidade política, na maior parte dos casos, com a independência nacional de cada um dos países que a integram, constituindo este processo um reencontro com a História. [...]
> Mas a independência foi também a caixa de Pandora dos estados africanos, a sua esperança e perdição no complexo labirinto do desenvolvimento (Lopes, 2012, p. 93).

Diante dos enormes desafios que a sociedade cabo-verdiana precisou enfrentar após a independência e diante do peso das cooperações internacionais na constituição da gestão estatal das pescas, não chega a surpreender que a exploração industrial do espaço marinho das ilhas tenha prevalecido sobre uma pauta de reconhecimento de direitos mais amplos às mais de 70 comunidades artesanais pesqueiras do país àquela altura (Barroso; Nicaise, 2014; Lopes, 2012; Semedo, 1985, p. 2).

Ocorre que diferentemente do período colonial, a independência nacional inaugurou a possibilidade de fala do sujeito subalternizado. Mas e quando esse sujeito

subalternizado se encontra na encruzilhada entre o "antigo" e o "moderno" preconizado pelo próprio estado que viabilizou a sua inserção na cena pública do país?

Em 1988, o jornal *Tribuna* publicou uma longa reportagem sobre a situação dos pescadores da Gamboa, na cidade da Praia. Divulgada três anos após o Encontro Nacional das Pescas, considero essa peça jornalística um relato sensível. Ela apresenta a situação dos pescadores e peixeiras no principal ponto de desembarque da pesca artesanal da capital do país, já que naquela altura não havia o cais da cidade da Praia que fora construído anos mais tarde bem próximo da Gamboa e com recursos doados pelo Japão.

Vale lembrar que essa é a mesma praia sobre a qual falei no Capítulo I e que, no presente, foi sensivelmente transformada na esteira das obras do Cassino do empresário chinês David Shown. Tal transformação aponta para a ocupação de áreas tradicionais de pescadores por empreendimentos turísticos como uma tendência, e Tarrafal de Santiago não é a exceção a essa regra.

Figura 11 – Praia da Gamboa no presente



Fonte: Foto do autor.

Após a plantação de coqueiros em uma das metades da praia e da construção de uma quadra com arquibancadas na outra, intervenções que se seguiram às obras do Cassino do empresário chinês cujo prédio principal aparece em destaque ao fundo, no presente restaram aos botes de pesca artesanal a estreita faixa de areia rente à água que aparece no centro da imagem.

Ao final da década de 1980, quando da reportagem do *Tribuna*, além de ser uma área de concentração dos botes dos pescadores artesanais da capital, ainda havia nas imediações dessa praia uma fábrica de conservas de atum remanescente do período colonial, cujos barcos, conhecidos como traineiras, também se utilizavam da praia para desembarque de pescado. Esse era, portanto, um território pesqueiro intensamente

ocupado, com tudo que essa ocupação implicava no contexto de Cabo Verde (Silva, 2018).

Como uma típica praia de pescadores artesanais do arquipélago, havia ali um movimento intenso de clientes em torno das peixeiras, uma longa fila de botes de pesca, pescadores no vai e vem das águas, crianças que eram trazidas para beira mar para estarem mais próximas de seus pais.

A matéria do *Tribuna* se iniciou com uma pergunta interessante que avalio como bastante atual para os dias de hoje: "Que sabe o praiense a respeito do peixe que come e dos pequenos e grandes problemas dos pescadores e das vendedoras a quem compra o atum e o chicharro que fazem parte da sua alimentação habitual?" (Silva, 1988, p. 12).

Figura 12 – Fotografia da praia da Gamboa veiculada na matéria do jornal *Tribuna*



Fonte: Jornal *Tribuna* (1988).

> O areal da Gamboa é amplo, a situação esplêndida, a paisagem muito bela. *Mas é praia de pescador e não de turismo*. É quase meio quilômetro entre a antiga cavalariça de São Januário – o nome recorda o visconde que a mandou construir, antigo governador da Província, na época colonial – e o Seminário de São José.
> A Gamboa a certas horas é o local onde afluem as peixeiras da capital. Vão esperar os barcos e enquanto eles não chegam falam com animação do seu dia a dia, enquanto as crianças, filhos, sobrinhos, até netos, brincam em volta, no areal.
> Três botes entram no porto natural. O mar está tranquilo, com as ondas a desfazerem-se suavemente no areal.
> Cessam as conversas. As peixeiras deixam as frases no meio, apanham as suas latas e alguidares e correm para a beira-mar.
> Os botes aproximam-se. Lançam a corda para terra e elas com as crianças a ajudar e um outro homem puxam até a embarcação ficar fora do alcance das ondas.
> Gera-se confusão. Há gritos, algazarra, palavras de boas vindas. O regresso dos pescadores é sempre saudado com alegria. Nunca se sabe o que pode acontecer no mar e a solidariedade renova-se a cada dia, quando voltam os homens que saíram com a Lua e regressam sob o sol escaldante do começo da tarde.

> Elas dão-se conta que o peixe é pouco. A concorrência torna-se imediata e quase agressiva. As peixeiras colocam-se em lugares estratégicos, prontas para entrar em acção logo que a venda começar. Cada uma olha para o fundo dos botes para melhor avaliar o que lhe interessa.
> "O pescador tem as suas freguesas certas - explica-nos uma das peixeiras - e quando não há muito peixe é natural que só o vendam a essas. Sabe, é que elas, haja muito ou pouco peixe só compram também ao dono do bote".
> Mas agora parece não ser esta a situação, pois elas juntam-se à volta dos três botes, dispostas a comprar o que for possível.
> Quando a "venda" principia, empurram-se, brigam, trocam palavras. As mais ágeis vão enchendo as latas. O preço é acertado depois. [...]
> O peixe não chega para todas. Algumas ficam de latas vazias. A alternativa é esperar pelo próximo bote ou comprar peixe a uma colega mais feliz, ou ainda regressar a casa sem nada.
> Quase sempre as que não tiveram sorte optam pela segunda hipótese. Somente ficam na praia se tiverem a certeza de que vão chegar mais barcos e que haverá peixe.
> Na praia há apenas cinco traineiras, quatro de particulares e uma da fábrica. São as embarcações mais seguras e as que habitualmente trazem melhor peixe e maior quantidade.
> É outro tipo de pesca, diferente da praticada pelos botes que utilizam métodos artesanais. As traineiras vão pescar no mar alto e por aí ficam uma semana ou mais sem aparecer no porto.
> A comercialização do produto também é diferente. As traineiras preferem muitas vezes vender o seu peixe directamente aos hotéis e restaurantes. A que pertence à fábrica de conservas apenas vende peixe quando as capturas ultrapassam a capacidade de armazenamento e produção daquela unidade industrial.
> As peixeiras compram o que podem, mas raramente o que desejam. O melhor peixe não costuma ir para elas.
> A população praiense queixa-se da falta de peixe de qualidade. [...]
> Sobre o tema falamos com Isidoro Dias Correia, um homem do mar, filho de um pescador e de uma peixeira. Menino de ponta da Praia, tornou-se pescador aos 20 anos (hoje tem 37), e sabe tudo sobre o assunto.
> "Os peixes – conta – aparecem cada vez menos. Isso é o resultado da actividade nos nossos mares de certos navios estrangeiros que pescam nas águas cabo-verdianas com equipamento sofisticado. As redes deles colhem tudo o que encontram no caminho. Os tubarões também são prejudiciais…"
> "Sim, – esclarece Isidoro – Em Cabo Verde, contrariamente ao que acontece noutros países, não existe o hábito de se comer tubarões. O resultado é que o tubarão infesta os nossos mares. São perigosos e nocivos, pois comem o peixe que capturamos com os anzóis".
> Insistimos e ele prossegue:
> "Há ainda muito peixe nas nossas águas, mas a enorme quantidade de tubarões constitui realmente um problema. Por outro lado a acção muitas vezes ilegal, dos pesqueiros estrangeiros reduz cada vez mais as capturas do peixe e qualidade pelas nossas traineiras e botes. (Silva, 1988, p. 12, grifo nosso).

Essas são imagens do moto-contínuo da pesca artesanal do arquipélago, que possuem muita correspondência com aquilo que se pode presenciar hoje em qualquer uma das dezenas de comunidades de pesca do país.

Além disso, ao trazer a fala dos pescadores e peixeiras sobre seu cotidiano para a reportagem, a jornalista responsável pela matéria revelou aspectos importantes da relação do universo artesanal com a indústria pesqueira, com o estado e com a sociedade mais ampla que, nas décadas seguintes, ganhariam contornos ainda mais estruturantes.

Isso significa dizer, em primeiro lugar, que, no momento em que os pescadores artesanais começaram a sair das sombras da história e suas vozes passaram a ecoar na cena pública e política do arquipélago, percebe-se um forte engajamento contra o cenário desigual de disputas que se configurou em torno da sua atividade.

É possível constatar a materialização dessa disputa na medida em que se percebe que os pescadores já sentiam o peso da pesca industrial estrangeira em seus mares, como também já dividiam seus espaços de atuação com uma pesca industrial nacional que, no caso da Gamboa, era representada pelas traineiras que alimentavam as linhas de produção da fábrica de conservas.

E é justamente a partir dessa sobreposição de lógicas antagônicas que se tornam ainda mais relevantes os aspectos sociais da organização do trabalho artesanal pesqueiro, que a diferencia sensivelmente tanto das dinâmicas que organizam a indústria nacional, como da pesca estrangeira que, a partir dali, intensifica sua atuação nos mares do arquipélago.

Isso porque, em torno da atividade artesanal, o que se vê são as crianças e as mulheres, os velhos e os jovens, sujeitos identificados com as classes populares do país e todos operando práticas muito peculiares de apropriação do espaço marítimo, que, a despeito de todas as dificuldades enfrentadas, os habilitaram a se inserirem de maneira muito consistente no panorama da capital, que sofreu uma verdadeira explosão de urbanização a partir da independência.[73]

> Enquanto escutamos a "lição" dada por Isidoro Correia relancemos o olhar para Gamboa. O areal está semeado de botes. Poucos atingem os cinco metros de comprimento. E é naqueles minúsculos barcos que a maioria dos nossos pescadores se faz ao mar em busca do peixe cuja importância na alimentação do nosso povo é fundamental.
> Isidoro Dias Correia informa-nos que os donos de muitos botes, confiados na experiência de muitos anos, se aventuram até às costas do Maio e do Fogo. Ele mesmo já fez várias vezes pescarias por esses lados. Até agora não lhe aconteceu nada, mas conhece as "histórias de muitos que foram e lá ficaram. Enquanto não tivermos melhor - desabafa - arriscamos com o que temos. Afinal, é preciso sobreviver e os nossos filhos e mulheres têm de comer".

[73] Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatísticas: "A população residente em Cabo Verde cresceu muito nos 40 últimos anos, sendo de 270.999 habitantes em 1970, para 434.625 em 2000, 491.683 em 2010. Actualmente Cabo Verde ultrapassou o meio milhão de habitantes. A densidade populacional quase duplicou entre 1970 e 2015. Nos últimos 30 anos cresceu de 84,9 habitantes por km2 para 131,7 habitantes por km2. Na véspera da independência (em 1970), apenas 11 cabo-verdianos em cada 100 viviam no meio urbano. Desde 1980, houve uma forte migração interna sob a forma de êxodo rural que resultou num processo de urbanização cada vez mais acentuada e que teve reflexo na população citadina. A população urbana representou 44% da população em 1990, 54% em 2010 e 65,1% em 2013" (Cabo Verde, 2015b, p.7-8).

> Um mundo de perguntas sem respostas fáceis nos acode à mente quando se fala com os trabalhadores do sector pesqueiro.
> Como humanizar a vida dos nossos pescadores? Que futuro será o deles no final do século e o das suas famílias? Como transformar em apoio o apreço social pelo pescador?
> As peixeiras recorrem a múltiplos estratagemas para obterem o maior lucro possível com a venda dos peixes comprados aos pescadores.
> Os melhores compradores, segundo me informam, são os técnicos estrangeiros, que se encontram no nosso país integrados em programas de cooperação.
> "O cabo-verdiano "tá n´djutu" demais – diz-me uma peixeira – Quer comer bom peixe, mas não quer gastar um dinheirinho para comprar um bom peixe. Por isso eu costumo vender o peixe bom sobretudo aos cooperantes".
> Reproduzimos sem comentar. O facto é que o crioulo tem de se contentar com o chicharro e outros peixes de inferior categoria nos dias em que o pescado é escasso (Silva, 1988, p. 13, grifo nosso).

Dando seguimento à reportagem, a jornalista do *Tribuna* ainda abordou os problemas relacionados à fraca estrutura de conservação do pescado na Gamboa e tocou em um tema extremamente recorrente ainda hoje no arquipélago. Com a mesma naturalidade com a qual se costuma desqualificar os pescadores artesanais, há uma crença, generalizada, e inclusive entre alguns pescadores, de que as peixeiras seriam aquelas que mais ganham com o pescado:

> Elas afirmam que ganham pouco e que, quando o peixe se torna excessivamente abundante, vêm-se a braços para conseguir tirar um dinheirinho para a cachupa". Não é essa a ideia de muita gente. A opinião generalizada na Praia é a de que as vendedoras de peixe têm nível de vida acima do normal (Silva, 1988, p. 13).

Osvaldo Lopes da Silva, ministro da Economia e Finanças de Cabo Verde à altura do "Encontro Nacional da Pescas", em entrevista ao jornal *Voz di Povo* também repetiu o bordão:

> Mesmo nos períodos de escassez, quando o preço do peixe atinge valor elevado, em particular na Praia, é a "rabidante" que arrecada os benefícios, continuando o pescador a contentar-se com um preço de referência limitado superiormente devido ao baixo poder de compra de boa parte da população, que compra directamente sem passar pelas "rabidantes" (Silva, 1985, p. 4).

Entre as vantagens metodológicas que identifiquei acompanhar a trajetória histórica da pesca e de confrontar esses dados com o presente etnográfico, está a possibilidade que se abriu de reavaliação desses tropos narrativos consagrados de compreensão das dinâmicas que organizam a cultura artesanal marítima do arquipélago.

Com isso, de maneira muito objetiva, apreende-se que não há falsificação da realidade que resista a uma boa confrontação com a vida cotidiana.

Por outro lado, essas são noções que vagam pelo senso comum com uma persistência perturbadora. Por isso, considero útil relembrar que "o poder sobre o grupo que se trata de trazer à existência enquanto grupo é, a um só tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns, portanto, uma visão única da sua identidade, e uma visão idêntica da sua unidade" (Bourdieu, 1989, p.117).

Sobre a atuação das mulheres na pesca artesanal, um primeiro ponto a ser levado em conta é que, se estamos falando "do tempo dos portugueses", quando a maioria do peixe capturado nas ilhas não era vendido no mercado, mas trocado no sistema de complementação com a agricultura, costuma-se relatar uma presença muito menos intensa das mulheres nas praias.

O fácil acesso ao pescado, a pouca circulação de dinheiro e a inserção do peixe em redes de troca com a atividade agrícola produziram um quadro no qual o trabalho das peixeiras não tinha essa centralidade que possui nos dias de hoje.

Isso não quer dizer que elas estivessem ausentes, por exemplo, do processo de tratamento do peixe, já que o trabalho de base familiar é uma constante dessa sociedade fundada a partir do trabalho de pescadores artesanais e camponeses (Anjos; San'Ana Júnior; Brustolin, 2016).

Figura 13 – Mulheres, homens e crianças manipulam uma rede na praia da Fazenda, ilha de Santiago, na década de 1970



Fonte: Nelito Tavares.

Minha impressão em torno dessa questão, fundamentada em meus diálogos com pescadores do Maio e de Tarrafal, é de que a inserção mais intensa das mulheres na atividade acompanha a consolidação do mercado monetarizado do pescado, que, por sua vez, expandiu-se e ganhou força na esteira dos processos de modernização/ urbanização dessa sociedade ocorridos a partir de 1975.

> Peixeira era mais pouco, uma vez peixeira era mais pouco. Antes era mais peixeira do interior, não tinha peixeira da Vila não, eram daquela zona de Principal, aquelas outras zonas rurais, elas vinham, tomavam o peixe e iam vender para o pessoal da zona rural, mas também trocava mais com comida, vinham com feijão, milho, vinham na beira mar, pescador dava o peixe. Peixeira pra comprar peixe não tinha muita não…algumas que compravam o peixe. É a partir de 1970 e tal, 80, que vieram mais peixeiras que compravam atum, atum era muito. Também tinha uns homens que chamavam Dero, Toninho, eles todos estão mortos. A gente vinha com o atum, peixeira comprava e a gente punha o atum de cabeça pra baixo, tirava todo aquele estômago, guelra e botava de cabeça pra baixo e colocava no carro, então, no outro dia eles iam vender na Praia, para outras peixeiras na Praia (Entrevista com Noku, um dos pescadores mais antigos que atuam em Tarrafal de Santiago).

Com isso, ao contrário do que ocorria no interior, na capital do país, no período da reportagem do *Tribuna* sobre a praia da Gamboa, realizada 13 anos após a independência, já era possível ver uma forte participação das peixeiras na atividade.

Também é preciso considerar que estamos falando de um país com uma longa e sólida tradição de mulheres chefes de família, em função dos altos índices de emigração masculina. Mulheres que acumulam trabalho doméstico, com uma consistente participação em atividades de comércio. Mulheres que se encontram amplamente inseridas no comércio a partir da venda tanto de produtos locais, como de produtos importados que, de forma organizada, vão buscar no estrangeiro para comercializarem no arquipélago (Gonçalves, 2021).

Conhecidas como “rabidantes”, essas mulheres formam uma poderosa rede de comerciantes que, a despeito de serem consideradas como representantes do mercado “informal”, pagam uma série de taxas e emolumentos para o estado e movimentam parcela fundamental da economia do país (Gonçalves, 2021).

Assim como qualquer outro intermediário dentro do sistema capitalista, as rabidantes, portanto, investem seu dinheiro na compra de bens e produtos, sejam eles roupas importadas ou atum, e buscam, com sua revenda, reincorporar o valor despendido na compra, objetivando a obtenção de alguma margem de lucro.

No que diz respeito ao trabalho das mulheres na pesca, é preciso levar em conta que, em regiões mais afastados dos centros urbanos, nas dezenas de vilas de pescadores espalhadas por todo o arquipélago, é muito comum que a peixeira seja parente próxima do pescador e que essa relação de proximidade tenha algum grau de influência na diferenciação das rotinas de trabalho das peixeiras – principalmente quando comparadas com as que atuam em mercados maiores, como o que se organizava no cais da cidade da Praia[74].

De todo modo e independente de onde se localize no arquipélago, o mercado do pescado possui seus riscos, fazendo com que as habilidades pessoais acabem por ter algum peso no destaque de umas vendedoras em relação a outras, mas nada que esteja fora de patamares regulares e razoáveis de competição.

Aquilo que realmente me parece relevante em relação ao papel das mulheres no mercado de pescado é não nos esquecermos que estamos falando de um país em que boa parte do comércio "informal" é exercido por elas; que as peixeiras são uma variante da categoria rabidante; e que, apesar da sua centralidade para a economia, elas também se encontram em um quadro grave de marginalização social – como discute, detalhadamente, Alícia Gonçalves (Gonçalves, 2021, p. 40).

Para além do peso óbvio das estruturas sociais machistas na definição dessa tendência, compreender o papel das peixeiras como capazes de explorar os pescadores é, simplesmente, uma generalização grosseira que se sobrepõe ao árduo trabalho que realizam de composição dessa rica cultura marítima de base camponesa.

Se consigo estabelecer algum critério de generalização para seu trabalho junto aos pescadores, o que tenho presenciado são mulheres que se fazem pertencer ao universo pesqueiro tanto por meio do trabalho doméstico – já que muitas delas são esposas, mães, netas e filhas de pescadores, e seu trabalho de cuidado produz as condições necessárias à presença dos pescadores no mar – como a partir de sua presença ativa e efetiva nas áreas dos botes, onde atuam dominando os mercados de pescado do país.

Costumeiramente de costas voltadas para a terra, sentadas em suas bacias viradas de boca para baixo, costumam ser encontradas fitando com ansiedade o horizonte à espera que os pescadores deem sinal de vida.

---

[74] O cais da cidade da Praia é onde ocorre o desembarque da pesca industrial da país, e esse já é um fator significativo o suficiente para diferenciar as relações de trabalho desse espaço, com o tipo de organização do trabalho que prevalece entre os pescadores artesanais e as peixeiras.

Isso porque o mar dá, o mar oferece, é fonte de prosperidade, de vida e chave para transposição de questões estruturais da sociedade, mas ele também guarda surpresas, pode ser traiçoeiro e carregar para o desconhecido seus entes queridos.

O tempo de espera é o momento de composição de quadros de solidariedade, de momentos de conversa e de descontração, de composição de estratégias de venda, mas também de composição da paisagem do ofício.

> Antes cavala era 30, 40 escudos, agora cavalinha está 140 escudos. Diferença daquele tempo, com agora, não compara. Uma vez era muito mais. Antes peixe era muito mais e você vinha com ele dava pra alguém. Agora é difícil, você não consegue, agora é pra comprar.
> Peixe era melhor, e menos gente comprava peixe, tinha menos rabidante, tinha mais peixe, mas agora não, todo mundo é de rosto para o mar, todo mundo é rosto para o mar. Não tem trabalho, comida não dá, não tem onde pegar. Toda mãe que tem seu filho, vivência é no mar. Pega a banheira, vem pra beira mar, só rabidante pra vender, mas agora rabidante está muito, porque toda a vida é naquele mar ali, porque trabalho não tem, se as águas não dão, no que você vai pegar? Peixe fica mais pouco e peixe fica mais caro. Tem muita captura, tem muito barco no mar e tem barcos de outras ilhas (Trecho de entrevista realizada com peixeira de Tarrafal de Santiago em fevereiro de 2024).

> História triste há muitas, tem aqueles que vão, aqueles que aparecem mortos, aqueles que aparecem vivos. Mar tem muita história. O mar dá, mas tem vida triste também, mar dá, mar dá pescador e dá nós que somos rabidantes também, mas não é uma vida muito boa, é assim, mar é triste (Trecho de entrevista realizada com peixeira de Tarrafal de Santiago em fevereiro de 2024).

Nunca embarcadas, elas marcam os espaços das praias com suas habilidades de negociação, com seus vestidos sempre muito coloridos e com suas rodas animadas de conversa, que parecem ser um antídoto poderoso contra as dificuldades que enfrentam.

Com isso, e diante de sua centralidade para a atividade que se dá por meio de uma consciência refinada das regras de funcionamento do ofício, qualquer tentativa de compreendê-las como apartadas ou agindo em oposição a esse universo, mais uma vez, parece-me ser algo que diz muito mais sobre quem ainda reforça essas posições do que sobre as dinâmicas da atividade[75].

[75] Em 27 de março de 2024, 39 anos após a definição de 5 de fevereiro como o Dia Nacional do Pescador, o governo de Cabo Verde, por meio de um Conselho de Ministros, estabeleceu o 17 maio como o Dia Nacional das Peixeiras. (Disponível em: https://www.governo.cv/governo-institui-dia-nacional-das-peixeiras/. Acesso em: 5 set. 2024).

5.6 A capitulação do governo independente ao projeto da pesca estrangeira

Refletindo a situação da gestão estatal das pescas inaugurada pela independência – que não podia mais deixar de renconhecer o peso da pesca artesanal para o país, ao mesmo tempo que fazia uma defesa incondicional da expansão da indústria pesqueira –, o jornal *Tribuna* publicou, ao lado da matéria sobre a Gamboa, uma outra reportagem, essa não assinada, que informava sobre dois protocolos estabelecidos entre o governo de Cabo Verde e Portugal visando à expansão da indústria pesqueira do arquipélago (Tribuna, 1988, p. 13).

A matéria dizia que a intenção desses protocolos era criar um quadro jurídico que permitisse ao governo independente estabelecer parcerias entre os dois países no domínio das pescas. Como consequência da implementação desses protocolos, a mesma peça jornalística também noticiou a assinatura de um acordo entre Cabo Verde e as empresas portuguesas Nutrinveste e Henrique Serrano para a construção de uma fábrica de conservas na ilha de São Vicente, com capacidade para processamento de 12 toneladas por dia e 2.600 toneladas/ano (Tribuna, 1988a, p. 13).

O empreendimento vinha com a promessa de transferência de tecnologia, assistência técnica, garantia do escoamento da produção e geração de 75 postos de trabalho na ilha.

Naquela altura, as fábricas de conserva remanescentes do período colonial tinham uma produção anual de 1.000 a 1.200 toneladas/ano, e o objetivo do governo com a planta portuguesa de São Vicente era dobrar a capacidade de processamento de pescado do país (Tribuna, 1988a, p. 13).

Além dessas, a Cofaco, empresa de um terceiro grupo português "com larga experiência no sector conserveiro, apta a gerir grandes e pequenas unidades e com grande penetração no mercado internacional", mostrava-se interessada em remodelar e explorar a fábrica de conservas de Boavista (Tribuna, 1988a, p. 13).

Com esses planos de reestruturação do setor industrial, o propósito era escoar toda a produção nacional do atum para essas unidades fabris, o que implicaria a reforma do modelo de negócios da Interbase – empresa pública responsável pela exportação do pescado caboverdiano, que não era processado no arquipélago.

Com esse arranjo não se esperava, contudo, que a empresa pública que cuidava das exportações de pescado encerrasse suas atividades, mas que expandisse e

diversificasse suas operações de envio de pescado do arquipélago para os "parceiros" estrangeiros.

> Para além de exportar lagostas poderá, e está em fase experimental de prospecção do mercado - potencialmente Portugal, Espanha e França - vender os chamados peixes de fundo (garoupa, salmonete, badejo, etc.) que ao contrário das espécies pelágicas que se encontram em cardumes à superfície (atum, gaiado, sardinha, cavalas, etc.), e por isso, requerem outras técnicas de pesca, e não são tradicionalmente exportadas por Cabo Verde.
> Há a acrescentar, por outro lado, que aumentará a produção do pescado já que o preço que as unidades irão praticar – médio internacional - será de molde a incentivar os produtores da matéria-prima. Significa isso tão somente que a Pescave e os empresários privados nacionais terão maiores razões para aumentar a produção e produtividade (Tribuna, 1988a, p. 13).

Com a consolidação do quadro jurídico que abria caminho para as exportações, deve-se ter em conta duas consequências imediatas: a colocação, em definitivo e em uma espécie de eterno compasso de espera, do projeto de construção de uma indústria nacional robusta o suficiente para explorar o pescado das ilhas; e, enquanto esse empreendimento não vinha, a necessidade dos acordos de pesca com países estrangeiros, com o objetivo de explorar o potencial adormecido dos mares do país (Cabo Verde, 2019)[76].

Correndo em paralelo a esses arranjos, os financiamentos estatais sobre os quais falei anteriormente já haviam se desdobrado em uma rede de empresários da pesca semi-industrial que, no final da década de 1990, mostravam-se bem organizados e capazes de levantar questionamentos à gestão estatal das pescas[77].

---

[76] Vale lembrar que é de 1987 a ratificação, pelo governo de Cabo Verde, da Convenção dos Oceanos da ONU, formalização que ao mesmo tempo que definiu o mar territorial do arquipélago como uma área de mais de 600 mil quilômetros quadrados, garantindo direitos exclusivos de sua exploração aos cabo-verdianos, forneceu as bases jurídicas para a negociação do pescado das ilhas com países estrangeiros: "Na sequência da ratificação da convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar com a Mauritânia em 1987, Cabo Verde produziu nesse mesmo ano um vasto corpo de diplomas normativos, dos quais se destaca o Decreto-Lei nº 17/1987 que define os princípios gerais da política de aproveitamento dos recursos haliêuticos, revogado em 2005, com mais detalhes, pelo Decreto-Lei nº53/2005. Este decreto-lei afirma a soberania nacional definindo os recursos marinhos como património haliêutico nacional e estabelecendo o princípio da exclusividade no acesso aos recursos. Aqui, algumas normas são definidas: a intransmissibilidade das licenças; o pagamento de emolumentos e taxas para nacionais; sujeição a revogação e suspensão por motivo de gestão; possibilidade de interposição de recurso, pagamento de direitos de pesca e contrapartidas para estrangeiros, definido através de negociação; salvaguarda da concessão de autorizações excepcionais pelo membro do governo responsável pelo sector, possibilidade do estabelecimento de acordos de pesca, etc." (Cabo Verde, 2019, p. 51).

[77] Vide Chambati e Moyo (2013) e sua reflexão sobre o peso social, econômico e político do financiamento de estratos médios nacionais em disputas em torno da questão agrária no Zimbábue, o que pode ser estendido para o nosso caso de análise, principalmente quando se constata que seria exatamente esse setor de empresários médios da pesca quem, na atualidade, vocaliza de maneira mais institucionalizada sua dura oposição em relação à continuidade dos acordos de pesca com países estrangeiros. Voltarei a falar com mais detalhes sobre esse estrato social no capítulo sobre Tarrafal de Santiago. (Disponível em: https://expressodasilhas.cv/economia/2024/07/25/acordo-de-pescacv-ue-presidente-da-apesc-diz-que-documento-e-praticamente-uma-copia-dos-anteriores/92551. Acesso em: 29 jul. 2024).

Em mais uma reportagem publicada pelo jornal *Tribuna*, essa em setembro de 1988, é possível perceber alguma dimensão dessa atuação. Naquela altura, 30 proprietários de embarcações da pesca industrial nacional da ilha de São Vicente se uniram em uma cooperativa para enviarem o pescado diretamente para o estrangeiro, boicotando, assim, as vendas para a Interbase, que, segundo os descontentes, pressionava-os praticando preços abaixo do mercado (Tribuna, 1988b, p. 24).

As reclamações dos empresários nacionais da pesca eram de que o preço pago pela empresa, de 35 escudos o quilo, encontrava-se muito abaixo do custo de produção de 50 escudos e que, além dessa defasagem, a empresa teria aumentado de 1.500 para 5.500 escudos o preço do gelo fornecido para as pescas. Ao que o diretor da empresa pública respondeu que a instituição não visava lucro e que somente havia atualizado uma taxa que tinha sido mantida congelada por um longo período (Tribuna, 1988b, p. 24).

No ano seguinte, em abril de 1989, o *Tribuna* trouxe a notícia de um "grande acordo" assinado pelo governo de Cabo Verde com o Japão, "visando o desenvolvimento das pescas". A operação consistia na apropriação e remodelação de estruturas industriais existentes nas ilhas pelos japoneses, locais que passariam a receber "apoio tecnológico para o aumento da produção e da *exportação*" (Tribuna, 1989, grifo nosso).

> Cabo Verde já ensaiou a exportação de lagostas para o Japão por via aérea e foi realizado um envio a título promocional de mil quilos de marisco que resultou um sucesso, devido ao baixo nível de mortalidade durante a viagem e à qualidade do produto, que correspondeu às exigências do mercado nipónico. Recordamos que este sector vem beneficiando da ajuda do Japão que tem fornecido equipamentos, nomeadamente motores para a modernização da pesca artesanal (Tribuna, 1989, p. 15).

A matéria informou, ainda, que o "acordo" com o Japão também possibilitaria a entrada da frota industrial do país nos mares cabo-verdianos, movimento que se esperava contribuir para a revalorização das estruturas de pesca do arquipélago, principalmente aquelas da ilha de São Vicente (Tribuna, 1989, p. 15).

O texto ainda lembrou um projeto do governo em estado avançado de execução, que visava "a modernização da pesca do país" (Tribuna, 1989, p. 15). Tal modernização seria necessária por se ter verificado que o "estrangulamento reside no tipo de barcos que possuímos e que não estão vocacionados para o programa e a dinâmica que se pretende introduzir" (Tribuna, 1989, p. 15).

Para a modernização da frota, o jornal disse que fora lançado um concurso internacional para a construção de unidades de pesca adequadas aos intentos do país,

certame esse que teria sido vencido pelo Reino Unido. Àquela altura, os representantes da empresa vencedora já teriam ido à Cabo Verde para apresentar os modelos de embarcações disponíveis para que as autoridades cabo-verdianas pudessem escolher os mais adequados ao seu intento (Tribuna, 1989, p. 15).

Todos esses movimentos me parecem, objetivamente, a conversão definitiva das estruturas do estado independente, criadas para gerir o pescado do país, em linhas auxiliares dos grandes *players* internacionais, que, naquela altura e ainda hoje, têm muito a ganhar com a exploração mecanizada e altamente tecnológica dos mares do arquipélago[78].

O "diamante" cabo-verdiano passou a ser cada vez mais cobiçado em escala global e sua negociação a preços absurdamente baixos se transformou na moeda de troca para que o país mantivesse sua posição de bom aluno das diretrizes do "desenvolvimento", emanadas por agências internacionais e "parceiros" ocidentais (Pereira, 2021).

A questão mais problemática desses desdobramentos me parece ser a constatação de que essa "nova" política passaria a se encontrar, de uma maneira cada vez mais constrangedora, com o panorama administrativo do período colonial sobre o tema. Vale lembrar que o legado do período anterior fora desenvolvido, amplamente, com base em uma retórica científica que deveria garantir a "racionalização" da exploração desses mares, o que, por sua vez, encaminharia as ilhas em direção ao progresso.

Ao não se desenvolver uma reflexão profunda sobre o fenômeno da pesca artesanal e ao não se ter uma disposição estruturada para rever os procedimentos do período colonial em relação à atividade, o que se fez foi embarcar em um jogo de cartas marcadas da manutenção de um modelo que, a longo prazo, tem se configurado como a principal força de oposição à base popular de apropriação do pescado das ilhas.

Além do mais, a valorização da pesca artesanal a partir de 1975, que veio com o reconhecimento de sua dimensão social e econômica, também serviu para criar todo um corpo importante de burocratas que, por sua vez, fundaram instituições que exercem um papel destacado na estabilização da soberania do estado independente (Das, 2020).

[78] Lembro que se o quilo de peixes como o atum pode chegar a custar até 800 escudos (cerca de 8 euros) na cidade da Praia, que esse mesmo pescado tem sido negociado com a União Europeia por cerca de 16 escudos (Disponível em: https://santiagomagazine.cv/economia/cada-quilo-de-atum-pescado-em-cabo-verde-vai-custar-1600-a-uniao-europeia. Acesso em: 29 jul. 2024).

A questão é que a divisão entre pesca artesanal e industrial no âmbito dessas instituições parece herdar tropos de hierarquização que condenam a primeira aos "degraus mais baixos" dessa sociedade.

Com esse movimento, o "tradicional/artesanal" é reforçado como sinônimo de "passado", o que claramente cria barreiras para a ascensão social dos membros dessas comunidades pesqueiras, mas não sem minar a credibilidade da classe política na condução das instituições do estado independente. Isso porque a consolidação de relações com potências estrangeiras no domínio das pescas passou a ser lida como antagônicas aos interesses dos pescadores nacionais, o que tenciona de maneira muito nítida o projeto de emancipação política anunciado com a conquista da independência (Anjos, 2003; Moyo, 2003; 2005).

Ao invés disso, o que se tem é a consolidação de um panorama de ideias que chegam prontas no arquipélago e se convertem em projetos turbinados por modelos ocidentais e liberais de desenvolvimento econômico, que, por sua vez, reforçam o quadro de hierarquias sociais herdadas do período colonial, em benefício dos "parceiros" estrangeiros (Moyo, 2003; 2005).

Com isso, "desenvolver" o "setor" das pescas, com alguma sorte de tensão inicial, volta a ser sinônimo de superação do "velho" pelo "novo", com a pesca artesanal e seus sujeitos e atores, pouco a pouco retornando a figurar no polo de portadores de características "milenares" e sempre necessitados de intervenções estatais para o seu real desenvolvimento (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010, p. 6; Escobar, 2007).

Esse me parece um ponto alto de consolidação da gestão estatal, não como a expressão da busca por independência no "setor das pescas", mas como um *locus* de produção de hegemonia e, por isso, de expressão da ideologia dos estratos política e economicamente dominantes dessa sociedade (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010).

Atores que, protegidos pelo escudo da soberania e da defesa do bem comum da sociedade independente, voltam a garantir, por meio de argumentos "técnicos" e pretensamente científicos, a manutenção do fluxo de pescado do arquipélago para os mercados dos países industrializados, em detrimento da base camponesa da sociedade (Pereira, 2021)[79].

[79] Para se perceber aspectos importantes desses mecanismos (Pereira, 2021). No capítulo sobre Tarrafal de Santiago, detalho aspectos cruciais da organização da exploração do pescado cabo-verdiano por grandes navios estrangeiros.

Esse é o caminho, portanto, da manutenção da dependência e, consequentemente, da produção de catástrofes cuja gestão passou a se dar por meio daquilo que busco definir ao longo desta tese como um processo de *racialização dos descontentes.*

6 OS PROJETOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL COMO EXTENSÕES DO QUADRO DE GESTÃO ESTATAL DAS PESCAS

No campo da análise da gestão estatal das pescas de Cabo Verde, defendo a existência de padrões institucionais que surgiram, consolidaram-se e tomaram forma conforme a administração colonial e depois o estado independente se relacionaram com as distintas frentes de apropriação do pescado surgidas no arquipélago ao longo de sua ocupação. Complementarmente, também sustento que o estudo dos mesmos padrões informa mais sobre as dinâmicas do poder no arquipélago, do que sobre a rica cultura marítima produzida pelas comunidades artesanais pesqueiras do país.

Parece-me que ficou satisfatoriamente demonstrado até aqui que a estabilização de órgãos estatais para lidar com a pesca e com os pescadores a partir de 1975 tenha sido bastante eficiente em produzir uma série de dados importantes sobre o universo pesqueiro dos quais não se pode prescindir se o objetivo é uma compreensão mais adequada dessas distintas frentes que incidem sobre o pescado das ilhas.

Por outro lado, analisei documentos o suficiente para concluir que aspectos extremamente sensíveis da organização social das comunidades artesanais pesqueiras aís são negligenciados, por exemplo, nos planos nacionais de gestão dos recursos pesqueiros (Cabo Verde, 2004b; 2019).

Essa situação não seria tão problemática se esses não fossem justamente os planos elaborados pela gestão estatal das pescas para amparar as políticas voltadas para o "setor", ao mesmo tempo que continuam a expor, de maneira muito transparente, os planos do estado para os mares do país.

No âmbito desses planos, apesar de haver uma mudança sensível nas formas de retratar os pescadores artesanais quando os comparamos com os documentos do período colonial, ao fim e ao cabo, o que se tem é a manutenção de uma fórmula que se consagra. Um arranjo institucional que continua a prever os pescadores locais como coadjuvantes da história, já que em relação a questões essenciais sobre seu cotidiano, como ocorre, por exemplo em relação à denúncia que fazem sobre o quadro estrutural de escassez do pescado, que se dá em função do avanço da indústria, ainda estão sendo solenemente ignorados.

Compondo esse quadro, com a independência, surgiu um tipo muito específico de intervenção estatal nas comunidades pesqueiras que se mantém operando até o presente, independentemente do grupo político A ou B que se encontre no poder.

A partir de 1975, além das ações do próprio estado cabo-verdiano levadas a cabo, entre outras, por meio da Scapa, surgiu uma série de intervenções nas comunidades artesanais de pesca, conduzidas por cooperações e organismos internacionais.

Analisei a percepção dos pescadores artesanais sobre dois desses projetos, implementados na ilha do Maio na década de 1980: o projeto PIM, financiado pela cooperação italiana; e o SUD, financiado e executado pela cooperação alemã (Silva, 2018, p. 99). Por meio desses projetos, foram criadas lojas de venda de equipamentos de pesca e foram introduzidos os primeiros motores de popa na ilha. Uma grande casa de pescadores, cujas ruínas são ainda hoje utilizadas pelos pescadores de Porto Inglês, foi construída, e foi introduzido na ilha um caminhão frigorífico que passava todos os dias pelas comunidades pesqueiras garantindo a compra e recolhendo o pescado para escoá-lo para a capital.

Atualmente, essas estruturas encontram-se completamente abandonadas e os pescadores lembram, com certa nostalgia, de um período em que não se sentiam mais abandonados, pois identificam nessas políticas e, mais especificamente, em algumas dessas iniciativas, como as lojas de equipamentos de pesca, um quadro de ruptura com o período anterior de completo abandono da atividade (Silva, 2018b).

Esses projetos vão se sucedendo e terão em comum sua atuação restrita ora a uma ilha, ora a comunidades específicas, a sua curta duração e o subsequente abandono de suas estruturas, que não chegam a ser transformadas em políticas de estado de alcance nacional. Também não é incomum percebê-los contornando questões políticas e ecológicas cruciais para a reprodução social das comunidades pesqueiras.

Sobre essa última questão, um exemplo muito emblemático dessa situação pode ser encontrado na forma como os gestores do projeto Papasa abordaram a questão da falta de iscas para as pescas artesanais na ilha de São Antão (Rocha, 1985, p. 217-218)[80].

[80] O trecho de Rocha (1985) é um exemplo típico de como atuam os projetos de cooperação junto às comunidades pesqueiras. Há a identificação de questões de ordem estrutural, mas o que se busca é tentar reparar o quadro mais amplo, sem tocar em questões de ordem política, econômica e ecológica que os próprios países que comandam as cooperações produziram: "A carência de isco fresco é um problema crónico para as comunidades de pescadores na ilha de Santo Antão, que têm vindo a praticar, quase exclusivamente, a pesca à linha.
Dadas as características da sua costa alcantilada, onde só raramente existem pequenas praias de areia em que, esporadicamente, é possível a captura de pequenas espécies, utilizando rudimentares redes de praia, a captura de peixes destinados a isco com o emprego de explosivos, processo condenável e que, embora todos os inconvenientes para a preservação e manutenção local das espécies e perigoso para os pescadores, consiste essencialmente no aproveitamento de cartuchos de dinamite usados nas pedreiras, aos quais, depois de cortados a meio, é aplicado um rastilho de comprimento adequado e atada uma pedra para sua submersão. Doutro modo, os pescadores, demonstrando grande inventividade e capacidade de improvisação, conseguem pescar, laboriosamente, cavalas, peixes-voadores, etc., utilizando nos anzóis pequenas tiras de

Como já observado anteriormente e como ainda será discutido a partir da Parte IV, a falta de iscas para as pescas é uma das questões mais importantes do presente e se trata de um problema de ordem eminentemente ecológica.

Não conseguindo endereçar a contento o enfrentamento da situação que decorre do próprio modelo de "desenvolvimento" das pescas defendido pela gestão estatal, o que se vê, atualmente, é uma verdadeira batalha pelas iscas que, no geral, desdobra-se na necessidade de utilização de métodos de captura que impactam de maneira severa as dinâmicas de reprodução dessas espécies menores que são responsáveis pela aproximação dos peixes maiores das zonas mais próximas das costas das ilhas.

Figura 14 – Pesca na praia em Tarrafal de Santiago



Legenda: Na imagem acima, é possível observar três botes de pesca em Tarrafal de Santiago lançando uma rede de tamanho considerável em uma área bem próxima da praia para apanha de iscas vivas.
Fonte: Foto do autor.

Seguindo essa lógica das cooperações internacionais, no início da década de 1990, estabeleceu-se um grande programa de apoio à pesca artesanal financiado pelo governo

plástico transparente, penas de galinha e até pequenos pedaços do papel estanhado vulgarmente usado nos maços de cigarros, mantendo o anzol em constante movimento de vaivém. E assim, pacientemente e consumindo neste labor um tempo precioso que deveria ser disponível para a pesca de fundo, vão conseguindo algum do isco necessário à sua actividade (grifo nosso).
Esta situação só é alterada quando, episodicamente, aparece no local qualquer barco doutro centro a vender cavalas pescadas com rede de cerco.
Entretanto, o Papasa, enquanto não pôde resolver de modo definitivo tão importante problema, tentou, e conseguiu, em parte, que os pescadores de Ponta do Sol e Sinagoga (especialmente estes últimos) utilizassem como isco cavalas frescas ou congeladas, a partir de S. Vicente, e acondicionadas devidamente em arca isotérmicas, transportadas do ferry-boat até Porto Novo e daí em carrinha até aos locais de destino. O isco assim fornecido, não obstante significar um grande esforço do Papasa em minorar o problema, segundo a opinião dos pescadores, apenas constituiu uma alternativa de remedelo, já que o isco fresco aumenta sensivelmente as possibilidades de capturas" (Rocha, 1985, p. 217-218).

alemão e denominado de Fopesca (Fomento à Pesca Artesanal), cuja área de atuação se restringiu às ilhas do Fogo e da Brava.

Nos primeiros dias de junho de 1997, na cidade de São Filipe, na ilha do Fogo, ocorreu o simpósio de encerramento do programa sob o título de "Realismo no desenvolvimento da pesca artesanal" (Fopesca, 1998). Assim como aconteceu com o "Encontro Nacional das Pescas", desse evento surgiu uma publicação contendo: um resumo detalhado das intervenções realizadas nas comunidades pesqueiras ao longo do programa, uma série de diagnósticos e estatísticas sobre diferentes aspectos da organização social do trabalho pesqueiro, transcrições das falas das principais autoridades que discursaram no simpósio, como também não apresentou as falas dos pescadores artesanais eventualmente presentes no encerramento da atividade (Fopesca, 1998).

Aqui já estamos no final da década de 1990, mais de 20 anos de independência e quase dez anos da abertura política que encerrou os quinze anos de governação do partido único. Com isso, e em se tratando do "setor" das pescas, estamos falando de um estado com instituições públicas já com uma experiência considerável na condução de programas de cooperação internacional, voltados para o desenvolvimento (Lopes, 2012).

Com base na publicação do Fopesca (1998), é possível identificar na estrutura organizacional do projeto a prevalência de técnicos nacionais e estrangeiros na condução dos trabalhos e uma linguagem que refletia uma metodologia que incorporava e mobilizava termos e conceitos como "equilíbrio ecológico", "multidisciplinaridade", "segurança alimentar", entre outros, como elementos centrais para uma boa gestão estatal da atividade.

Partindo do lema "melhor conhecer, para melhor intervir", as metas implícitas e explícitas do programa e do governo da ocasião objetivavam a melhora dos níveis de "gestão estatal da atividade" (Fopesca, 1998). Esse avanço, por sua vez, deveria ser capaz de garantir que a pesca artesanal e seus atores estivessem capacitados para oferecerem mais em termos sociais e econômicos ao país, com uma participação mais "efetiva" no "Valor Acrescentado Bruto" do "setor", o que deveria ajudar no equilíbrio da "balança de pagamentos", na "criação de empregos" e na garantia de "segurança alimentar" (Fopesca, 1998).

Os eixos centrais do projeto, que coincidiam com os objetivos do governo, visavam a introdução de novas embarcações, motores e tecnologias de pesca como dispositivos de "concentração de peixe", objetivando: aumento da produtividade da atividade; ações que buscassem intervir nas dinâmicas de comercialização do pescado

visando sua valorização (como apoio na abertura de microempresas); promoção da auto-organização dos pescadores; fornecimento de crédito por meio de um fundo criado no âmbito do programa (Fopesca, 1998).

Nas palavras da ministra do Mar da época: "é necessário o aproveitamento responsável do potencial dos Recursos Marinhos, visando sempre um desenvolvimento sustentável dos mesmos: ou seja, o aumento da produção é condição principal para atingirmos os objectivos almejados" (Semedo, 1998, p. 20). Essa elevação potencializaria:

> a formação de uma classe empresarial forte e dinâmica, capaz de assumir plenamente o sector, a continuação do esforço de modernização da frota artesanal e industrial bem como da indústria conserveira, a capacitação dos recursos humanos, o desenvolvimento integrado do sector e o reforço das acções de formação da comunidades pesqueiras deverão ser os pilares orientadores da nossa acção futura (Semedo, 1998, p. 20).

Com isso, tanto no primeiro "Encontro Nacional das Pescas", realizado um momento político de estado forte que agia por meio de suas empresas públicas e da planificação econômica do "setor", como no contexto liberalizante da década de 1990, o esforço será no sentido de criar as condições necessárias para que os pescadores se tornassem modernos empresários de si mesmos.

> Com efeito, o sucesso da política do Governo, nos termos do seu Programa para o relançamento do sector das pescas, está directamente dependente do desenvolvimento das actividades de formação e informação necessárias ao surgimento de um espírito inovador e empreendedor no sector das pescas. Neste sentido, o Projecto FOPESCA responde claramente aos objetivos traçados pelo Governo para o sector e para esta região em particular (Semedo, 1998, p. 20).

Ainda segundo as palavras da ministra do Mar, naquele momento, a comunidade artesanal pesqueira do arquipélago era responsável por nada menos do que dois terços de toda a produção nacional, um volume que variava de 7.000 a 10.000 toneladas ano, com 6% da população empregada na atividade, sendo que dos 8.500 pescadores do país, 5.500 eram pescadores artesanais e cerca de 2.000 eram peixeiras: "A contribuição da pesca artesanal é preponderante no abastecimento das cidades e zonas rurais. O peixe fresco constitui a principal fonte de proteína animal consumida pela população. O consumo per capita varia, nas diferentes ilhas, entre 12 e 30 kg por habitante" (Semedo, 1998, p.18).

Se, por um lado, a pesca artesanal apareceu nas palavras da ministra como uma atividade extremamente potente tanto em relação ao seu alcance social, como no impressionante índice de suas capturas – a atividade era simplesmente a maior fornecedora de pescado consumido no arquipélago – mais de 20 anos depois da independência a análise da sua situação social que emerge do programa continua a dar conta de um cenário de incongruências e paradoxos.

Sobre esse tema, concluiu-se que as comunidades pesqueiras das ilhas de Fogo e Brava encontravam-se encerradas dentro de um "modelo estanque" (Fopesca, 1998, p. 118-119). Situação que seria caracterizada pelo confinamento geográfico e isolamento social em relação à sociedade mais ampla, por populações homogêneas em relação à baixa escolaridade, pela ocupação de áreas carentes de infraestruturas como escolas, rede elétrica, centros de saúde, transporte público, chafarizes, pelo "fraco nível de desenvolvimento dos meios de produção", por "fraco rendimento financeiro" e pela:

> Identidade de interesses entre a grande maioria dos membros da comunidade, existência de práticas colectivas mais ou menos espontâneas que reflectem soluções a nível de sobrevivência e coesão interna, solidariedade e disponibilidade para actividades de cunho colectivo. (Fopesca, 1998, p. 118-119).

Como explicar que os atores que estavam garantindo a maior parte do fornecimento do pescado consumido no país, sendo agentes cruciais na garantia de soberania alimentar a partir de uma ampla rede de pesca artesanal, encontrassem-se em uma posição social tão desfavorável, ao ponto de terem permanecido socialmente isolados do restante da sociedade?

Esse isolamento seria fruto da falta de formação dessas comunidades em uma visão empresarial e, portanto, a resolução da questão passaria pela adequação pragmática da gestão dos "recursos humanos"? Ou estaríamos lidando com um fenômeno mais complexo em que as aparentes "miséria" e "pobreza" identificadas seriam fruto de decisões políticas que não possibilitaram que os atores da pesca se integrassem de uma maneira distinta na sociedade?

Olhando com atenção e em uma perspectiva comparada as publicações produzidas nos eventos de 1985 e de 1998, é possível perceber avanços importantes na incorporação de novas terminologias – como a multidisciplinaridade – que alargaram de maneira significativa a compreensão do universo artesanal pesqueiro das ilhas.

Não obstante, são perceptíveis os enredamentos da burocracia estatal com pressupostos e princípios de gestão que não permitem que o quadro geral se altere significativamente entre um período e outro, já que a pesca artesanal continua aparecendo como um "setor" econômico esvaziado de seu sentido histórico, social e cultural e fora de um quadro de disputas mais amplo pelo pescado das ilhas.

> Convém salientar que a dinâmica social das comunidades piscatórias não passa somente pela criação de organizações ou Associações de pescadores, pois os vários problemas e constrangimentos, que vêm travando o desenvolvimento das comunidades, exigem uma intervenção concertada e articulada entre instituições estatais, ONG´s e outros parceiros sociais, visando contribuir para a satisfação das necessidades mais prementes das populações.
> Se é certo que os recursos financeiros e materiais mobilizados, através dos projectos FOPESCA, PAPASA, e das Cooperações, holandesa, japonesa, italiana, e outras, são importantes para garantir o sucesso no âmbito do desenvolvimento do sector das pescas e das comunidades, não é menos certo que se deve evidenciar os interesses, as necessidades, as aspirações e as capacidades dos membros da comunidade em particular activamente na procura de soluções para os seus próprios problemas. [...]
> *É de realçar que a dinâmica sócio-económica das comunidades piscatórias ficará comprometida se não houver por parte do INDP uma acção de coordenação e acompanhamento dos projectos (infra-estruturas e outros) financiados pelos parceiros internacionais* (Fopesca, 1998, p. 128-129, grifo nosso).

Esse trecho que compôs as conclusões do seminário "Realismo no Desenvolvimento da Pesca Artesanal" discute dimensões cruciais para uma melhor compreensão das acomodações que a gestão estatal das pescas incorporou no contexto do pós-independência. Isso porque o que se afirma no final da avaliação é a necessidade de continuidade das ações empreendidas pelos projetos de cooperação para que esses não se convertam em ciclos fracassados de resolução de problemas.

Com base nos números do próprio governo, não há dúvidas da capacidade da pesca artesanal em contribuir com o país, mas por quais razões, até os dias atuais, as comunidades pesqueiras continuam sendo a segunda opção nos planos de desenvolvimento?

> Pode-se perceber nitidamente que embora a importância da pesca em termos de segurança alimentar, em termos de ajudar para reduzir o êxodo rural, é a fonte de proteína mais barata e mais acessível em todas as comunidades, a minha preocupação é que não existe uma contra-partida proporcional, quer dizer, o que a pesca oferece para o nosso país não é proporcional ao que a pesca recebe em termos de governo e mesmo em termos de valorização social. Hoje o pescador e a peixeira, por exemplo, é uma classe muito... é a pior que nós temos aqui. É muito comum encontrar nas famílias, por exemplo, se as crianças não estão a estudar...aí dizem, no futuro vai ser pescador ou peixeira. Então acho que essa falta de valorização não trouxe uma autoestima para os

> pescadores e peixeiras. (Antonio Baptista, 81, economista ligado ao setor das pescas. Entrevista concedida em 5 maio 2015).

Como tenho notado de maneira consistente em campo, os pescadores estão longe de serem o grupo economicamente mais vulnerável dessa sociedade. Em um bom dia de pesca, um pescador experiente pode chegar a ganhar 70 mil escudos, o equivalente a cerca 700 euros, a partir da captura de um único peixe.

Figura 15 – Pescadores na praia em Tarrafal de Santiago



Legenda: Pescador de Tarrafal de Santiago ao lado de um atum de 110 quilos que lhe rendeu 50 mil escudos (500 euros).
Fonte: Foto do autor.

Com isso, essa força quase mecânica que mantém os pescadores artesanais em uma margem social não deve ser razão exclusiva para explicar a propensão desses atores para "atividades coletivas", como se essa fosse apenas uma resultante da solidariedade advinda da condição compartilhada de subalternizados.

Isso porque a simplicidade dos meios de produção dominados e mobilizados pelos pescadores artesanais de Cabo Verde – essencialmente um bote de madeira e uma linha de mão – contrasta com a sofisticação de seus conhecimentos náuticos, que se refletem em sua capacidade de navegar em águas perigosas e de capturar peixes que podem ultrapassar em muito o próprio peso desses pescadores. Perícia essa que passa por um conhecimento avançado sobre a geomorfologia dos fundos oceânicos e por sua capacidade de localizar e conhecer o comportamento das inúmeras espécies de peixes que circulam em suas áreas de atuação.

Ao fim, o que prevalece é uma habilidade notável de pensar e de praticar a articulação de todos os elementos do seu saber. Articulação que se torna um elemento fundamental de suas estratégias para minorar os altos riscos da atividade e para tentar

estabelecer o máximo de controle das saídas ao mar, em face do ambiente imprevisível e hostil do universo das águas (Maldonado, 1986).

Os pescadores artesanais sabem ser importantes teóricos sobre as águas e o são não exatamente por puro capricho, mas porque "o mar está vivo" e exige um movimento perene de acúmulo de experiências para que se tente criar, qualquer que seja sua natureza, alguma sorte de vantagem contra a imprevisibilidade de um "ser" com o qual não se pode vencer, mas apenas lutar.

Por isso, parece prevalecer um conjunto de ações que denotam um respeito reverencial em relação ao espaço marítimo e onde terminam suas teorizações e curiosidades constantes sobre esse espaço, vemos surgir a fé que se reflete nas inúmeras inscrições religiosas que encontramos gravadas nos botes de madeira da atividade.

Figura 16 – Botes de pesca com inscrições de cunho religioso em Tarrafal de Santiago



Fonte: Fotos do autor.

Se levarmos em conta todos esses elementos que constituem a atividade artesanal pesqueira como uma cultura marítima, estamos habilitados a compreender esse ofício como uma grande escola a céu aberto, uma universidade popular do mar que tem muito a ensinar aos gestores estatais da pesca.

Isso porque os pescadores possuem baixa escolaridade formal, mas se estabelecem como profundos conhecedores e guardiões de métodos, práticas e saberes ancestrais que garantem uma pesca livre, lucrativa e sustentável, com imensa penetração nas camadas populares do país: “Pesca de linha não acaba com peixe não. Pesca de linha é uma pesca que permite você pescar todo tempo. É um jeito de pescar que permite você ter um bom vida pra sobreviver. Se era só pesca de linha, pescador estava na melhor situação” (Anastácio, pescador artesanal de Porto Inglês, ilha do Maio, em entrevista concedida em junho de 2017).

6.1 Um jogo de cartas marcadas: disputas internas pelo sentido do político no horizonte da independência

Sabendo que as ideias de um corpo social homogêneo e de uma sociedade livre de fissuras étnicas são apanágios do mito fundador dessa nação (Anjos, 2003), resta o seguinte: fazer avançar uma reflexão capaz de captar as nuances da relação dialética que se estabelece entre o conteúdo dessa mitologia nacional e a posição social do universo artesanal pesqueiro no quadro da sociedade mais ampla.

Creio que essa necessidade se assente no fato de que, à medida que fui me aprofundando na convivência com os pescadores artesanais do arquipélago, passei a perceber de maneira muito nítida que o mito nacional da sociedade sem fissuras está muito longe de encontrar respaldo nas comunidades de pesca artesanal do país, cujos atores formulam discursos acidamente críticos sobre a gestão estatal das pescas (Silva, 2018).

Para aprofundar a compreensão das disputas em torno do rico pescado das ilhas que passa a opor, de maneira frontal, parte importante da base social camponesa a uma gestão burocrática que insiste em um modelo gerador de escassez e de incertezas em relação ao futuro, considero importante retomar o legado de um político e intelectual que soube tensionar com muita sabedoria e perspicácia os paradoxos do mito fundador dessa sociedade.

Figura de proa no processo de independência do arquipélago, o notório teórico, poeta, político e revolucionário guineense Amílcar Cabral não chegou a ver a independência de Cabo Verde por ter sido assassinado em 1973 por um correligionário, em circunstâncias que ainda levantam fortes suspeitas do envolvimento das autoridades portuguesas no desenrolar do crime.

> Com a morte de Cabral, o projeto socialista de um poder popular não encontrou campo fecundo para florescer. [...]
> No discurso colonial, Cabo Verde era uma continuidade de Portugal, sendo os seus habitantes assimilados – em teoria, "cidadãos portugueses", embora, na prática, desfrutassem de uma cidadania que, na melhor das hipóteses, era de segunda categoria. Essa diferenciação de Cabo Verde perante a Guiné Portuguesa se dava em virtude da sua localização estratégica, de suas circunstâncias históricas de ocupação e do seu papel na formação de mão-de-obra qualificada para as demais colônias. Essa suposta cooperação dos cabo-verdianos com o regime colonial fomentou uma rivalidade com os angolanos, moçambicanos e, principalmente, guineenses. A imagem do líder do PAIGC, nascido em Guiné-Bissau mas filho de cabo-verdianos, servia, assim, como um elo entre as duas ex-colônias portuguesas. Da mesma maneira que adotava como suas as duas nações, Cabral não via motivos para que elas não tivessem os seus destinos nacionais entrelaçados, haja vista a proximidade geográfica e o passado colonial comum (Precioso, 2017, p. 352-353).

Se na altura em que estive em Cabo Verde, havia um embate político aberto entre o governo atual do MpD e o PAICV em torno das comemorações do centenário do nascimento do líder mais proeminente do processo de libertação nacional[81], quando levo em conta a documentação histórica que analisei para este trabalho, não parece haver dúvidas de que sua figura mitológica tenha sido acionada de maneira intensa a partir de 1975 como um elemento chave de coesão social e de garantia de legitimidade política para o grupo que ascendeu ao poder no pós-independência.[82]

Com uma noção de "cultura" bastante avançada em termos políticos e teóricos, de sua perspectiva pan-africana, Amílcar Cabral e seu grupo preconizavam a "reafricanização dos espíritos" como ferramenta de combate contra os desdobramentos físicos e simbólicos da dominação colonial e, consequentemente, contra a ideia de uma sociedade sem fissuras (Lopes, 2012, p. 50).

Dentro dessa perspectiva, uma das inovações político-intelectuais de Amílcar foi introduzir no ideário revolucionário a dimensão cultural da luta de libertação nacional. Ideia que serviu para lembrar que a queda do regime colonial é apenas o primeiro passo

---

[81] No momento da escrita deste capítulo, circula na internet uma petição angariada pela historiadora cabo-verdiana Ângela Coutinho que já conta com mais de 2.500 assinaturas para tentar pressionar o governo atual de Cabo Verde a celebrar de maneira digna o centenário de nascimento do líder pan-africano. O imbróglio se deu após o MpD, partido da situação e de orientação neoliberal, ter recusado uma resolução do PAICV apresentada ao parlamento visando a garantir a comemoração do centenário (Disponível em: https://www.anacao.cv/noticia/2023/11/17/cidadaos-mobilizam-se-para-a-celebracao-digna-do-centenario-de-amilcar-cabral/. Acesso em: 22 nov. 2023).

[82] Há muito que se falar acerca do processo de independência de Cabo Verde, e entro em mais detalhes sobre esse processo mais à frente. Por ora, assinalo que a conquista da independência se deu a partir da ação dos membros do partido fundado por Amílcar Cabral após vencer disputas internas com outros grupos, inclusive com grupos de orientação ideológica muita distinta, que também buscaram tomar o poder político do arquipélago após a revolução dos cravos ocorrida em Portugal em 1974.

da luta revolucionária, sendo necessário um trabalho árduo de libertação das mentalidades, se o objetivo era fundar uma sociedade estruturalmente diversa daquela herdada do "tempo dos portugueses".

> O valor da cultura como elemento de resistência ao domínio estrangeiro reside no fato de ela ser a manifestação vigorosa, no plano ideológico ou idealista, da realidade material e histórica da sociedade dominada ou a dominar. Fruto da história de um povo, a cultura determina simultaneamente a história pela influência positiva ou negativa que exerce sobre a evolução das regulações entre o homem e o seu meio e entre os homens ou grupos humanos no seio de uma sociedade, assim como entre sociedades diferentes. A ignorância desse fato poderia explicar tanto o fracasso de diversas tentativas de domínio estrangeiro como o de alguns movimentos de libertação nacional (Cabral, 2011, p. 359).

Em abril de 1989, às vésperas da queda do regime de partido único, o jornal *Tribuna* reproduz uma longa conferência proferida pela linguista cabo-verdiana Dulce Almada Duarte no âmbito da X Semana Nacional da Juventude, intitulada: "O Conceito de Cultura em Amílcar Cabral" (Duarte, 1989, p. 20-21).

Antes de adentrar nas elaborações teóricas de Amílcar sobre o termo, a conferencista elaborou algumas explicações em torno das dificuldades de se definir cultura em função dos diferentes significados que a palavra suporta.

Mobilizando o exemplo do panorama africano e de suas formas locais de produção, reprodução e transmissão de conhecimento por via da oralidade, de ritos, mitos e rituais, a conferencista elabora uma contestação contra o emprego do termo cultura como sinônimo de letramento, aos moldes do mundo ocidental (Duarte, 1989, p. 20-21).

Aborda também a acepção antropológica do termo e seus desdobramentos nas ciências sociais. A partir daí elabora uma discussão sobre a acepção da cultura como um conceito de base do relativismo e como meio, ferramenta ou mecanismo de compreensão do fenômeno da diferença cultural, a partir de uma tradição ocidental de base iluminista (Duarte, 1989, p. 20-21).

Na sequência, demonstrando domínio na mobilização do conceito acadêmico para ler a realidade social dos povos colonizados em África, a conferencista chama a atenção para um dos efeitos mais imediatos da colonização – o imperativo de se reinventar social e culturalmente em um contexto de opressão imposto pela escravatura que se desdobrava em aniquilamento e morte social do sujeito subalternizado (Duarte, 1989, p. 20-21).

A possibilidade de reconstrução social e de refundação do mito nacional sob novas bases são mobilizadas pela conferencista como meio de comprovar que as culturas

humanas não são estáticas e que sua elasticidade possibilitaria uma espécie de "manejo" de nossa herança cultural em face de novas contingências, contextos e conjunturas políticas.

É justamente nesse ponto que se centra a perspectiva conceitual de Amílcar Cabral que compreende a luta como um ato de cultura e que a pensava como a "síntese dinâmica da realidade histórica, material e espiritual de uma sociedade ou de um grupo humano" (Duarte, 1989, p. 20-21).

Para Cabral, se a história nos permite conhecer os conflitos e desequilíbrios que caracterizam o mundo social, é o estudo da cultura que possibilita a compreensão das "sínteses dinâmicas, elaboradas e fixadas pela consciência social, para a solução destes conflitos, em cada etapa da evolução desta sociedade" (Duarte, 1989, p. 20-21).

> Daí Cabral concluía que "é na cultura que reside a capacidade (ou a responsabilidade) de elaboração e da fecundação do germe que garante a continuidade da história, garantindo, ao mesmo tempo, as perspectivas de evolução e progresso da sociedade em questão". Porém, essa continuidade histórica (ou essa evolução) nem sempre se faz no sentido do progresso. Cabral diz-nos que a cultura, que é "fruto da história", "determina ao mesmo tempo a história, pela influência positiva ou negativa que exerce na evolução das relações entre o homem e seu meio e entre os homens ou os grupos humanos no seio de uma sociedade, assim como entre sociedades diferentes".
> Quer isso dizer que, da forma como cada sociedade utiliza a cultura para encontrar as soluções para os problemas que se lhe põem ou para os conflitos com que se debate depende o avanço ou a regressão dessa mesma sociedade. Tanto mais que, como sublinha Cabral, "a cultura, como resultante e factor determinante da história, comporta elementos essenciais e secundários, forças e fraquezas, virtudes e defeitos, aspectos positivos, factores de progresso e de estagnação ou regressão, contradições e, até mesmo, conflitos" (Duarte, 1989, p. 20-21).

Estabelecida a correlação entre o desenvolvimento da cultura e processo histórico, Cabral compreende que, na dinâmica da colonização, o povo dominado passa de sujeito a objeto da história ao ter seus direitos de expressão social negados:

> Dessa forma, torna-se evidente que, para retomar em mãos a capacidade de fazer a sua própria história, quer dizer, de se tornar de novo sujeito, o povo dominado tenha de recorrer à sua cultura. É assim que Cabral nos diz que "a cultura é o próprio fundamento do movimento de libertação e só podem mobilizar-se, organizar-se e lutar contra a dominação estrangeira as sociedades ou grupos humanos que preservam a sua cultura". Preservação essa que é feita através da resistência cultural oposta pelo povo dominado à dominação estrangeira.
> A este respeito diz-nos Cabral: "O valor da cultura como elemento de resistência à dominação estrangeira reside no facto de que ela é a manifestação vigorosa, no campo ideológico ou idealista, da realidade material e histórica da sociedade dominada ou a dominar". Desse facto decorre a seguinte circunstância sublinhada por Cabral: "é a resistência cultural que, a um

> momento dado, segundo os factores internos e externos que condicionam a evolução da sociedade em questão, assim como as suas relações com a potência colonial, pode tomar novas formas (políticas, econômicas, armadas) para contestar amplamente a dominação estrangeira". Daí que Cabral tenha podido afirmar que o "movimento de libertação é a expressão política organizada de um povo em luta" (Duarte, 1989, p. 20-21).

Dadas essas premissas, a luta pela liberdade passaria, necessariamente, pela compreensão acurada da cultura como a expressão mais autêntica de um povo, de uma coletividade. Seria tarefa da luta revolucionária, portanto, saber compreender como cada segmento social responde a esse complexo ao longo do processo histórico (Duarte, 1989, p. 20-21).

Compreendidos os valores e princípios da cultura, por meio de um jogo de contrastes seria possível estabelecer o grau de assimilação que cada grupo social se permitiria em relação aos elementos da cultura dominante. Com isso, teríamos a consequente identificação da "pequena burguesia autóctone", operação que revelaria o caráter de classe dessas afinidades (Duarte, 1989, p. 20-21).

Para Cabral, contrariamente às classes populares, as "elites coloniais autóctones", constituídas a partir das dinâmicas de colonização, mesmo que dominem certo repertório da cultura do dominado, vivem a serviço da consolidação e da expansão dos ideais da metrópole e buscam se identificar de maneira progressiva com esses (Duarte, 1989, p. 20-21).

As contradições de classe, por outro lado, deveriam ser analisadas com muita atenção com a finalidade de se conseguir preservar ao longo do processo revolucionário, os valores positivos surgidos dessas relações com o intuito de canalizá-los para uma dimensão nova, a dimensão do "nacional" (Duarte, 1989, p. 20-21).

A confrontação com a elite local, então, deveria se dar em torno da ideia do "regresso ou retorno às fontes", que seria o processo por meio do qual se confrontaria essa elite com o intuito, primeiro, de fazê-la negar a cultura estrangeira e, depois, de compeli-la a abandoná-la como um instrumento de dominação (Duarte, 1989, p. 20-21).

Defensor da luta armada, Cabral não considerava que aquele movimento pudesse se dar somente a partir de uma tomada de consciência de natureza político-intelectual. Mal necessário, a luta armada seria o meio de forçar o aprofundamento da tomada de consciência das elites locais sobre as aspirações mais autênticas das massas populares dominadas (Duarte, 1989, p. 20-21).

Desse arranjo revolucionário, esperava-se a produção de um movimento de retroalimentação entre a luta e a cultura, de maneira que fosse possível operar em direção ao esfacelamento de complexos e preconceitos de classes em favor da integração do país em uma unidade política e moral entre as diversas "categorias sociais" (Duarte, 1989, p. 20-21).

Para a autora da conferência, embora as ideias de Cabral tenham surgido sob as circunstâncias da luta de libertação, seus princípios e valores se mostravam atuais no contexto da independência nacional consolidada (Duarte, 1989, p. 20-21). Isso porque, após a tomada do poder, estaria por fazer a tarefa de confluir os "diferentes níveis de cultura" em direção a sua identificação com "um projeto de sociedade que seja um novo modo de organização social, como produto da contribuição de todos e de cada um" (Duarte, 1989, p. 20-21).

Alguns anos após essa conferência, houve a abertura política do país, que teve suas primeiras eleições bipartidárias em 1991. Eleições que foram vencidas pelo partido de oposição ideologicamente alinhado com uma agenda neoliberal e que promoveu mudanças estruturais importantes nas políticas públicas desenvolvidas no período anterior (Lopes, 2012).

Trata-se de um período em que o país já havia conquistado grandes avanços na área social, mas que fatores de ordem interna e externa contribuíram para uma ampla abertura econômica de caráter liberal, que coincidiu com importantes rearranjos da conjuntura mundial em função do fim da guerra fria (Lopes, 2012; Anjos; Sant'Ana Júnior; Brustolin, 2016).

Foi o início, por exemplo, de uma mudança de postura em relação aos destinos das ajudas para o desenvolvimento, que migraram dos projetos de "desenvolvimento local" e de um regime de economia planificada para o atendimento de demandas do capital estrangeiro interessado no incremento do setor de serviços (Anjos; Junior; Brustolin, 2016).

Se, no período do partido único, não foi possível perceber uma mudança de postura radical em relação ao fenômeno da pesca artesanal, apesar das inúmeras iniciativas positivas em relação à atividade, essa nova conjuntura política redirecionou as forças do estado para o atendimento de demandas do capital especulativo e estrangeiro, produzindo, assim, uma espécie de repactuação, sem complexos, com o legado colonial de gestão das pescas.

Minha intenção aqui não é nem de longe realizar um balanço global da independência. Mas considero necessário problematizar o fato de que a chegada ao poder de um grupo político que costuma levantar suspeitas sobre o legado da luta pela independência pode ter contribuído de maneira significativa para alimentar tensões importantes entre as ações de estado e os conglomerados de conhecimentos locais que se fundam a partir de amplos repertórios culturais africanos e que são a base popular dessa sociedade.

Quase sempre mobilizada como uma vantagem estratégica do arquipélago em relação aos demais países do continente, a aposta aqui é que a suposta ocidentalização dessa cultura funcionará tanto para distanciar simbolicamente Cabo Verde de África, criando uma divisão entre "eles" e "nós" em termos civilizacionais (Anjos, 2003; 2022), como também se refletirá, internamente, na gestão dos conflitos sociais que se agravam na esteira do avanço do neoliberalismo e do neoextrativismo na pesca (Gudynas, 2018).

É como se a gestão das fissuras em torno do conteúdo da ideia de nação que legitima a soberania por meio da defesa do mito do povo homogêneo, civilizado e ordeiro, retornasse nos termos de um processo de *racialização dos descontentes* que se organiza como uma espécie de antítese da "reafricanização dos espíritos" preconizada por Amílcar Cabral (Lopes, 2012, p. 50).

E não creio que seja em vão que essa contraparte dos termos da libertação irá avançar incidindo justamente sobre estratos sociais que se constituíram historicamente como elementos centrais de uma herança cultural de resistência aos padrões coloniais de administração do território.

Da dialética dessas relações de poder, a gestão dos elementos tidos como não "ocidentalizados" dessa cultura, passa a se dar por meio de um processo de assimilação controlada de seus elementos culturais tidos como africanos que são positivados somente na medida em que não contrariam os arranjos materiais e simbólicos que legitimam as estruturas do poder.

Como elemento de base dessa sociedade, o fenômeno da pesca artesanal, a considerar os pressupostos de sua organização social de estilo horizontal e comunitário, encontra-se no centro desse processo de *racialização dos descontentes*. Primeiro porque suas práticas incidem sobre o bem mais valioso do país que continua sendo amplamente explorado por potências estrangeiras, em detrimento do exercício do seu ofício.

Mas também porque parte sensível dos princípios e valores que regem a organização social do seu trabalho situa as dezenas de comunidades de pesca do país em

posição diametralmente oposta aos planos de expansão da sociedade de mercado, voltada para a ampliação das redes de turismo de luxo e da consequente privatização dos espaços públicos das praias e dos mares do país.

O viver na pesca artesanal, o modo de viver a relação com a atividade, pressupõe níveis importantes de autonomia, mas também se desdobra na ocupação de espaços importantes das praias do arquipélago em dinâmicas de trabalho que estão em estreita sintonia com o mundo das águas (Maldonado, 1996; Ramalho 2007, 2009, 2011).

O saber acumulado sobre o movimento das marés, sobre o regime dos ventos, sobre o comportamento das espécies, são balizas importantes, mas apenas balizas, pois impera no reino das águas a imprevisibilidade que torna a atividade arriscada, e o mar, um espaço de perigo que precisa ser respeitado. Nesse sentido, a sorte e a fé são elementos de mediação entre os pescadores e esse universo, cujas forças não podem ser geridas e nem dominadas, mas, sim, compreendidas e assimiladas a partir da experiência que se acumula ao longo de gerações de pescadores (Miller; Rial; Neto, 2016).

Daí a centralidade das horas de conversas entre os pescadores, a importância dessa partilha e da intensa troca de informações entre os atores da pesca, o que acontece essencialmente em terra, em torno de seus botes, em seus espaços de interação e de convivência, cada vez mais cobiçados em uma espécie de "corrida do ouro" jogada entre agentes do estado e grandes empreendedores turísticos e imobiliários.

Nos espaços de liminaridade entre o mundo das águas e o espectro da sociedade mais ampla, como presenciei em diversas ocasiões, os pescadores são altivos defensores de suas práticas, e contam, de costas para o mar e de frente para a sua sociedade que os assiste, como são orgulhosos de suas façanhas, que são narradas de maneira tão habilidosa quanto são os seus feitos.

> Aquele atum ali da foto tinha 97 quilos e comeu duas horas da tarde e eu consegui matá-lo às seis horas… fisgou e foi para o oceano, aquela linha era 0,90, eu fui com ele, fui com ele. O rapazinho que tava comigo estava pequeno e não conseguiu me ajudar muito. Vou com ele e canso, era atum grande, cansei muito. Estava indo pro horizonte [...] depois tinha uns colegas que nós estávamos juntos na pesca, aqueles outros botes vinham pra terra, depois eu olho aqueles colegas e fiquei com mais animação, contente próprio, continuei a pescar aquele peixe lá. Aí um colega saltou no meu bote, meu rapazinho saltou no outro bote e aí aquele colega pegou aquele arpão, mas aí o atum foi novamente pro fundo outra vez, bom mas aí pesquei aquele peixe. Tinha um companheiro junto comigo, fiquei mais animado. Então nós matamos aquele peixe, pusemos dentro (do bote) e viemos. Aí nós viemos pra beira mar [...] era 29 de julho, aquele rapazinho nasce um dia agosto…nós mata aquele peixe e aquele outro dia a gente tava cansado. Aí tinha umas peixeiras de Assomada

> ali e elas levaram ele pra vender lá na Assomada, mas cansa, cansa (Entrevista com pescador de Tarrafal de Santiago).

Ali, costumam se definir, com orgulho, como pescadores marítimos, como artífices do seu ofício, como sujeitos que dominam uma prática ancestral de captura de pescado que os habilita a ocupar um lugar de destaque nessa sociedade.

Essas são histórias não de domínio e de subjugação das forças da natureza, mas narrativas que dão conta, de forma reiterada e sistematizada, das lutas contra um gigante de força descomunal. Suas conversas animadas e altivas tratam das inúmeras batalhas vencidas em um espaço onde a força bruta pouco ou nada garante.

São esses e outros elementos que tornam a narrativa dos pescadores sobre a pesca, uma narrativa de aventuras. Aventuras que preenchem a trama dos acontecimentos cotidianos com elementos quase mágicos de um universo que surpreende a cada jornada de pesca.

Figura 17 – Baleia fotografada ao lado do bote do pescador Nelito de Tarrafal de Santiago



Fonte: Nelito Tavares

Mergulhados em suas tarefas cotidianas, os pescadores artesanais exercem uma atividade de caça ao pescado. Seus métodos de captura – em geral, um anzol e uma linha de mão – apesar de sua aparente simplicidade, quando conjugados com seu conhecimento sobre o mar, habilitam-os a capturar peixes que ultrapassam os 100 quilos.

Um peixe com essas dimensões, após ser puxado para próximo dos botes de pesca, precisa ser ferido de maneira eficaz, pois caso contrário pode ferir os pescadores ou mesmo escapar do anzol depois de um esforço considerável para ser arrastado até o barco.

Quando se tem um bom peixe fisgado e arrastado próximo ao bote, é preciso acertá-lo de maneira firme na cabeça ou transpassá-lo com um arpão, antes que o corpo do animal seja puxado para dentro do barco.

Os pescadores costumam realizar essas tarefas de maneira muito pragmática e eficiente, assim como abrem esses peixes nas praias, enfiando suas mãos calejadas no interior desses animais e retirando dali quilos de vísceras que são jogadas empapadas de sangue nas águas da praia, vísceras essas que são quase que imediatamente devoradas por peixes menores que estão sempre à espera de alimento.

A pesca, nesses termos, também pode ser lida como um duro exercício de caça, e assim como sempre se explorou esses peixes maiores, as tartarugas marinhas também foram alvo dessa atividade pesqueira durante séculos no arquipélago. Como demonstrei anteriormente, havia um interesse comercial em seus cascos no período colonial, mas também sua carne e ovos eram amplamente consumidos em todo o arquipélago, até que se tornou uma realidade a criminalização de seu consumo.

Nos dias de hoje, há uma excessiva vigilância em relação às tartarugas, e entre os pescadores sobram relatos de pessoas que já foram presas pela captura do animal, além de terem tido que pagar pesadas multas.

Há muitos recursos internacionais para projetos que visam à proteção das espécies de tartarugas que desovam no arquipélago, inúmeras campanhas de sensibilização por todas as ilhas e programas de organismos internacionais que fornecem apoio financeiro a alguns pescadores para que eles denunciem seus pares que estejam praticando esse tipo de pesca (Silva, 2018).

Diante do cenário cada vez mais grave de escassez do pescado em que se encontra o arquipélago, não se pode deixar de notar como as tartarugas passaram a figurar como uma espécie de apaziguador das consciências em meio ao caos produzido pela expansão da pesca industrial nacional e estrangeira nos mares do país. E a transformação dos pescadores artesanais em "bodes expiatórios" dessa situação deve ser compreendida dentro do escopo mais amplo de análise das classificações sociais do universo pesqueiro que estou propondo aqui.

No âmbito daquilo que estou nomeando de *racialização dos descontentes*, comportamentos corriqueiros do universo pesqueiro passam a ser compreendidos como sinais diacríticos que estariam afrontando os ideais de homogeneidade/civilidade que se busca impor pela via estatal. Identificados como tal, muitos dos comportamentos dos pescadores artesanais passam a ser lidos no âmbito da gestão estatal da diferença como

imoralidade ou contravenção, o que ajuda a justificar a manutenção do regime de subordinação que, em última instância, opera como um mecanismo de controle do conflito social que surge em torno da falta de pescado e da ocupação das áreas de pesca pelas atividades do turismo.

No que diz respeito às tartarugas, afora aquilo que presenciei em campo e que é exposto no capítulo subsequente, em 1985, a revista *Ponto e Vírgula* publicou um artigo mostrando que a questão já estava presente no arquipélago desde a época do Encontro Nacional das Pescas e que, já naquele momento, era possível perceber a vinculação dos pescadores artesanais a fronteiras muito bem marcadas entre civilização e barbárie.

Na secção "Reflexão – Viver na Terra: páginas para pensar o homem no seu diálogo com o meio ambiente", a revista publicou um longo artigo, não assinado, intitulado "Por favor não matem as tartarugas".

> Manhã cedo. Da varanda da nossa casa deleitamo-nos com uma luz bonita sobre o mar cristalino da Matiota amputada.
> Um homem esquarteja uma enorme tartaruga sobre os rochedos, ali em frente. É um macabro ritual de há já algum tempo para cá na Matiota amputada. Descemos a encosta em direção aos rochedos e ao homem. O coração da infeliz tartaruga ainda mexia embora ela já estivesse desmembrada e sem tórax. Sua carne quente não parava de nos acusar com os seus impulsos incessantes. O homem ia enfiando a faca, cortando, contornando os ossos, separando gorduras. Alguns ovos com revestimento exterior branco formados e pronto para a desova, tinham sido expelidos logo no cortar do esófago. Outros também prontos ainda lá estavam entre carne, artéria e poças de sangue. Por baixo desse impressionante conjunto, viriam, as centenas e centenas de ovos vermelhos e de todos os tamanhos, centenas de tartaruguinhas que jamais veriam o caminho do mar.
> Cuidadosamente as centenas e centenas de ovos iam sendo acomodados num alguidar e salgados em simultâneo. Daí a pouco viria o dono do Bar recolhê-los. À tardinha, quando o calor apertasse, a gula dos homens os traria ao pequeno Bar junto ao mar e se deleitariam com um pequeno prato de ovos de tartaruga entre copos seguidos de cerveja fresca.
> Comentariam os valores afrodisíacos de órgãos especiais de tartaruga e elogiariam as habilidades culinárias da mulher do dono do Bar.
> Não viram a tartaruga morrer.

Dentro do processo que estou analisando, esse artigo é um trabalho importante porque toca em pontos cruciais da definição dos pescadores como atores sociais supostamente vocacionados para comportamentos incompatíveis com certos valores da racionalidade ocidental.

Daí a possibilidade de compreender essas definições como mais uma camada daquilo que define o conteúdo simbólico dos tropos narrativos que os classificam e que contribuem para o seu isolamento social no cômputo da sociedade mais ampla.

A formação desse hábito de comer tartarugas é fruto das circunstâncias históricas de ocupação do arquipélago que foi encontrado inabitado em 1460, assim como é o desenvolvimento da pesca artesanal nas ilhas ao longo desse processo.

A demanda internacional pela proteção das tartarugas não chega, contudo, problematizando essas questões e tampouco os efeitos nefastos da pesca industrial nacional e, principalmente, da pesca estrangeira, em relação à espécie. Recaindo todo o peso da fiscalização e do poder de gestão e de controle do estado nas práticas localmente consolidadas de captura e de consumo do animal.

Nessa configuração, a questão da pesca da tartaruga circula como um problema de ordem exclusivamente local, e são os pescadores aqueles que passam a ser vigiados com esmero como atores sociais potencialmente nocivos ao meio ambiente. Todavia, são eles os únicos atores, nesse contexto, a manejarem práticas sustentáveis no âmbito de suas capturas.

Na sequência da matéria da *Ponto e Vírgula*, foi reproduzido um diálogo muito pitoresco que teria ocorrido entre o nosso autor desconhecido e o pescador, retratado como mais animalesco do que o próprio animal que ele descarnava, muito provavelmente para matar a fome dos seus nesse sertão de terras áridas fincado no meio do Atlântico e castigado por um regime colonial cruel e racista que condenou milhares de cabo-verdianos à morte lenta e dolorosa provocada pela fome, em uma das páginas mais bárbaras da história do Ocidente.

> **Viver na Terra**: Mesmo depois de apanhadas, elas quanto tempo podem viver fora do mar?
> **Pescador**: Oh, dias, muitos dias, se não apanharem sol.
> **Viver na Terra**: Você é pescador ou você compra tartaruga para matar?
> **Pescador**: Sou pescador e quem compra é o dono do Bar, para fazer petiscos. Está a ver estes ovos vermelhos? O dono do Bar vem cá buscá-las daqui a nada. Já estão lá à espera deles.
> **Viver na Terra**: E você trabalha para ele?
> **Pescador**: Sim. Chama-me para as vir matar.
> **Viver na Terra**: Onde foi pescada esta tartaruga?
> **Pescador**: No Tarrafal de Monte Trigo.
> **Viver na Terra**: Há muito tempo que você mata tartarugas?
> **Pescador**: Sim, há muito tempo.
> **Viver na Terra**: E quantas já matou, mais ou menos?
> **Pescador**: Uá bá, centenas e centenas! Desde que eu venho matando tartarugas…já nem sei quantas matei. Antigamente pescadores não matavam tartaruga pequena, cágado. Aquele é pequeno. Não cresce. As pessoas não a comiam. Deitavam-no ao mar outra vez.
> **Viver na Terra**: Mas porque? Não gostavam da carne?
> **Pescador**: Não, não era isso. Nessa altura quem comesse essa carne era logo referenciado, alcunhado de comedor de cágado. Agora vai tudo. Para comer e outras coisas. Estrangeiro paga bom dinheiro por cágado embalsamado.
> **Viver na Terra**: E tartarugas destas?

Pescador: Destas já era apanhar, matar e comer.
Viver na Terra: E esta tartaruga foi apanhada como?
Pescador: Voltada na praia.
Viver na Terra: Então é porque é fêmea. É das que vão desovar.
Pescador: Sim. Esta até nem tinha desovado. Mal lhe cortei o pescoço começou a largar ovos. Só fêmeas é que saem na praia. Machos não.
Viver na Terra: Mas você não acha que se apanhar só as fêmeas, ainda por cima antes de parirem, mais tarde desaparecem as tartarugas? Até você sofrerá com isso!
Pescador: Eh, não. Tem demais. Nada do mar acaba.
Viver na Terra: Sim, mas há bichos do mar que já desapareceram ou estão desaparecendo. Baleias por exemplo.
Pescador: Baleia sim, é claro. Dizem que lá fora apanham-nas com filhos machos. com fêmeas, pequenos e grandes, com tudo o que vier…já sabe, assim têm de acabar.
Viver na Terra: Mas, vocês aqui já nem estão deixando as tartarugas desovar, na areia. É a mesma coisa.
Pescador: Tartaruga não acaba.
Viver na Terra: Quantos anos deve ter esta?
Pescador: Oh, elas crescem devagar. Esta deve ter mais de 50 anos.
Viver na Terra: O senhor não tem pena, vendo-as resistindo horas e horas, mesmo depois de arrancadas as patas e o peito e com as tripas fora?
Pescador: Oh, pena não. Mesmo que fosse minha eu a mataria sem pena.
Viver na Terra: Olhe, o golfinho é um bicho defendido em todo o mundo. É proibido pescá-lo. Aqui também vocês não o pescam. Porquê?
Pescador: Oh porque a carne não presta. As pessoas não o compram.
Viver na Terra: Mas, para além disso, é um bicho que não devemos matar e é internacionalmente proibida a sua pesca.
Pescador: Eu sei, eu sei, mas se servisse para a venda nós os pescaríamos às escondidas.

É muito comum ouvir dos pescadores artesanais em Cabo Verde que a pesca de linha, o método de pesca mais difundido e tradicional do arquipélago, não acaba com o peixe: "como dizem os pescadores mais velhos, a desova de um peixe, pescador pode pescar até o fim da sua vida que não consegue pegar tudo" (Entrevista concedida por pescador na ilha do Maio em junho de 2017).

Quando fazem esse tipo de afirmação, estão fazendo uma leitura da realidade social da atividade a partir de seus próprios termos, pois possuem uma consciência aguda de que "se tivesse somente pesca de linha, pescador estava na melhor situação" (Entrevista concedida por pescador na ilha do Maio em junho de 2017).

Por terem uma consciência muito aguçada das dinâmicas que compõem os nichos ecológicos que exploram, talvez os pescadores artesanais de Cabo Verde sejam os menos enganados em relação ao que acontece em seus mares. E talvez venha daí a grande dificuldade que se encontra quando se tenta convencê-los a mudarem suas práticas, pois vivem de maneira intensa as contradições do modelo de apropriação industrial dos mares do arquipélago, sem que sua perspectiva seja levada em conta.

No turbilhão das contradições geradas por esses modelos distintos de apropriação do espaço marítimo, convencer um pescador a não apanhar uma tartaruga com a qual se deparou no caminho para as pescas ou tentar convencê-lo a não jogar um saco plástico na água para não poluir o oceano, parece soar como algo que beira ao ridículo. Isso porque os pescadores artesanais também são mestres em perceber as dimensões escalares dos processos nos quais encontram-se implicados.

Com isso, ao menos algo da "rebeldia" que se costuma atribuir aos pescadores artesanais do arquipélago me parece advir de respostas muito concretas a um modelo de gestão estatal da atividade que os exclui, os oprime e os aprisiona em uma condição "milenarista" (Jean, Comaroff; John, Comaroff, 2010, p. 6).

Com isso, a produção de imagens essencializadas sobre o conjunto dos pescadores artesanais deve mais uma vez ser compreendida como algo central para aquilo que venho chamando de *racialização dos descontentes*. "Eles", os pescadores, sempre agem "dessa" ou "daquela forma" em relação ao pescado que vendem, sempre pensam desse ou daquele jeito em relação às suas associações, sempre vivem desse ou daquele modo em relação ao seu dinheiro, em um processo de generalização do seu comportamento que oblitera, sobremaneira, uma justa compreensão de suas práticas e saberes. Essas generalizações também contribuem para a despersonalização desses atores sob critérios e balizamentos que ratificam toda uma cultura política que insiste em localizá-los nas "posições mais baixas" da sociedade.

Se, de um lado, vemos um processo de produção de generalizações que amparam as classificações estatais da atividade; de outro, é possível observar essas classificações se sobrepondo tanto aos comportamentos compartilhados que definem esses atores como mestres de pesca, como às trajetórias individuais distintas que singularizam esses sujeitos.

Entre os pescadores costuma haver uma intensa construção e compartilhamento de códigos de conduta que amparam o seu saber. Há, portanto, a construção coletiva de um ofício em torno do qual se observam tendências que podem ser identificadas como elementos de um ethos artesanal pesqueiro (Maldonado, 1986, p. 32). Tais tendências constituem dinâmicas em fluxo contínuo em torno da produção de conhecimento sobre as águas, do saber taxonômico sobre as espécies de peixes, bem como das tentativas reiteradas de produzir estabilidade em um território de grandes incertezas ((Maldonado, 1986, p. 32).

Compreendo como importante a discussão desses contrastes por perceber que no jogo da *racialização dos descontentes* as ações de estado não costumam defini-los a partir

desses critérios – como os mestres de pesca que são –, mas conforme os sinais diacríticos que os definem como sujeitos oriundos das classes populares do país.

Trata-se, aqui, de um nível superior de mobilização dos tropos narrativos produzidos desde o período colonial, com o objetivo de administrar o conflito social que decorre, principalmente, da manutenção de uma fronteira (Oliveira Filho, 2021; Martins, 2009).

No âmbito desse jogo de representações, há um processo de retroalimentação entre essas desqualificações pelo senso comum do arquipélago e as definições do pescador artesanal como uma categoria estatal que é manejada pela gestão estatal da atividade. O que, outra vez, eleva a distância entre aquilo que é dito sobre as pescas e aquilo que pode ser observado em campo junto a essas comunidades.

Como não poderia deixar de ser, ao longo desses anos em contato com os praticantes da pesca artesanal em Cabo Verde, conheci pescadores abstêmios, outros tantos extremamente zelosos com sua segurança no mar, pescadores que se tornaram ferrenhos protetores de tartarugas, pescadores de finais de semana, pescadores reservados e outros tantos que são católicos, evangélicos, de direita, de esquerda, etc.

Assim, sujeitos complexos que, por meio de suas práticas cotidianas, contrariam as expectativas em torno das definições que estabelecem "uma visão única da sua identidade, e uma visão idêntica da sua unidade" (Bourdieu, 1989, p. 117).

Escusado dizer que o contrário também é verdadeiro. O processo de abandono social generalizado das pescas se desdobra em alcoolismo, baixa estima, revolta e conflito social. São essas últimas, porém, as situações que alimentam os tropos que acabam por definir os pescadores artesanais do arquipélago como uma categoria estatal a ser gerida (Souza Lima, 2002).

Se a heterogeneidade no interior das dezenas de comunidades de pesca existentes no país assemelha-se à base elementar de sua composição, o conflito social parece se expressar por meio de uma atitude ativa de positivação cada vez mais unívoca dos elementos de sua estigmatização. Com isso, o que se costuma entender por degeneração social, pode vir a ser reafirmado entre os pescadores como critérios de liberdade.

Desenvolve-se, a partir daí, uma espécie de linguagem de liberdade que, por meio de discursos e comportamentos, contrapõe os espaços de autonomia proporcionados pela atividade – aos empregos precários que estão disponíveis para as camadas populares das ilhas. Lembro que o salário mínimo atual em Cabo Verde é 15 mil escudos (cerca de 150 euros) e que esse é um valor relativamente fácil de se alcançar em apenas um dia de pesca.

Os altos ganhos da pesca artesanal acabam por permitir que sujeitos oriundos dos "degraus mais baixos desta sociedade" adotem atitudes e comportamentos que não costumam ser estendidos a classes populares, como escolher o dia que se vai ao trabalho, se permitir passar uma tarde jogando cartas, falar o que vem na mente sem se preocupar com convenções sociais, almoçar em um restaurante em um dia de semana, consumir bebidas alcoólicas no meio da tarde, etc.

Nesse sentido, a liberdade da pesca se desdobra em liberdade política e social, o que exige das instituições estatais um aumento significativo dos níveis de sofisticação no âmbito do que venho nomeando de *gestão racializada dos descontentes*.

6.2 Estabilizando uma sequência de quadros de referência

Recapitulemos algumas etapas desse processo histórico que estou analisando para podermos estabelecer, de maneira cada vez mais precisa, os principais pontos de referência dessa discussão.

Do início do século XIX às décadas anteriores à independência, encontrei, em quantidade significativa, análises e textos produzidos sobre a atividade pesqueira do arquipélago que reduzem, sobremaneira, a complexidade do fenômeno.

Uma das minhas intenções com este trabalho é demonstrar que se trata de um erro pensar que a herança colonial pode ser resumida a prédios velhos, masmorras, fortes, senzalas e pelourinhos. No caso da pesca em Cabo Verde, a administração colonial lega ao território independente um cabedal ideológico que tem profundas consequências na atual gestão estatal das pescarias.

Nesse sentido, defendo que o livro de Secca (1945) pode ser compreendido como uma "ação de estado" (Bourdieu, 2014), antes mesmo da abolição da condição de colônia e, portanto, da invenção de um estado moderno e independente no arquipélago.

Isso porque, ao avançar com a exploração industrial do peixe, a máquina administrativa colonial fornece as bases materiais e simbólicas para o reposicionamento do arquipélago nas redes transnacionais do capitalismo global, tendo o pescado como moeda de troca para essas operações (Souza Lima, 2002; Bourdieu, 2014; Pereira, 2021).

Do meu ponto de vista, o livro de Secca (1945) é uma peça crucial de montagem dessas equações. Isso porque sua obra dá boas indicações do caminho que se deve seguir para, reduzindo a pesca local às raias do primitivismo, garantir, com base em uma retórica de especialistas, direitos de precedência sobre a exploração do pescado da região.

Além disso, Secca (1945) e seus seguidores foram fundamentais na produção de justificativas que ancoraram e justificaram a imobilização da mão de obra local, ajudando a conformar, assim, um contexto social e político minimamente favorável à introdução no arquipélago de novos sistemas de exploração do pescado.

Sistemas que, assim como ocorreu na Europa e em grandes áreas da costa oeste africana e na costa brasileira, levariam inevitavelmente os stocks de peixe à beira da falência, com o consequente comprometimento das condições ecológicas que asseguram a existência da cultura marítima local (Diegues, 2004).

No âmbito dessa disputa, a consolidação de uma burocracia estatal nascida do estado independente pode ser lida como um processo de despersonalização do poder (Weber, 1999) que garante um arranjo que transforma o pescado das ilhas em uma espécie de reserva de extração para as grandes potências capitalistas. Uma dimensão da exploração do pescado em Cabo Verde que racializa o seu acesso, ao mesmo tempo que permite a criação de mecanismos consistentes de administração do conflito social surgido a partir dessas escolhas políticas.

PARTE IV – A PESCA ARTESANAL EM TARRAFAL DE SANTIAGO

> Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado (Pollak, 1989, p. 8).

7 HISTÓRIA DE SANTIAGO E TARRAFAL

Em "Memória, Esquecimento, Silêncio", artigo de Michael Pollak publicado no Brasil pela revista *Estudos Históricos* em 1989, o sociólogo austríaco discute questões importantes para esta tese. Refletindo sobre o "enquadramento da memória" como um trabalho de estabilização de referências temporais no processo de elaboração de memórias coletivas, o autor levanta questões acerca da relação dessas operações com as memórias subterrâneas dos marginalizados.

Isso porque, por mais acabada que possa parecer a estabilização de uma memória coletiva – entre essas, creio que poderíamos incluir os mitos nacionais – sempre há zonas de tensão em função dos recortes da história refletirem as relações de poder que estruturam essa ou aquela sociedade como uma comunidade imaginada (Anderson, 2008, p. 256).

Entre as situações concretas com as quais trabalha no texto, Pollak (1989) cita o caso dos judeus alemães que sobreviveram aos campos de extermínio e que ao retornarem à Alemanha ou a Áustria, precisaram conviver com aqueles que "ao menos sob a forma de consentimento tácito, assistiram à sua deportação" (Pollak, 1989, p. 5).

Isso porque a ação dos nazistas logrou enredar os judeus em "uma parte importante da gestão administrativa de sua política anti-semita", ludibriando a comunidade judaica a ter esperança de "limitar perdas" ou de mudar os rumos da "política oficial" do regime (Pollak, 1989, p. 5-6).

Após a queda dos nazistas e diante da necessidade de elaboração de uma política da memória que fosse capaz de repudiar com veemência os horrores da guerra, parte das situações que criaram as condições para o holocausto tornaram-se "tabu nas histórias individuais na Alemanha e na Áustria, nas conversas familiares e, mais ainda, nas biografias dos personagens públicos" (Pollak, 1989, p. 6).

Em se tratando do colonialismo, quando o considero nas suas dimensões materiais e simbólicas mais profundas, faço por meio do diálogo com a perspectiva de Césaire (2020), pois creio que encontro nessa obra uma crítica sólida o bastante para possibilitar o estabelecimento de alguns paralelos com as questões colocados por Pollak (1989).

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que, onde quer que o colonialismo tenha sido empregado como uma prática de controle administrativo de um território, é possível identificar escalas inéditas do emprego de violência em suas mais variadas modalidades (Fanon, 1968; Cabral, 2011), fenômeno que, para Césaire (1978), teria criado as condições de possibilidade para o surgimento de algo como o holocausto, no coração da Europa.

Diante de eventos de violência dessa magnitude, onde quer que eles tenham ocorrido, é preciso lidar com suas memórias. Isso porque se trata de eventos que passam a atravessar o cotidiano dessas sociedades, obrigando os indivíduos a terem alguma sorte de posição em relação a essas grandes questões do "passado". Além do mais, também é necessário tratar com os grupos sociais ou com seus descendentes diretos, que, de uma forma ou de outra, implicaram-se nesses planos de violência (Das, 2020; Césaire, 1978; Pollak, 1989).

No caso de Cabo Verde, uma das camadas mais aterradoras da violência do colonialismo foi a transformação das ilhas até então desabitadas, no maior entreposto de escravizados já existente. Para que isso ocorresse, foi necessário empreender a ocupação das poucas terras férteis existentes no arquipélago com um sistema de *plantation* que dava suporte ao funcionamento da sociedade de base escravocrata.

Para além dessa grande operação que desencadeou o processo de ocupação permanente das ilhas, outro aspecto fundamental dessa ocupação colonial foi o desleixo, o abandono e a negligência da administração colonial, que marcaram a relação da metrópole com o arquipélago, desencadeando as dezenas de crises de fome que criaram crises humanitárias catastróficas, que influenciaram aspectos centrais da realidade social das ilhas (Andrade, 1996; Lopes, 2021; Patterson, 1998).

A severidade dessas crises e suas dimensões sociais e políticas foram recentemente debatidas pelo jornalista e escritor cabo-verdiano José Vicente Lopes (2021). Fomes que vitimaram até 30 mil pessoas de uma única vez. Fomes que, somadas às ondas de epidemias, varreram a população das ilhas em inúmeras ocasiões (Patterson, 1998).

Apesar desse quadro social marcado por tragédias sucessivas, também foi nesse mesmo arquipélago que surgiu uma oligarquia rural que ficou conhecida como "os brancos da terra". Essa classe, com o passar do tempo, assumiu posições importantes na máquina de administração colonial, chegando a atuar em postos avançados nos demais territórios africanos sob o domínio de Portugal (Cabral, 2000; 2004)[83]. Foi daí que se consolidou no arquipélago uma elite letrada que, a partir de seu capital escolar, muito precocemente produziu movimentos intelectuais que construíram a nação antes do estado, fundando, assim, o sentimento da cabo-verdianidade (Anderson, 2008; Anjos, 2003; Barros, 2012).

O problema é que no trabalho de "enquadramento da memória" (Pollak, 1989) que sustenta o mito nacional, dependendo da conjuntura política, ora se pensou a singularidade do arquipélago como mais próxima de "África" e ora se pensou o "espírito" da nação como mais ocidental e, portanto, como mais próximo da Europa em termos civilizacionais (Anjos, 2003). Essa relação de tipo pendular tornou-se uma constante da vida social e política cabo-verdiana; volta e meia, as disputas em torno desse tema emergem nos debates públicos do país (Anjos, 2000; 2003).

Foi o que ocorreu recentemente em torno do lançamento do livro do antropólogo cabo-verdiano Manuel Brito-Semedo que, com todas as letras e sem rodeios, relançou a tese de que Cabo Verde não seria "África" e que o grupo político que teria "inventado" essa ideia o fez com fins meramente políticos e ideológicos[84].

Se, de um lado, a nação nasceu antes do estado e foi produzida por uma elite intelectual que ora aproxima e ora afasta a identidade do arquipélago do continente africano (Anjos, 2000), o estado propriamente dito foi colocado de pé a partir da independência em 1975 por uma geração com fortes vínculos com o pan-africanismo, com o socialismo africano e com as lutas anti-coloniais que marcaram o panorama político do continente naquele século (Moyo, 2003).

---

[83] Esse quadro não nos deve surpreender e, tampouco, deve ser pensado como uma excentricidade do contexto cabo-verdiano, se levamos em conta que "O mundo é dualista em toda parte – sendo esta uma das realidades pelas quais devemos ter respeito" (Comaroff; Jean; Comaroff, John, 2010, p. 38).

[84] A publicação dessa obra causou uma grande celeuma no país que envolveu, inclusive, o presidente da República que, apesar de não ter concordado com as teses de Brito-Semedo, defendeu o direito do autor de expressar suas ideias. (Disponível em: https://www.voaportugues.com/a/antrop%C3%B3logo-cabo-verdiano-provoca-debate-sobre-crioulidade-na-contram%C3%A3o-da-reafricaniza%C3%A7%C3%A3o-das-ilhas/7511234.html. Acesso em: 29 jun. 2024).

Foi durante esse período "pan-africano", em que se lutava pela "reafricanização dos espíritos", que a cultura artesanal marítima do arquipélago emergiu da insignificância na qual se encontrava encerrada pela administração colonial das ilhas.

É curioso observar como a aproximação de certos atores sociais dos paradigmas da descolonização os predispuseram a reconhecer com mais objetividade a relação direta entre o colonialismo e as catástrofes humanitárias ocorridas nas ilhas (Andrade, 1996). Outrossim, não me parece estranho que o abandono desses mesmos paradigmas, a partir da abertura econômica do início da década de 1990, tenha resultado nos processos que passo a identificar dentro do escopo do conceito de *racialização dos descontentes*.

Com isso, creio que quando um autor como Brito-Semedo (2023) retoma de maneira tão contundente a ideia de recusar a africanidade do arquipélago a partir, justamente, do ataque à noção de "reafricanização dos espíritos", tenho a impressão de que estamos presenciando um índice importante do quão são permanentes as lutas em torno do enquadramento das memórias coletivas[85]. Lutas que, fatalmente, passam pelos dilemas mais sensíveis da contemporaneidade. Entre esses, aquele que se configura em torno do pescado, opondo o poder nacional à base camponesa da sociedade.

Ter em perspectiva esse mapa social de disputas materiais e simbólicas me parece um caminho incontornável para se melhor compreender o lugar social reservado a sistemas locais de conhecimento produzidos nas margens do sistema colonial e sob forte influência de culturas africanas.

Com isso, se, de um lado, o estado independente foi bastante veloz em estabilizar um corpo burocrático/especializado, refletindo a habilidade política dos cabo-verdianos em lidar com instituições "ocidentais" (Lopes, 2012); de outro, dar protagonismo às agências subalternizadas – e, portanto, a atores pouco escolarizados e historicamente racializados – parece ser algo que ameaça de maneira objetiva os arranjos simbólicos em torno do mito nacional, quando esse se afasta da "reafricanização dos espíritos" e busca refletir uma sociedade "acima dos africanos em termos civilizacionais" (Anjos, 2000; 2003).

[85] Para Brito-Semedo, a "re-africanização" foi uma opção política e ideológica assumida como fundamentação para a luta armada do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAIGC) e implementada com a independência nacional. Esse estudo apresenta factos e argumentos e procura questionar a narrativa africanista institucionalizada apresentando, em seu lugar, uma outra, numa perspectiva mais antropológica da História de Cabo Verde abrindo, assim, caminho para um debate descomplexado e sem qualquer carga ideológica sobre a identidade do cabo-verdiano" (Brito-Semedo, 2023, p. 129).

Nesse sentido, emulando a proposta de Das e Poole (2008) sobre a centralidade das margens para a constituição dos centros de poder, a posição de marginalidade social dos atores locais que guardam e desenvolvem a rica cultura artesanal marítima do arquipélago seria algo que não pode ser interpretado como fruto de uma obra inacabada de expansão da cidadania, mas como uma condição social central para a produção do arranjo simbólico que sustenta o mito nacional, quando esse afirma a sociedade cabo-verdiana como um espelho do ocidente (Said, 1990).

A partir do que foi dito até aqui, acredito que os territórios artesanais pesqueiros estejam em uma espécie de encruzilhada simbólica, quando os consideramos a partir de suas dinâmicas com o estado e com a sociedade mais ampla.

Localizadas nas zonas do "não dito" (Pollak, 1989, p. 8) em função dos arranjos do poder local e de suas estreitas relações com os "parceiros ocidentais", minha intenção é encaminhar este capítulo em direção ao "ordinário", como sugere Veena Das (2022), como forma de etnografar os efeitos dessas dinâmicas na vida cotidiana de uma comunidade de pesca de Cabo Verde. Com um único porém, que como afirmado na introdução, faço essa aproximação mais em relação aos conflitos que cercam essa comunidade pesqueira, do que em relação aos seus atores, por acreditar que nesse momento de disputa, conforme preconiza Little (2006), é preciso explorar as vantagens metodológicas de etnografar e de expor para um público mais amplo, como se configuram as disputas pelas praias e pelo pescado do país.

Para isso, mobilizei tanto a história de ocupação colonial da região de Tarrafal, como o trabalho de campo junto a essa comunidade pesqueira. Morei cerca de um ano e meio na cidade de Tarrafal, em uma casa muito próxima da área de atuação dos pescadores. Essa proximidade me deu a oportunidade de frequentar a área das pescas de maneira rotineira ao longo desse período, de estabelecer relações sólidas com aqueles mais afeitos aos afazeres da pesquisa, de participar de expedições de pesca e de observar de maneira atenta e cuidadosa as dinâmicas de trabalho da comunidade.

O tempo mais longo com essa comunidade de pesca também foi fundamental para que eu conseguisse vencer a desconfiança dos pescadores com a presença de um estrangeiro fazendo inúmeras perguntas sobre seus afazeres, como também foi crucial para que eu tivesse a oportunidade de vivenciar, junto à comunidade, as diferentes fases pelas quais a atividade passa ao longo do ano em função da mudança das estações que afeta de maneira direta tanto as relações ecológicas do mundo das águas, como também as dinâmicas de trabalho da pesca.

Sobre a relação do estado com a comunidade, estar mais tempo com os pescadores me proporcionou uma exploração sistematizada de como certas noções sobre os pescadores que se encontram impregnadas no senso comum acabam por guiar a ação dos agentes públicos que operam junto aos pescadores e até mesmo de alguns pescadores que acabam por se dividirem enquanto uma comunidade de ofício, na esteira das conflitos sociais vivenciados.

Conflitos esses que são o motor da *racialização dos descontentes*, que se torna uma ferramenta de poder e de controle social diante da oposição da comunidade pesqueira contra uma gestão tecnocrata e muito pouco afeita ao que considero que seria uma escuta socialmente responsável diante de cenário de disputas desiguais, injustas e desonestas pelo peixe e pelas praias do país.

Também se faz necessário dizer, considerando esse quadro conflitivo, que muito me esforcei para preservar a identidade dos meus informantes, o que acarretou alguns desdobramentos na apresentação dos dados etnográficos sobre a comunidade pesqueira de Tarrafal.

Em primeiro lugar, precisei refletir de maneira profunda sobre como deveria apresentar as questões relatadas a seguir. Tive conversas muito honestas com aqueles que são nomeados nesta tese e só procedi de maneira a revelar seus nomes depois de consentimento prévio e de muito avaliar suas relações pessoais com os agentes do estado e com os conflitos existentes nessa área de pesca.

Isso porque ficou evidente o cuidado que muitos pescadores e peixeiras adotam ao falar de determinados temas por estarem conscientes de que estão sendo vigiados de perto pelos agentes do estado e que essa vigilância pode vir a resultar em processos muito concretos de retaliação política.

Se eu não cheguei a ser diretamente ameaçado ao tratar de determinados temas, não posso negligenciar o fato de ter me sentido muito perto disso em inúmeras situações ao longo do campo. Isso porque, principalmente na interlocução com os agentes do estado, ao colocar na mesa de maneira explícita a posição política comunicada pelos pescadores sobre temas como a falta de pescado ou a venda de áreas da praia para atividades do turismo, não tive dúvidas de que estava incomodando.

Diante dessas questões, voltar as “lentes” da etnografia para os atores que gravitam em torno da pesca – como os agentes do estado implicados em sua gestão, entre outros – foi uma estratégia que empreguei na etnografia junto aos pescadores da comunidade pesqueira de Tarrafal de Santiago.

Se essa é uma estratégia capaz de minorar os riscos de exposição de meus interlocutores, ela também deve servir para lembrar que este é um trabalho que se preocupa mais com os efeitos sociais e políticos da manutenção de relações desiguais de poder do que com a compreensão de técnicas de pesca esvaziadas do seu sentido histórico e de sua posição social no presente.

Por fim, não creio e muito menos defendo que a minha proposta de diálogo com os pescadores seja a única possível, nem que deva ser mobilizada como um modelo a ser seguido. Ela só é a minha proposta, com meus erros e acertos que pretende ser compreendida como uma tentativa de olhar tanto para a história, como para o presente, a partir das áreas da pesca e não por meio de modelos externos ao arquipélago interessados em desqualificar os saberes locais em nome dos mais óbvios interesses especulativos.

7.1 O tráfico negreiro como motor da ocupação do lado norte da ilha de Santiago

O processo de ocupação da região norte da ilha de Santiago, onde se encontra situado o concelho de Tarrafal, iniciou-se na primeira metade do XVI e ocorreu em função do tráfico negreiro (Santos, 2023)[86].

As excelentes baías de águas calmas, a extraordinária abundância de pescado de suas águas, a presença de ribeiras de terras férteis, a importante quantidade de fontes de água doce e sua posição privilegiada na rota dos escravizados foram fatores decisivos que concorreram para que ainda por volta da década de 1540, surgissem as primeiras povoações da região: Fazenda, Trás-os-Montes e Ponta Furna (Santos, 2023)[87].

[86] No presente, Tarrafal também é o nome da cidade que é a sede do concelho homônimo. As nove ilhas habitadas do arquipélago são divididas em 22 concelhos. Nove desses concelhos encontram-se em Santiago, sendo Tarrafal aquele que ocupa toda a ponta mais ao norte da maior ilha do país. (Disponível em: https://aai.gov.cv/cabo-verd. Acesso em: 9 abr. 2024).

[87] Era a partir da baía da Fazenda que os navios negreiros se abasteciam de água e víveres para seguirem suas viagens transatlânticas, até ao menos por volta do início do século XVII, quando o tráfico de escravizados é desviado de Cabo Verde pela administração colonial do território. Para mais detalhes sobre essa questão do desvio do tráfico negreiro do arquipélago, ver Iva Cabral (2000).

Figura 18 – Mapa do concelho em destaque



Disponível em: https://mapcarta.com/pt/Tarrafal_%28Santiago%29/Mapa. Acesso em: 10 abr. 2024.

Inicialmente, surgidas como áreas de apoio ao tráfico negreiro, onde os navios se abasteciam antes das viagens para o Brasil e para outros portos de escravizados na América e na Europa, essas localidades se constituíram a partir de bases fortemente camponesas, o que não as difere do que ocorreu por toda a extensão do arquipélago (Santos, 2023).

Se, a partir de 1540 e até por volta do início do século XVII, o tráfico negreiro induziu o surgimento dessas povoações, com a mudança da rota dos escravizados, que deixou de passar por Cabo Verde pelos inícios de 1600 (Cabral, 2000), Fazenda, Trás-os-Montes e Ponta Furna foram sendo abandonadas pela administração colonial e ficando relativamente isoladas da parte sul da ilha para onde migraram os principais núcleos administrativos da colônia.

Foi também em função dessa condição de relativo isolamento, como demonstra António Leão Correa e Silva (2023), que essa parte montanhosa da ilha de Santiago passou a receber "criminosos" e "escravizados" em fuga, além de qualquer outro que não tinha condições de escapar do arquipélago e que buscava distância da administração colonial (Silva, 2023).

> De resto, tornou-se comum os ouvidores absorverem e reproduzirem as nostálgicas estórias locais acerca dos tempos de outro em que os escravos fugidos e homiziados haviam sido eficazmente combatidos e a pax escravocrata reinara sobre os campos. Um passado mais fantasioso do que vivido, porque, na prática de há muito que as coisas tinham passado a ser diferentes. Com a marginalização de Santiago das rotas do comércio transatlântico, nas quais a agricultura insular estava bem integrada a montante e a jusante, o fenômeno da fuga adquirira novas dimensões, inscrevendo-se como parte integrante da paisagem social seiscentista e setecentista [...]
> Foi neste quadro de medo dos ajuntamentos de escravos fujões, da fome de mão-de-obra e da consciência de que era preciso reverter o fenômeno, antes que o pior acontecesse, que se desenharam as primeiras iniciativas por nós

> conhecidas das expedições punitivas. Na base, tinham a suportá-las tanto os interesses senhoriais locais – dominantes na força miliciana – como os régios. Por uma carta datada de 1 de fevereiro de 1709 ficamos a saber que o governador Gonçalo Lemos Mascarenhas havia mandado organizar entre os anos de 1703 e 1706 uma força estimada em mais de 400 homens, comandada pelo capitão Francisco Araújo Veiga, o sargento-mor Belchior Monteiro, o juiz ordinário António Souza e o capitão de infantaria Francisco Soares, além de "muitos capitães reformados e oficiais de justiça, para se acerca do sítio de Julangue a fim de ali "prenderem uns negros forros regúlos e levantados (Silva, 2023, p. 501-502).

Daí ser tão comum encontrarmos na paisagem de Santiago, com seus 75km de comprimento e 35km de largura, zonas de ocupação muito antigas encravadas nos picos de suas serras que se converteram em pequenos aglomerados de famílias que ainda hoje ocupam esses antigos territórios de liberdade, constituídos a contrapelo da ditadura colonial.

Levando em conta essas linhas de força do processo de ocupação dessa região do arquipélago, creio ser possível afirmar que o norte de Santiago deve ser lido como uma área síntese do notável mosaico de práticas e saberes populares que expressam as estratégias locais e, portanto, não necessariamente estratégias coloniais, de ocupação permanente do território dessas ilhas (Anjos; Sant'Ana Júnior; Brustolin, 2016).

Estratégias essas que possuem, em sua base, a integração entre pesca artesanal, agricultura e pecuária, todas praticadas em pequena escala e organizadas sob um sistema de compensações que busca lidar com os severos condicionamentos que os longos períodos de estiagem submetem o universo camponês do arquipélago.

Por isso, parece ser difícil imaginar algum momento do passado em que tenha havido a prática exclusiva de pesca ou de agricultura, sendo possível pressupor movimentos que acompanharam ora as temporadas de chuva, ora as temporadas de peixe, em uma espécie de triangulação que buscava proteger o mundo camponês dos ciclos das fomes (Lopes, 2021)[88].

> Em Tarrafal tinha muito peixe, na casa de atum, na beira mar tem aqueles pé de árvore grande, aqueles espinhos lá, amarrava atum no pé, de cabeça para baixo, com um pau na barriga pra ventilar vento, para de manhã cedo levar pra

[88] Mesmo no presente, nos meses que antecedem as chuvas, há muitos relatos no arquipélago de que a "mão de obra" desaparece. Por volta de julho e agosto, há um movimento intenso de pessoas de volta para os campos de cultivo onde se engaja de maneira intensa na abertura de sementeiras para agricultura de sequeiro. Abrem-se covas, semeia-se principalmente o milho e o feijão e depois se torce muito para que a chuva venha e que seja em quantidade suficiente para compensar o ciclo da colheita das plantações. Ao longo de 2003, eu acompanhei de perto esse processo. Naquele período, apesar de ter chovido razoavelmente, em outubro, a chuva cessou e muito do que estava quase a ponto de ser colhido, acabou sendo perdido.

> Praia, de um dia pra outro levava pra Praia, no carro. Punha peixe de noite, pra levar pra Praia de manhã. A pesca…Tarrafal tinha muito peixe. Também o dinheiro era pouco, mas tudo era barato também né. Quer dizer, eu fazia pesca, mas fazia um pouco de agricultura também né, agricultura de sequeiro, semeia milho, feijão, mancara, eu tenho um campo pra riba ali, criação de gado também, criar boi, dentro de pesca tem umas coisas no meio para agricultura. Eu tinha boi grande, vende boi, tem vaca também. Tinha vaca, tirava aquele leite, os meninos tomavam aquele leite pra café, aquele outro nós vendia aquele leite. (Entrevista com pescador artesanal de Tarrafal).

O trabalho secular de integração dessas atividades deu origem a uma territorialidade muito própria que marcou a paisagem do arquipélago e da região norte da ilha de Santiago com dezenas de percursos tradicionais que interligam as povoações entre si, como também traçam a ligação entre esses pequenos povoados e suas zonas de cultivo, de pesca e de pastoreio.

Caminhos que levavam às fontes de água doce do passado, como também aos depósitos de argila com a qual se passou a fazer um artesanato muito característico da região que fora desenvolvido como forma de criar utensílios básicos para o uso doméstico.

> Trás-os-Montes sempre foi uma zona rural. Apostava-se desde sempre na criação de animais, agricultura e pescas. Aquela que a gente chama de rede de arrasto dava muito. Agora com o aumento de barcos que vêm para Cabo Verde, então o peixe diminuiu, já a aposta na pesca é pouco, agora mais é agricultura e criação de animais. Mas sempre pescamos muito na zona de Angra e Medronho. Como não havia eletricidade para conservar o peixe, tudo era salgado para ser conservado. E aqui havia mulheres que viviam de artesanato, faziam louças, faziam balaios, faziam potes para por água, bandejas e a tradição de artesanato é antiga, não sei quantos anos, mas meu avô e avó já faziam. Esse artesanato era usado nas casas e vendido para a zona de Principal, Achada Mourão, Lagoa, vendia muito. Antes não haviam outros pratos, usávamos mais os pratos de louça, feitos aqui. (Mamede Lopes Costa, liderança comunitária de Trás-os-Montes. Entrevista concedida em 8 ago. 2023).

Dona Maria, presidente da cooperativa de artesãs de Ponta Furna, também conta muitas histórias sobre um tempo em que as tarefas mais corriqueiras da vida cotidiana exigiam grandes esforços de todo o núcleo familiar.

A água para o uso doméstico, por exemplo, só podia ser coletada a distâncias consideráveis e era feita por meio de latas que eram equilibradas sobre as cabeças das mulheres que abasteciam os potes de argila feitos para essa finalidade.

São justamente as áreas camponesas como essa que produziram uma das instituições sociais mais marcantes da moralidade camponesa do arquipélago (Woortmann, 2018a), o Djunta Mon, prática de mutirões que mobilizam as comunidades

em torno da construção de casas, do preparo dos terrenos para a agricultura, da criação de animais e das atividades pesqueiras[89].

> Djunta-mon é não apenas uma prática social de subsistência num meio agreste como é Cabo Verde, é também uma filosofia existencialista. Significa que, sozinha, posso fazer o que quiser; mas, se tiver outras mãos em meu auxílio, poderei ir mais longe. Há nisso a lógica da entre-ajuda e da reciprocidade. Eu estou contigo quando precisas, tu estás comigo quando preciso. Isso faz lembrar a filosofia Ubunto: «eu sou porque tu és» (Disponível em: https://expressodasilhas.cv/topico/africa-djunta-mon. Acesso em: 7 abr. 2024).

No presente, a igreja de Trás-os-Montes, erguida ainda no século XVI e reconhecida como o primeiro templo religioso construído ao norte de Santiago, ainda é um importante local de integração da vida comunitária das três localidades mais antigas da região (Santos, 2023).

> As actividades pastoril e piscatória fomentaram o rápido crescimento da população, fazendo com que na linha do espírito de evangelização de escravos fosse iniciada em 1572 a construção duma capela em Trás-de-Monte, capela que começou a funcionar em 1573, tendo como seu santo padroeiro Santo Amaro Abade (Santos, 2023, p. 19).

> Sobre a igreja, hoje já existe missa lá na Fazenda, mas antes vinham todos para Trás-os-Montes. Mas ainda vem pessoas de lá para a missa aqui. A igreja recebia todos os hóspedes. Ficava cheio, vinha todo mundo para a missa aos domingos (Mamede Lopes Costa, liderança comunitária de Trás-os-Montes. Entrevista concedida em 8 ago. 2023).

Se a paisagem de Trás-os-Montes ficou marcada por um templo religioso centenário, a comunidade de Fazenda tem em sua extensa baía de águas tranquilas, um importante elemento de sua identidade sociocultural.

> Fazenda é o berço do extremo norte de Santiago. Para além da intensa actividade pastoril, esse grupo de pastores dedicou-se à pesca, não só pela necessidade de sobrevivência, mas também pela abundância de peixe na baía da Fazenda (Santos, 2023, p. 17).

Povoada de sítios históricos e de vestígios do passado colonial, como um conjunto de ossadas humanas que teriam sido encontradas junto à praia e sobre o qual muito se fala, diferentemente de Trás os Montes e Ponta Furna, Fazenda está localizada a poucos metros do mar.

---

[89] O Djunta-Mon ainda é largamente praticado principalmente nas zonas camponesas do arquipélago e foi um dos slogans de campanha do atual presidente da República.

A povoação se encontra entre uma ribeira de terras férteis de um lado, um importante terreno coletivo de pastagem que é utilizado por várias comunidades da região de outro, e, finalmente, pela base norte do Monte Graciosa. Outro elemento importante da paisagem da Fazenda é o local conhecido como Pedra N´Pena, abundante mina de águas cristalinas encravada na Graciosa que foi largamente utilizada no passado pelos navios negreiros.

Durante séculos, foi também desse local que saiu a água que era utilizada por toda a comunidade. Nos dias de hoje, Fazenda não foge à regra das outras duas comunidades pioneiras do norte da ilha, sendo uma vila com cerca de 50 famílias que conserva seu hábito de viver com portas e janelas abertas e de manter uma vida comunitária tranquila e fortemente ligada às atividades de agricultura, pesca e pecuária.

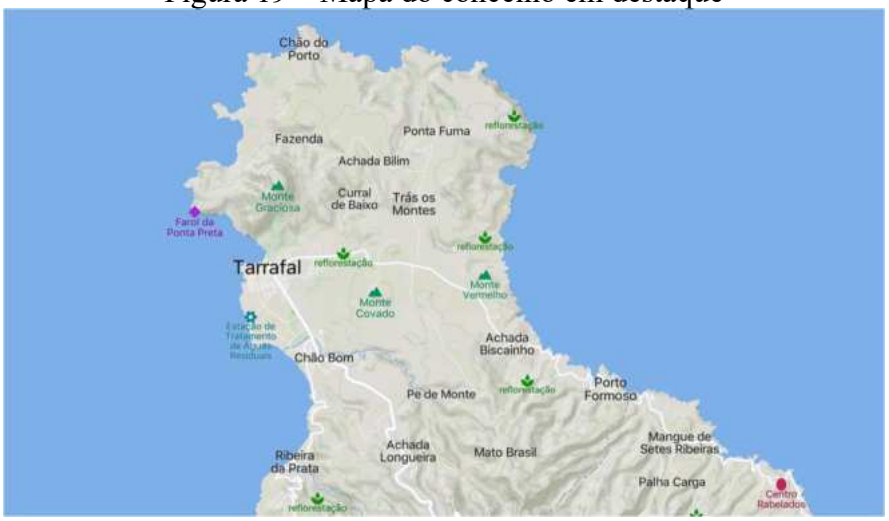
7.2 De uma zona de fuga à cidade mais importante ao norte de Santiago

Ao contrário da estreita relação com tráfico negreiro que catapultou o surgimento das primeiras comunidades ao norte de Santiago, no sopé oposto do Monte Graciosa, a povoação do Mangue, atual Vila de Tarrafal, despontou nesse mesmo período como uma zona de fuga da situação colonial.

> A primeira povoação de Mangue nasce na parte fronteira à baía que mais tarde passou a ostentar também o nome de baía de Mangue. Por ser esta região baixa de Tarrafal muito pantanosa à época, um denso manguezal surgiu na proximidade da baía, autêntico habitat duma grande variedade de animais, que atraiu para ali os primeiros moradores, surgindo assim as primeiras palhotas, ou seja, a fixação dos primeiros moradores neste ponto que até há bem pouco tempo era conhecido "por palhota", mais ou menos no espaço onde hoje estão implantados os edifícios de Cachoeira e outras residências. Os primeiros moradores de Palhota eram escravos fujões e "criminosos" que ali se refugiavam devido aos recursos alimentícios existentes e da possibilidade de se esconderem das autoridades e, até de rispostarem em caso de perseguição [...]
>
> Toda a zona circundante da baía de Mangue continuou como refúgio de escravos fujões e de "criminosos" por um período de tempo não muito longo, já que a partir da segunda metade do século XVII e início do século seguinte a emergente povoação de Mangue começa a ter presença das autoridades, conforme atesta a exaustiva documentação deixada pelo inglês George Roberts, aquando das duas passagens dele por Tarrafal, em 1723. (Santos, 2023, p. 21-22).

Completando o círculo de ocupação humana do litoral norte da principal ilha do país, a poucos quilômetros ao sul e seguindo o mesmo padrão de ocupação da povoação do Mangue, surgiu também a comunidade de Ribeira da Prata.

Figura 19 – Mapa do concelho em destaque



Disponível em: https://mapcarta.com/pt/Tarrafal_%28Santiago%29/Mapa. Acesso em: 10 abr. 2024.

> Não parando de crescer e descobrindo outros pontos de interesse, no início do séc. XVII começam a despontar pequenas comunidades de pescadores/agricultores que constroem alguns funcos [habitações tradicionais construídas com pedras], os quais, nas proximidades das baías de Mangue e de Ribeira da Prata, baías que pelas suas importâncias atraíram muita gente, crescendo rapidamente (Santos, 2023, p. 21).

> [...] outrora cortada por um riacho de água prateada, de onde lhe vem o nome, à época, muito verdejante, propiciando a fixação de moradores, o que a tornou, bem cedo, numa florescente aldeia, deveu-se também à sua belíssima e importante baía, com uma imensa praia de areia preta. Seu mar, à mistura com água doce, era rico em peixe e camarão, o que ultrapassava a capacidade de consumo dos aldeões (Santos, 2023, p. 43).

Segundo Santos (2023), entre todas essas comunidades surgidas ao longo do período colonial nessa região, somente de maneira lenta e gradual que a antiga povoação do Mangue foi se tornando o centro administrativo mais relevante do norte de Santiago. Sendo apenas ao longo do século XIX que a atual sede do concelho recebeu estruturas administrativas que a destacam da constelação de pequenos aglomerados camponeses que passaram a gravitar em seu entorno.

É, contudo, a situação de relativo isolamento dessa parte da ilha, acentuada pela Serra Malagueta que a separa do lado sul de Santiago, que leva a administração colonial a escolher a região que outrora fora refúgio de escravizados para sediar uma estrutura colonial que marcaria profundamente o destino de todas essas comunidades.

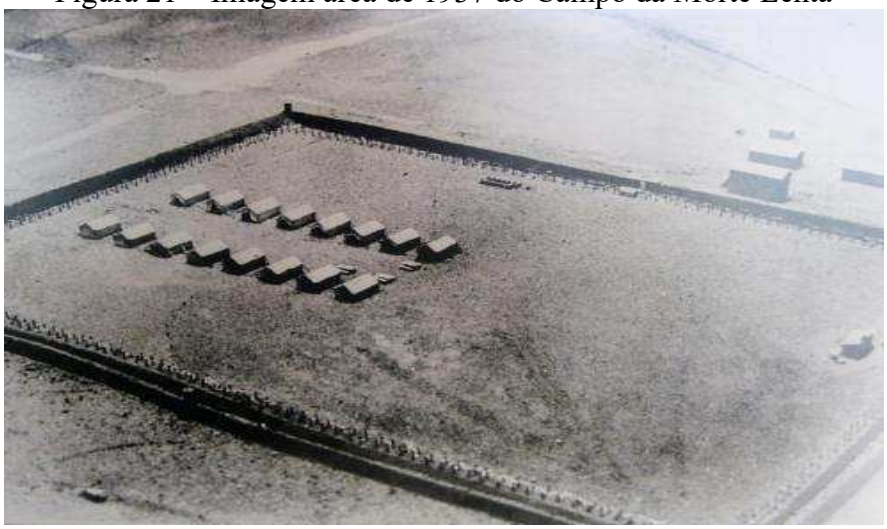
Isso porque é na década de 1930 que acontece a escolha da região de Tarrafal para sediar um Campo de Concentração. Uma prisão fascista de origem portuguesa que ficou internacionalmente conhecida como o “Campo da Morte Lenta”.

Figura 20 – Imagem parcial da antiga povoação do Mangue na altura da instalação do Campo



Fonte: Foto do autor de painel localizado no campo de concentração do Tarrafal.

Figura 21 – Imagem área de 1937 do Campo da Morte Lenta



Disponível em: https://www.buala.org/pt/a-ler/29-de-outubro-de-1936-chegam-ao-tarrafal-os-primeiros-presos-politicos. Acesso em: 10 abr. 2024.

Segundo Nascimento (2008), a história desse campo se encontra indissociavelmente ligada à história do fascismo português institucionalizado a partir do golpe militar de maio de 1926. Golpe esse que dissolveu o parlamento português, levou o presidente da República à renúncia e abriu caminho para o regime do “estado novo”, que, com apoio irrestrito das forças armadas, aperfeiçoaria a níveis de terror a máquina de guerra contra seus opositores (Nascimento, 2008, p. 258).

Diante do aumento das tensões sociais, o governo português endureceu o regime, investindo na produção de uma série de aparelhos estatais de controle ideológico, como também produziu a conjuntura política que levou ao poder em 1933 António de Oliveira

Salazar, um professor de economia da Universidade de Coimbra que se tornou um dos ditadores mais longevos do século XX (Nascimento, 2008, p. 260-261).

A partir desse contexto, a ditadura facista portuguesa elaborou uma série de decretos para reafirmar a posse de suas colônias africanas, contratando, com esse expediente, a ampliação da exploração desses territórios por meio de métodos violentos, que eram matizados, em termos retóricos, por meio da ideologia do lusotropicalismo (Nascimento, 2008).

O aumento da resistência anti-facista em Portugal, como também a eclosão de conflitos consideráveis nos territórios ultramarinos, como as revoltas da Madeira e da Guiné, logo no início da década de 1930, moveram a ditadura em direção a ações como a construção desse Campo em Tarrafal (Nascimento, 2008).

Havia chegado o tempo de uma política sistemática de deportações para as colônias africanas e Timor, tendo Cabo Verde recebido outro Campo, esse, porém, na localidade de Tarrafal da ilha de São Nicolau. Conta-se que veio a calhar a coincidência dos nomes das localidades, pois essa serviu como estratégia para confundir aqueles que buscavam por informações sobre os deportados (Nascimento, 2008).

Criado em abril de 1936 pelo decreto nº 26.539 e inaugurado em outubro do mesmo ano, em sua fase inicial o "Campo da Morte Lenta" foi destinado a isolar aqueles que faziam oposição à ditadura em solo português (Nascimento, 2008). O Campo de Chão Bom iniciou suas operações em 1936, encerrou suas atividades em 1954 e reabriu em 1961, agora para receber os africanos que lutavam pela independência dos territórios coloniais no continente (Nascimento, 2008, p. 286).

Não sendo exatamente algo novo a utilização do arquipélago como um todo e a região de Tarrafal de Santiago, em específico, como uma região de degredo antes mesmo da criação desse Campo (Barros, 2009; Brooks, 2006), essa prisão foi a materialização de uma lógica em que "a definição legal da instalação de prisão no local de desterro (numa ilha, tal como foi pressagiado pelo regime) caracteriza aquilo que insistimos em denominar de duplo cerco: o cerco da prisão circundada pelo cerco líquido do mar" (Barros, 2009, p. 69)[90].

Local escolhido para a instalação da prisão, Chão Bom é uma região de planície que começou no pé da Serra Malagueta e era ladeada por uma grande baía de águas calmas e bastante conhecida pela fartura de pescado que havia ali no passado. Localizada entre a

[90] Brooks (2006) nomeia o arquipélago em seu artigo como "Gulag do Atlântico Sul".

povoação de Mangue, atual Vila de Tarrafal, e Ribeira da Prata, a região era um grande descampado que, além da prisão, recebeu uma série de prédios em seu entorno, destinados à administração do Campo.

Figura 22 –Vista da baía de Chão Bom com a Vila de Tarrafal ao fundo, ao pé do Monte Graciosa



Fonte: Foto do autor.

Quando da instalação dessa prisão, toda a região norte da ilha de Santiago possuía cerca de 19.130 habitantes, que se encontravam ocupando pequenas localidades camponesas bastante dispersas entre si. Com uma população de 2% de brancos e apresentando uma taxa de mortalidade infantil elevada, principalmente decorrente de gastroenterites e tétano, e um analfabetismo de 88%, não é de surpreender que a construção de uma prisão desse porte na região tenha impactado significativamente o cotidiano das populações de seu entorno[91].

Além da imobilização de parte da mão de obra local, de onde parece terem sido recrutados funcionários como guardas, cozinheiros, zeladores, o Campo também passou a demandar parte da produção local de alimentos, incluindo o pescado:

> Aqui, há uma coisa que eu tenho cuidado em dizer. O campo de concentração, a partir de 1936 acabou por fomentar Tarrafal. Porque era preciso abastecer o campo de concentração. O negócio cresceu com o campo de concentração, pois era preciso produzir para fornecer ao campo de concentração, peixe, hortaliças, enfim, tudo. Aqui, quer queira, quer não, o campo teve influência (Carlos Santos. Entrevista concedida em janeiro de 2023).

[91] Dados obtidos de um dos painéis que se encontram atualmente instalados na área externa do Campo e destinados aos seus visitantes.

Na reabertura do Campo no início da década de 1960, a administração colonial portuguesa, cada vez mais pressionada na cena internacional para que libertasse suas colônias e já lidando com guerras em além-mar, resolveu acoplar em seu aparelho de tortura de Tarrafal uma outra tecnologia largamente empregada no continente, mas ainda inédita no arquipélago. Como mostra Santos (2023) de maneira muito detalhada, foi criado, entre o local da prisão e a orla da baía de Chão Bom, o primeiro Colonato do arquipélago de Cabo Verde.

A partir da construção de uma grande estrutura de túneis e canais que desviaram um curso de água da região de Ribeira da Prata em direção a Chão Bom, foram construídas, além de estruturas administrativas, uma rede de distribuição de água pelos terrenos agricultáveis de cerca 14.000 metros, caminhos para carroças, estradas e 23.000 metros de trilhas para circulação de pessoas, além de uma escola para os filhos dos agricultores (Santos, 2023, p. 248).

Além dos 38 colonos que receberam faixas de terra para o cultivo, a região contava com uma horta comunal de 10 hectares, "onde se processou culturas de mercado em larga escala, com cuidados fitossanitários mais facilitados, funcionando como uma espécie de válvula de escape para, nos anos de escassez de água, não se sacrificar a área destinada aos colonos" (Santos, 2023, p. 249).

> Os colonos dedicam-se a culturas variadas, desde o amendoim e batata às culturas de subsistência como a batata doce, a mandioca, o milho e o feijão, esperando-se que, gradualmente, sejam estas substituídas pelas do mercado. De registrar a esplêndida produção de mandioca no ano passado obtida nos talhões dos colonos, calculada entre 30 a 40 toneladas por hectare e que foi vendida à razão de 2$ o quilo (Santos, 2023, p. 249).

O ineditismo da instalação desse Colonato é algo que impressiona, já que mesmo sendo tecnicamente capaz de realizar esse tipo de intervenção em seus territórios há muitas décadas antes desse período, foi somente em uma conjuntura de guerra e de busca desesperada por manter seus lucrativos domínios em África que a administração colonial interveio nas dinâmicas do universo camponês do arquipélago.

Se esse movimento especulativo não deixa dúvidas sobre o caráter social e político do abandono dessas ilhas por séculos (Andrade, 1996; Lopes, 2021), por outro, demonstra a potência da lógica camponesa predominante na região que, assistida por estruturas mínimas, foi capaz de aumentar sua produção a quantidades extraordinárias.

Outro aspecto importante da história desse Colonato foi sua apropriação pelo estado a partir da independência, como um local fundamental para a produção de alimentos. Nessa altura, ao campo agrícola, foram integradas cooperativas e associações de agricultores e pescadores, além de se ter construído, junto aos campos de cultivo, uma grande estação de secagem de pescado.

No presente, os aglomerados populacionais da Vila de Tarrafal e de Chão Bom, esse último surgido no entorno do Campo e do Colonato, fazem parte de uma mesma cidade, apresentam juntos uma população de cerca de 20 mil habitantes e estão quase fisicamente unidos, porém, representam duas metades muito bem marcadas da sede do concelho[92].

Enquanto o aglomerado populacional de Chão Bom cresceu mais marcadamente organizado a partir de atividades agrícolas, o núcleo populacional da Vila se destacou do primeiro por um certo ar de urbanidade que se materializava em um conjunto arquitetônico do "tempo dos portugueses".

Igreja de Santo Amaro, praça da matriz, prédio da Câmara, colégio e mercado municipal expressam, assim, a base material sobre a qual estão fundadas as relações de hierarquia que organizam a Vila como uma espécie de "centro", e Chão Bom como "periferia" da cidade mais importante do concelho[93].

[92] A sede do concelho possui uma população de 18.171 habitantes, número que corresponde a 5,9% da população da ilha de Santiago e 3,3% da população de Cabo Verde. Com uma taxa de alfabetização de 82,2%, em 42,6% de suas residências ainda se usa lenha para cozinhar, 81,3% possuem acesso à eletricidade e uma taxa de desemprego de 23,6% entre sua população de 15 a 24 anos. A cidade mais importante do norte da ilha de Santiago possui 4.999 agregados familiares que estão fortemente ligados ao campesinato (Cabo Verde, 2018).

[93] Entre os moradores dessas duas localidades, há muitas estórias sobre essa relação hierárquica que principalmente os moradores de Chão Bom costumam expressar com um certo de grau de ressentimento para com os moradores da Vila.

Figura 23 – Imagem da praça da Matriz datada de 1970



Fonte: Santos (2011).

Contígua a essa praça central e a uma distância que não creio passar de cerca de cem metros encontra-se a famosa praia do Mangue, onde não há mais qualquer sinal do antigo manguezal ali existente na altura de sua ocupação por "fujões" e que, no presente, tornou-se o cartão postal mais famoso do lado norte da ilha de Santiago.

Figura 24 – Praia do Mangue, com o Monte Graciosa ao fundo



Fonte: Foto do autor.

Na ponta sul do arco perfeito formado pelo areal dessa praia, encontra-se o primeiro miradouro construído pela administração colonial, na década de 1870, e onde duas décadas depois foi construído o prédio da alfândega, ao qual foi integrada uma ponte-cais em 1902[94].

[94] Disponível em: https://santiagomagazine.cv/ponto-de-vista/estatuto-especial-para-cidade-vila-de-tarrafal-482-anos-de-historia105-anos-de-municipio. Acesso em: 8 abr. 2024.

Figura 25 – Ponte-cais construída em 1902 com o Monte Graciosa ao fundo



Fonte: Foto do autor.

Seguindo o arco da praia, ainda se encontra de pé o prédio da antiga cadeia civil do concelho, edifício que, segundo Santos (2023), foi erguido ali na década de 1870.

Figura 26 – Edifício em ruínas que abrigou a antiga cadeia civil do concelho



Fonte: Foto do autor.

É de 1940 a construção da Casa dos Pescadores, que fica bem no início do areal que corre em direção ao pé do Monte Graciosa. Além disso, Santos (2023) descreve que é de 1951 a ordem de serviço que autorizou a construção de uma fábrica de conservas de pescado na parte superior do areal, entre a cadeia e a praça da matriz, fábrica que funcionou até meados da década de 1960 (Santos, 2023, p. 29).

Assim como ocorreu no Maio (Silva, 2018) e na praia da Gamboa, entre outras tantas localidades do arquipélago, a instalação de uma fábrica de conservas em Tarrafal se deu em local muito próximo da baía de Mangue e, portanto, em área imediatamente contígua aos pescadores locais. Essa não é exatamente uma coincidência, já que os pescadores artesanais, por todo o arquipélago, ocupam os melhores pontos de embarque e desembarque, por, entre outras razões, necessitarem arrastar seus barcos pela areia quando retornam das pescas.

Como essas fábricas também possuíam barcos próprios, era preciso encontrar portos seguros para seus desembarques, além de as mesmas terem parasitado as comunidades pesqueiras do arquipélago em busca da imobilização de sua mão de obra (Lopes Filho, 1996).

Compondo a paisagem do passado recente dessa orla, na parte oposta à praia do Mangue e bem ao lado do antigo prédio da alfândega, há um outro edifício à beira mar com a inscrição de 1940 que serviu durante décadas de matadouro municipal.

Figura 27 – Edifício do antigo matadouro municipal, com a praia do Mangue ao fundo



Fonte: Foto do autor.

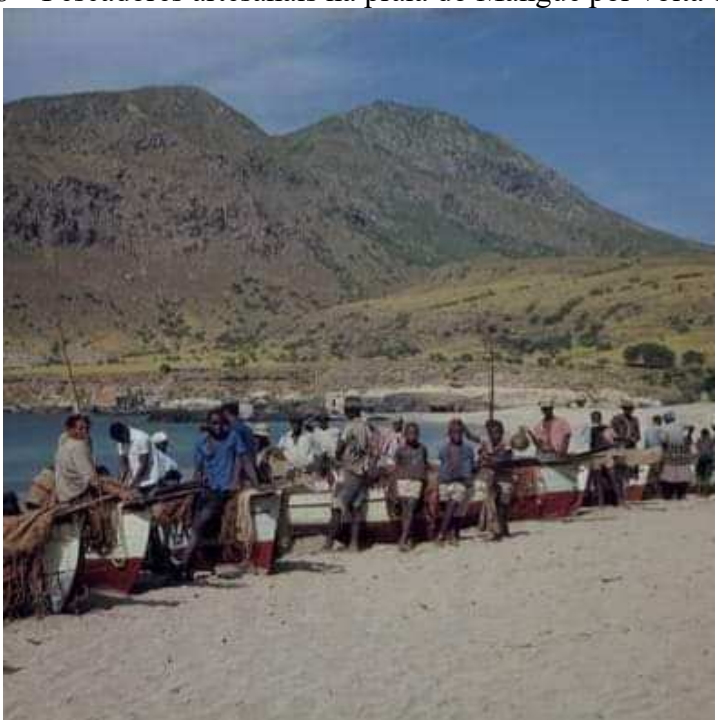
Os moradores mais antigos da Vila contam de maneira muito consistente que tanto esse matadouro, como a velha fábrica de conservas de pescado possuíam encanamentos que eram direcionados para as águas da baía e por meio dos quais se faziam correr vísceras empapadas de sangue para o mar, o que infestava trechos significativos dessa praia de tubarões.

Além do mais, era da beira da encosta rochosa onde está localizado o presídio civil de Tarrafal, o lugar de onde os moradores da Vila costumavam lançar o seu lixo doméstico em direção ao mar.

Matadouro municipal, presídio civil, fábrica de conservas, prédio da alfândega e a Casa dos Pescadores. Esse era o cenário dessa praia no passado e que, assim como a praia da Gamboa na cidade da Praia, sobre a qual falei no capítulo anterior, era ocupada, quase que exclusivamente, pela comunidade pesqueira[95].

[95] Salvo por uma "aldeia turística" construída por suecos na outra ponta da praia na década de 1960 ao pé do Monte Graciosa que, após a independência, foi transformada em uma colônia de veraneio para funcionários públicos, desde que se tem notícia a praia do Mangue é uma das mais importantes áreas pesqueiras ao norte da ilha de Santiago.

Figura 28 – Pescadores artesanais na praia do Mangue por volta de 1970



Fonte: Nelito Tavares.

Essa é uma imagem de autor desconhecido, cedida por um interlocutor de pesquisa, que retrata a praia do Mangue por volta das décadas de 1960 e 1970, com pescadores e seus botes utilizando o mesmo local que ocupam no presente, bem em frente onde foi construída a Casa do Pescador em 1940.

7.3 No horizonte da independência, a chegada do Estado na comunidade pesqueira de Tarrafal

Seguindo o padrão da extensa documentação que levantei no arquipélago, a pesca artesanal de Tarrafal apenas começou a aparecer na documentação histórica de maneira mais consistente a partir de 1975.

Isso porque, como amplamente discutido anteriormente, foi apenas após "o tempo dos portugueses" que foram criadas as estruturas estatais que integraram as comunidades locais de pesca nos "planos de desenvolvimento" do país (Reis, 2000).

Essa tendência mais geral da documentação sobre as pescas pode ser observada em todo o material que consegui levantar sobre o concelho de Tarrafal, mas o livro de Santos (2023) é um exemplo desse padrão que, da minha perspectiva, não reflete qualquer desleixo do autor para com o tema, mas as particularidades do processo histórico que se encontra em análise.

Com isso, apesar de Santos (2023) acompanhar boa parte dos atos de gestão colonial para essa parte da ilha de Santiago, pois sua obra cobre um longo recorte temporal (1540-1975) e apesar de o próprio autor ser um empresário da pesca semi-industrial da cidade (Santos, 2023, p. 401), o que se encontra em seu livro sobre a exploração local do pescado são algumas menções sobre a fartura de peixe da região.

Como também demonstrei no capítulo anterior, entre as estruturas administrativas criadas a partir de 1975, a empresa pública Scapa, criada em 1978, destacou-se como um dos braços mais importantes de intervenção nas comunidades pesqueiras do arquipélago.

Retratando essa tendência, com o sugestivo título de "O velho contra o novo", encontrei uma reportagem de 1978 no jornal *Voz di Povo* que dava conta das primeiras intervenções estatais implementadas na baía do Mangue e as consequências advindas dessas ações para os pescadores e peixeiras que atuavam nessa praia.

> Com mais de uma centena de botes (incluindo Calheta, Ribeira das Pratas, Porto Formoso e Biscaínho) a zona de Tarrafal foi eleita primeira prioridade pelas autoridades nacionais responsáveis pelo desenvolvimento da pesca.
> Na baía de Chão Bom visitamos a estação de salga e salmoura de peixe que a SCAPA (Sociedade de Comercialização e Apoio à Pesca Artesanal) aí tem em construção.
> Essa estação, dizem-nos os responsáveis, destina-se a servir a Vila do Tarrafal (ela só com mais de 30 botes), Chão Bom e Ribeira das Pratas, e "pode dar a sensação de sobredimensionamento", com os seus três pavilhões esperando betão. *Contudo, diz-nos o Director Nacional das Pescas, Humberto Bettencourt, essa dimensão foi pensada com os olhos num futuro de dez ou vinte anos, contando que os pescadores do Tarrafal deixarão de "pescar à pai Adão" (expressão de Arcádio Monteiro)*.
> O Tarrafal já está nesse momento, através da SCAPA, contribuindo para o abastecimento em peixe da Praia, juntamente com Porto Mosquito e Rincão. O peixe é trazido por viaturas da SCAPA que já efetuou encomendas de material fabricante de gelo para acondicionar o peixe em caixas de fibra de vidro (da fábrica de S. Vicente) em que poderá chegar fresco ao interior de Santiago e mesmo às outras ilhas.
> *É evidente que a passagem da fase de "pesca à pai Adão" a uma fase mais avançada de produção não se poderia fazer em toda a doçura, sem resistência de interesses que, mesmo estando em contradição com os interesses gerais dos pescadores, nem por isso deixam de encontrar o seu apoio*. A zona de Tarrafal foi justamente aquela em que essa contradição se manifestou com mais agudeza, na fase inicial, informou-nos Humberto Bettencourt. A especulação praticada pelas revendedeiras que serviam de peixe as zonas do interior, onde era vendido a preços três e quatro vezes superiores ao pago àqueles que gastam horas e riscos para tirar do seu elemento natural, reagiu naturalmente contra o surgimento de um esquema de comercialização que, além de garantir aos pescadores a colocação de todo o pescado, beneficia o consumidor, pondo em causa uma junção, outrora imprescindível.
> Duas alternativas foram oferecidas pelas autoridades às revendedeiras de peixe do Tarrafal, disse-nos Humberto Bettencourt. "Controle absoluto dessa operação, tanto na compra como na venda, tendo sido fixada uma margem de lucro não superior a três escudos por quilo, ou alistamento numa frente de trabalho especificamente aberta para esse fim pelas autoridades administrativas". Segundo o responsável nacional das pescas, há informações

> de que essa segunda alternativa está sendo amplamente seguida pelas rabidantes, que desistiram da atividade por não considerarem que compense o esquema imposto. E os pescadores que, numa perspectiva imediatista, hesitaram inicialmente em vender o seu peixe à SCAPA, "subornados" pelos altos "preços de guerra" oferecidos pelas rabidantes à custa do consumidor, aderiram à iniciativa governamental, que mais não visa senão assegurar a rentabilidade da sua difícil profissão (Voz di Povo, 1978, p. 8, grifos nossos).

Partindo do que levantei nos arquivos públicos, essa é uma reportagem que expõe de maneira muito objetiva o que estou delimitando de gestão estatal das pescas e as suas tentativas de integrar a produção da pesca local em dinâmicas social e economicamente mais ampliadas dessa sociedade.

Mais importante do que comprovar a existência dessas intervenções, é refletir sobre o cabedal ideológico que as animava, que, desde muito cedo, apresentou tendências claras de hierarquização e de desqualificação dos atores locais das pescas, tornadas concretas tanto por meio das tentativas violentas de mudanças nas rotinas de trabalho, como na adjetivação pejorativa de suas práticas e seus fazeres.

Não é possível deixar de lado o fato de que esse é um momento de afirmação da soberania do estado independente, que encontra nessas comunidades terrenos férteis para consolidar a sua força. São, também, intervenções que, acumuladas, consolidaram os contornos do "pescador artesanal" das ilhas como uma categoria estatal a ser gerida (Souza Lima, 2002).

Trata-se de um conjunto de ações administrativas que passaram a tentativas reiteradas, em um quadro institucional de aproximações sucessivas, de dar formas "mais adequadas" às comunidades pesqueiras, a partir de uma lógica amparada em programas e projetos de caráter desenvolvimentista (Escobar, 2007).

Para além da dimensão intrusiva dessas intervenções, há dois outros aspectos importantes desse processo que precisam ser bem compreendidos: se parte considerável das tentativas do estado em modificar certos aspectos da organização social do trabalho artesanal pesqueiro parecem ter redundado em um importante conjunto de fracassos, não há dúvidas de que os pescadores locais souberam integrar de maneira efetiva seu trabalho nas novas dinâmicas sociais surgidas a partir da independência.

Parece ser justamente nesse dualismo em relação às interações com estado que o ofício da pesca se revela, para mim, como algo operado por sujeitos políticos complexos, conscientes da nova conjuntura social e absolutamente capazes de ações destinadas a fins específicos (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010, p. 6).

Na prática, significa dizer que, ao se integrarem parcialmente ao novo cenário de pós-independência, os pescadores lograram estabelecer limites muito claros ao avanço do estado sobre sua cultura marítima, protegendo, assim, princípios sensíveis de sua autonomia e de sua organização social.

Em relação ao tema da integração, é interessante olharmos para o que também estava ocorrendo na ilha do Maio nessa mesma altura, o que nos possibilita enxergar tanto o alcance dessa burocracia estatal no âmbito do arquipélago, como, entre outros aspectos, a expansão das trocas monetárias nos mercados locais de pesca como uma das consequências do estado em direção a essas comunidades.

> Nunca houvera uma empresa voltada para o comércio de produtos haliêuticos [na ilha do Maio].
> A primeira experiência do tipo empresarial no ramo do comércio do pescado na ilha do Maio foi ensaiada pela Sociedade de Comercialização e Apoio à Pesca Artesanal – SCAPA, e marcou uma nova era no domínio da actividade pesqueira:
> 1º Os pescadores puderam contar com mercado fixo para a colocação dos seus produtos. Antes, o pescado era vendido à beira-mar, no local em terra firme onde no regresso da faina a embarcação ficava estacionada;
> 2º Eliminou no comércio do pescado a troca directa peixe-produtos, que passou a processar-se em espécie. Ainda no dealbar de 1980, a comercialização do pescado no Maio processava-se, na maioria das vezes, pela permuta. O peixe era trocado por produtos agrícolas, designadamente milho e batata, mediante a avaliação destes em valor monetário e posteriormente aplicado ao preço deste género do mar.
> 3º Alterou o sistema de remunerar o trabalhador-pescador que passou a efectuar-se em espécie (Silva, 2018, p. 214-215).

Se conseguimos não reduzir a pesca artesanal em Cabo Verde a um trabalho, podemos vê-la como uma cultura marítima capaz de preservar os princípios mais caros de sua organização social, como sua estreita conexão com uma moralidade camponesa, que desafia fórmulas vazias que propalaram a sua remoção de uma condição de "pesca a pai Adão" em direção a estágios supostamente mais avançados de organização social (Escobar, 2007; Pereira, 2021; Wortmann, 2018).

No caso da praia do Mangue, a considerar o relato apresentado pela reportagem do *Voz di Povo*, o que (por exemplo) parece ter ultrapassado um limite importante imposto pelas peixeiras, foi a tentativa dos agentes do estado em controlar os preços do peixe praticados até então, como forma de regular supostas práticas de extorsão dos pescadores locais.

Medida que reforça, de um lado, a figura dos pescadores artesanais como atores ingênuos que não teriam capacidade de negociar seu pescado com mulheres que na

maioria dos casos pertencem ao seu núcleo familiar, mas que também pressupõe as peixeiras como frias e calculistas e capazes de enganar os "coitados" que arriscam sua vida no mar para apanhar o peixe.

Ocorre que se consideramos a debandada das peixeiras da área das pescas depois dessa medida de tabelamento e se confrontamos essa situação com o presente etnográfico não somente do Tarrafal, mas de todo o arquipélago, o que parece ter ocorrido na praia do Mangue foi um recuo estratégico que, tão logo, o estado abandonou a prática de intervenção no mercado local, as peixeiras retomaram seus espaços de atuação junto aos pescadores para nunca mais saírem.

Creio, portanto, que as primeiras intervenções estatais realizadas na praia do Mangue podem e devem ser lidas como tentativas estruturas de produzir uma distinção entre o passado e o presente nas pescas – estratégia que tem na expressão "pesca a pai Adão", seu elemento organizador.

Até certo ponto, trata-se de medidas que, ponderando a situação em que as ilhas foram deixadas pela administração colonial, eram amparadas na necessidade de se construir um país independente por sobre as ruínas dos séculos de abandono.

Por outro lado, observar essas intervenções estatais à luz das dinâmicas do sociais do presente é também aprender a perceber que essas comunidades se tornaram *locus* importantes de resistência contra as propostas de substituição de seus métodos e saberes, por estratégias "mais modernos" de pescar, o que, em alguma medida, posicionou o universo pesqueiro e suas dinâmicas de "produção de localidades" como espaços relevantes de contestação da própria ideia de soberania (Appadurai, 2004).

De toda sorte, estão na reportagem do *Voz di Povo*, e em ação, os tropos narrativos que inauguraram um "novo" tempo nas pescas, começando a ser articulados no âmbito da gestão estatal das pescarias pelas primeiras vozes da burocracia do estado independente (Das, 2020).

Pescar um peixe de 100 a 200 quilos é uma tarefa que exige muito preparo e o alinhamento de uma série de variáveis para que se consiga êxito.

Figura 29 – Pescador artesanal Tó, ilha do Maio, exibindo um peixe espada no bote



Fonte: Tó.

É preciso estar no lugar certo e na hora certa, pois não se trata de seguir informações de equipamentos eletrônicos ou de ler as instruções de um manual, mas de sentir, no próprio corpo, o peso de uma tradição de conhecimento (Maldonado, 1986; Ramalho, 2009). Partindo desse sistema local de conhecimento, a fartura está em relação muito direta com a preservação de relações ecológicas que garantem uma boa quantidade de pescado nas ecozonas que são exploradas (Acheson, 1980).

Fartura que também é sinônimo de possibilidade de descanso, de liberdade em relação a patrões e de ratificação da eficiência de um método local de pesca que possibilita vida boa, vida estável, no seio de uma sociedade complexa e socialmente instável.

Ignorando esses aspectos estruturantes da atividade, seja por não ter tido alternativa, seja por ter optado por um determinado caminho entre outros possíveis, aquilo que o governo independente acabou reforçando foram as condições de possibilidade para a proliferação de visões pessimistas que circulam pelo senso comum, em uma espécie de "orientalismo" sobre os agentes locais da pesca (Escobar, 2007; Said, 1990).

> A actividade piscatória no concelho do Tarrafal é ainda pouco desenvolvida. Esta actividade tem maior expressão na Cidade do Tarrafal e Chão Bom. Também é praticada nas localidades de Ribeira das Pratas e Bimbirim. Depois da agricultura é a actividade mais importante apesar das dificuldades que o sector vem enfrentando.

> Uma análise mais detalhada, indica que as condições de pesca no concelho são precárias, tendo em conta a carência de equipamentos e falta de condições adequadas para a apanha e conserva do pescado.
> O sector da pesca no concelho do Tarrafal apresenta um impacto pouco significativo na economia local. É caracterizado por um sistema misto, artesanal e semi-industrial, embora o maior peso de envolvimento de pessoas seja na pesca artesanal (Santos, 2011, p. 54-55).

> Penso que à volta da pesca em Cabo Verde existe uma mentalidade tradicional muito forte que limita a evolução e mudança de comportamento dos nossos pescadores e peixeiras. Ganha-se bem mas não se importam em gastar e esbanjar porque amanhã Deus dará mais (Intervenção de uma participante de um dos eventos que realizei na Universidade Santiago).

Pesca atrasada, pesca pouco desenvolvida, pesca primitiva ou pouco evoluída devem, portanto, deixar de serem consideradas como adjetivações que derivariam de uma observação atenta da realidade, mas como tropos que nasceram a partir disputas que se essencializaram (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010) na triangulação entre o universo camponês, agentes estatais e grandes *players* internacionais que passaram a cobiçar tanto o peixe, como as praias do país (Martins, 2009, Santos, 2009; Oliveira Filho, 1979).

7.4 A cultura marítima local como mediadora de uma imagética de sentimentos conflitantes

Esta trajetória de pesquisa tem me educado no sentido de me fazer perceber que, apesar de cada uma das dezenas de comunidades pesqueiras existentes no arquipélago ter uma história muito própria, todas compartilham de um fundo comum, de uma base de princípios que fundam um horizonte de singularidade em relação, principalmente, à exploração industrial do espaço marítimo das ilhas.

Ainda na linha de suas semelhanças, é possível percebê-las sensivelmente integradas entre as classes populares, configuração que joga um papel fundamental na garantia de dignidade, de trabalho e de renda para milhares de famílias, assegurando que, em tempo de comoditização severa, o peixe continue a ser acessado pelos "degraus mais baixos" dessa sociedade.

Com isso, podem e devem ser lidas como comunidades que compõem um quadro vastíssimo de resposta material e simbólica da base popular e camponesa dessa sociedade à "riqueza" presente em seus mares, com o peixe figurando dentro desse sistema local de capturas como uma espécie de troféu.

Símbolo, por excelência, da batalha dos pescadores artesanais contra o universo traiçoeiro das águas, o pescado também figura como um elemento integrador de parte importante da base camponesa com a sociedade mais ampla: “pesca é vida de pescador, mas é ajuda de povo também. Há muita gente que não sabe pescar, eu tenho que ir pescar e trazer o peixe” (pescador artesanal de Porto Inglês, ilha do Maio. Entrevista concedida em julho de 2017).

Se o peixe integra os pescadores com a sociedade envolvente, é por meio das peixeiras que essa ligação toma corpo, sentido e significado. Pescador e peixeira são, assim, agentes centrais dentro de um quadro de relações complexas que os cabo-verdianos estabelecem com o mundo das águas.

Isso porque o mar é aquele que faz prosperar as comunidades pesqueiras, mas é também aquele que isola o arquipélago do continente e que separa as ilhas entre si. A imensidão, que faz lembrar aos cabo-verdianos as pequenas dimensões de suas terras emersas, e que os separa de seus entes queridos que partiram para o estrangeiro, um espaço que outrora fora território de piratas, de surpresa e de perigo e, daí, a sua centralidade para a ética e para a estética cabo-verdiana (Medina, 2015, p. 172-173).

> Sendo Cabo Verde um arquipélago formado por dez ilhas e vários ilhéus, o mar sempre teve uma preponderante importância no imaginário cabo-verdiano. Integrado à paisagem, funciona como uma imensa fronteira líquida e, ao mesmo tempo, como amplo horizonte que se abre ao olhar dos habitantes, os quais apresentam em relação a ele sentimentos contraditórios: ora o entendem como carcereiro de seus anseios por longínquas terras, ora o concebem como caminho lógico para o povo das ilhas, cuja sina marinheira fez do cabo-verdiano um ser, através dos tempos, fadado à emigração e às aventuras oceânicas (Secco, 2022, p. 1).

Dentro do quadro ampliado dessa imagética de sentimentos paradoxais, leio o universo artesanal pesqueiro como uma espécie de estabilizador de ambiguidades, pois cria entre o mar e a terra um território de mediação para um fundo de sentimentos conflitantes.

A dimensão mais elementar dessa mediação nasce da ligação íntima que os pescadores desenvolvem com as águas e que os habilita a serem os principais artífices de uma cultura marítima que, contra tudo e contra todos, cria possibilidades de retenção de sentimentos de partida.

Apesar de não ter qualquer dado estatístico sobre a questão, mas levando em conta meu contato permanente com os pescadores do arquipélago desde 2015, creio ser possível

dizer que há uma relação inversamente proporcional entre o engajamento profissional nas pescas e as taxas de emigração.

Isso porque o envolvimento com a pesca parece produzir o desejo de fincar os pés na terra a partir do momento em que a dedicação à compreensão do universo das águas passa a ser recompensada com possibilidades muito concretas de convivência com a fartura, em uma terra que é sempre lembrada pela sua carência de recursos.

Fartura essa não somente material, já que, além dos pescadores serem profundos conhecedores de toda a extensão da riqueza desses mares, eles guardam uma cultura marítima que lança sérias dúvidas sobre a ideia de que as águas devem significar um limite para a atuação humana.

Essa é a cultura marítima que estabelece os vínculos possíveis entre as águas e a terra, a cultura que sabe identificar na imensidão do oceano, os espaços de abundância, que, assim como as ribeiras em terra, explodem de vida e de significados quando há um bom alinhamento de variáveis ecológicas.

O mar, para essa cultura pesqueira, é nomeado por regiões de apreço e desapreço. Cada espaço é esquadrinhado e alinhado a partir de complexas tipologias que unem passado e presente dessa exploração artesanal e são as referências espaço-temporais de um conjunto ancestral de produção de localidades (Appadurai, 2004).

Nesse sentido, o mar é muito mais do que uma massa de água uniforme e homogênea. É a casa de milhares de espécies. São vales profundos, alternados por grandes rasos de rocha de onde afloram as diferentes espécies de peixes que são exploradas por esse sistema local de capturas. É um feixe intenso de relações por meio das quais se afirma, a cada jornada de pesca, a eficácia e a força da trajetória histórica de um ofício produzido a partir de margens sociais bastante estreitas.

E é por tudo isso que compreendo que seja imprudente negligenciar que, desse horizonte de eventos de base popular, surjam dinâmicas muito próprias de trabalho, técnicas, práticas e saberes que, ao fim e ao cabo, são atingidas de maneira muito semelhante pelo avanço da escassez sobre seus mares (Anjos; Sant'Ana Júnior; Brustolin, 2016; Silva, 2018b; Pereira, 2021).

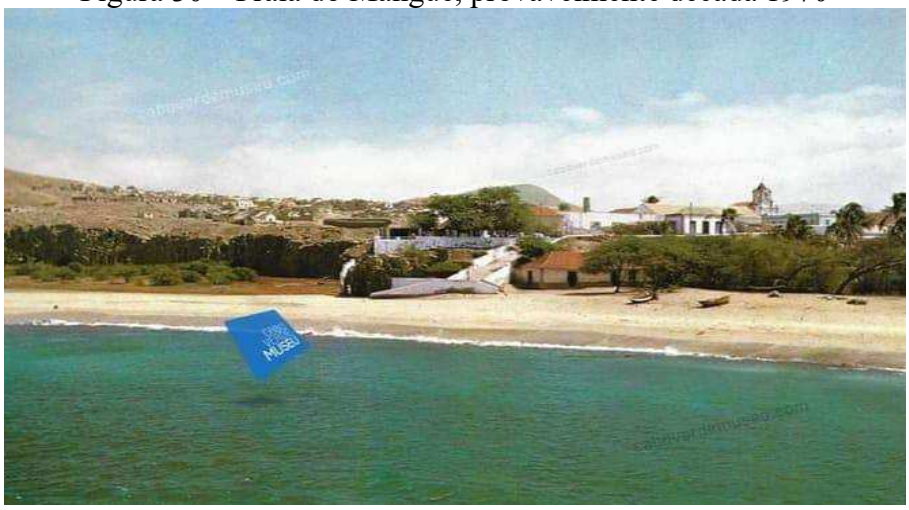
8 UM PRIMEIRO RETRATO DA PESCA DE TARRAFAL DE SANTIAGO NO PRESENTE

Em Tarrafal de Santiago, todos os pescadores mais antigos com os quais estive em contato ao longo dos mais de 12 meses em campo foram unânimes em afirmar que, quando começaram a pescar, por volta das décadas de 1960 e 1970, havia um número muito pequeno de botes na praia do Mangue.

> Quem me ensinou a pescar foi um irmão meu que chama Jorge, ele foi pra Portugal, hoje ele está morto. Ele trabalhava lá no Colonato e eu ia pra ajudar ele. Naquele tempo dos portugueses, eu ajudava ele a fazer cova, a plantar banana, tangerina. Eu ia ajudar ele, trabalhava cedo, dez horas acabava aquele trabalho, pegava o bote e ia pra pesca e ele me ensinava pesca. Foi lá que eu aprendi pesca, então fiquei pescando com outros colegas, com outros homens mais velhos e foi assim que aprendi a pesca.
> Aquela praia ali não tinha muito bote, pouco bote, às vezes não tinha nem oito, não tinha nem oito bote de pesca ali no Tarrafal. Tinha dois botes de rede, um era do Avelino, outro do Francisco, mas hoje eles já estão mortos, tinha outro que chamava Santiago que morava lá do outro lado lá, eles tinham rede, rede de arrasto, mas peixe era muito, cavalinha vinha até aqui na areia. Era botar um pedacinho de rede e puxar pra terra, aqueles que ajudavam, pegavam sua parte, a gente colocava os montes no chão, metade era para o dono da rede. Se tinha dez marinheiros, dez partes…mas bote era pouco, bote às vezes saíam pro mar e ficava só aqueles botes de rede que ficava na praia de mar, aqueles outros iam pra pesca…rede ficava à vontade, não tinha bote quase, era aberto. Peixe também você vinha com ele e cavalinha vendia por cinco tostões, nem era cinco escudos, eram cinco tostões, baratinho. Tinha peixe que ninguém comprava, voador ninguém comprava, peixe não tinha alternativa, você vinha com ele, gente lá de Principal vinha com feijão, milho e trocava com peixe, a gente rachava lá na barraca lá, na Casa do Pescador, vendia cinco escudos pedaço de atum assim, cortava atum com faca, pedaço, pedaço, vendia por cinco tostões, peixe não tinha valor naqueles tempos (Entrevista com um dos pescadores mais antigos da Vila de Tarrafal).

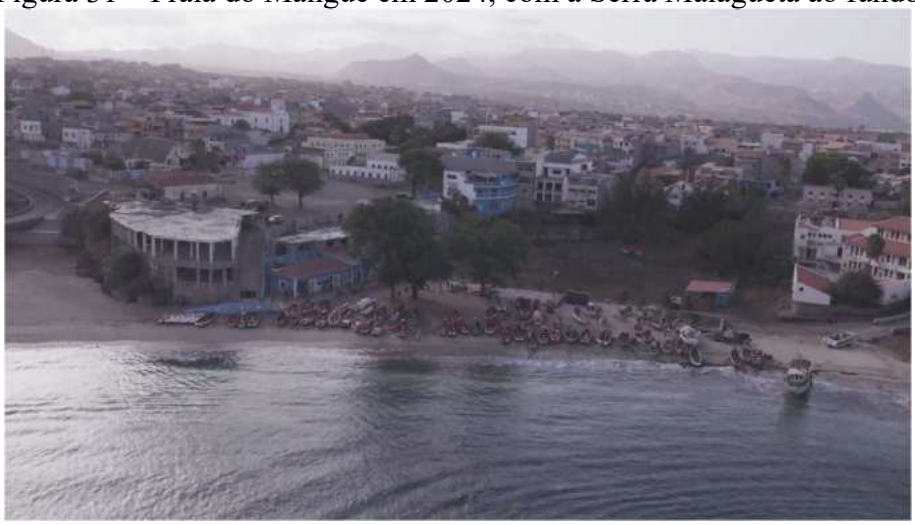
Se alguns dos pescadores mais antigos de Tarrafal falam em, no máximo, uma dezena de botes no início da década de 1970, a reportagem do *Voz di Povo* aponta cerca de 100 botes espalhados pelas povoações do concelho e de 30 botes na praia do Mangue em 1978 (Voz di Povo, 1978).

Figura 30 – Praia do Mangue, provavelmente década 1970



Fonte: Nelito Tavares.

Figura 31 – Praia do Mangue em 2024, com a Serra Malagueta ao fundo



Fonte: César Schofield.

Retratando o mesmo espaço com uma diferença de tempo de aproximadamente 50 anos, as duas imagens acima são do trecho da praia do Mangue, onde, em 1940, fora erguida a Casa dos Pescadores pela administração colonial.

Na primeira imagem, essa construção aparece no centro da fotografia e do lado direito da rampa que dá acesso à areia da praia. No presente, a Casa permanece como o principal ponto de referência da atividade artesanal pesqueira nessa praia e se encontra amplamente utilizada para a guarda de motores e demais utensílios de pesca, principalmente depois de ter passado por uma grande reforma conduzida pela Câmara Municipal em 2022.

Figura 32 – Vista lateral da Casa dos Pescadores



Fonte: Foto do autor.

Além da área dos botes ser bastante movimentada no dia a dia, espaço que compreende a Casa e a faixa de areia que lhe é contígua, há um local ao lado desse edifício que integra o território mais imediato de atuação dos pescadores em terra e que compreendo, aqui, como uma espécie de zona de recuo das pescas.

Além de ser uma área bastante utilizada para a manutenção dos botes e das redes de pesca utilizadas pelos barcos industriais da cidade, uma pequena mata de coqueiros que existia ali no passado fora utilizada como ponto de referência para a marcação de um dos pesqueiros mais importantes da região[96].

Nessa área, também há dois pequenos bares/ restaurantes que servem refeições aos pescadores e, mais recentemente, a grupos de turistas, em sua maioria estrangeiros, que intensificaram sua presença em Tarrafal nos últimos anos.

[96] Uma das primeiras áreas de pesca com que os pescadores da praia do Mangue se deparam após saírem das águas da baía é com o pesqueiro do "coqueiro". A partir de um sistema de triangulação com pontos de referência que estão em terra, pescadores artesanais marítimos "marcam", nas águas, os pontos mais propícios de apanha de pescado. Essas são áreas de rocha, zonas mais rasas, zonas de corais, onde, no geral, há grande biodiversidade e onde atuam os pescadores artesanais. Desde tempos muito recuados, desse pesqueiro próximo das águas da baía, era possível ter uma imagem privilegiada dessa mata que existia ao lado da Casa dos Pescadores, o que possibilitou a marcação dessa zona de pesca a partir dos coqueiros que existiam ali. Cabe, também, notar que esse é justamente o local do manguezal no qual surgiu a primeira povoação da região (Maldonado, 1986; Santos, 2023).

Figura 38 – Disposição de redes na praia em Tarrafal



Legenda: Vista parcial da área que denomino de *zona de recuo* da atividade com redes da pesca industrial estendidas no chão para manutenção.
Fonte: Foto do autor.

Devido ao aumento considerável de botes ocorrido nos últimos anos, barcos que estão confinados na estreita faixa de areia em frente à Casa dos Pescadores, já que os outros dois terços do arco de areia estão destinados às atividades de turismo, essa zona de recuo tem ganhado cada vez mais proeminência.

No cotidiano da atividade pesqueira na praia do Mangue, é possível constatar que a grande maioria dos cerca de 100 botes existentes são utilizados para a pesca de linha de mão.

Complementarmente a esse grupo majoritário, que sai para o mar com um ou dois pescadores em cada bote, não há mais do que dez unidades um pouco maiores, utilizadas para o cerco de cardumes em áreas próximas da costa. Esses barcos são operados por equipes de pesca mais ou menos fixas de cerca de dez pescadores, entre os quais se encontram mergulhadores que, com garrafas de ar comprimido, auxiliam no cerco ao pescado com redes muito finas que não ultrapassam 50 metros de extensão.

Para além de ser uma modalidade de pesca que claramente se distingue da pesca de linha de mão no que diz respeito às dinâmicas de captura, os procedimentos de venda do pescado em torno desses botes maiores também acontecem de maneira diversa.

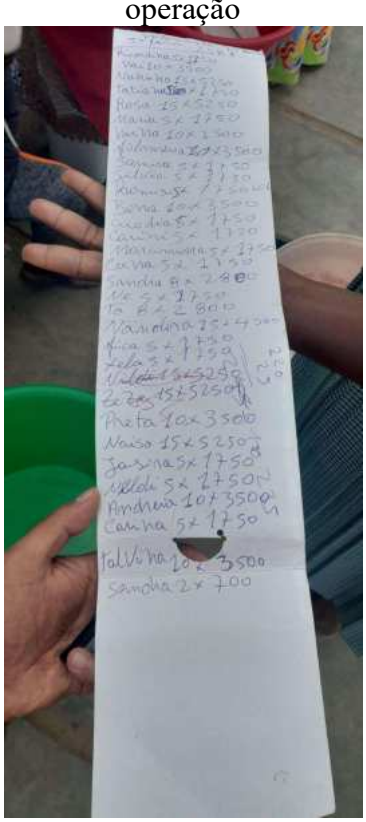
Figura 39 – Peixeiras se aglomeram em volta de um bote que utiliza rede



Fonte: Foto do autor.

Ao contrário do que ocorre com os barcos da pesca de linha que quando chegam do mar são recebidos por uma, duas peixeiras; quando retornam das pescas, os botes de redes são cercados por um número significativo de peixeiras e se estabelece ali uma clara relação de hierarquia em torno da distribuição do pescado, que é rigidamente controlada por uma gerente do negócio.

Figura 35 – Lista de controle de distribuição de pescado de uma peixeira que gerencia a operação



Fonte: Foto do autor.

Não quero dizer, com isso, que não tenha observado duras negociações entre peixeiras que atuam junto aos pescadores de linha que são seus parentes, pois assim o é e é visível que há fortes disputas em torno da definição do preço do pescado, já que os ganhos das peixeiras dependem diretamente dessa primeira tratativa.

De toda sorte, diante do volume maior de pescado que os botes de rede conseguem amealhar, o gerenciamento da operação costuma tomar contornos mais claros de impessoalidade. Em geral, esses botes capturam espécies mais populares, pois seu preço em relação aos grandes peixes migratórios explorados pelos pescadores de linha de mão é muito menor, o que facilita sua venda e atrai um número grande de peixeiras.

É preciso levar em conta que, diante da ausência de infraestruturas para o armazenamento do pescado, quando se captura uma quantidade grande de peixe, é necessário tomar decisões eficientes para que se garanta uma circulação rápida e se afaste o risco da perda do pescado.

Também frequentam essa área de pesca cerca de 30 mergulhadores que, por meio do mergulho de apneia e de garrafas de ar comprimido, exploram – principalmente, mas não exclusivamente – polvos, lagostas e outros mariscos (como o búzio), todos com bom valor comercial e com boa saída nos restaurantes e hotéis da cidade.

Somado a esse conjunto de atores, há não mais do que 10 barcos de pesca industrial, ou semi-industrial nacional, que ficam ancorados nas águas da baía.

Figura 36 – Vista parcial da baía do Mangue com barcos da pesca industrial nacional ancorados próximos da praia



Fonte: Foto do autor.

Figura 37 – Típica embarcação da pesca industrial nacional



Fonte: Foto do autor.

No geral, cada bote de pesca de linha sai para o mar com, no máximo, dois pescadores. No sistema de partilha local, ao final da pesca, costuma-se dividir o que se conseguiu no mar em quatro partes iguais, sendo que três delas ficam com o dono da embarcação que retém a sua parcela mais aquelas que correspondem ao motor e ao bote, e a outra cota restante vai para o pescador/parceiro de jornada[97].

As equipes de pesca que se utilizam de redes de cerco e as equipes de pesca que atuam embarcadas nos barcos industriais de Tarrafal também são remuneradas por um sistema de partilha semelhante. Com a diferença de que, nesses casos, além de não haver espaço para flexibilização das regras de divisão, os pescadores atuam subordinados à agenda de um patrão, o dono da embarcação, sobre o qual recai toda a responsabilidade pela armação dos barcos, mas que, por outro lado, é aquele que arrecada a maior parte do resultado do trabalho dos pescadores (Maldonado, 1986).

Com isso, ao final dessas jornadas de trabalho, o lucro do peixe também é dividido em quatro partes, sendo três quartos retirados pelo dono da embarcação e um quarto dividido por toda a tripulação, que ainda precisa ceder uma parte maior do seu quinhão ao mestre do barco[98].

[97] Essa é a regra geral, mas é possível observar uma flexibilização importante dessas dinâmicas entre os pescadores de linha de mão que costuma variar de acordo com o tipo de relação que existe entre o dono do barco e o parceiro de pesca. Em variações mais igualitárias, quando os pescadores são mais próximos, amigos ou parentes, é costume ignorar a parte motor ou da embarcação.

[98] Segundo o relatório da *Fisheries Transparency Initiative* (2024), sobre o qual abordo com mais detalhes nas páginas seguintes, nos anos de 2021 e 2022, o governo de Cabo Verde concedeu licença para 127 embarcações industriais nacionais pescarem nos mares do país. Panorama da pesca industrial nacional que como visto no capítulo anterior, começou a ser constituído a partir de 1975, por meio de financiamentos públicos.

8.1 A violência do “novo” contra o “velho” – depois do estado, a chegada do “progresso” em uma praia de pescadores

Cheguei em Tarrafal de Santiago para minha primeira temporada de campo em dezembro de 2022. Por meio da indicação de Ana Cristina, a amiga que trabalhava como peixeira em 2015, consegui me hospedar em uma pousada muito próxima da área das pescas.

Logo que cheguei nessa pousada, a gerente do lugar se surpreendeu ao saber que eu tinha me abalado do Brasil para estudar justamente com os pescadores artesanais. Perguntou-me, com um misto de espanto e curiosidade, o que eu iria fazer ali “no meio daquela bagunça e confusão”, apontando para a área das pescas de onde vem um “barulho” que, volta e meia, incomoda seus hóspedes, em sua maioria, estrangeiros.

Figura 38 – Vista da sacada da pousada onde me hospedei em dezembro de 2022



Legenda: O dia sem vento e de mar calmo deixou a praia vazia de botes.
Fonte: Foto do autor.

A senhora em questão é uma cabo-verdiana simpática, doce e educada, que me auxiliou em campo em diversas ocasiões e disse essa frase não com o ódio que me habituei a testemunhar, inclusive porque sua irmã trabalha como peixeira, mas como alguém que estava acostumada a identificar um lugar bem marcado no tecido social das ilhas.

A praia do Mangue não tem mais do que 500 metros de extensão, sendo um terço de sua área ocupada pelos botes de pesca e pela Casa do Pescador, e o restante reservado para uso recreativo e atividades de turismo[99].

[99] Assim como acontece na maioria das ilhas do arquipélago, Cabo Verde possui um número reduzido de praias de areia, sendo a maior parte de suas costas constituídas de paredes rochosas que desembocam no mar. Maio, Sal e Boa Vista possuem grandes praias de areia, mas, em Santiago, as faixas de areia são bastante reduzidas e, em geral, confinadas nas áreas de baía.

Figura 39 – Imagem da praia do Mangue em um domingo de verão



Fonte: Foto do autor.

Com um movimento intenso ao longo de todo dia, a área das pescas é um lugar onde não há espaço para monotonia. Invariavelmente com alguma música tocando em volume consideráve e presencia-se rodas intensas de conversas. No geral, ainda há grupos de pescadores jogando cartas, enquanto outros chegam do mar com o peixe, fazendo aumentar notadamente o vai e vem de peixeiras nesse trecho da praia.

Também há sempre alguém lixando um bote para pintura ou alguém aplicando fibra de vidro nas embarcações. Sempre tem alguém dando manutenção em motores, há sempre turistas curiosos filmando e fotografando de maneira invasiva os pescadores em seus afazeres, além de rodas e mais rodas de peixeiras que preparam e vendem o pescado nessa área, enquanto seus filhos e netos brincam entre os botes.

Figura 40 – Vista parcial de peixeiras em um dia movimentado na área das pescas



Fonte: Foto do autor.

Em meio a essa agitação, pescadores e peixeiras se destacam como protagonistas e são seguidos por uma série de outros atores cujas atividades gravitam em torno da pesca e que também compõem a paisagem cotidiana do ofício.

A pesca demanda uma série de pequenos serviços de transporte que passaram a ser realizados por jovens em pequenas motocicletas elétricas de fabricação chinesa (tuc-tucs) que invadiram as ruas de Tarrafal nos últimos anos. À medida que aumenta a quantidade de pescado chegando nos barcos, também surge a necessidade de que mais pessoas se engajem na limpeza e na venda, o que pode levar a um aumento considerável do movimento de pessoas nessa área[100].

Além disso, no retorno das pescas, é preciso executar uma série de tarefas relacionadas ao desarmamento dos botes. É necessário carregar os pesados motores que não ficam acoplados nos barcos, guardar os baldes com linhas e anzóis e caixas térmicas, fazer a distribuição do pescado com as peixeiras, executar uma higiene muito cuidadosa dos botes, pois, caso contrário, degradam muito mais rapidamente. Enfim, há inúmeras tarefas derivadas da atividade e, para realizá-las, há sempre alguém pronto para ajudar em troca de alguns peixes ou de alguns trocados.

Em certos momentos, há ajudantes fixos nessas tarefas que chegam a estabelecer combinados mais estáveis com certos pescadores, mas, no geral, esses ajudantes somem por algumas temporadas e depois reaparecem, "conforme o peixe".

Exatamente como pude constatar na ilha do Maio (Silva, 2018b), também em Tarrafal esses ajudantes são, no geral, ébrios habituais ou figuras marginalizadas do espaço da cidade que encontram na atividade pesqueira um refúgio e uma fonte importantíssima de solidariedade e de proteção social. Ali, ganham alguns trocados, podem chegar a acumular um volume significativo de pescado, mas também servem, em algumas ocasiões, como "bobos da corte", principalmente quando estão em um estado etílico muito alterado, mas a regra é serem acolhidos e nunca lhes faltam algum pequeno trabalho.

Logo no segundo dia em campo na praia do Mangue, presenciei uma grande confusão entre dois desses ajudantes da pesca. Começou-se uma discussão acalorada entre ambos que durou cerca de dez minutos. A briga acabou com um soco e, após uma tentativa de revide, os dois homens se desequilibraram e rolaram na areia sob uma audiência de peixeiras e pescadores, que logo que perceberam que a situação havia saído do controle e os apartaram.

[100] Não seria exagero dizer que, em um dia movimentado, circule por essa área mais de 500 pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, com a atividade.

Um desses homens saiu da área das pescas, voltou minutos depois com uma barra de ferro e correu em direção ao seu oponente ameaçando-o, aos berros. Houve uma confusão generalizada e, mais uma vez, os pescadores apartaram a contenda.

Figura 41 – Um dos ajudantes mais assíduos dos pescadores do Tarrafal



Fonte: Foto do autor.

Essas são, por excelência, áreas de trabalho, mas também são espaços vividos de forma muito intensa como áreas de lazer por toda a comunidade pesqueira. É para ali que após voltarem das pescas e após terem ido à casa e trocado as surradas roupas de trabalho, retornam muitos pescadores, pois há sempre alguém disposto a conversar, a jogar cartas, a compor, a partir das relações cotidianas, o universo pesqueiro.

A maioria dos contatos que estabeleci com os pescadores de Tarrafal foi realizada nessa área. Procurei-os com o objetivo claro de saber mais sobre as pescas em Tarrafal, e como ocorreu no Maio, fui prontamente acolhido por alguns e observado com bastante desconfiança pela maioria.

Uma situação que logo me chamou a atenção depois de ter chegado em Tarrafal foi perceber que a Casa dos Pescadores havia acabado de passar por uma grande reforma. O pequeno imóvel anterior, erguido em 1940, agora contava com amplos corredores de armários para guarda dos motores, com banheiros que também passaram a ser utilizados pelos turistas, com um cômodo destinado a uma máquina de produção de gelo, com uma sala destinada à administração do espaço, com um pequeno restaurante e com um espaço com bancadas e torneiras destinadas às peixeiras. Com tudo isso, mas sem um espaço destinado à associação de pescadores.

Figura 42 – Perspectiva interna dos armários da Casa dos Pescadores



Fonte: Foto do autor.

Sabendo que essa não é a realidade da esmagadora maioria das áreas de pesca do país, uma das minhas primeiras iniciativas em campo foi tentar compreender o que havia ocorrido em Tarrafal de Santiago para que eu me encontrasse diante daquele quadro.

E foi a partir daí que me deparei com algo curioso. Até 2020, a Câmara Municipal que representa todo o concelho de Tarrafal tinha sido governada durante 28 anos pelo MpD, partido cujos representantes teriam deixado a região numa situação de abandono grave e sob muitas acusações de corrupção.

De tendência neoliberal, ouve-se por todos os lados em Tarrafal que os representantes da agremiação que comandou a Câmara por quase três décadas teriam vendido enormes áreas públicas para a iniciativa privada por meio de processos nada transparentes, tentaram retirar os pescadores da praia do Mangue em ao menos duas ocasiões e abandonaram a zeladoria das vilas, estradas e caminhos vicinais do concelho.

Diante dessa situação e às vésperas das eleições para a Câmara Municipal, eclodiu um movimento popular com ampla participação da população que afrontou o poder local estabelecido. Houve manifestações com carros de som na porta da Câmara, passeatas e muita mobilização pelas redes sociais[101].

Se o concelho como um todo estava abandonado, a área das pescas e principalmente a área de recuo das pescas se encontrava sem manutenção há anos e, com isso, estava completamente tomada pelo lixo.

[101] Não tenho como confirmar, porém, com base em tudo que me foi relatado, a pandemia de Covid-19 e suas consequências sociais parecem ter jogado um papel importante na eclosão desse movimento.

Figura 43 – Vista parcial da área de recuo das pescas em imagens de 2019



Fonte: Nelito Tavares.

Pelo que se conta, na esteira desse movimento de insatisfação popular, o atual presidente da Câmara, um quadro importante do PAICV, lançou sua candidatura e obteve 50,9% dos votos válidos, contra 37,7% do representante da situação. Após a liberação dos resultados, o vencedor daquelas eleições deu a seguinte declaração para a imprensa:

> Agradeço toda a população do município, de Bilinboa à Achada Meio. É uma vitória da juventude, de homens e mulheres de Tarrafal e com significado de liberdade e da democracia. É uma vitória com a dimensão de Cabo Verde porque lutamos contra a força do dinheiro, contra pesos pesados do Governo e contra um MpD enraizado com 28 anos de governação em Tarrafal (Disponível em: https://inforpress.cv/autarquicas-2020-tarrafal-paicv-conquista-a-camara-pela-primeira-vez-e-maica-diz-que-foi-a-vitoria-dos-tarrafalenses/. Acesso em: 4 dez. 2023).

Ao longo do meu período em campo, ouvi de um ou outro interlocutor que Maika – como é localmente conhecido – era o "Lula de Tarrafal". Isso porque, além de ter derrotado um grupo político bem estabelecido, José dos Reis é um homem negro retinto, de família de pescadores e nascido em Chão Bom, área do antigo Campo de Concentração e do Colonato – que, com o tempo, tornou-se a periferia estigmatizada da sede do concelho, em contraposição ao centro mais urbanizado da Vila[102].

Em muitas ocasiões em que conversei sobre Maika com meus interlocutores, nunca cheguei a ouvir referências a ele como professor, deputado, líder da bancada do seu partido ou delegado do Ministério da Educação, todos cargos que ocupou antes de vencer as eleições municipais, mas, sim, como o Maika de Chão Bom.

[102] Ouvi de inúmeros interlocutores de pesquisa, histórias sobre a relação dos moradores da Vila com os moradores de Chão Bom. Para alguns desses interlocutores, os moradores da Vila se sentem superiores e estigmatizam os moradores do Chão Bom.

Eleito e aparentemente bastante empenhado em tornar um dos mais importantes concelhos de Santiago em uma vitrine para o seu partido, Maika transformou o panorama administrativo herdado do período anterior e imprimiu um novo ritmo às dinâmicas de zeladoria da sede, das vilas e das comunidades de Tarrafal.

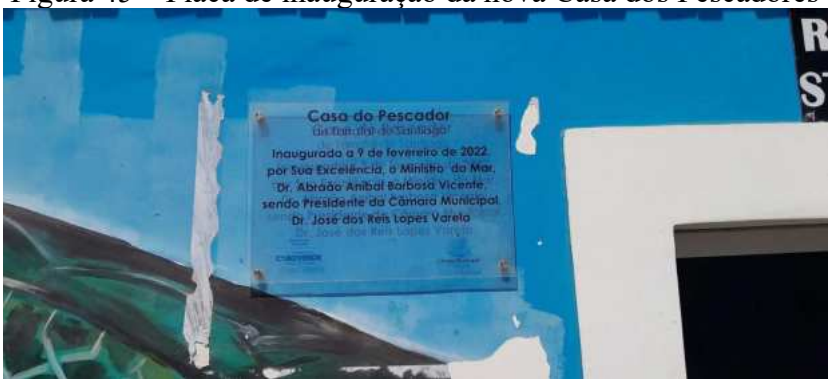
Figura 44 – Área de recuo das pescas após limpeza promovida pela Câmara de Maica



Fonte: Nelito Tavares.

Com a transformação do norte de Santiago em um verdadeiro canteiro de obras, ao menos inicialmente Maika caiu no gosto da população, que tinha como referência um período de "terra arrasada". Com isso, a limpeza da área contígua à área das pescas e a reforma completa da Casa do Pescadores se destacaram entre as primeiras intervenções que se seguiram à sua vitória[103].

Figura 45 – Placa de inauguração da nova Casa dos Pescadores



Fonte: Foto do autor.

[103] A composição dos recursos para a realização da obra da Casa dos Pescadores contou com a participação do governo central das ilhas, que é do partido de oposição ao de Maica.

No ano seguinte à sua vitória e com a área de recuo das pescas recuperada, o governo local passou a utilizá-la para a realização do Festival do Peixe de Tarrafal, evento que ocorre em agosto e atrai um público considerável para o concelho.

Figura 48 – Área de recuo das pescas ocupada pelas estruturas do Festival do Peixe em agosto de 2024



Fonte: Foto do autor.

Já sobre a remodelação da Casa dos Pescadores, não somente a obra me chamou a atenção, como também a falta de uma sala destinada à associação de pescadores e, consequentemente, o modelo de administração escolhido pela Câmara Municipal para geri-la.

Depois de algum tempo em campo, ao longo em que achei que a associação de pescadores sequer existia, conheci o atual presidente, que, como é muito comum em Cabo Verde, não é um pescador artesanal. Apesar dessa situação, esse senhor me relatou que mesmo com a associação inoperante, ele havia tentado influenciar no projeto de remodelação da Casa do Pescador, mas que fora boicotado pelo gabinete técnico da Câmara.

Com a associação sem forças para disputar a administração do novo espaço, a administração de Maika optou por uma espécie de estatização dessa Casa. Com isso, cedeu o pequeno restaurante em regime de concessão a um "privado" e nomeou um funcionário público sem experiência com as pescas para administrar a Casa.

A partir da implementação desse modelo de administração, o funcionário da Câmara se tornou a pessoa responsável pela zeladoria do edifício e passou a realizar uma tarefa que considera ser seu maior desafio. Cobrar uma mensalidade dos pescadores pelo uso dos armários de guarda dos apetrechos de pesca.

A cada pescador foi cedido um armário (cacifo), no qual, em troca de uma mensalidade de cerca de 1.500 escudos por mês (15 euros), é permitido utilizá-lo para guarda dos motores e dos demais apetrechos de pesca. Esses armários foram extremamente úteis, pois, até então, os pescadores eram obrigados a contratarem diariamente o transporte desse material de suas casas até a beira-mar pelo valor de 400 escudos por dia (4 euros).

Apesar de largamente utilizados e de terem tido ampla aderência da comunidade pesqueira, esse sistema de cobrança de mensalidades produziu muitas reclamações entre os pescadores, o que parece ter acarretado alguns atrasos no pagamento das taxas e um considerável trabalho para o administrador do espaço.

Não fazia sentido, para vários pescadores descontentes com esse sistema com quem conversei, pagar uma taxa de uso para um local que ostenta uma placa com o nome de Casa do Pescador.

Desconfiando que o contexto político produzido pela eleição de Maica de Chão Bom poderia ter gerado um ambiente favorável para a implementação desse sistema de mensalidades tão criticado, acabei me aproximando do funcionário da Câmara que passou a fazer a administração dessas cobranças.

Ao longo de todo o período em que estive em campo em Tarrafal, apesar de seu trabalho ser considerável, não o vi tendo conflitos importantes com pescadores e peixeiras. Figura relativamente calma e apaziguadora, encontrei-o muitas vezes conduzindo seu trabalho de maneira muito respeitosa e, a considerar o tempo em que estava na frente da Casa, pareceu-me ter conseguido entender questões importantes sobre as dinâmicas de trabalho da comunidade.

Em uma de nossas conversas gravadas, acabou revelando, além de aspectos sensíveis de sua relação com os pescadores, as impressões que tinha do universo pesqueiro antes de se engajar no posto de trabalho da Câmara.

> Sou o gestor da Casa do Pescador. Desde 10 de fevereiro de 2022, quando a Casa foi inaugurada. Eu faço a gestão do espaço porque os pescadores têm um local para armazenar os materiais de pesca, mais precisamente os motores e os acessórios de pesca. Aqui há 53 cacifos e cada um deles tem capacidade para guardar dois motores e estão todos ocupados. Aqui os motores estão seguros, porque temos um guarda, câmera de segurança e para esse fim eles tem uma cota mensal, um valor simbólico. Cada um tem uma chave do seu cacifo e aqui fica aberto 24 horas por dia. Antes aqui não tinha nada. Só tinha uma casinha para tratamento de peixe. Antes eles levavam os motores todos os dias e pagavam caro. Duzentos escudos de ida e duzentos de volta todos os dias. As vezes é necessário ficar cobrando. Mais de 50%, mais de 70% faz seu pagamento normal. Com alguns é necessário chamar a atenção, com alguns,

> uns 20%, há sempre uma desculpa para não pagar. E é um valor simbólico porque todos os dias, em um dia normal, eles fazem 4, 5 mil escudos (40, 50 euros) por dia e às vezes até muito mais. Tem dias que eles fazem 16, 20 mil escudos (160, 200 euros) em um dia de pesca. O problema é a gestão financeira. Por exemplo, se eles vão para o mar e hoje ganham 15 mil escudos (150 euros), poderiam pagar dois, três meses e daí seriam noventa dias sem ter a despesa. Um dia só você poderia ter 90 dias pagos, então é questão de gestão. Se eles forem calculistas para verem a situação deste ponto, ninguém terá dívida aqui. Temos casa de banho, local de tratamento de peixe, temos água para lavar os motores… se o pescador não pagar vai perder o cacifo, tem que pagar o imposto para o espaço manter-se vivo. Temos empregados, temos três empregados, dois guardas, o espaço tem energia, água, manutenção, tudo isso tem um custo. Já teve pescador que perdeu o direito de usar o espaço. Eu criei um limite de dívida. Se não pagar três meses perde. Eu tive que fazer isso porque se não tomamos essas medidas teremos problemas futuros. Por acaso eu fui muito bem acolhido por causa do meu carisma e forma de lidar com as pessoas. Porque aqui, mesmo estando capacitado, se você não tem boa gestão, uma boa ideia, você teria vários problemas com os pescadores, porque se você for para o conflito, terá conflito, mas eu vivo em convivência de paz, tentando tornar o ambiente de guerra em ambiente de paz. Porque certamente se você for para o conflito… depois eles fazem barulho, acabam por xingar. Os pescadores são assim, é o hábito, portanto não sou eu que vou mudar isso, tento acalmar o clima e só depois faço uma cobrança… daí tem de ir dominando eles, porque eles são durões e eles não gostam de fazer muito pagamento não, eles são toma-toma. Imposto, a gente não gosta, mas se pensarmos, é a melhor forma de viver, num país, num mundo, porque o imposto facilita a sua vida. Imagina se ninguém paga imposto? Mas depois que eu vim trabalhar aqui, eu mudei completamente minha cabeça sobre os pescadores. Antes eu não tinha ideia como era a vida no mar. Tinha ideia, mas não estava assim, de perto. Estando aqui convivendo com eles, percebi que, no fundo, no fundo, são a classe de pessoa mais rica da sociedade de Cabo Verde. Porque eu percebi que eles são aqueles que mais faturam dinheiro líquido, na mão, no nosso país. Até porque, Cabo Verde é basicamente mar. Então, baseado nisso…a nossa pesca é favorável. Temos o mar favorável, o mar que nos ajuda, temos os melhores peixes do mundo, do atum, nesse caso. Então, os pescadores, quando vão para pesca fazem dinheiro todos os dias… eu até fiz cálculo com papel e caneta, porque eu gosto de cálculos, sou contabilista, e fiz várias análises e recolha de dados, depois vim pra minha sala e fiz alguns cálculos. Um pescador que economiza, que organiza a sua vida pescatória, certamente, no Tarrafal, é a pessoa com a vida mais bem-sucedida. Às vezes eles dizem, não é todo dia que o mar dá. Mas o dia que o mar dá, justifica dois meses, três meses de trabalho. E mar, não dá todo dia, mas dá quase todo dia. Setenta por cento, oitenta por cento do dia o mar dá. E às vezes quando retornam da pesca, quando o mar não dá, fazem 6, 7 mil contos, se você tirar a parte do bote e do motor, certamente cada pescador ficará com 2500 mil escudos por dia, o que dá 75 mil escudos no mês… imagina uma pessoa que ganha esse salário por mês, tem dias que os pescadores fazem 40 mil escudos de pesca, 40 mil escudos (400 euros). O problema dos pescadores é a gestão financeira. Eles precisam ter uma educação financeira. Eles precisam se educar financeiramente (Entrevista com Ezequiel, administrador da Casa dos Pescadores, realizada em dezembro de 2023 em Tarrafal de Santiago).

Um dos pontos mais sensíveis desse depoimento é a possibilidade de percebê-lo como o testemunho de alguém que, passando a conviver com os pescadores, foi capaz de mudar consideravelmente suas opiniões pessoais sobre a comunidade.

Para que isso acontecesse, ser um contador de formação e estar muito atento ao dinheiro que circula nessa área parece ter sido um fator decisivo para essa mudança de postura. Além disso, creio que, assim como eu, o administrador tenha recebido uma espécie de letramento sobre as dinâmicas desse universo e passou a compreender que nesses espaços não adianta gritar, tampouco tentar impor nada de maneira autoritária. Já que a reação a esse tipo de comportamento pode ser vigorosa, porque os pescadores são "durões".

Por outro lado, seus conhecimentos contábeis não parecem tê-lo ajudado a compreender aspectos menos explícitos da relação que os pescadores artesanais de Cabo Verde desenvolvem com os ganhos financeiros que obtêm com as pescas.

Juntamente a outros tantos estigmas que lhes são atribuídos, o suposto comportamento perdulário da comunidade artesanal pesqueira do arquipélago é um tema bastante difundido nas ilhas. Talvez tão corriqueiro quanto a outra ideia falsa de que por meio das operações de venda, as peixeiras estariam em condições de explorar os pescadores.

Além de infundada e desabonadora, a concepção de que os pescadores seriam todos perdulários oblitera a percepção de que é justamente por meio dos ganhos elevados que o pescado passou a garantir, nas últimas décadas, que esses atores conseguiram afirmar sua autonomia tanto em relação ao estado, como no tocante aos "patrões" que os cercam de maneira cada vez mais intensa.

É muito comum que as pessoas se surpreendam com os ganhos elevados conquistados pelos pescadores artesanais em um cenário de escassez do pescado[104]. Nesse sentido, parece notável que um "simples" pescador consiga de maneira rotineira, alcançar com a venda de um único dia de pescas, valores bem mais altos do que o salário mínimo mensal de 15 mil escudos (150 euros) que se recebe, por exemplo, quando se trabalha nas inúmeras lojas e mercearias de chineses espalhadas por toda a extensão do arquipélago.

Com isso, parece-me ser tais ganhos significativos que permitem aos pescadores artesanais adotarem estilos de vida muito próprios e atitudes altivas de não sujeição. Como estilos de vida muito próprios, estou afirmando que o ofício da pesca artesanal garante aquilo que – em contextos capitalistas e socialmente desiguais – não se costuma estender a estratos e camadas marginalizadas ou aos rotineiramente classificadas como pobres.

[104] O que não se costuma muito pensar é que a explosão do preço do pescado ocorrido em Cabo Verde pode ter uma relação consistente com o sumiço do pescado dos mares do país.

Não tenho aqui nenhuma intenção de minimizar questões importantes como a pouca preocupação dos pescadores artesanais com o recolhimento de previdência social, por exemplo, que coloca alguns em situações bastante complicadas quando envelhecem e não conseguem mais pescar por problemas decorrentes de doenças como a "friagem", o que me pareceu ser relatado como uma espécie de reumatismo.

Tive a oportunidade de conhecer pescadores que, doentes, contavam somente com a solidariedade dos companheiros de pesca. Isso porque, sem recolher previdência sobre seus ganhos, o máximo que um pescador pode conseguir do estado é uma pensão de cerca de 6 mil escudos (60 euros) por mês, valor correspondente a um dia comum de trabalho, segundo a atenta avaliação do administrador da Casa do Pescador.

Se pagassem a previdência pública proporcionalmente aos ganhos cotidianamente auferidos com a pesca, não há dúvidas de que os pescadores teriam uma situação muito confortável quando se encontrassem incapacitados para o trabalho.

Mas qual seria o motivo da baixa adesão dos pescadores a esse tipo de vínculo com o estado? Poderíamos, de fato, explicar essa situação em função de sua baixa escolaridade? Seria, portanto, uma questão de falta generalizada de educação financeira?

Novamente, é preciso que sejamos cuidadosos com as generalizações, pois, assim como aconteceu na ilha do Maio (Silva, 2018), conheci em Tarrafal de Santiago um número considerável de pescadores com uma vida financeira bastante organizada. Pescadores que possuem boas casas, são donos de seus botes, motores, pagam suas contas religiosamente em dia.

Por outro lado, espelhando as reflexões de Klaas Woortmann (2018b) sobre a ordem moral camponesa ou o campesinato brasileiro analisado além de seus princípios econômicos, creio ser necessário considerar que certo grau de recusa do estado ou mesmo de aversão à lógica estatal podem ser compreendidos como fenômenos de base cultural e não como uma tendência inata à irracionalidade econômica.

Orgulhosos dos ganhos que obtêm com a pesca, em muitas ocasiões, foi possível perceber que os atores da pesca não abrem mão de gerir seus recursos da maneira como acham que deve ser feito e não como preconizam manuais de "boas práticas econômicas" ou de "educação financeira".

É por esse caminho que considero os níveis importantes de recusa dos pescadores a políticas e programas estatais, principalmente quando vai ficando muito evidente para esses atores os vínculos estreitos entre os agentes estatais e situações como o boicote ao

funcionamento de suas associações, o cenário generalizado de crise do pescado ou a tomada de suas praias pela indústria do turismo.

Ainda no âmbito da rejeição da comunidade pesqueira às tentativas de dar formas "mais adequadas" às dinâmicas de trabalho da atividade, na remodelação da Casa dos Pescadores, foi construído um espaço com bancadas e torneiras para que as peixeiras passassem a realizar o processamento do pescado e, com isso, saíssem da areia da praia, na área contígua aos botes.

Figura 49 – Sala para tratamento de pescado da Casa dos Pescadores



Fonte: Foto do autor.

O fracasso dessa sala foi retumbante. Nos mais de 12 meses em que estive junto aos pescadores artesanais de Tarrafal, foram raras as vezes que tive a sorte de presenciar as peixeiras utilizando esse espaço. Elas continuaram, como dantes, limpando seu pescado na areia da praia, tranquilamente sentadas em seus baldes de plástico e em longas e demoradas conversas com suas companheiras enquanto esperavam a oportunidade de vender o pescado.

A água utilizada para a limpeza do pescado continuou sendo a água do mar e as vísceras e escamas permaneceram a ser jogadas na água e quase que instantaneamente devoradas por peixes menores que estão sempre vorazes à procura de alimento. E apesar dessas práticas continuarem a ser feitas na areia, não há qualquer mal cheiro ou inconveniente aparente.

O que há é um certo ressentimento dos agentes locais do estado pela não adesão das peixeiras ao uso desse equipamento. Insatisfação que se limita a manifestações muito

pontuais – sem que, contudo, e ao menos até o momento, arrisque-se a tentar obrigá-las a saírem da areia.

E apesar desse aparente recuo, ficou na memória das peixeiras a tentativa da Câmara de Maika em limitar a sua circulação pelas vias principais da Vila de Tarrafal.

> Sim, fiscal, fiscal que tomavam banheiras, porque eles não queriam que a gente passasse com as banheiras de peixe dentro da Vila. Vindo lá da beira mar para ir pro mercado, fiscal tomou a banheira… aí eles falaram que a gente não podia passar naquelas ruas ali com banheira na cabeça, então eu falei pra ele fazer um elevador da beira mar pra levar a gente lá no mercado, porque a gente tem que passar pra ir. Eles tomaram as banheiras e colocaram lá naquele lugar dos fiscais até tarde, até que eles devolveram as banheiras e nós fomos lá no mercado vender. Eles falaram que iam dar multa e nós falamos, não vai dar multa não, nós estamos passando pra ir no mercado, mas teve um tempo ali que estava complicado mesmo, porque não queriam a gente aqui em cima. Eles não queriam que a gente vendesse na Vila não, mas no mercado também fica fechado e não cabe todo mundo lá não e nós temos que sair na rua pra vender, porque no mercado também chega um freguês e todo mundo chama, é mais difícil vender peixe.
> Os fiscais falaram que foram mandados, mandaram eles tomarem as banheiras porque a gente tava passando na Vila, disseram que o chefe é que mandou. Eles não querem que a gente ache nosso pão, eles não querem, mas é o trabalho que a gente está nele. Falam muito que as peixeiras lançam água de peixe na Vila e aí eles não deixam a gente parar em um lugar. Isso aconteceu no tempo que entrou aquele presente de Câmara ali, naquele tempo eles estavam mais assim, mas agora estão mais brandos. Agora vendemos na Vila e depois vamos pra casa, quase agora que não vamos pro mercado. É na Vila que tem mais movimento de gente, mais do que na praia de mar. Antes eu vendia lá no mercado, mas agora eu vendo perto da casa da minha prima, lá que eu fico parada pra vender. Lá tem mais movimento de pessoas, pessoas que vem de banco assim. Mas também tem freguês que chama e onde que ele está eu vou lá vender o peixe (Entrevista com peixeira de Tarrafal de Santiago).

Após a reforma da Casa dos Pescadores, também passou a ser frequente na área dos botes a presença de um outro funcionário público com o cargo de fiscal de posturas e que está ali para coibir práticas consideradas ilegais de pesca, como também para controlar questões relacionadas à segurança marítima.

> Meu trabalho aqui é controle de peixe e saneamento e saneamento dos pescadores também. Sim, sou fiscal dos resíduos de peixe. Tem peixe que dá multa, peixe que está em extinção, tartaruga, tubarão, você não pode pegar, se pegar dá multa, a polícia vem e dá problema. Mas o pescador, o que afeta eles, não querem que você faça. Os pescadores são muito difíceis. Eles falam muito e não entendem bem também. Alguns entendem. Mesmo que você queira fazer o que é proibido, você não pode fazer publicamente. Imagina…faz sem ninguém saber! Então, tubarão está em extinção, você pega ele lá longe e traz ele aqui pra beira mar pra todo mundo olhar? Aquilo é crime. Você tem que cumprir aquela regra. Se fala que não é pra pegar, não é pra pegar. Eles entendem muito pouco. Meu colega multou um pescador aqui porque não colocou as vísceras do peixe na lixeira e ele não pegou o papel da multa. Polícia veio e aí ele pegou o papel. Eu precisava de mais apoio aqui, porque eu sou só um. Eu já falei com o vereador, porque se eu tiver lá na frente, não consigo

> olhar todos os botes que chegam. Mas se coloca 2, 3, 4 a gente consegue controlar. Há muitos que brigam, mas eu sei dominar as minhas coisas. O importante é evitar fazer bagunça. Nossa Câmara é forte. Mínima coisa que eles fazem, chamo a autoridade que faz abordagem. Trabalhar com pescador tem que ter paciência, muita paciência, muita paciência (Entrevista concedida pelo fiscal da Câmara em dezembro de 2022).

Figura 50 – Pescador artesanal exibindo um tubarão na areia da praia



Fonte: Foto do autor.

Pelo depoimento do administrador da Casa do Pescador, pela fala desse fiscal, como também levando em conta episódios como o não uso da sala de tratamento do pescado ou a tentativa de restrição das peixeiras nas ruas da Vila, temos uma série relevante de eventos por meio dos quais se pode perceber uma primeira camada de tensão entre os pescadores artesanais e os agentes de estado, em suas tentativas de moldar a comunidade pesqueira a padrões "mais adequados" de comportamento.

Ocorre que depois de toda essa viagem no tempo das pescas que realizei até aqui, acredito que a descida ao cotidiano de uma das comunidades artesanais pesqueiras mais importantes da ilha de Santiago ancora, de maneira objetiva, a formulação do conceito de *racialização dos descontentes* (Das, 2020).

E foi justamente problematizando a dimensão do ordinário que passei a perceber que a mudança de conjuntura política materializada com a vitória de Maika estava reposicionando uma grande disputa pela praia de Tarrafal.

Ao longo do campo, ficou evidente que o plano de venda generalizada de terrenos públicos promovido pelas Câmaras do MpD era algo real e contava com participação de

agentes locais e atores estrangeiros que, de maneira muito repentina, passaram a se interessar pela bela praia de areias brancas da baía do Mangue.

Também passei a perceber que, apesar de todas as críticas feitas por Maika sobre esse processo de venda dos terrenos públicos promovida por seus adversários políticos, ele mesmo acabou por acomodar esses interesses econômicos na sua administração, com consequências muito concretas para os pescadores artesanais da praia do Mangue.

Como um índice dessa capitulação, um primeiro passo importante foi prescindir da recomposição da associação de pescadores e garantir à administração direta, pelo poder público, de uma área tão sensível dessa praia, ocupada por atores sociais cujas práticas cotidianas afrontam os planos de gentrificação da região, colocados em marcha em prol da indústria do turismo.

O *boom* de especulação imobiliária que atingiu Tarrafal nos últimos anos levou um deputado do MpD a declarar em discurso na Assembleia Nacional que "Tarrafal está cada vez mais na moda e rumo a um novo tempo"[105].

Na esteira desse processo, um dos símbolos mais marcantes de transformação dessa histórica praia de pescadores em uma área cobiçada pela indústria do turismo foram as obras de reconversão do centenário edifício da alfândega em um resort de luxo do grupo hoteleiro português Oasis.

Situado na ponta de Alcatraz e justamente ao lado do cais da cidade, construído em 1902, o edifício é circundado por um miradouro, também criado no século XIX, que, até as obras de construção do hotel, era intensamente utilizado como área de lazer pelos moradores da Vila. Com uma vista privilegiada de toda a extensão da baía, era ali que muita gente se reunia para namorar, para ver o pôr do sol ou para observar as baleias que costumam se aproximar da costa nos primeiros meses do ano.

Após a conclusão das obras do hotel, apesar de o mirante não ter sido totalmente interditado, os moradores locais desapareceram do local. Ouvi muitos relatos de que não se fica mais à vontade ali, já que as mesas do restaurante avançaram até quase a borda desse terraço, convertendo-o em uma área praticamente exclusiva dos hóspedes do empreendimento.

Também estava em campo quando houve um enorme vazamento de esgoto desse hotel. Durante cerca de dois meses, nós acompanhamos o mar da baía contíguo à área das

[105] Trecho do discurso proferido pelo deputado do MpD José Soares em sessão na Assembleia Nacional em 15 de outubro de 2020. (Disponível em: https://www.facebook.com/GPMPD/videos/tarrafal-sta-cada-vez-na-moda-e-rumo-a-novo-tempo/2656661257983256/. Acesso em: 22 maio 2024).

pescas receber uma quantidade significativa de dejetos, até que, após inúmeras denúncias de alguns pescadores, o problema foi resolvido[106].

Figura 51 – A imagem mostra a perspectiva lateral do antigo edifício da alfândega



Fonte: Nelito Tavares

Figura 52 – Edifício do hotel de luxo do grupo Oásis que tomou o lugar do prédio da alfândega



Fonte: Foto do autor.

A poucos metros de distância desse edifício do grupo português Oásis e bem ao lado da área dos botes, há a área de recuo das pescas. Além dos dois pequenos restaurantes que servem principalmente aos pescadores, invariavelmente há a utilização desse espaço para atividades muito variadas ligadas à pesca. Esse também é o espaço onde se passou a realizar o Festival Anual do Peixe de Tarrafal após a vitória de Maika.

[106] Em 25 de julho de 2024, em uma audiência pública realizada na Câmara Municipal para tratar de um projeto de reforma do cais, correu a notícia de que o gerente do empreendimento teria feito uma fala muito dura contra a presença dos pescadores nas imediações de seu hotel. Objetou, com muita ênfase, contra a previsão de utilização do cais pelos pescadores que, segundo esse gerente, não tinham noções de higiene, o que estava provocando mal cheiro no resort.

Ocorre que, com todas as pessoas com quem falei sobre essa área, de pescadores a agentes do estado, todos foram unânimes em confirmá-la como concessionada para um "privado", que vai erguer ali, praticamente dentro da areia e em um espaço que flagrantemente compõe o território da pesca, mais um empreendimento hoteleiro.

Figura 53 – Região onde futuramente deve ser montado mais um hotel



Legenda: À direta, área contígua às pescas para onde há um projeto para construção de hotel
Fonte: foto do autor.

O que mais me chamou atenção na história da concessão desse espaço a um "privado" foi não ter encontrado ninguém que me falasse de maneira objetiva quem o adquiriu – até que, chegando as eleições de 2024 e durante a realização do Festival do Peixe em agosto, começaram a acusar a Câmara de Maika de tentar se apropriar de um terreno "privado". A reação veio rápida e, durante uma coletiva de imprensa convocada no dia 9 de agosto de 2024, Maika partiu para o ataque[107].

Apresentando uma série de documentos que demonstravam as imensas áreas públicas vendidas ou concessionadas a agentes privados por preços escandalosamente baixos na gestão anterior, Maika fez pesadas críticas aos representantes do MpD. Revelou que a área de recuo das pescas já era da empresa Mangue Investimentos, que ele não era contra a construção do hotel naquela área, mas que sua administração estava em duros embates com os investidores.

Isso porque ele estava lutando para que o projeto tivesse uma altura máxima para que sua construção alterasse minimamente possível a paisagem dessa área pública do município e do território pesqueiro, que fora vendida para um "privado".

[107] Disponível em: https://www.facebook.com/CamaraMunicipaldoTarrafaldeSantiago/videos/confer%C3%AAncia-de-imprensa-processo-de-venda-de-terreno-no-espa%C3%A7o-palhota/1013559167223599/. Acesso em: 22 ago. 2024.

As acusações contra Maika também me pareceram vazias, pois foi justamente a sua Câmara que, ao reformar a Casa dos Pescadores, realizou uma obra na área das pescas que, se não teve a intenção, reforçou a divisão do território da pesca. Foi, ainda em 2020 que, bem em frente à Casa dos Pescadores, os operários da Câmara Municipal começaram a concretar uma parte importante da faixa de areia da praia, com a intenção de fazer em cima desse espaço a construção de quatro modernos quiosques.

Figura 54 – Faixa de areia concretada pela Câmara Municipal que divide a areia da praia utilizada pelos pescadores da zona de recuo das pescas



Fonte: Foto do autor.

Um interlocutor da pesquisa de quem estive mais próximo me relatou que essa obra só não foi adiante porque ele mesmo acabou chamando a polícia quando percebeu que os executores do projeto estavam jogando concreto em cima da areia da praia. Quando chegou ao local e constatou a prática ilegal de utilização de concreto na areia da praia, a polícia acionou o responsável pela capitania dos portos que embargou a construção da Câmara, adiando, assim, parte dos planos municipais de "requalificação" dessa área.

Fato é que, se o projeto dos quiosques não chegou a ser concluído, a estrutura de concreto que passou a ser ladeada por uma fileira de coqueiros produziu uma divisão muito marcada do território pesqueiro.

Já em se tratando da parte superior da área das pescas, local onde se encontram as ruínas da antiga cadeia pública e onde, há alguns anos, também haviam as ruínas da antiga fábrica de conservas, pode-se ver duas placas de um grande empreendimento hoteleiro que prevê a construção de um resort de proporções significativas. A previsão era de início das obras em maio de 2021 e conclusão em maio de 2023, sendo o empreendimento dotado de SPA, piscinas e salas de conferência.

Apesar de ser uma placa sobre um projeto que não prosperou, segundo muitos, devido à crise econômica advinda da pandemia de Covid-19, após a coletiva de Maika, também descobri que toda essa área foi entrega a um "privado" por um período de 80 anos e a um valor absurdamente baixo, arranjo que levou Maika a incitar os seus adversários a explicar o que, para ele, tratava-se de uma negociata[108].

Figura 55 – Placa com dados sobre o projeto de hotel



Fonte: Foto do autor.

Fechando o arco de interesses privados sobre essa antiga praia de pescadores e literalmente abarcando toda a extensão da sua orla, outro empreendimento em vias de ser iniciado, que conta com o apoio irrestrito da Câmara de Maika e que está causando grande expectativa na região de Tarrafal, é a previsão de construção de um resort de grandes dimensões ao pé do Monte Graciosa, empreendimento que também será realizado pelo grupo hoteleiro português Oásis.

> O grupo hoteleiro português Oásis Atlântico assinou um contrato de aquisição de terrenos no concelho de Tarrafal, Ilha de Santiago, Cabo Verde, onde pretende desenvolver um complexo hoteleiro.
> A assinatura teve lugar no Paço do Conselho da Cidade, no final do mês passado, e contou com a presença do Primeiro Ministro de Cabo Verde, Dr. Ulisses Correia e Silva.
> O projecto de investimento que ronda os oito milhões de euros, e que irá arrancar nos próximos meses, compreende numa primeira fase 120 quartos, diversas piscinas, restaurantes e bares, spa, ginásio, lojas, entre outros serviços. O hotel fica localizado na praia do Tarrafal.
> O Grupo Oásis Atlântico irá reforçar assim o investimento e aposta no destino Cabo Verde, onde está presente actualmente com quatro hotéis, dois na Ilha do Sal – hotel Belorizonte e Salinas Sea, um em São Vicente – hotel Porto Grande e 1 em Santiago – Hotel Praiamar. (Disponível em:

[108] Disponível em: https://www.facebook.com/CamaraMunicipaldoTarrafaldeSantiago/videos/confer%C3%AAncia-de-imprensa-processo-de-venda-de-terreno-no-espa%C3%A7o-palhota/1013559167223599/. Acesso em: 22 ago. 2024.

https://www.publiturishotelaria.pt/2018/05/02/oasis-atlantico-anuncia-projecto-na-praia-do-tarrafal/. Acesso em: 12 mar. 2024).

Figura 56 – Maquete digital do projeto de resort do grupo Oásis



Disponível em: https://www.publiturishotelaria.pt/2018/05/02/oasis-atlantico-anuncia-projecto-na-praia-do-tarrafal/. Acesso em: 12 mar. 2024.

Assim como ocorreu na região de Kebra Kanela na cidade da Praia em 2015, antes da praia do Mangue em Tarrafal receber os tão sonhados investimentos privados, o estado cabo-verdiano precisou garantir uma série de contrapartidas. Diante dessas expectativas de investimento, o primeiro movimento do governo federal de Cabo Verde foi a confecção de um ato administrativo que transformou toda a extensão da base do Monte Graciosa em uma Zona de Desenvolvimento do Turismo Integral (ZDTI).

> Neste contexto, as zonas turísticas são objeto de um instrumento de natureza especial, cujo regime jurídico de declaração e funcionamento foi estabelecido na Lei n.º 75/VII/2010, de 23 de agosto, a qual define como zonas turísticas especiais as áreas que possuem especial aptidão e vocação para o turismo face às suas potencialidades endógenas. Nos termos deste diploma, as zonas turísticas especiais a criar, em regra, no quadro dos instrumentos de gestão territorial classificam-se em: ▪ Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral [ZDTI], que correspondem a áreas que possuem especial aptidão e vocação turística; ▪ Zonas de Reserva e Proteção Turística [ZRPT], que correspondem a áreas de reserva delimitadas para os usos e atividades turísticas. Assim, as ZDTI são objeto de planeamento turístico, tendo em conta a vocação e motivações turísticas mais importantes – determinando tipologias e vocações turísticas -, sendo um elemento essencial para a posterior aprovação célere dos respetivos projetos turísticos. As ZDTI são propostas pelo Governo e declaradas através de decreto-lei, após a auscultação do respetivo município ou municípios territorialmente envolvidos. O planeamento, a gestão e a administração das zonas turísticas são da responsabilidade do Estado, através da constituição de organismo gestor, denominado sociedade de desenvolvimento turístico, definido para o efeito. Cabe a estas sociedades, entre outras competências, elaborar e executar, em estreita articulação com a administração central, os Planos de Ordenamento Turísticos (Cabo Verde, 2018, p. 48).

Em contato com uma arquiteta e urbanista cabo-verdiana de quem fiquei próximo ao longo do trabalho de campo, ela me assegurou que esse expediente administrativo tem sido amplamente mobilizado pelo governo central como forma de sobrepor seus projetos econômicos a eventuais interesses divergentes das Câmaras Municipais.

Com isso, na sequência da transformação do sopé do Monte Graciosa em uma ZDTI, Tarrafal recebeu um investimento de mais de 700 mil euros para a construção de uma estrada que liga a Vila a essa parte da orla da praia. Além de ser uma área tradicional de pastoreio intensamente utilizada pelos moradores da Vila, também é a região mais próxima da cidade onde é possível fazer a extração de lenha.

Figura 57 – Placa comemorativa da inauguração da estrada de Alto Mira



Fonte: Foto do autor.

Ressalta-se que o valor investido pelo estado na construção desse pequeno trecho de estrada destinado à instalação do resort do grupo português seja, justamente, o montante anualmente pago pela União Europeia em contrapartida ao acordo de pesca que autoriza a frota da comunidade a atuar na zona exclusiva econômica do arquipélago[109].

109 Disponível em: https://www.faapa.info/en/novo-acordo-de-pesca-ue-e-cabo-verde-contribuicao-financeira-aumenta-de-550-para-750-mil-eurosano/. Acesso em: 22 maio 2024.

Figura 58 – Vista parcial da estrada que leva à ZDTI de Alto Mira na baía de Tarrafal



Fonte: Foto do autor.

> O Governo acaba de concluir mais uma importante obra no Município do Tarrafal de Santiago, cuja inauguração acontece esta tarde, por volta das 16 horas, num ato presidido pelo Chefe do Governo.
> A empreitada da estrada e Ponte de acesso à ZDTI de Alto Mira, representa um investimento na ordem dos 85 mil contos, sendo totalmente financiada pelo Governo.
> Um projeto que faz parte do programa de investimentos públicos do Governo, e que visa melhorar a qualidade de vida da população e impulsionar o desenvolvimento económico local, com especial enfoque no setor do turismo.
> Segundo informação do Governo, a via tem uma extensão de 500 metros, iniciando-se na estrada nacional EN1-ST-02, próximo à praia do Tarrafal. Nesse trecho, foi construído um miradouro, uma praça, passeios e uma rampa de acesso à praia. Destaca-se a construção de uma nova ponte carroçável na praia, incluindo uma ciclovia. Após a ponte, a via direciona-se para a zona de Alto Mira, onde está localizada a ZDTI. Nesse trajeto, foi criada uma rotunda, um miradouro e está prevista a construção de um hotel de cinco estrelas por uma empresa privada (Disponível em: https://opais.cv/estrada-e-ponte-de-acesso-a-zdti-de-alto-mira-no-tarrafal-de-santiago-inaugurada-esta-tarde/20/12/2023/. Acesso em: 13 mar. 2024).

Assim como não era meu objetivo no primeiro capítulo desta tese discutir o processo de gentrificação da cidade da Praia em si, mas sua relação com as comunidades pesqueiras da capital, não é minha intenção aqui discorrer sobre as relações da indústria do turismo com o governo cabo-verdiano como um todo, mas seus efeitos sociais e políticos para essa comunidade de pesca em específico.

Isso porque, do meu ponto de vista, a criação, bem como a promessa de instalação de empreendimentos de grande porte na pequena praia de Tarrafal, já traz problemas muito concretos para os pescadores. Toda essa política de cercamento da praia marca, e ao mesmo tempo limita de maneira cada vez mais eficaz, os espaços de atuação dos pescadores em terra.

Em diferentes momentos desta tese, enfatizei a relevância dessa dimensão. Acho importante reforçar que, para além de um espaço de trabalho fundamental para as pescas, essas também são áreas de convivência e de lazer de parte significativa da comunidade pesqueira.

Dizer isso nesse contexto significa afirmar que é a atividade artesanal pesqueira que está garantindo, até o momento, que ao menos um terço dessa famosa praia de Santiago ainda esteja sendo ocupada como um espaço de uso exclusivo das camadas populares do concelho.

Na esteira do avanço das atividades de turismo nessa praia, ultrapassando questões mais imediatas envolvendo diretamente os pescadores, também foi possível perceber mudanças significativas nas rotinas dos agentes estatais do concelho que atingiram outros assíduos frequentadores da praia do Mangue.

Para além dos agentes do estado que passaram a fiscalizar de maneira inédita os pescadores na Casa dos Pescadores gerida pela Câmara, foi possível notar um aumento significativo da presença da polícia militar na faixa de areia destinada aos turistas.

Isso porque, desde que o fluxo de turistas estrangeiros aumentou na praia da baía, passou a ser muito comum ouvir notícias de assaltos e de roubos ocorridos tanto na própria praia, como nas trilhas da região, que, entre outros lugares, levam ao pico do Monte Graciosa e ao farol localizado em uma das extremidades da baía[110].

Ouvi muitas dessas histórias e presenciei ao menos cinco eventos dessa natureza, um deles envolvendo uma turista alemã de cerca de 60 anos, que estava hospedada na mesma pousada onde eu fiquei em dezembro de 2022. Ao longo de cerca de 15 dias, presenciei essa senhora se aproximando gradativamente de um grupo de jovens que, todos sabiam, estavam se prostituindo e praticando roubos contra os turistas na área da praia. Eu mesmo a vi em diversas ocasiões pagando bebidas para aqueles jovens, entre os quais havia alguns que poderiam ser seus netos.

No dia da partida da turista de Tarrafal de Santiago, comecei a ouvir uma movimentação bem cedo na porta da pousada. Quando cheguei na varanda do meu quarto para verificar o que estava ocorrendo, presenciei uma grande confusão envolvendo essa

[110] Em notícia publicada no jornal Expresso das Ilhas de 21 de março de 2023 se lê que "Quatro homens ficaram em prisão preventiva após serem detidos em flagrante delito por suspeitas de assalto à mão armada a um casal de turistas em Tarrafal de Santiago, informou esta segunda-feira a Polícia Nacional (PN)." (Disponível em: https://expressodasilhas.cv/pais/2023/03/21/quadrilha-em-prisao-preventiva-por-assalto-a-turistas-em-tarrafal-de-santiago/84928. Acesso em: 22 maio 2024).

senhora, que, na noite anterior tinha saído para beber com aquele mesmo grupo de jovens, e eles a roubaram, levando, inclusive, a chave do hotel.

Como o dono da pequena pousada já sabia de quem se tratava, a confusão que ouvia embaixo do meu quarto era porque o proprietário tinha ligado para um dos rapazes que tinha um ferimento de faca na perna e que havia se aproximado mais da turista ao longo daquele período.

Naquele momento, ao telefone, o jovem recebia um sermão do dono da pousada, que falava que ele tinha quinze minutos para levar os pertences da hóspede, como também a chave que dava acesso à pousada e ao quarto da turista, pois caso contrário a polícia seria acionada.

Como a praia é muito pequena e como a turista alemã estava hospedada no meu hotel, percebi claramente o que estava ocorrendo ao longo daqueles dias, o que não me deixou dúvidas de que ela estava em uma jornada de turismo sexual. Para o espanto de muitos pescadores, passou a ser frequente nessa praia a prática de prostituição, notadamente prostituição masculina e voltada para atender turistas brancas e, em sua esmagoradora maioria, de origem europeia.

Essa prostituição começou a estar intimamente ligada à pratica de crimes, o que acabou por levar muitos de seus praticantes para a cadeia. Basta dizer que, no período de mais de 12 meses em que fiz trabalho de campo nessa praia, vi vários desses jovens sendo presos, como também presenciei o surgimento de outros grupos que os sucederam.

Seguindo esses movimentos, passou a fazer parte do cotidiano de Tarrafal de maneira inédita um aumento significativo do consumo e de venda de drogas como a cocaína. Associadas às atividades da praia, notadamente aos jovens que praticam a prostituição e aos turistas estrangeiros, ouvi muitas histórias sobre o consumo da droga por jovens locais, além de algumas pessoas terem me apontado os vendedores que circulam tranquilamente pelas ruas da Vila.

A situação tem se agravado ao ponto de, em outubro do ano de 2023, ter começado a circular na Vila a informação do desaparecimento de um rapaz que teria sido vítima de um sequestro para acerto de contas com o tráfico[111]. Após alguns dias desaparecido, o corpo do jovem foi encontrado boiando na baía do Tarrafal, sendo resgatado por um bote da pesca. Segundo informações que circularam pela Vila, após o aparecimento do seu

[111] Disponível em: https://opais.cv/corpo-de-jovem-sem-vida-encontrado-no-mar-de-tarrafal-de-santiago/26/10/2023/. Acesso em: 14 mar. 2024.

corpo, que se encontrava vestido, o que descartaria a hipótese de afogamento, também foram constatados sinais de espancamento.

Com tudo isso em jogo, presenciei o aumento da presença da polícia militar que, na zona da praia, passou a agir de maneira ostensiva não em relação, por exemplo, aos vendedores de cocaína, mas em relação a uma série de jovens periféricos da cidade que começaram a figurar como "bodes expiatórios" das consequências advindas da transformação de uma área rural e camponesa de Santiago em um *hub* da indústria do turismo.

Completando a constelação de agentes do estado que passaram a atuar nessa praia, no segundo semestre de 2023, o Instituto Marítimo Portuário inaugurou um escritório em Tarrafal que foi assumido por um delegado marítimo que também passou a atuar maneira consistente na área da praia[112].

Com a chegada desse delegado na cidade, uma das primeiras medidas adotadas foi a proibição de qualquer atividade desportiva de natureza coletiva na pequena faixa de areia destinada aos turistas. Ocorre que, bem no centro da faixa de areia destinada ao turismo, havia uma rede de vôlei que sempre foi muito utilizada pelos jovens da cidade. Como também fazia parte do cotidiano desses jovens se juntarem para jogarem futebol nos finais de tarde na areia da praia.

Em 21 de novembro de 2023, enquanto conversava com um interlocutor desta pesquisa nessa faixa de areia, um rapaz se aproximou de nós seguindo um policial que caminhava em nossa direção com sua bola de vôlei embaixo do braço. De maneira muito calma e tranquila, o rapaz tentou argumentar com o policial que não estava fazendo nada de errado, que só estava jogando com seus amigos. Nesse momento, o policial começou a se irritar, mas foi depois que o jovem disse que aquilo era uma injustiça, que, por meio de um gesto intempestivo e violento, o policial deu voz de prisão ao rapaz, algemou-o e o colocou na cela da viatura que foi conduzida para a sede da polícia.

A cena chocou a todos que estavam na praia, ao ponto de uma turista europeia que estava próxima de nós ter se levantado, confrontado o policial e após não ter conseguido nenhum resultado, juntou as suas coisas e se dirigiu à delegacia para defender o rapaz. A

[112] O Instituto Marítimo Portuário é o órgão do governo central de Cabo Verde subordinado ao Ministério do Mar cujo quadro técnico "possui atribuições fundamentais enquanto entidade encarregada de aplicar e executar a política do Governo para o Setor Marítimo e Portuário". Dentre as suas atribuições, o Instituto concede licenças para as embarcações de turismo e de pesca poderem operar nos mares de Cabo Verde, como também é o órgão que regula os usos das orlas marítimas do país. Disponível em: https://www.imp.cv/sobre-imp/. Acesso em: 5 abr. 2024.

situação também acabou provocando a debandada dos demais turistas que estavam próximos do acontecimento e do meu interlocutor de pesquisa – que é salva-vidas e que abandonou seu posto de trabalho em sinal de protesto após o episódio.

Figura 59 – Policial conduzindo rapaz até a viatura



Fonte: Foto do autor.

Poucos dias após essa prisão, o mesmo policial tomou a bola de outro rapaz cabo-verdiano que jogava vôlei na areia com os amigos. Após a apreensão, o policial se encaminhou para a cabine dos salva-vidas e a colocou ali. Seguindo-o, veio uma mulher cabo-verdiana que começou a discutir com ele, dizendo que morava na França e que lá não havia uma regra absurda assim, ao que o policial respondeu que ali não era a França, mas Cabo Verde, e que lei era lei.

A senhora passou a demonstrar muita indignação com o tom da retórica do policial. No meio da discussão, disse que era sobrinha de um alto posto da polícia, que ela ia denunciar a situação e que seu problema não era cumprir a lei, mas com a forma desrespeitosa e autoritária como estava sendo tratada. Após um bate-boca acalorado, o policial resolveu que, quando estivessem indo embora da praia, ele devolveria a bola.

Outra mudança importante decorrente da chegada do turismo em Tarrafal foi a presença permanente de jet skis e de lanchas modernas nas águas da baía. Esses veículos aquáticos são de três empresas que adquiriram do governo o direito de explorar a

atividade na praia e que passaram a alugar esses equipamentos aos turistas, mas não sem sua presença na baía de Tarrafal ter passado a gerar reclamações generalizadas dos pescadores.

No festival de Santo Amaro, que aconteceu em 15 de janeiro de 2023, data em que se comemora o padroeiro do concelho e momento no qual voltam para Tarrafal uma quantidade enorme de cabo-verdianos emigrados, relataram-me que havia mais de 15 jet skis na água. Sendo que uma pessoa que alugou um desses equipamentos acabou se descontrolando e caindo, tendo as ondas jogado o jet ski contra as pedras, com o turista tendo que ser resgatado pelos salva-vidas da praia.

Há desde reclamações sobre a alta velocidade dessas motos aquáticas que passam muito próximas dos botes de pesca e dos banhistas, até as mudanças drásticas que sua presença acarretou nas dinâmicas ecológicas da baía. Isso porque, a baía de Tarrafal é frequentemente nomeada como um aquário de águas tranquilas que atrai grandes cardumes de peixes menores que são tanto usados como iscas vivas para a pesca do atum, como também são responsáveis por atrair os peixes migratórios para regiões mais próximas da costa.

A presença constante desse equipamento afeta, portanto, as dinâmicas de trabalho da pesca local, polui as águas e tem sido identificada pelos moradores locais como a principal causa de afastamento das baleias que frequentam as águas tranquilas da baía nos primeiros meses do ano[113].

Além do mais, em relação a quem aluga essas motos, não há qualquer fiscalização e, portanto, mesmo as pessoas que não possuam habilitação para conduzir esse equipamento, utilizam-o sem qualquer problema e, muitas vezes, sob o efeito de bebidas alcoólicas.

Diante do avanço de atividades que vão desencadeando a produção de espaços e de corpos cada vez mais marcados, temos um quadro de acentuação de diferenças que, por sua vez, desdobra-se na impossibilidade da atividade artesanal pesqueira se expandir nessa praia, para além dos 100 botes ali existentes.

[113] No ano de 2024, de maneira inédita, as baleias não foram avistadas nas águas próximas da baía de Tarrafal.

Figura 60 – Em um dia de maré baixa, a área da praia do Mangue destinada aos pescadores artesanais



Fonte: Foto do autor.

Em meio a esse cenário, antes da entrada de Maika na presidência da Câmara, houve ao menos dois episódios em que se cogitou concretamente a possibilidade de retirada dos barcos de pesca da praia do Mangue para abrir mais espaço às atividades turísticas.

Pelo que eu soube, houve resistência e acabou por se deixar o assunto temporariamente de lado. Porém, com a vitória de Maika, a ocupação de áreas importantes do território pesqueiro por "privados" voltou a ocorrer, agora por meio de uma estratégia de *soft power* que está possibilitando um avanço mais lento, mas muito consistente dessas atividades em direção às áreas de atuação dos pescadores.

Estive fora de Tarrafal ao longo do mês de dezembro de 2023 e, quando voltei, no início de janeiro de 2024, deparei-me com outra obra da Câmara Municipal, dessa vez na parte de trás da Casa do Pescadores.

Foi estranho encontrar essa construção, principalmente porque ela apareceu de maneira silenciosa e repentina, sem qualquer aviso prévio e sem qualquer placa indicativa do que estava sendo construído ali. Tanto mais, estranhei a obra que estava descaracterizando, por completo, o edifício histórico da Casa dos Pescadores construído em 1940.

Tentei entender o que estava acontecendo junto a vários pescadores, e ninguém tinha uma resposta clara, a maioria deles se limitando a responder, por meio de murmúrios constrangidos, que era uma obra que tinha ligação com a Câmara Municipal.

Além do fator surpresa, o mais curioso dessa obra é que ela estava sendo realizada justamente em um local no qual, quando da reforma da Casa dos Pescadores, no início do governo Maika, houve um empenho significativo de um antigo dirigente da associação de pescadores em utilizá-la para expandir a própria Casa que atende, com lotação máxima dos armários, a comunidade pesqueira.

A Casa fora reformada, mas pela situação daquele espaço até o final de 2023, as sugestões desse dirigente não tinham sido acolhidas, o que me foi relatado como um fator importante de seu afastamento da atividade de apoio à comunidade pesqueira e de decepção para com a Câmara de Maika de Chão Bom.

Figura 61 – Peixeiras na década 1990 ocupando a parte de trás da Casa dos Pescadores



Fonte: Noku.

Esperei alguns dias e, aos poucos, um ou outro começou a me dizer que se tratava da construção de um “privado” que fora autorizada pela Câmara e que ali passaria a funcionar uma fábrica de gelo no térreo e um restaurante nos outros dois pisos superiores.

Figura 62 – Casa dos Pescadores antes da construção do restaurante



Fonte: Foto do autor.

Figura 63 – Outra imagem da Casa dos Pescadores depois da construção do restaurante



Fonte: Foto do autor.

Ou seja, mais um passo importante em direção ao cercamento do espaço da praia pela atividade do turismo, porém, agora, com uma camada adicional. Cedeu-se a um "privado" e sem qualquer reunião, comunicado ou anuência, mais uma parte central da área das pescas que, além de explorar a atividade de turismo, vai explorar diretamente a atividade pesqueira por meio da venda de gelo para as peixeiras e para as embarcações industriais que partem para a pesca do porto da baía.

Um aspecto interessante da Casa dos Pescadores é que, ao lado da sala destinada às peixeiras, há uma sala destinada à fábrica de gelo que deveria abrigar uma produção ligada à associação, mas que, nesse momento, está servindo de depósito para a sofisticada máquina de gelo do "privado" que a utilizará na parte de trás do imóvel que passou a ser erguida com muita velocidade.

Durante as primeiras semanas de fevereiro de 2024, para ser mais exato, uma semana após o dia 5 de fevereiro de 2024, que é o dia nacional do pescador, houve um

evento na área das pescas em que, pela primeira vez, foi falado sobre obra de maneira oficial para os pescadores.

Em função do 5 de fevereiro de 2024 ter caído em uma segunda-feira, a Câmara Municipal optou por adiar em uma semana as comemorações municipais do dia do pescador. Com isso, no final daquela semana, a Câmara organizou um almoço coletivo para os pescadores e, além da tradicional benção dos botes realizada pelo pároco da Vila, discursaram o vereador responsável pelas pescas e o presidente da Câmara.

Figura 64 – Celebração em homenagem ao Dia Nacional do Pescador em 2024



Legenda: No primeiro e segundo planos, respectivamente, o pároco da Vila abençoando os botes, seguido por Maika, o presidente da Câmara.
Fonte: Foto do autor.

Contando com uma presença muito reduzida dos pescadores artesanais, durante o discurso do presidente da Câmara que estava claramente adotando um tom de campanha eleitoral, o assunto da obra surgiu, mesmo que de maneira muito rápida e sem muitos detalhes.

> Eu estou aqui para reafirmar o meu compromisso com vocês. Um compromisso para o presente e para o futuro. Nós começamos a fazer intervenção desde muito cedo nesse espaço para dar dignidade a homens e mulheres de mar. Nós começamos a realizar essa obra (reforma da Casa do Pescador), que em menos de um ano nós concluímos. Nós contamos com alguma parceria, trabalhos com o governo de Cabo Verde. Nós contamos com 5 mil contos do governo. Logo no início nós investimos 18 mil contos para dar a vocês dignidade, um espaço para vocês trabalharem, mas sobretudo para vocês rentabilizarem. De nada adianta construir uma Casa de Pescador…alguns outros municípios falam…nós construímos hotel para pescador e não foi valorizado. Nós é que temos que valorizar. Pescador e peixeira que tem que valorizar esse espaço, para usar aquele espaço ali. *Tem sala de tratamento de peixe, eu conto com vocês todos para usar esse espaço para não ficar com o peixe na rua.* Eu conto com vocês para rentabilizar, para otimizar esse espaço que é de pescador e de peixeira. Nada que fazemos aqui é da Câmara, mas é do povo do Município. A gente é servidor público e tem que trabalhar com abertura de espírito para construir caminho. Já fizemos vários investimentos e já distribuímos motores e malas térmicas, mas estou

> fazendo um compromisso, e não é promessa de campanha não, é compromisso, que no verão vamos fazer outro evento desse e vamos oferecer embarcações e malas térmicas para as peixeiras poderem vender seu peixe com dignidade. Nós estruturamos esse espaço para ser de nós todos, mas nós vimos a necessidade de conjugar esforço com setor privado que é nosso parceiro. A gente está ali pra trás com um projeto que é uma unidade de produção de gelo em larga escala para fornecer para toda cadeia de atividade pescatória, para fornecer gelo também para barcos que passam por Tarrafal. Isso é um projeto que estamos aguardando com muita expectativa esse complemento do investimento que fizemos aqui para continuar celebrando pescador e peixeira e é com esse tipo de ação que nós queremos continuar trabalhando (Parte do discurso do presidente da Câmara Municipal realizado na área das pescas na segunda semana de fevereiro de 2024, grifo nosso).

Apesar da estrutura que está sendo construída ser mais do que uma fábrica de gelo para fornecimento em "larga escala" – o que pode, inclusive, vir a atrair embarcações industriais de outras localidades, aumentando a pressão sobre as áreas de atuação dos pescadores artesanais de Tarrafal, o presidente da Câmara não disse qualquer coisa em relação ao piso superior da obra, onde funcionará um restaurante de proporções consideráveis.

Não houve um concurso público para que os "privados" pudessem disputar esse espaço, tampouco havia uma placa da Câmara informando a natureza da obra. O que passaram a circular de maneira consistente foram boatos generalizados de que aquela área importante para os pescadores estava sendo mobilizada como moeda de troca para Maika conseguir recursos para sua reeleição. Boatos que se intensificaram quando se revelou que o espaço havia sido cedido, sem qualquer transparência, para um cabo-verdiano "rico" de Tarrafal que possui uma série de imóveis na Vila[114].

8.2 Avançando em direção às dinâmicas do trabalho pesqueiro da praia do Mangue

Para além desse cenário de avanço dos empreendimentos turísticos em direção à praia do Mangue – que, até bem pouco tempo e assim como a praia da Gamboa na cidade da Praia, era quase que de uso exclusivo dos atores da pesca –, é preciso levar em conta que, também no mar, os pescadores de linha de mão passaram a lidar com um cenário bem distinto daquele vivido ali no passado.

Com seus cerca de 100 botes de boca aberta na areia da praia – é possível contá-los no final do dia ou aos domingos, quando, no geral, não se vai para o mar –, a

[114] Em muitas ocasiões durante o campo, escutei de vários pescadores e peixeiras que em Cabo Verde não há diferença entre os partidos políticos que se revezam no poder desde 1975, posição que se coaduna com análises sociais de peso sobre o arquipélago (Anjos; Sant'Ana Júnior; Brustolin, 2016).

esmagadora maioria dos pescadores artesanais dessa localidade continuam a praticar a pesca de linha de mão de grandes peixes migratórios que frequentam os pesqueiros da região, notadamente peixes como o atum, a serra, o lobo, o espadarte, entre outros.

Figura 65 – Atum de 97 quilos muito comum em áreas próximas da baía de Tarrafal até por volta da década de 1990



Fonte: Noku.

Ao longo de todo o período em que permaneci em campo, o preço do quilo desses peixes considerados mais nobres, como o atum, sempre girou em torno de 400 a 500 escudos (4 a 5 euros), variando de acordo com a época do ano. Presenciei, em inúmeras ocasiões, botes de pesca chegando na praia com 6, 7 atuns com mais de 20, 30 quilos cada um, e as peixeiras negociando esse volume de pescado por cerca 60, 70 mil escudos (600, 700 euros).

Isso porque é costume que, ao final da pesca, antes dos pescadores entregarem o pescado para as peixeiras, dependendo da quantidade e do tipo do peixe que capturam, fazerem a pesagem como um princípio básico das negociações entre ambos, mesmo nos casos em que as peixeiras sejam parentes próximas dos pescadores.

Figura 66 – Resultado de um bom dia de pesca de atum



Fonte: Foto do autor.

Desde que se tem memória e ainda hoje, entre os pescadores mais antigos e experientes de Tarrafal, a captura desses peixes se dá por meio da utilização da linha de mão, ou seja, a partir de uma pesca sem varas e com a utilização de pedaços de peixes menores que são cortados e colocados nos anzóis para servirem de iscas.

Por outro lado, Ao longo dos últimos dois, três anos, difundiu-se entre os pescadores artesanais de Tarrafal a utilização de iscas vivas. Para que esse tipo de pesca ocorra, antes de se distanciarem da praia em direção aos locais denominados de pesqueiros, os pescadores precisam apanhar peixes menores que são capturados com redes muito finas nas águas da baía, para, em seguida, serem colocados em um grande recipiente de plástico que fica dentro do bote.

> Nós temos um tipo de pesca que apanha peixe pequeno, peixe de 8 centímetros, 9 centímetros, é um peixe muito pequeno. Apanha pra usar como isca. Depois, mais tarde, quando apanha todo aquele pequeno, não tem aquele grande. Pescador pega isca com rede de malha muito fina.
> Antigamente era só anzol com pedaço de peixe como isca, agora pesca o chicharro mais pequeno pra fazer isca. De 17 centímetros o peixe produz, mas quando é 7 centímetros não produz e daí se não tem um peixinho pequeno, a cavala e o chicharro, não se pega mais o atum (Pescador artesanal da Vila de Tarrafal, entrevista concedida em abril de 2024).

Após a apanha desses peixes menores que são usados como iscas, os botes navegam em direção às áreas de pesca, e há um trabalho constante de renovação da água do recipiente para que os peixes não morram. Daí, esses peixes são colocados nos anzóis ainda vivos, o que, em um cenário de escassez, aumenta as chances de captura de espécies como o atum.

Como relataram alguns pescadores que atuam na praia do Mangue, essa foi uma técnica trazida para o Tarrafal mais ou menos no período da pandemia de Covid-19 por pescadores de Porto Rincão, uma localidade pesqueira ao sul da ilha de Santiago.

Contudo, o grande problema dessa técnica, que teve ampla adesão dos pescadores artesanais, é o aumento expressivo da atividade pesqueira em águas muito próximas da costa. A ampliação da utilização de iscas vivas pelos pescadores de Tarrafal abriu uma verdadeira guerra interna por cardumes de peixes que frequentam as costas das ilhas e que são aqueles que garantem a aproximação dos peixes maiores em áreas onde é possível se chegar com os botes da pesca artesanal.

Com a ampliação da utilização dessa técnica, passou a ser comum ver botes lançando redes, inclusive, na zona balneária, local recentemente marcado com boias do IMP e zona que passou a ser proibida a qualquer tipo de embarcação, em nome da segurança dos banhistas.

Com a utilização de redes muito finas, objetivando arrastar a maior quantidade possível de peixes pequenos, porque chega a haver um comércio dessas iscas entre os pescadores, essa técnica tem levado a uma diminuição muito sensível da vida marinha e afetado dinâmicas mais amplas da atividade.

Apesar da presença desses cardumes de peixes menores ser uma constante em áreas muito próximas da praia do Mangue, é por volta dos meses de agosto e setembro que o volume dessas espécies aumenta consideravelmente nas águas de Cabo Verde, o que explica o fato de ser justamente esses os meses reconhecidos pelos pescadores como o “tempo do atum”.

Praticando *snorkeling* ao longo desses meses de 2023, em locais específicos da praia de Tarrafal que me foram indicados pelos meus interlocutores de pesquisa, tive a oportunidade de observar cardumes indescritivelmente grandes de espécies como o chicharro, que, ainda muito jovens, buscam as águas mais rasas do arquipélago para se protegerem de seus predadores.

Com sua chegada nas águas rasas da baía, essas massas de peixe atraem os peixes maiores que vivem em áreas mais distantes da costa, e o movimento de caça entre essas espécies produz um balé nas águas de Tarrafal que comove por sua exuberância. Cabe notar que esse é justamente o movimento ecológico que funda as pescas artesanais do arquipélago.

Ao longo dos meses de aproximação desses cardumes da praia de Tarrafal, presenciei uma verdadeira guerra por eles, com botes disputando espaço nas águas da

baía, bem como avançando por sobre a zona balneária e provocando brigas e discussões entre as tripulações dos botes, e entre essas e os salva-vidas que buscam afastá-los da zona balneária em nome da segurança dos banhistas.

Em pouco mais de um mês de atuação intensa dos botes na baía com a utilização de redes muito finas, os cardumes já haviam se exaurido completamente das regiões próximas da praia.

A introdução e a generalização do uso da técnica da isca viva, claramente, inauguraram um novo estágio das pescas na praia do Mangue, em Tarrafal, separando nitidamente pescadores mais jovens dos mais experientes, aqueles com 30, 40 anos de pesca, que fazem uso sensivelmente menos intenso desse método de pesca.

Em meio a essas disputas que envolvem basicamente os pescadores artesanais de linha de mão, as áreas mais próximas da costa também são sensivelmente afetadas pelos botes maiores que saem da praia para praticar pesca com rede de cerco.

Todos muito jovens, a maioria dos pescadores que atua nessas embarcações não possui barcos próprios, portanto trabalham em parceria com o dono do barco por meio do já referido sistema de partilha local. Para além dos cerca de dez botes maiores que realizam esse cerco, em épocas de maior fartura de pescado, surgem outros desses barcos provenientes das localidades próximas de Tarrafal, que aumentam o volume de pescas na baía.

A utilização de mergulhadores com garrafas de oxigênio que auxiliam no cerco aos cardumes é apontada pelos pescadores de linha como o principal problema desse tipo de pesca, pois a prática aumenta significativamente o volume de capturas dessas embarcações e, consequentemente, o impacto nas águas próximas da costa.

Apesar do número reduzido dessas embarcações, quando comparadas com os botes que utilizam de linha de mão para as pescas, sua atuação claramente desperta a oposição dos pescadores de linha de mão cuja técnica é muito sensível às pressões que exercem sobre as águas da baía.

Os mergulhadores com garrafas de ar comprimido que atuam com arpões e na coleta de mariscos, polvos e lagostas também impactam de maneira significativa as dinâmicas de trabalho da pesca de linha de mão. Além dos estragos que produzem nos fundos oceânicos próximos da costa, há muitos relatos de acidentes com essas garrafas de ar que são utilizadas sem a calibragem correta e que, com uma frequência alarmante,

produzem danos irreversíveis aos pulmões de seus usuários, quando não os leva à morte[115].

Apesar de proibidos pela gestão estatal das pescas, esses equipamentos são amplamente empregados tanto em Tarrafal de Santiago, como em toda extensão do arquipélago.

Figura 67 – Garrafas de oxigênio expostas em frente à Casa do Pescador



Fonte: Foto do autor.

Adicionalmente a essas técnicas de pesca que operam acentuando diferenças em relação à pesca de linha de mão, em Tarrafal, a pesca industrial do arquipélago também amplia essas distâncias. Em primeiro lugar, é preciso dizer que as condições de trabalho na pesca industrial nacional são, com frequência, relatadas como severas. Passa-se muitos dias no mar, em barcos relativamente pequenos, tripulados com mais de 15, 20 pescadores.

Não há qualquer sombra de dúvidas de que um pescador de linha de mão leve uma vida mais tranquila do que aquela dos pescadores embarcados na pesca industrial. Há uma clara relação de hierarquia nesse sentido e é projeto de muitos pescadores da pesca industrial terem dinheiro suficiente para comprarem seus próprios botes para deixarem de trabalhar para os patrões.

---

[115] "Segundo o Ministério da Economia Marítima ainda não é legalmente possível proceder à emissão de qualquer licença de pesca que implique a utilização de garrafas de ar comprimido como arte".
[...]
"O mergulho com garrafas de ar comprimido, pela sua natureza, comporta riscos potenciais de descompressão que está relacionada com a acumulação do azoto inalado da garrafa e que, com o aumento da pressão ambiente, se difunde para o sangue e restantes estruturas do corpo de um modo muito lento. Se a subida for demasiado rápida, o azoto, em vez de se difundir de volta aos pulmões, poderá formar bolhas que irão provocar lesões locais ou entrar em circulação obstruindo assim os vasos sanguíneos". (Disponível em: https://www.anacao.cv/noticia/2020/11/12/pesca-47-garrafas-de-mergulho-apreendidas-e-nove-contra-ordenacoes-aplicadas-desde-o-inicio-de-2020/. Acesso em: 23 ago. 2024).

> Vamos para o Fogo, Ribeira da Barca, ficamos 3, 4 dias, uma semana, até o gelo acabar. Só no sucuro (período que não há lua), nós pescamos só de noite. Nós pescamos de dia quando tem cachorrinha, merna, mas pesca é só de noite. Se pesca foi boa eu ganho 12, 20 até 30 mil escudos (respectivamente 120, 200, 300 euros), mas se pesca for mal, se pesca não é nada, eu ganho nada. Olha, nesse sucuro, ficamos 12 dias lá e não deu nada. Graças a Deus meu pai que está na França manda-me uma merreca. Mas eu não quero o dinheiro do pai. Se eu tivesse um bote eu largo o barco, vou pescar no bote. Um bote é 500 mil, muito dinheiro. Por isso que vou pescar com ele (com o dono do barco industrial), ele ganha tudo, é tudo pra ele. Ele pega parte de despesa, parte da rede, ele ganha tudo. Se a gente ganha 2 mil, ele pega mil das despesas, 500 pra ele e aquele outro 500 a gente divide, a gente é 15 pescador. Se eu for trabalhar com alguém que tem bote eu ganho muito mais do que trabalhando com ele. Eu criei aqui no mar, desde moleque gosto de trabalhar no barco, adoro trabalhar no barco. Lá no barco nós temos 14 camas. A noite pescamos, colocamos luz, pescamos o peixe, colocamos no gelo, depois jantar e dormir. Nós temos sonda para encontrar o peixe, quando encontramos o peixe, deitamos luz e lançamos a rede e pegamos o peixe. Na segunda feira mesmo, vamos pegar o barco, passamos na Praia, pegamos comida, compramos gelo e colocamos gasolina e vamos para (ilha) de Boa Vista, buscar peixe na Boa Vista. Eu tenho 23 anos, eu tenho uma esposa, mas não gosto de esposa que…nós guerreamos muito. Por que ela... quando eu vou para o mar, quando eu volto eu estou com saudades dos meus amigos, a gente vem, tomamos um copo, vai pra casa bêbado…mas na casa não falta nada. Comida não falta na minha casa. Mas ela acha ruim, mas eu fico com saudade dos meus amigos (Entrevista concedida por um empregado da pesca industrial na Praia de Mangue em dezembro de 2022).

A entrevista com esse pescador fora realizada em frente à Casa dos Pescadores, no dia seguinte ao seu retorno de uma dura jornada de pescas e enquanto ele tomava largos copos de aguardente, que o tinham deixado bastante emotivo. Trata-se de um jovem com baixa escolaridade, sem meios para se engajar na pesca artesanal. Entre outros tantos aspectos importantes, a fala desse entrevistado denuncia uma prática ilegal da pesca industrial nacional que é amplamente difundida em toda a extensão do arquipélago.

Nas noites de "sucuro", quando não há lua no céu, os barcos de pesca industrial do país se lançam ao mar e, após a localização dos cardumes por meio de sondas, lançam um holofote na água que atrai o pescado para próximo dos barcos. Após esse procedimento, lançam-se as redes ao mar e se recolhem quantidades consideráveis de pescado.

Figura 68 – Utilização de luz no “sucuro” por embarcação industrial na baía de Tarrafal



Fonte: Foto do autor.

Na ilha do Maio, que recebe um grande contingente de barcos industriais nacionais no período do “sucuro”, essa era uma frente de exploração que perturbava de maneira considerável as operações cotidianas da pesca artesanal de Porto Inglês em 2017, e relatei detalhadamente essa situação em trabalho anterior (Silva, 2018b).

Em Tarrafal, apesar da escala dessa atividade ter me parecido um pouco menor do que ocorre na ilha do Maio, é muito comum observar as embarcações da pesca industrial nacional utilizando essa estratégia em áreas muito próximas da costa: “Eles colocam luz nos lugares onde a gente consegue apanhar o peixe, rede, leva tudo, eles levam tudo e deixa a gente sem nada. Nós, com nossos botes, não temos condições de ir mais longe, então eles deveriam ir pescar mais longe” (Entrevista concedida por pescador de Tarrafal de Santiago em dezembro de 2023).

Em Tarrafal, diferentemente do que ocorreu na ilha do Maio em 2017, consegui me aproximar e entrevistar um “patrão” da pesca industrial nacional, conversa que foi reveladora de importantes aspectos da atividade[116].

> Quarenta anos de pesca, sim, sim, eu tive fora, vivi em Portugal 21 anos. Tinha o sonho de ter recurso para ter um barco, quando eu consegui o recurso, eu vim embora. Sim, o Luizinho e eu fizemos esse barco. São 13 metros. Pesca está mal, está péssima. Como antigamente já é diferente, tinha mais peixe, pronto, tinha mais peixe, peixe era mais, agora tem pouco peixe. Mas pronto! Também população era menos, peixe era muito mais barato, agora é mais caro e menos peixe. Tem mais gente pescando, mais embarcação. Antes quando eu aprendi a pescar era 4 lanchas que tinha aqui, agora aqui tem quase 100 só na Tarrafal. Era só 4 botes, e não tinha nenhum barco (industrial) de pesca. O Manoel que trabalhava na fábrica de conserva que tinha um barco, mas agora só no Tarrafal tem 5, 6, 7 armadores. Aqui tem pesca de rede, de linha, de malheta, de garrafa. Garrafa está proibida, mas eles pescam com garrafa. Quando eles estão com

[116] Na ilha do Maio, não consegui entrevistar os donos dessas embarcações porque, nessa ilha, só havia barcos de pesca artesanal.

> garrafa eles vão lá pro fundo e apanham todo o peixe e é proibida, mas pronto. Sim, no Maio os pescadores (artesanais) reclamam que não podem pescar no pesqueiro, eu já ouvi falar, mas lá é mais aqueles armadores de São Vicente, São Nicolau, os barcos Calhau, Vinte e Sete. Pesca estrangeira, sempre ouvi falar, mas também as pessoas criticam muito os armadores, mas aqueles anos que governo abre aquelas pescas para a comunidade europeia, dificulta muito, porque caso contrário peixe vinha mais. Mas só aqueles barcos grandes que assinam acordo com Cabo Verde e peixe de superfície é peixe imigrante, não é peixe de rocha no fundo, ele vem…quando barco (europeu) encontra com cardume, não deixa o peixe entrar. Aqueles barcos com grandes condições pescam e vão embora. Eu nunca vi esses barcos no mar…quer dizer, de noite a gente vê luz, mas não temos radar pra saber que barco que está ali, mas a gente sabe que é barco de pesca, porque fica parada no meio do mar, as vezes a noite inteira. Não é barco de viagem, porque se é barco de viagem não fica parado, passa e vai. Aquilo é barco que está na faina de pesca. Não, é diferente… a minha pesca é diferente do bote. Meu barco é dezesseis pessoas matriculados. Despesa é enorme, despesa pra sair pra pesca é enorme. Despesa pra sair para o mar é 300 mil de Cabo Verde (cerca de 3000 mil euros). Só de gasolina é 200 mil escudos, uma tonelada de gasolina é isso. Mais 72 mil só de gelo, 30 mil de alimentação, eu tenho uma despesa enorme. Se saio e não pego é complicado, já estou com 900 mil de despesa com aquelas três voltas que eu dei ali. E depois, quando não pega, marinheiro sai com outro bote e eu fico no prejuízo. Se dá tudo certo a gente ganha, mas despesa está demais, gasolina, gelo, cada tonelada de gelo é 18 mil. Meu barco cabe doze toneladas de peixe. Eu vendo mais no cais da Praia. Se não tinha pesca estrangeira, tinha peixe, tinha peixe, dava pra Cabo Verde inteiro. As vezes quando a gente pesca muito peixe não conseguimos vender, porque se tivesse uma fábrica ali na Praia, onde a gente pudesse entregar o peixe, estávamos mais beneficiados. Quando eu estava no Açores, era assim, a gente vinha com o peixe e entregava o peixe só na lota (espaço de pré-venda do pescado em um porto ou cais de pesca), com isso você tem mais controle, consegue controlar os armadores porque o peixe é todo registrado e aí também paga o seguro social do pescador. Aí, quando o mar está bravo, sem condições, um mar que se sair vai arriscar a vida, você recebe aquela coisinha do seguro social, aquele seguro para não sair e não arriscar a vida, é assim que funciona no Açores. Aquilo é uma coisa importante que devia ter aqui. E é claro que pescador (artesanal) tem razão de reclamar, aqueles barcos estrangeiros… tipo gaiado, atum todos eles são peixes imigrantes, então aqueles barcos têm aqueles aparelhos e pega tudo e tem efeito sim. Governo ajuda, às vezes dá um bote, motores, mas isso aí é a Câmara, mas governo tinha que ajudar mais, pesca agricultura e turismo é aquelas três coisas ali que ajudam Cabo Verde. Governo tinha que dar mais apoio a pescador (Entrevista concedida por armador de pesca industrial da cidade de Tarrafal em dezembro de 2022).

O conteúdo dessa conversa com o armador industrial de Tarrafal ratifica parte das reflexões que fiz em trabalho anterior sobre a relação desse tipo de pesca com a atividade artesanal, mas também esclarece pontos da relação sensivelmente desigual que se configura entre a pesca estrangeira e os armadores nacionais da pesca industrial (Silva, 2018b).

Trata-se, portanto, da narração do efeito cascata que começa com a pesca estrangeira que cerca os cardumes migratórios impedindo sua entrada nas baías das ilhas e em áreas mais próximas das costas, situação que diminui sensivelmente a oferta de peixe para os armadores nacionais que, pressionados com as altas despesas de suas operações,

passam a exercer forte pressão sobre áreas que deveriam ser exclusivas da pesca artesanal (Silva, 2018).

Um ponto muito sensível de todo esse quadro de exploração local do pescado da praia do Mangue é que – olhando esse cenário a partir da perspectiva dos pescadores artesanais de linha de mão – percebe-se que eles são espectadores de uma série de atividades que deveriam estar sujeitas à fiscalização do estado, atividades que os prejudicam enormemente, mas que são solenemente ignoradas pela gestão estatal das pescas.

Ao contrário de todas essas questões mais imediatas que podem ser constatadas com relativa facilidade por quem passa a conviver com as comunidades de pesca artesanal do país, considero que seja o momento correto de avançar em direção à compreensão de como se organiza a frente mais agressiva de apropriação do pescado das ilhas.

Frente que, apesar de atuar em zonas mais distantes da costa, é apontada por todos, sejam os pescadores artesanais, sejam os industriais nacionais, como a que submete todos ao quadro de escassez que transforma as comunidades pesqueiras em verdadeiras zonas de guerra pelo pescado.

Apesar de não serem facilmente observadas pela esmagadora maioria da população do arquipélago, pois se tratam de embarcações estrangeiras que atuam em áreas mais distantes das costas das ilhas, esses barcos se fazem presentes de maneira muito objetiva no cotidiano das pescas.

Dessa forma, quando se passa a conviver com os pescadores artesanais, começa-se a ouvir muitos relatos sobre avistamentos dessas embarcações em áreas onde elas não deveriam atuar, quando são observadas principalmente por aqueles que saem à noite para as pescas, como também é relativamente fácil encontrar indícios materiais de sua presença nas praias do país.

Figura 69 – Artefato da pesca industrial estrangeira resgatado pelos pescadores artesanais



Fonte: Foto do autor.

Figura 70 – Artefato da pesca industrial estrangeira resgatado pelos pescadores artesanais



Fonte: Foto do autor.

As duas fotografias acima foram tiradas na praia do Mangue por indicação de um dos meus interlocutores de pesquisa e retratam duas peças que fazem parte de estruturas

da pesca industrial estrangeira, que se desprenderam de suas amarras e foram levadas pela corrente marítima até a praia.

Também segundo esse mesmo interlocutor, são peças que, ligadas a uma série de outros equipamentos, compõem estruturas que, lançadas ao mar, são capazes de atrair cardumes inteiros para o seu entorno. Após um certo período de tempo que são deixadas no mar para a concentração de peixes, elas são retomadas por meio de sinais de satélite, possibilitando, assim, uma extração muito violenta de pescado dos mares do país.

Em um desses equipamentos, há a inscrição de uma página eletrônica que vincula sua fabricação a uma grande indústria espanhola de pesca industrial. Espanha que, por sua vez, é um país que pesca nas águas do arquipélago ao abrigo do acordo de pescas com a União Europeia, e que já foi denunciado por entidades locais por violar as regras do protocolo[117].

> JJ Chicolino está formado por un gran equipo de profesionales que apoyándonos en la Innovación hacemos posible cualquier proyecto y conseguimos la excelencia a través de la total satisfacción de nuestros clientes. Con nuestra Integridad conseguimos que los proyectos crezcan gracias a nuestra Cercanía con el cliente en todas las fases de los proyectos que desarrollamos, aportando una Garantía de éxito basada en nuestra experiencia de más de 40 años, nuestro conocimiento del sector y la calidad de nuestros productos.
> Desde hace más de 40 años garantizamos productos de calidad, llevando a cabo el proceso de creación con el cuidado y dedicación necesaria. Unos de nuestros pilares se asienta en el proceso de creación de nuestros productos con materia prima de alta calidad y reciclada garantizando nuestro compromiso con la sostenibilidad (Disponível em: https://www.jjchicolino.com/empresa-2/. Acesso em: 18 mar. 2024).

A poluição ambiental gerada pela indústria estrangeira de pesca, bem como os efeitos de devastação dos *stocks* de peixe que essa atividade acarreta nos mares do arquipélago, foram temas tratados pelo presidente da Associação de Armadores da Pesca Industrial Nacional em entrevista concedida a um jornal da ilha de São Vicente[118].

---

[117] "José Melo, presidente da Biosfera I, instituição com sede no Mindelo (ilha de São Vicente), acusou sobretudo os pesqueiros europeus de, ao abrigo do acordo de pesca entre a União Europeia (UE) e Cabo Verde, em vez de capturarem atum, terem aumentado a de tubarão.
'Temos vindo a investigar os barcos europeus, mesmo junto a pescadores cabo-verdianos que trabalham nessas embarcações, e constatámos que a pesca que têm feito é de tubarões, sendo que o atum, a espécie que deveriam pescar, representa apenas uma ínfima parte do seu pescado', afirmou José Melo. A Biosfera I, uma das associações mais ativas na denúncia da captura desta espécie, tem denunciado também o desembarque no Porto Grande de São Vicente de grande quantidade de tubarões capturados, sobretudo por barcos espanhóis, sem que as autoridades lhe ponham cobro, pondo em risco o equilíbrio ambiental". (Disponível em: https://www.dn.pt/ciencia/biosfera/tubarao-pescado-de-forma-desenfreada-acusa-associacao-3178471.html/. Acesso em: 18 mar. 2024).

[118] Disponível em: https://mindelinsite.com/economia/apesc-denuncia-pratica-de-pesca-destrutiva-na-zee-e-no-oceano-atlantico-por-barcos-da-uniao-europeia/. Acessado em: 18 mar. 2024.

Durante o período em que eu me encontrava em campo, foi publicado em Cabo Verde um relatório produzido no âmbito da Fisheries Transparency Initiative que é bastante revelador da dimensão dessa prática de pesca no país; da pouca transparência dos dados de captura envolvendo as suas embarcações e dos valores irrisórios das licenças de pesca que potências estrangeiras como Japão e União Europeia pagam ao estado cabo-verdiano para explorar seus mares (Fisheries Transparency Initiative, 2024).

Iniciativa global para a transparência das pescas, a *Fisheries Transparency Initiative* é uma organização não governamental que busca estabelecer critérios de transparência para os dados referentes à exploração dos recursos marinhos dos países que aderem, de forma voluntária, aos seus protocolos. Conhecida como FiTI, a iniciativa "has been developed as a unique effort that complements and supports other national, regional and global efforts for achieving responsible fisheries governance"[119].

Após a adesão aos seus procedimentos, os países membros se obrigam à elaboração de uma série de relatórios a respeito da atividade pesqueira em suas zonas econômicas exclusivas. Levantamentos que, se estiverem de acordo com aquilo que a entidade espera, são trocados por um selo de boas práticas de gestão dos dados do "setor", ao final do processo avaliativo.

Publicado em fevereiro de 2024, o primeiro relatório de Cabo Verde foi elaborado por um grupo multisetorial composto por 15 membros, que incluiu representantes de empresas de pesca, governo e sociedade civil, e trouxe à luz dados extremamente sensíveis[120].

Na análise desse documento, foi curioso perceber que, apesar de se tratar de algo produzido no âmbito de uma iniciativa que busca a transparência dos dados da pesca, não há qualquer tipo de problematização sobre a desatualização daquilo que já se encontra disponibilizado pelo governo, como, notadamente, o polêmico teto de pesca sustentável do arquipélago, que se tornou um verdadeiro trunfo para a gestão estatal das pescarias[121].

---

[119] Disponível em: https://fiti.global/about-the-initiative#. Acesso em: 8 abr. 2024.

[120] Os objetivos principais do relatório são resumir as informações disponíveis sobre as pescas para uma melhor compreensão do público em geral sobre a situação do "setor", avaliar a transparência dos dados disponíveis e fornecer recomendações para uma melhoria do acesso ao público às informações sobre o "setor" (Fisheries Transparency Initiative, 2024, p. 5).

[121] Nesse sentido, a iniciativa FiTI me pareceu algo que se propõe a funcionar a partir de uma lógica muito semelhante àquela adotada pelos programas e projetos de cooperação internacional voltados para as comunidades de pesca artesanal do arquipélago, ou seja, contornando questões estruturais e eminentemente políticas, como forma de garantir sua atuação em territórios estrangeiros, a partir de estratégias pretensamente neutras e desinteressadas (Barroso; Nicaise, 2014).

Como já discutido anteriormente, encontro pela primeira vez a menção a esse teto de pesca em um livro de 1981 elaborado por uma comissão do governo do partido único que ficou responsável por fazer um balanço dos cinco anos de independência (Cabo Verde, 1981). Esse número de cerca de 40 mil toneladas/ano é importante porque é a partir dele que os planos de exploração industrial dos mares do país passam a ser elaborados, sempre sob a alegação de que tal potencial ainda hoje encontra-se sub-explorado (Cabo Verde, 2019, p. 36).

Se, nos anos que sucederam a independência, a aparição repentina desse dado como um elemento organizador das políticas de expansão da pesca industrial parecia denotar a adoção de critérios de responsabilidade social e ambiental em relação ao pescado das ilhas; com o tempo e com o avanço do quadro de escassez generalizada do pescado, relatada pelos pescadores cabo-verdianos, o mesmo dado passou a ser mobilizado para desacreditar a narrativa dos pescadores sobre a situação atual dos *stocks* de peixe do arquipélago.

No âmbito dessa disputa e em um contexto no qual até mesmo avaliadores europeus dos acordos de pesca apostam na desatualização desse teto de capturas (Ferreira, 2011), ocorreu algo extraordinário na gestão estatal das pescarias. Diante da impossibilidade de negar o cenário de escassez estrutural do pescado – percebido não somente pelos pescadores, mas também pela população como um todo –, começou a circular de maneira consistente pelo arquipélago uma espécie de revisionismo histórico sobre a riqueza piscícola dos mares do país.

O que a meu ver, trata-se de um estratagema que nasce do tipo de relação que os agentes estatais cabo-verdianos estabelecem com os "parceiros" internacionais da pesca industrial. Movimento que também acontece quando se tenta responsabilizar a "natureza" como única responsável pelas crises de fome que assolaram o arquipélago ao longo dos séculos.

Abaixo, seguem dois trechos de publicações que dão conta dessa mudança de postura em relação aos *stocks* de peixe do arquipélago.

> Cabo Verde possui abundantes recursos de peixe e mariscos concentrados numa Zona Exclusiva Econômica que cobre mais de 700.000 km quadrados. O peixe e a lagosta representam mais de ⅔ das exportações. A pesca poderia ser uma potencial fonte de rendimento dada a extensão da costa marítima e a riqueza e diversidade dos seus bancos pesqueiros. *Não obstante estas características, o nível de capturas permanece relativamente baixo e é condicionado pelo fraco nível tecnológico do material utilizado e pela necessidade de formação e conversão profissional dos pescadores. O*

> *desenvolvimento industrial tem-se firmado como outro dos objetivos essenciais que tem orientado a política do sector* (Ferreira, 1997, p.24, grifo nosso).

> Apesar da vasta ZEE (734.265 km^2, e 1.020 km de linha de costa), o potencial anual de recursos haliêuticos de Cabo Verde é estimado entre 33.473 - 46.585 toneladas. A fraca extensão da plataforma insular com 5.394 km2 até a isobática de 200 metros, a natureza vulcânica das ilhas, a ausência de fenómenos de upwelling, o regime hidrológico e oceanográfico das águas marítimas na região, a raridade das chuvas e a ausência de cursos de água são alguns dos factores que explicam este modesto potencial [...].
> Não obstante a localização de Cabo Verde numa zona atlântica com elevada produtividade primária, os estudos sobre a diversidade e abundância confirmam que o seu potencial haliêutico é reduzido (Cabo Verde, 2019, p. 25-36).

Analisando os dados apresentados pelo relatório FiTI, é possível perceber com muita nitidez que, daquilo que problematizei sobre a institucionalização do tema da pesca no capítulo anterior, que nas últimas décadas Cabo Verde soube robustecer a sua estrutura estatal para a gestão burocrática do pescado das ilhas.

Nesse sentido, o relatório reconhece o arquipélago como um candidato à iniciativa FiTI que não encontra qualquer problema no que diz respeito à existência de um quadro de leis, normas e regulamentos que estabelecem critérios claros para a exploração da Zona Exclusiva Econômica do país. Normas que os avaliadores reconhecem também como amplamente disponíveis e acessíveis ao público interessado em conhecê-las (Fisheries Transparency Initiative, 2024, p. 11).

Por outro lado, apesar da solidez das instituições estatais no domínio das pescas, da consolidação de uma ampla legislação para tratar do tema e do índice irretocável de transparência pública da mesma, isso não significa que essa legislação esteja sendo devidamente respeitada e aplicada por quem a produziu. E não há qualquer preocupação do documento e de seus avaliadores em avaliar esse aspecto da realidade das pescas.

Sobre as cotas de pesca sustentável citadas anteriormente, apesar de se reconhecer a perspectiva corrente dos pescadores artesanais sobre a diminuição drástica dos volumes de cavala e chicharro, não se problematiza os dados sobre a pesca do atum que são fornecidos pela Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico (Fisheries Transparency Initiative, 2024, p. 23).

Sobre esse aspecto, há a corroboração de que, provavelmente, esses dados encontram-se desatualizados (Fisheries Transparency Initiative, 2024, p.b23), mas não se discute o quão central são esses números para a gestão estatal das pescarias do arquipélago. Tampouco há alguma preocupação em se discutir o quão deveria ser

temerário sustentar toda uma política de negociação do pescado do país com potências estrangeiras a partir de dados fornecidos por uma instituição com uma credibilidade sensivelmente abalada em âmbito internacional[122].

Criada na década de 1960, no Rio Janeiro, sob os auspícios da FAO, a ICCAT surgiu a partir da percepção de que era preciso estabelecer critérios para a pesca do atum no Atlântico por meio da criação de parâmetros internacionais de gestão da sua captura. Ao longo desse período, a ICCAT se firmou como a principal instituição para o estabelecimento de critérios e o fornecimento de estudos e estatísticas que amparam a negociação do atum entre estados. Ocorre que, desde muito, a instituição tem sido criticada por ter se convertido em um autêntico balcão de negócios da indústria pesqueira[123].

Com encontros anuais em locais paradisíacos e, em geral, em hotéis caros, as reuniões da ICCAT não têm sido consideradas exatamente encontros nos quais se leva a sério a delicada situação dos tunídeos do Atlântico[124].

Complementarmente a essa questão, entre todos os quesitos analisados pelo relatório FiTI, aqueles que apresentam os maiores problemas são os dados de captura e desembarque da pesca industrial nacional e da pesca estrangeira, sobre os quais a equipe de avaliadores observa que:

> As capturas anuais retidas por navios de bandeira estrangeira na ZEE de Cabo Verde não estão disponíveis, desagregadas por espécie ou por grupo de espécie.
> Informações sobre capturas acessórias e esforço de pesca das embarcações semi-industriais e industriais, ainda não estão disponíveis, devido a falta de uma sistemática recolha de dados e pela falta de observadores de bordo.
> Avaliações ou auditorias da contribuição econômica, social e de segurança alimentar do sector da pesca industrial não estavam disponíveis para o presente relatório (Fisheries Transparency Initiative, 2024, p. 37).

Do conjunto mais amplo de critérios avaliados, há tetos da pesca sustentável desatualizados, de um lado; e dados inexistentes ou não públicos sobre a atuação das embarcações estrangeiras e industriais nacionais, de outro; além de uma gestão estatal das pescas cujos representantes insistem em afirmar que os acordos internacionais de pesca ainda são possíveis porque os mares do país continuam subexplorados.

---

[122] Disponível em: https://wwf.panda.org/wwf_news/?317183/A-WWF-protesta-contra-o-aumento-inaceitvel-da-quota-de-captura-de-atum-rabilho. Acesso em: 8 abr. 2024.
[123] Disponível em: https://www.theguardian.com/environment/2008/may/11/fishing.food. Acesso em: 8 abr. 2024.
[124] Disponível em: https://oeco.org.br/reportagens/22919-fracasso-no-atlantico/. Acesso em: 8 abr. 2024.

Sabe-se, porém, que é somente assim que os acordos de pesca com países estrangeiros podem continuar sendo considerados legais, já que essas negociações são respaldadas pela convenção dos oceanos das Nações Unidas da qual Cabo Verde é signatário e que essa mesma legislação somente legitima acordos de pesca com estrangeiros se a Zona Exclusiva do "vendedor" estiver em situação de sub-exploração.

E aqui há um problema de monta que se desenhou de maneira mais nítida a partir da análise do relatório FiTI. Apesar dos avaliadores reconhecerem em Cabo Verde a existência de uma gestão estatal das pescas eficiente e com boas notas na maioria dos quesitos analisados, são justamente as notas altas desse "bom aluno" que parece minimizar seu fraco desempenho na apresentação de dados que são essenciais para corroborar a perspectiva dos pescadores artesanais sobre o quadro generalizado de escassez do pescado nos mares do país.

> Não, não, não tem atum daquele jeito mais. Saía daqui carros de atum e de atum grande. Uns anos atrás, eu com um homem, que hoje é morto, cunhado meu, a gente pegou atum de carregar o bote, mar estava com vaga, o bote era menor, então mar começou a balançar bote e o companheiro falou para largar atum no mar, aquele homem tinha força, pegou atum na cabeça assim e largou atum no mar. Também uma vez tinha atum na corda e começou a entrar água no bote, nós fomos para uma praia de mar aqui que se chama Fazenda, secamos o barco, botamos o atum no barco e viemos embora, aquele dia nós pegamos 284 quilos de atum. Nós viemos e vendemos pra peixeira aqui no Tarrafal, ali na praia de mar, essa foi a pescaria que eu me lembro que pesquei mais, 284 quilos. Não era um atum não, 5 atuns que pesavam aquele peso, atum de 50 quilos, 40 quilos, 70 quilos. Uma mulher que se chama Joana, que já está morta, pegou aquele atum e mandou lá pra cidade da Praia. Não, não, agora está difícil, no momento está difícil mesmo, aqueles peixes não passam por ali mais. Agora mesmo aqueles atuns grandes, cadê? Só atum pequeno agora, 2 quilos, 5 quilos, talvez agora aqueles grandes, talvez os barcos grandes estão pegando eles no canal, porque aqui na nossa praia aqui não tem não, só está diminuindo e eu não sei o que está se passando (Entrevista com o pescador Noku, em Tarrafal de Santiago).

Em consonância com esse panorama, o relatório FiTI também foi bastante revelador da extensão da atuação da pesca industrial estrangeira dos mares do país (Fisheries Transparency Initiative, 2024). Em 2021, das 204 embarcações industriais licenciadas pelo estado cabo-verdiano para atuarem na sua Zona Exclusiva Econômica, 77 eram embarcações de longo curso da pesca industrial estrangeira, enquanto 127 foram licenças concedidas para embarcações nacionais de menor porte, já que o país não possui nenhuma embarcação industrial de grande porte (Fisheries Transparency Initiative, 2024, p. 24).

Em 2022, esse número subiu para um total de 207 embarcações, sendo 80 licenças concedidas para grandes embarcações estrangeiras, enquanto que se concedeu as mesmas 127 licenças para os armadores da pesca industrial nacional (Fisheries Transparency Initiative, p. 24).

Do total das 77 embarcações estrangeiras que atuaram no arquipélago em 2021, 18 eram japoneses, 26 espanholas, 11 francesas, 12 senegalesas e 10 de empresas privadas com nacionalidade não especificada (Fisheries Transparency Initiative, 2024, p. 24).

No ano seguinte, em 2022, de um total de 80 embarcações estrangeiras, o Japão aumentou sua participação para 28 embarcações, e se autorizou mais 22 embarcações espanholas, 11 francesas, 11 senegalesas, 1 portuguesa e 7 empresas privadas sem nacionalidade informada.

Figura 71 – Atuneiro-Cercador é uma das embarcações mais comuns no âmbito dessas licenças



Fonte: https://www.nauticexpo.com/pt/fabricante-embarcacao/navio-pesca-profissional-atuneiro-cercador-43889.html

Diante dessa gama de questões expostas pelo relatório, aquilo que repercutiu na mídia local foi o fato de a gestão estatal ter arrecadado menos recursos financeiros com as licenças de pesca entre 2021 (77 embarcações) e 2022 (80 embarcações), apesar da presença estrangeira ter aumentado nos mares do país (Fisheries Transparency Initiative, p. 27)[125].

O curioso dessa situação é que me parece menos importante a variação para menos do valor das licenças recebidas pelo estado Cabo Verde, do que o montante

[125] Disponível em: https://expressodasilhas.cv/economia/2024/03/07/mais-barcos-estrangeiros-a-pescar-em-cabo-verde-em-2022-mas-pais-recebeu-menos/90328. Acesso em: 8 abr. 2024.

escandalosamente baixo dessas licenças, independentemente do ano de referência. Isso porque, tanto em 2021 como em 2022, a soma dessas licenças chegou a pouco mais de 180 mil euros, valor com o qual se costuma conseguir comprar uma casa de veraneio de padrão médio no arquipélago (Fisheries Transparency Initiative, 2024, p. 27).

Em um evento realizado na ilha de Santiago que contou com a participação de um alto representante da União Europeia no arquipélago, eu o abordei com algumas dessas questões e obtive a seguinte resposta:

> Nós temos um mecanismo jurídico e formal de consultas diretas entre a União Europeia e as comunidades pescatórias e também o que poderia implicar suspensões do acordo. O assunto é complexo, digamos, é certo que no âmbito dos programas setoriais do acordo há quantidades e quantidades importantes que são concedidas à administração caboverdiana para melhora do recenseamento, da educação e da análise científica dos problemas ligados à conservação dos recursos da pesca no país. Em segundo lugar, nós temos a impressão que nossos acordos de pesca cobrem um tunídeo, algumas variedades de atum e que são espécies migratórias. São espécies que podem ser pescadas desde a Costa do Marfim até a Mauritânia e a mais disso os navios europeus não podem se aproximar das costas caboverdianas. Pensamos que a incidência da frota europeia feita pelo acordo…não sei, esse é um tema para os cientistas, digamos, as tonelagens de referência de atum se estabelecem em função das disponibilidades fixadas pelos comitês científicos regionais para a pesca no atlântico e outras organizações que se ocupam de espécies mais vulneráveis. Essas cotas são respeitadas meticulosamente por quem participa dos nossos acordos. Uma avaliação mais finalista da incidência que a pesca, em geral, que a indústria pesqueira em geral pode ter sobre a atividade pesqueira tradicional, incluindo Cabo Verde, não sei se é possível fazer, porque não sei se está prevista no âmbito dos nossos acordos de pesca. Nós também financiamos outras atividades incluindo programas da sociedade civil em áreas de proteção especial marítima. Agora mesmo temos selecionado quatro projetos. Temos consultas à sociedade civil e somos mais ou menos conscientes dessa percepção. Mas em termos científicos e jurídicos eu acho muito difícil tirar consequências de um gravíssimo impacto econômico para o desenvolvimento do país nesse setor chave (Resposta de Ignacio Castello, representante da União Europeia, dada ao meu questionamento sobre os acordos de pesca em evento do Ministério do Mar realizado em Tarrafal de Santiago em novembro de 2023).

Esse descompasso tão explícito que toma forma quando se leva em consideração a percepção refinada dos pescadores artesanais de que houve uma catástrofe nos seus mares nas últimas décadas, mais uma vez não impediu que, em 25 de julho de 2024, o governo cabo-verdiano, por meio de seu ministro do Mar, Abrão Vicente, anunciasse a renovação do acordo de pesca com a União Europeia por mais cinco anos e, portanto, até 2029.

Para a imprensa local, o ministro declarou que: “O acordo de pesca entre Cabo Verde e a União Europeia (UE) é reciprocamente vantajoso, tanto para a União Europeia

como para Cabo Verde, e vem reforçar e consolidar a parceria e a amizade entre as partes"[126].

Apesar desse suposto laço de amizade, toda vez que esse acordo é renovado, renovam-se também as divergências em torno da gestão estatal das pescas. Quem outra vez vocalizou essa insatisfação foi o presidente da Associação dos Armadores da Pesca Industrial do país. Para ele, apesar de ter sido anunciado com condições mais vantajosas, esse acordo seria "praticamente uma cópia dos anteriores". E disparou:

> "Ou tem havido um descuido sistemático nos processos de negociação, ou alguém quer se posicionar deliberadamente como inimigo dos armadores de pesca e dos pescadores", sintetizou a mesma fonte, em documento enviado à Inforpress.
> "Inimigo dos armadores e pescadores", continuou, na medida em que os principais destaques das contrapartidas vão para acções destinadas às mulheres e aos jovens.
> Sobre as anunciadas vantagens para Cabo Verde, Susano Vicente referiu que é difícil dizer se o acordo é vantajoso ou não para o país, já que "não há dados disponíveis" para permitir opinar neste aspecto.
> "Não temos acesso aos relatórios, há todo um ambiente de secretismo a volta do assunto", acrescentou.
> O presidente da Apesc indicou ainda que as pessoas que têm feito parte das comissões mistas têm sido todos quadros da Função Pública e que com as trocas de governos e de ministros, e consequentes "danças das cadeiras", muitos dos quadros que eventualmente participaram duma comissão anterior podem não ter a oportunidade de participar de uma posterior.
> Isto, continuou, deixa as equipas cabo-verdianas em desvantagem negocial, não por falta de competência, pelo contrário, mas por falta domínio de dossiês anteriores que são de "importância vital" nos processos de negociação.
> Sobre as anunciadas contrapartidas do emprego e do reforço da indústria da pesca em Cabo Verde com este acordo, Susano Vicente é categórico: "Não, não está a acontecer, infelizmente".
> Da mesma forma, neste capítulo, sustentou, a contrapartida "é zero" para a industrialização do sector das pescas e para o reforço da capacidade operacional da armação nacional de pesca (Disponível em: https://expressodasilhas.cv/economia/2024/07/25/acordo-de-pescacv-ue-presidente-da-apesc-diz-que-documento-e-praticamente-uma-copia-dos-anteriores/92551. Acesso em: 5 ago. 2024).

Como resultado dessas críticas, o ministro do Mar voltou à imprensa para anunciar que estava disposto a apoiar o projeto de expansão da frota industrial nacional proposta pela Associação dos Armadores nacionais, desde que o estado compusesse o conselho de administração da empresa a ser criada para esse fim e resgatou o mote do período do

[126] Disponível em: https://www.balai.cv/noticias/economia/pesca-cv-eu-acordo-consolida-e-reforca-parceria-e-amizade-entre-uniao-europeia-e-cabo-verde-ministro-do-mar/. Acesso em: 5 ago. 2024.

partido único declarando que a saída para o país seria "apostar cada vez mais numa frota industrial"[127].

Não posso dizer de todo o universo pesqueiro do país, mas, com base naquilo que conheço até aqui, ainda não tive a oportunidade de conhecer sequer um pescador nas ilhas que seja favorável a esses acordos de pesca com países estrangeiros e que não reconheça neles o principal eixo produtor da escassez de pescado nos mares das ilhas.

Ora, mas, socialmente, quem são os pescadores artesanais de Cabo Verde? Repetindo o primeiro-ministro de Cabo Verde na abertura do Encontro Nacional das Pescas realizado em 1985, em qual "degrau" da sociedade estariam os pescadores depois de tantas décadas desse evento? A que "classe" corresponderiam no espectro mais amplo dessa sociedade e qual o poder teriam de influenciar os mais altos "degraus" da gestão estatal das pescas?

Independentemente de sua posição social, no âmbito do relatório FiTI, sobre a pesca artesanal os avaliadores replicam, *ipsis litteris*, aquilo que se encontra no Plano de Gestão das Pescas (Cabo Verde, 2019) e, portanto, confirmam a pesca de linha de mão como o engenho artesanal de maior relevância no quadro geral das capturas artesanais, técnica responsável por 90% das capturas artesanais e que conta com 97 pontos de desembarque no arquipélago (Fisheries Transparency Initiative, 2024, p. 37).

Além disso, é preciso salientar que estou propondo perceber essa rede de pesca local como o triunfo de um sistema de conhecimento que opera buscando o alinhamento entre uma série de variáveis ecológicas, que, em 2021, foi responsável pela captura de 3.578 toneladas de pescado no país (Fisheries Transparency Initiative, 2024. p.40).

Peixe de fundo, peixe de flora, peixe de rocha, cada peixe está em um lugar muito específico e exige o emprego de técnicas bastante variadas – apesar de ser um hábito muito difundido considerar a atividade artesanal uma pesca simples e composta de métodos e técnicas rudimentares.

Reforçar essa forma de olhar para a pesca artesanal do país é, com isso, uma maneira muito eficaz de reduzir essa cultura marítima a uma mera atividade econômica cujos atores deveriam ser medidos com a régua da classe.

Se assim se insiste em proceder, perde-se o fato de que a atividade de pesca artesanal em Cabo Verde pode lançar seus praticantes em verdadeiras aventuras, como

[127] Disponível em: https://expressodasilhas.cv/economia/2024/07/25/governo-pretende-retomar-dialogo-com-armadores-para-criacao-da-frota-de-pesca-industrial/92560. Acesso em: 5 ago. 2024.

ocorreu há alguns anos em Tarrafal de Santiago, quando se aproximou da ilha um enorme cardume de espadarte, peixe que pode chegar a medir 5 metros e a pesar meia tonelada.

Não consegui averiguar de maneira segura o que teria atraído de modo tão incomum esse cardume até a região, mas falou-se, contudo, de um navio de cereais que teria naufragado perto das ilhas Canárias e que teria desviado a rota desses peixes em direção à Tarrafal.

Com a presença desse cardume nas zonas próximas da costa, conta-se com bastante frequência que, quase toda tarde, era preciso que a lancha da associação saísse em busca de pescadores que, obstinados, arriscavam a vida para tentar pescar um espadarte.

Quando fisgados, esses peixes têm por hábito arrastar os botes em direção a águas com quilômetros de profundidade, onde há correntes intensas, região que os pescadores artesanais de Tarrafal denominam de "canal". Os "peixes do canal", a região do "canal", os barcos estrangeiros que pescam "no canal", os pescadores que já desapareceram no "canal".

O "canal" é, justamente, o lugar em que se pode chegar com os botes, mas de onde não necessariamente se pode sair, um espaço de liminaridade entre a vida e a morte, mas também local de passagem dos grandes peixes migratórios que podem se transformar em uma série de triunfos e de prestígio social dos pescadores em terra.

O ofício da pesca marítima é uma atividade envolvente e, muitas vezes, um trabalho bastante arriscado que se dá por caminhos muito diversos da razão instrumental e do cálculo financeiro. Nesse sentido, comemora-se a pesca como um território de liberdade e vive-se a margem social sob um universo repleto de significados e de uma conexão profunda com o mundo das águas.

Entre padrões e classificações, emergem sujeitos cuja reprodução social depende diretamente de um recurso que está no centro das disputas de grandes *players* internacionais, e sujeitos que, de uma perspectiva histórica, sempre ocuparam os "degraus mais baixos" dessa sociedade.

E estar em Cabo Verde por um tempo maior foi fundamental para que eu percebesse que, em um país com uma população de apenas 500 mil pessoas divididas em nove ilhas habitadas, há uma proximidade muito grande com o poder. Isso parece refletir no cuidado excessivo que se toma, mesmo em conversas corriqueiras, sobre a conveniência de se falar sobre certos assuntos.

Para mim, que nasci e cresci no interior de Minas Gerais, encontrar com o presidente da República é um evento extraordinário. Em Cabo Verde, é relativamente comum encontrar o simpático presidente em muitas ocasiões sociais, ou mesmo na praia de Tarrafal, no teatro, na universidade, enfim, o cargo máximo da representação estatal do país é alguém com quem se pode encontrar ao se dobrar uma esquina.

Mas também é assim com o presidente da Câmara, com o vereador da pesca, com o dono do hotel, enfim, com o ator famoso ou com a cantora de projeção internacional. Essa conjuntura traz uma sensação inicial de conforto. Todavia, com o tempo, percebe-se que se trata de algo muito complexo quando se lida com relações de poder.

Critica-se de maneira muito velada, fala-se com pompa, há muita formalidade nas situações sociais, os ritos sociais são muito bem marcados e com o tempo essa proximidade produz uma sensação de sufocamento social que é, em muitas ocasiões, um sintoma claro de opressão social.

Já falei sobre o pescador que desmarcou um compromisso acadêmico que tinha comigo e com uma colega pesquisadora brasileira por medo de se expor, por receio de falar abertamente, na universidade, sobre as questões da sua localidade.

Por tudo isso, creio que seja importante reforçar o ponto dos pescadores sobre a pesca, já que, em função dos arranjos e estratégias do poder, esses são atores constantemente lembrados do seu lugar em uma sociedade que apresenta um quadro bastante rígido de posições e hierarquias sociais.

Essas são as questões mais sensíveis que tenho observado em campo, porém, como ocorreu durante uma conferência que realizei na Universidade de Santiago em janeiro de 2023, que contou com a participação de um dos quadros mais altos do Ministério do Mar, esse conjunto de relações não é lido pelos agentes do estado como parte da realidade das pescas.

Isso porque, além de abertamente se passar a não reconhecer que a pesca estrangeira esteja afetando o volume de pescado disponível para os pescadores nacionais, sejam eles industriais ou artesanais, tornou-se lugar-comum ao quadro de burocratas do estado diretamente implicados na gestão estatal das pescas a atribuição do quadro generalizado de escassez do pescado aos desdobramentos das mudanças climáticas.

> Depois nós temos a questão do acordo de pesca, não é, nós temos sentido essa preocupação dos operadores das pescas, mas pra dizer que o acordo que Cabo Verde assina com a União Europeia é um acordo que visa a exploração dos tunídeos. Os tunídeos são do grupo onde estão os atuns, e ele é gerido pela organização da qual Cabo Verde faz parte, que ela gere todo o atum que passa

> no corredor do Atlântico. Então, Cabo Verde, quando adota as medidas relativamente ao atum, são as medidas que são tomadas a nível internacional que abrange todos os países que estão dentro da ICCAT sobre esse corredor do Atlântico. Então não tem uma interferência direta, teríamos que fazer um estudo mais pormenorizado, pra dizer que há uma influência direta, não é, dessa pescaria e os recursos que estão destinados à pesca local porque as outras pescarias que nós temos aqui em Cabo Verde, tirando o atum que é um peixe migratório que pertence a todos os países, não tem uma nacionalidade, é de todos, e o condicionalismo mundial permite que o país que não consegue explorar esse recurso na sua totalidade, impeça que nós não podemos partilhar esse recurso para servir de alimento para outras populações mundiais. E Cabo Verde não é, nós não estamos nisto, mas devido à nossa escassez também de recursos, nós temos outros mecanismos, por exemplo, para além do acordo de pesca nós temos contratos de pesca com o Senegal que permite que uma embarcação de Senegal venha pescar em Cabo Verde, da mesma forma que nós poderemos ir pescar nesse país e como nós não temos uma frota, nós iremos chegar lá em uma frota industrial que seja capaz de fazer essa pescaria, com certeza iremos precisar de fazer essa pescaria para poder manter a segurança alimentar e nutricional e as empresas conserveiras do país. Então existe sim, essa preocupação, nós temos estado sempre que possível a clarificar esta situação, porque são acordos comerciais que trazem benefício para o país, não só benefícios, são benefícios financeiros, porque todo financiamento que nós revertemos para as comunidades, vem das licenças que são pagas para que essas embarcações possam fazer atividade nas nossas Zonas Exclusivas que são 18 ou 20 milhas a partir de onde elas podem fazer. Quer dizer que não podem entrar além dessa estipulação e nós temos a consciência que nesse momento não temos nenhuma embarcação a nível nacional que possa ultrapassar essa fronteira, nossa frota não tem a capacidade de pesca, lá onde é exercida essa função.
>
> A diminuição de recursos pesqueiros, pequenos pelágicos, tem a ver muito também com a questão da mudança climática, não é, não é que desaparecem totalmente, mas o comportamento poderá ter mudado em alguma questão da temperatura, porque quando nós verificamos a tendência das capturas ao longo dos anos, nós conseguimos ver que há uma manutenção dessa mesma captura. A pesca artesanal tem contribuído sempre em torno de 4, 5 toneladas ao ano, nossa captura nacional, toda, incluindo a pesca industrial, não tem ultrapassado uma média de 10 toneladas e a nossa disponibilidade, aquilo que nós conseguiríamos ter em termos de todos os recursos, nós estamos em termos de 40, 44 toneladas que nós poderíamos pescar anualmente. Quer dizer que ainda há uma disponibilidade. Nós poderemos estar a pescar nessas mesmas zonas viciar essas zonas, não dando tempo de reprodução. Os pescadores aqui presentes podem dizer, que aqui, ao longo de todos os anos, continuam a pescar nessas mesmas zonas, nós podemos ter uma pesca intensiva de juvenis, por técnicas que estão proibidas por lei, mas nós ainda não temos uma capacidade de fazer uma cobertura em termos de fiscalização de todos esses pontos de desembarque, não é, então como nós mexemos nos juvenis, condiciona toda uma atividade pesqueira porque nós não damos oportunidade para esses juvenis, pelos menos produzirem uma vez na vida antes de serem capturados (Fala da representante do Ministério do Mar, Vera Gominho, que tomou parte na conferência sobre a pesca que realizamos na Universidade de Santiago em janeiro de 2023)[128].

[128] Assim como destaquei no capítulo anterior, foi a partir da análise da documentação sobre a pesca produzida a partir de 1975 que comecei a ver o limite de pesca sustentável dos mares do país sendo mobilizado como um número que estaria sempre garantindo uma suposta subexploração dos mares ilhas, o que, em última instância, chancelaria a possibilidade de avanço da indústria. Apesar da grande possibilidade de desatualização desses dados, o que é reconhecido até mesmo por avaliadores europeus dos acordos internacionais de pesca (Ferreira, 2011), a cúpula da gestão estatal das pescas continua não problematizando esses limites, mesmo diante da percepção generalizada entre os pescadores artesanais do país de que vivem um quadro severo de escassez do peixe.

A enorme distância entre aquilo que é verbalizado pelos pescadores artesanais do arquipélago sobre sua atividade e as posições dos representantes do estado que conduzem a gestão estatal das pescarias é uma situação que me habituei a observar ao longo da trajetória de pesquisa.

E foi em função da minha percepção de que há uma normalização desse padrão, principalmente pela desqualificação dos saberes pesqueiros no âmbito da discussão de temas como a escassez, que passei a reconhecê-lo como um dos pontos fortes do que tenho buscado nomear de *racialização dos descontentes*.

Se, em relação ao passado mais distante, pode-se considerar razoável a afirmação de que não é uma tarefa da mais simples compreender a dimensão do fenômeno pesqueiro local nessas ilhas em função da falta de informações sobre a atividade nos arquivos públicos do país; no presente, é difícil compreender quem ignore que os pescadores artesanais do arquipélago têm algo a dizer sobre uma política de caráter neoextrativista que varre de maneira sistemática o pescado dos seus mares (Gudynas, 2018; Diegues, 1999; 2004).

Com isso, não tenho dúvidas de que a manutenção da marginalização dos pescadores joga um papel crucial nas equações de negociação e de entrega da exploração dos mares das ilhas a países estrangeiros.

> Ah, claro que sim, aquilo ali é provadamente, eles pegam tudo lá pra fora, peixe não vem mais pra dentro. Uma vez pegava atum, agora fica mais pouco, se você pega ele tudo fora, o peixe não vem mais pra terra, não só atum, cavala, aqueles peixes todos, uma vez cavalinha vinha ali terra, agora tem mais de três meses, não tem uma cavalinha, acho que sim. Acaba não acaba, mas diminui constantemente. Diminiu e peixe fiz com mais valor, uma vez cavalinha era baratinho, agora duzentos escudos, trezentos escudos, fica com mais valor (Trecho de entrevista com um pescador artesanal de Tarrafal)

> E também tem aquele acordo de pesca com a União Europeia, nós não temos…assim, nós temos mar mais grande que terra, Cabo Verde, mas só que não temos muitas bancas de pesca. Nós temos bancas que ficam longe e que tem mais peixe, mas nós não temos condições de ir naquelas bancas. Pessoas que tem condições de ir naquelas bancas eles pescam, mas nós pescamos mais nas encontas que tem menos peixe agora, menos, menos.
> Peixe, é onde tem comida que ele fica mais, por exemplo, naquelas bancas sempre tem comida. Então às vezes se não tem comida lá, o peixe viaja, peixe é como nós, onde que ele está ele olha onde que comida está. Eu lembro que quando tinha sete anos, estudava ainda na primeira classe, às vezes ia pra pesca de cedo, tinha rede de arrasto, ia com um vizinho meu que tinha rede e que chamava Adriano, então, levantava cedo e ia pra pesca, estava pequeno mesmo, ia pro mar sete horas, nove horas vinha com muito peixe (Trecho de entrevista com um pescador artesanal de Tarrafal).

Insisto neste aspecto, pois colocar o conhecimento dos pescadores locais em xeque sobre uma questão tão central como o nexo causal entre os acordos internacionais de pesca com países estrangeiros e a escassez do pescado é algo que só se torna possível em função de um quadro institucional que se constituiu fazendo tábula rasa de outros tantos aspectos importantes da organização social do trabalho artesanal pesqueiro do arquipélago.

É aqui que as adjetivações da pesca local como "primitiva", "pouco desenvolvida", "sem visão empresarial", que circulam pelo senso comum, jogam um papel decisivo. Assim, o passivo acumulado ao longo de quase dois séculos de interesse estrangeiro pelo pescado das ilhas torna-se, uma espécie de organizador de essencializações sobre o universo pesqueiro local (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010, p. 25).

9 DA "REAFRICANIZAÇÃO DOS ESPÍRITOS" À RACIALIZAÇÃO DOS DESCONTENTES: O QUADRO DE CONFLITOS COMO UMA DIMENSÃO DO COTIDIANO

Partindo desse quadro mais amplo e retornando para a praia do Mangue, em Tarrafal, temos o seguinte: de um lado, uma situação de desregulação completa da atividade pesqueira que se desdobra em inúmeras sobreposições de táticas e estratégias de diferentes escalas, que aumentam a pressão sobre o pescado a níveis nunca antes vivenciados pelos pescadores de linha de mão; de outro, uma relação sensivelmente problemática com o poder público, que, com suas ações e omissões, reforça o avanço consistente das atividades do turismo em direção à praia do Mangue.

Essas duas frentes de questões impõem um quadro claro de confinamento social à comunidade pesqueira dessa praia, que se desenha tanto a partir do "mar", como da "terra" e conta com a ação ativa dos agentes do estado cabo-verdiano para se configurar, e com interesses econômicos estrangeiros de monta pelo arquipélago (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010; Zhouri; Laschefski, 2010).

Vem daí a importância de se mapear os atores sociais que gravitam em torno da atividade, como forma de captar no tecido da etnografia – e, portanto, no campo da linguagem e daquilo que a linguagem representa para as representações sociais (Das, 2022) – noções, percepções e impressões que respondem a essas disputas.

Isso porque, à medida que se insiste em reforçar o universo da pesca artesanal como um lugar socialmente problemático, alimenta-se um regime de marginalização/desqualificação que viabiliza, socialmente, a prevalência de perspectivas hegemônicas em relação aos espaços de reprodução social dos pescadores (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010; Souza Lima, 2002).

Nesse sentido, a questão da pesca extrapola a disputa mais imediata pelo pescado e se expande em direção ao direito da comunidade artesanal pesqueira de existir conforme princípios e valores que possibilitaram sua expansão e consolidação no panorama social, político e econômico do arquipélago.

No jogo desigual de compensações que procura justificar o fluxo de pescado do arquipélago para o estrangeiro, a partir de 1975, essas áreas de pesca artesanal também passaram a ser mobilizadas dentro de uma lógica de implementação de projetos de caráter assistencialista que, com o passar dos anos, passam a beneficiar mais as carreiras

individuais dos gestores desses recursos - os quais , no geral, são agentes externos ao universo pesqueiro -, do que as comunidades pesqueiras.[129]

É, portanto, a partir da independência que a pesca se torna um tema institucionalizado, com órgãos próprios criados para cuidar da sua gestão, que passam a incluir, de maneira inédita, a pesca artesanal em seu escopo de atuação, contribuindo consistentemente para o surgimento de um quadro de especialistas locais, que, em estreita colaboração com os agentes estrangeiros, passam a formular suas próprias teorias sobre a atividade[130].

Acredito ser em função desses arranjos que tenha me deparado com muitas reclamações dos pescadores sobre a capitulação política de presidentes de associações de pescadores. Arranjo institucional que, por sua vez, contribui sensivelmente para a baixa circulação de suas demandas no quadro mais amplo da gestão estatal das pescas.

Nesse cenário, a expansão do alcoolismo, a acentuação do quadro de vulnerabilidade social entre os praticantes da pesca, os desaparecimentos de pescadores no mar, os graves adoecimentos decorrentes do uso das garrafas de mergulho, o avanço de práticas ilegais e predatórias de pesca passam a ser lidas não como questões derivadas do panorama mais amplo de conflito ambiental, mas de uma suposta condição "milenar" dos pescadores locais (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010).

Na análise do processo histórico que originou essas operações de natureza tutelar, parece-me crucial para sua consolidação, a estabilização de uma categoria estatal de pescador artesanal – que encontra seu ponto alto na fundação dos órgãos estatais criados para gerir a atividade – e que são fundamentais para o processo de *racialização dos descontentes*.

Com isso, passo a apresentar uma pequena teia dos atores com os quais estive mais próximo ao longo do trabalho de campo, como forma de, com base em aproximações sucessivas em direção à vida cotidiana, como sugere Das (2020), discutir os interesses

[129] Efeito da centralização do poder acentuado pela criação do estado independente em 1975, a formação de um corpo de burocratas e especialistas sobre as pescas surge como algo inevitável. Uma das características centrais a esse corpo burocrático que estou propondo nesta tese é sua adesão a uma perspectiva desenvolvimentista que tem, na pesca local, uma atividade secundária e acessória à exploração industrial dos mares do país, visão que ainda é amplamente compartilhada no arquipélago.

[130] De maneira geral, a inauguração dessas instituições e do tema da pesca como um assunto de estado me parece um reflexo direto e positivo da derrubada do regime colonial, principalmente em função do fato de que, até 1975, a atividade local sequer ter existido nas preocupações da administração colonial do arquipélago, a julgar pela documentação histórica levantada até aqui. Ocorre que, ao não propor um rompimento consistente com a prevalência de uma exploração industrial dos mares do país, a longo prazo aquilo que aparece como virtude da revolução se converte em estruturas de silenciamento dos descontentes.

não declarados de consolidação, constituição e manutenção dessa categoria no âmbito da gestão estatal das pescarias no arquipélago.

Essa estratégia analítica é o resultado muito direto da parte dessa etnografia que foi realizada junto aos pescadores de Tarrafal de Santiago e se mostra essencial em um contexto no qual perspectivas homogeneizadoras do universo pesqueiro se intensificam como resultado da expansão de uma gestão especulativa dos mares do país (Andrade, 1996).

Ao longo do campo que realizei junto aos pescadores de Tarrafal de Santiago entre 2022 e 2024, Nelito Tavares foi a pessoa da qual eu mais me aproximei. Tivemos longas conversas sobre os mais variados assuntos, fomos para o mar com o seu bote em diversas ocasiões, frequentei a sua casa, conheci sua família e, por fim, nos últimos meses em campo, compartilhamos a feitura de um documentário sobre a pesca artesanal de Tarrafal.

Conheci Né, como é identificado por todos, logo nas primeiras semanas de campo, em um final de tarde de dezembro de 2022, enquanto ele falava com um conhecido seu na área das pescas, em frente à Casa dos Pescadores. Com um semblante calmo que se harmoniza com seus gestos lentos e calculados, desde o início, Né se mostrou muito aberto ao diálogo e foi, com isso, um parceiro fundamental ao longo de toda a minha temporada de campo junto à comunidade pesqueira de Tarrafal.

Para além de sua disposição para o diálogo, ele surgiu como um ator importante para esta pesquisa porque acumula a experiência de pescador artesanal com sua trajetória de nadador profissional, praticante de *surf* e coordenador dos salva-vidas das praias da Vila de Tarrafal. Trajetória que, para além de outros aspectos de sua personalidade (descrita a seguir) desloca-o de maneira consistente da imagem que corriqueiramente se faz de alguém que seja um pescador artesanal no arquipélago.

Aqui, gostaria de assinalar que se eu tivesse me aproximado de qualquer outro pescador artesanal de Tarrafal, acredito que o efeito de deslocamento das imagens que circulam pelo senso comum sobre os pescadores seria o mesmo. Para mim, portanto, o que produz esse deslocamento não é, exatamente, a trajetória de vida do Né e sua relação um tanto quanto ambígua com a comunidade pesqueira da qual faz parte, mas o fato de que as generalizações que se costumam fazer sobre os pescadores estão muito mais na cabeça de quem as formula, do que na vida cotidiana das pescas.

Tendo isso em conta, a soma de seus engajamentos fez de Nelito um observador privilegiado, sensível e astuto das dinâmicas das águas de toda a região norte da ilha de

Santiago, mares que conhece como a palma da sua mão, calejada como a de quem trabalha duro desde a infância.

A partir das diferentes posições que ocupa, Né se fez um observador bastante crítico do avanço da atividade turística em Tarrafal, apesar de trabalhar diretamente com os turistas estrangeiros. Mas também se fez alguém bastante desconfiado dos agentes do estado e das relações que estabelecem com o universo pesqueiro, além de não poupar os próprios pescadores, quando avalia que esses não se comprometem com a defesa da praia, da baía, da pesca, ou de Tarrafal.

Diferentemente da trajetória de vida da maioria dos cabo-verdianos nascidos durante o período colonial, creio ser possível dizer que toda a geração de Nelito Tavares tenha sido marcada por uma fase de efervescência social e política no arquipélago. Isso porque essa é uma geração que surgiu logo após a conquista da independência, que, por mais problemática que tenha sido, é incontestavelmente um processo social que consegue espalhar pelas ilhas um impulso genuíno em direção a transformações sociais relevantes.

Já falei sobre o reflexo dessa conjuntura nas decisões de Jorge Pina Lopes, que resolveu sair da Angola e retornar para o seu país já independente. Mas é preciso retomá-la ao falar sobre a infância e adolescência de Né, porque foi a partir desse contexto, no qual se cultivavam ideais de reconstrução do arquipélago sob bases socialmente mais justas, que ele tomou consciência de sua terra natal, de sua cultura e do seu povo.

Nelito cresceu em um contexto social e político no qual, se comparado com aquilo que é vivido hoje no arquipélago, havia um grau maior de coincidência entre a trajetória histórica da base dessa sociedade – rural e camponesa e com forte integração entre pesca, agricultura e pecuária – e os planos de reconstrução do país tocados pelo partido único. Nesse caso, o socialismo africano e o pan-africanismo como paradigmas políticos que orientaram as lideranças políticas do governo independente são cruciais para se compreender as diferenças marcantes entre passado e presente da política e do estado no arquipélago (Moyo, 2003; 2005; Lopes, 2012; Reis, 2000)[131].

Assim como Maika, o presidente da Câmara sobre o qual falei anteriormente, Nelito nasceu em Chão Bom em outubro de 1981 (portanto, cerca de seis anos após o país

[131] Da independência em 1975 até 1990, tem-se o período de governação do partido único de orientação socialista e pan-africanista que ficou conhecido como o período da Primeira República. O início da década de 1990 correspondeu à queda desse modelo de governação e à reformulação das bases do estado segundo princípios democrático/liberais, o que fez essa mudança também corresponder a uma forte liberalização da economia do arquipélago (Lopes, 2012).

se tornar independente), como o caçula de uma família de cinco irmãos que assistiu a região se tornar ponto estratégico para o regime político que sucedeu o governo colonial.

Figura 72 – Casa em Chão Bom onde nasceu Nelito Tavares em 1981



Fonte: Foto do autor.

Para que esses planos se efetivassem, o governo manteve o funcionamento do Colonato e agregou uma série de estruturas ao campo agrícola, como uma fábrica de tamanho considerável destinada à secagem de pescado, criou cooperativas e associações para os agricultores e instalou galpões da Empresa Pública de Abastecimento na região (Lopes, 2012)[132].

Assim como as intervenções levadas a cabo junto aos pescadores da praia do Mangue em 1978, a gestão da região do Colonato passou a refletir uma estrutura estatal fortemente centralizadora e intervencionista. Tal organização encontrava sua razão de ser na necessidade de se lidar com o caos social produzido pelo regime colonial e com a demanda premente de encontrar estratégias claras para lidar com os longos períodos de estiagem e, consequentemente, com as crises de fome que estão sempre à espreita de uma oportunidade para se instalarem no arquipélago (Lopes, 2012).

[132] Essa talvez seja a empresa pública mais notável erguida no período do partido único. Conforme Graça (2009): "A Empa é um exemplo claro de uma empresa que não sobreviveu a tentativa de privatização e que acabou por ser extinta. Vários são os motivos que culminaram na extinção de tão rentável empresa estatal. A Empa (Empresa Pública de Abastecimento), foi criada em 10 de outubro de 1975, logo após a Independência de Cabo Verde. Acumulava várias funções entre as quais: importação, comercialização e distribuição de produtos essenciais à economia de Cabo Verde, particularmente nos géneros de primeira necessidade. Tinha como objectivos uniformizar os preços dos produtos comercializados no âmbito nacional e ainda detinha exclusividade na comercialização dos produtos provenientes da ajuda alimentar fornecida ao Governo de Cabo Verde. Esta empresa pública teve grande dimensão na economia de Cabo Verde na década de 1980, devido ao volume de actividade, ao património líquido e a quantidade de pessoal empregado. Detinha representação em todos os pontos do país, grande quantidade de infra-estruturas e armazéns próprios nos diversos concelhos. A partir de 1993 com a liberalização do comércio, este tipo de estrutura não se adaptava ao novo panorama nacional, num mercado concorrencial e de livre iniciativa privada, já que detinha uma grande estrutura, um número elevado de pessoal e verificava-se perda de mercado" (Graça, 2009, p. 42-43).

Diante desse quadro, é compreensível, portanto, a importância dada naquele período às áreas de pesca e de agricultura, que passam a ser vistas como as bases para que se alcançasse a desejada estabilidade social e política no contexto da independência.

Nelito nasceu no coração de uma das áreas prioritárias para o governo independente, no período áureo do cooperativismo. Teve toda sua infância e juventude atravessada por políticas públicas que, ao menos, tentaram estabelecer uma nova ordem social e política nas ilhas, com o intuito de romper com os usos especulativos do território que prevaleceram no "tempo dos portugueses" (Andrade, 1996).

Além de nascer em um cenário de ampla mobilização social e de ter se beneficiado desse cenário em vários sentidos, Nelito vem de uma família estruturada cujo pai trabalhava como pedreiro em Portugal, emprego que garantia remessas regulares de dinheiro para a família em Cabo Verde, que era chefiada por uma mãe zelosa e bastante responsável para com os filhos.

Das memórias de Né, sua mãe surge como uma mulher que geria com muita cautela o dinheiro enviado pelo marido, ao ponto de seu pai, em um de seus regressos a Cabo Verde, ter se surpreendido com recursos suficientes para as obras da casa da família.

Desde a primeira vez que me falou da mãe e nas demais ocasiões nas quais o assunto retomou, Nelito gostava de dar ênfase ao fato de ela ter sido uma mulher muito bonita, *de pele clara*, que despertava ciúmes desnecessários em suas vizinhas, já que sua única preocupação era cuidar da família, levando uma vida extremamente reservada[133].

Em função da forma orgulhosa e afetuosa como sempre fala da mãe e diante da correspondência entre a mãe de suas memórias e a sua própria personalidade calma e reservada, sempre me pareceu muito certo o papel de destaque dessa mulher na educação moral de seu filho.

Outro traço marcante da personalidade de Né é seu profundo conhecimento e interesse sobre a região de Tarrafal, das ribeiras às baías mais afastadas, das dinâmicas da pesca artesanal à pesca industrial, de técnicas de plantio, etc. Isso porque, desde o início da adolescência em Chão Bom, crescendo dentro uma área agrícola de grande importância para a ilha de Santiago, Nelito tomou parte no trabalho do campo em um terreno de cultivo de propriedade de um de seus amigos, atividade que intercalava com a prática pesqueira na baía localizada ao lado do Colonato, o que fazia nos intervalos escolares, para ajudar a mãe com o sustento da família.

[133] É comum em Cabo Verde que a "pele clara" seja mobilizada como um fator importante de distinção social.

> Colonato é um lugar que tinha um…assim, perto da escola tinha um pomar grande lá. Um pomar que tinha todos os tipos de manga. Aquelas mangas lá do Colonato, a maioria vinha da Guiné. Então tinha mais de dez variedades de manga lá. Então quando a gente estava na escola, na hora que dava o intervalo, a gente dava a volta no guarda e pegava aquelas mangas. Mas Colonato era um lugar que tinha muita comida, muita mesmo. Tinha manga, abacate, limão, banana. Tinha vários tipos de banana, tinha banana galega, tinha banana prata, mandioca, batata, amendoim. Bom, Colonato era um daqueles melhores perímetros de agricultura na ilha de Santiago. Colonato tinha tudo, Colonato naquela altura que eu conheci tinha 44 hectares de terreno. Colonato também tinha um campo de exploração, tinha um campo lá que só fazia experimentação de plantas. Vinham com aquelas plantas da Guiné pra fazer teste pra ver se aquela planta se adaptava ao clima ou não. Lá eles tinham limão, ananás, caju, jambo, banana, tâmara, couve, cebola e tomate. Colonato naquela altura dava tudo isso.

Eu diria que crescer profundamente envolvido em uma ordem social camponesa que encontrava na baía de Chão Bom um território fértil para se expandir em direção a uma exploração artesanal do pescado tenha dotado Nelito de uma capacidade muito sensível de realizar uma leitura do mundo, a partir da sua própria terra (Freire, 1987).

A fartura alimentar dos campos agrícolas do Colonato, potencializada pelas políticas de incentivo agrícola e de distribuição de alimentos do estado independente e a fartura extraordinária de pescado da baía de Chão Bom são imagens recorrentes que atravessam as memórias afetivas da infância e da juventude de Né.

Apesar de ter se iniciado muito cedo no trabalho do campo e na atividade pesqueira, a fartura chegava ao ponto de permitir que Né frequentasse regularmente a escola. Também que tivesse inúmeras aventuras com os amigos pelos fartos pomares da região, após os banhos de mar que eram seguidos por mergulhos no canal de água doce e cristalina que corria da Ribeira da Prata para abastecer os campos de cultivo do Colonato.

Dessa perspectiva, Nelito cresceu em uma região próspera, na terra que vitimou milhares de seus conterrâneos de fome, aprendendo, na prática, que miséria ou fartura devem ser compreendidas como resultados diretos de escolhas políticas e de ações humanas.

Sobre a pesca, Nelito conta que ingressou na atividade quando tinha cerca de nove anos. Nessa idade, passou a embarcar com um pescador da região, primeiro o ajudando a manejar uma rede de arrasto. Expedições por meio das quais ele também tomou as primeiras lições sobre navegação, os primeiros aprendizados sobre os fundos marinhos e sobre o comportamento das espécies dos mares da região.

Nas ocasiões em que saímos juntos para o mar, recebi verdadeiras aulas de alguém que demonstra conhecer muito bem cada palmo do litoral norte de Santiago, sendo um de seus assuntos favoritos discorrer longamente acerca das dinâmicas dessas águas e dos locais propícios para as pescas, para o surf e para a natação.

No tocante ao seu início nas pescas, muito saudosista com a fartura de pescado do passado, costuma descrever que fazia parte da rotina voltar sempre muito rápido do mar, no máximo às 9h00, depois de ter saído às 7h00, com uma quantidade enorme de pescado, sem tampouco precisar sair das águas da baía de Chão Bom com o bote.

> Chão Bom é um daqueles lugares que tinha mais peixe do que na baía de Vila, então nove horas a gente voltava. Naquele tempo, peixe, a gente dava alguém, a gente vinha, dava vizinho e também não tinha maneira de conservar, não tinha processo de conserva ou geleira, então, a gente vinha e distribuía pra família, vizinho, às vezes a gente fazia escalagem também, pra secar, então tinha mais peixe naqueles tempos e tinha menos barcos também, menos barco.

Com o dinheiro do pai enviado de Portugal, administrado com extremo zelo e responsabilidade pela mãe, ele vivia em um lar estruturado, tendo uma infância e início de adolescência privilegiadas, com brinquedos, roupas e outros presentes vindos do estrangeiro, na casa modesta que garantiu estabilidade emocional e um grau importante de conforto.

O fato de ter tido uma infância tão rica de experiências com sua terra, como também de conforto e de afeto familiar, sempre me pareceram fatores importantes que contribuíram para que Nelito nunca tenha feito planos para emigrar. Mesmo ele tendo facilidade para isso, já que, além do vínculo do pai com Portugal, tem um tio muito próximo que mora na França com uma vida bastante confortável e que o receberia a qualquer momento, caso fosse sua vontade.

Tudo corria bem, porém, até que um evento fundamental na vida de Né desorganizou completamente o seu mundo, lançando-o em uma espiral de crises emocionais que, por muito pouco, não o conduziram para uma vida adulta problemática e disruptiva. Se há algo sobre o qual Né fala com muito pesar é sobre o falecimento de sua mãe, quando ele tinha 14 anos. Apesar de não conseguir precisar a causa da morte, se de câncer ou de cólera, já que houve um forte surto dessa doença na região, Nelito tem lembranças muito marcantes de seus últimos momentos de vida, da impossibilidade de evacuação para tratamento médico e do grande vazio existencial acarretado por essa perda.

Com a morte da mãe, a primeira decisão que tomou foi abandonar a escola. Com o retorno do pai de Portugal, passou a morar com ele, mas não conseguia se mover do estado de tristeza em que se encontrava. Relata algo bem próximo de um quadro depressivo que se arrastou por cerca de dois anos. Ao longo desse período, seu envolvimento com esportes náuticos como o surf e a natação é narrado por Né como experiências redentoras de seu estado de espírito.

Ainda no início da adolescência, lembra-se da chegada de um turista francês na baía de Chão Bom – na época todo estrangeiro era chamado de "cooperante" – para praticar surf. Ele e um grupo de amigos ficavam ali, na praia, admirados com o esporte, até que o turista passou a emprestar sua prancha para que eles se revezassem no mar.

Percebendo o interesse daqueles adolescentes pelo esporte, o turista retornou algum tempo depois com algumas pranchas para distribuir entre esse grupo de amigos. Então, Nelito se apaixonou pela atividade e nunca mais deixou de surfar. O envolvimento com o surf marcou profundamente não somente a sua vida, mas de todo esse pequeno grupo de amigos de Chão Bom.

Ao longo da sua juventude, Né também se aproximou do movimento rastafari, fez leituras da bíblia com um ativista social conhecido da cidade da Praia, começou a praticar natação e, aos 17 anos, resolveu deixar a casa do pai para morar sozinho na casa de seu tio, que, emigrado na França, passou a contar com o sobrinho para cuidar de suas posses em Tarrafal.

A morte da mãe, na trajetória de vida de Né, foi um evento vivido com extrema virulência, mas que acabou o lançando na vida adulta, forçando-o a um amadurecimento repentino que, somado com seu envolvimento com o esporte, impulsionou-o no caminho da emancipação da família e da busca por independência financeira ainda muito jovem.

Após um tempo morando sozinho na casa do tio, Nelito acabou se mudando da região de Chão Bom para a Vila de Tarrafal. A saída que o jovem surfista, nadador, mas também pescador e agricultor, encontrou para se sustentar foi se engajar na construção civil.

Elaborada a perda da mãe, em paralelo ao trabalho de pedreiro, retomou seus estudos e passou a participar de competições de natação e de surf pelo país e no estrangeiro. Chegou a ir para o Senegal representar Cabo Verde na tradicional travessia do canal Dakar-Goré, quando chegou em 22º lugar, em uma competição com mais de 400 participantes.

Ganhou uma série de troféus e medalhas de competições de surf e natação, abandonou o consumo de álcool, deixou de comer carne vermelha, terminou os estudos do ensino médio e conheceu sua atual esposa em 2014, com quem se casou e com quem tem a única filha do casal, hoje com cerca de nove anos de idade.

A partir do momento em que se casou e teve a filha, Né se voltou, outra vez, para o mar, em busca de uma alternativa ao trabalho duro e pouco rentável da construção civil. Já como morador da área da Vila, teve a ideia de mobilizar o seu conhecimento sobre os mares da região para oferecer atividades náuticas aos turistas estrangeiros que passaram a fazer parte da paisagem cotidiana de Tarrafal de maneira irreversível.

Com esses planos em mente, economizou o dinheiro do trabalho na construção civil e, em 2015, mandou fazer um bote de pesca artesanal, comprou um pequeno motor e se voltou integralmente para as atividades náuticas na praia do Mangue, na Vila de Tarrafal.

Nelito é um sujeito orgulhoso da sua capacidade de foco e de organização. Isso se reflete em suas pastas muito bem cuidadas, onde guarda de maneira metódica os diplomas das dezenas de formações que realizou e que vão desde cursos sobre construção civil, segurança marítima, meio ambiente, como também as menções honrosas obtidas nas competições de surf e de natação.

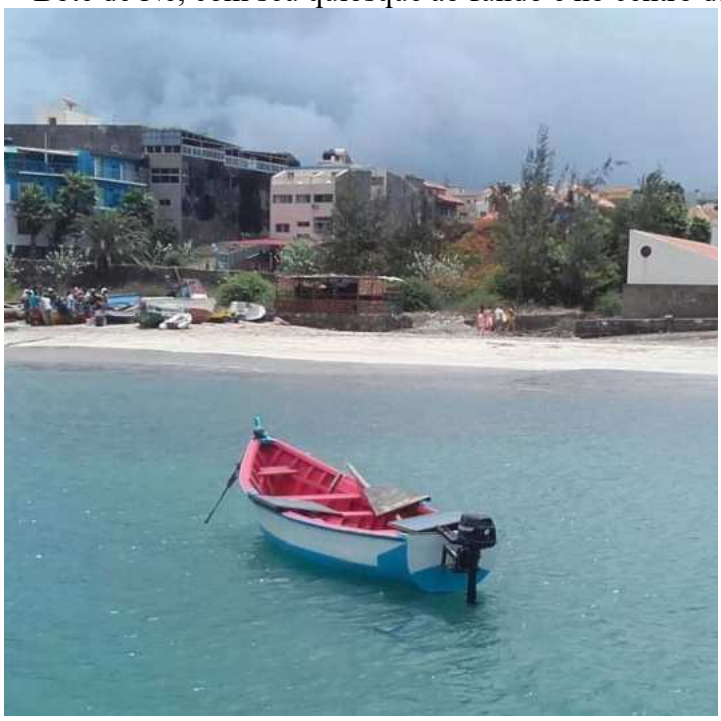
O fato de ser um observador bastante metódico das dinâmicas da sua realidade, também parece ter sido determinante para que Né percebesse um interesse importante dos turistas estrangeiros por passeios de bote pelas baías da região[134].

O curioso é que, com esse movimento, ele se antecipou a algo que passaria a acontecer por todo o arquipélago: a migração dos pescadores artesanais da atividade de pesca para a atividade do turismo. Fenômeno que passa a ocorrer quando os pescadores artesanais se depararam com um cenário de diminuição drástica do pescado da região, ao mesmo tempo que passam a conviver com os turistas estrangeiros que começaram a frequentar suas praias de maneira cada vez mais intensa.

Como precursor da atividade em Tarrafal, chegou a conciliar durante um certo período esse trabalho com a construção civil, até que depois de algum tempo montou um pequeno quiosque e passou a se dedicar, de maneira exclusiva, às atividades com turistas.

[134] Ao longo do trabalho de campo Nelito sempre me lembrou de maneira muito reiterada de um fato curioso. Enquanto os turistas nacionais estão à procura de experiências com lanchas modernas e jet-skis, os turistas estrangeiros que frequentam essas praias procuram os barcos de pesca artesanal. Nelito vê essa tendência como um paradoxo, porque é justamente por meio da experiência com os botes que se torna possível conhecer de maneira adequada aquilo que ele compreende como verdadeira riqueza da região.

Figura 73 – Bote de Né, com seu quiosque ao fundo e no centro da imagem



Fonte: Nelito Tavares.

Nessa nova fase da vida, passou a trabalhar cotidianamente entre os pescadores da Vila, como também a atuar no lado oposto desse areal, a partir do momento em que assumiu a atividade de coordenador dos salva-vidas na outra metade da praia destinada às atividades turísticas.

Depois de um certo tempo oferecendo passeios destinados à prática de *snorkeling*, também começou a ser procurado por alguns turistas estrangeiros com interesse na pesca, mas não na pesca de linha amplamente praticada pela comunidade da praia do Mangue, mas na atividade com varas de pesca de fibra de carbono, molinetes modernos e iscas artificiais.

Com uma disposição muito acentuada para abraçar novidades tecnológicas, Né rapidamente se interessou pela prática, começou a ganhar e a comprar esse tipo de equipamento e, como acontece com tudo que se dispõe a fazer, estudou com afinco esse tipo de atividade.

Tornou-se, então, responsável por introduzir uma nova estratégia de captura de pescado em uma praia densamente ocupada pela pesca artesanal, o que não ocorreu sem gerar algum grau de tensão entre ele e alguns pescadores mais ortodoxos em relação ao uso da linha de mão.

Costuma sempre lembrar que: “No início, ‘eles’ riam de mim, diziam que eu não ia conseguir pegar peixe algum com esse equipamento e, agora, quando eu chego com

peixe na praia, ‘eles’ querem saber como eu faço, porque pra fazer esse tipo de pesca também precisa conhecer, precisa saber usar o equipamento e funciona”.

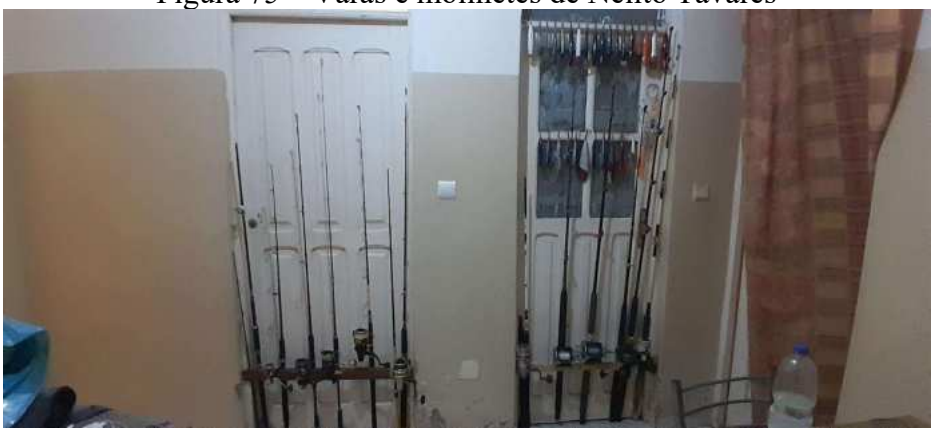
Figura 74 – Fotografia de Né retirada de uma de suas redes sociais



Fonte: Nelito Tavares.

De maneira muito metódica, trabalha na organização de uma importante carteira de clientes originários de várias partes do mundo. Hoje, possui uma enorme variedade de iscas artificiais, várias varas e molinetes, mas também vai adquirindo coletes salva-vidas, máscaras de mergulho, nadadeiras e todo o equipamento necessário para estruturar uma pequena empresa individual em torno da sua atividade. Iniciativas que, em termos gerais, não o difere da forma como se organizam os demais pescadores da praia do Mangue.

Figura 75 – Varas e molinetes de Nelito Tavares



Fonte: Foto do autor.

Não quero reforçar, com essa afirmação, que os pescadores sejam individualistas, mas que a relação que cada um tem com seus botes e demais equipamentos de pesca é algo muito pessoal. Ao ponto de ser relativamente fácil perceber que os cuidados que os pescadores dedicam aos seus botes são elementos centrais das relações de pertencimento à cultura artesanal marítima do arquipélago.

Cuidados que parecem estar ligados tanto com as preocupações permanentes dos pescadores com sua segurança no mar, como também com uma dimensão estética que se expressa nas pinturas multicoloridas dos barcos que recebem inscrições religiosas, desenhos retratando rostos de familiares ou de ídolos como Che Guevara ou Amílcar Cabral.

Sempre muito atento às questões ecológicas da região, tornou-se um assíduo frequentador das campanhas de limpeza que volta e meia são realizadas nas praias do concelho e um crítico ferrenho da Câmara por esta conduzir o despejo de esgoto sem tratamento em uma praia de Chão Bom onde praticou surf durante boa parte da sua juventude.

Sempre falando sobre o mar e contando histórias sobre as dinâmicas do oceano, Né é um ativista pela preservação das tartarugas e alguém que se posiciona contrário a apanha de polvos e lagostas, a pesca de garrafa de mergulho, o emprego da técnica de pesca com isca-viva e a utilização de redes de pesca na baía. É curioso que, nesse sentido, Né seja um pescador mais "tradicional" do que muitos daqueles que praticam a atividade na praia do Mangue, no presente[135].

Isso porque compreende muito bem – assim como os pescadores mais antigos que atuam na praia do Mangue – que as baías da região são grandes "aquários" que suportam uma rica biodiversidade que deveria ser preservada, pois é justamente essa rica biodiversidade que acaba por atrair os peixes do "canal", os peixes maiores que vivem no mar alto, para as áreas mais próximas do litoral e em distâncias que podem ser acessadas pelos pescadores artesanais do país.

Complementarmente a essas preocupações ecológicas que se relacionam com as dinâmicas da atividade pesqueira, Nelito também defende a preservação da baía porque compreende que ela é um ativo importante para as atividades de ecoturismo que desenvolve no concelho desde 2015.

---

[135] Apesar de Tarrafal ser reconhecida como uma cidade com uma das orlas mais ricas em lagosta de todo o arquipélago, seu consumo pelos moradores da Vila é irrisório. Conta-se que, no passado, as lagostas eram fornecidas ao Campo de Concentração para a alimentação dos presos políticos.

> Sim, aquela baía ali é uma baía encantuada, muito protegida, por causa daquela ponta do farol e então ela tem aquela distância de 1800 metros, então entra muito peixe, aqueles peixinhos, todo ano entra, mas agora devido àquela pesca com rede que apanha aqueles peixinhos pra pescar com eles, aqueles peixinhos acabam, não tem aqueles peixinhos mais e também é uma baía que não tem muita profundidade, ela tem vinte e tal, dezoito metros, a baía é rasa, vinte, trinta metros e depois aquela baía tem muitos búzios também, muitos búzios no fundo e tem muitos peixes… então ela é tipo um aquário, muitos peixes criam ali e depois vão, até serra, atum, tem tudo ali. E depois, logo na Ponta do Atum que é uma zona pesqueira. Ponta do Atum não, não tem atum mais, de vez em quando tem muitas mernas, que falamos cachorreta, que se abrigam lá, se abrigam naqueles cantos de rocha, quando são caçadas, elas ficam lá naquela zona e barco de rede vai e apanha elas.

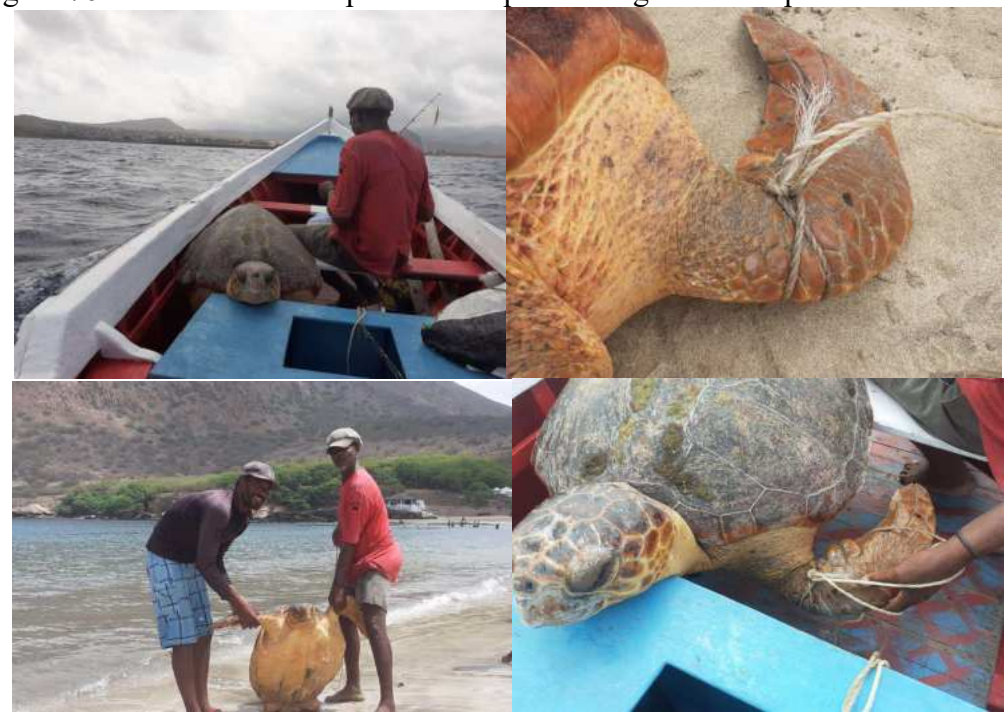
Né também é fortemente contra a apanha de areia das praias para a utilização na construção civil porque sabe muito bem que essas faixas de areia são utilizadas pelas tartarugas para seus ciclos de desova e que também são áreas de reprodução de muitas outras espécies de interesse da pesca artesanal. Sua sólida experiência na construção civil também o ensinou que a utilização dessa areia salinizada enferruja rapidamente as ferragens das estruturas, provocando sérios danos estruturais às construções, como é tão comum de se observar no casario antigo e moderno da Vila de Tarrafal.

Com essas preocupações ecológicas que cultiva desde muito jovem e antes mesmo de ingressar na prática do surf e da natação, Né também se consolidou como uma figura conhecida de organizações nacionais e estrangeiras que atuam na proteção do meio ambiente. Com isso e considerando a situação atual da pesca na praia do Mangue, tornou-se inevitável o surgimento de conflitos entre Né e uma parte da comunidade pesqueira, principalmente aquela composta por pescadores que passaram a empregar métodos mais agressivos de pesca na baía, movimento que claramente ocorreu em função do avanço do quadro de escassez estrutural do pescado ter alterado profundamente as relações ecológicas sobre as quais a pesca artesanal foi fundada no arquipélago.

Se Nelito fosse apenas um observador passivo do que acontece na praia do Mangue, viveria de maneira mais tranquila, mas ao contrário do que parece, ele se envolve nos problemas, o que acaba aumentando sua longa carteira de desafetos. É o caso, por exemplo, de um episódio envolvendo alguns pescadores que saíram para as pescas, depararam-se com uma grande tartaruga, amarraram uma corda com uma âncora em uma de suas patas e a deixaram na água para ser recolhida à noite, longe dos olhos de todos, porque sabem que, caso sejam flagrados, além de serem presos, recebem pesadas multas.

O plano parecia bom, se Né não tivesse aparecido no caminho desses pescadores. Voltando de uma de suas expedições de pesca, ele encontrou o animal na água e, com a ajuda de um outro pescador, desamarrou a tartaruga que já estava morta, colocaram-na no bote, trouxeram-na para a praia e, depois, ligaram para a polícia marítima para denunciar a situação.

Figura 76 – Né com seu companheiro de pescas resgatam o corpo de uma tartaruga



Fonte: Nelito Tavares.

Apesar de a polícia marítima não ter conseguido encontrar quem tinha tentado apanhar a tartaruga naquela ocasião, o episódio despertou a ira de alguns pescadores, que passaram a acusá-lo por qualquer tentativa de controle da atividade pesqueira feita pelo estado.

É comum, por exemplo, que – por razões de segurança dos banhistas e não por razões de ordem ecológica – a polícia marítima chame a atenção dos pescadores que entram com seus botes na área balneária a fim de apanhar iscas vivas para a pesca do atum. Quando há alguma reprimenda nesse sentido, é comum que Né seja prontamente acusado de ter chamado a polícia, já que, com frequência, essa atividade é feita a poucos metros dos salva-vidas que ele coordena.

Vivendo calmamente sua rotina na praia do Mangue, Né é pouco afeito às rodas de conversas que se formam na área das pescas. Quando não está pescando sozinho ou com algum cliente, está no posto de controle dos salva-vidas. A exceção a essa regra são

os finais de tarde, quando, voltando do posto de controle de salva-vidas para guardar suas bóias e bandeiras de sinalização em um armário da Casa dos Pescadores, passa algumas horas conversando com os pescadores que lhe são mais próximos.

Né, porém, não costuma formular suas críticas somente ao comportamento de certos pescadores. Se indigna profundamente com a leniência da Câmara em relação aos jet skis na baía, com as construções de concreto que avançam em direção à areia da praia, com o atual abandono do campo de cultivo de Chão Bom, com o abandono da sua antiga escola que se encontra em ruínas, com a retirada de areia das praias e, como não podia deixar de ser, com o projeto para construção de um grande *resort* ao pé do Monte Graciosa que poderá levar a um aumento frenético de turistas nessa praia.

Em inúmeras ocasiões nas quais conversávamos, ele se mostrou disposto a se mudar de Tarrafal caso o projeto do *resort* avançasse. Como um observador atento da área dos turistas, Né se incomoda com a presença dos jovens cabo-verdianos que passaram a se prostituir e que também praticam roubos para conseguirem manter seus vícios em drogas como álcool e cocaína.

Já em relação à Câmara, ele se envolveu abertamente com o movimento social que acabou dando a vitória ao Maika. Apoio que não se estendeu por muito tempo após a eleição, pois, assim que a reforma da Casa dos Pescadores começou, houve um rompimento.

Contígua à Casa dos Pescadores, local entre a areia da praia ocupada pelos pescadores e a área de recuo das pescas onde passou a ocorrer o Festival do Peixe, a Câmara resolveu montar a tal estrutura de concreto destinada à instalação de quatro quiosques de alvenaria.

Dois desses quiosques deveriam ser entregues às proprietárias dos dois pequenos restaurantes que servem os pescadores e que hoje funcionam em instalações improvisadas na área de recuo das pescas; um seria entregue para um pescador que tem um pequeno trailer em frente à Casa dos Pescadores; e o último seria destinado ao próprio Né, a título de compensação pela Câmara ter desmontado o seu quiosque no âmbito das "requalificações" do espaço.

Ocorre que mesmo sendo parte interessada nessa obra, quando viu que o projeto da Câmara de Maika tinha a intenção de concretar uma faixa importante da areia da praia, ele chamou a polícia e denunciou para a capitania, que forçou a Câmara a interromper o projeto. Além de completamente absurda a ideia de colocar concreto na areia, Né cansou de me mostrar, com sua experiência na construção civil, o esfarelamento do remanescente

da estrutura provocado pelo contato direto com a areia salinizada da praia. Para ele, é questão de tempo que toda essa estrutura venha abaixo e que, assim como já aconteceu em outros lugares, o seu desmoronamento provoque o espalhamento de entulhos ao longo da praia.

Em outro episódio envolvendo a Câmara, após tentar negociar, sem sucesso, um salário mais justo para os salva-vidas que trabalham seis dias por semana e ganhavam, à época, 12 mil escudos mensais (aproximadamente 120 euros), Nelito participou de uma espécie de movimento grevista que deixou as praias da cidade sem a presença de salva-vidas por um período.

Nelito conta que, coincidindo com essa ausência dos salva-vidas na praia, morreu um estrangeiro no mar da baía. Ao se espalhar a notícia, ele ligou para o vereador responsável pela negociação fracassada, para que ele viesse até a orla para testemunhar no que sua decisão havia resultado.

Por essas e outras, ele se fecha em seu mundo e toca sua vida, ora se aproximando da pesca, já que aquilo que ele "vende" para os turistas estrangeiros é justamente sua experiência como pescador artesanal; ora se distanciando dos pescadores, principalmente nos momentos em que ele percebe que se reduzir a um "simples" pescador artesanal é um movimento que atende a interesses hegemônicos pelas praias e pelo peixe do país.

Tivemos dezenas de conversas sobre esses temas, e Nelito foi generoso o suficiente para me ensinar, com muita paciência, que aquilo recusado por ele de maneira muito enfática é o sentido que o estado confere à categoria de pescador artesanal. O que, do meu ponto de vista, significa dizer que ele recusa aquilo que nomeio de *racialização dos descontentes*.

Essa afirmação pode ser constatada diante do fato de que, ao contrário dos agentes estatais, que costumam compreender a comunidade pesqueira a partir de categorias generalizantes e desabonadoras, Né formula sua filiação ao universo pesqueiro demonstrando profundo respeito pelos pescadores mais experientes dessa praia. Um pequeno grupo que não deve chegar a vinte pescadores, que estão ali há mais de 40 anos e são uma espécie de elo de (re)ligação entre ele e a pesca de maneira mais ampla.

É geralmente quando fala dessas figuras – importantes referências morais para ele – que costuma falar do orgulho de ser um pescador artesanal, do quanto é apaixonado pela pesca, do quanto considera a pesca uma atividade importante para Cabo Verde.

> Sim, aqueles mais jovens são mais diferentes daqueles mais antigos, os mais antigos, eu estou mais juntos com eles, com Noku, eles vêm, eles param e falamos, eu estou mais junto com eles do que com aqueles mais jovens…eu também me sinto mais à vontade com eles, junto com o Katchepa, Noku, a gente fala mais. Eles também têm mais responsabilidade, então, eu me sinto mais à vontade com eles e ajudo eles também, dou muitas iscas artificiais, hoje, a maioria deles pesca com aquilo lá, graças a mim. Meu tipo de pesca que faço hoje, eles não acreditavam não: "Ah você está pescando com bonecas"! Mas aquilo lá é plástico, que dá pra fazer com boia, com interior de caixa de vinho que tem aquele prateado, você pode pegar essas coisas e cortar fino, fino assim, você vai na loja do chinês, compra um silicone assim, você tem uma forma e faz a isca.

Foi observando e interagindo com esse grupo de pescadores mais experientes que consolidou seus saberes sobre a navegação ou sobre como identificar as melhores áreas para as pescas.

Em parte significativa da literatura antropológica produzida sobre a pesca artesanal marítima, o segredo é um componente importante da mestrança e do saber fazer-se pescador. Isso quer dizer que, no geral, conhecer lugares prósperos em peixe constitui uma espécie de capital dos pescadores mais experientes (Maldonado, 1986; Ramalho, 2007).

Talvez por isso, Né sempre tenha me lembrado como alguns desses pescadores mais antigos foram generosos com ele, indicando os lugares mais propícios para as pescas, na época em que ele se voltou para a atividade e fez tentativas reiteradas de se estabelecer como um pescador profissional.

Né, por outro lado, ressente-se muito com a falta de zelo de alguns pescadores mais jovens, principalmente quando fazem uso excessivo de álcool, utilizam métodos predatórios de captura, insistem em fazer suas necessidades fisiológicas nas áreas próximas aos botes, jogam plástico no mar ou não se mostram preocupados com o futuro da atividade.

> Pescador tem que juntar, pra ter uma associação, por exemplo, aquilo lá é uma das coisas que se pode ganhar muito com ela, mais tarde. Pescador aqui tem muita dificuldade em termos de equipamentos, em termos de formação, sensibilização, aquilo ali é uma coisa boa que deve-se fazer com pescador, sensibilizar eles, pra nós ter um lugar bom de pesca. Se não tem uma sensibilização, ao nível de conhecer, pra inovar algumas coisas na pesca e também pra pescador juntar e ter uma associação pra eles mesmos cuidarem dali, cuidar de praia, de mar, de todo o espaço que está a volta de pescador. Pescador ali está abandonado, ele só serve pra pescar o peixe no mar e vender, só naquele momento que é lembrado.

Se parte dos comportamentos dos pescadores que Né desaprova me parecem uma recusa muito direta dos desdobramentos do quadro de marginalização social imposta aos praticantes da atividade, essas mesmas ações podem ser observadas como atitudes que asseguram que parte importante dessa praia ainda esteja resistindo como um território pesqueiro.

Isso porque é por meio das dinâmicas cotidianas da comunidade como um todo que se produz uma localidade que logra marcar seu espaço de atuação e que, mesmo sem uma associação ou cooperativa formalmente constituída, se contrapõe de maneira coletiva e objetiva, ao projeto estatal de transformação de toda a praia do Mangue em uma área exclusiva para a indústria do turismo (Appadurai, 2004).

Outro aspecto sensível da relação de Né com seus companheiros de pesca é o fato de ele ter sido pioneiro na atividade com turistas. Com o tempo e a acentuação do quadro de escassez de pescado, mais pescadores passaram a se empenhar nessas excursões, o que intensificou uma ordem muito específica de competição por esse nicho de atuação.

Comparado com o período em que Nelito começou a atividade em Tarrafal em 2015; hoje, há certa disputa entre alguns pescadores pelos turistas – que não chega a ameaçar a sua sólida carteira de clientes, mas foi significativa o suficiente para chamar a atenção do governo central do país, que ao final de 2023 resolveu que deveria intervir na atividade, em nome da segurança dos turistas estrangeiros que passaram a demandar esse serviço.

No segundo semestre de 2023, o governo da capital – que é comandado pelo MpD (Movimento pela Democracia) e contra quem o partido de Maika faz dura oposição – inaugurou uma delegação do Instituto Marítimo Portuário em Tarrafal que passou a ser comandada por um delegado que mostrou uma proatividade fora do comum para os padrões da gestão estatal das pescas.

Esse delegado civil foi o responsável por aumentar a presença da polícia na praia da cidade, cobrou a proibição de jogos coletivos na areia, mandou demarcar com boias a zona balneária e também o ator que passou a ventilar entre os pescadores que, como estava, a prática de passeios com turistas não poderia mais continuar.

Lembro-me bem da primeira vez que Nelito me falou sobre essa questão e de não ter compreendido, exatamente, do que se tratava. Alguns dias depois, porém, quando o assunto já havia submergido em nossas conversas, Né me informou que o delegado do Instituto Marítimo Portuário havia marcado uma reunião junto à Câmara Municipal para abordar a questão dos passeios com turistas, e que estava convocando todos os envolvidos

na atividade, e determinara que, até que a situação tivesse sido regularizada, as saídas com turistas estavam terminantemente proibidas.

Quando percebeu que o delegado ia passar da conversa para a ação, o que poderia prejudicar frontalmente o seu trabalho de mais de oito anos, comecei a vê-lo bastante inquieto. Por certo tempo, nós não falamos mais sobre outro assunto que não fosse a proibição imposta aos pescadores de sair de bote com turistas.

A situação de Né foi ficando mais complicada porque, entre todos os pescadores dessa praia que praticam a atividade com turistas, ele era o único que se dedicava com mais afinco à atividade, além de ser ser apenas ele que costuma ter clientes de maneira mais regular, em função do tempo considerável que se dedica à prática.

Além de Né, há outros dois rapazes que não são pescadores, mas possuem botes para passeios com turistas e o fazem de maneira muito irregular; e cerca de oito pescadores, em um universo de mais de duzentos, que passaram a oferecer passeios de bote de maneira esporádica e principalmente nos momentos em que o "peixe está pouco", como forma de complementarem suas rendas.

Né, portanto, é o único que vende seu negócio nas redes sociais, que investiu muito dinheiro ao longo dos últimos anos na compra de equipamentos de pesca, que tem coletes, boias, iscas artificiais e, de fato, soube adaptar muito bem a prática da pesca com vara e molinete aos pesqueiros da região, o que o fez ser bastante procurado, inclusive por hotéis e agências turísticas da Vila.

O perfil de cliente que ele recebe é, no geral, de pessoas que já praticam a pesca em seus países de origem, pescadores experimentados e que estão ali pela experiência de pescarem em áreas onde há uma quantidade de peixe muito maior do que aquela com a qual estão acostumados a lidarem em seus países de origem.

Presenciei, em inúmeras ocasiões, os clientes de Né voltando do mar emocionados com os peixes que conseguiram apanhar. Pessoas que o agradecem imensamente pela experiência e que, além de pagarem generosamente pelos passeios, cedem os peixes que foram capturados, sendo essas capturas parte fundamental da renda que consegue auferir com esse trabalho.

Figura 77 – Turista estrangeiro exibe peixe serra pescado no bote de Nelito



Fonte: Nelito Tavares.

Depois dessa primeira notícia mais concreta sobre a proibição da atividade com turistas, lembro-me que aguardamos ansiosos pelo dia da reunião entre o delegado, os representantes da Câmara e os pescadores. Intervalo de tempo no qual Né me falou várias vezes não considerar justo que ele estivesse sendo incorporado na proibição, já que tinha uma empresa individual constituída, possuía todos os equipamentos de segurança para sair com os turistas e que ele, sozinho, atraía uma quantidade enorme de clientes para os hóteis e para os restaurantes da região.

Passou a dizer que não iria aceitar aquela situação, que era um pioneiro na atividade e que iria resistir se o delegado insistisse naquilo. Apesar da tensão que começou a pairar na área das pescas, Né continuou, normalmente, saindo todas as manhãs com seus clientes rumo aos pesqueiros próximos à baía.

Ele continuou com sua rotina, até que houve a reunião com o delegado em uma sala da Câmara que o deixou completamente inconformado. No encontro, o delegado apresentou aos presentes as razões legais para suas cobranças e enfatizou que, por questão de segurança para os turistas, a partir daquele momento, seria necessária uma série de modificações na atividade que deveriam ser seguidas por todos.

Mesmo com as objeções apresentadas pelos presentes, inclusive aquelas feitas pelo vereador da Câmara ligado à promoção do turismo, o delegado do governo central da Praia foi irredutível e reforçou mais uma vez a proibição da atividade, exigindo que quem estivesse interessado em continuar, que levasse uma série de documentos à delegação do IMP para que ele abrisse um processo administrativo, para, a partir daí, estudar junto aos seus superiores qual seria a saída para o problema.

Não foi dado aos presentes, portanto, um prazo determinado para a resolução da questão, nem tampouco estava clara a documentação que seria exigida, mas o que estava certo era, até onde eu tive notícia e ao menos até aquele momento, que foi somente em Tarrafal de Santiago que essa fiscalização tinha chegado àquele ponto, mesmo Tarrafal não sendo o único local do arquipélago em que pescadores passaram a recorrer à atividade turística[136].

Né, que tem por hábito ser muito organizado e muito focado em tudo que faz, além de ser alguém bastante cuidadoso, educado e correto com quem se relaciona, começou a se desestabilizar. Todavia, sem qualquer alternativa em vista, continuou a sair com os turistas, até que algo mudou o rumo dos acontecimentos.

Por volta do início de novembro de 2023, a polícia marítima, juntamente ao delegado do IMP, abordou o bote de um dos guias turísticos que atuavam na praia do Mangue. Voltando para a praia com um pequeno grupo de turistas estrangeiros depois de um giro de bote pela baía, o guia encontrou o grupo de agentes estatais junto à área das pescas e, antes mesmo que seu barco tocasse na areia, recebeu voz de prisão.

Sem nem mesmo conseguir receber pelo passeio que acabara de proporcionar ao grupo de turistas, o guia – um sujeito simpático com quem cruzei diversas vezes ao longo do campo – acabou levado para a delegacia, onde passou a noite no cárcere, além de ter recebido uma multa administrativa no valor de 50 mil escudos (500 euros).

A notícia da prisão correu como um rastilho de pólvora pela área das pescas. Todos passaram a comentar sobre a nova proibição, enfatizando o autoritarismo e a injustiça daquela abordagem, que, somada com as outras que já estavam ocorrendo na praia, começaram a ultrapassar um limite que a comunidade pesqueira não me pareceu disposta a suportar.

Foi a partir do episódio dessa prisão que a grande maioria da comunidade pesqueira passou a apoiar, de maneira irrestrita, o direito dos pescadores de exercerem a atividade de turismo. Em última instância, isso significou um apoio importante à movimentação feita por Nelito e outro guia turístico com atuação na praia.

[136] A migração da pesca artesanal para as atividades turísticas tem sido uma constante por toda a extensão do arquipélago. Ribeira da Barca, na ilha de Santiago e a comunidade de São Pedro, na ilha de São Vicente, são apenas dois dos mais notórios exemplos nos quais essa migração já é muito conhecida. Durante o trabalho de campo que realizei na comunidade de Porto Inglês, na ilha do Maio, a presença dos turistas estrangeiros nas áreas tradicionais de pesca era uma das questões sobre as quais os pescadores artesanais mais tinham queixas (Silva, 2018b).

Imediatamente à prisão ocorrida na praia, Né começou uma verdadeira campanha a partir de suas redes sociais para denunciar a proibição da sua atividade. Enquanto postava fotos de seus clientes de várias partes do mundo exibindo peixes como troféus, informava em uma legenda, escrita em cima de uma tarja preta, que, a partir daquele momento, o governo de Cabo Verde estava proibindo seu "ganha pão" na praia do Mangue.

Né e um de seus colegas organizaram um abaixo-assinado que teve ampla adesão da comunidade. Também começaram a receber mensagens de solidariedade de vários de seus contatos nas redes sociais, contactaram a imprensa local e começaram a falar em fazer uma manifestação pública para demonstrarem seu descontentamento.

Depois de praticamente um ano de contato frequente com Né, nunca o tinha visto tão nervoso, inquieto e obcecado por algo. Né poderia tranquilamente realizar a pesca sozinho para amparar sua situação financeira, pois é um excelente pescador e conseguiria se sustentar facilmente com o peixe que apanha.

Comecei a perceber, porém, que a questão era outra. Ele estava sendo atingido onde mais lhe doía. Depois de oito anos envolvido na atividade, Né havia construído um nome na região, uma carteira de clientes, tinha uma atividade que amava fazer e que colocou de pé sem qualquer ajuda do governo.

Ao contrário, o estado derrubou seu quiosque com a promessa de restituí-lo e, até aquele momento, só haviam conseguido concretar a areia da praia para a realização de uma obra que o revoltava, em função de seu engajamento ecológico com a região. Depois disso, proibiam-no de trabalhar, e não havia o que o delegado dissesse a ele que o convencesse de que aquilo era uma situação justa ou razoável: "Há tanta coisa errada nesse Cabo Verde e 'eles' vêm mexer logo comigo, que nunca pedi nada pra eles?"

Com a confusão crescendo, numa tentativa de ao menos compreender o que estava ocorrendo em termos legais, resolvi procurar o delegado para uma entrevista. Assim que chegou em Tarrafal, eu já o havia buscado para conversar e tinha sido recebido de maneira muito cordial. Tendo ele estudado no Brasil, falamos sobre minha pesquisa e acabei descobrindo que tínhamos um conhecido em comum na cidade da Praia.

Na segunda vez que o procurei, porém, já em meio a toda aquela confusão, assim que perguntei o que estava acontecendo, o delegado demonstrou certa irritação. Disse que a prisão na praia não tinha ocorrido sem aviso, pois já havia comunicado sua decisão de proibição da atividade há algum tempo e, naquele dia, o guia que fora preso já estava avisado daquela possibilidade, além de tê-lo desacatado.

Virou a tela de seu computador em minha direção, abriu um arquivo e me mostrou um ofício que estava redigindo para encaminhar aos seus superiores sobre a situação, como também sobre a necessidade de pensarem uma estratégia para regularizarem a atividade de turismo de bote de pesca em Tarrafal – já que, do jeito que estava, colocava a vida dos turistas em risco e, portanto, não poderia continuar.

No corpo do documento que me mostrava, indicou a legislação que amparava sua autoridade, enfatizou que a praia tinha lei e que esta seria respeitada. Mas também me expôs alguns tópicos que estava encaminhando para seus superiores afim de tentar resolver o conflito que se alastrava.

Entre as sugestões que havia elaborado, estavam a exigência de que os pescadores deveriam, a partir daquele momento: decidir qual atividade realizar, se pesca ou passeios com turistas, já que legalmente as duas atividades eram incompatíveis; que os botes envolvidos na atividade turística deveriam ser pintados de uma mesma cor, "como são os táxis", para serem facilmente identificados entre os demais; e que o instituto deveria licenciar um número limitado de botes para a atividade, restringindo-se àqueles capazes de demonstrar que estavam preparados para exercê-la. Acrescentou, ainda, finalizando a conversa de maneira pouco cordata, que dali a algumas semanas todo o *staff* do Ministério do Mar estaria em Tarrafal e que a questão seria discutida com eles.

Enquanto Nelito se mobilizava junto aos pescadores; acabei descobrindo, com essa segunda ida ao delegado, que dali a algumas semanas o Ministério do Mar iria realizar – pela primeira vez fora da ilha de São Vicente, onde tem sua sede – uma série de eventos no âmbito da Ocean Week.

Realizada pelo governo central há alguns anos, essa semana anual de eventos reúne atores ligados ao que o governo denomina de "economia azul", para palestras e *workshops* e, pela primeira vez em sua história, teria parte de sua edição realizada na ilha de Santiago, justamente em Tarrafal[137].

Assim que a notícia do evento começou a circular de maneira mais consistente pela Vila, em meio ao ambiente conturbado gerado pelas ações do delegado do IMP, Nelito e seus companheiros, que já circulavam na área das pescas com um abaixo-assinado com várias adesões, começaram a articular uma manifestação na solenidade de abertura, que teria a participação do ministro do Mar, Abraão Vicente.

[137] Disponível em: https://www.balai.cv/noticias/economia/sao-vicente-cabo-verde-ocean-week-acontece-de-12-a-17-de-novembro-e-incidira-na-mudanca-de-mentalidades/. Acesso em: 18 abr. 2024.

Dentro do evento, estavam previstas *blue talks*, espaços para a apresentação de projetos locais "bem-sucedidos" no âmbito da "economia azul", alguns workshops e uma solenidade de abertura com a participação do ministro, de representantes da FAO, da cúpula do IMP e da Câmara Municipal. Ao final desses eventos que ocorreriam na sede da delegação do IMP, estava prevista uma corrida de botes na praia do Mangue.

Figura 78 – Cartaz do evento da Ocean Week realizado em Tarrafal



Fonte: https://caboverdeoceanweek.cv/programacao-2024/

Desde que anunciaram a programação, circulou a informação de que nenhum pescador participaria nem da prova de natação e nem da corrida de botes na praia do Mangue. Também começou a se armar uma verdadeira tempestade, que, se continuasse a seguir naquela direção, atingiria em cheio a abertura da Ocean Week, que teria a presença consistente da mídia local.

À medida que o evento foi se aproximando, Nelito, que estava proibido de trabalhar, passou a circular pelas ruas da Vila com dois turistas franceses, seus clientes há anos, que tinham ido a Cabo Verde exclusivamente para pescar e que estavam dispostos a falar com as autoridades em defesa da atividade.

Uma primeira situação que comprometeu a participação dos pescadores na abertura da Ocean Week foi o fato de ela ter sido marcada para acontecer em um prédio público, longe da área das pescas, e cercada de um formalismo exacerbado tão peculiar

da institucionalidade cabo-verdiana, o que claramente começou a inibir a disposição de alguns de comparecer.

Na véspera do evento, Né estava bastante hesitante e preocupado em se expor em um ambiente que lhe parecia muito hostil, porém, estava decidido a continuar sua empreitada, pois, caso contrário, em breve, entraria em dificuldades financeiras. Foi aí que acabei oferecendo-lhe a minha ajuda.

Chegamos à conclusão, depois de um longo diálogo, que, se ele fosse participar, deveria tomar cuidado para não se tornar a "cara" do movimento. Preocupação que veio a calhar porque, naquela altura, nós ainda não sabíamos que os representantes do Ministério – que haviam chegado no dia anterior em Tarrafal – tinham procurado alguns pescadores que estavam bem mobilizadas para dissuadi-los de participar da abertura do evento, mediante a promessa de que a questão dos passeios com turistas já estava resolvida.

Foi nesse contexto que Nelito e eu sentamos à mesa, em minha casa, e eu o pedi que me falasse, em linhas gerais, o que ele achava da situação, que o ajudaria a redigir um documento para ser lido, no dia seguinte, na abertura da Ocean Week. Foi dessa interlocução que surgiu a carta que segue reproduzida na íntegra:

> Bom dia a todos
> Meu nome é Nelito Tavares, sou surfista desde 1997, nadador profissional, salva vidas desde 2005 e pescador artesanal. Estou aqui representando meus colegas e gostaria de pedir licença para dizer algumas palavras.
> Nós não estamos aqui para questionar a aplicação da lei. Nós sabemos das recentes mudanças do código marítimo e também estamos preocupados com a segurança dos nossos clientes.
> O problema é que de repente ficamos sem o nosso ganha pão. Já fazemos esta atividade aqui no Tarrafal há dez 10 anos e temos clientes de várias partes do mundo. Nós também ajudamos Tarrafal. Quando um cliente vem pra pescar no bote tradicional, ele fica no hotel, ele come em restaurantes ele vai nas nossas praias de mar.
> Já existem agências de turismo que vendem excursão de pesca tradicional aqui no Tarrafal. E também sabemos que esta atividade é praticada na Ribeira da Barca, Porto Mosquito e em outras ilhas do país, como São Vicente, Maio, Boa Vista, Sal e São Nicolau.
> Quando o turista vem e procura a gente, ele está procurando uma experiência diferente. Quando ele vem pra Tarrafal nós vendemos pra ele a experiência de pescar no bote tradicional. Quando o turista vem aqui, ele quer fazer algo diferente do que ele faz na Europa.
> Aqui no Tarrafal, o turismo é sazonal. Não temos condições de abrir mão da pesca artesanal para fazer esta atividade.
> Nos últimos meses, a gente viu várias situações que causaram preocupação.
> Muitos turistas chegaram aqui e não puderam pescar. Aconteceram prisões na praia de mar na frente dos turistas. Prisões que aconteceram porque as pessoas estavam jogando vôlei na praia, ouvindo música ou voltando com turistas do mar. Não estamos aqui para desafiar a lei. Estamos aqui para defender o nosso

> pão de cada dia. E pedimos às autoridades presentes que nos ajudem a resolver estes problemas. A praia é de todos e também queremos ajudar Tarrafal.

O evento começou tenso. Muitos carros de luxo parados na porta do edifício, participação da imprensa, chegada do ministro e de sua comitiva e presença ostensiva da Polícia Militar. Nelito chegou cerca de meia hora depois do início do evento, após a minha chegada e a de um dos turistas franceses, que fez questão de comparecer para demonstrar sua solidariedade.

A primeira mesa do evento se iniciou com uma coincidência. Junto aos representantes da FAO, estava Anastácio, um pescador de Porto Inglês, da ilha do Maio, de quem eu fiquei muito próximo ao longo do trabalho de campo que realizei na localidade em 2017.

Além de ter sido um colaborador incansável daquela temporada de campo, Anastácio também colaborou com o documentário que realizei na ilha, junto a uma produtora de filmes brasileira[138].

Famoso por sua atuação política junto às associações da sua ilha, Anastácio também é um pescador bastante conhecido por ter se perdido no mar, por ter passado quase três meses à deriva no Atlântico e ter sido resgatado à beira da morte no mar territorial da Argentina. Após seu retorno ao Maio, Anastácio teve seu barco revirado por uma onda na praia de Ponta-Preta. Com o naufrágio, ele conseguiu nadar até à praia, mas perdeu seu filho, que o acompanhava naquela expedição de pesca.

Além de Anastácio, que compunha a comitiva dos representantes da FAO, estavam ali um representante da União Europeia que falaria em defesa do acordo internacional de pesca, o ministro do Mar, o presidente-diretor do IMP, o delegado do IMP (que gerou toda aquela confusão) e uma plateia de cerca de 50 pessoas, entre as quais estava somente Nelito, representando os pescadores artesanais.

Após as apresentações iniciais e as falas de boas-vindas do ministro e do vereador da Câmara representando Maika (que não compareceu), a palavra foi passada à FAO, ao representante da União Europeia e, no momento em que ia falar um palestrante que estava on-line, cuja conexão falhou, o diretor do IMP aproveitou a ocasião para dizer algumas palavras:

---

[138] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xQv6MlEg4_I&t=271s&ab_channel=PrimataFilmes. Acesso em: 4 de jul. 2024.

> Eu queria aproveitar para falar rapidamente sobre esse problema que está acontecendo aqui em Tarrafal com os botes de pesca tradicional e queria reforçar que a situação do jeito que está realmente não pode continuar. Eu sei que a atividade se tornou um ganha-pão, mas a morte como é que fica? Entre o ganhar o pão com sustentabilidade e ter uma notícia de morte em Cabo Verde, deixamos de ter crédito, deixamos de ter operadores turísticos que agora operam aqui e em vários outros municípios, os turistas devem vir com a certeza de regressar, ninguém quer aventurar-se nessa atividade.

Depois dessa rápida intervenção que trouxe o assunto à tona, da última fileira de cadeiras onde se encontrava sentado, Nelito pediu a palavra, recebeu o microfone e, um pouco hesitante, leu a carta que havíamos redigido no dia anterior para os presentes. Após a leitura, o constrangimento foi geral. Quase imediatamente, o ministro pegou o microfone e anunciou que resolveria a questão e acrescentou não saber que a situação tinha chegado até aquele ponto, dando claramente a entender que o delegado do IMP havia passado dos limites na condução daquele caso.

Nesse momento, foi possível perceber o incômodo do delegado com a fala do ministro. Mas a questão hierárquica prevaleceu, e ele acabou escutando em silêncio a reprimenda pública do seu superior, que tampouco me convenceu de que aquele circo todo teria sido montado sem o seu conhecimento[139].

Tentando dar um basta na situação, o ministro garantiu que, a partir daquele momento, os pescadores poderiam voltar às suas atividades. Ficou decidido que o delegado, junto à Câmara, providenciaria um cadastro de interessados e que, a partir daí, seriam estabelecidos os critérios de concessão das licenças para a atividade com os turistas.

Mais tarde, na corrida de botes, dos mais de 100 barcos da praia, somente quatro participaram. Ao final do trajeto, já na linha de chegada, um dos pescadores que estava no remo de uma das embarcações passou mal, desmaiou e uma ambulância precisou ser chamada.

Foi ali, também, no meio dos pescadores, que o ministro foi abordado com mais ênfase sobre a contenda. Havia ali algumas pessoas que não haviam comparecido ao evento de abertura da Ocean Week, mas que, tão logo viram o ministro na praia,

[139] Abrão Vicente é um político ambicioso do MpD que já havia anunciado que deixaria o Ministério do Mar para concorrer ao cobiçado cargo de presidente da Câmara da capital do país que, naquele momento, estava sob o comando do PAICV. Em função de haver grandes empreendimentos turísticos previstos para Tarrafal que contaram com o apoio irrestrito dos políticos do MpD para se consolidarem, em muitas ocasiões, fiquei com a impressão de que a vitória de Maika acabou por nacionalizar as disputas políticas do concelho. À medida que Maika buscou transformar Tarrafal em uma vitrine do seu partido a partir da contraposição de sua administração ao período de 28 anos de governança do MpD, esse último também tratou de fazer presente no concelho por meio do governo federal.

cercaram-o com muitas reclamações sobre as posturas dos agentes do estado recentemente adotadas.

Em meio a esse cerco, um dos pescadores que faz passeios com turistas, em uma atitude provocativa e na presença de uma série de autoridades e da imprensa local, colocou dois amigos estrangeiros em seu bote e saiu em direção à baía, gesto que foi seguido pelos apitos reiterados dos agentes da política marítima que acompanhavam o evento. Após ter conseguido chamar a atenção das autoridades, o pescador recuou, voltou com seu bote para a areia e correu em direção ao ministro com inúmeros questionamentos sobre a postura dos agentes públicos sob seu comando.

A pressão claramente assustou o ministro, que prometeu reiteradamente que, a partir daquele momento, a situação seria resolvida. Apesar dessas promessas, a ênfase na segurança dos turistas, a exigência de que os barcos deveriam ser pintados todos da mesma cor para diferenciá-los dos barcos de pesca e a proibição do exercício da pesca para quem tirasse essa licença de passeios, mesmo não havendo turistas, foram questões que vieram para ficar.

Sobre a segurança dos turistas, Né me afirmou em inúmeras ocasiões que "eles" estavam preocupados com os turistas, mas não com os pescadores que saem nesses mesmos botes todos os dias às pescas para distâncias cada vez maiores em função da escassez de pescado, e que se o barco é considerado seguro para eles, também deveria ser para os turistas.

Sobre a exigência de não poder mais pescar depois de se tirar a licença de passeios turísticos e sobre a questão de pintar os botes envolvidos na atividade da mesma cor, as duas demandas se chocam frontalmente com a realidade local das pescas e demonstram mais uma dimensão crucial daquilo que considero uma gestão estatal das pescarias, com desdobramentos muito práticos no processo de *racialização dos descontentes*.

A grande maioria dos pescadores não realiza atividades turísticas e, entre os que a praticam, somente Né trabalha quase que exclusivamente com a pesca desportiva. A pesca artesanal, nesse caso, é a atividade principal da maioria. Não há a menor possibilidade de se implementar uma medida de restrição da atividade, já que, como Né sempre contesta, o turismo às vezes dá, às vezes, não– nessas horas, mesmo ele sempre recorre à pesca.

Também é comum que não se pesque somente para vender o pescado. A grande maioria dos pescadores possuem peixes estocados em casa e faz parte de suas rotinas sempre voltar para casa com uma boa sacola de pescado para consumo doméstico.

Outra questão crucial dessa situação é o fato de que os pescadores envolvidos na atividade claramente se movimentam nessa direção porque são obrigados pelas circunstâncias. Não havendo peixe como antes e tendo uma vida ligada ao mar, cobrar pelos passeios com turistas tem se tornado uma necessidade.

Já a pintura dos botes da mesma cor é medida que afronta uma estética muito própria dessas embarcações, que é cultivada pelos pescadores de maneira muito esmerada. Escolher a cor do bote, fazer um desenho, escrever uma frase religiosa na popa, desenhar seus santos de devoção são marcadores importantes da relação que cada pescador estabelece com seu bote. Com isso, a obrigação de pintá-los da mesma cor não me parece ser uma medida que se consiga efetivar sem o emprego claro de métodos violentos.

Houve certo rebuliço em torno dessas questões, mas o fato de a fiscalização ter sido relaxada após o evento de abertura da Ocean Week arrefeceu os ânimos dos pescadores por cerca de dois meses, até que voltaram a circular informações de que o delegado passou a fazer reuniões periódicas com a Câmara, insistindo nos mesmos pontos anteriores. Aparentemente, agora, com o apoio dos representantes da Câmara de Maika, que passaram a defender abertamente a regulamentação da atividade, tal como sugerida pelo delegado do IMP.

Com isso, criou-se um cadastro com onze "interessados", ou com onze que conseguiram apresentar a extensa lista de documentos exigida, e se passou a cobrar desse grupo, além dos pontos anteriormente mencionados, que cada um abrisse uma empresa individual.

Após uma dessas vistórias, um dos pescadores selecionados me disse que nunca tinha visto alguém mais arrogante do que o delegado do IMP. Contou que seu barco havia passado na inspeção, mas, com a proibição de pescar, iria desistir do processo porque não podia abrir mão do peixe.

Seguidor e cumpridor de suas próprias regras, no jogo fortemente masculinizado do cotidiano da atividade, Né não teme o confronto, apesar de fazer de tudo para evitá-lo, como na ocasião em que, por descuido, um pescador que navegava na baía bateu em seu bote, causando sérios danos na parte lateral da sua embarcação. Ele não discutiu, não cobrou; depois me disse que o rapaz estava com muitos outros problemas, estava devendo

várias pessoas, estava perdido na bebida e que não o incomodaria, apesar do prejuízo significativo com que teve que arcar[140].

Com isso, como um bom marinheiro que precisa estar sempre pronto para enfrentar adversidades, quando a atividade do turismo começou a tomar conta da praia do Mangue, Né já estava ali, preparado para receber os turistas, com todos os equipamentos de segurança comprados, com uma considerável carteira de clientes e com uma empresa individual aberta por meio da qual recolhe previdência e mantém tudo muito organizado.

Apesar, contudo, de ser alguém cuja trajetória destoa bastante dos estereótipos que são atrelados à categoria estatal de pescador artesanal, o que Né encontra pela frente são sólidos obstáculos que o reconectam ao tratamento que os demais pescadores artesanais costumam receber do estado.

Há anos, Nelito busca avançar com seu pequeno negócio de pesca desportiva e mesmo sendo quem ele é – alguém prevenido, com reservas financeiras, tendo já comprado a maioria dos equipamentos necessários, uma pessoa que não faz uso de álcool, possui uma vida pessoal zelosamente organizada –, como qualquer outro pescador, não consegue o crédito que almeja.

Finalista de um conhecido programa do governo central da Praia denominado de Pró-empresa, com um projeto muito bem estruturado para a compra de um barco maior para ampliar suas atividades com o turismo, ele foi inúmeras vezes ao banco com uma pasta de documentos na mão e não conseguiu levantar os recursos do programa.

Exigindo uma alta contrapartida dos vencedores, o programa beneficiava quem já possuía crédito, situação que, depois de muitas idas e vindas, fez Né desistir de seu projeto, mas não sem aumentar significativamente o tom de suas críticas à gestão estatal das pescarias. Com isso, mais uma vez, alinhou-se aos discursos dos demais pescadores em relação ao tratamento que recebem do estado.

Né sempre ressalta, no tocante ao Pró-empresa, que o único a conseguir receber alguma coisa foi o consultor, que é um conhecido professor da Universidade de Cabo

[140] Nessa ocasião, Nelito aproveitou o acontecimento para retirar seu barco do mar e, levando-o para Chão Bom, em uma oficina que possui em um cômodo que pertence ao seu tio que mora na França, fez uma grande reforma em seu bote. Depois de ter resgatado do mar as placas de fibra de um iate que naufragou na região de Tarrafal, com a ajuda de um carpinteiro naval, Né mudou completamente a estrutura do seu barco, aumentando-o cerca de um metro e trocando todo o seu fundo de madeira pelas placas de fibra. Nessa reforma, Né investiu cerca de 200 mil escudos (cerca de 2000 mil euros) na remodelação do seu barco que, segundo ele, passou a ter melhores condições de navegabilidade e de durabilidade.

Verde, e que foi contratado na fase inicial do programa para elaborar o projeto que nunca se efetivou.

Nesse sentido, a *racialização dos descontentes* reflete-se na vida cotidiana, operando diferentes formas de exclusão e contribuindo para isolar os praticantes da pesca na condição de eternos tutelados pela ação pontual e interessada dos agentes do estado.

9.1 O aprofundamento dos conflitos no território das pescas de Tarrafal e sua conformação com um terreno de disputas

O caso da proibição dos passeios de bote com turistas me ensinou muito sobre a personalidade de Nelito e sobre a comunidade pesqueira da qual ele faz parte, mas também explicitou aspectos estruturais de uma cultura de gestão das pescarias que se habituou a não levar em conta princípios elementares da organização social das comunidades pesqueiras.

Um desses elementos é certamente o alto grau de solidariedade que une os pescadores em momentos de crise, o que ocorre tanto no mar, onde os companheiros de pesca são o resguardo mais importante contra o imprevisto, como na terra, onde é possível perceber que esses atores têm uma forte tendência em apoiar e agregar aqueles que se encontram em dificuldades. Isso ocorre com os ajudantes da pesca, mas também ocorreu com Né que encontrou forte apoio quando precisou defender seu "ganha-pão", apesar de seus embates recorrentes com alguma parte dos demais pescadores.

Sobre as ações do estado, em si, surpreendeu-me o grau de violência com que a questão fora tratada, a falta de um diálogo viável com os pescadores, os critérios absurdos de seleção dos participantes, as tentativas de separação dos selecionados da comunidade pesqueira e a preocupação excessiva com a segurança dos turistas, em detrimento de uma comunidade pesqueira que enfrenta inúmeros problemas em seu cotidiano.

Ações que se somaram às demais intervenções que vêm ocorrendo na praia, que, ao meu ver, contribuem para confinar os agentes da pesca em espaços cada vez mais restritos de atuação. Parece-me óbvio que esse quadro esteja sendo amplamente percebido pelos pescadores, e a situação se agrava à medida que se passa a confrontar a proatividade dos agentes estatais em relação a certas questões, com a sua inércia completa em relação às práticas predatórias da pesca industrial nacional e estrangeira, que atuam, sem constrangimentos, nos mares do arquipélago.

Para além do conflito aberto surgido em torno dos passeios de botes, eu acrescentaria que as ações dos agentes do estado na praia de Tarrafal podem ser lidas como um conjunto de medidas voltadas para uma espécie de ocidentalização dessa praia, de um lado, e de "orientalização" dos pescadores, de outro (Said, 1990).

Isso porque se tratam de ações muito claras de disciplinamento que buscam impor limites cada vez mais rígidos à atuação daqueles que historicamente ocuparam toda a extensão dessa praia e, mesmo durante o período colonial, não deixaram de marcar seu espaço como um território de liberdade laboriosamente construído em torno da atividade pesqueira.

Com isso, creio ser preciso salientar que, levando em conta os vínculos profundos da comunidade pesqueira com esse espaço, o conjunto dessas ações e omissões estatais aponta para o aprofundamento do quadro de *racialização dos descontentes*, primeiro em benefício da pesca industrial nacional e estrangeira de pescado e, depois, em benefício do público que paulatinamente toma essa antiga praia de pescadores.

Na prática, as demarcações físicas que corresponderam a um esquadrinhamento muito meticuloso de toda a orla dessa praia e a destinação desses espaços a empreendimentos turísticos exigem comportamentos supostamente mais adequados à presença dos estrangeiros, que vão sendo impostos a partir do acionamento de tropos narrativos sobre os pescadores que possuem ampla aderência na sociedade mais ampla.

Diante desse cenário, em inúmeras ocasiões nas quais acompanhava os pescadores da praia do Mangue, perguntei-me e passei a perguntar aos meus interlocutores de pesquisa sobre a situação da associação dos pescadores de Tarrafal e sobre a diferença que poderia fazer no campo de suas disputas, a existência de uma representação política local do universo pesqueiro.

No caso específico das áreas de pesca artesanal, como já assinalei em momento anterior, autores como Maldonado (1986) chamam a atenção para o fato de que, durante muito tempo, a pesquisa acadêmica forçou a ideia de que a organização competitiva do trabalho pesqueiro acentuaria posturas individualistas que impediriam o florescimento de organizações de representação política dos pescadores.

À medida que o cuidado com o estudo dessa questão foi avançando, o quadro generalizado de descrença para com essas instituições costuma ter relação mais direta com sua apropriação para fins políticos e por agentes externos à pesca, do que por qualquer predisposição estrutural ao individualismo, inerente a essa atividade. Isso porque, onde se estruturaram a partir da iniciativa dos pescadores, essas associações

floresceram e se tornaram instrumentos importantes da mobilização política das comunidades pesqueiras (Maldonado, 1986).

Esse não foi um assunto exatamente novo para mim, porque acompanhei e ainda acompanho a situação da associação de pescadores da ilha do Maio, onde fiz campo em 2017. De fato, há muitas reclamações sobre interferências políticas no presente e um longo histórico de denúncias envolvendo antigos presidentes que teriam enganado os pescadores, principalmente por meio do desvio dos fundos das associações e de equipamentos de pesca.

Tarrafal não é a exceção dessa regra. Um quadro tão consistente de reclamações sobre o funcionamento dessas associações parece contribuir por espalhar desconfiança com esse tipo de organização social, o que acaba por deixar o caminho livre à expansão de estratégias de gestão dos descontentes.

> Sim, aquilo lá é que deixa pescador sem confiança, pescador perdeu confiança até mesmo nos companheiros de pesca. Tinha uma associação que funcionava bem, com todo apoio e também tinha pessoas que usavam pescador, tinha muito apoio que vinha pra pescador, por isso que algumas pessoas entraram na associação de pescadores, só pra tirar proveito. Mas agora tudo aquilo acabou. Eu penso, mais tarde, criar uma associação, aquilo lá que é plano. Quatro anos atrás eu fiz um abaixo assinado e comecei a tomar nome de todos os pescadores, comecei aquele processo, mas muitos pescadores falaram que não, que aquilo lá tem muito problema e acabei que desisti. Bom, se conseguir… eu gostaria que tivesse uma associação (Entrevista com pescador artesanal de Tarrafal de Santiago).

O fato de ter havido o Primeiro Encontro Nacional em 1985, para nunca mais ter ocorrido outro evento dessa natureza, parece-me um sintoma muito claro da mudança de conjuntura social e política pelo qual passou o arquipélago nas últimas décadas. Isso porque certamente não foi por falta de capacidade técnica ou de recursos financeiros que a gestão estatal das pescas desistiu de apoiar o fortalecimento da organização coletiva das dezenas de comunidades pesqueiras espalhadas por toda a extensão do arquipélago, terceirizando essa tarefa para programas pontuais de cooperação internacional, que se encontram estruturados para evitar as questões políticas mais sensíveis que atravessam o cotidiano dessas comunidades.

A julgar pela forte presença do fenômeno artesanal pesqueiro por todo o arquipélago e, principalmente, por sua consistente penetração nas camadas populares do país, talvez, de fato, não seja a opção mais racional contribuir para fortalecer sua organização política, quando a perspectiva macroeconômica adotada pelo estado é a

manutenção da exploração do pescado por meio de sua venda a preços exorbitantemente baixos para países estrangeiros (Fisheries Transparency Initiative, 2024).

Devido à sua importância no conjunto de comunidades pesqueiras do arquipélago (senão a maior, certamente uma das maiores do país), a situação da associação dos pescadores de Tarrafal me pareceu um caso paradigmático desse quadro mais amplo de desarticulação das organizações sociais dos pescadores e de como essa situação beneficia os avanços sucessivos dos "privados", com fortes ligações com o estado, em direção aos territórios da pesca.

Sempre que toquei no assunto da associação de pescadores com Nelito, tive respostas muito claras, objetivas e contundentes de que esse não era um assunto sobre o qual ele se sentia confortável em falar. Com uma personalidade muito forte, com uma vida extremamente organizada, mas com um senso de coletividade muito aguçado, o histórico de fracassos da associação é algo que lhe parece uma situação sensivelmente danosa para o conjunto dos pescadores.

> Sim, pescador é aquela classe, aquele setor primário menos respeitado em Cabo Verde. Pescador, pra ser valorizado, todo pescador tem que juntar. Ok, nós que somos pescadores, nós que pegamos peixe, nós queremos vender nós mesmos, não queremos que outras pessoas vendam nosso peixe. Talvez só assim, pescador pode ter mais respeito. Quando venho com meu peixe e sou eu que vende, tem mais respeito, por exemplo, eu, por exemplo, quando eu venho com meu peixe eu que vendo. Pescador quando vem com seu peixe é outra pessoa que toma seu peixe, então uma pessoa toma o peixe por 200 escudos e vende a 600 escudos, imagina, aquela coisa lá… e também pescador… quando tem união tem mais força e, também, governo, eles veem em pescador só na hora que eles têm um plano pra pescador, eles vêm, fazem aquele plano e depois vai. Mesmo governo, Câmara, pescador tem que ser mais valorizado. Pescador faz um trabalho enorme, um trabalho que não tem comparação. É só um pescador que pode pegar um peixe no mar e vim com ele, não é um pedreiro, um polícia, um deputado, um advogado…então pescador tem que ter mais valor, por isso, só ele que pode pegar uma lagosta, um polvo, pra isso pescador tem que juntar, tem que juntar pra ter mais respeito pra pescador.

Por meio das conversas com Nelito, descobri que a associação se encontrava completamente inoperante, cheia de dívidas e que o titular da presidência era alguém que trabalhava em uma empresa de energia elétrica, nunca foi pescador e teve sua liderança contestada quando da reforma da Casa dos Pescadores.

Como já observado anteriormente, assim como ocorreu na ilha do Maio com os projetos de cooperação alemão e italiano das décadas de 1970 e 1980, com o projeto Papasa na ilha de Santo Antão na década de 1980, com o Fopesca na ilha do Fogo e da

Brava na década de 1990, o passado da associação de pescadores de Tarrafal encontra-se estritamente associado com projetos pontuais financiados por agentes estrangeiros.

No momento em que uma comunidade de pesca é escolhida para a aplicação de recursos dessa natureza, esses acabam fomentando a recomposição das associações, que, atreladas a protocolos muito rígidos de aplicação desses recursos, avançam muito pouco no incentivo à auto-organização dos pescadores.

No geral, isso parece ocorrer porque os cooperantes buscam, a todo custo, evitar questões "políticas", pois, parte-se de uma lógica de que se deve preservar uma atitude pretensamente desinteressada em relação a temas estruturais do cotidiano (Barros; Nicaise, 2014).

Na prática, tal quadro burla a realidade social dos pescadores, em parceria com os gestores locais da atividade. Isso permite, por exemplo, que cooperações internacionais, como a espanhola, desenvolvam projetos de pesca sustentável junto aos pescadores, ao mesmo tempo em que os barcos espanhóis da pesca industrial possuam um histórico de pesca ilegal no arquipélago[141].

Com base nessa lógica, leio esses projetos pontuais de intervenção que substituíram estruturas como a antiga Scapa, como peças da engrenagem da gestão estatal das pescarias, que mobilizam os "parceiros" estrangeiros como forma de tentar compensar os efeitos devastadores de uma administração acentuadamente especulativa dos mares do país.

Seguindo o caminho indicado por Né, conheci algumas pessoas que presidiram a associação dos pescadores de Tarrafal no passado e que acabaram sendo essenciais para que eu pudesse compreender melhor a trajetória da entidade e, consequentemente, mais camadas do processo de *racialização dos descontentes*.

Antes, porém, de avançar com esse tema, preciso esclarecer que minha intenção, aqui, não é tomar partido de A ou B sobre as acusações de roubo dos fundos da associação, tampouco utilizar o espaço dessa etnografia para sugerir que qualquer um de meus interlocutores tenha praticado alguma ilegalidade.

Preciso tratar desse tema porque ele diz respeito a aspectos sensíveis da gestão estatal das pescas e da *racialização dos descontentes*, porém, não posso correr o risco de não deixar muito bem delimitado que a situação da associação de Tarrafal seja a regra para o arquipélago.

---

[141] Disponível em: https://www.panapress.com/Cabo-Verde-pretende-proteger-tub-a_869064-lang4-free_news.html. Acessado em: 4 jul. 2024.

Dito isso, para mim, ao longo do trabalho de campo em Tarrafal de Santiago, ficou claro uma descrença generalizada entre os pescadores com a associação, com acusações contra alguns dos antigos presidentes e denúncias consistentes de intervenções político-partidárias em seu funcionamento.

> Eu fui presidente da associação de pescadores. A associação não está arrumada não. Fui fundador da associação aqui em Tarrafal. A Associação não melhora porque há problema de política. A Associação não é de nenhum partido, não pertence a partido, mas sempre as coisas da associação ficam atrás de partido A ou B e atrapalha os pescadores.
> Aqui tinha loja, motores, máquina de gelo, tinha tudo, eu geria tudo. Acabou porque tinha que ter outra eleição e o partido B disse "não, associação tem que fazer outra mudança", daí fizeram uma mudança e quem entrou comeu tudo. Daí entrou uns dois ou três e ficou tudo pior (Entrevista concedida em setembro de 2024 por um antigo presidente da associação).

Para além desse personagem, que é pescador e que presidiu a associação na década de 1990, acabei por me aproximar de outra pessoa que também presidiu a mesma instituição no passado. Nascido em Tarrafal de Santiago na década de 1970, Paulo Varela é um funcionário de carreira do estado que atua na delegação do Ministério da Agricultura em Tarrafal desde a década de 1990. Função pública que acumula exercendo a presidência da Rede das Organizações Sócio-profissionais de Pesca Artesanal de Cabo Verde (Ropa), entidade de representação nacional e internacional das comunidades artesanais pesqueiras do arquipélago, que possui estreita conexão com a Confederação Africana das Organizações de Pesca Artesanal (Caopa).

> Quando conheci meu pai, a primeira vez que eu o vi, eu o vi voltando do mar. A gente foi para Portugal. Ele trabalhava lá na pesca de bacalhau e quando chegamos, fomos recebidos no aeroporto, em 1975, nas vésperas da independência de Cabo Verde. Uma data que marca né, chegamos lá em julho de 1975, então o pai tinha ido à pesca e uma tia foi nos receber no aeroporto. Quando eu o vi, eu o vi de volta do mar, com a roupa que trazia… até a carapuça de pescador, tudo. Depois de 5 anos, aproximadamente, a gente voltou para Cabo Verde de vez. Ele lá, tinha um caminhão, vendia peixe aos finais de semana, nos bairros caboverdianos de Lisboa, e quando ele decidiu voltar para Cabo Verde em 1980, ele queria trazer o caminhão, mas o pagamento aqui na alfândega era muito caro. Então, em vez de levar o caminhão, ele vende o caminhão e traz uma rede grande de pesca. E trouxe algum dinheiro também, comprou aqui uma embarcação e começou a nova vida aqui na terra e eu na altura tinha 10 anos.
> Aquela rede, era uma rede de praia, portanto, se lançava e o pessoal ficava na rede a puxar e o meu trabalho era…tinha duas cordas grandes e o meu trabalho era carregar essas cordas para a praia e depois trazer para casa essas cordas, mas também tinha a tarefa de chamar os vizinhos pescadores, para irmos de madrugada, lançar a rede. Portanto, eu saia, acordava a meia noite, saia de porta em porta e chamava… eu que era o despertador. Então eu me lembro como se fosse hoje, *o que não acontece mais*, ter um bote com cinco toneladas de peixe fresco. Essa época foi muito marcante. Eu tenho um poema que acaba em um

> trecho assim: “nas minhas mãos o cardume fervia e o peixe morria”. Coisas que a gente escreve pra não deixar morrer.

Alguns anos após ter retornado de Portugal e de ter tomado parte no trabalho familiar da pesca junto com o pai e outros pescadores, Paulo deixa pela segunda vez Tarrafal, agora para estudar agronomia em Cuba, onde foi integrado em um amplo programa de formação de quadros técnicos, desenhado para atender jovens do continente africano, originários de países recém libertados da condição colonial.

Após seu regresso para Tarrafal e de seu ingresso nos quadros do Ministério da Agricultura, foi procurado por seu chefe, em meados de 2001, a fim de que propusesse um projeto para as pescas, já que não havia mais qualquer política pública específica para a atividade no concelho de Tarrafal e nem sequer um gabinete das pescas no âmbito do ministério.

Diante da sugestão de seu chefe, Paulo se reaproximou da área das pescas e, a julgar pelo seu relato, encontra o local em uma situação muito semelhante àquela encontrada pelos técnicos da Scapa nos primeiros anos da independência. Diante desse quadro, Paulo resolveu criar um gabinete da pesca na delegação do Ministério da Agricultura e, na sequência, deu início à remodelação da associação de pescadores – que se constituiu, em 2003, com uma adesão inicial de apenas 20 pescadores.

> Só existia uma parte, nós aumentamos um bocadinho a Casa dos Pescadores… só existia aquela parte que diz “mercado de peixe 1940” e lá era uma coisa terrível. A mim me doía muito, muito, muito, quando os pescadores daqui, às vezes chovia e os pescadores e peixeiras estavam ao sol e à chuva e abrigavam-se debaixo das árvores e um dia fui lá e quase chorei. E lá dentro da casa estavam senhores estrangeiros… senhores alemães, que vinha cá de turismo e aquele espaço estava alugado ou algo assim, havia uma escola de mergulho e então os senhores lá dentro a se divertir a tomarem seus copos, a comer peixe fresco e os coitados na chuva e aquilo me revoltou e logo a gente começou a trabalhar para reaver o espaço e foi lá que nós montamos a loja.

Segundo Paulo, esse impulso inicial para a criação da associação acabou gerando certa desconfiança entre os pescadores, porque “alguém tinha passado na comunidade e enganado eles, dizendo que iam trazer isso, trazer aquilo… recolheram algum dinheiro e houve quem pagou e a pessoa não correspondeu, não fez o que prometeu, então criou alguma resistência”.

A desconfiança somente foi vencida a partir do momento em que apareceu uma delegação de funcionários do governo central da Praia dizendo que o esforço de Paulo tinha vindo a calhar. Isso porque a FAO havia acabado de liberar um fundo significativo

para as pescas artesanais que, diante da reorganização da associação, poderiam ser canalizados para a comunidade pesqueira da praia do Mangue. Com isso, a associação prosperou, angariando uma quantidade muito maior de associados.

Além da retomada do espaço da Casa dos Pescadores – que, àquela altura, estava cedida a um "privado" –, os recursos da FAO possibilitaram um período de assistência à atividade artesanal pesqueira nos moldes daquilo que foi proporcionado pela Scapa nas décadas de 1970 e 1980.

> Então, mas foi interessante, porque nós criamos aquela associação e eu me lembro até do número que foram 20 associados e logo de seguida as coisas começaram a ser abençoadas né, porque logo de seguida veio uma delegação do governo para Tarrafal, visitar a comunidade, ver o que se podia fazer e daí falaram de mim na praia, disseram que havia alguém do Ministério empenhado na criação da associação e daí foram lá ter comigo e foi assim…aí me disseram que a associação tinha vindo em boa hora porque havia chegado um recurso da FAO e que eles é que estavam a gerir…então o primeiro que escolhemos para implementar aqui, foi uma loja de material de pesca. Criamos a loja e depois trouxemos 16 motores e também compramos um carro*... esse carro não está funcionando mais, porque a política aqui interfere muito, o que acaba por desmotivar as pessoas e cada sistema que vem quer derrubar o que foi feito... mas você não tem alguém preparado para retomar logo e quando este que está na frente cai, toda a iniciativa cai e é preciso mais um ciclo para repor e às vezes demora* (grifo nosso).

Não há dúvidas, portanto, de que houve um momento de relativo alívio após a compra dos motores, a recriação da loja do pescador, a reforma da sede da associação, a adesão dos pescadores à associação. O que não parece ter durado muito, porque, segundo Paulo, rapidamente a entidade passou a despertar o interesse da Câmara Municipal, a qual considerava que a associação poderia estar sendo usada para fins político-eleitorais.

Em meio às diferentes versões que circulam na área das pescas sobre o fracasso dessa etapa da associação e do consequente colapso do quadro de assistências, há uma opinião recorrente entre os diferentes atores circulantes pela área das pescas de que, em função de interferências políticas, retornou-se para a situação de abandono do período anterior.

> Um dia, eu estava em uma reunião…na primeira organização que se fez eu promovi, mas depois, no segundo mandato, assumi, porque queria dar um "up", queria dar o exemplo da gestão que eu achava que era certo. Então quando chegou no meio de uma reunião chegou um senhor. Esse senhor era fiscal municipal, fiscal assim de controlar o saneamento, não sei o que, e chega, entra e senta-se. E então eu lhe disse… "nós estamos em uma reunião da direção da associação, eu lhe pediria, por favor, que nos deixasse, nós estamos discutindo um assunto que é interno e o Sr. não faz parte da associação e, por isso, eu lhe peço que retire-se". Então, levantou para querer agredir mesmo e

> então era dessas pessoas que o sistema acaba por pagar. Depois também paga pessoas com intenção de dar a volta ao sistema, assumindo as funções que nós estávamos assumindo, mas sem nenhum tipo de conhecimento…só para poder…porque o sistema achava na altura que quem estivesse lá a trabalhar com os pescadores, era alguém que tinha influência e podia dizer…olha, vota em fulano e não em ciclano, no partido tal e não nesse…então quando aquilo mexia com quem estava no poder…eu não estava no sistema naquela altura, mas também não fazia política partidária na associação, eu fazia política associativa e então foi assim que acabamos por quebrar a dinâmica associativa aqui no Tarrafal e eu lhe digo com sinceridade. Até hoje, desde 2010 quando eu saí, já vamos com uma década, não conseguimos recuperar a dinâmica que nós tínhamos na altura.

Outros tantos pescadores foram unânimes em relatar o assédio dos políticos locais junto à comunidade pesqueira nos meses que antecedem eleições, sejam elas municipais ou federais.

> Essa pesca ali é dividida. Tem pescadores do PAICV e do MpD e quando chega a eleição, se a Câmara é de um ou de outro, quem ganha motor é quem apoia o partido que está no poder. Por isso que eu não aceito nada, por isso que tudo que eu tenho foi eu que consegui sem ajuda nenhuma de governo, porque governo quer só ganhar o deles e não se preocupa com o que está acontecendo ali na pesca (Entrevista com um pescador artesanal de Tarrafal).

O grande número de famílias que circulam na área das pescas, somado à influência dos mestres de pesca em seus bairros e mesmo entre os demais atores que compõem o movimento intenso do cotidiano, leva essas zonas a serem espaços periódicos de ação política na busca por obtenção de apoio nos pleitos eleitorais do país.

De maneira geral, o período eleitoral é associado com a distribuição de motores, fibragem e doação de botes, distribuição de caixas térmicas para conservas de pescado, o que, de fato, provoca a cooptação de alguns, mas também desperta a ira de uma quantidade significativa de pescadores.

Em paralelo às suas atividades como funcionário público, depois de deixar a Associação de Pescadores do Tarrafal, Paulo se tornou presidente da Ropa, instituição que representa as comunidades pesqueiras em nível nacional e internacional, o que o habilitou a atuar junto a fóruns da Caopa em diferentes países do continente africano[142].

Apesar de representar os pescadores artesanais em espaços institucionais importantes, Paulo tem uma postura ambígua sobre os acordos internacionais de pesca industrial que Cabo Verde realiza com países estrangeiros, pois, ao mesmo tempo que os

[142] Disponível em: https://www.anacao.cv/noticia/2021/11/21/ropa-no-forum-mundial-sobre-a-pesca-artesanal/. Acesso em: 3 maio 2024.

defende como alternativa econômica para o país, não deixa de reconhecer, de maneira contundente, a extensão de seus efeitos.

> Eu nunca sou contra o acordo de pesca, é a pesca, é o mar, é o que nós temos e nós também, nós recebemos muito da União Europeia, muita ajuda em todos as áreas e setores e se é isso é o que nós temos pra dar eu não sou contra, mas eu sou a favor que isso deve ser bem feito e a cada acordo, corrigir os erros cometidos. Eu reparo que, devemos, se calhar, reforçar a nossa fiscalização, também criar as condições para que os nossos pescadores pratiquem a atividade industrial. Não diria a mesmo nível, mas que se aproxima do nível dos pescadores europeus. E se calhar esses são os ajustes que se deve fazer, sobretudo, o reforço de fiscalização e saber exatamente que tipo de pescado os europeus apanham e como apanham, porque uma mão lava a outra né.
>
> Há trinta anos, o que Cabo Verde disse que queria da pesca artesanal? E agora vamos ver o que aconteceu no meio desse trajeto todo, porque pra mim nós fomos avançando. No início havia ajuda internacional, o Japão oferecia muito com projetos, o Japão, sobretudo, mas a Espanha também, dava muita ajuda com motores, com material de pesca, o INDP era cheio de material, mas depois também o país criou uma pequena frota nacional. Eu lembro de embarcações como Mordeira, Salamansa, Pedra Badejo, que eram embarcações industriais que pescavam para a indústria nacional o nosso atum e havia a produção de merva e esse evoluir a partir de um certo momento passou a decrescer, até que fomos parar nos acordos de pesca como alternativa para nossa economia e manter o contributo da pesca na economia nacional. O que fizemos ali? Retiramos o caboverdiano da produção pesqueira industrial e entramos em um ciclo vicioso que estamos tão confortáveis e não queremos sair, mas se continuarmos assim a pesca artesanal desaparece porque esta afronta que nós vemos aqui, chega em um ponto que não há peixe aqui dentro para a pesca artesanal. Então a pesca artesanal desaparece, acaba e quando acabar a pesca artesanal, o ocidente está a nos empurrar para esse precipício e o que eles já nos estão a aconselhar? A aquacultura. Com isso vamos cobrir os nossos corais, vamos matar a nossa biodiversidade, vamos acabar com o nosso verde marinho, o fitoplâncton e vai acontecer como na China (Entrevista com Paulo Varela realizada em Tarrafal de Santiago).

É também sobre outros aspectos da organização social pesqueira que Paulo Varela deixa transparecer uma certa ambiguidade que, do meu modo de ver, reflete muito mais os princípios que organizam a gestão estatal das pescas do arquipélago, do que a posição isolada de um agente que atua há muitos anos na representação política dos pescadores artesanais de seu país.

> Vendemos coisas, as pessoas foram pagando e aquele dinheiro foi ficando no banco e quando eu fui lá na associação eu encontrei esse dinheiro e deu para mexer, mas sei que quando eu saí, eu deixei cerca de 300 mil em dinheiro, deixei mais 250 mil para levantar com um outro financiador e a loja estava completamente abastecida, mas a comunidade devia 1000 contos para a associação, então pela confiança, o pescador peca muito. Você raramente confia um crédito a um pescador para ele pagar sem problemas. O pescador é tido como não pagador e eu te mostro estudos dos bancos de Cabo Verde sobre isso. Agora, tem uma coisa que acho que somos injustos com os pescadores. Nós dizemos que um pescador é alguém que não dá nada pra ninguém, pão

> duro. Mas repara, o Sr. é funcionário público, no fim do mês tem o seu salário, você vai lá ao banco, fim do mês, com seu cartão, seu cheque, mete no bolso, vai para sua casa, com sua família, faz a gestão da sua renda. Então nós não podemos esperar que se chegue na praia e que o pescador queira dividir o peixe. Olha, o pescador é um animal sem maldade, uma coisa nobre, ele convive com a natureza, ele não conhece a maldade que nós que andamos pelo mundo conhece… ele nunca saiu daqui. Ele agora pode conhecer os seus truques para se safar e daí a gente diz que ele é malandro né… então ele faz a gestão da vida dele. A única queixa que eu tenho é que o pescador não é bom pagador, mas também isso deve ter uma causa.

Com isso, quero deixar claro que não parto da premissa de que Paulo seja um oportunista ou algo semelhante, mas, sim, que segue um tipo de posição muito padronizada sobre os pescadores, aprende a conhecer o valor de aspectos importantes da atividade, mas que, ao mesmo tempo, reforça posições que legitimam o quadro de tutela da atividade.

9.2 Homens e mulheres do povo como detentores de um saber marginal

Um desdobramento importante do cenário de abandono institucional da atividade pesqueira são as sobreposições de diferentes técnicas de pesca sobre as águas do arquipélago, sem que haja qualquer limitação a práticas predatórias que atravessam o caminho dos praticantes da pesca de linha de mão. Esse foi o cenário que encontrei na ilha do Maio e que voltou a se repetir em Tarrafal de Santiago (Silva, 2018b).

Como mencionado anteriormente, em Tarrafal, um desdobramento relevante do cenário de crise foi a adesão à pesca com isca-viva, prática que impacta as dinâmicas ecológicas da baía. Essa é uma estratégia que se difundiu de maneira muito consistente, nos últimos anos, mas que não impede que se reafirme a pesca de linha de mão como uma prática ecologicamente equilibrada, pois, foi assim que ela surgiu e funcionou ao longo de séculos de existência no arquipélago.

Para manter seus padrões ecológicos preservadores, ela depende, porém, da preservação dos cardumes de cavala e outros peixes menores que vivem no entorno do arquipélago, para que os peixes maiores se aproximem das áreas onde os pequenos botes de madeira conseguem chegar. Ela também depende dos tubarões que perseguem os cardumes de cavala em águas mais distantes, levando-os a se refugiarem nas áreas próximas das costas das ilhas. Para que essa aproximação aconteça, no entanto, é preciso que não haja trânsito de jet skis ou de grandes lanchas na baía.

Conjuntamente à preservação dessas dinâmicas, esse tipo de pesca local também necessita que os cardumes dos grandes peixes migratórios que são seu alvo de captura não sejam cercados no mar alto por navios estrangeiros, antes mesmo de terem a chance de se aproximarem das costas das ilhas.

Levando em conta esse conjunto de questões e depois de tantos anos convivendo com os pescadores artesanais do país, creio poder afirmar que proteger e preservar os princípios elementares que alavancaram o surgimento da pesca de linha no arquipélago é, também, um modo muito particular de conferir fórmulas mais concretas à retórica da preservação ambiental e um caminho seguro para "adiar o fim do mundo" dos pescadores como ele ainda se dá a conhecer no presente (Escobar, 2007; Dupuy, 1980; Krenak, 2019).

Por outro lado, ignorar os princípios básicos de organização da atividade local me parece a maneira que se convencionou para lidar com as consequências da distribuição desigual do ônus das políticas de desenvolvimento (Zhouri e Laschefski 2010). E isso não se realiza sem a consolidação de versões sensivelmente falsas de que os pescadores artesanais de Cabo Verde seriam incapazes de fazer uma leitura adequada dos processos ecológicos, sociais e políticos que os implicam.

> Eu penso que o primeiro concorrente do pescador artesanal é o estado de Cabo Verde, por que quando você faz um acordo internacional com barcos onde tem tecnologia muito avançada em relação ao povo de Cabo Verde, eu acho que nós estamos numa discrepância. A nossa pesca é fundamentalmente tradicional e sustentável, mas quando você faz um acordo com países que em termos de tecnologia é muito, muito mais avançada em termos de captura, é claro que estás a colocar em causa a questão do pescado e esses peixes, muitas vezes, não são comercializados aqui e nós temos uma consequência na nossa economia.
>
> Eu sou de uma geração onde não havia esse acordo. Havia pirataria, mas antigamente, eu sou daquele tempo em que a gente encontrava peixe mesmo na praia balneária. Muitos cardumes de peixe aqui, mas hoje em dia, nada. O ano todo você não consegue ver um cardume aqui. Por exemplo, mesmo aqui onde nós arrastamos os nossos botes, cavala era em grande quantidade. A gente ia, buscava o peixe e deixava ali porque não havia mercado de consumo, mas hoje em dia não, hoje em dia, por ano, uma vez, você consegue ver um cardume de cachorreta aqui na nossa baía que antigamente a gente escolhia peixe pra trazer para casa. Por exemplo, a gente preferia trazer a cavala, porque a cavala tinha mais saída em termos econômicos, mas hoje em dia não, você procura cachorreta, cavala, você não encontra nenhuma espécie, saindo daqui, por exemplo, logo na saída você encontrava cardumes e mais cardumes…mas só que agora, mesmo na banca nós não encontramos cardumes. Uma das causas é o acordo com a União Europeia. Fizeram isso com a Mauritânia e o atum dessa zona acabou e a nossa cavala, nós temos duas espécies de cavala, a branca e a preta, a cavala preta existia muito aqui nas nossas águas, muitos barcos vem aqui, apanham espécies e levam. Outro problema é a caça ao tubarão. Há barcos estrangeiros que caçam o tubarão e o tubarão é um dos principais responsáveis de trazer o peixe pra cá, pois ele caça, por exemplo, os

> cardumes que estão nas grandes profundidades, ele caça e traz os cardumes pra perto e traz os cardumes para a costa e nós não temos técnicas para alto mar e nossas técnicas é para pescar na costa e quando há esses barcos que pescam no alto mar e muitas vezes também capturam o tubarão que o principal responsável para trazer os cardumes para costa, é claro que estamos a sofrer muito com isso (Entrevista com Tony, pescador artesanal de Tarrafal, realizada em 10 de novembro de 2023).

A *racialização dos descontentes*, na medida em que se espraia pelo tecido social, encontra como resposta uma espécie de "reafricanização dos espíritos" como uma antítese de base popular que denuncia, de maneira objetiva, o aprofundamento das consequências do projeto de comoditização do pescado, como também faz avançar, entre os pescadores, uma narrativa em defesa da atividade local, em face às diferentes estratégias de captura que concorrem de maneira desigual pelo pescado das ilhas.

Daí, também ser possível compreender a *racialização dos descontentes* como resultado do distanciamento da gestão estatal das pescas da base camponesa e popular da sociedade, que – por meio de seus engenhos, práticas e saberes – produziu uma estratégia local de apropriação do pescado deliberadamente descartada como alternativa à exploração dessa riqueza.

Com isso, eu arriscaria dizer que a *racialização dos descontentes* pode ser compreendida como parte da uma operação de encerramento de certos grupos sociais nas raias da insignificância. A considerar o peso de tais operações para a base camponesa dessa sociedade, trata-se de um tipo de deslocamento compreendido e interpretado como uma espécie de afronta dos agentes do estado ao pacto de boa-fé com a ordem moral do campesinato das ilhas (Wortmann, 2018).

> As pessoas que estão no governo, falam da sustentabilidade, mas nunca estão na pele daqueles que estão diretamente no ofício. Eu não vejo benefício nenhum nesse acordo. Benefício sim, para os europeus, agora para Cabo Verde não, eles dão, por exemplo, 50 e tomam 200 ou 300, a porcentagem que dão pelo peixe aqui é muito insignificante. Outro problema é que nós não temos controle sobre a nossa zona exclusiva. O nosso país é rico em peixe, porque nas descrições dos navegadores que tiveram aqui, disseram que Cabo Verde tem peixe que não acaba mais, só que hoje em dia nós estamos a ver o contrário, está acabando. Por exemplo, determinadas espécies que existiam em abundância nos nossos pesqueiros que hoje em dia não existem e um desses fatores é esse acordo e falta de política do caboverdiano nesse sentido. Fala-se muito no apoio à pesca e à agricultura, mas não se vê, na realidade não se vê. Quando se vai no terreno não se vê nada nesse sentido (Entrevista com Tony, pescador artesanal de Tarrafal, realizada em 10 de novembro de 2023).

Todas essas são questões estruturais que envolvem a gestão estatal das pescas e que são percebidas como muita tristeza e melancolia por Nelito, que, além de lidar com

um cenário de caos na praia do Mangue, testemunhou o abandono das estruturas de colonato de Chão Bom, assentamento agrícola onde passou a sua infância próspera de experiências profundas e formadoras com sua terra.

Figura 79 – Parte abandonada do canal que levava água da Ribeira das Pratas para o Colonato



Fonte: Foto do autor.

Figura 80 – Escola do Colonato em que Nelito estudou até o sexto ano



Fonte: Foto do autor.

Figura 81 – Área de cultivo abandonada no Colonato



Fonte: Foto do autor.

Figura 82 – Praia da baía de Chão Bom onde toda a areia fora retirada para construção civil



Fonte: Foto do autor.

Figura 83 – Fábrica de secagem de peixe construída na baía de Chão Bom na década de 1970



Fonte: Foto do autor.

Para além do abandono das estruturas do campo agrícola e das dificuldades enfrentadas pelos agricultores que ainda insistem em cultivar a terra na região, agricultores com quem Nelito ainda mantém estreito contato, ele também foi testemunha da venda indiscriminada de terrenos na região. Muitos deles antigos campos de cultivo, operação que é de amplo conhecimento público e fora patrocinada pela Câmara Municipal, sem qualquer critério de transparência[143].

E assim como Nelito, TxuTxu, com 35 anos de atuação nessa praia, também percebe, de maneira muito objetiva, a situação da atividade. Explorando um pequeno comércio na área das pescas, atividade que intercala com a pesca e com passeios turísticos, TxuTxu está sempre falante e gentil com todos, cede cadeiras e guarda-sóis

[143] Disponível em: https://inforpress.cv/w/tarrafal-agricultores-do-colonato-pedem-muro-de-proteccao-para-impedir-agua-do-mar-de-alcancar-propriedades. Acesso em: 23 abr. 2024.

para que os pescadores joguem suas cartas, além de vender, com muita limitação, linhas e anzóis que um amigo compra em Dakar, no Senegal.

> Antes, quando eu era criança, quando eu perdi minha mãe, eu tinha 6 anos, quando eu perdi meu pai eu tinha 11 anos, eu vivi sempre na pesca, desde de criança, mas pescava na pedra e menos de uma hora trazia uma grande quantidade de peixe, agora, você vai pra mar 7 horas, até 4 horas da tarde às vezes você não apanha nenhum peixe.
> Há muito peixe que pescador novo não conhece. Salomon, mero, barbão de fundo, muito pescador não conhece esses peixes. Antes era barato e muito peixe que se come agora, antes não comia. Antes não era peso, as pessoas chegavam aqui, a gente cortava um pedaço e era dois tostões ou cinco tostões, não tinha balança, era olho. Trocava peixe por feijão, por banana, você não tem dinheiro pra comprar peixe, ok, toma o peixe e mais tarde traz um litro de feijão.
> Daí também que vem a segurança do pescador. É porque ele também planta e faz agricultura e tem seu porco na casa, o que não tem porco tem vaca, o que não tem vaca tem cabra, quando mar está complicado, pega numa cabra e vende, ou pega num porco e vende, isso que é sustento do pescador.

Tendo ficado órfão ainda muito jovem, TxuTxu conta que tem muito orgulho de ser pescador. Após a perda de seus pais, foi acolhido por um "homem" que era rico e não queria que ele fosse pescador, o que não adiantou porque ele acabava se desviando do caminho da escola para ir à pesca. Sua insistência acabou por gerar conflitos em casa e entre o seu preceptor e a pesca, acabou optando pela última: "Por isso que eu saí de casa e fiquei menino de rua, tinha preconceito dentro de casa. Mas, hoje, eu agradeço a Deus porque tudo isso passou".

> Situação da pesca, cada dia está mais mal, porque 10 anos atrás havia muito peixe, mas hoje tá muito pouco, muito pouco, principalmente pesca de fundo, pesca de garoupa, outros peixes está muito mal. Pesca está cada dia mais difícil. Tava melhor antes, havia mais peixe. Desde que o governo faz contrato com os japoneses, europeus, pesca fica totalmente destruída, porque apanha tudo no alto mar e o peixe não vem mais pra perto da praia, nós pescamos só aqui perto e quando o barco apanha mais longe, não entra no porto. Diminuiu bastante. Além disso, vida mesmo de pescador é muito difícil, porque não é um trabalho que as pessoas dão valor. Eu sou pescador, mas às vezes eu to num lugar que às vezes eu ouço pessoa dizer: é, pescador é tudo burro. Porque a pessoa sempre tem aquela mentalidade que pescador é mais baixo, mais baixo nível. Nem propriamente o governo respeita pescador, porque pescador não tem aposentadoria, por exemplo, quando tá velho, fica fodido.
> Desde muito tempo passado, as pessoas têm essa mentalidade na cabeça sobre pescador, como se todo pescador é bandido, que todo pescador usa álcool. Tem muito pescador que não usa álcool, que não usa droga, que não fuma e há muitos que usam, mas os médicos, os empresários também usam, principalmente governo também porque quando almoça toma um vinho, uma cerveja, isso é normal. Tem pessoa que bebe e as outras pessoas não falam que é bandido e pescador lá, esse é pescador, esse é bandido, há sempre discriminação. Isso em qualquer lugar, principalmente se vai pra banco, se quer fazer um empréstimo e você é pescador, não, não consegue, tem que buscar

> fiador. Pesca é difícil, pescador fica cada dia mais complicado, porque não tem uma pessoa que dá confiança pra pescador.

Como um leitor sensível da realidade que o circunda, TxuTxu também possui uma percepção muito clara de que o território se encontra em disputa e que, cedo ou tarde, voltarão a ocorrer tentativas de retirar os pescadores dessa praia historicamente ocupada pela comunidade.

> Daqui nós não saímos, já falaram sobre isso, mas aqui, pescador não sai, porque não tem outro lugar, não tem outra praia. Cinco anos atrás eles disseram que a gente tinha que deixar barco na água, mas barco na água também não é seguro. Pode romper o cabo… fica mais complicado. Lugar do barco é aqui, não tem outro lugar, isso é a guerra que temos, daqui nenhum pescador sai. Pra isso nós juntamos, pescador não gosta muito de se juntar, mas pra isso nós juntamos.

Como já demonstrado pela exposição do material histórico levantado nos arquivos públicos do país, não faltam indícios e fragmentos do passado que dão conta da capacidade das comunidades artesanais de pesca de se adaptarem a mudanças de conjuntura de ordem social, econômica e política.

O fato inédito, portanto, não é a chegada de um "novo" tempo nessa localidade fundada por escravizados fugidos da situação colonial, mas a escassez do pescado nunca antes vivida como no presente, assim como a entrega de partes importantes do território pesqueiro a interesses privados.

Quando foi construída uma Casa do Pescador nessa praia, em 1940, mesmo o regime colonial reconhecia que aquele era um espaço consagrado à pesca artesanal. No período da fábrica de conservas, também não se cogitou tirá-los dali, porque sua mão de obra era importante para a fábrica. No período da independência se desenharam muitas intervenções na praia, mas não se tem notícia de ameaça de deslocamento dos pescadores dessa área.

Chega-se, porém, em uma época na qual, ao menos no campo da retórica política, vive-se em uma democracia consolidada, mas é justamente nesse período que, pela primeira vez e em nome da entrega da praia ao investimento estrangeiro, cogitou-se e se ensaiou, por aproximações sucessivas, o despejo dos pescadores dessa área.

Também para Branca, que é proprietária de um dos restaurantes existentes na área de recuo de pescas, foi prometido pela Câmara de Maika um quiosque na área das pescas.

Figura 84 – Área de recuo das pescas, onde Branca mantém seu pequeno restaurante



Fonte: Foto do autor.

Com a reforma da Casa dos Pescadores, o projeto da Câmara previu que os quiosques a serem construídos ficariam voltados para o mar e separando a faixa de areia da área de recuo dos botes. Área esta que, segundo uma funcionária da Câmara, foi entregue a um "privado" sob a condição de que respeitasse os usos tradicionalmente consolidados da área de pescas. Ora, é preciso dizer que essa concessão, por si, já desrespeita frontalmente as dinâmicas da pesca.

De todo modo, assim como ocorreu com outras situações que busquei acompanhar, apenas consegui detalhes dessa venda muitos meses depois que estava em campo. Para ser mais exato, em abril de 2024, quando participei, na área das pescas, de uma reunião entre a Câmara, um pequeno grupo de pescadores (no máximo dez, em um universo de mais de 200) e uma empresa de engenharia, que está fazendo levantamentos para a "requalificação" do antigo cais da praia do Mangue.

Como é dentro da baía e bem próximo da área dos botes, esse cais – construído em 1902 – é amplamente utilizado pela pesca artesanal, mas também pela pesca industrial nacional que realiza ali seus desembarques, o que se desdobra em uma movimentação considerável de peixeiras nesse espaço[144].

[144] No geral, os barcos de pesca industrial de Tarrafal vendem seu pescado no cais da cidade da Praia. Em algumas ocasiões, porém, esse desembarque é feito em Tarrafal e são as peixeiras da Vila as responsáveis pela venda e distribuição do pescado. Assim como ocorre com o desembarque dos botes que se utilizam de rede de arrasto, quando um barco chega com um volume maior de pescado na praia, rapidamente se forma uma aglomeração considerável de peixeiras. No dia 25 de julho de 2024, a Câmara Municipal realizou uma audiência pública para tratar da reforma do Cais. Quem compareceu no evento foi o gerente do Oasis Alfândega que reclamou de maneira consistente da aglomeração de peixeiras na Ponte-Cais que fica ao lado de seu hotel e da "falta de higiene" da comunidade pesqueira que estaria incomodando seus hóspedes.

Já tinha ouvido de um ou outro interlocutor e de maneira muito vaga que o Banco Mundial havia liberado um recurso para a reforma desse espaço que se encontra completamente abandonado. Até que, no dia 20 de abril de 2024, encontrei, por acaso, com um sociólogo bastante conhecido no país. Ele me disse que, naquele dia, haveria uma reunião com os pescadores para falarem sobre a obra. O curioso é que ele me contou que não tinha visto o projeto e estava trabalhando "no escuro". Tinha sido contratado pela empresa para fazer um levantamento das dinâmicas da praia do Mangue, mas que, para ele, o projeto já estava pronto e o estudo deveria "ir pra gaveta".

A reunião – realizada ao lado do trailer do TxuTxu, ocupando as cadeiras que os pescadores utilizam para jogar suas cartas – ocorreu com a presença de um número muito pequeno de pescadores – no máximo dez em um universo de mais de 200, com a presença do sociólogo, quatro representantes da empresa e uma assessora de Maika que conduziu a conversa.

Não posso afirmar que foi proposital, mas marcar uma reunião com os pescadores na área das pescas às 15h00 de um sábado é uma forma muito eficaz de diminuir significativamente a participação da comunidade. Isso porque, o domingo é dia de folga, e no sábado à tarde o movimento nessa área já é significativamente menor do que o convencional.

De todo modo, essa foi uma roda de conversa anunciada como uma oportunidade para ouvir os pescadores sobre o projeto de reforma do cais. Alguns dias depois do encontro, tive acesso a dois questionários digitais que foram feitos pelo consórcio responsável pela obra para serem respondidos pelos moradores de Tarrafal cujos cabeçalhos reproduzo a seguir. Do conteúdo desses questionários, foram retiradas algumas das perguntas que foram direcionadas aos pescadores.

Figura 85 – Cabeçalho de questionário eletrônico disponibilizado à população de Tarrafal



Fonte: Elaboração própria.

Figura 86 – Cabeçalho de outro questionário eletrônico disponibilizado à população de Tarrafal



Fonte: Elaboração própria.

Apesar de tudo que já havia testemunhado até ali, confesso que foi grande a minha surpresa quando os representantes da empresa, sem qualquer inibição, começaram a reunião perguntando aos pescadores presentes o que eles achavam de transferirem seus botes da areia para a água e, caso houvesse a retirada dos pescadores dessa praia, qual seria o local mais adequado na região para serem transferidos.

Um pouco atônitos com essas questões iniciais, os pescadores começaram a ponderar entre si sobre os prós e os contras de transferirem os botes da faixa de areia para a água, por meio de um sistema de amarração dos barcos em boias.

Reconheceu-se o problema da superlotação da área das pescas – que, com seus mais de 100 botes e impedida de se expandir em função dos outros dois terços da praia

estarem demarcados para atividades do turismo, já dificulta consideravelmente a rotina dos pescadores. Testemunhei, em diversas ocasiões, os pescadores com sérias dificuldades para encontrar um espaço para seus barcos na faixa de areia, sendo necessária a reacomodação de vários barcos para conseguirem estacionar todos os botes, o que exige um esforço considerável, além da mobilização de muitos pescadores. O problema se agrava quando o mar está alto e a faixa de areia em frente à Casa dos Pescadores se reduz consideravelmente[145].

Figura 87 – Faixa de areia destinada aos mais de 100 botes de Tarrafal



Fonte: Foto do autor.

Em meio às discussões que rapidamente se avolumaram, um dos representantes da empresa sugeriu a instalação de um guincho para puxar os botes da água para a areia, ideia que foi prontamente rechaçada como algo que não tinha o menor cabimento.

O tema produziu uma certa atmosfera de animosidade e em meio às discussões, que começaram a ficar tensas, a assessora do presidente da Câmara pediu silêncio a todos e tomou a palavra para dizer que:

> A alternativa a esse problema é a baía de Chão Bom. Naquela baía grande de Chão Bom, ela apareceu como alternativa em reuniões com o Banco Mundial, apareceu a possibilidade de realizar lá um segundo cais, para transferir daqui pra lá, aquelas embarcações maiores. Sobre esse cais aqui, essa modalidade de financiamento vê a reabilitação desse cais aqui como um auxílio para o turismo. Aquele que é chamado de turismo resiliente né, então tudo que vocês

[145] Na ilha do Sal, mais especificamente na praia de Santa Maria, os pescadores artesanais não podem ancorar seus botes na areia da praia que já fora tomada pelas atividades do turismo. Com os barcos ancorados na água, além do risco de perda da embarcação em função do mal tempo no mar, é preciso nadar para se chegar ao bote. Essa, porém, é uma tendência que tem ocorrido em todo o arquipélago e, principalmente, em praias cobiçadas pelos empreendimentos turísticos. A técnica de fibragem dos botes de madeira tem facilitado a expansão desse estratagema, já que, com isso, as embarcações ficam mais resistentes à água.

> falam a gente tá levando em consideração, mas nós temos uma segunda opção que é Chão Bom. A baía de Chão Bom não tem aquele problema que nós temos aqui que é a profundidade né. E eu esqueci de falar também, tem pescadores de Chão Bom que vem pra cá. Tem grande número de pescadores de Chão Bom que deixa o barco aqui. Na praia de Chão Bom o problema é que não tem areia na praia mais, mas tem grande parte deles que vem pra cá. Então aqueles que são de Chão Bom vão preferir deixar os seus barcos na casa e depois aqueles que são de Vila, vê é a conveniência deles.

Se, com essa intervenção, a assessora de Maika pretendia reorganizar o debate, após essa fala, a situação piorou consideravelmente. Pois outra vez estava na mesa a possibilidade de remoção dos pescadores da praia do Mangue[146].

Localizada a cerca de 4 quilômetros da praia do Mangue, a baía de Chão Bom não é considerada uma opção viável pelos pescadores da Vila. Primeiro porque a maioria reside em áreas muito próximas da orla onde atua, o que facilita consideravelmente as jornadas de pesca, que começam, muitas vezes, no meio da madrugada.

Mas também porque, considerando as dinâmicas da pesca artesanal do arquipélago e – como já repeti em inúmeras ocasiões ao longo desse trabalho – é um sintoma muito evidente de violência com essas comunidades, reduzir suas áreas de atuação a espaços de trabalho. Estes são vividos, de maneira intensa, como áreas de lazer e de convivência e locais para onde muitos retornam, após as suas duras jornadas no mar.

Outro ponto importante das dinâmicas locais da atividade é que, se há botes de pesca artesanal de Chão Bom na praia do Mangue, esse movimento ocorre não por mero capricho, mas em função do esgotamento severo dos *stocks* de peixe daquela baía – há muito, identificada pelos pescadores locais como superexplorada.

A alternativa encontrada para essa situação é a praia do Mangue, cujos pesqueiros próximos da costa ainda apresentam uma oferta considerável de pescado. E, aqui, é importante notar que, se há um certo preconceito dos moradores da Vila em relação à localidade de Chão Bom, essa está longe de ser uma questão para os pescadores artesanais. No geral, há uma convivência muito pacífica entre pescadores de diferentes localidades e nunca presenciei qualquer situação que pudesse indicar o contrário.

[146] Em uma conversa informal com um dos interlocutores desta pesquisa, ouvi, de maneira muito clara, que, em sua opinião, os pescadores deveriam ser retirados da praia do Mangue. Para esse interlocutor, seria preciso deixar apenas alguns botes na praia para "comporem a paisagem", porque já fazem parte do "cartão postal", mas que, do jeito como estava, a situação não poderia continuar.

Figura 88 – No primeiro plano da imagem, vista parcial da praia do Mangue, com a baía de Chão Bom ao fundo, ao pé da Serra Malagueta



Fonte: César Schofield.

Ao perceber o que sua fala tinha provocado, a saída da assessora de Maika foi pedir silêncio. Retomando a palavra com certa dificuldade, começou a dizer que todos tinham compreendido mal suas colocações: não havia qualquer sugestão ou tentativa da Câmara de retirar os pescadores da praia do Mangue e, apesar da reforma do cais visar a atividade turística, não estava se falando na expulsão dos pescadores da praia, mas se cogitando a baía de Chão Bom como alternativa para desafogar a área dos botes.

Se a reunião não tivesse sido realizada da forma como foi, ou seja, em horário inadequado para a participação da maioria dos pescadores; se já não houvesse ocorrido em um passado recente a tentativa de retirada dos pescadores da praia do Mangue; se não houvesse previsão para uma série de construções ligadas à indústria do turismo nessa praia; e se eu não tivesse presenciado o conjunto de situações que presenciei nessa praia ao longo do período de campo; eu poderia ser levado a acreditar que as perguntas iniciais feitas pelos representantes da empresa sobre a possibilidade de transferência dos pescadores não tiveram a intenção de sondá-los sobre essa questão.

Por outro lado, consegui observar sistematicamente que a estratégia para tentar conciliar a expansão do turismo com os descontentamentos dessa comunidade pesqueira passou a ser gerida não mais a partir de ameaças diretas como fazia a Câmara do MpD, mas por meio de um processo lento e gradual de transformações que, por contraste, constrangem as práticas e os comportamentos corriqueiros dos praticantes da pesca em sua área tradicionalmente ocupada.

Práticas essas que não atingem exclusivamente a comunidade pesqueira, mas que, quando direcionadas a ela, encontram eco e legitimidade nas séries de posições preconceituosas e equivocadas que circulam nessa sociedade sobre os atores que compõem o cotidiano desse universo.

O trecho a seguir foi retirado de uma de minhas entrevistas gravadas. O nome de meu interlocutor foi preservado por compreender que minha intenção não é causar polêmica, mas apontar elementos estruturantes da relação da sociedade com a comunidade pesqueira.

> Essa história de peixeira começou aqui no Tarrafal a partir do momento em que se começou a vender peixe a quilo. Quando era menino, todo mundo ia à praia comprar peixe. Ninguém trazia peixe cá pra cima (para a Vila). O peixe era vendido no talho, na casa de peixe, por exemplo, Tarrafal que era uma Vila muito, muito bem organizada. Tarrafal teve código de postura em 1893, nessa época já tinha código de postura municipal. Portanto, o peixe era transportado devidamente condicionado, não é, para a casa de peixe, ninguém vendia peixe na rua. Isso das vendedeiras de peixe começou a partir do momento que se começou o desleixo com o código de postura.Era expressamente proibido vender peixe e carne na rua. Não podia vender peixe na vila porque o código de postura não deixava. Só a partir do momento em que já não é seguido o código de postura, como deve ser, que aparecem as vendeiras com o peixe na cabeça a vender. É com o desleixo das autoridades. Pois que ganhem a vida, mas com o código de postura rigorosamente cumprido, não é permitido vender peixe na rua. Isso tarde ou cedo vai acabar, pois se se quer que essa cidade seja, de fato, uma cidade turística, é preciso implementar o código de posturas municipal. Tendo o código de posturas municipal a funcionar, não há venda de peixe na cabeça[147].

O curioso dessa história é que – assim como Né sempre salientou em inúmeras de nossas conversas –, ao menos até o momento, em que ainda não se pode dizer que há um turismo de massas convergindo para essa praia, os turistas estrangeiros que vão para Tarrafal estão buscando mais a experiência do "tradicional" do que aquilo que está se desenhando nos planos do governo e de seus parceiros estrangeiros para a região.

Daí que *racializar os descontentes*, dessa perspectiva, seja também um processo violento de tentativas de não se fazer qualquer esforço para, ao menos, tentar incluir os estratos camponeses nos cálculos de ganhos com a atividade turística, mas de sobrepor a essa alternativa a entrega deliberada da praia do Mangue a uma lógica de condomínio do *all inclusive*, tão consolidada em ilhas como Sal e BoaVista.

---

[147] A partir de uma lógica de higienização dos espaços das cidades, tanto peixeiras como pescadores, passam a ser lidos atores inadequados à nova realidade que se espalha com velocidade na esteira, principalmente, do avanço da indústria do turismo (Disponível em: https://www.rtc.cv/tcv/video-details/camara-municipal-do-sal-quer-por-cobro-a-venda-ambulante-de-peixe-nas-cidades-de-espargos-e-santa-maria-40410. Acesso em: 5 jul. 2024).

À medida que essa lógica de ocupação avança, tendo o estado cabo-verdiano como sócio, nas projeções de futuro é possível perceber que as únicas pessoas pretas ocupando essa praia serão aquelas que tiverem a capacidade de se mostrarem “bem preparadas”, suficientemente “treinadas” e devidamente identificadas para servirem aos futuros hóspedes desse antigo refúgio de escravizados foragidos da ordem colonial.

Se, em um primeiro momento da história, a atividade local da pesca sequer era notada, chegando mesmo a ser negada sua existência, no século XX, passou-se a percebê-la por meio dos interesses e estratégias mobilizadas para a constituição da rede de fábricas de conserva do período colonial.

Com o advento da independência, essa imensa rede de pesca artesanal aparece vigorosamente espalhada por todas as ilhas do arquipélago e como fundamental para a construção do país. Porém, é vista como secundária e subordinada à atividade industrial, que deveria alavancar o desenvolvimento do arquipélago.

O momento que estamos vivendo hoje, por outro lado, começou no início de 1990, quando o país passava por uma ampla reforma política após a queda do partido único de orientação socialista e pan-africanaque governava as ilhas desde 1975. Iniciava-se, com isso, um amplo processo de abertura política, mas também de abertura econômica com o redirecionamento das ajudas externas para o setor de serviços e privatizações das empresas e estruturas públicas consolidadas no período anterior (Anjos; Sant’Ana Júnior; Brustolin, 2016).

Dessa perspectiva, pode-se dizer que a abertura democrática tenha se dado conjuntamente à abertura ao neoliberalismo, a partir de movimentos internos, mas também de pressões internacionais que enterraram a possibilidade de iniciativas mais ousadas em busca da autonomia econômica e política do arquipélago (Anjos, Junior e Brustolin, 2016).

Nesse sentido, é importante perceber como os processos sociais e políticos ocorridos no arquipélago, nas últimas décadas, inscrevem-no no panorama africano que mergulha profundamente em políticas neoliberais que desarticulam os projetos pan-africanos e independentistas nascidos no horizonte das descolonizações (Moyo, 2003; 2005; 2013).

Para além de evidenciar um aspecto estrutural dos processos de racialização produzidos a partir do avanço do sistema capitalista (Robinson, 2019), no terreno, no cotidiano desses pescadores africanos, esse contexto eleva as tensões sociais locais por meio da expansão de um quadro de ressentimentos e de dúvidas existenciais em relação

ao futuro. Isso ocorre em um cenário no qual os projetos de reestruturação do país avançam, em meio ao abandono institucional do universo camponês.

Isso porque, a considerar ao menos as duas comunidades pesqueiras junto às quais realizei trabalho de campo, percebe-se indícios de manipulação política das associações, escassez estrutural do pescado, avanço da atividade turística em direção às praias, ausência de uma política pública estrutural em relação à atividade com fiscalizações efetivas das atividades predatórias, sejam elas nacionais ou estrangeiras.

Um quadro de abandono que também se desdobra no aumento das horas de trabalho, na elevação do controle da atividade, na piora da situação de isolamento social e em uma perspectiva de futuro que pressupõe grandes rompimentos com as formas ancestrais de reprodução social da atividade.

Rompe-se, portanto, com o direito desses atores, enquanto membros de uma comunidade política, de influenciarem os rumos da gestão do país. Isso reflete um centralismo político de oligarquias locais que, irmanadas com os interesses econômicos internacionais, submetem importante parcela da sua população à insignificância social.

Para um turista estrangeiro que hoje passeia pelas ruas da Vila e circula pela praia da baía de águas tranquilas da cidade, que pode tomar um *drink* em um bar de estilo rústico no centro dessa praia ou que pode sair para um passeio de bote de pesca tradicional para dar um mergulho nas águas transparentes que circundam toda a região, Tarrafal ainda é uma verdadeira ilha de tranquilidade.

Talvez esse turista não saiba, ou nem queira saber, que, no passado, esse era um lugar de isolamento, de degredo e que servia de suporte para o infame tráfico negreiro. Talvez também não saiba da extensão do impacto, para a região, da criação de um Campo de Concentração facista em Chão Bom ou da construção do Colonato, da retirada de areia das praias ou do cenário brusco e violento de diminuição do pescado que avançou nas últimas décadas.

Para quem vive em Tarrafal, todavia, é impossível abstrair o que vem acontecendo em toda a cidade, mas especialmente na área da praia, principalmente para aqueles que estão ali há 10, 20, 30, 40 e até 50 anos trabalhando cotidianamente nesse espaço, que tem se tornado uma autêntica zona de guerra.

Os pescadores, mais do que quaisquer outros, são os espectadores atentos dessas mudanças, sejam as que se desenrolam no mar, sejam aquelas que passam a ocorrer em terra, sem que, porém, a praia deixe de ser seu lugar de trabalho, afetos, luta e resistência aos planos de reestruturação, higienização e reforma dos espaços públicos da cidade.

Branca – por exemplo, que era a única mulher presente na reunião com a empresa que está responsável pela reforma do cais – possui uma trajetória de vida indissociavelmente ligada a essa área de pesca. Nascida no final de 1980, na zona de Ponta Gato, bairro contíguo ao centro da Vila, com características fortemente camponesas e onde vivem a maioria dos pescadores que atuam na praia do Mangue, atua nessa praia há décadas, provavelmente seguindo os caminhos do pai, que era pedreiro, pescador, além de guarda municipal – cuja função era atuar para impedir a atividade de apanha de areia para construção civil, atividade que deixou a praia da baía de Chão Bom, entre outras tantas, coberta de pedras.

Enquanto seu pai ia direto para alguma obra, depois de passar a noite na Casa dos Pescadores, e enquanto sua mãe se dividia entre a criação de animais e a produção de grogue (cachaça), realizada nos inúmeros trapiches (alambiques) que existem na região, na casa de Branca, com oito irmãos, as crianças também tinham que trabalhar.

Mas Branca ainda podia estudar, até que sua mãe adoeceu, e ela precisou abandonar a escola no sétimo ano para ajudar a cuidar dos irmãos. “Comecei a trabalhar com 14 anos, quatorze anos até hoje, estou no trabalho, todo tipo de trabalho. Já trabalhei na obra como servente, carregava areia, cascalho em Ribeira da Prata, Achada Biscainha, Achada Tenda, trabalhei em vários lugares”.

Após um tempo considerável engajada no duro e mal remunerado trabalho de servente de pedreiro e fazendo exatamente o mesmo movimento que fez Nelito, Branca decidiu deixar a construção civil para ganhar a vida na praia do Mangue, junto aos pescadores artesanais.

> Comecei meu negócio de tabuleiro vendendo drops, cigarro, um pouco de tudo e foi a partir daí que eu criei um negócio mais grande, comecei a subir. A primeira vez que comecei a cozinhar aqui, cozinhava na lata, eu fazia esses barris aqui de fogão.
> Meu pai e minha mãe conheciam muitas pessoas aqui. Quando comecei a trabalhar no tabuleiro aqui, foi quando eu tive meu primeiro bebê e meu primeiro filho agora tem 16 anos. Depois do bebê eu tinha que fazer alguma coisa além de obra, porque eu tinha que sustentar meu bebê também. Aqui tinha mais movimento também, era mais movimento por causa de peixe. Movimento era todo dia e todo tipo de peixe. Essa época meus irmãos já tinham sido criados, eles já conseguiam se sustentar e minha mãe começou a melhorar. Antes era muito estressante, mas era melhor, por causa do peixe, peixe era muito mais. Uma vez eu tinha mais lucro por causa de peixe.

Com isso, para Nelito, Branca e também Ana Cristina – a amiga que me indicou Tarrafal como um campo profícuo para esta pesquisa –, o território pesqueiro surge como

uma espécie de zona de refúgio, um legado ancestral como um contraponto ao cenário de empregos precarizados que se encontram disponíveis para a maior parte da população das ilhas cujo destino não passa por emigrar.

Do pequeno tabuleiro, Branca erguiu com paletes e chapas de aço a sua cozinha, que se conecta com um pequeno galpão, ambos ladeados por uma estrutura que recebe mesas que ficam todo o dia ocupadas, em geral por pescadores, mas, também, mais recentemente, por pequenos grupos de turistas.

Todos os dias, Branca tenta chegar o mais cedo possível, porque muitos pescadores vão para o mar às quatro, cinco da manhã, e muitos vão para o mar sem "tomar café". Com isso, passa o dia em seu pequeno restaurante improvisado, interagindo com os pescadores, que formam grupos animados de conversa em suas mesas.

Sua posição a transformou em uma ouvinte privilegiada das questões da pesca, assim como em alguém que transmite certo ar de autoridade de quem tem muito jogo de cintura para servir um grupo enorme de homens que frequentam seu espaço. Conta que não é incomum que, enquanto serve refeições, note aquele que parece não ter dinheiro porque a pesca não deu, mas que sempre vai receber um prato de comida para recuperar as energias.

Essa proximidade e esse espírito de cuidado com que Branca conduz sua vida em meio aos pescadores a habilitam a ser dura quando é preciso, a cobrá-los uma melhor organização do trabalho da pesca, a "puxar a orelha" quando alguém começa a passar dos limites da bebida.

Branca, em todos os sentidos possíveis, é, de dentro da pesca, alguém que conhece todos, é bastante respeitada pelos pescadores, mas que sabe que seu restaurante só pode funcionar ali com autorização da Câmara, pois toda aquela área de recuo das pescas deixou de ser um terreno público e está prestes a se tornar um hotel.

Foi por meio da sua persistência, contudo, que consolidou seu espaço nessa área. Isso fez com que a Câmara reservasse a ela um dos futuros quiosques a serem erguidos em frente à Casa dos Pescadores. Com a obra parada, Branca não sabe, porém, quando poderá fazer a transferência do espaço, já que a Câmara não autorizou que ela, por conta própria, assumisse a condução da construção. Não autorizou, mas também não deu prazo e tampouco deixa saber qualquer informação sobre o projeto do hotel.

Nesse clima de suspeição e de dependência das decisões da Câmara para continuar seu trabalho, Branca foi a única mulher a comparecer na reunião dos representantes da empresa que conduzirá a reforma do cais. Mesmo sendo alguém muito comunicativa,

pouco ou nada falou, senão no momento em que foi perguntada se era peixeira, para dizer quase de cabeça baixa que não vendia peixe, mas que cuidava de seu restaurante. Postura muito diversa daquela que adota quando se sente à vontade para expressar claramente suas opiniões sobre a área das pescas.

> Se tem membros de governo mais grande que leva notícia pro governo, eles nunca podem levantar um hotel aqui, porque aqui é um espaço que tem que fazer alguma coisa para pescador. Eles conhecem condições de pescador, eles conhecem comportamento de pescadores, então ao invés de levantar um hotel, se incomodarem clientes…ali é lugar pra ganhar seu dinheiro, mas também tem que criar condições para pescador também não incomodar. Esse lugar ali não pode mexer nele e se faz um hotel pescador não tem espaço pra fazer aqueles diversões de rebuliço deles, porque aquilo ali que é o dia a dia deles, depois de pesca é rebuliço, se colocar um hotel ali, pescador não tem onde ir.

Como alguém que há muitos anos frequenta essa área de pescas, Branca também ouve muitas conversas dos pescadores sobre os mais diferentes assuntos. Entre esses, como não podia deixar de ser, falas sobre a diminuição sensível do pescado que avançou com velocidade nas últimas décadas.

> Muito, muito, ainda hoje eu ouvi falar de falta de peixe. Tem lugar pra lado de trás, pra lá, que tinha muito peixe, não sei nome do lugar, mas é um lugar que eles falam que não tem mais peixe lá. Pescadores conhecem rocha que tem peixe, meio de mar que tem peixe e sempre que eles vão naqueles lugares onde eles sempre pegaram muito peixe, lá não tem peixe mais, o peixe está pouco. Eles falam que sempre se encontram com barco grande no mar que fazem aquelas pescas que captam muito peixe, os pescadores falam que encontram muito com esses barcos à noite, eles encontram com esses barcos ali, aqueles barcos que deixam Cabo Verde sem peixe, mas Cabo Verde tinha peixe. Eu lembro ali no Tarrafal ali, se pendurava atum ali naquela árvore lá, até no outro dia pra levar pra cidade da Praia, era peixe de Tarrafal que abastecia Praia, agora é peixe de Praia que abastece Tarrafal. Uma vez, peixe aqui no Tarrafal, mandava pra Praia. Era peixe todo dia, todo dia, antigamente, aqui, atum, o quilo era 4 escudos. Agora atum é 400, 600 escudos, mas ali no Tarrafal tinha muito peixe. Eu nasci em 1987, me mandavam sempre comprar peixe, me davam 50, 100 escudos pra comprar peixe e voltava com uma sacola cheia de peixe, era muito barato, agora 100 escudos dá pra comprar peixe? Agora com 100 escudos nem uma dobrada você consegue comprar. Peixe é caro porque é pouco.

Branca também percebe, de maneira muito nítida, a condição de vulnerabilidade social de muitos que circulam por ali e cobra dos pescadores uma posição mais ativa em relação à retomada da associação. O que, do seu ponto de vista, poderia, ao menos, dar uma assistência financeira aos necessitados quando o mar está “bravo” ou permitir a abertura de uma loja para a venda de equipamentos de pesca – já que quando precisam de

algum instrumento, os pecadores recorrem a parentes que moram no exterior, chegando a ficar dias sem poder pescar até que chegue uma peça de motor ou algo do gênero.

Ela também costuma rezar para aqueles pescadores que são os únicos responsáveis por levarem alguma renda para casa e que, diante do aperto financeiro, precisam se arriscar no mar, da maneira que for, para garantir o sustento de suas famílias. Como alguém que já perdeu parentes e amigos no mar, sabe muito bem avaliar o porquê do ditado popular corrente no país que diz que "esposa de pescador é viúva de véspera", como canta nos versos de uma de suas canções o poeta, músico, escritor e ex-ministro da cultura de Cabo Verde, o tarrafalense Mario Lúcio Sousa[148].

Vê, com muita clareza, portanto, que as coisas não vão bem, ansiando que os pescadores, assim como ela conseguiu, não esperem pelo governo. Nesse sentido, ela aparece, mais uma vez, como uma figura protetora e zelosa, alguém que expressa de maneira objetiva, honesta e transparente suas preocupações em relação a um presente de adversidades.

> Tem pescador que vive bem, não tem nenhum tipo de sofrimento, porque ele preocupa com sua pessoa, ele é pescador, sua mulher é rabidante, pescador com rabidante, é um bom serviço e se peixe tem, tem dinheiro. Peixe que tinha não tem mais, mas aquele que ganha dinheiro, ele pode ter suas casas e não são casas pequenas não, são casas grandes. Eles tinham menino pequeno, eles emigram filhos. Minha tia de Chão Bom, ela é aquela rabidante que faz compra grande de peixe, tipo nós fala um carro de peixe, conforme o barco pega peixe, eles tem freguês de barco que é barco grande que vem com muito peixe, ela compra e vende para outras rabidantes que tem pouco rendimento.
> Pesca dá bom vida, basta ter peixe que você tem boa vida. Para aquele que sabe, tem boa vida. Agora tem muito que é ganha e gasta. Eu olho pescador e vejo quando eles ganham em um dia e se todo dia eles ganham aquele dinheiro, nem professor, nem presidente, ganha mais do que pescador, mas depende como você faz com gerência. Eu ouço muito pescador conversar com companheiro…eu só hoje fiz 32 mil escudos (320 euros), hoje missão faz 17 mil (170 euros), 8 mil (80 euros), conforme movimento de peixe, pescador ganha dinheiro sim, mas não sei se gasta mais do que guarda, mas pescador, se é pra ganhar dinheiro, ganha mais dinheiro que presidente. Eu acho que pesca é uma área mas rica que tem, mas o problema é gerência.
> Tem pescador que tem vida bem arrumadinha, eu conheço, em Chão Bom, aqui na Vila, eu conheço muito, tem sua casa boa, tudo com dinheiro de mar, mulher é rabidante e ele é pescador e sua mulher vende pra aqueles outras rabidantes mais leves. Ele tem sua vida bem arrumadinha. Eles preocupam com sua vida também, eles preocupam com sua vida, eles tem INPS que muito pescador que não tem, porque você tem que pensar sobre seguro da vida, do seu bote.
> Tem, tem, tem pescador que bebê muito, às vezes na hora que eles volta pra casa, não tem dinheiro, porque tem aquele que vai no mar com outro companheiro, quando ele vai, na hora que aquele outro tira sua parte do bote, do motor…mas na hora que o pescador recebe, ele senta com o amigo e volta

[148] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FtU1P7gGCIs&ab_channel=MarioLucioSousa. Acesso em: 26 abr. 2024.

> sem nada e eu acho que aquilo ali é o que faz pescador volta pra pobreza também, porque, se eu vou pro mar com você, eu dou sua parte, aí eu guardo…

Figura 89 –Noku e um atum de quase 100 quilos



Fonte: Nelito Tavares.

Toda vez que um pescador da praia do Mangue volta do mar com uma bacia cheia de peixes ou toda vez que um desses pescadores consegue capturar um peixe como esse que aparece na imagem acima – que, por sinal, são cada vez mais raros –, há o desencadeamento de uma série de acontecimentos que renovam a força desse método ancestral de capturas.

Isso porque o pescado se tornou algo capaz de produzir autonomia em um cenário marcado pela austeridade, principalmente para aqueles que se encontram nos "degraus mais baixos" dessa sociedade, e que, devido ao aumento do preço do pescado das últimas décadas, possibilita rendimentos consideráveis, que, segundo Branca, podem ser maiores do que os de gente muito importante pelo país.

Ocorre que essa autonomia é reivindicada por uma camada da população que sempre esteve à margem da história, ocupando as zonas mais rurais, muitas vezes com baixa escolaridade e com nenhuma representação política no parlamento.

A convivência diária e prolongada com essas comunidades de pesca educou meus sentidos para olhar para a "gestão estatal das pescarias" a partir das áreas das pescas e não o contrário, como se costuma fazer. Essa convivência também possibilitou que eu

percebesse que aquilo que de fato ocorre é um jogo do “velho” contra o “novo”, mas em um sentido oposto ao daquele apregoado na matéria do *Voz di Povo* que reproduzi anteriormente.

O “velho”, nesse sentido que estou propondo, são os sistemas tidos como “modernos” que se ligam a uma indústria que, ao menos desde a década de 1930, vem garantindo a manutenção do fluxo de pescado dos mares do país para o estrangeiro e a destruição dos *stocks* de peixe do arquipélago. O “novo”, a considerar a importância das questões ecológicas para a contemporaneidade, são aqueles até então tidos como “velhos”. São eles que, de fato, podem ser pensados como uma alternativa ecologicamente responsável para uma exploração sustentável da “riqueza” desses mares.

Diante desse cenário, resta-me explorar um último conjunto de questões: estudar junto aos pescadores me ensinou que falar de pesca é tratar de política, estado e poder. É refletir sobre os caminhos que o país tomou a partir da independência e um modo muito eficaz de avaliar a distância em que se encontra a classe política do país, da base social que se apresenta no cotidiano como um dos esteios mais importantes dessa sociedade.

PARTE V – CONCLUSÃO

10 BUSCANDO NA HISTÓRIA, INTERLOCUÇÕES PARA O PRESENTE: INTERSEÇÕES ENTRE O "LOCAL" E "GLOBAL" EM UMA ENCRUZILHADA DO ATLÂNTICO SUL

Diante de tudo que foi analisado até aqui, considero razoável defender o quão pode ser benéfica para a análise das pescas de Cabo Verde, um exercício de historicização mais objetiva das diferentes frentes de exploração do pescado surgidas nas ilhas ao longo de sua ocupação.

Levando em conta esse ponto que me parece central, creio ser necessário passar a reconhecer que o deslocamento do pescado das ilhas de uma posição periférica, para o centro das preocupações econômicas da administração colonial, tenha passado a impactar sensivelmente as estratégias e dinâmicas locais de captura desenvolvidas por aqueles que, efetivamente, produziram uma ocupação permanente das ilhas encontradas inabitadas em 1460 (Andrade, 1996; Silva, 2023).

Na busca por compreender melhor esse cenário de sobreposições, procurei elaborar uma distinção entre essas duas frentes de exploração do pescado das ilhas a partir de uma diferenciação entre ambas, em termos de princípios de organização social.

Isso porque, se a primeira nasceu do universo camponês, predominantemente africano, e soube integrar, com grande inventividade, o pescado na vida cotidiana das ilhas a partir de dinâmicas ecológicas de sua exploração; a segunda encontra-se estritamente vinculada ao poder colonial e utilizou métodos e técnicas industriais de extração, visando, prioritariamente, a exportação desse peixe para o estrangeiro.

Na busca por se estabelecer no arquipélago, a frente colonial passou a detratar aquela ligada ao universo camponês, porém, esteve muito longe de desintegrá-la, o que não significa dizer que não tenha conseguido iniciar um processo perene de envio do pescado dos mares das ilhas para outras latitudes, como também lançou as bases materiais e simbólicas para o surgimento daquilo que busquei definir ao longo da tese de racialização dos descontentes. Processo que, por sua vez, só fez aumentar sua virulência ao longo do tempo, encontrando sua expressão mais acabada, nos atuais acordos de pesca com potências estrangeiras.

Apostar nessa forma de olhar para o passado e para o presente das pescas no arquipélago foi a maneira que encontrei de problematizar abordagens que insistem em

versões evolucionistas dessas duas frentes tão distintas de apropriação da principal "riqueza" do arquipélago. Abordagens como as de João José Semedo Lopes (2023), Josef Kasper (1987) e Mario Secca (1945), para quem a pesca local não passaria de um mero estágio embrionário da indústria e, portanto, de uma pesca sem história.

O problema central dessas leituras, ao empobrecerem e desidratarem a análise do processo histórico a partir de perspectivas economicistas, não tem qualquer relação com o passado, mas com o papel que jogam no presente, no reforço que fazem da posição de subalternidade da pesca local para justificarem a manutenção e da expansão de uma fronteira de exploração industrial do pescado das ilhas (Martins, 2009; Oliveira Filho, 1979).

É preciso lembrar que o país se tornou independente em 1975 com essas duas frentes de exploração do pescado muito bem consolidadas e em um momento histórico no qual já era possível saber que fazer avançar esse tipo de indústria era o mesmo que subjugar a pesca local à insignificância.

Ainda assim, e mobilizando a necessidade concreta de construir um país independente sobre as ruínas do colonialismo, a perspectiva da indústria vai prevalecer e será incorporada na retórica política do partido único como uma das saídas possíveis para a condição de "subdesenvolvimento" (Cabo Verde, 1981).

Como vimos, chega a se desenhar no horizonte, a possibilidade de exploração industrial desse pescado pelos cabo-verdianos, que reverteriam os lucros obtidos nessas operações em benefício da consolidação de um quadro de justiça social.

Investir na produção de uma indústria local que fosse capaz de viabilizar essa exploração com o objetivo de alavancar um projeto de estado soberano e autônomo, por outro lado, significava partir para posturas políticas mais ousadas, rompendo com a tradição de parte das elites cabo-verdianas de chamarem para si o papel de mediadoras dos interesses ocidentais no contexto africano.

A indústria pesada de pescado cabo-verdiana nunca chegou a sair do papel, mas com o advento da independência, a partir de financiamentos pontuais por meio de bancos públicos, iniciou-se a criação de uma frota nacional, classificada localmente de semi-industrial e que segundo o relatório FiTI, conta, hoje, com 127 embarcações (Fisheries Transparency Initiative, 2024)[149].

[149] Estas são embarcações como aquela sobre a qual falei no capítulo anterior que, apesar de serem muito menores do que as utilizadas no âmbito dos acordos de pesca, diferenciam-se sensivelmente da pesca de bote praticadas pelos pescadores de linha de mão, tanto no que diz respeito aos engenhos utilizados para as

Frente de exploração nacional que, com a pressão da pesca estrangeira, passou a impactar sensivelmente as dinâmicas cotidianas das comunidades de pesca artesanal, enredando-as em um quadro de conflito ambiental sem precedentes na trajetória histórica desses atores acostumados com farturas extraordinárias de pescado.

Levando em conta os macroelementos dessa história é possível avançar em direção a um exercício um pouco mais livre de imaginação histórica (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010). O que pode se dar a partir, por exemplo, da comparação desse quadro com a leitura oferecida por Sam Moyo (2003; 2005) para discutir a questão agrária no continente africano, que assim como as questões de acesso ao mar discutidas até aqui, também são atravessadas pelas lutas por soberania, como pelos pesados passivos sociais, políticos e econômicos herdados do horizonte colonial (Moyo, 2003; 2005)[150].

Isso porque, com o esgotamento dos recursos pesqueiros nos litorais dos países industrializados, há muitas décadas a costa oeste africana se tornou um destino preferencial de poderosas frotas pesqueiras, notadamente europeias e asiáticas que, sob o abrigo de acordos internacionais de pesca e de pesca pirata, varrem a região de maneira eficaz, em detrimento de populações locais que, historicamente, exploram esses mares.

Tratar de acesso ao mar e de direitos de precedência sobre o pescado na costa oeste africana é, portanto, falar de soberania, de neocolonialismo e, fundamentalmente, de equações de classe e de raça que se constituem e se subordinam a parâmetros de governança que subjugam a região por meio da imposição de agendas neoextrativistas que asseguram o fluxo contínuo das "riquezas" desses mares, em direção às zonas industrializadas do capitalismo.

E assim como acontece em relação às terras emersas do continente, em relação aos oceanos, continua-se a justificar o arrendamento de parcelas dos territórios africanos a agentes estrangeiros, sob a justificativa de que as estratégias locais de apropriação

---

capturas, como no tocante à forma como se dá a organização do trabalho. Também são embarcações que, devido à sua dimensão limitada, não costumam chegar onde pescas os barcos estrangeiros.

[150] Apesar daquilo que defendi sobre as especificidades do universo pesqueiro e, principalmente, de sua relação com o universo camponês, nesse ponto da discussão, opto por estabelecer um paralelo com a questão agrária na África não para reduzir a pesca artesanal como um fenômeno secundário, mas para defender a questão do acesso ao pescado como um terreno de pesadas disputas que não podem ser reduzidas às dinâmicas políticas internas do arquipélago, pelo simples fato de o peixe interessar a poderosos atores do capitalismo global que continuam a explorá-lo, em detrimento de formas locais de apropriação dessa "riqueza".

Esse quadro tem muitas semelhanças com a questão agrária na África, principalmente porque levanta questões sobre o estabelecimento de direitos de precedência no acesso a recursos que opõem elites locais e agentes e agendas internacionais a grupos que não conseguem, no pós-independência, firmarem-se como sujeitos de direitos.

desses espaços estariam aquém dos padrões de rentabilidade que os modelos ocidentais garantiriam (Moyo; Chambati; 2013).

Diante dessas premissas, também busquei reforçar a possibilidade de uma leitura alternativa do papel dos pescadores artesanais do arquipélago, avançando na compreensão de sua trajetória histórica, não como a representação de um estágio inicial de uma cadeia evolutiva de exploração do pescado (Lopes, 2023), mas como a expressão da base popular de apropriação de uma "riqueza", constituída a partir de iniciativas que reúnem condições concretas para serem a primeira escolha do governo das ilhas na exploração dos mares do país.

Emulando os ensinamentos da antropóloga brasileira Lélia Gonzalez (1984), creio poder afirmar que a "mãe preta" está para suas reflexões e, portanto, para as possibilidades de repensar a identidade cultural brasileira sob novos termos, como o mundo camponês está para o mito nacional cabo-verdiano, se considerarmos a força desse universo para a conformação da vida cotidiana das ilhas[151].

Esses me parecem ser os enclaves sob os quais passei a constatar, de maneira empírica, o surgimento de uma série de mecanismos de gestão de desigualdades construídos no seio do projeto colonial e incorporados em "dinâmicas de territorialização" e em "técnicas de diferenciação social" que tomam corpo no seio das disputas pelo pescado das ilhas (Souza Lima, 2002, p. 11).

Foi justamente nesse ponto que passei a considerar a pesca artesanal do arquipélago – aquela que disputa o bem mais precioso das ilhas – como um espaço privilegiado de observação de movimentos de avanços e de recuos das lutas contra os passivos sociais herdados de mais de cinco séculos de governação colonial das ilhas.

Além do mais, apostar em uma agenda de pesquisa preocupada com as questões locais da pesca me possibilitou identificar atravessamentos mais amplos, como as complexas redes transnacionais do capitalismo contemporâneo (Pereira, 2021), sem as quais as discussões públicas sobre a atividade pesqueira não passam de peças publicitárias da ideologia dominante em torno do tema (Comaroff, Jean; Comaroff, John, 2010).

No caso de Cabo Verde, a considerar os sinais emanados da gestão estatal das pescas, a comunidade artesanal tem aparecido sistematicamente como um obstáculo a ser

[151] A pesca artesanal, e eu acrescentaria a sociedade camponesa e, principalmente, a integração dessas atividades em um sistema que se estabilizou por toda a extensão do arquipélago parece ter se constituído nas principais estratégias de enfrentamento tanto da estrutura hierárquica da sociedade de base escravocrata, quanto do abandono administrativo das ilhas pelos portugueses e das graves crises de fome que assolaram o arquipélago em dezenas de ocasiões após o achamento das ilhas em 1460.

superado em direção a uma ideia de progresso cujos fundamentos se sobrepõem e obliteram aquilo que social, política e economicamente a atividade representa para o conjunto dessa sociedade.

Uma cultura marítima que é vivida de maneira muito intensa e cujos atores costumam atribuir aos seus elementos, estados emocionais característicos dos humanos. É muito comum ouvir dos pescadores teorias sobre a agência dos peixes ou que, nos dias em que não há pesca, em função das condições metereológicas desfavoráveis aos pequenos botes de madeira, que o mar estaria "magoado".

As ondas fortes que assolam as praias nas quais estão os botes de pesca são pontos certos de encontro dos pescadores tendo ou não atividade pesqueira. É geralmente aí, quando o mar está "bravo", onde os vemos inquietos e ansiosos, torcendo com afinco para que o mar se "acalme" e para que a pesca possa voltar ao seu ritmo de normalidade.

Os pescadores tratam o mar como uma entidade que possui sentimentos comuns aos humanos, pois, afinal de contas, "o mar está vivo". Parece ser também por isso que possuem uma consciência profunda dos limites desse ente que oferece o pão de cada dia, mas que ainda pode ser traiçoeiro e mortal.

Os pescadores são herdeiros de um ofício que os habilita a uma leitura muito própria sobre as águas e suas dinâmicas, herança forjada nas margens sociais de um território colonial e, portanto, à contrapelo do movimento de apropriação centralizada/ colonial/ especulativa desse espaço.

Trata-se de um modelo de apropriação sustentável de nichos ecológicos manuseados por uma considerável parcela dessa população que, historicamente marginalizada, poderiam ser de suma importância para qualquer movimentação política que estivesse disposta a levar a sério ideias capazes de adiar o fim do mundo (Krenak, 2019).

Ao contrário desse cenário, contudo, com as escolhas da classe política, as comunidades pesqueiras passaram a conviver com o estrangulamento de seus espaços sociais, sem que haja qualquer movimentação ou interesse político na direção de integrar seu trabalho em um projeto efetivamente autônomo de sociedade.

Em relação a essa situação, ou seja, ao descaso e, muitas vezes, ao desprezo para com as práticas e os saberes da comunidade artesanal pesqueira, fico com a impressão de que podemos pensar essa situação como uma necessidade intrínseca da elite política do país em se auto convencer de sua superioridade moral, por meio da conservação de hierarquias rígidas que medeiam suas relações com estratos específicos dessa sociedade.

Nesse sentido, o território artesanal pesqueiro figuraria como uma espécie de África interna (primitiva), uma reserva de espaços privilegiados para a intervenção estatal que, por meio de seus programas desenvolvimentistas de civilização fornecem subsídios morais que justificam a manutenção de relações desiguais de poder.

Repassar a história de ocupação do arquipélago me faz notar o quanto as narrativas historiográficas, algo que está longe de ser uma exclusividade das ilhas, encontram-se centradas em grandes eventos históricos, como o descobrimento, a conformação das elites locais, a independência, os ciclos econômicos e como esse modo de refletir sobre as ilhas costuma convergir para imagens muito parciais da realidade social do arquipélago.

Essa situação dificulta a apreensão de como certos emaranhados de relações que testemunhamos no presente se conformaram ao longo da ocupação do arquipélago e, principalmente, como os sujeitos que mal vemos no palco da história oficial forjaram as sociedades que conhecemos hoje, tocando suas vidas cotidianas cercadas pelos desdobramentos do colonialismo, como o escravagismo, as crises de fome, a estrutura fundiária verticalizada, etc.

Por isso, considero a dura insatisfação dos meus interlocutores de pesquisa em relação à gestão estatal das pescarias como uma resposta direta à centralização do poder do estado, às consequências do aprofundamento da agenda neoliberal e desenvolvimentista, às questões de soberania e às fissuras na conformação da unidade nacional cabo-verdiana.

Isso porque, apesar de a comunidade pesqueira não angariar a simpatia de uma parte importante dessa sociedade, a questão da diminuição do pescado é algo que parece, a cada dia, tomar contornos de uma questão nacional. Daí a necessidade de dar a devida atenção aos efeitos práticos dessa espécie de realinhamento com o "ocidente" que caracteriza as últimas décadas da vida política do país.

Por outro lado, toda essa discussão também abre um espaço importante para pensarmos a pesca artesanal de Cabo Verde como potência, como uma tradição de conhecimento cheia de virtudes que se propaga de maneira horizontal e ecológica por toda a extensão do arquipélago e que tem muito ensinar a todos nós.

> Certamente, a crítica do lugar na antropologia, geografia, comunicação e estudos culturais dos tempos recentes têm sido produtiva e importante. Novos conceitos espaciais e metáforas de mobilidade – desterritorialização, deslocamento, diáspora, migração, viagens, travessias de fronteiras, nomadologia, etc. – tornaram-nos conscientes do facto de que as principais dinâmicas da cultura e da economia têm sido significativamente alteradas por

> processos globais sem precedentes. No entanto, tem havido uma certa assimetria nesses debates. Como Arif Dirlik argumenta (Dirlik, 1998; 2000), essa assimetria é mais evidente nos discursos da globalização, onde o global é frequentemente equiparado ao espaço, capital, história e agência, e o local a lugar, trabalho e tradição. O lugar sumiu de vista na "mania da globalização" dos últimos anos, e esse apagamento tem consequências profundas para nossa compreensão da cultura, do conhecimento, da natureza e da economia. Talvez seja hora de reverter parte dessa assimetria focalizando novamente – e da perspectiva proporcionada pelas próprias críticas do lugar - na vitalidade contínua do lugar e nas criações do lugar para a cultura, a natureza e a economia. (Escobar, 2001, p. 141, tradução nossa)[152].

Gosto de pensar nesse trecho de Escobar (2001) como uma espécie de epígrafe para uma "virada" no exercício da minha etnografia. Para mim, trata-se, agora, não somente de tentar pensar o texto da pesquisa como um espaço privilegiado para ecoar assimetrias de poder, mas de pensá-lo como um meio de estabelecer diálogos com agentes cujas trajetórias, falas, narrativas e práticas possuem a capacidade de ampliar os limites da crítica política na contemporaneidade.

Aquilo que tem aparecido como zonas de silêncio na história oficial, prefiro pensá-las como espaços físicos e simbólicos povoados por sujeitos que, atuando de maneira articulada, são capazes de produzir zonas de pressão que constrangem os movimentos do centro do poder. Não é por outro motivo que nos deparamos com tentativas deliberadas de neutralização dos efeitos práticos de suas estratégias de fala e de (re)existência.

Quando logram resistir ao ponto de estarem na cena pública de uma maneira tão marcante como o fazem os pescadores artesanais de Cabo Verde, produzindo notáveis constrangimentos aos ideólogos do desenvolvimentismo, temos um ângulo privilegiado de observação das dinâmicas de poder tão características da face colonial da modernidade (Ballestrim, 2013).

---

[152] No original: To be sure, the critique of place in anthropology, geography, communications, and cultural studies of recent times has been both productive and important, and continues to be so. New spatial concepts and metaphors of mobility – deterritorialization, displacement, diaspora, migration, traveling, border crossings, nomadology, etc. – have made us aware of the fact that the principal dynamics of culture and economy have been significantly altered by unprecedented global processes. Yet there has been a certain asymmetry in these debates. As Arif Dirlik argues (Dirlik, 1998; 2000), this asymmetry is most evident in discourses of globalization, where the global is often equated with space, capital, history and agency, and the local with place, labor, and tradition. Place has dropped out of sight in the "globalization craze" of recent years, and this erasure of place has profound consequences for our understanding of culture, knowledge, nature, and economy. It is perhaps time to reverse some of this asymmetry by focusing anew – and from the perspective afforded by the critiques of place themselves – on the continued vitality of place and place-making for culture, nature, and economy.

REFERÊNCIAS

ACHESON, James Michael. Anthropology of Fishing. **Annual Review Of Anthropology**, Orono, n. 10, p. 275-316, 1981.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Trad. Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: O poder soberano e a vida nua I. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

ANDRADE, Elisa Silva. **As ilhas de Cabo Verde**: da "descoberta" à independência nacional (1460-1975). Paris: L'Harmattan, 1996.

ALBUQUERQUE, Luís de. O Descobrimento das Ilhas de Cabo Verde. *In*: Albuquerque, Luis Guilherme Mendonça de; Santos, Maria Emilia Madeira (coord.). **História Geral Cabo Verde**: vol I. 2. ed. Lisboa: IICT, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga; Praia: Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001.

ALEXANDRE, Valentim. O império português (1825-1890): ideologia e economia. **Análise Social**, vol. XXXVIII, n. 169, 2004.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Manuel Ribeiro de. Aspectos económicos-sociais de Cabo Verde: Trabalhar-Exportar. **Boletim de Propaganda e Informação de Cabo Verde**. Praia, Administração e Direcção do Director Técnico da Imprensa Nacional, 1954.

AMARAL, Manuel Marques de Abrantes. O povo e alguns problemas de Cabo Verde. **Boletim de Propaganda e Informação de Cabo Verde**. Praia, Administração e Direcção do Director Técnico da Imprensa Nacional, 1955.

ANJOS, José Carlos dos. Cabo Verde e a importação do ideologema brasileiro da mestiçagem. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 6, n. 14, 2000.

ANJOS, José Carlos dos. Elites Intelectuais e a Conformação da Identidade Nacional em Cabo Verde. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 25, n. 3, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/eaa/a/mFMZbDQJNTbG3ZPY97GsDCw/. Acesso em: 16 out. 2023.

ANJOS, José Carlos dos; ROCHA, Eufémia Vicente. Traços de antinegritude em Cabo Verde. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 59, 2022.

ANJOS, José Carlos Gomes dos; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; BRUSTOLIN, Cindia. Projetos de Desenvolvimento e Populações Locais: Experiências em Cabo Verde e no Brasil. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 13, n. 26, p. 13-29, 2016. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/issue/view/341. Acesso em: 13 out. 2023.

APPADURAI, Arjun. La modernidade desbordada: dimensiones culturales de la globalizacíon. Trad. Gustavo Remedi. Buenos Aires: Ediciones Trilce, 2001.

ASAD, Talal. **Anthropology & the Colonial Encounter**. Ed. Talal Asad. London: Ithaca Press, 1975.

AUBYN, Luiz Gonzaga St. Pesca da baleia e emigração. **Ponto e Vírgula Revista de intercâmbio cultural**: 1983-1987. Facsimile das revistas editadas em Mindelo. Cabo Verde: Ponto e Vírgula Edições, 2006.

BALANDIER, Georges. A noção de situação Colonial. Trad. Nicolás Nyimi Campanário. **Cadernos de Campo**, n. 3, 1993.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89–117, 2013.

BAPTISTA, A. J.; Gominho, V. C.; Varela, A.S.; Tavares, V. H.; Lopes, H. G. Percepção dos pescadores sobre a evolução do estoque de recursos pesqueiros da ilha de Santiago. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Brasília.

BARCELLOS, Christiano José de Senna. **Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné**. Vol. III. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2004.

BARRETO, Arcília. As responsabilidades têm de ser repartidas. **Voz di Povo**, Praia, p. 4, 16 fev. 1985.

BARROS, Crisanto Avelino Sanches. **Gênese e formação das elites político-administrativas cabo-verdianas**: 1975-2008. 2012. 388f. Tese (Doutorado) – Ciências Políticas e Sociais, Departamento de Ciências Sociais e Humanas, UNI-VC & Faculté des Sciences Économiques, Sociales et Politiques UCL, Praia, 2012.

BARROS, Victor. A escrita da história da 'descoberta' de Cabo Verde. Fabulário cronográfico, história oficial ou fabricação do consentimento? **Práticas da História**, n. 5, p.77-113, 2017.

BARROS, Victor. Imaginar Cabo Verde a partir da imagem do Brasil. **Revista Estudos Políticos**, 2010.

BARROSO, Maria Macedo; NICAISE, Natacha. Culturais morais e políticas de desenvolvimento na Noruega e na União Europeia. **Antropologia e Políticas Globais**, 2014.

BHABHA, Homi. O local da cultura. Trad. Myriam Avila, Eliane Livia reis, Glauce Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Memória e Sociedade. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRITO, Geni Mendes de. Literatura, insularidade e emigração em Cabo Verde. *In*: FERNANDES, Maria de Fátima; LIMA, Norma Sueli Rosa; GOMES, Simone Caputo (Orgs.). Dossiê: Sentir-se/estar apartado, estabelecer elos: tendências insulares na literatura de Cabo Verde. **Revista Soletras**, n. 42, 2021.

BRITO-SEMEDO, Manuel. **Cabo Verde Ilhas Crioulas**: da cidade-porto ao porto-cidade (séc. XV-XIX). Praia: Rosa de Porcelana Editora, 2023.

BROOKS, George E. Cape Verde: Gulag of the south atlantic: Racism, fishing prohibitions, and famines. **History in Africa**, v. 33, p. 101-135, 2006.

CABO VERDE. **V recenseamento geral da população e habitação** (RGPG - 2021). Resultados preliminares. Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde, 2021a.

CABO VERDE. **Inquérito Multi-Objetivo Contínuo – Tarrafal**. Instituto Nacional de Estatísticas, 2018.

CABO VERDE. **Plano de Gestão dos Recursos da Pesca 2019-2023**. Ministério da Economia Marinha. Direcção Geral dos Recursos Marinhos. Mindelo, 2019.

CABO VERDE. Direção Geral das Pescas. Plano de Gestão dos Recursos da Pesca. *In*: **Segundo Plano de Acção para o Ambiente**: 2004-2014. v. 6, Praia, 2004a.

CARBO VERDE. Direção Geral dos Recursos Marinhos. **Plano de Co-Gestão Pesqueira da Associação dos Atores de Co-gestão Vindos do Sul, Ilha do Maio, Cabo Verde**. 2015a.

CABO VERDE. **República de Cabo Verde**: 5 anos de independência 1975-1980. Comissão do V aniversário da independência Nacional. 1981.

CABO VERDE. Câmara Municipal de Tarrafal. **Relatório do plano director municipal**. Vol. 1 – Caracterização e diagnóstico. 2011.

CABO VERDE. Secretaria de Estado das Pescas. **Reflexões sobre a pesca em Cabo Verde**. 1985.

CABO VERDE. **Boletim Official do Governo de Cabo Verde**. Variedades. 1850.

CABO VERDE. **Boletim Official do Governo de Cabo Verde**. Dita 177. 1854.

CABO VERDE. **Boletim Official do Governo de Cabo Verde**. União Colonial Portugueza, 1912a.

CABO VERDE. Direção Geral das Pescas. Plano de Gestão dos Recursos da Pesca. *In*: **Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente**: 2004-2014. v. 6. Praia, 2004b.

CABO VERDE. Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde. **V Recenseamento Geral das Pescas**, 2021b.

CABO VERDE. Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas. **Diagnóstico Sócio-Econômico da Pesca Industrial em Cabo Verde** (INDP). Praia, 2012b.

CABO VERDE. Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde. **40 anos de independência**. 40 anos a informar por um Cabo Verde próspero – 5 de Julho de 1975 – 5 de Julho de 2015. Praia, 2015b.

CABRAL, Amílcar. Libertação Nacional e Cultura. *In*: Manuela Ribeiro Sanches (org). **Malhas que os impérios tecem**. Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Editora 70, 2011.

CABRAL, Iva *et al*. **Cabo Verde**: uma experiência colonial acelerada (Séc. XVI-XVII). Cidade da Praia: Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior; Instituto de Investigação Científica Tropical, 2004.

CABRAL, Iva. Dos povoadores das ilhas aos "filhos da terra": a dinâmica da sociedade caboverdiana. **Revista Studia**, 2000.

CARVALHO, Alberto. Claridade: movimento de emancipação cultural e ideológica cabo-verdianas. **Revista Língua-lugar**, 2021.

CARVALHO, Ricardo Ossagô. Projeto de Estado Binacional: Contexto político institucional de unidade e separação da Guiné Bissau e Cabo Verde. **Cadernos de Africano Contemporâneo**, v. 3, n. 6, 2020.

CASTELO, Cláudia. Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974. Rio de Janeiro. **História, Ciências Sociais e Saúde**, 2012.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CHATTERJEE, Partha. **Colonialismo, modernidade e política**. Trad. Fábio Baqueiro Figueiredo. Salvador: EDUFBA; Ceao, 2004.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. Etnografia e imaginação histórica. Trad. Iracema Dulley; Olivia Janequine. **Proa – Revista de Antropologia e Arte** [on-line], ano 2, v. 1, n. 2, 2010.

COSTA FILHO, Aderval. Os povos e comunidades tradicionais no Brasil: o trabalho do(a) antropólogo(a), retrocessos políticos e ameaça aos direitos. **Dossier Anthropology in times of intolerance**: challenges facing neoconservatism – Articles, Vibrant, Virtual Braz. Anthr. 17, 2020.

COSTA, Luís Manuel Neves. Conhecer para Ocupar. Ocupar para Dominar. Ocupação Científica do Ultramar e Estado Novo. **Revista da FLUP**, Porto, IV série, v. 3, 2013.

DAS, Veena. **Vida e Palavras**: A violência e sua descida ao ordinário. Trad. Bruno Gambarotto. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes: etnografias comparadas. **Cuadernos de antropología social**, n. 27, p. 19-52, 2008.

DE LA CADENA, Marisol. Natureza incomum: histórias do antropo-cego. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 69, p. 95-117, 2018.

DIAS, Juliana Braz. Música e experiência na era da reprodução digital. **Anuário Antropológico**, v. 39, n. 1, 2014.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Etnográfica**, v. 3, n. 2, p. 361-375, 1999.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **A pesca construindo sociedades**: leituras em antropologia marítima e pesqueira. São Paulo: USP, 2004.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Anna. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DUARTE, Dulce Almada. O conceito de cultura em Amílcar Cabral. **Tribuna**, Praia, p. 20-21 16 abr. 1989.

DUARTE, M. Pedro. O aberrante Casino-Hotel Chinês em Cabo Verde. **Casa das Aranhas**, 7 nov. 2020. Disponível em: https://casadasaranhas.com/2020/11/07/o-aberrante-casino-hotel-chines-em-cabo-verde/. Acesso em: 17 out. 2023.

DUARTE, Vera. A revolução de abril em Portugal e a proclamação da independência de Cabo Verde: testemunho de um percurso. **Revista do Nepa/UFF**, Niterói, v. 12, n. 25, p. 163-176, jul./dez. 2020.

DUPUY, Jean-Pierre. **Introdução à crítica da ecologia política**. São Paulo: Civilização brasileira, 1980.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo**: Construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundacíon Editorial el perro e la rana, 2007.

ESCOBAR, Arturo. Culture sits in places: reflections on globalism and subaltern strategies of localization. **Political Geography**, n. 20, 2001.

ÉVORA, Iolanda. A diáspora cabo-verdiana: percepções e redefinições a partir do arquipélago. *In*: CENTRO DE ESTUDOS SOBRE ÁFRICA E DO DESENVOLVIMENTO. **Coleção Documentos de Trabalho**, n. 88, Lisboa, 2010.

FANON, Franz. **Os condenados da Terra**. Trad. José Laurêncio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAO. **El estado mundial de la pesca y la acuicultura 2016**. Contribución a la seguridad alimentaria y la nutrición para todos. Roma, 2016.

FELDMAN-BIANCO. Bela. Múltiplas Camadas de Tempo e Espaço. (Re)contruções da Classe, da Etnicidade e do Nacionalismo entre Imigrantes Portugueses. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Campinas, 1993.

FERGUSON, James; LOHMANN, Larry. The Anti-Politics Machine: "Development" and Bureaucratic Power in Lesotho. **The Ecologist**, v. 24, n. 5, 1994.

FERREIRA, Ivete Silves. As ilusões dos grandes investimentos turísticos e as ameaças de gentrificação e exclusão em Cabo Verde: a comunidade do "Brasil" face ao Projeto Casino. *In*: MARINHO, Samarone Carvalho; PEREIRA, Madian de Jesus Frazão; GONÇALVES, Maria de Lourdes Silva (orgs.). **Diálogos do Sul Atlântico**: crítica e interpretação do contemporâneo em Cabo Verde e Brasil. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2021.

FERREIRA, Lígia Évora. **Cabo Verde**: Educar para a diversidade. Universidade Aberta Editora, Lisboa, 1997.

FERREIRA, Patrícia Magalhães. **Cabo Verde Pescas e Migrações** - A outra face da moeda: O impacto das políticas da União Europeia em Cabo Verde. Trad. Tiago Tavares. Lisboa: Lidergraf, 2011. Disponível em: https://issuu.com/imvf/docs/estudo_cabo_verde. Acesso em: 17 out. 2023.

FERREIRA, Vladmir Antero Delgado Silves; LUZ, Nélida do Rosário da; FERREIRA, Ivete Helena Delgado Silves. Viver no lixo e trabalhar no luxo: Grandes projetos turísticos e os seus impactos na Ilha da Boavista, Cabo Verde. **Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo**, v. 15, n. 28, jul./dez. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FISHERIES TRANSPARENCY INITIATIVE. **Relatório Anual FiTI pelo Grupo MultissetorialNacional (GMN) de Cabo Verde Verde à Iniciativa de Transparência nas Pescas, Mindelo**. Mindelo, 2024

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975 - 1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. . São Paulo: WMF Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Curso dado no Collège de France. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOPESCA. SIMPÓSIO REALISMO NO DESENVOLVIMENTO DA PESCA ARTESANAL. MMAR/INP & Sociedade de Cooperação Técnica Alemã. Praia, 1998.

FURTADO, Cláudio Alves. Cabo Verde e as quatro décadas de independência: dissonâncias, múltiplos discursos, reverberações e lutas por imposições de sentido à sua história recente. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 855-887, 2016.

GASPAR, Amanda Nascimento. A "Pesca artesanal" enquanto uma categoria de análise antropológica. **RBA**, v. 32, 2020.

GONÇALVES, Elisângela Samira Oliveira Fonseca. **Estudo dos contributos da Cidade Velha da Ribeira Grande de Santiago na valorização e preservação da cultura Cabo-Verdiana**. 2016. 140f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Comunicação) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2016.

GONÇALVES, Alícia Silvana Moreno. **Mercado informal e Gênero**: A importância das Rabidantes para o Desenvolvimento de Cabo Verde. 2021. 66p. Dissertação (Mestrado) – Instituto Universitário de Lisboa, 2021.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Rio de Janeiro, 1984.

GRAÇA, Liliana Moreno Brito da. Reformas económicas em Cabo Verde: privatizações e suas implicações sociais. 2009. 105f. Dissertação (Mestrado em Estudo Africanos) – Centro de Estudos Africanos, Universidade do Porto, 2009.

GREENPEACE. **Africa´s fisheries´paradise at a crossroads**: Investigating Chinese Companies' ilegal fishing practices in West Africa, 2015.

GUDYNAS, Eduardo. Extractivismos: el concepto, sus expresiones y sus múltiples violencias. **Papeles de relaciones ecosociales y cambio global**, n. 143, 2018.

AMARAL, Ilídio do. *Santiago de Cabo Verde: a terra e os homens.* Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 2007.

HARVEY, David. **Para entender O capital**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

KASPER, Josef E. **Ilha de Boa Vista Cabo Verde**. Lisboa: Dom Quixote, 1987.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LAINS, Pedro. Causas do colonialismo português em África, 1822-1975. **Análise Social**, v. XXXIII, 1998.

LATOUR, Bruno. **Down to earth. Politics in the New Climatic Regime**. Polity Press, 2018.

LEACH, Edmund R. **Sistemas Políticos da Alta Birmânia** – Um Estudo da Estrutura Social Kachin. São Paulo: Edusp, 1996.
LEITE, Ilka Boaventura. Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. Etnográfica, Lisboa, v. IV, n. 2, p. 333-354, 2000.

LEME, Rafael Souza Campos de Moraes. **Absurdos e Milagres**. Um estudo sobre a Política Externa do Lusotropicalismo (1930-1960). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e História. **Antropologia Estrutural II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

LIMA, Redy Wilson. Praia, cidade partida: apropriação e representação dos espaços. *In*: BUSSOTTI, L.; NGOENHA, S. (Orgs.). **Cabo Verde da independência a hoje** – Estudos Pós-Coloniais. Udine: Aviani & Aviani, 2011. p. 49-66.

LIMA, Redy Wilson. Esferas (ocultas) de participação política dos jovens na cidade da Praia, Cabo Verde. Do político ao parapolítico. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, 2014.

LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 70, 2018.

LIMA, Miguel. Alguns vetores que podem contribuir para o desenvolvimento futuro do sector das pescas. **Voz di Povo**, Praia, p. 4-5, 9 fev. 1985.

LITTLE, Paul Elliot. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

LOBO, Andréa. África… mas não muito! Turismo e Africanidade em Cabo Verde. **Sociologia & Antropologia** [online], v. 8, n. 3, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2238-38752017v838. Acesso em: 17 out. 2023.

LOBO, Andréa. Construindo paisagens e pessoas: colonização, espaço e identidades em Cabo Verde. **Anuário Antropológico**, v. 40, n. 2, 2015.

LOPES FILHO, João. **Ilha de S. Nicolau, Cabo Verde**: formação da sociedade e mudança cultural. Secretaria Geral do Ministério da Educação, 1996.

LOPES, José Vicente. **Cabo Verde**: as causas da independência. Praia: Spleen Edições, 2012.

LOPES, José Vicente. **Cabo Verde**: um corpo que se recusa a morrer. Praia: Spleen Edições, 2021.

LOPES, João José Semedo. **A pesca artesanal em Cabo Verde**: o caso do litoral da Praia e a sua relação com o turismo. Praia: Tipografia Santos, 2023.

LUZ, Hilarino Carlos Rodrigues da. O papel da seca e da pesca da baleia na emigração cabo-verdiana para os Estados Unidos da América. **Linguística, Letras e Artes e as Novas Perspectivas dos Saberes Científicos**, Lisboa, 2010.

MACCAULEY, Douglas J. *et al*. Wealthy countries dominate industrial fishing. **Science Advances**, 2018.

MACAGNO, Lorenzo. **Antropólogos na "África portuguesa"**: história de uma missão secreta. São Paulo: África, 2015. (n. 35).

MADEIRA, João Paulo. Cabo Verde e Estados Unidos da América: Uma ligação Bicentenária. **Janus.net, e-journal of international relations**, v.12, n. 2, nov., 2021/ abr., 2022.

MADEIRA, João Paulo. O processo de construção da identidade e do estado-nação em Cabo Verde. **Revista Científica Vozes dos Vales** – UFVJM, ano III, n. 6, 2014.

MADEIRA, João Paulo. A língua cabo-verdiana como elemento da identidade. **Revista de Letras**, n. 12, 2013.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do mar**. São Paulo: Ática, 1986.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MBEMBE, Achille. Afropolitanismo. **Revista Àskesis**, São Carlos, v. 4, n.2, p. 68-71, jul./dez., 2015.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MEDINA, Daniel. A libertação do mar. **Revista Errâncias do imaginário**, Porto, 2015.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **A família real no Brasil**: política e cotidiano (1808-1821) [online]. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2015.

MENDES, Ana Beatriz Vianna; SILVA, Eduardo Faria da; Simões, Eliane. Povos e comunidades tradicionais no Brasil: uma perspectiva sócio-antropológica. *In*: FERREIRA, L. C; SCHMIDT, L.; BUENDÍA, M. P.; CALVIMONTES, J.; VIGLIO, J. E. (Orgs.). **Clima de tensão**: Ação humana, biodiversidade e mudanças climáticas. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017. (Série Unicamp Ano 50).

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. Buenos Aires: Clacso, 2005.

MILLER, Francisca; RIAL, Carmen; NETO, José Colaço Dias. Apresentação. **Vivência: Revista de Antropologia**. UFRN/DAN/PPGAS, v. I, n. 47, jan./jun. 2016. Natal: UFRN, 2016.

MONTEIRO, Eurídice Furtado. **Entre os senhores das Ilhas e as descontentes**: Identidade, Classe e Gênero na Estruturação do Campo Político de Cabo Verde. Praia: Edições UNI-CV, 2015.

MONTEIRO, Eurídice; SILVA, João Paulo Araújo. Em busca de outros saberes: Interculturalidade, Intercâmbio e Intertextualidade entre Brasil e Cabo Verde. **Revista de Estudos Caboverdianos**, v. 1, 2016.

MOYO, Sam. **The Land Question in Africa**: Research Perspectives and Questions. Codesria Conferences on Land reform, the Agrarian Question and Nationalism. Dakar, 2003.

MOYO, Sam. **Politics and Social Movements in an Hegemonic World**: Lessons from Africa, Asia and Latin America. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005.

MOYO, Sam; CHAMBATI, Walter. Introduction: Roots of the Fast Track Land Reform in Zimbabwe. *In*: **Land and Agrarian Reform in Zimbabwe Beyond White-Settler Capitalism**. Council for the Development of Social Science Research in Africa, Dakar, 2013.

NASCIMENTO, João Octávio da Rocha. A deportação de presos políticos para os Campos de Concentração de Cabo Verde. *In*: ALMADA, José Luís Hoppffer C. (coord.). **O ano mágico de 2006**: Olhares Retrospectivos sobre a história e a cultura cabo-verdianas. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2008.

NEVES, Eloy. Pesca e Conservas de Peixe. *In*: **Boletim de Propaganda e Informação de Cabo Verde**. Praia, Administração e Direcção do Director Técnico da Imprensa Nacional, 1953.

NEVES, Eloy. Pesca e Conservas de Peixe. *In*: **Boletim de Propaganda e Informação de Cabo Verde**. Praia, Administração e Direcção do Director Técnico da Imprensa Nacional, 1956.

NEVES, Eloy. Pesca e Conservas. *In*: **Boletim de Propaganda e Informação de Cabo Verde**. Praia, Administração e Direcção do Director Técnico da Imprensa Nacional, 1957.

NEVES, Eloy. Notas Sobre Pesca a Indústrias Derivadas. *In*: **Boletim de Propaganda e Informação de Cabo Verde**. Praia, Administração e Direcção do Director Técnico da Imprensa Nacional, 1959.

OKAFOR-YARWOOD, Ifesinach; BELHABIB, Dyhia. The duplicity of the European Union Common Fisheries Policy in third countries: Evidence from the Gulf of Guinea. **Ocean and Coastal Management**, v. 184, 2020.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. A nação tutelada: uma interpretação a partir da fronteira. **Mana**, v. 27, n. 1, p. 1-31, 2021.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **O 'caboclo' e o 'brabo'**: notas sobre duas modalidades de incorporação da força de trabalho na expansão da borracha no vale amazônico no século XIX. Rio de Janeiro: Encontros com a Civilização Brasileira, 1979.

NOVO JORNAL DE CABO VERDE. Tarrafal: um capítulo na história do colonialismo e do fascismo. **Novo Jornal de Cabo Verde**, ano I, n. 28, 1975.

OLIVEIRA, Francisco Roque de. Geografia e colonialismo português no equador: O relatório da primeira campanha de estudo de Francisco Tenreiro em São Tomé (1956) e o seu contexto institucional e político. **Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, 2022.

OLIVEIRA, Francisco Roque de. Ilídio do Amaral (1926-2017): uma vasta obra dedicada à geografia das regiões tropicais. **Finisterra**, Lisboa, v. 52, n. 106, p. 149-158, 2017.

ORTNER, Sherry B. Practicing engaged anthropology. **Anthropology of this century**, London, n. 25, 2019. Disponível em: http://aotcpress.com/articles/practicing-engaged-anthropology/. Acesso em: 8 set. 2019.

PAES, Leonardo de Oliveira. **Embates e resistências no Ultramar Português**: missão civilizadora e trabalho forçado em Angola (1878-1914). 2022. 203 f. Dissertação (Mestrado) –Curso de História e Sociedade, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Assis, 2022.

PATTERSON, K. David. Epidemics, famines, and population in Cape Verde islands, 1580-1900. **The International Journal of African Historical Studies**, 1988.

PATTERSON, Orlando. **Slavery and Social Death**: A comparative study. Harvard University Press, 2018.

PEREIRA, Daniel António. **Memória sobre Cabo Verde do governador Joaquim Pereira Marinho & outros textos**. Lisboa: Instituto Camões & Centro Cultural Português em Praia, 2009.

PEREIRA, Eduardo Adilson Camilo. **Política e Cultura**. As Revoltas dos Engenhos (1822), de Achada Falcão (1841) e de Ribeirão Manuel (1910). Praia: Imprensa Nacional, 2014.

PEREIRA, José Augusto. A luta de libertação nacional nas ilhas de Cabo Verde na encruzilhada da(s) memória(s). **Lusotopie**, v. XIX, n. 1, 2020. Disponível em: https://journals.openedition.org/lusotopie/4707. Acesso em: 14 set. 2022.

PEREIRA, Madian de Jesus Frazão. Mobilização de pescadores em defesa de territórios marinhos e antropolítica do mar: experiências em Cabo Verde e Brasil. *In*: MARINHO, Samarone Carvalho; PEREIRA, Madian de Jesus Frazão; GONÇALVES, Maria de Lourdes Silva (orgs.). **Diálogos do Sul Atlântico**: crítica e interpretação do contemporâneo em Cabo Verde e Brasil. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2021.

PIRES, Francisca Gomes. **O Porto Grande e a Urbe Mindelense na Aurora da Contemporaneidade** (1850-1914). 2014. 91f. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

PIRES, Pedro. Primeiro Encontro Nacional sobre as Pescas. **Voz di Povo**. Praia, p. 1, 6 fev. 1985.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

PRECIOSO, Daniel. O último discurso de Amilcar Cabral: um projeto de Estado binacional para Guiné-Bissau e Cabo Verde (1973). **Temporalidades – Revista de História**, ed. 24, v. 9, n. 2, 2017.

RAMALHO, Cristiano W. Noberto. A arte de fazer-se pescador artesanal. **ANPPAS**, v. 2, p. 1-7, 2009.

RAMALHO, Cristiano Wellington Norberto. **Embarcadiços do encantamento**: trabalho como arte, estética e liberdade na pesca artesanal de Suape, PE. 2007. 300f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Curso de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

RAMALHO, Cristiano Wellington Norberto. O sentir dos sentidos dos pescadores artesanais. **Revista de Antropologia da USP**, São Paulo, v. 54, n. 1, 2011.

REIS, Vítor Manuel Vaia dos. **Principais estratégias de desenvolvimento em confronto na República de Cabo Verde após a independência**. 2000. 167f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social e Económico em África: Análise e Gestão) – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 2000.

REVEL, Jacques. "Apresentação". *In*: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escalas**: A experiência da microanálise. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1988.

ROBINSON, Cedric J. **Marxismo negro**. La formacíon de la tradicíon radical negra. Madrid: Traficantes de Sueños, 2019.

ROBERTS, George. As ilhas de Cabo Verde nos anos 1720 – quatro anos de viagens do capital George Roberts. Mindelo. Revista Ponto e Vírgula, nº 7, 1984. *In*: **Ponto e Vírgula Revista de Intercâmbio Cultural**: 1983-1987, Facsimile das revistas editadas em Mindelo. Cabo Verde: Ponto e Vírgula Edições, 2006.

ROCHA, António. A investigação dos recursos haliêuticos: A problemático do isco em Santo Antão e a sua importância na produtividade. *In*: **Reflexões sobre a pesca em Cabo Verde**. Secretaria de Estado das Pescas, 1985.

SACHS, Wolfgang. Medio Ambiente. *In*: SACHS, Wolfgang (org.). Diccionario del Desarrollo: Un Guía del Conocimiento como Poder. Proyecto Andino de Tecnologías Campesinas, 1996.

SAHLINS, M. **La Pensée Bourgeoise**: a sociedade ocidental enquanto cultura. In: Cultura e razão prática. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SANTOS, Ana Flávia Moreira. **Conflitos Fundiários, territorialização e disputa classificatórias**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro; Museu Nacional, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A justiça popular em Cabo Verde**. Cortez, 2015.

SANTOS, Carlos Ferreira. **Subsídios para a Escrita da História do Tarrafal 1540-1975**. Vol I e II. Praia: Soca Edições, 2023.

SANTOS, Fernando. **Relatório do Plano Director Municipal de Tarrafal de Santiago**. Vol. 1. Caracterização e Diagnóstico. Loid Engenharia, 2011.

SANTOS, Natália Velloso. "Volta Djéu": algumas considerações sobre cidade e política na cidade da Praia. *In*: MARINHO, Samarone Carvalho; PEREIRA, Madian de Jesus Frazão; GONÇALVES, Maria de Lourdes Silva (orgs.). **Diálogos do Sul Atlântico**: crítica e interpretação do contemporâneo em Cabo Verde e Brasil. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2021.

SAID, Edward. **Orientalismo**: O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Trad. Pedro Serras Pereira. Lisboa: Livraria Letra Livre; Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2013.

SECCA, Mario. **A pesca em Cabo Verde**. Praia: Divisão de Propaganda dos Serviços de Estatística da Colónia de Cabo Verde, 1945.

SECCO, Carmen Lucia Tindó Ribeiro. **Mar, memória e metapoesia na lírica cabo-verdiana**, 2022. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/literafro/literafricas/literatura-cabo-verdiana/1560-carmen-lucia-tindo-secco-mar-memoria-e-metapoesia-na-lirica-cabo-verdiana. Acesso em: 3 jun. 2024.

SEMEDO, Carla Indira Carvalho. A experiência migratória de cabo-verdianos para as roças de São Tomé e Príncipe: pesquisa de campo. **População e Sociedade**: Cepese, Porto, v. 34, d.ez 2020.

SEMEDO, Carlos. I Encontro Nacional das Pescas: Diálogo, Convergência e Participação. **Voz di Povo**. Praia, p. 4, 9 fev. 1985a.

SEMEDO, Carlos. Pescas: Memória do Primeiro Encontro. **Voz di Povo**. Praia, p. 2-3, 16 fev. 1985b.

SEMEDO, José Maria. Génese de um ecossistema e identidade cultural numa ilha de escala marítima entre a África, a Europa e as Américas. **Palaver**, n. 1, 2012.

SEMEDO, Maria Helena. Discurso de Abertura. *In*: SIMPÓSIO REALISMO NO DESENVOLVIMENTO DA PESCA ARTESANAL. Praia: MMAR/INP & Sociedade de Cooperação Técnica Alemã, 1998.

SERRA, Manuel Coelho Pereira Serra. A actividade piscatória em Cabo Verde *In*: **Boletim de Propaganda e Informação de Cabo Verde**. Praia, Administração e Direcção do Director Técnico da Imprensa Nacional, 1953.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da Mente: Perspectivas da Biodiversidade e da Biotecnologia*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Editora Gaia, 2003

SILVA, Luis Geraldo Santos da. **Caiçaras e Jangadeiros**: Cultura marítima e modernização no Brasil. São Paulo: Cemar – Centro de Culturas Marítimas, 1993.

SILVA, António Leão Correia e. **Noite Escravocrata Madrugada Camponesa**: Cabo Verde séc. XV - XVIII. Cabo Verde: Rosa de Porcelana Editora, 2023.

SILVA, António Leão Correia e. Dinâmicas de Decomposição e Recomposição de Espaços e Sociedades. *In*: SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.). **História Geral de Cabo Verde**: vol. III. Coimbra: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2002.

SILVA, Damaris Rosabal Lopes. **As relações de gênero no sector das pescas em Cabo Verde**: a invisibilidade das peixeiras nas políticas públicas. 2021. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

SILVA, Denise Ferreira da. **A dívida impagável**. São Paulo: Casa do Povo, 2019.

SILVA, Filomena. Pescadores e peixeiras: imagens e problemas do cotidiano. **Tribuna**, p. 12-13, 17 nov. 1988.

SILVA, João Paulo Araújo. **Homens e Mulheres de "Riba Mar"**: A pesca artesanal de Porto Inglês, Cabo Verde, em perspectiva etnográfica. 2018. 140 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

SILVA, Hiliana Dolly Moniz. **Pesca Artesanal em Cabo Verde** – Arte de pesca linha-de-mão. Aveiro. 2009. 51f. Dissertação (Mestrado em Biologia Marinha) – Departamento de Biologia, Universidade Aveiro, 2009.

SILVA, Manuel de Jesus. **Ilha do Maio**: Cabo Verde. Praia: Santiago Editora, 2018.

SILVA, Osvaldo Lopes da. Política de pescas tem de ser rentável. **Voz di Povo**, p. 1-4, 16 fev. 1985.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Reginal Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. Sobre gestar e gerir a desigualdade: pontos de investigação e diálogo. *In*: SOUZA LIMA, Antônio Carlos de (org.). **Gestar e gerir**: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

TAYLOR, Keaang-Yamahtta. **Un destello de libertad**. De #BlackLivesMatter a la Liberación Negra. Madrid: Traficante de sueños, 2017.

TAVARES, Leinine Júnior da Veira. **O sistema de pastoreio transumante no planalto do Tarrafal de Santiago (Cabo Verde)**: análise e proposta para o seu desenvolvimento sustentado. 2017. 38 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Florestais) – Escola Superior Agrária, Instituto Politécnico de Bragança, Bragança, 2017.

TAVARES, Luis. Conferência Pan-Africana sobre Pesca Artesanal: Troca de experiência para a escolha de métodos mais adequados para a organização dos pescadores artesanais. **Voz di Povo**. Praia, p. 12, 5 dez. 1985.

TEIXEIRA, Rosynela Barros Pina. **A revista Ponto & Vírgula no campo cultura cabo-verdiano**. 2009. 39 f. Monografia (Licenciatura em Estudos Cabo-verdianos e Portugueses) –Departamento das Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Cabo Verde, Praia, 2009.

TERRA, Manuel Coelho Pereira. Nota introdutória. *In*: **A pesca em Cabo Verde**. Praia: Divisão de Propaganda dos Serviços de Estatística da Colónia de Cabo Verde, 1945.

TRIBUNA. Fábrica de conserva de atum em S. Vicente com capitais portugueses. **Tribuna**. Praia, p. 13, 17 nov. 1988a.

TRIBUNA. "Bronca" nas pescas em S. Vicente. **Tribuna**. Praia, p. 24, 15 set. 1988b.

TRIBUNA. Pescas: cooperação com o Japão. **Tribuna**. Praia, p. 15, 1 abr. 1989.

VARELA, Simão Paulo Rodrigues. Educação e capital social para o desenvolvimento sustentável das comunidades piscatórias da ilha de Santiago (Cabo Verde). 2013. 399 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Departamento de Teoría da Educacíon, Historia da Educacíon e Pedagoxía Social, Universidade de Santiago de Compostela. Santiago de Compostela, 2013.

VENÂNCIO, Vinícius. A força da diáspora cabo-verdiana: Dos fluxos emigratórios ao comércio transnacional. **Revista Textos Graduados**, v. 4, n. 1, 2018.

VIEIRA, Maria Helena Santa Rita. **Reflexões sobre a pesca em Cabo Verde**. Praia: Secretaria de Estado das Pescas, 1985.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **O livro na rua**: Zimbábue. Brasília: Editora Thesaurus, 2010.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O Mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem**. Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 35, 1992.

VOZ DI POVO. Encontro nacional sobre as pescas. **Voz di Povo**. Praia, p. 4, 16 de janeiro. 1985.

VOZ DI POVO. Primeiro Encontro Nacional sobre as Pescas. **Voz di Povo**. Praia, p. 1, 6 fev. 1985.

VOZ DI POVO. Conclusões do Encontro. **Voz di Povo**. Praia, p. 1, 16 fev. 1985.

VOZ DI POVO. Modelo de desenvolvimento islandês poderá ser viável a Cabo Verde. **Voz di Povo**. Praia, p. 3, 11 maio 1985.

VOZ DI POVO. O velho contra o novo. **Voz di Povo**. Praia, 1978.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. Regis Barbosa; Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 1999.

WOLF, Eric. Encarando o poder: velhos insights, novas questões. *In*: FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G. L. (orgs.). **Antropologia e Poder**: contribuições de Eric R. Wof. Brasília; São Paulo: Editora UNB, 2003.

WOORTMANN, Ellen F. O sítio camponês. **Anuário Antropológico**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 164-203, 2018.

WOORTMANN, Klaas. "Com parente não se neguceia": O campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 11-73, 2018.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. **Conflitos ambientais**. A. Zhouri, & K. Laschefski, Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: UFMG, 2010. Anexos.